



LOCUS
revista de história



Dossiê:
O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

Vol 27, n. 2 (2021) e-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora

LOCUS

Revista de História



e-ISSN: 2594-8296

ISSN-L:1413-3024

Equipe Editorial

Editor

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editor Assistente

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dra. Ágnes Judit Szilágyi  
Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo  
Prof. Dr. Álvaro Garrido  
Prof. Dra. Armelle Enders  
Prof. Dra. Barbara Weinstein  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt 
Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes 
Prof. Dra. Cláudia Viscardi  

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky  
Prof. Dra. Hebe Mattos  
Prof. Dr. James Green  
Prof. Dr. Leandro Duarte Rust  
Prof. Dra. Maraliz Christo  
Prof. Dr. Vitor Izecksohn  
Prof. Dra. Wlamyra Albuquerque  

Conselho Consultivo

Prof. Dra. Alda Saúte Saúde
Prof. Dra. Amélia Polónia
Prof. Dra. Ana Maria
Mauad_
Prof. Dra. Ana Teresa
Marques Gonçalves
Prof. Dra. Angela de Castro
Gomes
Prof. Dr. António Costa
Pinto
Prof. Dr. Antônio Luigi
Negro
Prof. Dr. Antônio
Montenegro
Prof. Dr. Benjamin Arthur
Cowan
Prof. Dr. Carlos Alberto
Medeiros Lima
Prof. Dr. Charles Monteiro
Prof. Dr. Federico
Finchelstein

Prof. Dr. Fernando Londoño
Torres
Prof. Dr. Francisco Javier
Dosil Mancilla
Prof. Dr. Gerardo Caetano
Prof. Dra. Helena Hisako
Toida
Prof. Dra. Heloisa Starling
Prof. Dr. Henrique Espada
Lima
Prof. Dr. Ismael Saz
Prof. Dr. Jean Gormo
Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz
Vasquez
Prof. Dr. Juan Pan-Montojo
Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva
Prof. Dr. Marcelo Casals
Prof. Dra. Maria Dolores
Lorenzo

Prof. Dra. Maria Inácia
Rezola
Prof. Dra. Maria Lígia Prado
Prof. Dra. Marina Franco
Prof. Dr. Mario Sznajder
Prof. Dr. Matteo Pasetti
Prof. Dr. Olivier Compagnon
Prof. Dr. Pedro Ernesto
Fagundes
Prof. Dr. Peter Blasenheim
Prof. Dr. Roger Griffin
Prof. Dra. Regina Horta
Duarte
Prof. Dra. Solange Pereira
Rocha
Prof. Dra. Sônia Gomes
Pereira
Prof. Dr. Stefan Rinke
Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez
Seixas

. Dossiê: “O dia que mudou o mundo?” O 11 de Setembro 20 anos depois (Vol. 27, n. 2, 2021);
. Organizador: Dr. José Pedro Zúquete (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)
. Capa: “11/09”, 2021. Dalila Varela Singulane;
. Capa e Concepção gráfica: Dalila Varela Singulane.

Editorial	<i>Leandro Pereira Gonçalves</i>	1
O dia que mudou o mundo? O 11 de Setembro 20 anos depois	<i>José Pedro Zúquete</i>	4
<i>Dossiê</i>		
9/11 and the emergence of Critical Terrorism Studies: main debates, theoretical advancements, and ways forwards	<i>Raquel da Silva e Alice Martini</i>	9
Os ataques de 11 de setembro: outras leituras da violência política	<i>Felipe Pathé Duarte</i>	26
Las Teorías de la Conspiración y el Problema del Mal: El 11 de septiembre de 2001	<i>Hugo Pérez Hernaiz</i>	44
O 11 de setembro como marco simbólico do revisionismo histórico à direita: “guerra cultural”, elitismo e geopolítica civilizacional	<i>Francisco Thiago Rocha Vasconcelos e Silvana Fernandes Mariz</i>	74
A construção política da guerra global ao terror: para além do 11 de Setembro	<i>Mariana Medeiros Bernussi</i>	98
O Movimento Conservador Norte-Americano e o 11 de Setembro	<i>Bruno Garcia</i>	123
Ocidente, Direitas e Islã: a perspectiva de Olavo de Carvalho	<i>Gabriel Fernandes Rocha Guimarães</i>	150
O cinema estadunidense pós-11 de Setembro: Hollywood na contramão a Doutrina Bush	<i>Daniel Ivori de Matos</i>	179

Seção Livre

Acervos virtuais na web 2.0: Reflexões sobre o acesso aos inventários setecentistas preservados pelo Arquivo Público Casa Borba Gato – Minas Gerais 202

Raphael Freitas Santos e Elizabeth Duane Santos da Costa

“Futuro da nação ou pequenas sementes do mal”? Olhares direcionados aos internos da Colônia Correcional dos Dois Rios e a gestão infantojuvenil na Primeira República (1910-1920) 219

Livia Freitas Pinto Silva Soares

Comtismo, Castilhismo, and Varguismo: anatomy of a Brazilian Creed 245

Jens R. Hentschke

“O Esperado”: a construção da imagem messiânica de Plínio Salgado como chefe da Ação Integralista Brasileira (1932-1937) 288

Rodrigo Santos de Oliveira e Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento

Prováveis futuros desajustados: a repressão política a oficiais intermediários e subalternos da Marinha do Brasil após o golpe de 1964 307

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Del nacional al social desarrollismo: un recorrido histórico desde los años treinta hasta el gobierno de Dilma Rousseff 339

Diego Crescentino

Comida, identidade e xenofobia: um estudo de caso em discursos da nova direita radical europeia 367

Fábio Chang de Almeida e Camilo Darsie

Neoliberalismo e luta social na América Latina no Tempo Presente: a Bolívia entre 2000 e 2005 385

Rafael Pinheiro de Araújo

Resenhas

A memória das nações e a dimensão do trauma cultural do 11 de setembro 409

David Pimenta

O neoconservadorismo norte-americano bate às portas do Brasil	414
<i>Artur Duarte Peixoto</i>	
A pátria amada verde, amarela e cinzenta: os festejos do Sesquicentenário da Independência e o consenso autoritário na ditadura militar brasileira	420
<i>Renato Soares Coutinho</i>	
La influencia externa en el cambio de España	425
<i>María del Pilar Fernández Gallego</i>	
Cartografias de História Pública em Tempos Presentes	430
<i>Igor Lemos Moreira</i>	
<i>Entrevista</i>	
Entrevista com Lorne Dawson (Universidade de Waterloo)	437
<i>José Pedro Zúquete</i>	
Avaliadores	445
Equipe Locus	451

Locus: avaliação e compromisso acadêmico

Locus: evaluation and academic commitment

Locus: evaluación y compromiso académico

Leandro Pereira Gonçalves
<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

Em 2019, recebi o convite para assumir a editoria da *Locus: Revista de História*. Foi um grande orgulho, pois trata-se de uma respeitada revista e referência para a historiografia. Busquei dar sequência a um trabalho de excelência que vem sendo desenvolvido desde 1995. Foram cinco edições, sendo três lançadas em uma pandemia aterrorizante e que pode ser notada nas estruturas das edições. No volume 26, eram quantificadas 150 mil mortes pela Covid-19 no Brasil, enquanto no volume 27, o número subiu para 400 mil mortes. Em uma progressão, o número atual é lançado com quase 600 mil mortes, em um cenário de esperança com a vacinação, mas com incógnitas devido à presença do discurso negacionista e do sucateamento do investimento público na educação e na ciência.

Mantendo um sério trabalho por acreditar na pesquisa, o Departamento e o Programa de Pós-Graduação em História não pouparam esforços para a modernização da revista, um processo iniciado em 2019 e que só foi possível pela existência de uma espetacular equipe de discentes de mestrado e doutorado. Destaca-se o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa no fomento da ciência na UFJF e na aquisição do iThenticate. A partir do Turnitin, há uma ferramenta de verificação de similaridade de textos, gerando confiabilidade e seriedade acadêmica. Ressalta-se ainda que a *Locus* está de acordo com as diretrizes éticas e boas práticas produzidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE).

Com o fim da minha gestão à frente da revista, através de um trabalho coletivo, agradeço o apoio do Conselho Editorial e do Conselho Consultivo, bem como dos avaliadores. Ao novo editor, professor Odilon Caldeira Neto, desejo muita sorte, uma vez que competência não lhe falta para que a qualidade e o dinamismo sejam mantidos.

No período em que estive à frente da revista, um dos objetivos centrais foi a ampliação dos indexadores, o que foi alcançado com sucesso, visto que hoje estamos em diversos portais: BASE, CIRC, CiteFactor, Clase, Diadorim, DOAJ, DRJI, EBSCO, ERIHPLUS, EZB, Google Scholar, HAPI, Index Copernicus, Journals for Free, Justiça Eleitoral, Latindex, LatinREV, Livre, MIAR, MLA, Portal CAPES, Periódico de Minas, REDIB, Researching Brazil, ResearchBib, Scilit, Sumários.org, Ulrichsweb, Wizdom.ai, WorldCat, ZDB, além do Portal de Periódicos da UFJF, responsável por armazenar e apoiar as revistas da instituição. Um sério trabalho está sendo desenvolvido com vistas a atender aos novos patamares indicados pelos órgãos brasileiros, principalmente com novas bases, para que o crescimento e posicionamento sejam progressivos nos próximos anos, uma vez que a indexação e o impacto são o resultado de um processo de anos de esforços sustentados.

Em busca de diferenciais e no comprometimento com a divulgação científica, a *Locus* investe na comunicação e nas redes sociais para sua divulgação. Hoje conta com perfis no Facebook¹, Twitter² e Instagram³, tendo como meta uma relação mais direta com a comunidade, assim como com as discussões sobre História Pública.

Para expandir o debate, em todas as edições ocorre a prática dos dossiês. Assim, para fechar o ciclo, apresento profundas e atuais discussões referentes aos 20 anos dos ataques de 11 de setembro de 2001. Em um momento em que as tropas dos Estados Unidos deixaram o Afeganistão, agora comandado pelo Talibã, o tema é ainda mais urgente. Com isso, José Pedro Zúquete, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, apresenta um dossiê repleto de referências que possuem o propósito de debater e refletir sobre os efeitos do dia que mudou o mundo.

Com destacados autores, oito artigos compõem o dossiê. Pesquisas em inglês, espanhol e em português estruturam esta edição, que possui uma inédita entrevista com o Doutor Lorne L. Dawson, professor da Universidade de Waterloo e um dos maiores especialistas sobre terrorismo, radicalização e violência religiosa. O volume é composto por mais oito artigos da seção livre, bem como cinco resenhas.

O ano de 2022 já está programado. O primeiro volume será composto pelo dossiê *História recente da política externa da América Latina: uma questão de elites?*, enquanto no segundo semestre será publicada a edição *Fascismos, 100 anos depois*.

¹ <https://www.facebook.com/periodicos.ufjf.locus/>

² <https://twitter.com/UfjfLocus>

³ <https://www.instagram.com/ufjffocus/>

Após a publicação de 86 artigos, 19 resenhas e 6 entrevistas acadêmicas, deixo a *Locus* com o sentimento de dever cumprido, com a certeza de que pude contribuir com um projeto iniciado na década de 1990 e sequenciado por diversos colegas pesquisadores, como as saudosas professoras Vanda Arantes do Valle e Maria Fernanda Vieira Martins. A elas a nossa homenagem, e aqui o meu principal agradecimento aos leitores que valorizam e possuem um carinho especial pela *Locus: Revista de História*.

Boa leitura a todos e até uma próxima!

Apresentação

O dia que mudou o mundo? O 11 de Setembro 20 anos depois

The day that changed the world? September 11 20 years later

El día que cambió el mundo? El 11 de setiembre 20 años después

José Pedro Zúquete*

<https://orcid.org/0000-0001-6209-6931>

Uma das imagens-choque da manhã dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, foi a de pessoas a atiraram-se, esbracejando no ar, das torres gémeas de Nova Iorque em chamas. Praticamente 20 anos depois, uma das imagens-choque da retirada Americana do Afeganistão, invadido pelos EUA a seguir ao 11 de Setembro, foi a de civis afegãos a caírem de um avião militar Americano. Iniciar este texto sobre o 11 de Setembro sobre aquilo que uma pessoa vê, e o poder do visual, faz sentido na medida em que esse episódio tem um efeito de “lâmpada” na memória das pessoas – e à escala internacional até porque se deu num contexto muito mais tecnologicamente mediatizado do que no passado, instantâneo e visto e comentado em directo – fazendo-as relembrar, às gerações da passagem do século XX para o século XXI, onde e com quem estavam quando se deu o “evento”. Para muitos pareceu uma interrupção no tempo histórico – havia o antes e o depois, e dizia-se que “nada será como dantes”, e que o mundo, pelo menos Ocidental, teria mudado “para sempre”, na sua confiança, na sua vertigem pela abertura e interconexão, e por uma globalização liberal e capitalista que, pensava-se, iria chegar (e transformar) a todos os cantos do mundo – o mundo que, pensava-se, estava cada vez mais plano, tornava-se subitamente outra vez rugoso e acidentado. E, para quem *antes* tinha pensado num fim da história, ela *depois* e sem aviso, fazia-se ouvir, imprevisível, desconcertante e, como sempre, destruidora de profecias.

A predição do futuro que se fez em 2001 foi mais sombria do que a precedeu apos 1989, e também por isso, mais adequada ao carácter tantas vezes trágico da história das nações e das

* Investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pós-doc na universidade de Harvard, Zúquete é o autor de *The Identitarians* (2018, Notre Dame University Press), o editor do *Routledge International Handbook of Charisma* (2021, Routledge) e o autor de *Populismo: Lá Fora e Cá Dentro* (no prelo, FFMS). E-mail: jpuquete@gmail.com.

relações internacionais. Esta edição da revista *Locus* sobre o 11 de setembro, tem como fio condutor o estudo do impacto e o legado do 11 de Setembro na história *realmente existente*, em várias dimensões e contextos, e numa diversidade de assuntos. Uma premissa fundamental: muitos dos temas que, em 2001 e nos anos seguintes, ocupavam os especialistas de todo o tipo, permanecem, com maior ou menor intensidade, em 2021 – o terrorismo internacional, o fundamentalismo religioso, o contraterrorismo e os seus excessos, os identitarismos étnicos e religiosos, os superpoderes e os impérios, o intervencionismo militar e os seus limites, a expansão e a retração da democracia-liberal. Outra premissa fundamental: 20 anos depois a tendência é para relativizar a ideia do 11 de Setembro como um momento de viragem histórica. Houve claras mudanças. Por exemplo, a “luta contra o terrorismo” levou a mudanças regionais e de regimes (pelo menos temporariamente como se vê no Afeganistão), e ao crescimento exponencial do contraterrorismo e da legislação contraterrorista a nível nacional e internacional, assim como ao aumento e sofisticação das práticas de vigilância. Nesse sentido, como revela o título do documentário da Netflix nos 20 anos do 11 de Setembro, esse episódio foi um *Turning Point*, um ponto de viragem.

Mas o paradigma geopolítico e de política internacional que vinha do fim da Guerra Fria não foi assim tão afectado pelo 11 de Setembro – pode até ser argumentado que o 11 de Setembro foi visto como um motivo para reforçar esse paradigma. Em 2020, Andrew Bacevich, na *Era das Ilusões*, descreveu como, desde os anos 90, as elites americanas aderiram a um consenso pós-guerra fria assente na ideia da globalização e dos mercados livres (e que o capitalismo iria criar uma riqueza sem precedentes), na exportação de valores liberais e individualistas, e da manutenção da ordem através do poder da América e do intervencionismo militar. Afinal de contas a globalização era (e de certa forma ainda é) sinónimo de americanização. Veja-se como uma das narrativas dominantes na política externa americana no período do pós-11 de Setembro foi a da “missão americana” de promoção da democracia no mundo – e o Iraque como um eixo central para redesenhar o mapa do meio oriente, tornando gradualmente a região mais democrática e “esvaziando” assim as razões que alimentavam o terrorismo. Esta ideia (que tem raízes profundas na história americana e do seu “manifesto destino”) estava claramente presente no consenso do pós-guerra fria e foi até reforçada no pós-11 de Setembro. Só muitos anos depois, a partir do segundo mandato de Barack Obama – que começou a pôr em causa a ideia da América como “policia do Mundo” e acentuou o recurso a *drones* no sector militar em detrimento de soldados - e *sobretudo* a partir de 2016 com Donald Trump e a sua plataforma de *América First*, é que este paradigma vai ser abalado – com a América a virar-se para si própria, para a sua comunidade, em vez de “combater monstros por esse mundo fora” como tinha avisado o antigo presidente John Quincy Adams no século XIX – no fundo a ideia da América antes de mais como república, em vez de priorizar o império. E o que se nota com o seu

sucessor John Biden, não obstante a mudança de retórica no apoio a acordos internacionais – pelo menos se pensarmos na retirada precipitada do Afeganistão no Verão de 2021 e nas justificações apresentadas para tal – é a continuidade com uma política externa menos interventiva, menos preocupada em “influenciar” ou em promover virtudes e modos de vida, e focada, já não em “construir nações” no estrangeiro e mais em “reconstruir” o próprio país – uma pretensão, aliás, em linha com a vontade de grande parte da opinião pública americana que já há alguns anos sofre de “fadiga” de todo o impacto financeiro e humano de décadas de conflitos e infindáveis guerras no exterior.

Associado a esta dinâmica, e característica importante desta mudança de paradigma, é a ascensão da narrativa do declinismo e da ideia de “fim de império” – ou seja que o domínio internacional americano se está a esbater em vários domínios, com o fim do momento unipolar de hegemonia, a abertura a uma nova ordem cada vez mais de múltiplos centros e polos de poder, e particularmente com a China como poder central nesse mundo “pós-americano”. Uma das consequências do foco quase exclusivo americano na guerra ao terrorismo foi a de secundarizar a ascensão do gigante asiático que, nos domínios económico, militar, diplomático e tecnológico (como na inteligência artificial) vai-se tornando um rival à escala global. E, enquanto o americanismo vai sendo cada vez mais combatido internamente – com a profusão de grupos domésticos que contestam não só “aventuras imperiais” como a própria identidade da nação, as suas raízes, origens, e carácter, e com divisões identitárias profundas – a China escapa a esse tipo de contestação e, como estado fundamentalmente iliberal, assegura uma maior unidade nacional, o que lhe dá, potencialmente, maior foco na projeção imperial do país. O Historiador escocês Niall Ferguson, que desde cedo escreveu sobre impérios e histórias de impérios, afirma que o fim de qualquer império – e, neste caso americano, de recuo relativamente ao domínio global – é raramente pacífico e indolor. Vinte anos depois, a reacção americana ao 11 de Setembro começa a ser vista como aceleradora do fim da hegemonia americana ou, pelo menos, do impulso de moldar o mundo à sua imagem. Se será temporário, ou permanente, será cedo para dizer, assim como prever se será mais ou menos caótico.

Dito isto, importa dizer que se há uma área onde existe claramente um *antes* e *depois* do 11 de Setembro é a área dos estudos do terrorismo e do contra terrorismo. Assistiu-se a uma proliferação de análises de todo o tipo – quer provenientes de universidades, quer de *think tanks* - assim como a um crescimento exponencial do financiamento de governos para a investigação sobre o terrorismo, do número de investigadores de várias disciplinas (com especial destaque para a psicologia) e de diferentes origens geográficas, assim como ao aumento quer do interesse de revistas académicas generalistas no tópico, quer de revistas científicas especificamente dedicadas ao estudo

do terrorismo. É exactamente neste contexto – como mostram no seu artigo as investigadoras Raquel da Silva e Alice Martini - que surgiram os Estudos Críticos do Terrorismo (ECT) como alternativa à maneira mais tradicional e convencional de estudar o fenómeno. No fundo, um novo paradigma de estudo ancorado numa visão normativa de emancipação de todos os seres humanos de todas as formas de opressão de violência política, menos virado para as políticas de contra-terrorismo e mais para uma dimensão alargada de problematização do contra-terrorismo que inclui questões de género, éticas e de direitos humanos ligadas ao combate ao terrorismo, e novas abordagens ao fenómeno da radicalização. Ao mesmo tempo, a questão da violência – e o pensamento sobre o impacto e o significado da violência – tornou-se mais presente a seguir ao 11 de Setembro. Inspirado pelos trabalhos do sociólogo francês Michel Wieviroka, Felipe Pathé Duarte no seu artigo aborda o impacto do 11 de Setembro na violência política, como confirmação de que a violência contemporânea não é já apenas instrumental mas muitas vezes expressiva ou identitária – na violência metapolítica o político obedece a um princípio maior, ela está subordinada a outras dimensões culturais e religiosas, tornando-a mais intransigente, menos dada a concessões, e ancorada em exigências absolutas – “para os [fins] derradeiros ... a violência é mais um fim em si do que um meio para uma realização política na perspectiva ocidental”.

O 11 de Setembro – e a reacção ao 11 de Setembro por parte de governos e de opiniões públicas – foi também caracterizado pela emergência de duas ideias mobilizadoras: a ideia de *ameaça* para justificar a guerra ao terrorismo, e a ideia de *conspiração*, para deslegitimar a guerra ao terrorismo, ou pelo menos a narrativa oficial sobre vítimas e culpados. No seu texto, Hugo Pérez Hernáiz, escreve sobre as teorias da conspiração – que a seguir ao 11 de Setembro explodiram, e até com livros que se tornaram best sellers – não como aberrações ou desvios do pensamento racional científico, mas como sociodiceias, ou seja como tentativas de explicar a organização das sociedades, competindo com as ciências sociais nesse domínio. E tal como o discurso científico elas visam o controlo, a busca da certeza, a transparência e o controlo totais – “explicar a ordem, explicar o mal contra a ordem, controlar o mal para manter a ordem, são os imperativos morais que partilham as teodiceias tradicionais e as sociodiceias de hoje”. Já quanto à ameaça – seja na acção governamental, seja nos movimentos sociais – ela serve muitas vezes de catalisador ou oportunidade de mobilização. É sob este ângulo que Mariana Medeiros Bernussi, focando especialmente os Estados Unidos, problematiza a “construção” do terrorismo como ameaça para a segurança internacional, num processo expansivo que inclui uma dimensão de “renovação” dos perigos e dos riscos para a comunidade.

Os três artigos que se seguem tratam do mesmo tema, o impacto do 11 de Setembro no campo da direita, seja internacional, seja americana ou brasileira. Francisco Thiago Rocha

Vasconcelos e Silviana Fernandes Mariz escrevem sobre a ascensão de dinâmicas culturais, e de “civilizacionismo”, abertas pelo 11 de Setembro, guiadas pelo paradigma do “choque de civilizações” e seus efeitos na revitalização do pensamento iliberal e tradicionalista no campo da geopolítica. Gabriel Fernandes Rocha Guimarães, concentrando a sua atenção num dos mais influentes formadores de opinião da direita brasileira actual, Olavo de Carvalho, mostra também essa presença da guerra civilizacional. A questão do Islão e da Islamização passou a fazer parte do discurso do pensador brasileiro (como uma das forças que almejam o domínio global), mas numa perspectiva muito mais próxima da direita cristã americana (e de guerra civilizacional judaico-cristã contra o Islão) do que da direita populista euramericana. Finalmente, Bruno Garcia aponta as suas lentes para a história de divisão e de fragmentação do campo da direita americana no pós 11 de Setembro, e que acabará por abrir as portas a correntes da direita mais etnocêntricas e até então postas à margem pela hegemonia intelectual do conservadorismo tradicional do pós-guerra.

Voltando ao início desta introdução e ao papel das imagens na opinião pública, dentro dessa problemática inscreve-se o papel da cinematografia, e Daniel Ivori de Matos aborda no seu texto as produções independentes e estrangeiras, e depois as de Hollywood, sobre o 11 de Setembro e as suas consequências, gradualmente mais críticas da Doutrina Bush e de práticas antiterroristas. Também ligada a esta temática – e ao impacto que o 11 de Setembro teve na cultura americana e na maneira como se expressou nas artes visuais e noutras – a resenha de David Pimenta analisa a forma como eventos traumáticos ocupam um lugar privilegiado na memória nacional como mitos de comunhão e mobilização. E, no caso do 11 de Setembro, esse trauma “mantém-se com uma posição de destaque nas narrativas nacionais do Ocidente, que volta à ‘cena do crime’ incontáveis vezes através de produções culturais”.

Para finalizar, de referir que este dossiê da *Locus* – até porque pensar o 11 de Setembro, entre outras dimensões, também implica pensar no extremismo religioso e no terrorismo de matriz islâmica – inclui também uma entrevista com o sociólogo canadiano Lorne Dawson, que fez inúmeras pesquisas sobre o jihadismo e jihadistas, e que alerta para a necessidade de não desvalorizar as motivações religiosas na compreensão do terrorismo, assim como de empreender mais trabalhos etnográficos e primários para se conseguir um melhor entendimento sobre o fenómeno da radicalização violenta, um processo, diz ele, “complexo e não linear”.

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33772>

**9/11 and the emergence of Critical Terrorism Studies: main debates,
theoretical advancements, and ways forwards**

*9/11 e a criação dos Estudos Críticos do Terrorismo: debates principais, avanços teóricos
e linhas de investigação futuras*

*El 11-S y la creación de los Estudios Críticos de Terrorismo: debates principales, avances
teóricos y líneas de investigación futuras*

Raquel da Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-5239-5919>

Alice Martini**

<http://orcid.org/0000-0003-0513-4422>

ABSTRACT: The attacks of 11 September 2001 have profoundly impacted the field of terrorism studies. In this article we aim to trace, in particular, the impact of this date on the establishment of critical terrorism studies (CTS) as a school of thought. Such an endeavour aims to create an ‘umbrella-term’ to gather scholars from diverse backgrounds, in an attempt to provide a counter-narrative to the dominant, mainstream understanding of terrorism and counter-terrorism. CTS scholarship offers alternative approaches to state-centred, ahistorical, and ‘problem-solving’ standpoints, which have been at the origin of numerous atrocities committed, for example, under

* Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais, Lisboa, Portugal. Marie Skłodowska-Curie fellow (MSCA-IF) at the Center for International Studies at ISCTE-IUL. PhD in Social Applied Studies awarded by the University of Birmingham (UK). Raquel has published a monograph entitled *Narratives of Political Violence: Life Stories of Former Militants* (Routledge), as well as different articles in journals such as *Critical Studies on Terrorism*, *Studies in Conflict and Terrorism*, *Aggression and Violent Behaviour*, and *Contemporary Social Sciences*. She co-convenes the Critical Studies on Terrorism Working Group (BISA) and tweets at @RaquelBPSilva. E-mail: rbpsa@iscte-iul.pt.

** International Relations Department, Universidad Pontificia Comillas, Madrid, Spain. Lecturer in International Security Studies. PhD in International Relations awarded by the Scuola Superiore Sant'Anna (Italy) and the Universidad Autónoma de Madrid (Spain). Among other publications, Alice is the author of *The UN and Counter-Terrorism. Global hegemonies, power, and identities* (Routledge, 2021) and co-editor of *Encountering Extremism* (MUP, 2020). She co-convenes the Critical Studies on Terrorism Working Group (BISA). E-mail: alicecmartini@gmail.com.

the Global War on Terror banner. This article explores the key debates stirred by CTS scholarship over the years, its recent advancements, and existing gaps.

Keywords: Critical Terrorism Studies. 9/11. Global War on Terror. Terrorism. Counter-terrorism.

RESUMO: Os ataques de 11 de setembro de 2001 tiveram um impacto profundo no campo dos estudos do terrorismo. Neste artigo pretendemos traçar, em particular, o impacto desta data no estabelecimento dos Estudos Críticos do Terrorismo (ECT) como escola de pensamento. Tal esforço visa criar um “termo abrangente” para reunir acadêmicos de diversas origens, numa tentativa de fornecer uma contra narrativa para a compreensão dominante do terrorismo e do contraterrorismo. A literatura dos ECT oferece abordagens alternativas para pontos de vista centrados no estado, a-históricos e de “solução de problemas”, que estão na origem de inúmeras atrocidades cometidas, por exemplo, sob a bandeira da Guerra Global ao Terror. Este artigo explora os principais debates estimulados pela literatura dos CTS ao longo dos anos, os seus avanços mais recentes e as lacunas existentes.

Palavras-chave: Estudos Críticos de Terrorismo. 9/11. Guerra Global ao Terror. Terrorismo. Contraterrorismo.

RESUMEN: Los atentados del 11-S han tenido un impacto profundo en el campo de los Estudios de Terrorismo. Nuestro objetivo, en este artículo, es ilustrar el impacto de esta fecha en el establecimiento de los Estudios Críticos de Terrorismo (CTS) como escuela de pensamiento. Este campo representa un esfuerzo para crear una contra-narrativa a las maneras dominante y mainstream de entender el terrorismo y el contra-terrorismo. La literatura CTS ofrece enfoques alternativos a los puntos de vista estado-céntricos, ahistóricos y “problem-solving”, al origen de las numerosas atrocidades llevadas a cabo, por ejemplo, en la Guerra Global contra el Terror. Este artículo explora los debates claves promovidos por la literatura CTS a lo largo de los años, sus logros más recientes, y sus lagunas.

Palabras clave: Estudios Críticos de Terrorismo. 9/11. Guerra Global contra el Terrorismo. Terrorismo. Antiterrorismo.

How to cite this article:

Da Silva, Raquel; Martini, Alice. “9/11 and the emergence of Critical Terrorism Studies: main debates, theoretical advancements, and ways forwards”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 9-25.

Introduction

Critical terrorism studies (CTS) emerged in rupture with the so-called mainstream terrorism studies (MST), which some see as a subfield of security studies (Schmid and Jongman 1988), while others defend as a field of study in itself (Reinares 2012). MST contain a large amount of the terrorism research produced since the establishment of terrorism as a field of study during the 1960s and 1970s, which was motivated by the combination of the rise of anti-colonial movements and wars, and by the conflicts promoted by the Cold War bipolar rivalry then installed around the globe (Jackson et al. 2011). MST have been organized since their conception around Western states' interests, raising a set of issues that range from definitional to methodological and implying various limitations which can be seen at both analytical and normative level. According to Lee Jarvis (2009), the analytical level is related to the fact that terrorism is seen through essentialist lenses that consider it as an objective reality, neglecting contextual factors (e.g., social, political, historical), and how it is constructed. The normative level is related to the fact that terrorism studies are based on a "problem-solving pursuit" approach and show, above all, concerns with generating "policy-relevant research" (Jarvis 2009, 14–15). Consequently, CTS criticizes MTS for being focused on developing counter-terrorist proposals rather than "gaining a social science understanding of the phenomenon" (Della Porta 2013, 12). In addition, they contend that MTS tend to engage in a discourse that delegitimizes the use of political violence by opposition groups against the state while legitimizing the violence perpetrated by the state to enforce its political will (Franks 2009). Thus, as contended by Roger Mac Ginty (2013, 219), the MST community is "stuck in a *Groundhog Day* of confirmation bias, unable to conduct research among the very group it has subjectified".

Critical approaches to terrorism are not a new take on terrorism studies and did not appear after 9/11. In the 1970s, left-wing scholars developed political-economy approaches to violence, whose contribution was marked by the affirmation that terrorism, seen as a strategy, could be employed by both state and non-state actors (Chomsky and Herman 1979; Herman 1982; Herman and O'Sullivan 1989; Gold-Biss 1994). However, after 9/11, CTS carved its clear space and footprint in the field of terrorism studies, as some scholars felt frustrated with the way 'terrorism' was understood and depicted. Such scholars were also horrified by the human rights abuses that counter-terrorism measures were legitimizing – something brought to the fore by the US' answer to 9/11 and its interventions in Afghanistan and Iraq. This was triggered by Richard Jackson's 2005 book, *Writing the War on Terrorism*, and further strengthened by the setting up in 2006 of the Critical Studies on Terrorism Working Group (CSTWG) within the British International Studies Association (BISA), the creation of the journal *Critical Studies in Terrorism* in early 2007 and of the

Routledge Critical Terrorism Studies book series in 2009, and, more recently, the publication of the Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies in 2016.

Initially, CTS authors focused, predominantly, on the critical assessment and discourses legitimizing the so-called Global War on Terror (GWOT) (Jackson 2005; Stokes 2005; Blakeley 2007; Blakeley 2009; Miller and Mills 2009) in order to denounce the atrocities being committed under such a banner and to offer a counter-narrative to the dominant, mainstream understanding of terrorism and counter-terrorism. However, over time, research topics have expanded and developed in relation to the debates of the day, which will be covered in the following section. Therefore, as opposed to MST, CTS consist of “terrorism-related research that self-consciously adopts a sceptical attitude towards state-centric understandings of terrorism and which does not take existing terrorism knowledge for granted but is willing to challenge widely held assumptions and beliefs” (Jackson 2007, 246). At the heart of CTS is a concern with progress and emancipation towards a better, more just, and equal world, which implies an open normative agenda and a recognition that objective, value-free social science is impossible.

In this vein, in 2007, Richard Jackson issued *The Core Commitments of Critical Terrorism Studies*, which organized this subfield around three overarching elements: ontological, epistemological, and ethical (Jackson 2007). In ontological terms, drawing from constructivism in International Relations, CTS perceive the term terrorism as a label that merely represents a violent political strategy at the service of state and non-state actors, and as a social fact that evolves and changes according to spatial and temporal coordinates (Toros 2008); not as a stable, objective and scientifically identifiable phenomenon, as described by MST (Jarvis 2009). Terrorism is rooted in historical, political, and cultural contexts, which at a micro-level are subjective constructions of reality made by individuals that see in violence a strategy to achieve their goals (Della Porta 2013).

In epistemological terms, knowledge is considered a social process attained by language, discourse, and relational exercises, which is always dependent on the context of its conception and connected to power, being susceptible to serving “as a political tool of influence and dominance” (Jackson et al. 2011, 37). Thus, CTS recognize the uncertainty and partiality of knowledge regarding terrorism, suggesting a clear and constant critical reflexivity in the knowledge production process, acknowledging the subjectivity of the researcher, the interests behind the research and the effects it can have on society. CTS equally invite methodological and disciplinary pluralism, denounce ahistorical and decontextualized analysis, raise gender issues, and engage with communities and professionals in the field (Jackson 2007).

Finally, in ethical terms, CTS give precedence to universal human values and societal security rather than national security concerns, assuming an emancipatory approach (McDonald 2009). Such an approach aims to eradicate myths and preconceptions that surround terrorism and that, on the one hand, incarcerate people by employing the dynamics of fear and terror (Breen-Smyth 2007), and, on the other hand, address the conditions impelling individuals to resort to terroristic strategies (Jackson 2009). According to Jeroen Gunning, this emancipatory praxis allows us to

move beyond the state as the sole legitimate referent, and beyond state-centric security notions, to the wider notion of human security and an analysis of how ‘terrorism’ and counter-terrorism affect the security of all, starting from the (gendered) individual, through the community to the state, and including such concerns as social justice, inequality, ‘structural violence’, culture and discrimination. (Gunning 2007, 376).

Thus, through emancipation, CTS has aimed to gather efforts to end the use of state and non-state terrorist violence, to defend human rights in situations of terrorism and counter-terrorist violence, to combat illegal and immoral practices such as targeted killings and torture, to offer non-violent responses to terrorism, and to address structural conditions that might lead to terrorism (Jackson et al. 2011).

In the context of the current special issue, which commemorates the 20th anniversary of 9/11, this article aims to trace the impact of this date on the field of terrorism studies, focusing particularly on its role in the establishment of CTS as a school of thought. In the following pages, we discuss the core debates stirred by CTS scholarship over the years, its recent advancements, and, eventually, discuss existing gaps and ways forward.

Key debates in CTS

The critical research agenda proposed by Richard Jackson, Jeroen Gunning and Marie Breen-Smyth (2009) called for: in-depth and systematic analysis of the linguistic, conceptual, ideological, and institutional processes, as well as political-economic contexts behind the field of terrorism studies and counter-terrorism practices; thorough research on state terrorism and repression; contextualized analysis of terrorism in time and space, including the dynamics of violent and non-violent militancy in various social movements; gender-sensitive analysis of terrorism that not only focus on the role of women in terrorism and counter-terrorism, but also the role of masculinity; the inclusion of voices and perspectives of those in the global South; and detailed examinations of the ethics, impacts and effectiveness of counter-terrorism practices and policies. A number of scholars and students of terrorism have taken up different parts of this critical

research agenda and made important contributions to CTS as a subfield, a few of which we cover in this section.

First, CTS scholarship has thoroughly engaged with questions of ontology, epistemology, methodology, and praxis in the study of terrorism from the point of view of different disciplines and alternative theoretical and methodological approaches inspired by critical theory, constructivism, post-structuralism, postcolonialism, and feminist theory, to name just a few (for an overview see Stump and Dixit 2013; Dixit and Stump 2016). Such an engagement is not surprising considering that CTS was founded with the intention of deepening and broadening the study of terrorism (Toros and Gunning 2009; Jarvis 2009). From the very beginning, CTS followed the spirit of the Frankfurt School of Critical Theory and of the Aberystwyth School's approach to security, and placed normativity based on emancipation at the centre of its political agenda (McDonald 2007). Therefore, 'doing' CTS does not only imply deconstructing existing understandings of terrorism and resulting counter-terrorism – although this is an important “face” of the project (Jarvis 2009). It also means looking for and formulating new, less violent, more ethical and humane ways of dealing with (and understanding) political violence.

Second, CTS have advanced key debates about the nature and definition of terrorism, the use of the 'terrorist' label and the language of terrorism, and the construction of the terrorism threat used by political leaders and the media to legitimize certain politics (see Kassimeris 2007; Mueller and Stewart 2011, 2012). CTS-inspired research does not only uncover and describe these issues, but also point out their consequences, denouncing the use of the GWOT rhetoric to legitimize and justify these measures, which include “invasive processes of surveillance, securitization, border management, social control, democratic constriction, neo-liberalization, legal transformation, and exceptional politics” (Jackson 2016, 26–27). However, it is important to note that CTS scholars have not only provided a robust critique and deconstruction of existing counter-terrorism practices, but have also attempted to articulate an alternative emancipatory counter-terrorism approach. For instance, Sondre Lindahl's (2018) work offers a theory and model of counter-terrorism based on emancipation and non-violence, outlining the basic assumptions, priorities, principles, strategies and tactics, measures and evaluation of counter-terrorism. This model aims to prevent terrorism through the re-conceptualization of how we study and understand this phenomenon which can happen through a radical rethinking of the ontology, epistemology and agenda of counter-terrorism, whose efforts must commensurate with the desired goals (Lindahl 2018). This author has recently further developed this debate, focusing on the notion of

emancipation, which is reinterpreted as a Weberian value-axiom and used as the basis for normative theorizing and action within CTS (Lindahl 2020).

Third, CTS scholars have answered the call to engage with the actors of terrorist violence in order to better understand their subjectivity and world views (Gunning 2007; Toros 2012; Heath-Kelly 2013b; da Silva 2019). This has long been considered a taboo (Zulaika and Douglass 1996), as terrorist actors' perceptions and claims are almost always ignored and the human beings behind them simply demonized (Jackson 2005; Toros 2008; Gunning 2009). Thus, challenging mainstream understandings of actors of political violence, CTS have looked at political violence "as a symptom of a dysfunctional social order" rather than "as a symptom of a dysfunction in the social order" (Toros 2012, p. 21), aiming to understand the role played by violence within the social reality through the perspectives and experiences of its first-hand agents.

Fourth, the gendered aspect of terrorism research has been taken seriously by CTS, which have studied the role of women in terrorism and counter-terrorism scenarios, but also the gendered epistemologies behind such study (Sjoberg and Gentry 2007, 2011; Martini 2018). Usually interpreted through passive frames of victimization, feminist scholars within CTS have highlighted the importance of re-politicizing women as perpetrators of political violence to provide a nuanced understanding of terrorism and, more recently, radicalization. More recent literature has criticized the understanding of Muslim women as gatekeepers of their communities and the resulting focus PVE programmes have put on Muslim women. These reproduce problematic understandings of women as apolitical, peaceful, and domestic subjects (Winterbotham and Pearson 2016; Pearson, Winterbotham, and Brown 2020; Auchter 2020). Moreover, feminist scholars in CTS have pointed out how this understanding led to the penetration of PVE and CVE into the domestic and private sphere. In other words, the focus on the domestic and private realm and the rendering of women into allies within P/CVE not only reproduces gendered understandings of the actors of violence but also allows the penetration of the logic of security into these realms (Auchter 2020).

Fifth, CTS scholars have consistently filled a significant gap within the broader security and terrorism fields by researching various facets of state terrorism (Blakeley 2007, 2009; Jackson, Murphy, and Poynting 2011; Jarvis and Lister 2014), including the unethical and immoral nature of practices such as torture, rendition, and targeted killing. The research conducted by 'The Rendition Project' (Blakeley and Raphael 2016), for instance, has not only informed scholarship on state terrorism, but has also had great societal impact by providing evidence on opaque state activities which has enabled human rights activists, lawyers, and victims to take them to justice. Thus, CTS have brought to the centre of the debate a kind of violence that is usually dismissed

from debates on terrorism. Moreover, CTS have highlighted the obscuring of state-perpetrated violence while shifting the gaze solely towards non-state actors' violence works to reify and legitimize positions of power in international politics.

Finally, counter-terrorism approaches in the West have been, lately, scrutinized by CTS scholars, including the already mentioned different dimensions of the GWT, societal surveillance, but also state-led counter- and deradicalization approaches. In the next section we focus, particularly, on the latter.

Recent issues: Preventing and Countering Radicalization and Violent Extremism

More recently, CTS research has followed the evolution of counter-terrorism into practices of preventing and countering radicalization (Schmid 2013), as well as preventing and countering violent extremism (P/CVE) (Martini, 2021; Martini, Ford, and Jackson 2020). Conceptualized as the (psychological) journey that an individual undertakes towards violence or as “anything that goes on before the bombs explodes” (Neumann 2013), radicalization has been presented, in mainstream terms, as the path an individual follows to embrace politically motivated violence. CTS have produced a strong body of knowledge emphasizing the highly problematic nature of such an understanding. The focus on ‘radicalization’, a concept that came to theoretically delineate a process which, in practical terms, is not straightforward. In other words, while the mainstream literature has focused on producing models to explain radicalization and have sought for pull and push factors (Borum 2011; King and Taylor 2011), CTS have brought into the debate the questioning of the validity of these universal models to study human and social behaviour (Baker-Beall, Heath-Kelly, and Jarvis 2015). The first and most important theme CTS focused on was the depiction of radicalization as affecting “vulnerable” individuals, individuals that needed to be safeguarded from falling prey to radicalizing discourses and narratives. CTS has strongly resisted this categorization of individuals embracing violence because of the lack of rationality, depoliticization, and pathologizing they have been put through (Heath-Kelly, Baker-Beall, and Jarvis 2015). In other words, among others, Heath-Kelly et al. denounce the denial of the political nature of violence and ideologies, a strand inherited from counter-terrorism, as seen above. At the same time, the language of vulnerability allowed the fixation of counter-terrorism, now implemented mostly through countering radicalization, on individuals likely to be susceptible to radicalization. Programmes and measures thus started focusing on subjects “at risk” of being radicalized. Here, again, scholars such as Heath-Kelly problematized this logic by emphasizing the performativity that these measures came to play (Heath-Kelly 2013a). Countering radicalization

strategies worked by spotting subjects at risk and precluding them to become “risky”. However, permeated by a biased logic of calculation of risk, of identification of subjects that potentially may be at risk and focusing on them, counter-radicalization also constructs these individuals as risky – thus the performativity of the logic that creates subjects “at risk of being risky” (Heath-Kelly 2013a, 396).

Moreover, recalling processes already displayed by previous counter-terrorism strategies, CTS denounced how practices of counter-radicalization, shaped by Neo-orientalist understandings, securitized specific – Muslim – communities. Again, working through the logics of these being “at risk of being risky” (Heath-Kelly 2013a, 396), programmes focused on working closely with Muslim communities, securitizing them and, in the end, rendering them “suspect communities” – sub-groups within societies that need to be scrutinized closely because of their supposed vulnerability to extremist ideologies (Breen-Smyth 2014; Pantazis and Pemberton 2009). This process rendered these sub-groups of the population as the domestic fronts of the war on terror (Kundnani 2015) – where intervention is needed (Jackson 2017). This has been described by critical scholars as a way of “policing multiculturalism” within Western societies (Ragazzi 2016) – and thus, these programmes were conceptualized from CTS as broader governmentality, something that became stronger with P/CVE, as discussed below.

Furthermore, where CTS has significantly contributed is the problematization of counter-radicalization and deradicalization programmes. The programmes intended to prevent or counter radicalization leading to terrorism or violent extremism (PVE, CVE, or P/CVE) have gained international policy and political prominence, and there has been, as might be expected, a rapid expansion of the academic literature on such programmes. To date, however, that literature still provides relatively weak evidence about the effects of these programmes, or even indeed about what many of these programmes look like in practice, with much of the literature tending to concentrate on broader policy analysis and theorization of the logics that supposedly underpin these programmes (Busher, Choudhury, and Thomas 2019). On the one hand, critical scholars provided empirical research on the implementation of deradicalization either through interviews with members of Channel panels and mentors (Pettinger 2020; Martin 2019; Thornton and Bouhana 2019; Elshimi 2017) or information collected through Freedom of Information (FOI) requests (Dudenhoefer 2018). On the other hand, CTS unpacked the logics behind the implementation of programmes that address individuals who have not committed violent crimes. Drawing from this reflection, among others, Tom Pettinger shows how programmes are implemented through logics of calculation of risk, which are shaped by the social context(s) they

are embedded in (Pettinger 2020). Thomas Martin adds a reflection on the securitization of specific “epistemological objects” of risk and identities that are also formed through the process of identifying individuals at “risk of being risky” and in the attempt of governing an unknown future (Martin 2018; 2014). Lastly, Elshimi points out that by intervening on the Self, addressing specific absences of (Western) values and enforcing a (neoliberal) thinking, counter- and preventative radicalization programmes are better conceptualized as “technologies of the Self” (Elshimi 2017) that work within the broader paradigm of governmentality and reshape individuals into (liberal) subjects (Skoczylis and Andrews 2020; Cuadro 2020).

It is here that strategies – and CTS analyses with them – shifted even more drastically towards the intervention into the pre-crime space. In fact, in the last years, this shift went even further and the pre-crime space where interventions take place is now one of ideas, thoughts and ideologies as counter-terrorism has evolved into CVE and PVE – the countering and preventing of (violent) extremist ideologies (Martini, Ford, and Jackson 2020). Extremism has become both a synonym of and a key term to discuss (counter)terrorism - despite a significant lack of clarity of the concept (Martini 2020; Onursal and Kirkpatrick 2019). While this ambiguity has not prevented the broader academic community from using the term and conceptualizing strategies to counter it and prevent it, CTS has focused on the problematic character of strategies and a vocabulary that focuses on ideas and ideologies rather than acting to prevent an act of violence.

The majority of the CTS literature has focused on how P/CVE has broadened and deepened counter-terrorism. In fact, the prevention of the adoption of extremist ideologies needs to look for allies outside of the traditional security authorities and outside of law enforcement and traditional counter-terrorism. P/CVE has thus penetrated and allied itself with society in its broad sense, securitizing spaces such as schools and universities (Jerome and Busher 2020), and even social and health care (Heath-Kelly and Strausz 2018; Younis 2020) – subjecting these social spheres to the logics of security (O’Donnell 2020). P/CVE has thus penetrated domestic and private realms, furthering security into societal realms (Auchter 2020).

Within these dynamics, the new actors of security called to collaborate with prevention – depending on the countries – are teachers, professors, doctors, psychologists, members of the civil society, religious leaders, and even community and family members. This has also given rise to the constitution of formal and informal networks of collaborations within society – widening further the scope and the reach of counter-terrorism (Martini, Ford, and Jackson 2020). Here, CTS has denounced how P/CVE has been based on the disciplining of the “extremist” subject and its reconstitution into the “moderate”. This has been taking place through the (enforcement of the)

adoption of specific values denounced by CTS as neoliberal ones (Cuadro 2020) through a process that CTS describes not only as aimed at the countering of terrorism but as a broader neoliberal governmentality of the society in general and, specifically, Muslim individuals through their depoliticization (Skoczylis and Andrews 2020).

Concluding remarks: ways forward and the future of CTS

In this paper, we lined up the core commitments, critical research agenda, and key debates that underpin CTS. From this, it is clear that CTS scholars have articulated a novel approach to the study of terrorism and security rooted in a critical, emancipatory, and ethical praxis, which does not assume that states are inherently legitimate in their violence, applies a gendered approach to terrorism and counter-terrorism, and resorts to a wide variety of ontological, epistemological, and methodological approaches. CTS scholarship also has societal impact by offering evidence of unethical and destructive counter-terrorism practices, thereby supporting the work of human rights activists, lawyers, and journalists. It also put forward a call for engagement outside of academia, through, for example, arts and literature. Richard Jackson's novel, *Confessions of a Terrorist* (Jackson 2014), is among the first example of CTS scholars' engagement with popular narratives. Outside of academia, CTS influences the work of artists, such as Faisal Hussain (see www.suspectobjects.com).

Despite the vast amount of important research done in this subfield since its creation in 2005, there are some areas that need to be further developed. Feminist scholars, for example, advocate for a stronger engagement with domestic violence. While CTS have managed to advance this line of research, as mentioned above, feminist scholars claim that a stronger focus is needed on state or non-state, public or private violence (Jackson 2016). CTS has managed to incorporate feminist accounts of violence only in part and, with some remarkable exceptions (see, for example, Aughter 2020), it has not yet followed the perpetration of violence within the private and domestic realm. This may be related to the fact that CTS research has focused mostly on 'official' narratives and understandings of terrorism and counter-terrorism, putting forward a strong critique of the public legitimization of certain security measures, but leaving aside some other issues such as domestic terrorism.

Secondly, despite its commitment to a broader and more inclusive agenda, CTS are still mostly Western. Research tends to be produced in Western countries by Western scholars (Jarvis 2016). Moreover, there is a strong predominance of research produced in the UK and focusing specifically on British counter-terrorism and P/CVE. This is not surprising, as this country is one

of the leading nations in the implementation of these strategies. However, CTS need to further open their field, specifically incorporating more research on non-Western countries and by non-Western scholars. At the same time, while some remarkable exceptions exist (Groothuis 2020), they need to gather more postcolonial scholars, to further decolonize its agenda and its gaze.

Lastly, and linked to the latter two issues, while one of the major CTS commitments was the focus on state terrorism, this has been somewhat left aside as the field has progressed. The majority of CTS scholars still focus on official narratives and practices of countering and preventing terrorism and on mainstream understandings of terrorism. As Jackson (2016) points out, while important advances have been already made (Blakeley and Raphael 2016; Blakeley 2009; R. Jackson, Murphy, and Poynting 2011), there are currently few CTS scholars working on the topic. Clearly, this may be related to the considerable challenges involved in this type of research, including the fact that it is a highly securitized field – both in terms of access and of funding. Moreover, linked to this aspect, more research is needed on the relationship between state and non-state actors and on the impact of foreign policy in causing violent resistance, as well as on the effectiveness and legitimacy of non-violent, peaceful forms of counter-terrorism (e.g., dialogue and negotiations, political reforms and concessions, dealing with grievances) in order to further the CTS proposal for an empirically and ethically grounded counter-terrorism paradigm (Jackson (Richard Jackson 2016).

After 9/11, the creation of a differentiated CTS school of thought offered the opportunity to gather critical scholars from different disciplines and to facilitate a way of doing research and an explicitly critical research agenda. The establishment of a dedicated journal, book series, and different research groups has encouraged not only critical perspectives, but also reflection in the broader field of terrorism studies, which is guided by a clear, coherent, and systematic research agenda and informed by a particular ontology, epistemology, and normative position.

Bibliographic references

Auchter, Jessica. “The Personal Is Political: Feminist Critiques of Countering Violent Extremism”. In *Encountering Extremism: Theoretical Issues and Local Challenges*, eds. Alice Martini, Kieran Ford, and Richard Jackson, 98–115. Manchester: Manchester University Press, 2020.

Baker-Beall, Christopher, Charlotte Heath-Kelly, and Lee Jarvis, *Counter-Radicalisation. Critical Perspectives*. Abingdon and New York: Routledge, 2015. <https://doi.org/10.4324/9781315773094>.

Blakeley, Ruth. *State Terrorism and Neoliberalism: The North in the South*. Abingdon: Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203876510>.

Blakeley, Ruth. “Bringing the State Back Into Terrorism Studies”. *European Political Science* 6, 3 (2007): 228–35. <https://doi.org/10.1057/palgrave.eps.2210139>.

- Blakeley, Ruth, and Sam Raphael. "Understanding Western State Terrorism". In *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*, ed. Richard Jackson. London and New York: Routledge, 2016.
- Borum, Randy. "Radicalization into Violent Extremism II: A Review of Conceptual Models and Empirical Research". *Journal of Strategic Security* 4, 4, (2011): 37–62. <http://dx.doi.org/10.5038/1944-0472.4.4.2>.
- Breen-Smyth, Marie. "A Critical Research Agenda for the Study of Political Terror". *European Political Science* 6, 3 (2007): 260–67. <https://doi.org/10.1057/palgrave.eps.2210138>.
- Breen-Smyth, Marie. "Theorizing the 'Suspect Community': Counterterrorism, Security Practices and the Public Imagination". *Critical Studies on Terrorism* 7, 2, (2014): 223–40. <https://doi.org/10.1080/17539153.2013.867714>.
- Busher, Joel, Tufyal Choudhury, and Paul Thomas. "The Enactment of the Counter-Terrorism 'Prevent Duty' in British Schools and Colleges: Beyond Reluctant Accommodation or Straightforward Policy Acceptance". *Critical Studies on Terrorism* 12, 3 (2019): 440–62. <https://doi.org/10.1080/17539153.2019.1568853>.
- Chomsky, Noam, and Edward Herman. *The Political Economy of Human Rights, Volume I: The Washington Connection and Third World Fascism*. Nottingham: Spokesman, 1979.
- Cuadro, Mariela. "Knowledge, Power, Subject. Constituting the Extremist/Moderate Subject". In *Encountering Extremism: Theoretical Issues and Local Challenges*, eds. Alice Martini, Kieran Ford, and Richard Jackson, 55–73. Manchester: Manchester University Press, 2020.
- Della Porta, Donatella. *Clandestine Political Violence*. New York: Cambridge University Press, 2013. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139043144>.
- Dixit, Priya, and Jacob L. Stump. *Critical Methods in Terrorism Studies*. London and New York: Routledge, 2016. <https://doi.org/10.4324/9781315777269>.
- Dudenhoefer, Anne Lynn. "Resisting Radicalization: A Critical Analysis of the UK Prevent Duty". *Journal for Deradicalization* 14 (2018): 153–91.
- Elshimi, Mohammed S. *De-Radicalisation in the UK Prevent Strategy: Security, Identity and Religion*. Abingdon and New York: Routledge, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315271361>.
- Franks, Jason. 'Rethinking the Roots of Terrorism: Beyond Orthodox Terrorism Theory—A Critical Research Agenda'. *Global Society* 23, 2, (2009): 153–76. <https://doi.org/10.1080/13600820902766219>.
- Gold-Biss, M. *The Discourse on Terrorism: Political Violence and Subcommittee on Security and Terrorism 1981-1986*. New York: Peter Lang, 1994.
- Groothuis, Sanne. "Researching Race, Racialisation, and Racism in Critical Terrorism Studies: Clarifying Conceptual Ambiguities". *Critical Studies on Terrorism* 13, 4 (2020): 680–701. <https://doi.org/10.1080/17539153.2020.1810990>.
- Gunning, Jeroen. "A Case for Critical Terrorism Studies?" *Government and Opposition* 42, 3 (2007): 363–93. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2007.00228.x>.
- Gunning, Jeroen. "Social Movement Theory and the Study of Terrorism". In *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*, eds. Richard Jackson, Marie Breen Smyth, and Jeroen Gunning. London: Routledge, 2009.
-

- Heath-Kelly, Charlotte. "Counter-Terrorism and the Counterfactual: Producing the 'Radicalization Discourse and the UK PREVENT Strategy'". *The British Journal of Politics and International Relations* 15, 3 (2013a): 394–415. <https://doi.org/10.1111/j.1467-856X.2011.00489.x>.
- Heath-Kelly, Charlotte. *Politics of Violence: Militancy, International Politics, Killing in the Name*. Interventions. London ; New York: Routledge, 2013b. <https://doi.org/10.4324/9780203727560>
- Heath-Kelly, Charlotte, Christopher Baker-Beall, and Lee Jarvis.. 'Introduction'. In *Counter-Radicalisation. Critical Perspectives.*, eds. Christopher Baker-Beall, Charlotte Heath-Kelly, and Lee Jarvis. Abingdon and New York: Routledge, 2015.
- Heath-Kelly, Charlotte, and Erzsébet Strausz. "The Banality of Counterterrorism "after, after 9/11"? Perspectives on the Prevent Duty from the UK Health Care Sector'. *Critical Studies on Terrorism*, 12, 1 (2018): 1–21. <https://doi.org/10.1080/17539153.2018.1494123>.
- Herman, Edward. *The Real Terror Network: Terrorism in Fact and Propaganda*. Cambridge, MA: South End Press, 1982.
- Herman, Edward, and Gerry O'Sullivan. *The 'Terrorisms' Industry: The Experts and Institutions That Shape Our View of Terror*. New York: Columbia University Press, 1989.
- Jackson, Leonie B. *Islamophobia in Britain. The Making of a Muslim Enemy*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2017.
- Jackson, Richard. *Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counterterrorism*. Manchester: Manchester University Press, 2005.
- Jackson, Richard, Jarvis, Lee, Gunning, Jeroen, and Marie Breen-Smyth. *Terrorism: A Critical Introduction*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. <https://doi.org/10.1007/978-0-230-35980-2>.
- Jackson, Richard. "The Core Commitments of Critical Terrorism Studies". *European Political Science* 6, 3 (2007): 244–51. <https://doi.org/10.1057/palgrave.eps.2210141>.
- Jackson, Richard. "Critical Terrorism Studies: An Explanation, a Defence and a Way Forward", Paper Presented at the 3rd Annual CICA-STR International Conference, University of Ulster, Northern Ireland, 2nd - 5th September'. 2009
- Jackson, Richard. *Confessions of a Terrorist*. London: Zed Books, 2014. <https://doi.org/10.5040/9781350219281>
- Jackson, Richard. "A Decade of Critical Terrorism Studies". In *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*, Richard Jackson, London and New York: Routledge, 2016: 1–13. <https://doi.org/10.4324/9781315813462>
- Jackson, Richard, Breen Smyth, Marie and Jeroen Gunning. "Critical Terrorism Studies. Framing a New Research Agenda." In *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*, eds. Richard Jackson, Marie Breen-Smyth, and Jeroen Gunning, 216–36. London: Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203880227>
- Jackson, Richard, Murphy, Eamonn, and Scott Poynting, eds. *Contemporary State Terrorism: Theory and Practice*. London: Routledge, 2011.
- Jarvis, Lee. "The Spaces and Faces of Critical Terrorism Studies". *Security Dialogue* 40, 1(2009): 5–27. <https://doi.org/10.1177/0967010608100845>.
- Jarvis, Lee. "Critical Terrorism Studies after 9/11". In *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*, Richard Jackson, London and New York: Routledge, 2016: 69–76.
-

- Jarvis, Lee, and Michael Lister. 'State Terrorism Research and Critical Terrorism Studies: An Assessment'. *Critical Studies on Terrorism* 7, 1 (2014): 43–61. <https://doi.org/10.1080/17539153.2013.877669>.
- Jerome, Lee. and Busher, Joel. *The Prevent Duty in Education: Enactment, Impact and Implications*. London: Palgrave Pivot, 2020.
- Kassimeris, G., ed., *Playing politics with terrorism: a user's guide*. New York, NY: Columbia University Press, 2007.
- King, Michael, and Donald M. Taylor. "The Radicalization of Homegrown Jihadists: A Review of Theoretical Models and Social Psychological Evidence". *Terrorism and Political Violence* 23, 4 (2011): 602–22. <https://doi.org/10.1080/09546553.2011.587064>.
- Kundnani, Arun. *The Muslims Are Coming! Islamophobia, Extremism and the Domestic War on Terror*. London: Verso, 2015.
- Lindahl, Sondre. 2020. 'The End of Emancipation? CTS and Normativity'. in Alice Martini, *Bringin Normativity into Critical Terrorism Studies*, Abingdon: Routledge, 2020: 48-67. <https://doi.org/10.4324/9781003098362-4>
- Lindahl, Sondre. *A Critical Theory of Counter-terrorism*. Abingdon, Routledge, 2018.
- Mac Ginty, Roger. "Look Who's Talking: Terrorism, Dialogue and Conflict Transformation". *Critical Studies on Terrorism* 6, 1 (2013): 216–23. <https://doi.org/10.1080/17539153.2013.765708>.
- Martin, Thomas. "Governing an Unknowable Future: The Politics of Britain's Prevent Policy". *Critical Studies on Terrorism* 7, 1 (2014): 62–78. <https://doi.org/10.1080/17539153.2014.881200>.
- Martin, Thomas. "Identifying Potential Terrorists: Visuality, Security and the Channel Project". *Security Dialogue* 49, 4 (2018): 254–71. <https://doi.org/10.1177/0967010618770070>.
- Martin, Thomas. *Counter-Radicalization Policy and the Securing of British Identity: The Politics of Prevent*. Manchester: Manchester University Press, 2019. <https://doi.org/10.7765/9781526140098>
- Martini, Alice. *The UN and Counter-terrorism. Global Hegemonies, power, and identities*. Abingdon, Routledge: 2021. <https://doi.org/10.4324/9781003097693>
- Martini, Alice. 'Legitimizing Countering Extremism at an International Level: The Role of the United Nations Security Council'. In *Encountering Extremism: Theoretical Issues and Local Challenges*, eds. Alice Martini, Kieran Ford, and Richard Jackson, 159–79. Manchester: Manchester University Press, 2020. <https://doi.org/10.7765/9781526136619>
- Martini, Alice, Kieran Ford, and Richard Jackson, eds.. *Encountering Extremism: Theoretical Issues and Local Challenges*. Manchester: Manchester University Press, 2020. <https://doi.org/10.7765/9781526136619>.
- Martini, Alice. 'Making Women Terrorists into "Jihadi Brides": An Analysis of Media Narratives on Women Joining ISIS'. *Critical Studies on Terrorism* 11, 3 (2018): 458–77. <https://doi.org/10.1080/17539153.2018.1448204>.
- McDonald, Matt. 'Emancipation and Critical Terrorism Studies'. *European Political Science* 6 (2007): 252–59. <https://doi.org/10.1057/palgrave.eps.2210142>.
- McDonald, Matt. 'Emancipation and Critical Terrorism Studies'. In *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*, edited by Richard Jackson, Marie Breen-Smyth, and Jeroen Gunning. London: Routledge, 2009: 109-123. <https://doi.org/10.4324/9780203880227-15>.
-

- Miller, David, and Thomas Mills. "The Terror Experts and the Mainstream Media: The Expert Nexus and Its Dominance in the News Media". *Critical Studies on Terrorism* 2, 3 (2009): 414–37. <https://doi.org/10.1080/17539150903306113>.
- Mueller, John, and Mark G. Stewart. *Terror, Security, and Money: Balancing the Risks, Benefits, and Costs of Homeland Security*. Oxford: Oxford University Press, 2011. <https://doi.org/10.1093/acprof:osobl/9780199795758.001.0001>.
- Mueller, John, and Mark G. Stewart. "The Terrorism Delusion: America's Overwrought Response to September 11." *International Security* 37, no. 1 (2012): 81-110. https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00089.
- Neumann, Peter R. "The Trouble with Radicalization". *International Affairs* 89, 4 (2013): 873–93. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12049>.
- O'Donnell, Aislinn. "An Educational Response to Counter-Terrorism and Non-Violent Extremism: The Art of Making Distinctions." In *Encountering Extremism: Theoretical Issues and Local Challenges*, eds. Alice Martini, Kieran Ford, and Richard Jackson, 136–55. Manchester: Manchester University Press, 2020.
- Onursal, Recep, and Daniel Kirkpatrick. "Is Extremism the 'New' Terrorism? The Convergence of 'Extremism' and 'Terrorism' in British Parliamentary Discourse". *Terrorism and Political Violence*, April, 1–23. <https://doi.org/10.1080/09546553.2019.1598391>.
- Pantazis, Christina, and Simon Pemberton. "From the "Old" to the "New" Suspect Community: Examining the Impacts of Recent UK Counter-Terrorist Legislation". *British Journal of Criminology* 49, 5 (2009): 646–66. <https://doi.org/10.1093/bjc/azp031>.
- Pearson, Elizabeth, Emily Winterbotham, and Katherine E. Brown. *Countering Violent Extremism. Making Gender Matter*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-21962-8>.
- Pettinger, Tom. "British Terrorism Preemption: Subjectivity and Disjuncture in Channel "de-Radicalization" Interventions". *The British Journal of Sociology*, 2020, April. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12754>.
- Ragazzi, Francesco. "Suspect Community or Suspect Category? The Impact of Counter-Terrorism as "Policed Multiculturalism"". *Journal of Ethnic and Migration Studies* 4, 5 (2016): 724–41. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2015.1121807>.
- Reinares, Fernando. "Terrorism Studies Is Not a Sub-Discipline. What the Field Needs Is to Become Truly Inter-Disciplinary". *START. National Consortium for the Study of Terrorism and Responses* (blog). 31 October 2012. <http://www.start.umd.edu/news/discussion-point-terrorism-studies-not-sub-discipline>.
- Schmid, Alexander, and A. Jongman. *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories and Literature*. Amsterdam: North Holland Publishers Company, 1988.
- Schmid, Alexander. "Radicalization, De-Radicalisation and Counter-Radicalisation: A Conceptual Discussion and Literature Review". *International Centre for Counter-Terrorism - The Hague, ICCT Research Paper*, 2013. <https://doi.org/10.19165/2013.1.02>.
- Silva, Raquel da. *Narratives of Political Violence. Life Stories of Former Militants*. Abingdon: Routledge, 2019.
- Sjoberg, Laura, and Caron E. Gentry. *Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics*. London; New York; New York: Zed Books, 2007.
-

- Sjoberg, Laura, and Caron E. Gentry, eds. *Women, Gender, and Terrorism*. University of Georgia Press, 2011. <https://muse.jhu.edu/book/10493>.
- Skoczylis, Joshua, and Sam Andrews.. ‘A Conceptual Critique of Prevent: Can Prevent Be Saved? No, But...’. *Critical Social Policy* 40, 3 (2020): 350–69. <https://doi.org/10.1177/0261018319840145>.
- Stokes, David. *America’s Other War: Terrorizing Colombia*. London: Zed Books, 2005. <https://doi.org/10.5040/9781350218444>.
- Stump, Jacob L., and Priya Dixit. *Critical Terrorism Studies. An Introduction to Research Methods*. New York: Routledge, 2013. <https://doi.org/10.4324/9780203073575>.
- Thornton, Amy, and Noémie Bouhana. ‘Preventing Radicalization in the UK: Expanding the Knowledge-Base on the Channel Programme’. *Policing: A Journal of Policy and Practice* 13, 3 (2019): 331–44. <https://doi.org/10.1093/police/pax036>.
- Toros, Harmonie. ‘We Don’t Negotiate with Terrorists!’: Legitimacy and Complexity in Terrorist Conflicts’. *Security Dialogue* 39, 4 (2008): 407–26. <https://doi.org/10.1177/0967010608094035>.
- Toros, Harmonie. *Terrorism, Talking and Transformation. A Critical Approach*. Abingdon and New York: Routledge, 2012. <https://doi.org/10.4324/9780203123508>
- Toros, Harmonie, and Jeroen Gunning. ‘Exploring a Critical Theory Approach to Terrorism Studies’. In *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*, eds. by Richard Jackson, Marie Breen Smyth, and Jeroen Gunning. London: Routledge, 2009: 87-108.
- Winterbotham, Emily, and Elizabeth Pearson. ‘Different Cities, Shared Stories: A Five-Country Study Challenging Assumptions Around Muslim Women and CVE Interventions’. *The RUSI Journal* 161, 5 (2016): 54–65. <https://doi.org/10.1080/03071847.2016.1253377>.
- Younis, Tarek. ‘The Psychologisation of Counter-Extremism: Unpacking PREVENT’. *Race & Class*, 2020, 030639682095105. <https://doi.org/10.1177/0306396820951055>.
- Zulaika, Joseba, and William A. Douglass. *Terror and Taboo: The Follies, Fables, and Faces of Terrorism*. London and New York: Routledge, 1996.

Received: March 29, 2021

Approved: May 26, 2021

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.34092>

Os ataques de 11 de setembro: outras leituras da violência política

The 9/11 attacks: other readings on political violence

Los ataques del 11 de Septiembre: otras lecturas sobre violencia política

Felipe Pathé Duarte *

<https://orcid.org/0000-0002-1067-5381>

RESUMO: As dinâmicas da violência política parecem ser um ponto indissociável de formas concretas de poder. Em termos muito genéricos assentam, por exemplo, na crítica platoniana do “tirano”, no maquiavelismo do “príncipe” ou na crítica marxista de dominação. Há, portanto, uma dialéctica da violência política que põe o Estado (ou outra autoridade política) no centro da análise. Este tipo de violência assume assim o papel de uma *praxis* destrutiva ou construtiva. Ou seja, o perpetrador de violência política age por três razões: pelo poder, para tomá-lo ou para criá-lo. Mas os ataques de 11 de setembro vieram redefinir este quadro de análise. A par da dimensão instrumental, o carácter expressivo da violência política passou a ser cada vez mais considerado. Por isso, o papel da autoridade política como principal eixo analítico deste tipo de violência tornou-se limitado. Vinte anos depois dos atentados da *al-Qaeda*, a violência política ganhou outro significado. Como tal, por excesso, ou por defeito, há outros modelos que deverão ser tidos em conta e que colocam a tónica da violência política para lá da instrumentalidade.

Palavras-Chave: Violência Política. Terrorismo. *al-Qaeda*. Jihadismo-Global. Extremismo-Violento.

ABSTRACT: The dynamics of political violence seem to be an inseparable point of concrete forms of power. And in Political Philosophy, this type of violence seems to remain inseparable from the role of the State. In very general terms, it is based, for example, on the Platonic criticism of the

* Investigador Auxiliar e Professor Auxiliar Convidado na *Nova School of Law*, em Lisboa. É ainda Professor Auxiliar Convidado no Instituto de Ciência Policiais e Segurança Interna, em Lisboa. Doutorado e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa, e licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi *visiting fellow* na Universidade de Oxford e no *Center for Strategic and International Studies*, em Washington DC. Foi bolseiro *Fulbright* no programa *US National Security Policymaking*. É professor convidado no Instituto Universitário Militar e na *European Union Agency for Law Enforcement Training* (CEPOL). Áreas de interesse: estudos de segurança, violência política, terrorismo, subversão, extremismo-violento. Email: felipe.duarte@novalaw.unl.pt

“tyrant”, on the Machiavellianism of the “prince” or on the Marxist criticism of domination. There is, therefore, a dialectic of political violence that places the state (or other political authority) at the center of the analysis. This type of violence thus assumes the role of a destructive or constructive *praxis*. In other words, the perpetrator of political violence acts for three reasons: by power, to take it or to create it. But the 9/11 attacks have redefined this framework for analysis. In addition to the instrumental dimension, the expressive character of political violence has come to be increasingly considered. Therefore, the role of political authority as the main analytical axis of this type of violence has become limited. Twenty years after the *al-Qaeda* bombings, political violence took on another meaning. As such, by excess, or by default, there are other models that should be considered and that place the emphasis on political violence beyond instrumentality.

Keywords: Political Violence. Terrorism. al-Qaeda. Global-Jihadism. Violent-Extremism.

RESUMEN: La dinámica de la violencia política parece ser un punto inseparable de formas concretas de poder. Y en Filosofía Política, este tipo de violencia parece seguir siendo inseparable del papel del Estado. En términos muy generales, se basa, por ejemplo, en la crítica platónica del “tirano”, en el maquiavelismo del “príncipe” o en la crítica marxista de la dominación. Existe, por tanto, una dialéctica de violencia política que sitúa al Estado (u otra autoridad política) en el centro del análisis. Este tipo de violencia asume así el papel de una *praxis* destructiva o constructiva. Es decir, el autor de la violencia política actúa por tres motivos: por poder, para tomarlo o para crearlo. Pero los ataques del 11 de septiembre han redefinido este marco de análisis. Además de la dimensión instrumental, el carácter expresivo de la violencia política se ha venido considerando cada vez más. Por tanto, el papel de la autoridad política como principal eje analítico de este tipo de violencia se ha vuelto limitado. Veinte años después de los atentados de *al-Qaeda*, la violencia política adquirió otro significado. Como tal, por exceso, o por defecto, existen otros modelos que se deben tener en cuenta y que ponen el énfasis en la violencia política más allá de la instrumentalidad.

Palabras-clave: Violencia Política. Terrorismo. al-Qaeda. Yihadismo Global. Extremismo Violento.

Como citar este artigo:

Duarte, Felipe Pathé. “Os ataques de 11 de setembro: outras leituras da violência política”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 26-43.

Introdução: A Violência Política e o Estado

Na década de 1960, Pierre Hassner distinguia três níveis de violência política: um a nível internacional – tendo como pano de fundo a tenção bipolar da Guerra Fria; outro inter-Estados – no âmbito nacional e na relação diplomática; e por fim um terceiro nível que se refere à violência

infra-Estado (Hassner 1995, 11). Veremos que é uma proposição desactualizada. Mas pode servir de mote. Coloca-nos um ponto de partida para a desconstruir a dimensão instrumental da violência política e a ligação, intrínseca ou extrínseca, a uma autoridade de poder.

Nesta perspectiva, considerar a violência política ao nível do Estado significa dois modelos de análise: olhar para as várias acções dos actores políticos para manter, criar ou mudar o poder; ou então, considerar os vários processos históricos que levaram à criação de Estados independentes. E se numa linha vertical cairmos para a violência política dentro dos Estados, ou na sociedade, a análise centra-se em comportamentos condicionados pelo próprio Estado, o legítimo monopolizador da força, adágio apresentado em 1919 por Max Weber (1979). Portanto, neste ponto de vista, qualquer violência não-Estatal é vista como um desafio a este quadro analítico. Mas, se o 11 de Setembro 2001 o pôs em causa, as duas décadas seguintes remeteram-no para a insuficiência.

A partir dos anos 90, as expressões de extremismo político violento dominantes do período da Guerra Fria foram perdendo fulgor. Em paralelo, manifestações de violência baseadas na identidade cultural tomaram-lhe o lugar – sejam elas de carácter étnico ou religioso.¹ Desta forma, a violência acabou por deixar de lado o Estado ou outra qualquer autoridade. O mote passou a ser outro. Ou seja, a violência política passou a ter um papel mais expressivo e menos instrumental.

Continua a ser um meio para um fim. Mas quando sobrevém uma razão pouco concreta, esta componente instrumental esbate-se. Não que a violência política tenha abandonado fins concretos, pragmáticos e políticos. Porém, hoje, ter-se-ão que equacionar fins de outras dimensões que subordinam o vector político a princípios de carácter metafísico e/ou de retórica religiosa. Naturalmente que estes fins influenciam a forma de os alcançar. E é neste diálogo de fins e meios que convive a violência do jihadismo global (Duarte 2015a).

Convidamos, então, o leitor a analisar este processo em quatro etapas. Uma primeira, de componente mais polemológica e geopolítica, aponta a razão da crise das soberanias e desterritorialização da violência política. Ou seja, a dimensão estatal deixa de ter preponderância na actual leitura da violência política. A segunda etapa vê como consequência da primeira etapa a ascensão da chamada violência infrapolítica e metapolítica, conceitos utilizados por Michel

¹ Identidade cultural é um conceito controverso. Mas pode ser lida como a identificação colectiva, característica de uma comunidade ou sistema social, de um conjunto de atributos simbólicos historicamente partilhados. Aqui referimo-nos apenas a identidades colectivas, mais inclusivas, que emergem de esferas de comunicação e/ou socialização. E que assentam em alinhamentos da cultura e dos seus elementos. Falamos de partilha de códigos simbólicos, sistemas de valores, mitos comuns que são sistematizados em costumes e rituais – realidades supra-empíricas e de formas organizacionais especializadas. Aqui, são sobretudo identidades de carácter étnico, religioso e etno-religioso que, embora distintas, derivam de critérios de classificação cultural análogos, aparecendo, com frequência, associados. (Castells 2004, 5-68).

Wieviorka (2009, 34-38). A seguir, na terceira etapa aprofunda-se a violência metapolítica, dando-lhe um corpo de retórica religiosa, ilustrado no jihadismo global. Por fim, na quarta etapa, apresentam-se dois modelos interpretativos para ler a violência política para lá da instrumentalidade: um, de Walter Benjamin, desconstrói-a; o outro, de René Girard, põe a tônica na dimensão simbólica da violência.

Crise das Soberanias e Desterritorialização da Violência Política

Balizemo-nos na história. Até ao final da Guerra Fria a dinâmica internacional estruturava-se em torno de uma bipolaridade. Mas a implosão do império soviético ajudou ao assomo de novas realidades que puseram em causa o poder efetivo dos Estados. A isto ainda podemos acrescentar a proeminência de actores não-estatais no plano internacional e a crescente globalização. Ou seja, a relação entre os Estados passou a ter uma representação diferente. Por um lado, o mundo parecia caminhar para uma aparente unificação económica e política. Por outro, o avanço nas tecnologias de informação e comunicação transformava a percepção da realidade, dando ideia de um mundo cada vez mais estruturado em rede (Castells 2004). Houve uma redefinição das relações de poder. E daqui surgiram dois problemas ao quadro analítico inicial: uma crise das soberanias dos Estados e a progressiva desterritorialização da violência política – uma pedrada narcísica ao adágio de Weber (1979).

Mas não foi um momento inaugural. Desde a década de 60 que a violência política passou a estar cada vez menos associada à acção armada interestados (Wieviorka 2009). Deu lugar a outras formas de conflito, irregulares e assimétricos. Aliás, repare-se que a partir do final da Segunda Grande Guerra as guerras convencionais entre Estados rarearam. Para termos uma ideia: de 1945 até ao início do Século XXI, só 18% dos conflitos foram guerras convencionais. Uma tendência que acentuou a partir da década de 90, durante a qual houve apenas cinco conflitos convencionais (Brown 2003, *apud* Reis 2017, 16). No âmbito da Polemologia, há várias razões que nos apontam para isso: seja a transformação e facilidade de acesso a tecnologia militar; a democratização, descolonização e outras mudanças de regime; a ilegalização da guerra como instrumento de política dos Estados; ou a transição de poder, com novas potências dominantes, que privilegiam guerras por procuração (*proxy wars*) (Reis 2017, 16-27).²

² Têm sido vários os autores que tentaram caracterizar esta nova forma de conflitualidade. Assim, entre outros, destacamos o conceito de “Guerra Subversiva” (Pinheiro 1963), de “Guerra Assimétrica” (Mack 1975), de “Guerras do Terceiro Tipo” (Holsti 1996), das “*Small Wars*” (Gray 199), das “Guerras de 4ª Geração” (Hammes 2004), da “*New War*” (Kaldor 2001), ou das “*Compound Warfare*” (Huber 2004).

Mas, este *volte-face* geopolítico foi também caracterizado pelo epílogo de meta-narrativas políticas.³ Cruzamos agora o campo da Filosofia Política. Houve como que um reposicionamento de uma determinada forma cultural e política patente no espraiar da globalização (Gellner 1994). E isso deu margem para que outros fins justificadores de violência política – que não sejam a conservação ou a derrocada do Estado – se tornassem mais proeminentes. Assim, no pós-1989, abandonando, mas não por completo, as concepções políticas de esquerda/direita e de auto-determinações nacionalistas que tanto caracterizaram a segunda metade do século passado, começaram por se manifestar violentamente movimentos antiglobalização, movimentos de cariz étnico, movimentos religiosos, etc. Ou seja, assistiu-se a uma desterritorialização da violência política, levando a uma leitura mais intercomunal do que intraestatal dos confrontos bélicos latentes.

Não se quer com isto dizer que os nacionalismos e/ou extremismos políticos estejam mortos. Bem pelo contrário. Aliás, na última década assistimos a uma reemergência deste fenómeno, que tende a ser populista e assenta no reconhecimento de uma dignidade identitária. Ou seja, numa espécie de etno-nacionalismo exclusivo e intolerante a uma elite transnacional e global. Adoptando uma postura hegeliana, Fukuyama (2018) defendeu que se a tese da contemporaneidade é o individualismo, potenciado pela globalização, a antítese surge com identidades colectivas agressivas, que podem ameaçar a democracia ocidental. Perante o individualismo secular, surge o comunitarismo fervoroso. O *establishment* político, segundo o autor, andou em torno de uma discussão entre liberdade e igualdade.

Ainda para Fukuyama (2018, 24), se a esquerda usou o estado para garantir distribuição equitativa e justa, a direita garantiu as liberdades individuais e económicas. Mas à medida que estes dois princípios convergiam no centro, a imigração e as identidades começaram a ocupar o palco na política. A esquerda apostou na narrativa dos direitos das minorias. A direita usou o nacionalismo para contrapor à desigualdade e a privação. É exemplo disso a narrativa que levou Donald Trump ao poder nos EUA, a que sustenta Vladimir Putin na Rússia ou Viktor Orbán na Hungria, e que é explorada por Xi Jinping na China (Fukuyama 2018, 17). Podemos também referir a pretensa humilhação de muçulmanos que é usada para legitimar violência em nome o jihadismo global ou as indignidades sofridas por minorias em países democráticos que potenciam movimentos *anti-*

³ Na linha de Jean-Francois Lyotard (1979), meta-narrativa é toda aquela narrativa filosófica que encerra em si uma verdade absoluta sobre o universo. Ideias como a de progresso, razão, história e superação, características do Iluminismo e da Modernidade filosófica, foram traduzidas politicamente em visões totalitaristas que marcaram todo o século XX. Esse vácuo veio abrir a porta a reinterpretções dessas mesmas meta-narrativas, mas adaptadas a outras realidades. O jihadismo global é disso um exemplo (Gray 2004 e 2008; Duarte 2015a e 2015b).

establishment violentos, como caso do *Black Lives Matter*. Por isso, analisar a violência somente em termos de relação com o Estado, não chega.

Em suma, assistimos a um (re)viver de expressões culturais, religiosas e étnicas. Parecem surgir como formas de uma identidade oponente ao vácuo relativista da contemporaneidade Ocidental ou à imposição cultural da globalização perpetrada pelo Ocidente (Gellner 1994; Gray 2008; Pereira 1992; Ruthven 2004). E, embora apareçam com um teor histórico, são construções recentes. Fundem tradicionalismo com estruturas de pensamento político ocidental e moderno.

Neste género de cenário conjuntural universalizou-se a tribalização como reacção generalizada. E as várias “tribos” digladiam verdade entre si. Ou seja, numa “*espiral ascendente*”, o processo de degradação dos relacionamentos étnico-religiosos vive numa espécie de autofagia (Guedes 2005, 75). Surgem posições extremadas opostas e reactivas, mas de dependência mútua. Isto é, na Europa, por exemplo, a retórica islamista precisa da extrema-direita. E vice-versa. Estão no mesmo lado da moeda: o da perversão da modernidade ocidental (Duarte 2018a).

A Violência Infra e Metapolítica

Os 20 anos depois dos ataques de 11 de setembro consolidaram formas de violência política que surgiram na sequência do final da Guerra-Fria. Mais que perpetrada em nome de grandes ideologias políticas ou enquadradas em pretensões estatais, assomou-se uma violência centrada em manifestações identitárias, nomeadamente étnicas e religiosas. Se a primeira manifestação se tende a desenrolar no interior dos Estados, a segunda excede-os globalmente. Temos então fins legitimadores de violência que se prendem com razões infra e metapolíticas.

No geral, podemos dizer que a violência infrapolítica é “menos política” ou talvez “pré-política”. Está interessada em manter distância do Estado para poder levar a cabo, por exemplo, atividade criminosa e criar ganhos económicos para grupos como ou outros do género (Ayyash 2019). Tendeu a “privatizar-se”, podemos dizer. Contudo, no imediato, os fins ainda vão tendo um teor nacionalista. E, em alguns casos, ainda há pretensão de controlo de autoridade política. Mas os actores tendem a apartar-se paulatinamente da vontade de controlo de Estado ou do sistema político. Afundam-se na obtenção de lucro através do tráfico de drogas, bens ou seres humanos, na extorsão... isto é, todo o tipo de actividades que compõem a definição de criminalidade organizada (Wieviorka 2009, 34-36). Aqui já não há a avidez de uma tomada técnica do poder (Malaparte 1983). São exemplos desta violência infrapolítica grupos armados sul-americanos que da guerrilha étnica de teor marxista-leninista passaram ao narcotráfico e à extorsão.⁴ Ou o caso

⁴ Como o caso das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*, os também colombianos *Ejército de Liberación Nacional* e *Autodefesas Unidas de Colombia*, ou os peruanos do grupo *Sendero Luminoso*.

grupos de árabes e tuaregues do Sahel e Magrebe que associam acções de violência política, ao contrabando e ao tráfico de seres humanos e drogas para a Europa.⁵ Também é de referenciar as organizações de carácter mafioso, ou grupos similares, emergentes nos países da ex-União Soviética ou nos Balcãs. Em paralelo a actividades criminais, professam uma ideologia de extrema-direita e, não raras vezes, são *proxies* do Kremlin (Galeotti 2017).

Mas, todos eles procuram intimidar o poder instituído e alcançar controlo territorial. Não o fazem só por razões políticas. Querem garantir liberdade de acção das suas actividades lucrativas. E chegam a ter um poder económico/financeiro que rivaliza com o do Estado oponente. Ou seja, provocam a desestabilização económica, social e política dos países onde atuam. Procuram o controlo, mas não, necessariamente, a tomada de poder (Garcia 2010, 135-137). É sabido que muitos movimentos subversivos recorrem a actividades criminosas como forma de obtenção de lucro, porém, no final, o objectivo político prevalece. Tal como vimos no parágrafo anterior, o que se passa agora, na violência infrapolítica, é que essa meta se perverteu em prol de objectivos puramente lucrativos e “privados”.

Outro caso de violência infrapolítica, sentida sobretudo nas sociedades abertas, tem a ver com os já referidos movimentos identitários. Em muitos casos, há um carácter politizado. Mas, no seu vasto espectro, podem incluir delinquentes que empregam métodos violentos para obtenção de fins pouco políticos. São exemplo, movimentos racistas e xenófobos, e/ou revolucionários como a subcultura *skinhead* (seja *bonehead* ou *redskin*), atuantes, sobretudo, nas grandes urbes do mundo ocidental.

A violência infrapolítica vem lembrar-nos que nem toda a violência política anda em torno do controlo da *polis* ou do sistema político. Há uma espécie de eclipse da componente política neste tipo de violência. Aqui, alude-se a um tipo de actor que está entrincheirado entre a delinquência/criminalidade e uma mundividência politizada. No fundo, a violência infrapolítica poderá ser lida também como génese de violência, agora sim, política. É uma espécie de pré-fase.⁶ Porém, ainda reflecte uma desarticulação entre aquilo que parece ser infrapolítico, mas associado a

⁵ Como exemplo poderão ser referidas as redes de grupos tuaregues e organizações jihadistas que controlam os vários tráficos trans-saharianos. É o caso da antiga *al-Qaeda* do Magrebe Islâmico (mais tarde replicado pelo Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental, pelo *Ansar Dine* e pelo *al-Mourabitoun*) e dos tuaregues do antigo *Mouvement National de Libération de l'Azawad* (Yahia et al 2019).

⁶ Nada disto é novo. Pode-se aplicar aqui o conceito de *lumpen-proletariat*. Um termo forjado por Marx e Engels na obra “Ideologia Alemã” (1845-46) para descrever o pária social urbano. E tanto para Trotsky (1996), como para Frantz Fanon (1961), o *lumpen* é vital na revolução, pela simultânea ausência de valores e permeabilidade ideológica. Contudo, por oposição, uma das características da maioria dos actores dos movimentos racistas e xenófobos é a integração na força de trabalho da consciência de classe. Neste caso, há sempre a possibilidade de doutrinação e exploração dessa condição de classe.

outros grandes desígnios políticos – como a violência antisemita articulada ao confronto israelo-palestino ou a violência antimuçulmana ligada aos vários ataques jihadistas.

Já a violência metapolítica está enquadrada numa perspectiva mundividente que nasce para além da política (Wieviorka 2009, 36-38). Constrói-se sob princípios considerados absolutos. Pauta toda a sua representatividade pela intransigência e pelo fundamentalismo. Não que a metapolítica seja apolítica. Mas articula-se em narrativas que andam em torno de formas culturais e/ou religiosas. Não admite possibilidade negocial, pelo não reconhecimento existencial de outros que não os professantes.

Perante esta dimensão abstracta dos fins, a violência perde a perspectiva instrumental. Assume um carácter expressivo, ético e puramente identitário (Ayyash 2019). Deverá ser lida como inaugural, arquetípica e não de continuidade histórica. Ou seja, é uma violência que representa o mundo simbólico do perpetrador. É “pura” e não mediadora (Benjamin s/d).

Portanto, há uma dimensão não instrumental da violência política e da guerra que devemos considerar (Coker 2002, 3-9). É uma forma de violência moldada pela busca da identidade colectiva cultural dos perpetradores. O *leitmotiv* não assenta somente em considerações políticas. E isso, por vezes, tende em obliterar o carácter instrumental da violência política.

A Morte da Utopia e a Violência Religiosa

Antes de avançarmos mais na análise da violência metapolítica, há que ter em conta dois pontos. O primeiro, é que este fenómeno não surge somente após o final da Guerra Fria, muito embora se tenha feito sentir com mais veemência a partir desse período. O segundo é que esta violência não deverá ser lida como uma forma de resistência por parte de actores que, atavicamente, rejeitam a modernidade. É, sim, um subproduto da modernidade. E isso pode verificar-se facilmente no caso do jihadismo global (Buruma e Margalit 2005; Gray 2003 e 2008).

No que diz respeito ao primeiro ponto, basta uma análise superficial da história para lembrar que violência de carácter político-religioso não é nova. O uso de retórica religiosa sempre se revelou eficaz para granjear apoio. Verificável, sobretudo, onde nacionalismos ou identidades étnicas estejam ancoradas em religiões – mesmo não tendo um fim baseado em pressupostos religiosos, acaba por haver uma intensificação e uma quase absolutização da violência. Partindo daqui, não estão tão distantes na nossa memória alguns movimentos com fins seculares e pragmáticos, mas com uma retórica de carácter religiosa.⁷

⁷ Como o caso do *Irish Republican Army* (maioritariamente católico), a *Front de Libération Nationale* da Argélia (maioritariamente islâmica) ou qualquer dos movimentos terroristas anti-colonialistas judaicos. Já com fins mais religiosos do que seculares, lembramos os *Basijis* durante a guerra Irão-Iraque ou, durante os anos 70, os sionistas e messiânicos *Gush Emunin*.

Em 1968, por exemplo, não havia nenhum grupo terrorista cuja causa fosse classificada como religiosa. A partir da década de 1980 começa a haver um recrudescimento de movimentos terroristas considerados religiosos, passando de dois, em 1980, para onze, em 1992. Em 1995, dos cinquenta e seis grupos terroristas reconhecidos internacionalmente, vinte e seis eram de matriz religiosa (Hoffman 1999). Ou seja, durante da década de 1990 a violência de retórica religiosa começou a assumir um papel preponderante enquanto ameaça geopolítica – seja pela motivação da criação de um Estado religioso nos vales do Punjab (com o o *Babbar Khalsa* ou o *Khalistan Liberation Tiger Force*); pelas perspectivas apocalípticas da seita *Aum Shinkirikyō* que em 1995 atentou em Tóquio; pelo cristão radical Timothy Mcveigh que fez explodir um edifício federal em 1995 no estado do Oklahoma; ou pelas pretensões de criar um califado universal, defendidas pelo jihadismo global.

Repare-se que, ao longo destas duas últimas décadas, a forma mais letal de terrorismo no Ocidente tem sido o terrorismo de matriz religiosa que assume, quase exclusivamente, a forma de jihadismo global. Desde 2002 que grupos terroristas jihadistas, ou actores solitários inspirados pelos mesmos princípios, foram responsáveis por 814 mortes no mundo ocidental.⁸ O pico de acções jihadistas neste espaço ocorreu entre 2015 e 2017, com 99 ataques e 479 mortes em 16 países (Global Terrorism Index 2019, 61). Contudo, embora o terrorismo de motivação religiosa tenha sido a mais letal terrorismo no Ocidente nestas últimos duas décadas, não tem sido o mais comum. Foi superado em número por acções terroristas com motivação política. Mas são incidentes com um grau de letalidade muito reduzido: entre 2002 e 2011 houve 18 mortes, mas entre 2015 e 2019 houve 190 mortes. Em 2019, 63% dos ataques e 90% das mortes foram atribuídas a terrorismo de extrema-direita e extrema-esquerda (Global Terrorism Index 2019, 62)

Quanto ao segundo ponto, partimos do princípio de que estas construções ideológicas fundem pragmatismo político com preceitos religiosos. Mas, embora estas construções afirmem a rejeição do mundo moderno, são inequivocamente modernas.⁹ E o facto de rejeitarem as

⁸ Por mundo ocidental entenda-se a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos da América, Europa e Nova Zelândia (definição do Institute for Economics & Peace, que concebe anualmente o Global Terrorism Index).

⁹ Por modernidade, noção arbitrária, contestável e impossível de explicar em nota de rodapé, entende-se uma época, uma civilização e uma determinada concepção de humanidade que caracteriza a cultura e filosofia europeia e ocidental. Vai desde o renascimento até à contemporaneidade. O racionalismo, o iluminismo e o positivismo são, no âmbito da filosofia, as suas marcas mais indeléveis. Como características mais generalistas podemos apontar a conquista da autonomia do Homem; o desencantamento do mundo pela ciência, omnisciência e poder; a secularização da sociedade e a dissociação das diferentes dimensões existenciais (colectiva e individual); e a fé no inevitável progresso da humanidade. O século XX tornou-se o legítimo herdeiro desta modernidade, mas na sua forma mais perversa. Baseados na prossecução utópica de progresso da humanidade houve projectos políticos que, assentes em incontornáveis meta-narrativas, instauraram regimes de cariz totalizante e repressivo que, pela violência e anulação do outro, procuravam a transformação e redenção da sociedade. Como vértice desta degenerescência da modernidade temos o comunismo soviético e o nacional-socialismo.

consequências do racionalismo ocidental, confirma a modernidade deste tipo de ideologias. A tendência antiocidental, que todos os movimentos de violência metapolítica parecem transportar, tem origem no contra-iluminismo europeu – corrente que ganha forma no final do séc. XIX. O ceticismo racional de alguns pensadores iluministas do final do século XVIII, como Hume ou Kant, levou a uma rejeição da razão e do ideal iluminista de uma civilização universal. Posteriormente, já no século XIX, ganha força o ideal romântico, glorificando a vontade e a subjectividade ante a razão unificadora, com Fichte ou, mais tarde, com Nietzsche. Ambas as perspectivas, ideal iluminista de uma civilização universal assente na razão ou a remodelação do mundo pela vontade, sendo antagónicas, fazem parte da modernidade filosófica. Daqui, não será difícil ver que – tal como o idealismo romântico foi a reacção germânica à representação mormente francesa de civilização universal baseada na razão – a violência metapolítica do pós-Guerra Fria é o travão à pretensão universalista ocidental (Gray 2003). O jihadismo global é o exemplo perfeito disso (Duarte 2015a e 2015b).

Temos então ímpetus revolucionários modernos que, associados a radicalismos religiosos pejados de laivos apocalípticos, escatológicos e utópicos, parecem moldar a violência numa forma mais expressiva do que instrumental. Isto, porque se procura dar um rosto transcendental e sagrado à luta da vontade subjectiva (*et pour cause*, politicamente objectiva) contra um universalismo moderno e racional representado pelo Ocidente. Desta forma, a componente operacional torna-se facilitada, justificando-se até o martírio, conforme vemos no caso do jihadismo global.

Este optimismo trágico em prol de um amanhã absoluto, porque transcendente, não deixa de se enquadrar na modernidade filosófica ocidental. Puxando à literatura, podemos sempre dizer que há uma reatualização constante da tragédia: Orestes, Antígona, Criseida, Hamlet ou Efigénia são nossos contemporâneos. A violência, que agora aparece como sagrada, pura e ética torna-se, retoricamente, mais expressiva que instrumental. É a vontade de um colectivo, que representa uma identidade forjada, contra a totalização de uma cultura e/ou de uma mundividência que lhe surge como dominante.

A Violência Política Para Além da Instrumentalidade – Duas Vias Interpretativas

Das várias linhas interpretativas possíveis, escolhemos duas. Uma de carácter mais filosófico e crítico e outra com uma dimensão mais antropológica. Para o primeiro caso resgatamos um ensaio de Walter Benjamin. Para o segundo, a linha de pensamento do antropólogo René Girard.

- **Walter Benjamin:**

Na obra de 1921, *Zur Kritik der Gewalt* (s/d), ou “Para uma Crítica da Violência”, Walter Benjamin faz um jogo semântico com a palavra *Gewalt* e aponta a origem do Direito/lei no espírito da violência.¹⁰ Todo o texto oscila entre dois pólos: a violência e o poder. A análise teve como mote a derrota germânica da Primeira Grande Guerra e o posterior caos parlamentar associado à República de Weimar. É na sombra dos escritos de George Sorel¹¹ e em diálogo com Carl Schmitt¹² que este filósofo marxista redige o ensaio. Vem então apontar o dedo à concepção instrumental da violência – verificada, por exemplo, em Hobbes, Clausewitz, Weber ou Engels. E, na esteira de Sorel, propõe uma violência pura, fora dessa instrumentalidade e que seja um fim em si. A violência, como meio, ou funda ou conserva a lei. Logo, ao deixar esse propósito renúncia por si mesma a toda a validade.

Para Benjamin há uma violência instauradora de lei (*rechtsetzende Gewalt*) e uma violência que mantém a lei (*rechtserhaltende Gewalt*). A primeira define a legalidade. A segunda mantém-na. No texto refere ainda uma violência revolucionária, fundadora de um outro Direito, por oposição à violência preservadora (de lei/Direito) que opera dentro da legalidade existente. E faz mais uma distinção. Desta vez entre violência mítica e a violência divina. Refere que nestes dois tipos de violência a razão não decide a legitimidade dos meios nem a justiça dos fins.

Na violência mítica, é a própria violência que garante a legitimidade dos fins. Benjamin parte de uma dimensão representacional do mito e alude a uma violência arquetípica criadora de Direito. Não surge como um meio para um fim. É apenas uma manifestação da sua vontade. É uma violência que vem por ordem do destino. Mas não é propriamente destruidora. Surge fora da dimensão histórica, contudo é garante da sua possibilidade. Mas ainda é próxima da violência instituinte da lei, pois restitui essa violência pura à esfera da lei/Direito, convertendo-a numa violência fundadora permanente. É uma espécie de Estado de exceção transformado em regra. É um sacrifício que funda a possibilidade de um pacto social. Verifica-se, sobretudo, em regimes totalitários. Desta forma, a função do poder/violência na institucionalização da lei é dupla – procura aquilo que é instituído como direito (fim) através da violência (meio); depois da

¹⁰ O substantivo *Gewalt* significa força, violência, poder ou autoridade. Walter Benjamin teve como mote o duplo significado de *Gewalt* na língua alemã: poder e violência.

¹¹ Em Sorel há uma associação entre mito e violência. Este facto verifica-se quando o actor de violência política não concilia os meios de acção com os fins e entra em contradição com a realidade de onde parte. A violência torna-se então expressão de um mito – uma construção que permite a conciliação do contraditório no imaginário. O mito surge aqui não como concepção utópica (teleológica), mas como um excesso de realidade que num momento suspende e noutra torna possível a acção histórica. É, portanto, uma ruptura. Naturalmente que esta associação (mito e violência) põe de parte a visão instrumental da violência. Para Sorel, o exemplo máximo dessa associação seria o mito de uma greve geral. Este registo não instrumental, será fonte para o ensaio crítico de Walter Benjamin (Sorel 1961).

¹² Benjamin explora a questão do poder soberano e do estado de exceção patente no pensamento de Carl Schmitt, bem como a recondução da violência pura à ordem jurídica. No facto do poder soberano decidir sobre o estado de exceção, Schmitt anula toda a legitimidade e possibilidade de uma violência revolucionária e subversiva (Schmitt 2015).

institucionalização do fim, não dispensa a violência. A violência mítica ainda parece obedecer à estrutura dialéctica da violência fundacional e conservadora. Mas Benjamin vai além desta dicotomia, mostra que ambas as violências (fundadoras e conservadoras) são dois momentos da mesma violência, a mítica, que se opõe à divina! Se a primeira é criadora de Direito, a segunda destrói-o. Se uma culpa, a outra desculpa (Benjamin s/d, 16).

Na violência divina, o fundamento estará em Deus. Dito de outra forma, os fins justos, passíveis de universalização, surgem de uma violência não-mediada, imediata, aniquiladora e pura. É uma violência ética por excelência. Inaugura uma época e não é mera repetição histórica (Hamacher 1997, 123). Está para além da lei/Direito. É “divina”. Não presta atenção a nada que lhe seja externo, a nenhuma representação. Está fora do Direito e do Estado. É uma destruidora da lei (Benjamin s/d, 16). E a interrupção do Estado de exceção que foi tornado regra – deixa o Direito sem violência de aplicação e a violência sem fins. Aqui, parece que Benjamin procura a aniquilação da continuidade histórica instaurada pelos vencedores através da violência mítica. Neste sentido, procura a ruptura e pretende a suspensão do jogo dialéctico. Portanto, neste ensaio, há um apelo à destruição da violência mítica pela violência divina. É uma proposta de política de mediação pura, não serve meio para fins.

Percebemos então que, para Walter Benjamin, o Direito e a lei têm como essência a violência. Mas, a associação entre a lei e a violência deve-se à aplicação de um Estado de exceção, garante de pacto social, que se foi tornando cada vez mais regra e não exceção. Benjamin indaga o porquê de, na política ocidental, este estado de exceção constituir um alicerce invisível de todo o fundamento jurídico e assumir um estatuto quase sagrado. Ao referir a questão da violência pura (divina), põe em causa essa continuidade associativa de lei-violência. Assim sendo, a violência pura, não é nada mais do que a própria suspensão dessa continuidade (o Estado de exceção que se tornou regra), garantindo assim o espaço para a verdadeira política depurada da violência do Direito.

Benjamin faz uma análise crítica da violência mítica, instauradora e conservadora das instituições jurídicas. De seguida, contrapõe-lhe o conceito de violência divina/pura, de carácter subversivo e que pode depor a institucionalidade jurídica – um acto político revolucionário. Ou seja, a violência de meios e fins é superada por uma violência divina, autorreferente e a-instrumental. Mas, repare-se, a contraposição de conceitos por parte de Benjamin não é dialéctica. Implica uma ruptura, uma descontinuidade do percurso histórico através de uma irrupção escatológica. Há em Benjamin uma utilidade analítica para a leitura da violência metapolítica,

sobretudo aquela que, num compromisso existencial absoluto, equaciona a própria morte do proponente.¹³

- **René Girard:**

Uma outra via interpretativa da dimensão a-instrumental ou expressiva da violência metapolítica põe uma tônica na dimensão religiosa (Appleby 1999; Juergensmeyer 2003). E aqui René Girard (2005) ganha relevo. O seu modelo formal para os mecanismos da violência poderá ter a utilidade que se procura. Girard constrói um sistema antropológico-fenomenológico para explicar a origem da cultura e a estrutura da violência nas sociedades. A violência serve de elemento de coesão social, sobretudo pelo carácter religioso que em si encerra. O sagrado está pleno de violência. Aliás, a violência é sempre sacralizada. Para este antropólogo, a estabilidade da estrutura político-social é mantida através de um mecanismo que permite a expiação sobre uma vítima (em sentido figurado, pode ser grupal ou individual), que carrega todos dos males. Sobre ela é canalizada a violência. Por isso, a violência “sacrificial” é necessária, porque lida como uma espécie de pré-condição para a coesão social.

A violência é por isso fundadora de cultura e religião, que se caracterizam por uma dimensão ritual que simboliza e representa, perpetuando, essa mesma violência sacrificial da emissão da(s) vítima(s) expiatória(s) (Girard 2005, 98). Assim, a vítima que catalisa todo o mal do grupo passa a ser fonte de todo o bem. Este processo transcendental da violência sacrificial é, segundo o antropólogo, a génese do sagrado. Como tal, as acções de martírio por parte de alguns seguidores da violência metapolítica são, nesta perspectiva, um ritual de pretensa purificação individual e do mundo.

Na mesma linha de Girard, para Mark Juergensmeyer este tipo acção violenta é demonstrativa e acarreta sempre um significado simbólico (2003, 119-138). O acto de violência religiosa é como que um ritual religioso público que visa ter um forte impacto para quem assiste. Portanto, deverá ser sempre analisado em termos de símbolo, mitos e de ritual. São acontecimentos performativos. Neles está latente uma narrativa pejada de simbolismo. Há uma carga emotiva subjacente nas acções violentas e que assume o carácter de metalinguagem social e política, relativizando os códigos da realidade vigente (Duarte 2018b, 54-55).

Aqui a tônica deverá ser dada à subjectividade da violência. Que também deverá ser lida como necessidade e pré-condição fundacional para coesão social. Ou seja, a vítima existe na medida em que contribui para a ordem social ou para um equilíbrio que possa ter sido ameaçado por uma

¹³Para Slavoj Žižek a violência divina nada terá a ver com a violência terrorista que pretende agir em nome de Deus. Enquadra-se mais no ressentimento que encontra expressão neste espectro que vai dos linchamentos de massa ao terror revolucionário organizado (Žižek 2009, 161)

guerra ou por um desastre natural que reflete desígnio dos deuses ou do acaso (Wieviorka 2009, 159-160).

Daqui, transitamos facilmente para o martírio e para o sacrifício. Há categorias de análise que dão ênfase a uma racionalidade e a este *modus operandi* (Bloom 2007; Pape 2005). Apontam-lhe uma lógica estratégica. Mas, sem prejuízo desta perspectiva, lembramos que a palavra mártir vem do grego antigo *martyros*, que significa “testemunha”. Ou seja, a morte do mártir não é simples suicídio ou um meio para matar outros. É uma forma de testemunho. Um acto performativo público associado, claro, a determinados contextos culturais e sociais (McDonald 2013). Perceber esta dimensão comunicacional é fundamental para analisar as formas contemporâneas de martírio que tiveram uma emergência global sobretudo a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 (Dayan 2009).

Notas conclusivas

O jihadismo global tem uma natureza dual. E isso cria-nos um problema analítico. A sua violência deverá ser lida não só como expressiva, mas também como instrumental. Para a primeira leitura consideramos o sentimento de injustiça no mundo muçulmano e o subsequente ódio antiocidental (porque causador de tal condição). Tudo isto está bem patente na retórica e na grande estratégia jihadista. Ou seja, a violência – sublimação do rancor – surge como contrapeso e forma de protesto de uma identidade que sente injuriada. Temos aqui a dimensão expressiva, que vai para além da instrumentalidade política. Há um fundamento religioso para a violência, tornando-a, por isso, metapolítica.

Mas, se atendermos às declarações de Bin Laden em 1996, por exemplo, podemos comprovar a componente instrumental.¹⁴ Aqui é bem evidente o apelo ao uso da violência para fins políticos. A situação do mundo muçulmano pode mudar se a violência for usada como meio para alterar a posição dos EUA no Médio Oriente, depor os governos seculares de países árabes e unir o mundo muçulmano sob a bandeira de um califado universal. Há, portanto, uma subordinação da violência a fins politicamente tangíveis. Clausewitz faz sentido aqui. Paradoxalmente, vemos que a dimensão expressiva da violência é utilizada instrumentalmente com fins muito específicos, nomeadamente na justificação do martírio e do recrutamento de aderentes. Para prová-lo há carta manuscrita encontrada na bagagem de Mohammed Atta, um dos

¹⁴ Referência à “Declaração de Guerra contra os Americanos que Ocupam os Dois Lugares Santos”, feita por Osama Bin Laden em Agosto de 1996. Aqui está plasmado o dever primordial de expulsão dos “ocupantes” ocidentais (norte-americanos e aliados) do Médio Oriente e a instigação da *Ummah* (comunidade de crentes muçulmanos) contra este inimigo (disponível trad. ing. em <http://nefafoundation.org//file/FeaturedDocs/nefaubldeclofwar.pdf>)

perpetradores do 11 de setembro.¹⁵ Aqui não está presente qualquer consideração política ou estratégica. Há sim uma forte carga de simbolismo religioso, não obstante a dimensão política da causa defendida.

Em resumo, o não descurar a perspectiva expressiva da violência permite-nos perceber o mundo simbólico do militante e o enquadramento ideológico que o motiva para a violência, depurado de questões táticas e organizacionais. Aqui há o exteriorizar de uma estratégia não-instrumental que transcende toda a estrutura racional e funcional. É essa componente que leva a que o movimento jihadista, por exemplo, persista para além de toda uma estrutura formal e da liderança. Portanto, é preciso considerar em paralelo a valência funcionalista e culturalista como ferramentas de interpretação deste tipo de violência.

Temos assim duas grandes linhas. E a principal divergência está relacionada com o facto de se identificar, ou não, uma estratégia racional por detrás violência jihadista. Há autores que identificam as componentes não instrumentais do movimento. Assumem que o comportamento operacional não passa por um planeamento estratégico e que assenta no irracionalismo religioso, no fanatismo e numa cultura do martírio (Appleby 1999; Cozzens *in* Ranstrop 2007; Juergensmeyer 2003; Harris 2004) Por outro lado, existem aqueles que se referem às acções armadas como sendo o fruto de uma escolha racional que instrumentaliza a violência, visando fins que foram delineados estrategicamente (Bloom 2007, Brachman e McCants 2006; Brachman 2009; Crenshaw 2007; Habeck 2006; Hoffman 2007; Lia e Hegghammer 2004; Pape 2005; Stern 2007).

É importante superar esta dicotomia: violência instrumental (estratégia racional) vs. irracionalismo religioso (violência expressiva). Para isso é fundamental estabelecer uma ponte. E ter em conta que, se se considerar os fins ideológicos, verifica-se que os derradeiros são formulados de acordo com a religião; mas os mais imediatos são politicamente tangíveis. Para os fins mais políticos e operacionais é crucial a interpretação instrumental da violência. Para os derradeiros é importante a leitura expressiva, onde a violência é mais um fim em si que um meio para uma realização política na perspectiva ocidental.

Referências bibliográficas

Appleby, Scott R. *The Ambivalence of the Sacred: Religion, Violence, and Reconciliation*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

¹⁵ “Purifica o teu coração e limpa-o de todas as questões terrenas. O tempo de diversão e de desperdícios já passou. O tempo do julgamento chegou. Por isso, precisamos utilizar estas poucas horas que nos restam para pedir perdão a Deus. Tens que estar convencido de que são poucas as horas que te restam. A partir daqui começarás a viver uma vida feliz e o paraíso infinito. Sê otimista. O Profeta foi sempre otimista (...) Oh Deus, abre todas as portas para mim. Oh Deus, que respondes às orações e a todos aqueles que te pedem, eu estou a pedir-te a tua ajuda. Eu estou a pedir-te perdão. Eu estou a pedir-te para me iluminares o caminho. Estou a pedir-te para me aliviares este fardo.” (Atta cit. por Woodward 2001).

- Arendt, Hannah. *Da Violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- Aron, Raymond. *History and the dialectic of violence: An analysis of Sartre's Critique de la raison dialectique*. New York: Harper & Row, 1975.
- Ayyash, Mark. *A Hermeneutics of Violence – A Four Dimensional Conception*. Toronto: University of Toronto Press, 2019. <https://doi.org/10.3138/9781487532857>
- Bloom, Mia. *Dying to Kill: The Allure of Suicide Terror*. New York: Columbia University Press, 2007.
- Brachman, Jarret. *Global Jihadism – Theory and Practice*. Londres: Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203895054>
- Buruma, Ian e Avishai Margalit. *Ocidentalismo – Uma Breve História da Aversão ao Ocidente*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2005.
- Castells, Manuel. *The Information Age - Economy, Society and Culture: The Rise of the Network Society*, vol. I. Oxford, RU: Blackwell Publishing, 2004.
- Coker, Christopher. *Waging War Without Warriors? The Changing Culture of Military Conflict*. Londres: Lynne Rienner, 2002.
- Cozzens, Jeffery B. “Approaching Al-Qaeda’s Warfare: Function, Culture, and Grand Strategy.” Em *Mapping Terrorism Research: State of the Art, Gaps, and Future Direction*, org. Ranstrop, Magnus, 127–164. Londres: Routledge, 2007.
- Crenshaw, Martha. “Explaining Suicide Terrorism: A Review Essay”. *Security Studies*, 16, n.2 (2007): 133 – 162. <https://doi.org/10.1080/09636410701304580>
- Dayan, Daniel. *O Terror Espectáculo – Terrorismo e Televisão*. Coimbra: Edições 70, 2009.
- Duarte, Felipe Pathé. *Jihadismo Global – Das Palavras aos Actos*. Lisboa: Ed. Marcador, 2015a.
- Duarte, Felipe Pathé. “O Islamismo como Ideologia de Carácter Secular”. *Relações Internacionais*, Instituto Português de Relações Internacionais – Universidade Nova de Lisboa, n.45 (2015b): 97-110.
- Duarte, Felipe Pathé. “Islamism and Far Right – The Same Dark Side of Western Modernity”. *EC Global Review*, n. 5 (2018a): 5-7).
- Duarte, Felipe Pathé. “O Jihadismo com Anti-Movimento Social”. *Revista de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses*. IC3F, Lisboa, n.2 (2018b): 46-60.
- Fanon, Franz. *Les Damnés de la Terre*. Paris: Editions François Maspero, 1961.
- Fukuyama, Francis. *Identidades – A Exigência de Dignidade e a Política do Ressentimento*. Lisboa: D. Quixote, 2018.
- Galeotti, Mark. “Crimintern: How the Kremlin uses Russia’s criminal networks in Europe”. Em *Policy Brief*, European Council on Foreign Relations, 2017.
- Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia – A Nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio, 2010.
- Gellner, Ernest. *Pós-Modernismo, Razão e Religião*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- Girard, René. *Violence and the Sacred*. Londres, RU: Continuum, 2005.
- Global Terrorism Index 2020 – Measuring the Impact of Terrorism; Institute for Economics & Peace, Sydney, November 2020.
- Gray, Collin. *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Gray, John. *Al-Qaeda e o Significado de ser Moderno*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2004.
-

- Gray, John. *A Morte da Utopia*. Lisboa: Guerra & Paz, 2008.
- Guedes, Armando Marques. “As Guerras Culturais, a Soberania e a Globalização: o Choque das Civilizações Revisitado”. Em *Estudos sobre Relações Internacionais*. Lisboa: IDI-MNE, 2005.
- Habeck, Mary. *Knowing the Enemy: Jihadist Ideology and the War on Terror*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- Hamacher, Werner. “Aformativo, Greve. A ‘Crítica da Violência’ de Benjamin”; Em *A Filosofia de Walter Benjamin – Destruição e Experiência*, org. Benjamin, Andrew, e Peter Osborne, 122-148. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997.
- Hammes, Thomas. *The Sling and the stone – on war in the 21st Century*. Zenith Press, 2004.
- Harris, Lee. *Civilization and Its Enemies: The Next Stage of History*. New York: Free Press, 2004.
- Hassner, Pierre. *La Violence et la Paix: de la Bombe Atomique aux Nettoyage Ethnique*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- Hoffman, Bruce. “Old Madness New Methods – Revival of Religious Terrorism Begs for Broder U.S. Policy”. Em RAND Review, winter 1998-1999.
- Hoffman, Bruce. *Inside Terrorism*. Nova Iorque: Columbia University Press., 2007.
- Holsti, Kalevi J. *The State, War and the State of War*. Cambridge, RU: Cambridge University Press, 1996. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511628306>
- Huber, Thomas. *Compound Warfare: That Fatal Knot*. U.S.: Army Command and General Staff College Press, 2004.
- Juergensmeyer, Mark. *Terror in the Mind of God – The Global Rise of Religious Violence*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- Kaldor, Mary. *New and Old Wars – Organized Violence in a Global Era*. Stanford, EUA: Stanford University Press, 2001.
- Lia, Brynjar, e Thomas Hegghammer. “Jihadi Strategic Studies: The Alleged Al Qaida Policy Study Preceding the Madrid Bombings”. *Studies in Conflict and Terrorism*, n.27 (2004): 355-375. <https://doi.org/10.1080/10576100490483642>
- Liotard, Jean-François. *La Condition Postmoderne: Rapport sur le Savoir*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- Maccants, William, e Jarret Brachman, org. *Militant Ideology Atlas, Research Compendium*. Nova Iorque: Combating terrorism Center, West Point, 2006.
- Mack, Andrew. “Why Big Nations Lose Small Wars: The Politics of Asymmetric Conflict”. *World Politics*, 27, n.2 (1975): 175-200. <https://doi.org/10.2307/2009880>
- Malaparte, Curzio. *Técnica do Golpe de Estado*. Lisboa: Ed. Europa-América, 1983.
- Mcdonald, Kevin. *Our Violent World – Terrorism in Society*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. <https://doi.org/10.1007/978-1-137-00135-1>
- Pape, Robert. *Dying to Win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism*. Nova Iorque: Random House, 2005. <https://doi.org/10.1080/10803920500433997>
- Pereira, Miguel Baptista. “Modernidade, Fundamentalismo e Pós-Modernidade”. *Revista Filosófica de Coimbra*, 1, n.2 (1992).
-

Pinheiro, Joaquim Franco. “Natureza e Fundamento da Guerra Subversiva”. Em *Subversão e Contra-Subversão - Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n. 62. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963.

Reis, Bruno Cardoso. “Novo Século, Novas Guerras Assimétricas?” Em *Cadernos do IDN - Instituto da Defesa Nacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2017.

Ruthven, Malise. *Fundamentalism – The Search for the Meaning*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Schmitt, Carl. *O Conceito do Político*. Coimbra: Edições 70, 2015.

Sorel, George. *Reflections on Violence*. Londres: Collier-Macmillan, 1961.

Trotsky, Leon. *Fascism: What It Is and How to Fight It*. Nova Iorque: Pathfinder Press, 1996.

Weber, Max. “A Política como Vocação”. Em *Max Weber – Ensaios de Sociologia*, org. Gerth, H. H. e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979.

Wieviorka, Michael. *Violence – A New Approach*. Londres: Sage Publications, 2009.

Woodward, Bob. “In Hijacker's Bags, a Call to Planning, Prayer and Death”. *Washington Post*, 28 de Setembro de 2001.

Yahia, Jihane Ben et al. 2019. “Transnational Organized Crime and Political Actors in the Maghreb and Sahel”. *Mediterranean Dialogue Series*, n. 17, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2019.

Žižek, Slavoj. *Violência*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

Recebido: 26 de abril de 2021
Aprovado: 09 de junho de 2021

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33824>

Las Teorías de la Conspiración y el Problema del Mal: El 11 de septiembre de 2001

As teorias da conspiração e o problema do mal: o 11 de setembro de 2001

Conspiracy theories and the problem of evil: September 11, 2001

Hugo Pérez Hernáiz*

<https://orcid.org/0000-0001-6071-7167>

RESUMEN: Las teorías de la conspiración son explicaciones a males que se presentan como alternativas racionales y científicas a las explicaciones de las ciencias. No son una aberración de las ciencias, sino que comparten con estas el ansia de control total sobre el mundo físico y social. Las teorías de la conspiración en torno a la autoría de los eventos del 11 de septiembre de 2001 demuestran intentos por ajustarse a las explicaciones socialmente legitimadas del mal, pero incluyen elementos que las hacen alternativas especialmente satisfactorias como explicaciones de ese mal.

Palabras clave: Teorías de la conspiración. 11 de septiembre de 2001. Explicación del mal. Ciencias sociales.

RESUMO: As teorias da conspiração são explicações sobre males que se apresentam como alternativas racionais e científicas às explicações das ciências. Não são uma aberração das ciências, em vez disso, compartilham o desejo de controle total sobre o mundo físico e social. As teorias da conspiração em torno da autoria dos eventos de 11 de setembro de 2001, demonstram tentativas

* Sociólogo y traductor. Licenciado en sociología de la Universidad Católica Andrés Bello de Caracas, con maestrías de la Universidad de Miami y de la Universidad Sophia de Tokio, y Doctor en Ciencias Sociales de la Universidad de Deusto. Ha sido profesor de la Escuela de Sociología de la Universidad Central de Venezuela y de la Escuela de Ciencias Sociales de la Universidad Católica Andrés Bello. Sus trabajos publicados tratan sobre la sociología de las teorías de la conspiración y el discurso político venezolano. Es coautor de la compilación *Postsecularismo y la Religión Viva*. Aportes desde la sociología cualitativa norteamericana. Actualmente trabaja en una investigación sobre la historia reciente de la Iglesia Católica en Venezuela. E-mail: hphernaiz@gmail.com.

de se conformar com explicações sobre o mal socialmente legítimas, mas incluem elementos que as tornam alternativas especialmente satisfatórias como explicações desse mal.

Palavras-chave: Teorias da conspiração. 11 de setembro de 2001. Explicação do mau. Ciências sociais.

ABSTRACT: Conspiracy theories are explanations of evil that present themselves as rational and scientific alternatives to scientific explanations. Conspiracy theories are not scientific aberrations but share with sciences the same anxieties of total control of the social and physical world. Conspiracy theories about the authorship of 9/11 events reveal efforts to adjust these theories to the socially legitimated explanation of evil. These theories, however, also include elements that make them particularly satisfactory explanations of this evil.

Keywords: Conspiracy theories. 9/11. Explanations of evil. Social sciences.

Cómo citar este artículo:

Hernáiz, Hugo Pérez. “Las Teorías de la Conspiración y el Problema del Mal: El 11 de septiembre de 2001”. *Locus: Revista de História*, 27, n. 2 (2021): 44-73.

No se puede confiar en el caos. Si nada se conecta con nada o todo con todo, es imposible construir generalizaciones. (Luhmann 2010)

No pains were spared and whatever truth or lies that had to be told were told in order to establish the truth that there had been a deception. (Garfinkel 2006)

Introducción

Las teorías sociales suelen funcionar como explicaciones socialmente legitimadas del mal en el contexto postsecular. Sus explicaciones son parte de, y reflexivamente analizan, las consecuencias no esperadas del ansia de control moderno. Pero en tal contexto postsecular de pluralidad de sentidos, que sean explicaciones socialmente legitimadas no significa que también explicaciones hegemónicas. De hecho, las ciencias sociales no tienen el monopolio de explicaciones socialmente legítimas respecto al problema del mal en las sociedades modernas. Las teorías de la conspiración son alternativas seculares a las ciencias sociales para la narración de la cosmogonía social y para la explicación del mal¹. Precisamente, es su carácter secular y racional, y no su

¹ He analizado las teorías de la conspiración como explicaciones de males globales en Pérez Hernáiz 2011 y 2011b

marginalidad como discurso esotérico de minorías, lo que hace a las teorías de la conspiración competidoras plausibles por la explicación del mal para la sociedad.

¿Qué son estas teorías de la conspiración que con tanta fuerza compiten con explicaciones científicas? Muchos estudiosos del tema han señalado que las teorías de la conspiración han crecido en popularidad en los años recientes como explicaciones de eventos². El estatus de bestseller de mucha literatura de ficción conspirativa parece corroborar este hecho. También se suele señalar en la literatura sobre el tema el que las nuevas tecnologías parecen ser particularmente propicias para la propagación de este tipo de narraciones³. Esto por supuesto no niega el hecho evidente de que las explicaciones que apelan a la conspiración han estado presentes a lo largo de la historia, en particular, durante eventos traumáticos para la sociedad. Los autores tan sólo señalan la evidencia anecdótica de un aumento de este tipo de narraciones en el mundo tardo moderno.

El tema de las teorías de la conspiración no fue tratado como tal por la sociología clásica, aunque el sociólogo alemán Georg Simmel (1950), por ejemplo, se refirió a las conspiraciones y a los grupos conspirativos en su famoso capítulo sobre El Secreto, en su Tratado de Sociología, aunque no aludió propiamente a las teorías de la conspiración. El énfasis de Simmel estaba en el análisis de los aspectos organizacionales y del micro funcionamiento interno de grupos secretos, no en las explicaciones de eventos que apelan a la intención conspirativa de grupos en la sociedad. La literatura científico política posterior, más que la propiamente sociológica, sí trató el tema; el ejemplo clásico de tal aproximación politológica es un corto e influyente ensayo de Richard Hofstadter (1966), quién señaló la premisa básica para cualquiera que se acerque a estudiar el tema con integridad científica. Según Hofstadter, no cabe duda de que hay gente permanentemente conspirando en la sociedad, pero eso no quiere decir que todos los eventos sociales sean el producto de una conspiración, tal como plantea precisamente la teoría de la conspiración.

El mismo punto había sido señalado con insistencia por Popper, probablemente el pensador más citado cuando se trata del tema de las teorías de la conspiración. Decía Popper:

[...] una teoría ampliamente aceptada pero que asume lo que considero es exactamente lo opuesto a las metas de las ciencias sociales: la llamo la 'teoría de la conspiración de la sociedad'. Es la opinión de que la explicación de un fenómeno social consiste en descubrir

² Al respecto, dos buenas compilaciones: la de Parish y Parker (2001) y la de Julio Patán (2006).

³ Aunque al menos un autor, Steve Clarke (2007), argumenta al contrario: que en la era del Internet las teorías de la conspiración son refutadas y contenidas de manera más expedita que antes. De acuerdo a Clarke la evidencia refutadora se propaga por la Red tanto o más rápidamente que las propias teorías de la conspiración. Por el contrario Craig Silverman ha creado una herramienta informática llamada *Emergent* (www.emergent.info) que permite rastrear el progreso de rumores en Internet. De acuerdo con Silverman, artículos de eventos "no verificados" circulan alrededor de un 40% más que los artículos que demuestran la falsedad de esos mismos eventos. Esto en sí no demuestra que las teorías de la conspiración circulen más o menos por internet, tan sólo que lo "falso" circula más que su refutación, y poco se dice en la página de Silverman sobre sus criterios para decidir qué es lo falso, aunque su criterio al parecer tiene que ver con el *sentido común*. Un resumen de la discusión sobre si Internet favorece o no la difusión de las teorías conspirativas puede leerse en Michael Wood (2013).

quiénes son los hombres o grupos que están interesados en que ocurra dicho fenómeno (a veces ese interés que debe ser revelado es un interés secreto) y que planean y conspiran para que ocurra". (Popper 1995, 324)

Para Popper, las teorías de la conspiración son simplemente interpretaciones erradas de la realidad, definiciones acientíficas del orden social. El autor consideraba que las teorías de la conspiración, aunque contrarias a la esencia de lo científico, a menudo son subrepticamente usadas en las ciencias sociales. Las teorías de la conspiración serían así derivaciones del Historicismo, una de cuyas características consiste en poner las causas de los fenómenos sociales más allá del alcance del mundo de los humanos. En tal contexto, Popper veía a las teorías de la conspiración como una consecuencia no esperada de la secularización de las creencias, y representaban el papel que antiguamente los dioses jugaban en la vida social. Tal como antes creíamos en la intervención divina, ahora creemos en la misteriosa agencia de poderosos grupos conspirativos. De este modo, Popper extraía importantes consecuencias de este hecho para la vida social, según él, tanto la religión como las teorías de la conspiración privan a la gente de la agencia de su propia historia haciéndolos meros títeres de lo divino, de grupos poderosos o de estructuras abstractas.

Aquí intentaré evitar las valoraciones de juicio que hace Popper sobre si las teorías de la conspiración son explicaciones erradas o no de las malas cosas que pasan. En cambio, asumo las consecuencias pragmáticas de los postulados ontológicos sobre lo social de las teorías de la conspiración y me limito a señalar su estructura discursiva, sus puntos de confluencias y divergencias frente a otras alternativas de narración del mal, como lo pudieran ser las basadas en las ciencias sociales. Por supuesto que también menciono algunas de sus consecuencias políticas y sociales de tal variedad agonística de sociodiceas. Las teorías de la conspiración a veces pueden parecernos insólitas y hasta ridículas, pero, pragmáticamente, hay muchos que las tienen por explicaciones legítimas y reales de eventos y, parafraseando el famoso teorema de W. I. Thomas (1928), definen una realidad en la que la conspiración termina por ser real en sus consecuencias.

Por tanto, la teoría de la conspiración es, tal como plantea Popper, una explicación de un fenómeno social que consiste en descubrir quiénes son los hombres o grupos que están interesados en que ocurra dicho fenómeno (a veces ese interés que debe ser revelado es un interés secreto) y que planean y conspiran para que ocurra, es decir, una teodicea secular o sociodicea, una explicación del porqué ocurre el mal (hombres o grupos que conspiran). Pero, además de secular, es una explicación racional y, a diferencia de lo que se desprende de la definición de Popper, no necesariamente falsa.

Sentido Común. Cosas de las que no dudamos

Para Evans-Pritchard, según relata en su célebre estudio de la magia entre los Azande, lo distintivo de las nociones de sentido común es que dan cuenta del comportamiento empírico de una manera que es “usualmente inteligible sin necesidad de explicación, si lo vemos como un todo y con sus efectos” (Evans-Pritchard 1968, 12). Es decir, las cosas del sentido común no tienen que ser explicadas. Hay algo que nos permite reconocerlas sin necesidad de elaboración, o mejor dicho, nos es dado sin un esfuerzo de elaboración excesivo. Poseemos un todo y unos efectos de esas cosas que nos permiten dar cuenta de ciertos eventos sin necesidad de apelar a otras construcciones como a la magia o a la ciencia. No hay necesidad de dar explicación para ciertas cosas que son evidentes para todo aquél que comparta ese todo.

¿Qué es ese todo del que hablamos y que permite a las personas saber en común? Simplificando mucho, es el conocimiento compartido que podemos llamar cultura, sociedad, ambiente, lo dado por sentado y que nos normalmente tiene un carácter instrumental en el sentido de que está directamente involucrado a los intereses inmediatos de la vida ordinaria, tal y como nos recuerda Wartofsky⁴. Lo importante no es la discusión lexicológica, sino que ese todo o cultura, es un determinante del conocimiento muy poderoso que asumido como actitud natural nos dificulta la duda (se afirma aquí dificulta y no impide, pues la ciencia es, en parte, producto de esa duda). No nos referimos aquí a constreñimientos estructurales sino a la independencia del texto cultural y su capacidad simbólico-creativa.

Alfred Schutz (Schutz y Luckmann 1973) caracterizó esta actitud natural como aquella que cualquier adulto despierto adopta frente a lo que es dado por sentado en el sentido común. Incluía Schutz cualquier experiencia que se nos presenta como incuestionable hasta nuevo aviso. Este hasta nuevo aviso ya nos pone en guardia frente a la posibilidad de interpretaciones diversas de la realidad que son dadas por sentadas. Pero, por el momento, lo dado por sentado es la base del orden porque en la actitud natural el mundo nunca es, según Schutz, un mero agregado de colores y sonidos incoherentes, sino, por el contrario, es puesto en su sitio de acuerdo a una reserva de conocimiento que se acumula de la experiencia, tanto inmediata como adquirida por herencia o transmitida por los contemporáneos; y que sirve como esquema de referencia, de modo que los objetos del mundo de la vida nos confrontan en su carácter de tipicidad y no como experiencias de estímulos discontinuos.

⁴ Marx Wartofsky en su célebre Introducción a la Filosofía de las Ciencias nos dice que el conocimiento de sentido común está directamente vinculado a los intereses inmediatos de la vida ordinaria, de ahí deriva su dificultad de contrastación, en la medida que oscila en una dirección y en la contraria pues está directamente asociado a los intereses en juego en un momento dado (Vease Wartofsky 1976, en especial el capítulo 4 *Del sentido común a la ciencia. El notable caso de los griegos y los orígenes de la crítica*, 90-133)

Garfinkel (2006) con sus famosos experimentos de ruptura trataba de conocer cuáles eran las instancias de sentido común que se sostenían por sí solas, de las que no se dudaba y que formaban parte del esfuerzo continuado por construir el orden diferenciado del caos, a las que sólo era posible ver cuando se rompían esos patrones insertando cuñas experimentales que obligasen a los miembros a hacer esas instancias explícitas. Para Garfinkel esas rupturas eran fuertemente resistidas por las víctimas de sus experimentos. Éstas constantemente se revelaban y las reciclaban como material de construcción de nuevas categorías basadas en la confortable aceptación del sentido común. Por ello, Garfinkel inventaba dispositivos experimentales en los cuales los miembros no pudieran tan fácilmente retornar a su comodidad y seguridad de orden cultural a través de simples mecanismos de defensa, como por ejemplo no permitir que la persona tomara el asunto como a una simple broma o chiste, como un engaño o incluso como lo que era: un experimento.

El problema de la evidencia, o la falta de ella en los experimentos de Garfinkel, pone sobre la mesa la necesidad de explicar ese orden en un juego de oposiciones binarias puestas en los lugares del bien y del mal. Frente al riesgo o la ambigüedad de la fragilidad del orden tal como lo relata Bauman, solicitamos evidencias de bien, del ser de ese orden y del claro límite más allá del cual está el caos y el mal. Pero somos conscientes de la ambigüedad de esa geografía del orden y de los riesgos que comporta pedir tales evidencias. Bauman narra la percepción del horror a lo ambivalente creado por el irrespeto a lo que se da por sentado. Para Bauman el resultado es “el sentimiento de indecisión, la indecibilidad y, por ende, la pérdida de control” (Bauman 2005, 20).

Lo que es dado por sentado no forma, volviendo a Schutz, “una provincia cerrada, inequívocamente articulada y claramente definida” (Schutz & Luckmann 1973, 158). En cambio, lo que es dado por sentado como la provincia del mundo de la vida, aquello que está dentro del límite no es impermeable al caos de afuera, es simplemente explicable dentro del horizonte de nuestra reserva de conocimiento de sentido común. Esa permeabilidad puede ser entendida en términos seculares, tal como lo hace Bauman, como riesgo, ambigüedad y contingencia.

¿Son las Teorías de la Conspiración tan diferentes del Sentido Común?

Lo que se entiende aquí por teorías de la conspiración es lo que otros, como Popper o Hofstadter, han llamado las grandes teorías de la conspiración. Aquéllas que consideran que todos, o al menos gran parte de los hechos sociales son la consecuencia de la maquinación de una fuerza superior y a menudo secreta. En ese sentido, las teorías de la conspiración no se refieren a pequeñas tramas conspirativas que todos construimos y descubrimos que otros construyen en nuestras interacciones diarias, y que podríamos presumir como parte normal de nuestra convivencia (el

amante que conspira, el compañero de trabajo que nos pone trampas, el jefe de departamento que no nos dice toda la verdad, la fiesta de cumpleaños sorpresa, etc.), sino a hechos sociales que afectan a muchos.

No juzgamos las pretensiones de verdad sostenidas por esas grandes teorías de la conspiración sino al hecho de que son usadas como criterios explicativos de acontecimientos. Tal como creía Popper, es bien sabido que en nuestro mundo hay gente poderosa que conspira y que a menudo logra sus propósitos a través de mecanismos que son poco claros para el resto de los miembros mortales, el que la gente conspire, que actúe junto a otros en secreto para lograr sus objetivos, es de lo más común en la historia de la humanidad. Pero, no así la creencia de que todos los eventos son explicables como consecuencia directa de grandes complots que abarcan toda o casi toda la realidad. Lo que interesa aquí es la dificultad de poner en duda este tipo de explicaciones. Popper (1995) planteaba que tal dificultad se hallaba en el hecho de que las teorías de la conspiración son discursos cerrados, circulares y auto confirmatorios que atribuyen intencionalidad como causa y una relación directa entre esa causa y efecto. Aquí daremos por sentado ese planteamiento propio de la filosofía de la ciencia, pero añadiremos nuestro argumento de que las teorías de la conspiración son una explicación del mal que apela tanto al sentido común como al discurso racional secular de las ciencias.

En otro lugar (Pérez Hernáiz 2009) he comentado las dos formas argumentales que son constantemente usadas para refutar a las teorías de la conspiración. En distintos análisis de carácter más filosófico o lógico sobre las teorías de la conspiración estas formas de argumentación han sido denominadas de diversas maneras, aquí las llamaré con los nombres de: argumento de la simplicidad y argumento de la complejidad.

El argumento de la simplicidad es una aplicación de la famosa navaja de Ockham, y su ejemplo más relevante sería el mismo Popper: intentar refutar a la teoría de la conspiración apelando a lo inverosímil de la trama planteada. La realidad es mucho más simple, pues las cosas no son causadas por la perversa intencionalidad de poderosos agentes. Aceptar la teoría de la conspiración implica también aceptar toda una serie de consecuencias que atentan contra el sentido común. Por ejemplo, las grandes teorías de la conspiración implican la sumisión al complot por convencimiento, soborno o coerción, de tal cantidad de miembros que, dependiendo del grado de complejidad de la teoría, casi nadie queda libre de ser parte de la conspiración. Así, por ejemplo, las teorías que involucran al gobierno de los Estados Unidos en los eventos que llevaron a los atentados del 11 de septiembre, son refutadas apelando al hecho de que un sin límite de agencias, públicas y privadas, y de personas, tendrían que ser cómplices directos del encubrimiento de esos eventos para hacer la teoría de la conspiración sostenible. La progresión geométrica de

cómplices necesaria implicaría a casi toda la sociedad norteamericana en pleno, mintiéndose a sí misma y también al resto del mundo (parte del cual también por fuerza tendría que estar complotada en la conspiración) sobre los eventos⁵. En cambio, la mejor explicación de tales eventos es la más sencilla: un grupo de terroristas estrelló unos aviones contra unos edificios.

El argumento de la complejidad se sustenta en la misma lógica que el anterior para refutar a las teorías de la conspiración, pero presenta el otro lado de la moneda: critica a la teoría de la conspiración su simplista interpretación de la compleja realidad social. Mientras que la teoría de la conspiración implica una relación casi perfecta entre intención y consecuencia de la acción, el sentido común (y la teoría sociológica heredera de Weber) nos dice que esa relación no siempre es la esperada. Puede que sea cierto que haya gente en el mundo conspirando, pero rara vez en la historia los conspiradores logran sus propósitos tal cual los han planificado y, si los logran, rara vez pueden mantener el secreto por mucho tiempo⁶. Es decir, aún allí donde existe la intención de un grupo de actores por conspirar, las consecuencias de la acción son impredecibles, de modo que no se puede establecer la existencia de una Gran Conspiración que controle la realidad social, partiendo de supuestas consecuencias observables, porque aun existiendo conspiradores, la realidad no siempre responde a sus designios. De nuevo el ejemplo del 11 de septiembre: Ante la hipótesis de que tales eventos fueron provocados como *casus belli* para justificar la expansión imperial, esta argumentación replicaría ¿necesita “el imperio” de semejante truco, tan costoso y complicado, para impulsar su política exterior? No, diría el que refuta, aun teniendo la intención de conspirar no es posible demostrar la causalidad entre esa intención y el evento concreto de los ataques a las Torres Gemelas. La realidad es mucho más compleja y enrevesada, y la cantidad de variables que tendrían que controlar los conspiradores para, a partir de la decisión tomada hasta el hecho concreto de llevar la guerra a Afganistán, tendería prácticamente al infinito. Estaríamos hablando entonces de un conspirador increíblemente grande y poderoso. Un verdadero Dios extraordinariamente controlador, todo sabiduría y todo poder, pero, curiosamente deslastrado de la necesidad de teodicea, pues sería un Dios maligno. Una especie de principio del mal del maniqueísmo, sin una opuesta contraparte de principio del bien.

Se desprende de lo anterior que ambos argumentos de refutación son complementarios, no contradictorios, y ambos fueron usados por Popper en su clásica refutación a las teorías de la conspiración hecha en su libro *La Sociedad Abierta y sus Enemigos*. Ambos son apelaciones al

⁵ Esta tendencia de las teorías de la conspiración de incluir más y más conjurados en la trama ha sido denominada por algunos estudiosos como la “lógica de la cascada” (Goertzel 2010).

⁶ Piénsese en casos emblemáticos como el del *Affaire Dreyfus*, el *Watergate* o el *Iran-Contra affaire*, todos casos de conspiraciones de más o menos gran alcance: al final, diría esta refutación, se supo la verdad. No hay conspiración todo poderosa capaz de predecir todas las consecuencias de sus acciones y por lo tanto de esconderse para siempre.

sentido común, y, sin embargo, ambos hacen poca mella en una forma retórica cerrada como lo es la teoría de la conspiración entendida como sociodicea, que fácilmente los clasifica como parte de la conspiración que es denunciada, también apelando al sentido común. De nuevo, ¿qué es este sentido común que se resiste a ser roto tanto por experimentos de ruptura etnometodológicos como por apelaciones lógicas al mismo sentido común? ¿es el mismo sentido común? o, por el contrario, ¿hay una apelación hecha por la teoría de la conspiración que es distinta al sentido común y que usan el resto de los miembros de la comunidad en sus actividades cotidianas?

La apelación a la “ausencia” o argumentación contra-fáctica

Una de tales cualidades más sobresalientes en las teorías de la conspiración es el papel que juega la ausencia en las explicaciones conspirativas. Aquello que no puede estar ausente es la explicación del evento que se intenta explicar y también su más notable complemento, nos referimos a la obligada intencionalidad detrás de cualquier evento. Tal como señalaba Popper, la teorías de la conspiración aborrecen la casualidad, lo que Weber llamaría las consecuencias no esperadas de la acción, cuestión que sí deben ser tomadas en cuenta, tanto por los legos en sus actividades cotidianas como por el discurso científico (o al menos así es de esperarse). Para el teórico de la conspiración (estamos hablando del gran teórico de la conspiración, como decíamos arriba el que cree que todo, o casi todos los eventos sociales pueden ser explicados por la conspiración), no existen consecuencias no esperadas, no hay casualidades; todo evento debe tener una explicación y de toda motivación se desprende una consecuencia registrable. Es decir, hay un agente en el origen de todo evento, hay una intencionalidad obligada y esa intencionalidad es expresada de manera perfecta en el hecho observable. Así, con las teorías de la conspiración nos aproximamos a un intento extremo de desambiguación del orden. Se trata de un intento moderno y propio de la ciencia, pero en las teorías de la conspiración nos encontramos con la purificación de ese proyecto científico, una especie de fundamentalismo científico en su capacidad para eliminar la ambigüedad del mundo, y técnico-controladora de lo natural y de lo social. Así, el teórico de la conspiración se nos presenta como un neo-maniqueo para el que es insoportable la ambivalencia entre el bien y el mal. Tal ambivalencia es una solución inaceptable para él, en su mundo hay agentes malos y buenos, distinguidos en una clasificación clara y sin ambigüedad. Tal fundamentalismo del programa científico propio de las teorías de la conspiración actuales deviene en una verdadera tecnodicea, es decir, en una defensa a ultranza de las capacidades técnicas de la ciencia para superar el mal.

El infortunio, accidente o casualidad para el sentido común, y riesgo o contingencia para la teoría social contemporánea, o simple secuencia de eventos materialmente explicables para la

ciencia (sin necesidad de intencionalidad), para la mentalidad mágica en cambio se convierte en un evento explicable en términos de la intencionalidad del brujo ausente, es un mal causado por un agente al que se puede señalar y eventualmente purgar a través del rito. El evento carecería de sentido sin esa explicación adecuada de la presencia de un agente. Pero ¿Dónde está el brujo? ¿Dónde las pruebas materiales de su delito? ¿Dónde está el conspirador? Esa ausencia es para el teórico de la conspiración, la evidencia de la existencia de la magia-conspiración. ¿Qué brujo que se precie anda regando por el mundo pruebas de su existencia? Igualmente ¿qué conspirador serio deja regadas por el camino las evidencias de su conspiración? Precisamente su secreto, y su habilidad para esconder los rastros de su acción, son la prueba de que el brujo, como el conspirador, anda suelto por el mundo.

Paralelismos como este, entre el pensamiento mágico y la teoría de la conspiración, han resultado sugerentes para la literatura sobre el tema. Tanto así que se ha de caracterizar a la teoría de la conspiración como un pensamiento mágico secularizado, tal como Popper había señalado refiriéndose a las teorías de la conspiración como sustituto de los dioses de antaño. Al igual que para la magia, la noción de la ausencia es clave para la construcción retórica de la teoría de la conspiración: ¿Ha ocurrido determinado evento? Pues tal evento prueba la existencia de la conspiración. Pero mejor, aún: ¿Ha dejado de ocurrir tal evento? Pues su ausencia es precisamente prueba de lo bien que se esconde la conspiración y por tanto, de su existencia. Puesto en otras palabras, si el evento que la teoría de la conspiración había predicho ha dejado de ocurrir, la ausencia de ese evento es precisamente la prueba de que la conspiración existe, pues la conspiración ha evitado que ocurra tal evento para protegerse. La teoría de la conspiración, como la magia, aborrece el vacío de la ausencia de explicación, no soporta la casualidad o las consecuencias no esperadas de la acción. Todo mal debe ser explicable, aunque sea de manera contra-fáctica.

Pero eso no es todo pues, para tranquilidad de Popper, siguiendo esta argumentación, estaríamos negando a la teoría de la conspiración la cualidad de ser una forma argumentación racional; en cambio lo que hace precisamente a las teorías de la conspiración sociodiceas relativamente satisfactorias⁷ en el mercado de explicaciones del mal de las sociedades postsecularizadas, no es precisamente su carácter mágico –el cual, por demás, podría argumentarse que comparte con la ciencia misma, por lo menos en la forma en que el lego asume la verdad de la ciencia como explicación socialmente legitimada del mal– sino precisamente su carácter de

⁷ Toda sociodicea es *solo en parte satisfactoria*, igual que para Weber (1997) toda teodicea era *solo en parte satisfactoria*.

explicación racional⁸, su cualidad de ser una forma de narración extremada de las capacidades de la técnica para controlar el mundo y de alejar al caos de sus límites.

Retorno, en este punto, al argumento expuesto anteriormente: la teoría de la conspiración se aparta significativamente del sentido común, pero de una forma que la hace aún más refractaria a los ataques hechos desde la ciencia o desde el sentido común mismo, que pretenden su ruptura. Para ser más precisos, las teorías de la conspiración se acercan aquí a la forma secularizada y racional de las ciencias sociales y compiten con ellas por ser las explicaciones socialmente legitimadas del mal en el mundo. El siguiente ejemplo, tomado de una teoría de la conspiración clásica, ilustra cómo se utiliza el argumento de la ausencia y cuál es el salto cognitivo que es necesario dar si se quiere aceptar a la teoría de la conspiración como verdadera. El ejemplo está tomado del clásico de Norman Cohn *Warrant for Genocide* (1996). En su libro *Mi Lucha*, relata Cohn, Hitler intenta demostrar la validez del famoso texto apócrifo *Los Protocolos de los Sabios de Zion*. Su argumento es que los judíos odian el texto, ese odio es, como argumento negativo, prueba irrefutable de que los Protocolos son ciertos. Hitler “profundiza” su argumento atacando a un periódico liberal de la época que siempre andaba pregonando el carácter apócrifo de los Protocolos, prueba para él irrefutable de que el texto es verdadero. El funcionamiento de esta forma de construcción explicativa es similar a la conexión establecida por los Azande entre el accidente del granero y la brujería. La prensa liberal, y por tanto judía –acusa Hitler-, proclamaban la falsedad de los Protocolos. El hecho, según Hitler, de estar la prensa controlada por los judíos, es razón suficiente para tener a los Protocolos por ciertos. Pongamos por caso que la prensa liberal hubiese decidido callar cualquier comentario sobre los Protocolos, por ejemplo, por considerar que comentando el texto tan sólo daba munición a los antisemitas. Pues esta ausencia es el escenario ideal para el teórico de la conspiración: el silencio de la prensa es precisamente la prueba de que los judíos controlan la prensa, la censuran y evitan que el público sepa la verdad sobre los Protocolos. La ausencia permite la construcción de una explicación del mal que invita a ese elemento ausente y lo constituye como prueba de la existencia de una intencionalidad que, desde el sentido común, tendría poco sentido.

Este tipo de construcción cognitiva sobre la ausencia es usado con frecuencia como mecanismo de desenmascaramiento de la conspiración en la que supuestamente participan los medios de comunicación masivos. Estas teorías suelen estar montadas sobre la noción de que algo

⁸ De hecho este es un argumento que, creemos, se puede leer también en Popper. Él mismo cuando explica su definición de teoría de la conspiración dice que se refiere a “*una teoría sostenida por muchos racionalistas*”. Popper en cambio entiende que su trabajo es presentar a la teoría de la conspiración como “*exactamente lo opuesto del verdadero propósito de las ciencias sociales*”. (Popper 1995, 159)

está ausente en los grandes medios de noticias, algo que no ha sido reportado y que por tanto ha sido intencionalmente ocultado. No está y por lo tanto es. Para el que ha descubierto la conspiración es necesario leer entre líneas y descubrir elementos que no son evidentes a simple vista precisamente porque hay un esfuerzo consciente por esconderla.

El de la ausencia es también un argumento que se basa en la supuesta fuerza o astucia del conspirador: el papel del agente. La del conspirador es la misma astucia que usaba el Demonio para burlar al inquisidor, tal como relata el semiólogo Yuri Lotman:

[...] la atmósfera de sospecha creciente lleva a pensar en la astucia del demonio, que oculta hábilmente a sus adeptos. La falta de signos exteriores resulta aún más sospechosa que su presencia: se ve en esto las maquinaciones y arterías de Satanás. Ahora se sospecha no de quienes celebran las ceremonias eclesiásticas de modo negligente, sino de quienes lo hacen con un exceso de celo: a menudo la asistencia a la iglesia indica el deseo de distraer la atención de los verdaderos creyentes y debilitar su vigilancia. Acusar a la vecina de bruja no defiende a la acusadora de la imputación de brujería, al contrario, induce a sospechar de ella: ¿no estará buscando de este modo ocultar su delito? Los hábitos y órdenes eclesiásticos tampoco son una defensa: Satanás es muy astuto". (Lotman 2008, 25)

Como con el Demonio, la ausencia es prueba de la astucia del conspirador, del agente del mal. Nada se le escapa, no hay ambigüedad, no hay ambivalencia, no hay agentes a un mismo tiempo, buenos y malos, nada es aleatorio. El teórico de la conspiración ha desechado por completo la noción de una casualidad simple y la ha suplantado con la de la ausencia. La operación permite sostenerse dentro del marco del sentido común y conjurar tanto la acusación de paranoico y las refutaciones desde las ciencias como competidoras seculares por la explicación del mal.

Agencia, intención, culpa, responsabilidad

Otra forma de plantear este argumento es afirmar que algunas teorías de la conspiración, precisamente las que se ofrecen como explicaciones racionales del bien y del mal o sociodiceas, no usan en realidad una apelación a la ciencia cuando se construyen apoyándose en la ausencia, sino que por el contrario están haciendo una apelación a lo que Voegelin (1952) denominaba cientismo. El cientismo sostiene la hipótesis de que el mundo es una estructura completamente coherente y que esta estructura puede ser comprendida por la mente humana como un todo y sin ausencias. El cientismo proclama su fe en la ciencia y en su capacidad para, en el futuro, lograr una total transparencia de la realidad. En tal sentido, Tzvetan Todorov (2002) afirma que el cientismo pertenece al mundo de la religión, no de la ciencia. Así por ejemplo la creencia en la existencia en un Arquitecto Universal (Dios u hombre), así como también la creencia en el diseño inteligente para explicar la supuesta intencionalidad de la evolución, son instancias del cientismo. Para Todorov el cientismo guarda una estrecha afinidad electiva con la búsqueda de la certeza, pues cree en un mundo perfectamente coherente y por tanto exactamente interpretable por la ciencia, en

consecuencia, dice Todorov: “el mundo es como transparente, puede ser conocido completamente por la razón humana” (Todorov 2002, 123). También, e históricamente mucho más peligrosa pero relacionada con el uso político de las teorías de la conspiración, las creencias en que la ciencia posibilita la construcción de una sociedad diseñada, una utopía —ya sea a través del planeamiento eugenésico activo (Nazismo), o por aplicación de inexorables leyes histórico-materialistas (Leninismo)—, se apoyan en el cientismo. Para Todorov la deriva hiper-controladora que sería una forma pervertida de la ciencia, olvida el principio básico de falibilidad que debe inspirarlas. Solo son posibles los hechos para los que existe una explicación. Algo está detrás de los hechos y cuando ese algo falta, hay que imaginarlo. La actitud natural frente al mundo de vida no solo posibilita la explicación del evento dentro de la reserva de conocimiento del sentido común, sino que más aún exige una explicación.

En su ensayo “Credit and Blame”, el sociólogo Charles Tilly (2008) también ha sugerido cómo parece haber una necesidad humana en explicar eventos desde la perspectiva de la culpa, es decir la necesidad, tal como venimos observando, de que exista un agente detrás del evento. Dice Tilly, al respecto, aventurando una hipótesis neuroevolutiva:

Nosotros los humanos nos pasamos la vida culpando a otros y atribuyéndonos los créditos y a veces, a regañadientes, atribuyéndole créditos a otros. Visiones viables de la vida pueden incluir proporciones variables de crédito y culpa, pero ninguno de nosotros escapa a la necesidad de asignar valores, positivos o negativos, a las acciones de otras personas, así como también a nuestras propias acciones. Ello es así, espejito, porque la evolución ha organizado nuestros cerebros para crear narraciones de acciones e interacciones en las cuales X hace Y a Z, o X causa Y y Z sufre las consecuencias. No observamos simplemente la secuencia X-Y-Z desapasionadamente, como si observáramos caer las gotas de lluvia y formar un charco. En cambio, asignamos un peso moral a la secuencia y decidimos, muchas veces al día y por lo general sin mucha reflexión, si nosotros o los demás hicimos lo correcto. Es más, queremos que hacer lo correcto sea recompensado y hacer el mal reciba castigo”. (Tilly 2008, VII)

Aunque no estemos convencidos de la especulación evolucionista de Tilly, podemos aceptar que, en efecto, tal y como venimos sosteniendo, la necesidad de explicación de eventos va mucho más allá de la observación desapasionada y que, como célebremente señalaba Hume (2004), la atribución de relaciones causales es resultado de una hipótesis necesaria para nuestra vida cotidiana. Aún más allá, es necesaria para la preservación del orden social limítrofe pero permeable al caos, a lo que quizás se refiera Tilly cuando habla de las visiones viables de sociedad.

Tilly nos acerca un paso más al argumento que estamos construyendo aquí, al afirmar que esas necesarias narraciones dotadoras de causalidad —y por tanto de sentido, añadiríamos— implican una cierta noción de intencionalidad y de agencia:

Asignar crédito o culpa a alguien, por lo tanto, significa que alguien es el agente que ha causado cierto resultado, meritorio o deplorable. Significa hacer de alguien un agente efectivo. Mientras más serio sea el resultado de la acción del agente, más grande será el

potencial crédito o culpa. Pero el asignar crédito o culpa también imputa responsabilidad al agente: ella no lo ha hecho por accidente, sin querer, o por puro impulso. En cambio ella ha actuado de manera más o menos deliberadamente y con conocimiento de las consecuencias probables. Es más, tal agente debe ser competente, capaz de acción deliberada". (Tilly 2008, 12)

Nótese entonces el tema de la competencia del agente: la imputación de responsabilidad, a su vez consecuencia de una necesidad de narración causa-efecto para todo evento. Ello implica más responsabilidad, pero también más capacidad, competencia y efectividad requeridas al agente a medida que los efectos son más importantes. Llevando esta lógica de lo micro social a narraciones macro sociales del orden, estamos ante una espiral de atribución de sentido que, a medida que nos acercamos a eventos de carácter verdaderamente catastróficos, nos obliga a buscar un agente responsable con atribuciones de competencia cuasi-infinitas: un dios, demonio, o gran conspirador, capaz de producir tan gran resultado.

Y así llegamos al teórico de la conspiración que entiende que detrás de todo evento hay un agente, y que el evento en cuestión es consecuencia directa de la intencionalidad de ese agente, y que además entiende que, si el evento es catastrófico hasta el punto de introducir el caos en el coto del orden, entonces se trata de un agente verdaderamente poderoso. Así pues, nos encontramos de nuevo con el argumento según el cual todo debe ser explicado, todo efecto debe tener una causa y una mente racional (el Arquitecto-conspirador) que está detrás de todo evento observable.

El problema remite de nuevo al de la culpa necesaria de algún agente como explicación causal del mal en un mundo que ha intentado expurgar la incertidumbre y el caos por medios tecnológico científicos. Cuando ocurre un evento catastrófico apelamos a una sociodicea que narra tal eventualidad como causada naturalmente, pero que es incapaz de explicarla satisfactoriamente, al carecer de un elemento importante para que la explicación del mal resulte completa, nos referimos a evidencias suficientes para determinar quién causó ese mal. Para que la sociodicea sea en algún grado acaso más satisfactoria tiene que haber un agente discernible que haga el mal. Aquí nos encontramos en un punto en el que la legitimidad de la sociodicea de las ciencias sociales sufre en su competencia con las teorías de la conspiración, al no poder cumplir con la promesa de una explicación que señale directa e inequívocamente al agente. Es decir, mientras que las teorías de la conspiración pueden señalar a un agente culpable del mal, las ciencias sociales nos invitan a conformarnos con causas impersonales y estructurales. Pero las ciencias sociales ya han sufrido un golpe previo a la ocurrencia del evento que intenta explicar, por ejemplo, en el caso de una catástrofe, su incapacidad de prevenirla, aun cuando han ofrecido un mundo de certezas y de seguridades que mantienen el caos fuera de los límites del orden.

Hay entonces evidentes puntos de confluencia que hemos señalado hasta aquí, partiendo de esta premisa según la cual las teorías de la conspiración son construcciones cognitivas que compiten con otras formas de construcciones cognitivas (como, por ejemplo, las ciencias sociales). La hipótesis que se desprende es que estos puntos de confluencia son las que hacen a las teorías de la conspiración construcciones tan poderosas y difíciles de refutar apelando a otras construcciones cognitivas (magia, ciencia o sentido común). El problema de fondo es una trampa de la fe: cuando se cree, todo refuerza esa creencia.

De la sociodicea a la tecnodicea. Principales características de las teorías de la conspiración

A partir de lo dicho, he aquí una enumeración de varios elementos lógico-discursivos que hemos podido destacar cuando nos referimos a una teoría de la conspiración: En primer lugar, que en las teorías de la conspiración siempre hay una persona o grupo que conspira, es decir hace algo en secreto, oculto, que trata de lograr un objetivo. En segundo lugar, que normalmente se establece una relación directa entre causa y efecto, en cuya explicación no hay lugar para las consecuencias no esperadas de la acción. Por último, y como corolario a lo anterior, esa causa es dada como agencia o intencionalidad directa de esa persona o grupo que conspira.

Estas tres características conforman una definición mínima de la estructura explicativa de las teorías de la conspiración, quien crea en los tres rasgos anteriormente expresados como explicación de un evento cree que una conspiración está detrás de ese evento. Sin embargo, hay que añadir aún otras características, pues una definición así incluiría a conspiraciones de poco alcance, y por lo demás muy comunes que se dan en la vida diaria de cualquiera: desde una fiesta sorpresa hasta pequeños secretos políticos de la comunidad más pequeña. Así que debemos añadir las reflexiones de autores aquí citados, tales como Popper y Hofstadter, quienes proponen el estudio de lo que alternativamente se llama grandes teorías de la conspiración o teorías de la conspiración totales. Según estos autores estas serían aquellas en las que: todos, o por lo menos gran parte de los eventos sociales, son explicados como consecuencia directa de la intención y acción de la persona o grupo que conspira.

Esta última característica acerca al teórico de la conspiración a la caracterización del paranoico de la psiquiatría⁹. Pero no todos los proponentes de las grandes teorías de la conspiración

⁹ Evidentemente no hay solución de continuidad entre la creencia en una pequeña conspiración de nuestro departamento universitario en nuestra contra, por ejemplo, y la creencia en que todo mal es causado por los Illuminati. La decisión sobre cuales teorías son *Grandes Teorías* queda de parte del autor que se guía por la vastedad de las influencias y poder que los creyentes en esas teorías adscriben a la conspiración. A medida que nos acercamos al teórico cuya sociodicea está construida sobre la base de la creencia en que *absolutamente todo* evento es explicable por la conspiración,

creen que todo es explicado por ellas. Algunas grandes teorías tienen un alcance limitado a un evento, tal como es el caso de las teorías relativas a los eventos del 11 de septiembre de 2001. Pero, cuando el evento es verdaderamente grande, cuando la intromisión del caos en el orden es de una magnitud considerable y de envergadura catastrófica, inevitablemente las teorías que pretenden explicar ese evento se agrandan al nivel del reto y cada movida conceptual de tales teorías abarca más y más conspiradores y más y más eventos, hasta el punto de proponerse como verdaderas explicaciones del orden social como un Todo, explicaciones que compiten con las específicas de las ciencias sociales porque precisamente quieren basarse en sus mismas premisas. Basarse en las mismas premisas de las ciencias sociales no significa, evidentemente, recorrer el mismo camino y arribar a las mismas conclusiones explicativas. Las ciencias en general, y no sólo las ciencias sociales, se han presentado en el siglo pasado como explicaciones de la intromisión del caos en el orden y como garantes de la defensa de ese orden frente al caos, y aunque al mismo tiempo muchas veces han devenido en auténticas tecnodiceas, es decir en defensas de la tecnología como garantes de ese orden, no obstante, su búsqueda de contrastación y de sistematicidad en la diferentes fases del método no han sido abandonadas. La búsqueda de la certeza en la defensa del orden ha hecho de las teorías de la conspiración una forma de narración en defensa de ese orden contra el caos en extremo cientificista, es decir, en la defensa del orden que se transmuta en defensa de la tecnología para defender ese mismo orden.

Una teoría de la conspiración se presenta como una sociodicea postsecular. Los eventos relacionados con el 11 de septiembre

Los eventos del 11 de septiembre del 2001¹⁰ fueron de tal magnitud que representan algo así como el acto de terror total. El impacto de las escenas de las torres desplomándose, repetido infinitamente por los medios masivos fue enorme. Salvando la inconmensurable distancia en términos de destrucción y muerte, para los televidentes occidentales post-Segunda Guerra Mundial el 9/11 significó un evento, quizás infinitamente menor en mortandad, duración y disrupción de la vida cotidiana, pero comparable a los efectos de esa guerra en términos de percepción intromisión del caos, de mal absoluto, inexplicable, casi infame.

La muerte es la intromisión máxima y última del caos disolvente en el orden e implica la disolución del yo definido en términos de sufrimiento que, según Weber, todas las teodiceas han

nos acercamos al tipo ideal de paranoico, a cuyo papel en la tradición de análisis psicológico de las teorías de la conspiración ya nos hemos referido en la nota anterior.

¹⁰ En este ensayo nos referiremos a ellos tan solo como “9/11”, en atención a la práctica simbólica ya popularizada en la literatura anglosajona sobre el tema. Tal denominación (a veces 11-S en la literatura en español), por cierto, va más allá de la necesidad de abreviar: neutraliza y aleja en un símbolo numérico un evento puntual de horrorosa e insoportable intromisión del caos en el orden.

intentado explicar de forma más o menos insatisfactoria. Los eventos del 9/11 son la intromisión del caos y de la muerte en un epicentro simbólico del orden moderno en la que ese tipo de muerte no debería ocurrir. Expurgar la muerte accidental es el resultado deseable de racionalizar eventos en forma de riesgos calculables y por lo tanto conjurables. Los modernos, se supone, debemos morir de viejo y en la cama de un hospital rodeado de aparatos tecnológicos que habrán prolongado todo lo posible nuestros últimos momentos vitales. No se supone que vayamos a morir en un accidente de tren, coche, y mucho menos víctimas de un ataque terrorista. Se da por sobreentendido que el riesgo debe ser mínimo, prácticamente cero.

Como con los efectos de la guerra, también es sugerente comparar en términos de impacto global, los eventos del 9/11 con el terremoto de Lisboa de 1755¹¹. Las explicaciones socialmente legitimadas de ambos eventos revelan similitudes y diferencias. Para el famoso terremoto las explicaciones tenían por centro la agencia divina que, en su momento, revivió debates ilustrados sobre el mal y teodiceas justificadoras de lo divino. En ese momento, un mal que para los modernos sería de carácter natural se consideraba en términos explicativos como un mal moral, ya sea por la agencia más o menos maligna o benigna de Dios, o como castigo por los pecados de una orgullosa capital imperial.

Pero, para el caso del 9/11 ha habido poca discusión sobre su carácter de mal moral¹², en cambio, sobre la agencia de este las explicaciones oficiales sufren en su legitimación social la dura competencia de otras que apuntan a agentes distintos. En esa adscripción de agencia, el 9/11 revela su carácter de evento ocurrido en un mundo postsecular, por lo menos, en la sociodicea oficial, las motivaciones de los agentes que perpetraron directamente los atentados son descritas como religiosas. A esto se añade un tono que invita a leer tales motivaciones como peligrosamente irracionales, primitivas y pre-modernas. Son para tales narraciones las expresiones atávicas de valores ajenos a occidente que llegan como amenazas externas al orden moderno racional, secular y libre.

En cambio, hay variantes en las teorías de la conspiración en relación con los agentes y a las motivaciones de éstos. Siempre presentándose como científicas, racionales y seculares estas sociodiceas rara vez narran los eventos en clave de fanáticos religiosos en conflicto con Occidente¹³,

¹¹ Y en un futuro, por supuesto, con las catastróficas consecuencias de la actual pandemia de Covid-19.

¹² Algo de esto ha habido, por supuesto, pues algún pastor evangélico norteamericano llegó a insinuar tal relación. Fuera del ámbito de este ensayo queda todo el discurso justificador del evento desde la cosmovisión de llamado *fundamentalismo islámico* como legítimo castigo a los pecados de las víctimas del terrorismo.

¹³ Una interesante hipótesis de porqué esto es así se encuentra en un artículo de Phil Molé (Molé, 2006). De acuerdo con el autor, la mayoría de las teorías de la conspiración sobre los eventos del 9/11 trasladan la agencia de las explicaciones oficiales (terroristas fundamentalistas) a una agencia local norteamericana (*it was an inside job*). Molé arguye que esto es particularmente reconfortante para los suscriptores de estas teorías pues para comprender los eventos no necesitan saber nada de los complicados conflictos internacionales del Medio Oriente, o casi ninguna cosa sobre

si no que por el contrario suscriben narraciones que las aproximan mucho más a considerar motivaciones que se desprenden del carácter reflexivo y auto-regulador del orden moderno. Aunque no en todos los casos, para la mayoría de las teorías de la conspiración del 9/11 los agentes que provocaron tal intromisión del caos en el orden, y que hábilmente escondieron su participación en el cataclismo.

La Sociodicea Oficial

El 27 de noviembre del 2002 el Congreso y la Presidencia de los Estados Unidos crearon una Comisión que debía preparar un informe completo de todo lo relacionado con los eventos. La Comisión 9/11 estuvo conformada por cinco legisladores republicanos y cinco demócratas, y publicó el 22 de julio del 2004 su informe final. La Comisión diligentemente entrevistó a miles de personas y revisó millones de páginas de documentos. El Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States (9/11 Commission 2004), del cual tomo a continuación, como ejemplo, algunos párrafos del prefacio, puede ser considerado como la narración oficial por excelencia del evento.

El Informe es un relato extremadamente detallado y exhaustivo de los eventos de ese día, comenzando con una relación de la historia de los cuatro vuelos siniestrados y escrito en un estilo que se aleja del clásico tono seco de otros reportes oficiales¹⁴. Sin embargo, las técnicas de investigación tomadas de las técnicas cualitativas de las ciencias sociales usadas en el informe, reflejan su meticulosidad y afán por adscribirse al discurso socialmente legitimado de las ciencias. Una ingente compilación de entrevistas a oficiales, expertos, víctimas y testigos, le dan a la narrativa cierto tono de informe etnográfico. La narrativa se ve reforzada por la presentación de datos técnicos que ayudan a dar al texto un carácter fáctico, secular y racional. La Comisión realizó 12 audiencias públicas, durante las cuales entrevistó a 160 testigos de distinta relevancia, que incluyeron desde el Gobernador del Estado de Nueva York, el Alcalde de la ciudad de Nueva York, militares y funcionarios en puestos de decisión durante los eventos, políticos connotados, incluyendo senadores y diputados de los partidos demócrata y republicano, académicos especializados en el tema del terrorismo, ingenieros, arquitectos y expertos en temas de aviación, en ingeniería estructural de rascacielos, oficiales de inteligencia e, incluso, algún que otro autor de

política internacional en absoluto. Basta con tener ciertas nociones populares sobre ingeniería de estructuras, explosivos y combinarlas con la sana sospecha que comparte la mayoría de los estadounidenses sobre su gobierno central.

¹⁴ El estilo del informe es notable y quizás sintomático de la necesidad de narración del mal en el mundo moderno. El informe ha sido caracterizado por algunos comentaristas como de *alto nivel literario*, elogio poco común para este tipo de documentos. Por momentos la narración adquiere tonos épicos, sobre todo al relatar los muchos actos de comportamiento heroico de ese día. El informe se convirtió en un *bestseller* y fue finalista en el género de ensayo para el *National Book Awards* de los Estados Unidos. Como es ahora habitual que suceda con los libros exitosos, la grabación de la amena lectura del texto puede ser escuchada íntegra en Internet.

obras de ensayo o ficción sobre el tema del 9/11¹⁵. Las audiencias se prolongaron por 19 días y produjeron un corpus grabado de extensa duración.

Lo primero digno de resaltar es que el prefacio del Informe Final de la Comisión está enmarcado en la clara narración de la intromisión del caos y en la necesidad de restitución del orden: “el 11 de septiembre fue un día de conmoción y sufrimiento sin precedentes en la historia de los Estados Unidos. La nación no estaba preparada. ¿Cómo sucedió esto y cómo podemos evitar que suceda de nuevo una tragedia así?” (9/11 Commission 2004, XV). El objetivo de la Comisión es planteado como una sociodicea del evento que explica el mal como una narración independiente, imparcial, meticulosa, no partidista, y además pública: “Desde el comienzo hemos estado comprometidos con compartir al máximo nuestra investigación con el pueblo americano” (9/11 Commission 2004, XV), dice el prefacio del informe.

La Comisión no buscaba establecer culpas individuales, se entiende que hay que buscar las explicaciones que pudieron haber impedido la tragedia en los fallos en la seguridad, pues la causa del evento está supuesta por la narración en un:

[...] enemigo que es sofisticado, paciente, disciplinado y letal. Un enemigo que congrega un amplio apoyo en el mundo árabe y musulmán al demandar reparación a sus exigencias políticas, pero su hostilidad hacia nosotros y nuestros valores carece de límites. Su propósito es limpiar el mundo de pluralismo religioso u político, del plebiscito, de la igualdad de derechos para las mujeres. No diferencia entre objetivos militares y civiles. El daño colateral no es parte de su léxico”. (9/11 Commission 2004, XVI)

Así expuesto, el origen de la intromisión caótica del mal queda claro desde el prefacio. El no establecer culpas se refiere a que el Informe no intenta culpar a nadie del lado del orden. Es decir, puede darse el caso de que se revelen (como de hecho se revelan), faltas serias, incluso negligencia, en los sistemas de seguridad de los EE.UU. Puede ser que esas faltas tengan consecuencias fatales y que, de no haberse producido los eventos del 9/11, hubiesen resultado en algún mal. Incluso algunas de esas faltas puede que tengan un carácter estructural que dispense a los agentes individuales de culpa del mal, en particular en la comunidad de inteligencia sobre la cual el Informe revela mecanismos que impiden el diálogo y entendimiento entre sus diversos componentes. Todas estas cosas son presentadas como mejorables y por lo tanto el informe culmina en su último capítulo analizando y haciendo recomendaciones, siempre cuidando la narración con la finalidad de dejar claramente establecido que no culpa a nadie dentro de la administración. Para el Informe, la verdadera culpa, los verdaderos agentes de la intromisión catastrófica del caos en el orden, están fuera del orden. En esta sociodicea oficial el mal está

¹⁵ La extensa lista de entrevistados aparece en el Apéndice C del Informe.

claramente señalado en términos clásicos del tipo de una amenaza externa y de carácter radicalmente distinto al orden establecido.

Las primeras 173 páginas de un total de 567 han dejado el mal y su agencia claramente definidos. Toda esa primera parte es una elaboración en clave de narración lujosa en detalles sobre el llamado terrorismo radical islamista, en particular de Al Qaeda. Si bien el Prefacio ha descrito a los malos en términos algo emotivos (el daño colateral no es parte de su léxico, dice el Informe)¹⁶, la narración continuará de manera fáctica y desapasionada, con pocas concesiones a la retórica soterológica, de carácter mucho más teodiceico, que caracterizó al discurso predominante durante los días posteriores a los eventos. Tal discurso, tal como fue vivido en los primeros días posteriores a los ataques, ha sido descrito por Richard Bernstein en estos términos:

Algo diferente sucedió en el 9/11. De la noche a la mañana (literalmente), nuestros políticos y los medios hablaban del mal. Fuimos invadidos por titulares sobre el mal e imágenes que mostraban el mal –desde las repetidas imágenes de televisión de las torres del World Trade Center derrumbándose, hasta las maliciosas sonrisas de Osama bin Laden y Saddam Hussein. De repente el mundo se había dividido en una dualidad simple (y simplista) –los malvados que intentaban destruirnos y aquellos comprometidos con la guerra contra el mal. (Bernstein 2005, 10)

El Informe en cambio se aparta considerablemente del discurso maniqueo sobre el bien y el mal y plantea una sociodicea más sofisticada, más acorde con los valores científico-sociales de objetividad y neutralidad. Se trata una sobria retórica que busca comprender el mal sin justificarlo y que culmina haciendo numerosas recomendaciones para proteger el orden.

Particularmente reveladora es la narración desarrollada en el Capítulo 2 del Informe, titulado La Fundación de un Nuevo Terrorismo, que analiza el ascenso de Bin Laden y su relación con la religión islámica. ¿Qué es para el informe el Islam? Una religión descrita en términos neutros, pero que radicales como Bin Laden¹⁷ han distorsionado para hacer el mal.

Es la historia de ideas excéntricas y violentas, que germinaron en el fértil suelo de la confusión política y social, Es la historia de una organización preparada para asir su momento histórico. ¿Cómo hizo Bin Laden –con su llamado al asesinato indiscriminado de americanos- para ganarse a miles de adeptos y algún grado de aprobación de muchos más? (9/11 Comisión 2004, 48)

Se relata entonces que el ascenso de esta forma, según el informe, radical y distorsionada del Islam, en términos tales que denotan el caos (el fértil suelo de la confusión política y social) y su carácter tremendamente amenazador (organización preparada para asir su momento histórico),

¹⁶ Esta es una frase notable: el término *daño colateral* puede ser entendido como uno de los tantos temas de la narración del riesgo. Representa la racionalización de la muerte de inocentes en situaciones de combate, lamentables, pero, en las narrativas de combate, inevitables y por lo tanto *aceptables*. Para narrativas como las del Informe aquí citado, los *malos* son tan malvados que no son capaces de racionalizar estas muertes inevitables a través del uso de un eufemismo que las haga más soportables a los *buenos*.

¹⁷ El Informe transcribe el nombre del personaje como *Bin Ladin*. Uso aquí la más común en español: *Bin Laden*.

y su vínculo con lo sagrado peligroso (llamado al asesinato indiscriminado), haciendo al mismo tiempo énfasis en el carácter incomprensible de todo esto desde el lado del orden y del bien, que es el lugar en el que se ha situado la narrativa del informe. Sin embargo, se dice, precisamente para eso ha sido escrito el informe, para explicar el mal desde el lado del bien:

La historia, cultura y el corpus de creencias a partir de las cuales Bin Laden formó y difundió su mensaje es en su mayor parte desconocido por los americanos. Tomando de los símbolos del grandioso pasado del Islam, Bin Laden promete restaurar el orgullo de gente que se considera a sí misma víctimas de una sucesión de amos extranjeros. Usa alusiones culturales y religiosas al sagrado Qur'an y a algunos de sus intérpretes. Apela a gente desorientada por los cambios ciclónicos que sufren al confrontar la modernidad y la globalización. Su retórica toma cosas de manera selectiva de múltiples fuentes –el Islam, la historia, los males políticos y económicos de la región. También enfatiza agravios contra los Estados Unidos que son ampliamente compartidos en el mundo musulmán. Vitupera contra la presencia de tropas de los Estados Unidos en Arabia Saudita, el hogar de los sitios más sagrados para el Islam. Habla de los sufrimientos del pueblo iraquí como el resultado de las sanciones impuestas luego de la Guerra del Golfo, y protesta contra el apoyo de los Estados Unidos a Israel. (9/11 Commission 2004, 48-49)

Tenemos aquí una forma retórica compleja y postsecular que se aparta de la evaluación maniquea pero que, a su vez, sostiene un nuevo nivel explicativo. Desde su narración, es una sociodicea (la correcta) que explica el mal en términos de otra sociodicea (inadecuada, incorrecta, radical y conspirativa); una narración de un mal (el 9/11) que se ha producido por un intento (equivocado) de explicar el mal (Estados Unidos tiene la culpa de los males del mundo musulmán).

Otras sociodiceas del evento catastrófico

En el año 2002, mucho antes de la publicación del informe oficial arriba citado, Thierry Meyssan, un autor francés fundador de la página de Internet Red Voltaire¹⁸, publicó uno de los primeros textos que cuestionaban la versión oficial: *La Gran Impostura* (Meyssan, 2002). El libro se ha convertido en una de las narraciones alternativas de los eventos del 11 de septiembre más difundidas. En su temática expone algunos de los temas que se han convertido en clásicos de estas narraciones: Los atentados fueron obra del propio gobierno norteamericano y del complejo militar/industrial. La culpa de la catástrofe es transferida a un mal interno y todopoderoso. De hecho, el agente del mal en la narración de Meyssan es tan poderoso que ha sido capaz de crear los enemigos a quienes culpar del mal; así, por ejemplo, Meyssan está convencido de que Osama Bin Laden fue una creación de la CIA y continuó siendo su agente incluso después de los atentados.

Tal como argumento en este ensayo, la adscripción de motivos como elemento causal es parte importante de toda narración teórico conspirativa y Meyssan es claro en la presentación de los motivos detrás de esta enorme conspiración. El montaje del 11/9 no es más que un *casus belli*

¹⁸ <http://www.voltairenet.org/es>

de la guerra contra el terrorismo, el propósito es doble, desde el punto de vista interno, para los Estados Unidos la conspiración aspiraba a suspender las libertades internas y a establecer una forma de gobierno militar/totalitario; desde el punto de vista externo, el establecimiento de una forma de poder mundial.

Las teorías de Meyssan han tenido mucho impacto, sobre todo en el mundo árabe, pero su construcción narrativa es básicamente política. Meyssan explora los motivos de dominación mundial que supone ocultos detrás de declaraciones explícitas y los vincula a instituciones diversas que, él asegura, tienen coordinaciones centrales y objetivos únicos, como puede ser el caso del complejo militar/industrial. Sin embargo, son otros tipos de narraciones los que han tenido un impacto aún más considerable en las redes sociales. Éstas, a pesar de que inevitablemente desembocan en el debate político, son narraciones que se atienen principalmente a los aspectos técnicos del evento e intentan mantenerse dentro del marco de las narraciones socialmente legitimadas, es decir, de narraciones de carácter secular y científico.

Existen dos enfoques del evento que se apoyan en un discurso principalmente científico y secular, nos referimos a las narraciones realizadas por organizaciones como Truth Architects and Engineers for 9/11 y Scholars for 9/11 Truth and Justice. Ambas participan activamente en la organización paraguas de escépticos de la versión oficial de los eventos denominada el 9/11 Truth Movement.

Truth, Architects and Engineers for 9/11 (Truth AE911, 2013) tiene como principal objetivo solicitar una investigación independiente que demuestre que las torres gemelas de Nueva York fueron en realidad derribadas por medio de explosivos plantados internamente por agentes de una conspiración del gobierno de los EEUU. Su documento principal es una petición a tal efecto firmada por 1788 arquitectos e ingenieros acreditados profesionalmente. La organización fue constituida por el arquitecto Richard Cage, quien se presenta como especialista en construcciones a prueba de fuego. El tema central de la narración de AE911 Truth es que el colapso de las dos torres gemelas y de la torre número 7 del World Trade Center, no se debió al impacto de aviones comerciales, sino a una demolición controlada con explosivos. Consistente con su narración, en principio técnica y no política, AE911 Truth ha evitado especular explícitamente en sus textos sobre las culpas o motivos que llevaron a los autores del evento a tal desenlace, pero sugiere que la demolición controlada tuvo que ser parte de una operación interna (“it was an inside job” es una frase que se ha convertido en consigna de todo el 9/11 Truth Movement) a partir de explicaciones meramente técnicas derivadas de la forma y de los efectos y consecuencias del desplome. Gran parte de las intuiciones y análisis de AE911 Truth son puestos de manifiesto en publicaciones de cientos de páginas documentales y una película de casi dos horas de duración llamada 9/11

Blueprint for Truth. Además, el grupo ha organizado un encuentro anual de expertos, con toda la parafernalia academicista de este tipo de encuentros¹⁹.

Un artículo del The New York Times del 23 de Agosto de 2010 escrito por el reportero Stanley Fish (Fish, 2010), recogía las impresiones de una conferencia del miembro fundador de AE911 Truth, Richard Cage. El reportero señalaba que el número de asistentes a la charla era de unas 50 o 60 personas a quienes describía como de clase media norteamericana. El pódium del citado evento estaba ocupado por Paul Zarembka, descrito por Fish como un economista de izquierdas, quien disertaba acerca de cómo la clase dominante es capaz de hacer cualquier cosa para mantenerse en el poder. Zarembka era seguido en este evento por un reverendo que solicitaba humildad y respeto para aquéllos que aún seguían creyendo en las mentiras oficiales. Luego intervenía Barry Kissin quien, al contrario del reverendo, incitaba a ser inclemente con las élites que han sido capaces de matar a más de 3000 de sus propios ciudadanos, que atacan a países empobrecidos como Corea del Norte o Irán y que, además, es sabido que tiene vínculos con una red masiva de pedófilos²⁰. Pero, la presentación principal del encuentro estaba a cargo de Richard Cage del AE911 Truth. Vale la pena traducir extensamente esta parte del relato de Fish porque da cuenta del interés de Cage por distanciarse de las más radicales presentaciones anteriores y, sobre todo, por presentar su teoría en el estricto marco de la ciencia:

La estrella del encuentro fue el arquitecto Richard Cage, miembro fundador de Architects & Engineers for Truth, un grupo, según dijo, de 1.200 expertos en las áreas de construcción y demolición de edificios altos. Era Cage el hombre de ciencia y del método científico (...), quien sentaba las bases sobre las que todas las otras teorías se levantaban: Las torres gemelas no pudieron haber colapsado por el fuego. Un incendio, no importa lo intenso, habría dejado en pie las vigas de acero, quizás tan sólo las habría movido de ángulo. La manera en la que colapsaron las torres (en caída libre, en forma recta, en sólo 7 segundos) muestra claramente, declaró Cage, que la causa del colapso fue una demolición controlada con explosivos colocados junto a las estructuras de apoyo y detonados en una secuencia temporal precisa. En resumen: destrucción desde adentro y hecha por gente “de dentro” y no por un disparatado grupo de fanáticos incapaces de volar aviones que supuestamente pilotaron con increíble hábil y destreza”. (Fish 2010)

El reportero que narra el evento insiste en que la base de la interpretación es la de alguien que se presenta como un hombre de la ciencia y del método científico. Sólo desde esa perspectiva se puede convencer a una audiencia secularizada y racional, y no con presentaciones sobre rayos misteriosos o conspiraciones de redes internacionales de pedófilos. La presentación socio-económica-política de los motivos de los agentes del evento catastrófico es importante como preámbulo y construcción de una secuencia lógica de acción, pero es accesoria y circunstancial a lo

¹⁹ La más reciente realizada en setiembre de 2013 en un hotel de Pentagon City, en el estado de Virginia. Muy cerca del famoso Pentágono.

²⁰ Lo cual demuestra la larga historia de los mitemas de las actuales teorías de QAnon.

verdaderamente importante: los hechos científicamente demostrables y los aspectos técnicos que deben ser narrados apelando a la ciencia. De acuerdo con esta versión, sólo la ciencia nos puede dar la certeza de la verdad que el discurso oficial esconde tras el manto de la ambigüedad y del mal uso del método científico.

Sabemos que hay gente mala (por ejemplo, las clases dominantes y pedófilas, para uno de los expositores del relato de Fish) que son capaces de cualquier cosa para lograr sus objetivos, pero queremos demostraciones concretas de sus acciones para poder establecer culpas, aunque establecer culpas no sea el papel de la ciencia. De nuevo nos encontramos con la tensión entre motivos y causas siempre presentes en estas narraciones. Cage evita por lo tanto establecer culpas directamente, él tan solo está mostrando los hechos investigados de acuerdo con el método científico. Las culpas y motivos son del mundo de lo ético y moral ajeno a la ciencia dura, propio de aquéllos que quieren construir teodiceas sobre esos eventos: ¿el economista/politólogo? ¿el reverendo? ambos están representados en el evento, pero, curiosamente, no es el reverendo quién se encarga de disertar sobre el mal y sus causantes, tan solo pide paciencia y humildad para convencer a los no creyentes. Quien en realidad construye la teodicea del grupo es el economista, el científico social, sobre la base de la escéptica construcción científica de Cage. La audiencia está allí para que le expliquen los hechos de manera clara, científica y convincente, pero también para que le narren la historia del mal en forma total y completa, sobre todo en términos de culpas y motivos. Quieren saber dónde está el mal y quien es el agente de tal mal para poder tomar posición al respecto. Es por tanto a las ciencias sociales a las que, sobre las bases de la evidencia presentada por las ciencias duras debe encargarse de construir una explicación racional secular del mal, una sociodicea que incluya una narración completa de hechos, motivos y causas; en fin, una narración clara del sentido del evento²¹.

Conclusiones

Esconder es tan humano como desvelar. Pero para el pensamiento ilustrado desvelar, iluminar, revelar, son las metáforas escogidas para caracterizar la tarea del ser humano. Para el hinduismo, Maya es un tejido de ilusiones en el cual estamos atrapados y que nos impide ver la realidad. En el mito de la caverna relatado por Platón, el filósofo retorna a la caverna para revelar la realidad de las cosas a recalcitrantes ilusionados por las sombras. El discurso científico occidental ha llevado este afán iluminador a sus más radicales consecuencias. Como han dejado dicho Adorno

²¹ De junio de 2006 a julio de 2013, el grupo publicó una revista, *Journal of 9/11 Studies*, la cual es interesante por el uso de toda la parafernalia académica de las revistas arbitradas, incluyendo la afirmación de ser arbitrada. La revista ya no está en Internet, sin embargo, he hecho un detallado análisis de varios de los artículos publicados en Pérez-Hernáiz 2018.

y Horkheimer (1998), el mito es ya ilustración y la ilustración ha devenido en mito. El afán iluminador y desvelador no puede detenerse en ser mera esperanza expectante y tiene que convertirse en ansiedad de iluminación. Esta necesidad de certeza obliga a que la ciencia lo ilumine todo, lo sepa todo, y a través de la tecnología los domine todo.

Pero, tal afán inevitablemente tiene consecuencias no esperadas, la misma ansiedad de iluminación y revelación nos obliga a sospechar que algo siempre queda tras el velo y de que no hemos revelado todo lo que debe ser revelado. Seguir hurgando es la actitud natural del atrévete a saber ilustrado y su acompañante es la eterna sospecha de aquello que aún no ha sido revelado. Se quieren certezas, pero se sospecha que aún no hemos arribado a ellas, alguna otra explicación tiene que haber para los males que aquejan al mundo.

En este ensayo quise recorrer un círculo hermenéutico en forma de narración de una narración. La serpiente se muerde la cola en las conclusiones que presentamos a continuación, no es que las teorías de la conspiración rompan con el discurso científico y lo transformen en otra cosa, tal como nos decía Popper, sino que al recorrer su narración de eventos y compararla con otras formas narrativas nos damos cuenta de que las teorías de la conspiración son la consecuencia de esa misma obsesión científicista del mundo postsecular.

Concluyo que:

1. Las teorías de la conspiración compiten efectivamente con las ciencias como explicaciones socialmente legítimas del mal en las sociedades de la modernidad tardía, precisamente por su carácter de explicaciones seculares y racionales y en particular lo hacen con las ciencias sociales, encargadas de explicar el orden social.

Asumir a las teorías de la conspiración en toda su densidad textual, sin juzgar sus pretensiones de verdad, implica adentrarnos en un círculo hermenéutico del que no podemos escapar y tan sólo podemos lanzarnos a recorrerlo como una apuesta de que tal recorrido sea comprensible. La manera en que lo he hecho en este ensayo ha sido dando un paso atrás: alejándome de las teorías de la conspiración y abriendo la mira a las ciencias sociales, y más concretamente a un pequeño segmento de toda la retórica científico social: a la teoría social. No resulta fácil poner en una narración a mi propia disciplina sociológica al mismo nivel que un modo discursivo que es denostado por la misma ciencia. Sin embargo, esta premisa metodológica no quiere decir que asuma una posición neutra respecto a la variedad de sociodiceas postseculares que hemos propuesto como tales. Me decanto explícitamente por la teoría social como aquella sociodicea con más capacidad pluralista y con menos temor a la incertidumbre a la hora de explicar el mal. Pero, como sociodicea, la teoría social participa en su justa medida de la ansiedad de certeza de todo el discurso científico en general; y como tal, desemboca en la ansiedad reveladora de la

verdad escondida propia de las teorías de la conspiración. Parafraseado a Marx, para dar cuenta de las consecuencias de esta participación en la ansiedad ilustrada, las ciencias sociales llevan en sí mismas la semilla de su propia destrucción.

2. El alejamiento necesario para la comparación entre la teoría social y las teorías de la conspiración lo he intentado aquí a través del tema de las explicaciones del mal. En un giro adicional a la tuerca he sugerido que tanto las ciencias sociales como las teorías de la conspiración son sociodiceas, formas secularizadas e intramundanas de los discursos religiosos agrupados por la filosofía de la religión bajo el neologismo leibniziano de teodiceas. Max Weber (1997) había ampliado para la teoría social el uso del término de Leibniz y estudiado las teodiceas de todas las religiones mundiales y no sólo el monoteísmo. Weber concluyó que no hay tal cosa como una solución completamente satisfactoria al problema de la teodicea; el problema de la distancia entre la divinidad omnipotente y benevolente y el mal evidente en el mundo. Así, tampoco ha habido una sociodicea que acorte de manera totalmente satisfactoria la distancia existente entre las posibilidades racionales de las sociedades y la realidad imperfecta de las mismas. La constatación de que el mundo postsecular es valorativamente “politeísta” y por tanto, ninguna sociodicea explica de manera completamente satisfactoria el mal a todos. Pero, si bien existe una explicación insatisfactoria por parte de los discursos religiosos en la explicación del mal, al menos éstos se mueven en el terreno de la no necesidad de justificación empírica en la medida que incluso una teología del mal no puede escapar al presupuesto de confianza que está en toda creencia, pero por el contrario, una sociodicea secular no puede prescindir del criterio de fundamentación empírica, el problema radica en si existe una capacidad intrínseca al modelo científico de las ciencias sociales para proporcionar este tipo de explicaciones o, como nos tememos, el problema radica en otra parte, en que tanto el contexto de descubrimiento como el de justificación están vedados al público; pero, en cualesquiera de los casos esto es un problema de otra naturaleza. Aun suponiendo la imposibilidad de una sociedad moderna homogénea en sus mitos y ritos, tal como la quisieron trágicamente implantar los proyectos totalitarios del siglo XX, incluso allí nos encontraríamos con la insatisfacción de la explicación oficial entre la distancia entre el mundo real existente, con sus males y su incapacidad relativa para mantener el caos a raya, y el mundo posible prometido por la utopía totalitaria. Todo 1984 tiene su Winston insatisfecho con las teorías de la conspiración con las que El Partido intenta dar cuenta del mal. De hecho, algo debe sugerir que todos los intentos del siglo XX por construir un orden social basados en grandes teorías de la conspiración fracasaron en homogeneizar y tecnificar al grado máximo a los miembros de esos órdenes.

3. En el mundo postsecular las ciencias sociales han tenido pretensiones de constituirse en sociodiceas socialmente legitimadas. No han fracasado totalmente en ese afán por calmar la

ansiedad, pues las explicaciones racionales y basadas en el método científico satisfacen, de manera relativa, a muchos. Pero, tampoco tales narraciones científico sociales del mal han logrado convertirse en hegemónicas. No sólo continúan compitiendo desde la Ilustración con las teodiceas religiosas clásicas, las cuales mantienen toda su fuerza explicativa para muchos, sino que en el mismo campo de las explicaciones seculares y racionales deben competir con las teorías de la conspiración. De nuevo y con otras palabras, en la misma ansiedad de certeza todo-explicativa y todo-controladora de las ciencias está la semilla de la tecnodicea en la que devienen las teorías de la conspiración sobre el 9/11. Sólo que en el mercado de las sociodiceas postseculares la competencia entre las ciencias sociales y las teorías de la conspiración por ser las socialmente legitimadas explicadoras del mal no parece saldarse con la destrucción de las ciencias sociales. Más bien al contrario, el afán científicista de las teorías de la conspiración refuerza la idea de que son las ciencias las que otorgan explicaciones, con más fuerza y con mayor grado de satisfacción, para el caos en las sociedades postseculares. Las explicaciones racionales y seculares aparecen entonces como triunfantes, solo que no exactamente en la forma en que lo habían imaginado los filósofos de la Ilustración o los autores de la teoría social clásica de finales del siglo XIX. Las teorías de la conspiración en sí mismas son expresión hipertrofiada de una de las pretensiones claves del discurso científico: el control, la búsqueda de la certeza, la transparencia total, el control total. Ese control es ejercido necesariamente en el método científico como obsesión sobre las variables, pero además en la pretensión ilustrada de la ciencia por predecir controlar a la naturaleza y al mundo de los humanos. Pero, tal y como he dejado dicho, frente al control entendido como exigencia de un alto grado de rigor en el proceso metodológico aquí el control se transmuta y se asemeja a un oscurantismo que tiende a ocultar los argumentos racionales que apoyan las diferentes versiones: tanto la oficial como la contraria. Luego el problema se ha desplazado, dado que las razones científicas esgrimidas son coartadas ideológicas que tratan de legitimar acríticamente las interpretaciones sin someter el propio contexto de justificación a ningún criterio verificable y contrastable por el tribunal de la razón que es, en buena lid ilustrada, quien tiene la última palabra. Nuevamente se echa sobre la ciencia, en este caso social, el baldón de una incapacidad que le viene otorgada por la construcción ideológica que encubre todo el proceso.

Las teorías de la conspiración se ven a sí mismas como racionales y científicas, pero en ellas a veces los males que la ciencia oficial tiene por naturales, como los terremotos y huracanes, se convierten en males morales causados por los humanos. Y, por el contrario, hay veces en los que las ciencias sociales, por ejemplo, la economía, narran ciertos eventos tales como las crisis financieras tal como si fuesen males naturales que responden a ciclos más propios de la supuesta regularidad de la naturaleza que de la errática agencia humana. En cambio, para explicar esa misma

crisis financiera las teorías de la conspiración pueden señalar inequívocamente a los agentes humanos culpables de las crisis en términos de banqueros y en las teorías más perturbadoras, categorías enteras de gente que pasan a representar agentes identificables del mal: la burguesía, la oligarquía, etc. Este modo de ver la realidad, sustentado en un inevitabilismo derivado de una objetivación del ser humano, es el propio de la teoría de la conspiración, donde todas las atribuciones de causalidad tienen como última ratio a un sujeto con intenciones malévolas, se trate de categorías sociales como la oligarquía financiera, los poderes fácticos o el poder militar; pero, también se trata en general de atribuciones de causalidad abusivas que si bien quedan invalidadas por la falta de evidencias sobre las que realizar la atribución causal que sin embargo no afectan al meollo de la cuestión que es la necesidad de reivindicar un modelo de contrastación empírico para sustentar y legitimar las atribuciones de sentido.

El caso es que en las retóricas de la culpa las sociodiceas postseculares le dan una nueva vuelta a la tuerca de la tradicional distinción entre males morales y naturales y por tanto a veces las teorías de la conspiración pueden resultar más satisfactorias que las ciencias sociales, pues ante la necesidad humana de buscar a un agente culpable cuando la experiencia catastrófica de intromisión del caos en el orden llega al límite de la disolución total de ese orden que es la muerte, señalar la estructura, la contingencia o el riesgo resultan para muchos, cosas muy impersonales y abstractas sobre las que no se puede descargar adecuada y satisfactoriamente la culpa del evento desastroso. En cambio, las teorías de la conspiración invitan a la certeza de señalar exactamente a agentes culpables sobre quienes se puede actuar y castigar. Ese resulta ser un aspecto atractivo de las teorías de la conspiración con el que las ciencias sociales tienen dificultad para competir.

Pero, el caso concreto narrado en este ensayo resulta sugerente de aún otra transferencia de agencia en la culpa del mal. Las explicaciones oficiales del evento culpan a agentes concreto: terroristas que usan aviones como misiles, pero las teorías de la conspiración arguyen que los culpables reales son otros: it was an inside job. Aquí nos encontramos con un caso en que la insatisfacción viene expresada porque las teorías oficiales no culpan adecuadamente, es decir no culpan a quien deben culpar para resultar enteramente satisfactorias. ¿Pueden las explicaciones oficiales hacer otra cosa? De acuerdo con lo señalado aquí, sólo en una sociedad homogénea una única explicación puede ser enteramente satisfactoria a todos: las ciencias sociales siempre tendrán que competir con explicaciones alternativas de los eventos.

Las teorías de la conspiración no son, como sostenía Popper, una aberración o una desviación del pensamiento racional científico, por el contrario, son expresiones de lo que Bauman, siguiendo la tradición de la teoría crítica, ha caracterizado como la ambición abrumadora de la ciencia por conquistar la naturaleza y subordinarla a las necesidades humanas. Tal necesidad nunca

está alejada del imperativo del control total y el orden total, de la necesidad de explicar y de la búsqueda de una certeza absoluta.

Explicar el orden, explicar el mal contra el orden, controlar el mal para mantener el orden, están relacionados como imperativos morales que comparten las teodiceas tradicionales y las sociodiceas postseculares. Unas entre ellas, las teorías de la conspiración se manifiestan como epifenómenos de esa necesidad utópica de control total ya presente en otra; la ciencia.

Referencias bibliográficas

- 9/11 Comission. Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. Washington, 2004.
- Bauman, Zygmunt. *Modernidad y ambivalencia*. Barcelona: Anthropos, 2005.
- Bernstein, Richard. *The Abuse of Evil. The Corruption of Politics and Religion since 9/11*. Cambridge, MA: Polity Press, 2005.
- Clarke, Steve. "Conspiracy Theories and the Internet. Controlled Demolition and Arrested Development". *Episteme*, 4, 2 (2007): 167-180. <https://doi.org/10.3366/epi.2007.4.2.167>
- Cohn, Norman. *Warrant for Genocide. The Myth of the Jewish World Conspiracy and the Protocols of the Elders of Zion*. Lodres: Serif, 1996.
- Evans-Pritchard, Edwards Evans. *Witchcraft, Oracles, and Magic Among the Azande*. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- Fish, Stanley. "Truth and Conspiracy in the Catskill". New York Times, 23 de agosto de 2010.
- Garfinkel, Harold. *Estudios en Etnometodología*. Trad. Hugo Pérez Hernáiz. Barcelona: Anthropos, 2006.
- Goertzel, Ted. "Conspiracy theories in science. Conspiracy theories that target specific research can have serious consequences for public health and environmental policies". *EMBO Reports*, 11 (2010): 493-499. <https://doi.org/10.1038/embor.2010.84>
- Hofstadter, Richard. *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*. Londres: Jonathan Cape, 1966.
- Horkheimer, Max y Theodor W. Adorno. *Dialéctica de la Ilustración. Fragmentos Filosóficos*. Traducción de Juan José Sánchez. Valladolid: Trotta, 1998.
- Hume, David. *Investigación sobre el conocimiento humano*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- Lotman, Yuri. "Caza de Brujas". *Revista de Occidente*, n.329 (2008).
- Luhmann, Niklas. *Confianza. Introducción de Dario Rodríguez Masilla*. Barcelona: Anthropos, 2010.
- Meysan, Thierry. *La Gran Impostura*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2002.
- Molé, Phil. "9/11 Conspiracy Theories. The 9/11 Truth Movement in Perspective". *Skeptical*, n.12, v.4 (2006): 30-42.
- Parish, Jane, y Martin Parker. *The Age of Anxiety. Conspiracy Theory and the Human Sciences*. Oxford: Blackwell, 2001.
- Patán, Julio. *Conspiraciones. Breve Historia de la Conquista del Mundo por los Extraterrestres, los MASONES, la ONU, Las Elites Financieras, El Establishment, etc.* Barcelona: Cromos Paidós, 2006.
-

- Pérez Hernáiz, Hugo. "Teorías de la Conspiración. Entre la Magia, el Sentido Común y la Ciencia". *Episteme Revista de Ciencias Sociales*, n.2 (2009): 1-17.
- Pérez Hernáiz, Hugo. "Competing Explanations of Global Evils. Theodicy, Social Sciences, and Conspiracy Theories". *AGLOS: Journal of Area Based Global Studies*, 2 (2011): 22-45.
- Pérez Hernáiz, Hugo. La Sociedad Iluminada: Las teorías de la conspiración como respuesta secularizada al problema del mal en el mundo. Intersticios. *Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, 5, 1(2011b): 115-122.
- Pérez Hernáiz, Hugo. "Hacemos mejor ciencia que la ciencia misma. Las teorías de la conspiración como discurso académico. *Aposta Revista de Ciencias Sociales*, n.76 (2018).
- Popper, Karl. *The Open Society and its Enemies*. Londres: Routledge, 1995.
- Simmel, Georg. *The Sociology of Georg Simmel*. Traducido por Kart H. Wolf. Nueva York: The Free Press, 1950.
- Schutz, Alfred y Thomas Luckmann. *The Structures of the Life-World*. Tomos I y II. Evanston: Northwestern University Press, 1973.
- Tilly, Charles. *Credit and Blame*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
<https://doi.org/10.1515/9781400829644>
- Thomas, William I., y Dorothy S. Thomas. *The Child in America: Behavior Problems and Programs*. Nueva York: Knopf, 1928.
- Todorov, Tzvetan. *Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre el siglo XX*. Vol. 2. Barcelona: Península HCS, 2002.
- Voegelin, Eric. *The New Science of Politics*. Chicago: Chicago University Press, 1952.
- Wartofsky, Mark. *Introducción a la Filosofía de la Ciencia*. Vol. I. Madrid: Alianza Universidad, 1976.
- Weber, Max. *Sociología de la Religión*. Edición de Enrique Gavilán. Madrid: Istmo, 1997
- Wood, Michael. "Has Internet been good for conspiracy theorising?". *PsyPAG Quarterly* 88 (2013): 31-33.

Recibido: 30 de marzo de 2021

Aprobado: 6 de julio de 2021

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33471>

**O 11 de setembro como marco simbólico do revisionismo histórico à direita:
“guerra cultural”, elitismo e geopolítica civilizacional**

*September 11 as a symbolic milestone of historical revisionism on the right:
crisis of democracy, elitism, and civilizational geopolitics*

*El 11 de septiembre como hito simbólico del revisionismo histórico de la derecha:
crisis de la democracia, elitismo y geopolítica civilizatoria*

*Francisco Thiago Rocha Vasconcelos**
<https://orcid.org/0000-0003-3807-3187>

*Silviana Fernandes Mariz***
<https://orcid.org/0000-0002-3561-2344>

RESUMO: Este artigo aborda o 11 de setembro como acontecimento que simboliza uma mudança no pensamento político de direita, a partir dos Estados Unidos, ao catalisar um conjunto de revisionismos negacionistas orientados no sentido de uma “geopolítica civilizacional” e de uma “guerra cultural”. O cerne desta mudança está na articulação entre três elementos principais: a tese do “choque de civilizações”; os significados elitistas presentes no neoliberalismo sobre a natureza da democracia; e as vertentes da “Escola Tradicionalista”, que dialoga com experiências autoritárias passadas e presentes da direita em reação à modernidade e ao liberalismo.

Palavras-chave: 11 de setembro. Choque de civilizações. Tradicionalismo. Negacionismo.

* Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), no Ceará. Cursos: Licenciatura em Sociologia e Bacharelado em Humanidades. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Sociologia (USP); Mestre em Sociologia (UFC); Bacharel em Ciências Sociais (UFC). Atua principalmente nos seguintes temas: violência, criminalidade, segurança pública, sociologia política, sociologia dos intelectuais e do conhecimento científico. E-mail: fvasconcelos@unilab.edu.br.

** Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), no Ceará. Cursos: Licenciatura em História e Bacharelado em Humanidades. doutora em Educação (UFC); mestre em História (UFC) e licenciada em História (UFC) e Letras/Inglês (UECE). Temas de interesse: Formação do Mundo Moderno; História do Pensamento Racial Brasileiro; História das Prisões; Estudos de Gêneros e Sexualidades na História; Ensino de História; Formação e Prática Docente; Políticas e Gestão da Educação Superior. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa “Gêneros e Sexualidades na História”. E-mail: silviana_mariz@unilab.edu.br.

ABSTRACT: This article addresses September 11 as an event that symbolizes a shift in right-wing political thought, starting from the United States, by catalyzing a set of denialist revisionisms oriented towards a “geopolitics of civilizations” and a “cultural war”. The core of this shift lies in the articulation between three main elements: the “clash of civilizations” thesis; the elitist meanings present in neoliberalism about the nature of democracy; and the strands of the “Traditionalist School,” which dialogues with past and present authoritarian experiences of the right in reaction to modernity and liberalism.

Keywords: September 11. Clash of civilizations. Traditionalism. Denialism.

RESUMEN: Este artículo aborda el 11 de septiembre como un acontecimiento que simboliza un cambio en el pensamiento político de la derecha, a partir de Estados Unidos, al catalizar un conjunto de revisionismos negacionistas orientados hacia una “geopolítica de la civilización” y una “guerra cultural”. El núcleo de este cambio radica en la articulación entre tres elementos principales: la tesis del “choque de civilizaciones”; los significados elitistas presentes en el neoliberalismo sobre la naturaleza de la democracia; y las vertientes de la “Escuela Tradicionalista”, que dialoga con las experiencias autoritarias pasadas y presentes de la derecha en reacción a la modernidad y el liberalismo.

Palabras clave: 11 de septiembre. Choque de civilizaciones. Tradicionalismo. Negacionismo.

Como citar este artigo:

Vasconcelos, Francisco Thiago Rocha; Mariz, Silvana Fernandes . “O 11 de setembro como marco simbólico do revisionismo histórico à direita: ‘guerra cultural’, elitismo e geopolítica civilizacional”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 74-97.

Introdução

O século XX, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, é marcado por um robusto movimento de renovação intelectual em diferentes campos de conhecimento das humanidades, com a inauguração de estudos numa perspectiva “vista de baixo” ou dos excluídos¹ (Perrot 2017), associados à crítica de modelos autoritários de sociedade e, posteriormente, à emergência de autorias periféricas dos “Estudos Pós-Coloniais”². Este intenso e articulado trabalho de produção

¹ A exemplo da História Social, na França, em torno da *Revue des Annales* e, na Inglaterra, a partir da *New Left Review*; além da Micro-História, da História do Cotidiano, da História Cultural e da História do Tempo Presente.

² Em seu interior se relacionam as produções do pensamento social africano e afro-diaspórico, o grupo sul-asiático dos Subaltern Studies, os Estudos Decoloniais latino-americanos, os Estudos Feministas Afroindígenas e as Epistemologias do Sul. Esse campo de estudos serviu de apoio à mobilização de movimentos sociais negros, feministas, LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, e à criação de políticas públicas afirmativas que garantiram ocupação de espaços na sociedade, reconhecimento de identidades e de direitos.

de conhecimento foi responsável por ressignificar, por exemplo, as relações entre emancipação, direitos humanos, civilização, escravidão e colonização, que embasam as narrativas hegemônicas sobre os caminhos da modernidade, reescrevendo a história ocidental em seus principais eixos explicativos.

À medida que este campo intelectual das Humanidades foi se consolidando, cada vez mais foram sendo gestadas reações advindas de grupos identificados com a agenda conservadora, política e moralmente à direita. Como exemplos, citamos o conjunto de revisionismos, de natureza negacionista, que são, em grande parte, uma reação à saída da História dos trilhos da narrativa convencional do heroísmo ocidental euro-americano. É o caso da emergência de narrativas sobre a geopolítica contemporânea como “guerra cultural”³ entre as civilizações, cristã e islâmica; sobre a revitalização de ancestralidades nacionalistas e/ou étnicorraciais brancas contra migrantes “latinos”, árabes e negros; sobre a afirmação dos símbolos e performances de virilidade; e, ainda, sobre a substituição da ciência por mitologias e teorias das conspirações.

Disputas narrativas a partir do passado são práticas corriqueiras no campo das Humanidades, contudo, elas têm extrapolado as balizas de discussão do campo acadêmico e trafegado em uma esfera pública difusa, interconectada e mobilizada para o confronto e para a diluição da ciência em ideologia, lançando desafios éticos e políticos. Um momento crucial para a diluição das fronteiras entre conhecimento especializado, esfera pública e teorias conspiratórias, foi o 11 de setembro de 2001, representativo para a atualização e a expansão das escolas de pensamento revisionistas à direita, de caráter marcadamente negacionista, que desde a 2ª guerra mundial estavam reunidas de forma esparsa em círculos marginais de pensamento estratégico ou mesmo religiosos e esotéricos.

Não se trata, entretanto, de um movimento automático e cronológico. O 11 de setembro é tratado, aqui, como o conjunto de acontecimentos que interligam os ataques aos Estados Unidos à guerra do Iraque e do Afeganistão (entendidos como marco simbólico da convergência entre um pensamento geopolítico civilizacional a respeito da crise ou decadência do “Ocidente judaico-

³ A expressão “guerra cultural” é utilizada neste artigo como um conceito “nativo” que expressa o sentido de uma tática *sui generis* de disputa por hegemonia na sociedade civil, desenvolvida por uma apropriação do legado de Antonio Gramsci a partir da extrema direita ou direita iliberal francesa, deitando raízes especialmente na produção de Alain de Benoist e seu “gramscismo de direita” (Benoist 1979; 1982; cf. também <https://jacobin.com.br/2020/04/os-inimigos-de-gramsci/>). A origem da expressão é antiga e controversa, mas se popularizou a partir dos Estados Unidos através da publicação de *Culture Wars*, de James Davison Hunter, em 1991, descrição do embate entre duas visões de mundo antagônicas: “uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista), associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só. A guerra cultural traz em seu bojo problemas de ordem social e moral que dizem respeito, por exemplo, à sexualidade, ao comportamento, à raça, à religiosidade etc., implicando ainda questões políticas e econômicas” (Santos 2021, 181). Para a utilização do conceito na realidade política brasileira, cf. Rocha 2021.

cristão” euro-americano, em elaboração desde a dissolução da URSS) e às teorias políticas iliberais (Mounk 2019) que ganharam força desde o fim do governo Bush, como reação à propostas políticas e culturais das esquerdas estadunidense e europeia. Nesta seara, embora existindo uma diversidade interna de pensamento entre os seus diferentes intérpretes e narradores, há um ponto em comum que não é ocultado: o da recusa do “fim da história” (Fukuyama 1989) e o argumento para uma política mundial organizada em torno do conflito entre civilizações.

A utilização da ideia de *civilização* como critério distintivo das divisões políticas é expressão de valores culturais pertinentes à direita (neo)conservadora estadunidense que se enxerga ameaçada étnica, cultural e politicamente pela imigração “latina”, pelo cosmopolitismo das esquerdas liberais (associado à afirmação dos movimentos sociais socialistas, feministas, negros e LBGTQIA+) e pelo terrorismo islâmico. Nesse cenário, a tese de Samuel Huntington sobre o “Choque de Civilizações” (1997) favoreceu uma conexão entre filosofias elitistas/aristocráticas (antes implícitas em teorias sobre a democracia neoliberal) (Miguel 2017; Augusto 2016; 2017), com as iniciativas culturais e políticas de direita (neo)conservadora, centrada na recuperação de valores antimodernos e antiliberais de base cultural e étnica. Os Estados Unidos, assumindo sua condição de maior espaço de liberdade de criação e associação para a direita neoliberal e conservadora ao longo do século XX, tornou-se, junto com Inglaterra, Rússia e França, um dos centros irradiadores de iniciativas que, através de táticas de “revisionismo” histórico e de “guerra cultural”, fundamentam formas de governos populistas de direita (Mounk 2019) em suas formas mais radicais, associados a movimentos “neofascistas”⁴.

O texto está dividido, além desta introdução e das considerações finais, em duas seções. Na primeira seção, analisamos as origens dos revisionismos negacionistas à direita, tendo como referência a realidade dos Estados Unidos e as relações entre anticomunismo, cristianismo conservador e o neoliberalismo de Ludwig von Mises e seus continuadores no pensamento econômico e político, como Friedrich Hayek, Milton Friedman e Joseph Schumpeter. Na segunda seção, abordamos os significados do 11 de setembro para o rearranjo desse acúmulo revisionista de ideias políticas, a partir da geopolítica civilizacional⁵ de Samuel Huntington (1997) e dos

⁴ No presente artigo não detalhamos a classificação dos vários novos movimentos de direita. Temos consciência que há várias formas de nomear os novos movimentos de direita - neofascismo, direita alternativa, tradicionalistas, neorreacionários, populistas de direita... - que envolvem divisões e controvérsias internas e externas, sobre as quais não há tanto consenso, e que estão em constante redefinição. Por isso, utilizamos da expressão extrema-direita e dos contornos gerais de algumas “escolas”, sem pretensão de exaustividade, apenas destacando o fato de que convergem para uma releitura da história em termos conservadores, antimodernos e iliberais/autoritários. No caso do tradicionalismo, por exemplo, temos consciência das controvérsias internas, que em parte buscam desqualificar os tradicionalistas afinados ao neoliberalismo, nexos central em nosso argumento. Mas não houve espaço para dissertar sobre esta controvérsia específica. A esse respeito, cf. Machado, 2019.

⁵ Para uma compreensão das diferentes perspectivas sobre ordens geopolíticas, cf. Cairo 2008.

desenvolvimentos propostos pelos ditos Tradicionalistas, como Aleksandr Dugin, Steve Bannon e Olavo de Carvalho.

Negacionismos como “guerra cultural”: a História transformada em Mito

Em *Os Assassinos da Memória*, Vidal-Naquet (1988), ao analisar obras que negam a ocorrência do Holocausto, identifica no caso Dreyfus⁶ a nascente de uma prática de reescrita da história cujos autores autoidentificam como revisionismo⁷. De lá para cá, tal expediente se ampliou, para além do Holocausto, multiplicando-se na forma de debates negacionistas com base na defesa ideológica de preceitos conservadores de raça e gênero. Sobre essa expansão, Naquet destaca que “dois países dominam de longe a produção revisionista, a Alemanha e os Estados Unidos”, sendo que “no primeiro, existe uma grande quantidade de livros que tem um certo sucesso, a julgar pelo número de reedições de alguns deles” e “estritamente ligados a um determinado meio: uma extrema-direita herdeira do nazismo [que sonha] reabilitá-lo.” (Vidal-Naquet 1988, 135).

Nos Estados Unidos, Vidal-Naquet (1988) reconhece em Harry Elmer Barnes a figura de “patriarca do revisionismo americano” (1988, 120). Professor de Sociologia Histórica da *Smith College*, Barnes publicou, em 1926, a obra que é considerada a primeira de revisionismo histórico, naquele país, acerca do então disputado tema da “culpa da guerra”. *The Genesis of the World War, an Introduction to the Problem of War Guilt* (Barnes 1927) inovou em suas narrativas por adotar novas perspectivas metodológicas para a época ao reivindicar a tese da “culpa compartilhada” ao invés de centralizá-la em um único país ou em indivíduos singulares⁸. Contudo, é, somente após a 2ª Guerra Mundial, que a produção de narrativas concorrentes passa a ocorrer de modo diversificado

⁶ Conflito social e político que ocorreu na França no final do século XIX, em torno da acusação de traição e espionagem feita ao capitão judeu Alfred Dreyfus.

⁷ O conceito de revisionismo possui grande polissemia. Historicamente esteve por muito tempo ligado à ideia de traição e negação, pois alguns historiadores utilizaram-no e ainda utilizam para justificar teorias conservadoras e irracionistas, de viés anticomunista, a exemplo do francês Francois Furet (1927-1997), nazista e fascista; do alemão Ernst Nolte (1923-2016) e do italiano Renzo de Felice (1929-1996), ambos relativistas do nazismo e do fascismo. Destacaram-se igualmente como “revisionistas” ou “negacionistas” de extrema-direita Robert Faurisson (1929-2018), professor de literatura francesa, e Paul Rassinier (1906-1967), professor de história, que negaram a existência do holocausto. Mas o conceito de revisionismo também se refere ao processo de reinterpretar e reanalisar determinados acontecimentos e, sobretudo, interpretações históricas, em gerais produzidas pelas classes dominantes, a partir de novos métodos, olhares e fontes. Ou seja, por revisionismo também se entende uma leitura nova, a partir dos silenciados, oprimidos, ofendidos, aqueles que, em geral, não têm direito à História. Neste artigo, utiliza-se a expressão revisionismo no primeiro sentido, ligado à ideia de negacionismo. Agradecemos ao parecerista anônimo da revista pelas indicações e problematizações a respeito deste tema.

⁸ Barnes defende que a “Alemanha ocupou a situação de um prisioneiro na barra, onde o promotor teve total liberdade quanto ao tempo e à preservação de provas, enquanto ao acusado foi negado advogado ou a oportunidade de apresentar provas ou testemunhas.” (Barnes 1927, 35); além de sustentar certo alinhamento anticomunista quando escreve que “ao estimar a ordem de culpa dos vários países, podemos seguramente afirmar que a única e imediata responsabilidade pela Guerra Mundial recai sobre a Sérvia, a França e a Rússia” (Barnes 1927, 661), sendo que “a culpa da Rússia foi incomparavelmente maior” (Barnes 1927, 662), enquanto que “Alemanha e Inglaterra empataram em último lugar” (Barnes 1927, 662). Atualmente, a obra é avaliada como ideológica por apresentar a Alemanha em posição de inocência política

e sistematizado, tendo nos Estados Unidos o seu epicentro onde “apresenta-se sob múltiplas e variadas formas, panfletos, livros ‘eruditos’, livros comuns de propaganda, brochuras mimeografadas, revistas de aspecto atraente, videocassetes” (Vidal-Naquet 1988, 128), o que se revela como “uma consequência da universalização da informação e da posição dominante dos Estados Unidos no mercado mundial” (Vidal-Naquet 1988, 129).

Esse primeiro momento de revisionismo, nos Estados Unidos, ocorrerá através da movimentação de ideias em torno do liberalismo e do anticomunismo; permanecendo, entretanto, restrito a alguns círculos de intelectuais, pois “até 1955, o ‘liberalismo clássico’ ainda era uma minoria entre os americanos instruídos” (Nash 2006, 58). O revisionismo estadunidense pós-2ª Guerra Mundial, na verdade, emerge como tributário da Escola Austríaca de Economia, tendo nas figuras de Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises⁹ os seus principais referenciais e cuja popularização repousa nas frequentes críticas realizadas por liberais americanos da velha-guarda que acreditavam ter o Ocidente “virado à Esquerda”¹⁰.

É esta velha guarda liberal que encontrará, em Hayek e Mises¹¹, a reinterpretação para um mundo que avaliavam como estando em retrocesso, tendo em vista que ambos entendiam as experiências do fascismo e do nazismo como uma variante do socialismo e não do capitalismo, conforme era postulado por intelectuais marxistas¹². Hayek, em particular, defendia que “o coletivismo (...) era inerentemente totalitário” e que “a ‘ascensão do fascismo e do nazismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período anterior, mas o resultado necessário daquelas tendências” (Nash 2006, 22).

⁹ “O lançamento do Liberalismo de von Mises em alemão em 1927 e em inglês em 1962 assinala o nascimento da ideologia – termo que o próprio von Mises usa para definir o liberalismo (von Mises 1985, 192) – neoliberal. No livro, von Mises propõe uma renovação do liberalismo, cunhando o termo ‘neoliberalismo’ em distinção ao ‘antigo liberalismo’” (Augusto 2016, 27).

¹⁰ Os motivos para tal crença seriam, por um lado, a ascensão do Partido Trabalhista na Inglaterra e, por outro, a instalação de governos populistas no restante da América. Já internamente, a crescente regulação da economia e a ingerência em esferas consideradas privadas, e não públicas, pelo Estado era criticado como uma prática reprovável de estatismo vista como uma variante do socialismo nos Estados Unidos.

¹¹ *O Caminho da Servidão* foi publicado nos Estados Unidos, em 1944, pela editora da Universidade de Chicago, tornando-se um êxito editorial. Em 1945, Mises se tornou professor visitante de Economia na *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Nova York; enquanto seu discípulo, Hayek só veio a se tornar professor na Universidade de Chicago a partir dos anos 1950 (Nash 2006).

¹² Mises inicialmente aprecia o fascismo e ditaduras similares como experiências bem-intencionadas, salvadoras da “civilização europeia”, um “improvisado emergencial”. A tendência natural destes regimes, no decorrer do tempo, seria o retorno à moderação no seio dos valores liberais (Mises 2002, 51). Esta leitura sobre o fascismo será modificada, em parte, no seu livro “Socialismo”, de 1947, pois, com a derrota do fascismo e no contexto da Guerra Fria, Mises não concebe mais o fascismo como um auxílio emergencial ao liberalismo, mas como uma forma de estatismo ou totalitarismo, igualando as experiências do fascismo, do nazismo e do stalinismo, em contraste com o mundo do livre mercado e da democracia. Dessa forma, em sintonia com Hayek, governos comprometidos com políticas intervencionistas e de planejamento conduziram inevitavelmente ao socialismo, razão pela qual também criticam o Estado de bem-estar social (Augusto 2017).

Nessa mesma década, a de 1940, emerge, então, entre os adeptos do liberalismo econômico, a preocupação em criar meios de organização e de divulgação de sua agenda intelectual que, à semelhança dos pensadores progressistas, é, também, adotada como uma agenda política. Através de práticas de proselitismo concretizadas por diferentes meios e agentes, foi providenciada a publicação de jornais, revistas e livros que funcionavam também como chamariz voltado principalmente para o público jovem e adulto, egressos ou ainda nas universidades¹³. Nesse sentido, foram fundadas inúmeras revistas, entre elas a *Human Events* em 1944, *Plain Talk* em 1946 e *The Freeman* em 1950; mas, apenas “com a *The National Review*, o renascimento liberal nos Estados Unidos alcançou um novo nível” (Nash 2006, 56-57). Fundada por William Franck Buckley Jr¹⁴, a Revista assegurou a sua ancoragem na crítica e no combate de “seis prioridades declaradas”:

1. O crescimento do governo; 2. O comunismo, descrito como ‘a força mais flagrante do utopismo satânico do século’; 3. A ‘ameaça cultural’ da ‘conformidade das panelinhas intelectuais na educação e nas artes’; 4. A ‘identificável equipe de operadores fabianos inclinados a ou controlando ambos os nossos maiores partidos’; 5. O sindicalismo politicamente orientado e 6. O modismo conceitual de governo mundial, as Nações Unidas e o internacionalismo. (Diamond 1995, 32).

Diante deste cenário, liberais e conservadores acreditavam que era preciso investir em esforços e ações para fazer a pauta liberal no âmbito intelectual superar as narrativas produzidas pela esquerda americana. Uma dessas ações foi a criação de fundações, institutos e casas editoriais a fim de assegurar tanto a independência em relação às editoras das grandes universidades, quanto a maior circulação de ideias em defesa do liberalismo e em ataque ao comunismo¹⁵. Neste período, 1950 em diante, “o revisionismo é obra, sobretudo, de um *lobby* californiano, o *Liberty Lobby*, de Willis Allison Carto¹⁶, de antiga e sólida tradição anti-semita, anti-sionista e antinegra que se

¹³ As ações, nas universidades, ainda eram especialmente limitadas, ficando restritas à iniciativa de poucos professores, a exemplo de Frank Knight e Henry Simons do departamento de Economia da Universidade de Chicago. Ambos publicaram, respectivamente, *Freedom and Reform* (1947) e *Economic Policy for a Free Society* (1948). Considerados por Nash como “o núcleo da nascente Escola de Economia de Chicago” (2006, 34), eles foram responsáveis pela publicação e popularização das obras de Mises e de Hayek.

¹⁴ Egresso da Universidade de Yale, onde estudou Ciências Políticas, História e Economia, tendo se consagrado como um potente debatedor político, Buckley Jr., serviu na 2ª Guerra Mundial e trabalhou na Agência Central de Inteligência (CIA). Considerado um dos maiores promotores da reconstrução do liberalismo e do conservadorismo, há, inclusive, quem veja nele o responsável pela conciliação entre liberalismo clássico e conservadorismo. Em 1955, ao fundar *The National Review*, já era bastante conhecido por sua obra *God and Man at Yale* (1945), em que critica a Universidade de Yale por considerá-la imersa na ideologia coletivista e doutrinadora à esquerda de seus estudantes de economia. (Nash 2006; Diamond 1995).

¹⁵ A exemplo da Foundation for Economic Education, atuante até hoje, tendo sido criada, em 1946, por Leonard Read, importante líder da velha direita americana em 1946; a Mont Pelerin Society, criada em 1947, de caráter internacional e neoliberal, fundada por Hayek; e, a Intercollegiate Society of Individualists (ISI), fundada em 1953, por Frank Chodorov, também ilustre integrante da velha direita americana, ex-diretor da Escola Henry George de Ciências Sociais e ex-editor da *The Freeman*.

¹⁶ Advogado de formação, antissemita e anti-holocausto, Carto também foi um dos responsáveis por atualizar os debates conservadores sobre a presença de negros na sociedade estadunidense, sendo também um ferrenho defensor da repatriação desta população para a África.

sustenta também ou tenta sustentar-se no nacionalismo dos americanos de origem alemã.” (Vidal-Naquet 1988, 136). Carto, sem dúvida, se tornou um dos principais financiadores de ações de divulgação da perspectiva conservadora nos Estados Unidos através de revistas, jornais e associações, como o *Institut for Historical Review*, fundado em 1978, espécie de organização acadêmica com viés antissemita e que veio, posteriormente, a se assumir como defensora de ideias caras ao supremacismo branco¹⁷ (Lipstadt 2017, 34).

Entre as novas pautas está, principalmente, a defesa da ordem moral tradicional e o debate sobre raça e gênero, ambas combinadas ao anticomunismo que, não deixará a agenda conservadora. Esses três conteúdos passaram a figurar como importantes eixos das operações de combate protagonizadas por intelectuais conservadores nos Estados Unidos que, por outro lado, se aproximaram dos vários movimentos cristãos, até então ofuscados pelo interesse maior nos debates sobre o liberalismo e a economia de mercado. A abertura ao contato mais intenso com grupos que se situavam no espectro do debate moral, organizados a partir das várias igrejas cristãs (católica, protestantes e pentecostais) se constituirá como uma importante novidade neste momento. Não que o debate público moral tenha emergido apenas após a década de 1950¹⁸, no entanto, é a partir de 1960 que essa aproximação entre conservadores e grupos cristãos ocorre com mais intensidade (Ansell 1997). Entre as várias possíveis razões, duas, pelo menos, se sobressaem: as decisões ajuizadas, em 1954 e em 1973, pela Suprema Corte Americana. Ambas ancoradas na defesa da 14ª emenda, elas foram responsáveis por, respectivamente, encerrar a segregação de estudantes nas escolas públicas com base na raça e por assegurar como legítima a prática do aborto¹⁹.

¹⁷ Segundo Lipstadt: “O Institute for Historical Review (IHR), um grupo de negacionismo com sede na Califórnia, descrevia-se como uma organização acadêmica impulsionada por uma ‘profunda dedicação à causa da verdade na história’. Suas conferências pareciam congressos acadêmicos. Sua publicação tinha aparência acadêmica. Alunos das principais universidades que encontravam essas publicações nas bibliotecas acreditavam se tratar de um trabalho acadêmico genuíno. Embora o IHR alegasse estar interessado em realizar uma varredura ampla da história, eles concentravam todas as energias no Holocausto. Seus ataques tinham um viés antissemita e anti-Israel. [...] O IHR também demonstrava simpatia pelo racismo.” (Lipstadt 2017, 34)

¹⁸ Importa lembrar, por exemplo, da existência de grupos como o *Spiritual Mobilization* fundado em 1935 e cujo braço editorial, a revista *Freedom and Faith*, se tornou bastante popular entre os anos de 1949, quando foi fundada, e de 1960, quando foi encerrada; contudo, nem a revista e nem o próprio grupo conseguiram atravessar a virada da década de 1950/1960 e sobreviver. Mesclando em seus conteúdos editoriais, debates que comunicavam as agendas do liberalismo econômico clássico e do conservadorismo moral, suas lideranças, em maioria ministros e leigos das igrejas Congregacional, Presbiteriana e Episcopal, não conseguiram, entretanto, alcançar o ponto de fusão ideal entre esses dois eixos em decorrência de diferenças, até então, incontornáveis. Conforme sintetizam Lora e Longton, “o *Spiritual Mobilization* nunca foi um lar confortável para muitos conservadores e liberais” (1999, 159). Neste cenário, é possível tomar o *Spiritual Mobilization* como epítome, na verdade, das várias tentativas de aproximação entre os movimentos conservadores cristãos e o movimento conservador americano moderno, reconstruído ao longo das décadas de 1940/1950 e comprometido com a adoção dos termos liberais numa perspectiva tanto de crítica aos rumos da modernização que a sociedade americana adota, quanto de sua renovação intelectual.

¹⁹ Para os conservadores, a decisão no caso Brown VS Conselho de Educação (1954) fortalecia aquilo que era considerado como o “mito” da igualdade racial e reacrescia a crença na sociedade americana como um “*melting pot*” que, segundo eles, havia se provado um fracasso da moderna engenharia social preconizada por intelectuais adeptos do marxismo, do freudismo e da biologia desde o final do século XIX. Já a decisão da Suprema Corte no caso de Roe

Ao analisar o ingresso de diferentes grupos sociais nas fileiras da direita americana, Diamond (1995) entende que “o que unificou a Direita é um conjunto consistente de princípios em três domínios de esforço social: a economia, o Estado-Nação no contexto global (militar e diplomático) e a ordem moral das normas comportamentais e das hierarquias com base na raça e no gênero.” (1995, 06). Deste modo, “liberalismo, militarismo anticomunista e tradicionalismo tem sido os três pilares da Direita Americana” (Diamond 1995, 07), sendo que, a partir da década de 1950, com o advento dos movimentos pelos direitos civis que questionavam a ordem moral tradicional e uma suposta homogeneidade étnico-cultural dominantes na sociedade americana, a Direita passou por transformações, agregando como centrais outros debates e combates, dedicando-se especialmente, nas últimas décadas, a iniciativas de “revisionismo” da história como “guerra cultural”.

Considerando o caso dos Estados Unidos, nem sempre estamos tratando de obras produzidas por pessoas completamente alheias ao regime de produção das ciências humanas, em geral, e da historiografia, em particular; pois, em muitos casos, são obras produzidas por pessoas sintonizadas com o que há de mais recente publicado pelo mercado editorial especializado e conectadas com o debate acadêmico. São pesquisadores, muitas vezes, egressos da própria universidade, a exemplo de jornalistas, políticos, empresários, enfim, pessoas que se autointitulam “estudiosos” e/ou “pesquisadores” interessados em explicar o mundo atual. Deste modo, obras desse tipo conseguem se autocamuflar como não sendo negacionistas ou nem mesmo revisionistas, pois elas seriam tão somente uma continuidade na produção intelectual interrompida por razões diversas.

Nesse novo cenário, os Estados Unidos passam a funcionar como principal fonte de inspiração para o revisionismo à direita que conduzirá parte de suas produções à uma postura profundamente negacionista em relação a maior parte do acúmulo intelectual produzido pelas universidades até então. Egressos dos mais variados campos profissionais e reunidos nos ambientes virtuais das plataformas digitais da internet e das redes sociais, empresários, políticos e aspirantes, jornalistas, historiadores, sociólogos e cientistas políticos, passaram a reivindicar o retorno às interpretações conservadoras e mesmo reacionárias.

Entre essas iniciativas, destaca-se a do grupo editorial *Regnary Publishing*. Fundada em 1947 por Henry Regnary, neto do imigrante alemão Wilhelm Regnary e herdeiro de uma das maiores fortunas nos Estados Unidos, o grupo *Regnary* se autointitula como “a principal editora de livros

VS Wade (1973) foi vista como uma afronta radical contra aquilo que se considerava o pilar da fundação americana, o cristianismo.

conservadores do país” e, em seus próprios termos, como “uma grande força dentro do movimento conservador” (Regnary 2021). Ela é responsável pela linha editorial *Regnary History* composta por duas coleções de destaque: uma sobre a 2ª Guerra Mundial e outra sobre a Guerra Civil Americana. Em ambas as coleções, destacam-se autores e obras reconhecidos, por muitos historiadores, como exemplares dos esforços de negação e de silenciamento dos debates que centralizaram o dispositivo de “raça” como importante ideologia e tecnologia de governo nos Estados Unidos, ignorando as questões relacionadas à escravidão e à manutenção das hierarquias raciais nos Estados Unidos como centrais nos debates sobre a Guerra Civil Americana (Regnary 2021).

Muito antes da coleção *Regnary History*, entretanto, o grupo *Regnary* se ocupou em lançar a conhecida série *Politically Incorrect Guide* (PIG), ou, em português, Guias Politicamente Incorretos, à semelhança de outras séries editoriais voltadas para o grande público a exemplo de *...For Dummies*, lançada em 1991. Imitando-a em seu estilo gráfico, na aproximação ao grande público e com uma abordagem ao conhecimento acadêmico de um modo bem-humorado, a PIG, contudo, passou a se diferenciar de suas congêneres anteriores por se dedicar praticamente às temáticas das áreas das humanidades, sobretudo aquelas encampadas pelos movimentos sociais em luta por direitos humanos e civis, contrariando o “politicamente correto”.

Na sua lista de autores destaca-se, além de Donald Trump, Dinesh D'Souza. Comentarista político indo-americano de extrema-direita, escritor e cineasta que já foi presidente do *The King's College*, universidade cristã de Nova York, ele atualmente é considerado um dos representantes mais radicais e atuantes da “guerra cultural” nos Estados Unidos. As produções de Dinesh, apesar de criticadas por especialistas, alcançaram sucesso editorial e de bilheteria, a exemplo dos livros *The Big Lie: Exposing the Nazi Roots of the American Left* (2017) e *The Roots of Obama's Rage* (2011) e dos documentários *2016: Obama's America* (2012) e *Hillary's America* (2016)²⁰. De interesse especial para nosso propósito é constatar que um dos seus principais sucessos tratou justamente do 11 de setembro. Em *The Enemy at Home: The Cultural Left and its Responsibility for 9/11* (2017), Dinesh identifica a esquerda americana como a grande responsável pela raiva muçulmana que levou aos ataques de 11 de setembro, pois os Estados Unidos estariam impondo sua “depravação moral” sobre o mundo. Em sua narrativa, os governos e os conservadores deveriam parar de promover a cultura americana liberal (filmes, música e televisão) para não afrontar os valores tradicionais muçulmanos.

²⁰ Apenas com base nos títulos já se pode constatar que um dos seus principais alvos são os políticos do Partido Democrata: o Partido é acusado de compartilhar raízes racistas com o nazismo; Obama não seria estadunidense e teria planos radicais de esquerda; Hillary, corrupta. Especialista na elaboração de teorias da conspiração, Dinesh também atua criticamente contra o ateísmo e contra o multiculturalismo nas universidades.

O pensamento de Dinesh possui grande afinidade com as ideias de ideólogos e consultores políticos que tem se destacado nos últimos anos, sobretudo após o 11 de setembro, em criar plataformas políticas para governos de extrema-direita, nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, como Steve Bannon, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin. Com o suporte de especialistas em *Big Data* e redes de compartilhamento e mídias alternativas na internet, eles têm atuado em favor de líderes populistas com base em estratégias comunicativas de cisão da divisão entre esquerda/direita através da canalização da revolta e da fúria contra os sistemas políticos:

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as Fake News que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito [...] Na prática, para os adeptos dos populistas, a verdade dos fatos, tomados um a um, não conta. O que é verdadeiro é a mensagem no seu conjunto, que corresponde a seus sentimentos e suas sensações (Da Empoli 2019, 17-18; 24).

Este conjunto de teorias conspiratórias e revisionismos negacionistas se dirigem especialmente contra os valores que, a partir do início da Modernidade, foram associados ao progresso através da razão; à democracia como igualdade; aos direitos humanos como universalismo e à esquerda como projeto de emancipação. Em suas narrativas, a crítica radical ao “politicamente correto”, invariavelmente, se traduz na forma de racismo, xenofobia, masculinismo e descrença na ciência. Nesse sentido, um dos maiores objetivos ou efeitos das táticas de “guerra cultural” é a legitimação política da extrema-direita através da conversão da História em Mito (da “guerra oculta” contra o inimigo ou da “decadência” do Ocidente).

Este é um antigo princípio do pensamento dito Tradicionalista (Sedgwick 2004; Teitelbaum 2020) desenvolvido, atualmente, pelo intuícionismo conspiratório de Bannon, Carvalho e Dugin para quem, mesmo que em perspectivas concorrentes, viveríamos a passagem para um novo ciclo de destruição criadora a partir da recuperação de valores “espirituais” enraizados na cultura das civilizações: as tradições culturais e religiosas nacionais seriam a base para a resistência à “decadência” de princípios e desagregação social promovidas pelo cosmopolitismo internacionalista ou globalismo liberal (Dugin; Carvalho 2012).

Nesse sentido, o 11 de setembro como marco simbólico de uma “nova ordem mundial” daria continuidade à uma guerra eterna entre civilizações e formaria um pilar fundamental para a re-emergência intelectual da extrema-direita mundial e de seus projetos políticos de democracia iliberal, baseados no manejo dos ressentimentos das massas sob a condução elitista de lideranças carismáticas autoritárias.

O Mito renasce na História: o 11 de setembro e o choque das civilizações

Esse acúmulo de ideias e teses contrapostas às do “campo progressista”, contudo, ainda se manteria pouco visível, pois, durante a Guerra Fria e mesmo após a queda do Muro de Berlim, os discursos hegemônicos giravam em torno da defesa do “mundo livre”, ou seja, da democracia em consonância com o mercado. Por outro lado, tratava-se, ao mesmo tempo, da defesa de um modelo de “democracia restrita”, a partir de uma concepção *minimalista* ou *procedimental* cuja formulação de maior sucesso será feita pelo economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter (1976). Contra as visões processuais e substantivas da democracia, que a enxergam como uma evolução constante da igualdade, Schumpeter concebe a democracia como fator de estabilização dos conflitos, como arranjo institucional para o revezamento entre elites no poder²¹. Nesse sentido, para muitos (Miguel 2016; Augusto 2016; 2017), a concepção de Schumpeter é uma atualização do aristocratismo e do “darwinismo social” de Von Mises e de teses do elitismo político de Vilfredo Pareto²², em que por democracia deve-se entender um governo aristocrático cuja “circulação entre elites”, e não a luta de classes, torna-se o eixo principal do curso da história.

Assim, ao mesmo tempo em que se expandia a democracia como ideia universal, elaborava-se uma restrição do seu potencial na realização da mudança social através da participação popular. Nesse contexto, o cientista político Samuel Huntington será um dos intelectuais mais importantes para a compreensão do pensamento político estadunidense e sua hegemonia no mundo ocidental. A sua extensa produção é vista, por seus apoiadores, como uma das mais profícuas contribuições para a compreensão da geopolítica mundial e, por críticos, como a “fundamentação ideológica do fascismo moderno” (Meysan 2004).

Sem pretensões à exaustividade, é possível, no entanto, indicar que a sua produção se inicia com estudos sobre o papel dos militares em governos (em que é ressaltada a sua estabilidade em relação às instituições civis)²³ (Huntington 1957) e se prolonga na discussão sobre o

²¹ “o método democrático é aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão por meio de uma luta competitiva pelos votos do povo” (Schumpeter 1976 [1942], 269 apud Miguel, 2016, 116). Nesta concepção, no mesmo sentido que Mises, “alguém é livre para competir na política como é livre para dirigir uma fábrica” (Schumpeter 1976, 272).

²²Vilfredo Pareto (1848-1923) foi um cientista político, sociólogo e economista italiano. Junto com Gaetano Mosca e Robert Michels, é considerado um dos fundadores da escola do elitismo político, que se baseia na crítica à democracia como utopia diante do caráter inevitável do revezamento de minorias no governo das sociedades ao longo da história. Em vida se relacionou com o fascismo italiano: foi professor de Mussolini e Senador em 1923. Era prezado por Julius Evola, filósofo tradicionalista de extrema direita, como um anticonformista (Evola 1985). É considerado por alguns como o “Karl Marx do fascismo” (Alexander 2005). Seu pensamento influenciará, posteriormente, a construção de uma visão restrita de democracia em Schumpeter (Miguel 2016).

²³Neste primeiro momento, Huntington dirige seu olhar, sobretudo, para questões políticas em sociedades do “Terceiro Mundo”, ressignificando a discussão sobre desenvolvimento e modernização. Ele contestará a aposta no crescimento econômico e na modernização social e cultural como vetores para o desenvolvimento de países periféricos, como indicavam os principais defensores do desenvolvimentismo econômico. Ao contrário, em certas condições de

desenvolvimento político através de sua tese da ingovernabilidade da democracia em que a mobilização social e o direito de voto estimulariam demandas por igualdade que colocariam em risco o capitalismo e a dominação política (Huntington 1968) – é dessa maneira que, por exemplo, ele vê a concessão dos direitos civis aos negros como uma das causas da crise da democracia nos Estados Unidos (Miguel 2016). Em diálogo com Schumpeter²⁴, Huntington defende, então, uma forma de democracia restrita, em lugar da defesa explícita de regimes autoritários que serão cada vez mais condenados a partir da segunda metade do século XX (Huntington 1994).

Após o 11 de setembro, o seu pensamento ganhará novamente repercussão fundamental para a política internacional dos Estados Unidos, através da sua tese sobre o “choque de civilizações” (Huntington 1997; Korstanje 2010). A partir de então, embora não haja uma correspondência total entre o seu pensamento e as tendências da direita neoconservadora estadunidense, a proposta de Huntington se tornará um eixo estratégico para a articulação desta corrente política que passará a agir em um sentido mais abrangente e unificado, conciliando a ideia de restrição da democracia e geopolítica civilizacional valorizadora das raízes culturais de um Ocidente único, não universal, a ser preservado (Huntington 1997).

Do ponto de vista euro-americano hegemônico, com a derrocada da União Soviética, o mundo viveria a expansão universal do liberalismo e do modelo democrático representativo, como indicara a tese do “fim da história” (Fukuyama 1989). Algumas tensões existiam, decerto, entre as políticas neoliberais patrocinadas pelo FMI e Banco Mundial e a resistência de Estados que ainda conservavam políticas de bem-estar social ou que ensaiavam regimes de forte intervenção estatal e políticas sociais; mas, sem modelo alternativo concorrente, uma nova onda de transições democráticas sinalizava a vigência de uma ordem unipolar, com os Estados Unidos e a OTAN como guardiões protetores do modelo ocidental, de um lado, e instituições como a ONU servindo de suporte a intervenções humanitárias e ajuda ao desenvolvimento em países com dificuldades em se adaptar à nova realidade geopolítica, de outro.

Esta leitura, em geral otimista, sobre um novo momento de globalização e da pós-modernidade se consolidou ao longo dos anos 1990, mesmo com a “guerra do golfo” em 1991. Os

desigualdade social e institucionalidade política, a modernização acarretaria aumento de demandas e tensões sociais. Os sistemas políticos não suportariam as pressões, entrando em colapso e guerra civil. Por esta razão, seu diagnóstico se concentra no valor da estabilidade e o investimento em desenvolvimento político, ou seja, na capacidade de desmobilização social, de direção política e arbitrar conflitos (Mello 2012). As suas sugestões derivaram para o apoio a regimes autoritários como necessários para a modernização controlada dos países do “Terceiro Mundo” (Huntington 1968), como atesta o seu apoio à Augusto Pinochet no Chile.

²⁴ “Por algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial ocorreu um debate entre aqueles determinados, no espírito clássico, a definir democracia pela origem ou propósito [das decisões] e o crescente número de teóricos que aderiram a um conceito procedimental de democracia, à maneira de Schumpeter. Nos anos 1970, o debate estava terminado e Schumpeter o vencera” (Huntington 1991, 6 apud Miguel 2016, 126).

diagnósticos do presente e os cenários para o futuro só vieram a se converter em mais tenebrosos e pessimistas com o ataque aos prédios do World Trade Center e ao Pentágono no dia 11 de setembro de 2001. A partir desta data, foi retomado, com força, o debate sobre os interesses econômicos e políticos da ingerência, sobretudo estadunidense, no mundo africano e árabe. A “nova ordem mundial” começa a ser questionada a partir do conjunto de problemas envolvendo os limites dos Estados-Nação para conter os fluxos financeiros e de mercadorias e manter o monopólio da violência em meio à expansão do tráfico de drogas, armas e pessoas, da imigração, das guerras civis, crises econômicas, golpes de Estado e intervenções armadas.

A mobilização do ódio contra o Ocidente exigiu buscar novos princípios explicativos para a construção da geopolítica contemporânea. Do lado estadunidense, a tese do “choque de civilizações” será uma das mais defendidas:

O “choque de civilizações”, expressão surgida pela primeira vez em 1990 num artigo do especialista do Médio Oriente, Bernard Lewis, generosamente intitulado “As raízes de raiva muçulmana”, estabelece a ideia de que o islão não tem nada bom e que a amargura que isso causa entre os muçulmanos transforma-se em raiva contra o Ocidente. No entanto, o conceito de “choque de civilizações” foi evoluindo rapidamente; do discurso neocolonial baseado na tônica da supremacia branca, para a descrição de uma confrontação mundial cujo resultado seria incerto. Este novo significado deveu-se ao professor Samuel Huntington que, contrariamente ao que se possa pensar, não foi um perito islâmico, mas sim um estrategista. Huntington desenvolve esta teoria em dois artigos — “O choque de civilizações?” e “O Ocidente único, não universal” -- e um livro originalmente intitulado “O choque de civilizações e o refazer da Ordem Mundial” (Meysan 2004).

Em Huntington (1997), encontramos a explicação de que, se os conflitos entre Estados e ideologias no século XX ocorreram no interior da própria civilização ocidental, após o fim da Guerra Fria, a política internacional passaria a se pautar pela interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais. Segundo ele, os conflitos entre grupos de civilizações diferentes seriam cada vez mais constantes e mais violentos do que entre coletivos de uma mesma civilização. Mesmo que os Estados-nação continuem como agentes mais poderosos, os conflitos internacionais não teriam mais a sua explicação por razões ideológicas ou econômicas, mas por razões culturais entre diferentes civilizações, com linhas de batalha em países tensionados por questões étnico-religiosas. A distinção entre cada uma das civilizações seria tarefa para um debate aprofundado, posto que as civilizações²⁵ seriam dinâmicas, com uma história específica (origem, apogeu e declínio), dividindo-se ou fundindo-se ao longo do tempo. Deste modo, sobretudo para as próximas décadas, o eixo da política mundial seria pautado pelas relações entre “o Ocidente e o resto”, ou seja, entre o Ocidente e uma coalizão de Estados islâmicos aliados com a “civilização confuciana”.

²⁵ Os conflitos mais significativos do futuro ocorreriam ao longo das linhas de cisão cultural que separam cada uma das sete ou oito civilizações que dividem o mundo, quais sejam: ocidental, confuciana, islâmica, hindu, japonesa, eslava ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, africana.

Ainda segundo a sua interpretação (Huntington 1997), na origem destes conflitos civilizacionais estariam fatores decorrentes da globalização, como o aumento dos contatos entre povos de civilizações diferentes; a modernização econômica e as mudanças sociais, responsáveis por separar as pessoas de suas identidades tradicionais, por enfraquecer o Estado-nação e por abrir espaço para a religião como base das identidades, na forma de movimentos fundamentalistas. Nesse cenário, Huntington parece apontar para a necessidade de formação de blocos entre países convergentes culturalmente como base para integração econômica e de afinidades culturais.

Para os seus defensores, trata-se de um realismo político necessário, contraposto ao universalismo das teses de unificação política mundial com base na globalização e no modelo de democracia liberal, visão que não dialogaria com a realidade e os motivos dos conflitos contemporâneos (Chiappin 1996)²⁶. Já para os seus críticos (Said 2001; Chomsky 2002), a tese de Huntington é uma justificativa conveniente para os Estados Unidos e boa parte do Ocidente, pois os absolve do verdadeiro motivo para que o World Trade Center fosse escolhido como alvo: o recrutamento de guerrilheiros pela CIA, entre eles Bin Laden, em luta contra a Rússia no Afeganistão e na Chechênia²⁷.

Nesse sentido, a teoria do “choque de civilizações” teria sido inventada ao longo dos anos 1990 para proporcionar ao “complexo industrial militar” dos Estados Unidos uma ideologia, após o colapso da União Soviética, responsável por justificar a “cruzada por petróleo” (Meysan 2004). Assim, os ataques de 11 de setembro foram atribuídos, pela administração Bush, a uma “conspiração islâmica” e interpretados como a primeira manifestação de um “choque de civilizações” em que o “mundo árabe-muçulmano” estaria em guerra contra o “mundo judaico-cristão” num confronto entre projetos e valores inconciliáveis. Tal narrativa (não apenas geopolítica, mas também moral e religiosa) traz, de modo subjacente, a defesa do projeto religioso fundamentalista, segundo o qual os Estados Unidos são o guardião dos valores cristãos frente a uma Europa em decadência multicultural e um Islã terrorista²⁸.

²⁶ Ele se aproximaria da estratégia norte-americana de contenção aos soviéticos na Guerra Fria, criada por George Kennan, em uma nova estratégia de contenção para a liderança dos Estados Unidos no mundo ocidental: a civilização ocidental deveria “conter a expansão de um poder que venha ameaçar o equilíbrio do poder, e, por aqui evitar que este venha a reconfigurar o sistema internacional em seu benefício” (Chiappin 1996, 73 apud De Albuquerque 2007, 230).

²⁷ Para seus críticos, então, o ódio ao Ocidente derivaria das intervenções militares e interesses econômicos estadunidenses no mundo africano, árabe e asiático e não de uma intolerância fundamentalista contra a hegemonia cultural de valores como liberdade, pluralismo e voto universal. Ao contrário, a chamada “guerra ao terror” praticada pelos Estados Unidos, o “maior Estado terrorista do Ocidente”, serviria como legitimação do seu poder, dando continuidade às tensões que originaram os ataques ao Ocidente (Chomsky 2002).

²⁸ O governo Bush e a sua base de apoio intelectual neoconservadora foram os mais representativos desta linha de pensamento, com a contestação da teoria da evolução das espécies, a defesa do criacionismo e a promoção da “guerra ao terror” como cruzada cristã moderna, uma narrativa, em grande parte, reflexo invertido do discurso de Osama Bin Laden (Souza 2012).

O paradigma do “choque de civilizações”, apesar das críticas, tornou-se referência para o pensamento político-estratégico de uma geopolítica moral e civilizacional à direita nos anos vindouros, com desenvolvimentos importantes durante o período que compreende os governos George Bush, Barak Obama e Donald Trump. Não há necessariamente afinidade com todos os argumentos defendidos por Huntington, mas ainda assim a sua narrativa se tornou, em muitos espaços, hegemônica com a partilha de premissas comuns: o conflito de civilizações; a perda de hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional, com necessidade de recuo em iniciativas bélicas; e o declínio do Ocidente, com a divisão entre os “dois Ocidentes”, Europa e Estados Unidos. Apesar de longa, a citação abaixo resume bem o contexto:

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 [...] não mudam nada na estrutura do poder, mas são imediatamente conhecidos como um momento de viragem na política norte americana e mudam radicalmente a política internacional. Com efeito, os Estados Unidos consideram os atentados da Al-Qaida como um acto de guerra, no início de um ciclo de crises que começa por revelar o revisionismo hegemônico da República imperial e acaba por acelerar a erosão da ordem constitucional da hegemonia liberal norte-americana. A prioridade dos Estados Unidos passa a ser impedir a repetição do “11 de setembro” [...] A nova doutrina norte-americana considera que a neutralização das ameaças assimétricas justifica a guerra preventiva contra as tiranias com capacidade tecnológica para produzir armas de destruição maciça e com ligações às redes terroristas. Essa doutrina está na origem da invasão do Iraque e da crise transatlântica, que vai opor os Estados Unidos (e a Grã-Bretanha) à Alemanha e à França (e à Rússia). Por sua vez, a divisão entre os “dois Ocidentes” e a resposta europeia à deriva imperial norte-americana estimulam uma estratégia voluntarista da unificação política, que vai ser posta em causa pela rejeição democrática do Tratado Constitucional da União Europeia. A marcha para a união federal transforma-se numa crise da integração regional, que paralisa a Europa Ocidental. Por fim, a divisão da comunidade transatlântica, os custos da ocupação militar do Iraque e do Afeganistão e a crise financeira internacional determinam uma nova viragem dos Estados Unidos, cuja estratégia de retraimento vai abrir um vazio, preenchido pelas estratégias mais assertivas da China, da Rússia e do Irão. O declínio ocidental traduz-se numa crise da ordem unipolar, em que o recuo norte-americano torna possível uma dinâmica de regionalização dominada pelas novas grandes potências e pela convergência das potências revisionistas, que contestam a preponderância dos Estados Unidos, enquanto a tendência de homogeneização democrática do sistema internacional é posta em causa quer pela estratégia norte-americana de promoção armada dos valores liberais, quer pela polarização entre a democracia pluralista e o capitalismo autoritário (Gaspar 2016, 301-302).

Alterou-se, portanto, o equilíbrio do sistema internacional entre as potências de *status quo* que querem preservar o seu estatuto na balança do poder (Estados Unidos e Europa) e as potências revisionistas emergentes (Rússia, China, Irã, Índia, Brasil e África do Sul). O retraimento bélico dos Estados Unidos iniciaria no governo Bush, mas sofreu inflexão fundamental com o 11 de setembro, a partir de quando se inicia um novo momento de intervencionismo bélico, que somente começará a recuar com o escândalo das torturas de *Abu Ghraib*²⁹ e com o governo Barak Obama, sem cessar de todo (Gaspar 2016). Nesse interregno, tensões surgem na relação entre Estados Unidos, França e Alemanha a respeito da guerra no Iraque e no Afeganistão, bem como com regimes nacionalistas

²⁹ Prisão iraquiana em que uma série de torturas (estupro, abuso físico, sexual e psicológico) cometidas por soldados estadunidenses, revelada por fotografias em 2004, que iniciou um levante crítico contra as formas de tratamento de inimigos políticos em prisões sob o comando estadunidense também em Cuba (Guantanamo) e no Afeganistão.

na América Latina, ao mesmo tempo em que se abriu espaço para a construção de fóruns e parcerias entre países emergentes, como aqueles que formaram o BRICS, vetor geopolítico das narrativas sobre uma configuração mais igualitária na política internacional. Trata-se de um novo cenário, sobretudo com as iniciativas da China, estendendo seus negócios em Ásia e África, e a retomada das pretensões estratégicas da Rússia nas suas antigas áreas de influência perdidas com a dissolução da União Soviética.

Nesse contexto, a tese do confronto com o mundo islâmico tornou-se, para os Estados Unidos, um combate prévio contra as negociações geopolíticas da China e da Rússia que, de parte a parte, tornaram-se um fator fundamental no equilíbrio internacional, junto com o futuro da União Europeia, cada vez mais em processo de fragmentação. Ao mesmo tempo, a expansão, nos anos seguintes, de políticas inspiradas nos princípios multiculturais, identitários e descoloniais na Europa, em fóruns do Sul Global e nos Estados Unidos com o governo Obama, criou uma nova clivagem, de dimensão político-cultural, dividindo os “dois Ocidentes”, o do conservadorismo cristão e o do cosmopolitismo liberal. Isto se torna ainda mais evidente com a emergência de regimes políticos populistas de direita na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

Em suma, a Ásia torna-se, cada vez mais o centro do capitalismo mundial e o Ocidente se divide em tensões internas, abrindo espaço para a retomada de matrizes de pensamento que se mantinham em fóruns alternativos, obscuros e esotéricos, ligados a grupos racistas, fascistas e irracionistas: o Tradicionalismo. Em “Guerra pela Eternidade – O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista” (2020), Benjamin Teitelbaum foi responsável por tornar essa “escola de pensamento” acessível ao grande público a partir do contato que teve com alguns de seus representantes:

Os Tradicionalistas aspiram a ser tudo que a modernidade não é – comungar com o que eles acreditam serem verdades e estilos de vida transcendentais e atemporais, em vez de buscar o “progresso”. Alguns Tradicionalistas trabalham seus valores em um sistema de pensamento que vai muito além da divisão política moderna de esquerda ou direita: alguns até dizem que esse sistema está além do fascismo. Consequentemente, esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha. É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-nação como uma construção modernista e admira aspectos do islã e do Oriente em geral (Teitelbaum 2020, 20).

Dois intelectuais são as referências principais do Tradicionalismo: René Guénon³⁰ e Julius Evola³¹ que fundamentam, cada um a seu modo, uma defesa de uma História mítica e cíclica, baseada na luta entre tipos humanos (sacerdotes, guerreiros, soldados e escravos) e/ou civilizações (povos do norte e povos do sul; povos da terra e povos do mar). Os intelectuais iniciados nessa Tradição seriam aqueles capazes de compreender o ciclo histórico e as tarefas para a retomada de uma “filosofia espiritual” primeva como fundamento da reorganização das sociedades de acordo com dois princípios essenciais: a comunhão emocional pagã/nacionalista e a hierarquia de castas – contra o mundo do individualismo e do materialismo³².

Seja como reação ao radicalismo político desde a Revolução Francesa (Augusto 2017), seja como “religião política totalitária” milenar (Vaz 2018³³), para os nossos propósitos importa ressaltar que, embora toda essa visão de mundo Tradicionalista possa parecer absurda, ela se torna central na condução da política contemporânea:

A obra de Evola se tornou uma referência de movimentos neofascistas do pós-Segunda Guerra e passou a ganhar relevância nos últimos vinte anos entre a direita europeia e americana. As propostas de uma contrarrevolução conservadora como um movimento de elite que reponha os valores tradicionais e reorganize as instituições políticas e a economia vêm se tornando de forma crescente um movimento de influência política e ideológica significativa, especialmente após a crise de 2008.

³⁰ René Guénon (1886-1951) foi um filósofo francês convertido ao islamismo, elaborou as bases de uma “filosofia perene” espiritualista, baseada na crença em uma religião original perdida (a Tradição, o cerne, ou a Tradição perene), cujos fragmentos se encontram espalhados entre valores e conceitos de diferentes religiões, principalmente as religiões indo-europeias (hinduísmo e zoroastrismo) e religiões europeias pagãs pré-cristãs. A sua inspiração é o sistema de castas hinduísta e uma noção de tempo fatalista e pessimista, que associa a origem, o desenvolvimento e a decadência de civilizações com a perda de espiritualidade e, por esta razão, a necessidade de conexão com valores da Tradição, ao alcance de um grupo seletivo de intelectuais iniciados, capazes de compreender o ciclo histórico e preparar o mundo à passagem para o momento seguinte (Sedgwick 2004).

³¹ Julius Evola (1898-1974) foi um filósofo italiano de origem aristocrática, envolvido inicialmente com os movimentos futuristas e dadaístas. Evola teria conduzido o Tradicionalismo menos para os valores orientais e mais para a direita política, tornando-se a referência mais importante desta vertente na atualidade. A modernidade, a democracia e o comunismo significavam, para ele, o período da decadência, de predominância de valores materialistas, voltados à economia, à miscigenação, ao secularismo, ao feminismo e ao hedonismo sexual. O seu horizonte principal, portanto, se concentrava na sociedade europeia, em um programa paradoxalmente reacionário e futurista para a formação de um “Império Pagão” europeu: uma releitura da teocracia e dos modelos aristocráticos-feudais-guerreiros de organização política, contra, ao mesmo tempo, a homogeneidade e o universalismo promovidos pelo cristianismo e pelo secularismo (Sedgwick 2004).

³² Nesse sentido, as interpretações de Guénon e principalmente de Evola influenciaram a política mundial à época do fascismo e do nazismo, mas, ao mesmo tempo, suas visões de mundo ultrapassavam a realidade concreta dos regimes históricos existentes. Evola, por exemplo, contesta a sua filiação ao regime fascista e nazista. Como escreverá em “O fascismo visto da direita” (2020), estes regimes teriam cumprido parcialmente com a concretização dos valores defendidos, aliando-se a valores terrenos e se corrompendo. Como se verá, os intelectuais ligados ao Tradicionalismo procuram, em geral, manter certa distância de cargos oficiais em governos, como forma de liberdade de ação e reserva moral de condução profética para a construção do projeto de mundo que defendem. Estão, nesse sentido, no fascismo e para além do fascismo, como expressa Umberto Eco a respeito do *fascismo eterno* ou *Ur-fascismo* (1995).

³³ O Tradicionalismo insere-se em uma longa tradição do pensamento reacionário e irracionalista, para alguns, iniciado como reação à Revolução Francesa e, tendo como maior expressão política o fascismo (Augusto 2017). Para outros (Vaz 2018), suas raízes são mais antigas: ele seria o desenvolvimento particular do *gnosticismo*, crença milenar, em geral conflitante com o desenvolvimento do cristianismo e do catolicismo na história europeia, que defende uma separação radical entre o mundo do espírito (ao qual apenas acede uma elite esclarecida) e o da matéria (lugar da maioria). Para os gnósticos, o mundo não seria obra da razão divina, mas de um demiurgo, distante do Ser Absoluto. Sendo uma realidade imperfeita, precisa ser alterada radicalmente

Evola é uma referência para Steve Bannon, estrategista-chefe do presidente americano Donald Trump e de Alain de Benoist, filósofo que é uma referência nos movimentos da ‘nova direita’ europeia com o Front Nacional de Marine Le Pen. No Brasil, a influência de Evola no campo ideológico se dá principalmente através do astrólogo Olavo de Carvalho (Augusto 2017, 2).

O 11 de setembro será incorporado por estes intelectuais como marco simbólico de uma nova realidade. Alain de Benoist (2001), por exemplo, embora crítico de um possível a-historicismo na definição de Huntington sobre o Islã e o Ocidente, incorpora o seu legado teórico para afirmar que o 11 de setembro demarca o fim do século XX. O debate entre outros dois representantes da Nova Direita e do Tradicionalismo, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin, publicado sob o título “Os EUA e a Nova Ordem Mundial” (2012)³⁴, também é emblemático, por situar o 11 de setembro e a tese do “choque de civilizações” segundo uma interpretação própria do horizonte Tradicionalista.

Aleksandr Dugin³⁵ é um intelectual russo, nacionalista e cristão ortodoxo, consultor informal de Putin, cuja ação política visa uma estratégia Eurasiana, unindo Rússia aos antigos territórios soviéticos e o Irã, contra o Ocidente e a liderança dos Estados Unidos. Esta ação tem como fundamento a proposta de uma “Quarta Teoria Política”, doutrina inspirada na superação dialética das três principais teorias políticas (Liberalismo, Socialismo e Fascismo).

Com base nesta proposta, Dugin defende a unificação das “civilizações telúricas”, baseadas na terra, contra as “civilizações atlânticas” (princípio que Dugin considera mais completo que a polaridade trabalho x capital), na construção de um mundo multipolar. Na defesa de uma “revolução conservadora” e tradicionalista, Dugin visa, então, unir as civilizações orientais “contra o Demiurgo mau, criador de um mundo condenado”, o Ocidente e o “mundo unipolar” liderado pelo Império dos Estados Unidos:

Ideologicamente a unipolaridade é baseada em valores do Modernismo e do Pós-Modernismo, valores esses que são anti-tradicionais. Compartilho da visão de René Guénon e Julius Evola, que consideravam a Modernidade e sua base ideológica (o individualismo, a democracia liberal, o capitalismo, o “confortismo” e assim por diante) como sendo a causa da futura catástrofe da humanidade, e o domínio das atitudes ocidentais como a razão da degradação final do planeta. O Ocidente está se aproximando de seu fim e não deveríamos permitir que ele levasse consigo ao abismo todo o resto. Espiritualmente, a globalização é a criação da Grande Paródia, o reino do Anticristo. E os Estados Unidos são o centro de sua expansão. Os valores americanos pretendem ser universais. Essa é a nova forma de agressão ideológica contra a multiplicidade de culturas e de

³⁴ O debate é organizado através de correspondência via internet, em rodadas de argumentação, réplica e tréplica. No espaço deste artigo, não há como entrar em detalhes sobre os pontos discutidos, sobretudo, quando, em grande parte, a discussão envereda por uma forma pouco dialógica, cheia de inconsistências de parte a parte, em um estilo retórico por vezes grosseiro, visando “derrotar o oponente” e cativar a plateia. Ensaaiemos apenas traçar os aspectos gerais do pensamento de cada um e os principais pontos da controvérsia.

³⁵ “Alexandre Dugin nasceu em 7 de janeiro de 1962 em Moscou em uma família de militares [...] No começo dos anos 1980, sendo um dissidente do regime comunista – que estava então em plena decadência –, entrou em contato com pequenos grupos tradicionalistas e com círculos político-literários de Moscou [...] É líder do Movimento Eurasiano Internacional e diretor do Centro de Pesquisas Conservadoras da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou” (Dugin; Carvalho 2012, 08).

tradições ainda existentes em outras partes do mundo. Eu sou resolutamente contra os valores ocidentais, essencialmente modernistas e pós-modernistas e que são promulgados pelos Estados Unidos à força ou por invasão (Afeganistão, Iraque, hoje a Líbia, amanhã a Síria e o Irã). Assim, todos os tradicionalistas deveriam estar contra o Ocidente e a globalização e também contra as políticas imperialistas dos Estados Unidos. É a única posição consequente e lógica. Os tradicionalistas e partidários dos princípios e valores deveriam se opor ao Ocidente e defender o Resto, se esse “Resto” manifesta sinais de conservação da Tradição (Dugin in Dugin; Carvalho 2012, 116).

Olavo de Carvalho³⁶, por sua vez, embora se baseie na mesma matriz de pensamento Tradicionalista, rejeita a estratégia eurasiana, pois ela seria expressão da *húbris* revolucionária, produto da modernidade. Ao contrário de Dugin, Carvalho enxerga o Ocidente dividido entre a hegemonia “globalista liberal” e formas tradicionais de vida que resistiriam a essa hegemonia, a exemplo da população cristã nos Estados Unidos e sua base de valores que, segundo ele, ao mesmo tempo é individualista (no sentido de contrária à intromissão do Estado, ou seja, autonomista) e solidária. Embora não seja otimista, trata-se de fazer esta tradição resistir e prosperar como base para um possível ressurgimento em aliança com outros tradicionalismos locais em uma frente contra as ideologias do globalismo e do totalitarismo.

Através desta síntese, torna-se perceptível, em primeiro lugar, a oposição declarada entre Carvalho e Dugin, cada qual apoiando um bloco civilizacional específico; e, em segundo, a aproximação entre Carvalho e Bannon, expressa no apoio concedido por eles ao magnata Donald Trump como liderança capaz de protagonizar uma luta contra o “globalismo liberal” e a favor da “classe trabalhadora tradicionalista” – que Bannon tende a confundir com os trabalhadores brancos, em um deslize sintomático do flerte com correntes de opinião supremacistas brancas³⁷ (Teitelbaum 2020).

Assim, na interconexão entre os três – Bannon, Carvalho e Dugin - é possível discernir como o paradigma do “choque de civilizações”, sem necessariamente guardar fidelidade total aos termos defendidos por Huntington, derivou para uma estratégia geopolítica civilizacional, moral-tradicionista. Cada um destes atores é um vetor de iniciativas que visam reposicionar blocos de Estados-nação em um alinhamento cultural, político e econômico que tem como princípio a retomada de movimentos políticos radicais e autoritários de direita. Ademais, para além do choque entre as civilizações judaico-cristã e a muçulmana, inaugura-se um “choque interno” ao Ocidente, que ganhou expressão na eleição de governos de direita iliberais (Mounk 2019; Da Empoli 2019). Através de táticas de “guerra cultural” - contestação da ciência e da mídia oficial; criação de mídias

³⁶Astrólogo e autointitulado filósofo, Carvalho tornou-se famoso por seu ativismo em redes sociais, influenciando militantes de extrema-direita e tornando-se um dos principais consultores e articulistas políticos do governo Jair Bolsonaro.

³⁷ Há, nesse ponto, uma proximidade com o pensamento de Huntington sobre a necessidade de preservar o legado cristão estadunidense contra a “invasão latina” (Botelho 2009)

alternativas; disseminação de teorias da conspiração e de *Fake News* – tem se ampliado a dimensão dos negacionismos históricos, no sentido de uma versão mítica da História, favorável ao manejo do ressentimento das massas através de lideranças populistas autoritárias, legitimadas como salvadoras das tradições fundamentais das nacionalidades e civilizações.

Considerações finais

O 11 de setembro ocupa um lugar simbólico como acontecimento catalisador de teorias da conspiração e revisionismos históricos e como primeira grande *fake news* na geopolítica do século XXI que sustentou a acusação infundada de posse de armas de destruição em massa pelo Iraque, usada como justificativa para a invasão deste país. Ele foi um acontecimento que fortaleceu perspectivas de pensamento e ação que permaneciam em segundo plano desde a 2ª Guerra Mundial e o fim da União Soviética, como é o caso do autoritarismo iliberal, da justificação do racismo e do anticomunismo. Este fortalecimento foi articulado pelas afinidades entre a concepção do “choque de civilizações”, a partir do qual se desenvolvem as mais diversas propostas tradicionalistas.

Nos já mencionados estudos de Sedgwick (2004) e de Teitelbaum (2020), o grande público teve a oportunidade do contato inicial com as bases das vertentes francesa, americana e russa do Tradicionalismo. A obra torna-se naturalmente uma referência pela dificuldade existente em ter acesso aos textos que fundamentam a visão de mundo de estrategistas marginais nos círculos acadêmicos; mas, que, em caminhos geralmente pouco rastreáveis, impactaram o centro da política contemporânea. O Brexit; as eleições de Donald Trump (nos Estados Unidos), de Viktor Orban (na Hungria) e de Jair Bolsonaro (no Brasil); a vitória do Movimento 5 Estrelas, na Itália; e a política expansionista da Rússia, todos estes acontecimentos tiveram a influência direta ou indireta de personagens atípicas, como Steve Bannon, Olavo de Carvalho, Aleksandr Dugin, entre outros.

Para estes, trata-se de anunciar o início de um novo ciclo, no qual, o “retrocesso”, a busca de referências reacionárias e valores conservadores, é a fonte de um futuro criado pelo choque entre civilizações e pela destruição criativa do Capital sob a liderança das grandes fortunas de um neoliberalismo hegemônico. A tática de “guerra cultural”, em torno de temas que mobilizam ódio, medo e ressentimento, articula as ações humanas às narrativas que resultam na elisão das fronteiras entre História e Mito, úteis na construção de regimes e governos autoritários que, com base na desconfiança ou menosprezo à capacidade de escolhas racionais das massas em sistemas democráticos, fundam-se na sua mobilização em torno de símbolos, ritos e emoções.

Não há, nesse sentido, incompatibilidade entre o argumento civilizacional e o neoliberalismo, tendo em vista o fundo aristocrático comum, contido na ideia de democracia restrita ou procedimentalista – formulada, como conceito, por Schumpeter, mas similar às ideias

de Von Mises, Hayek, Friedman e Huntington sobre o tema - e que remonta, em sua origem, a intelectuais antissocialistas apoiadores do fascismo (Augusto 2016; 2017; Miguel 2016). Estas crenças e ações lançam o desafio de um tipo de combate intelectual e político permanente, concebido a partir da correção das limitações do atual modelo de democracia e da necessidade de fortalecer os acordos políticos distributivistas que erigiram o esboço de Estado de Bem-Estar Social desenvolvidos no século XX.

Referências bibliográficas

Alexander, James. *Vilfredo Pareto: the Karl Marx of Fascism*. 2005. Disponível em: <http://thule-italia.net/devi/devi/library.flawlesslogic.com/pareto.htm>.

Ansell, Amy Elizabeth. “The New Right in the United States: color-blind discourse and the politics of reverse racism”. Em: *New Right, New Racism*. p. 74 – 141, London: Palgrave Macmillan, 1997. https://doi.org/10.1007/978-1-349-13927-9_4

Augusto, André Guimarães. “O Neoliberalismo Religioso e Aristocrático de Von Mises”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 44, 2016: p. 86-110.

Augusto, André Guimarães. “Visão de mundo aristocrática e a contrarrevolução conservadora”. In: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917)*, Niterói-RJ, 2017.

Barnes, Harry Elmer. *The Genesis of the World War, an introduction to the problem of war guilt*. New York & London: Alfred A. Knopf, 1927.

Benoist, Alain de. *L'ideas à l'endroit*. Paris. Editions Libres Hallier, 1979.

Benoist, Alain de. “Pour un “ gramscisme de droite””. *Colloque national du GRECE*. Le Labyrinthe, Paris, 1982.

Benoist, Alain de. “The Twentieth Century Ended September 11”. *Telos*, n.112, (Fall 2001): 113-133.

Botelho, Teresa. “Quem são os americanos? O impulso neonativista de Samuel Huntington”. *Relações Internacionais (R: I)*, n. 24, (2009): p. 23-26.

Cairo, Heriberto. “A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia”. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53 (2008): 219-235.

<https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200003>

Chiappin, José R. Novaes. *O paradigma das civilizações e a nova estratégia da contenção*. Coleção Documentos. São Paulo: IPEA/USP, 1996.

Chomsky, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

Cruz, Natalia dos Reis. “Neofascismo e conspiracionismo brasileiro. A mídia sem máscara e o 'eixo do mal' “. *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, (2019): 216-257.

Da Empoli, Giuliano. *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

De Albuquerque, Edu Silvestre et al. “Nota de leitura – O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial”. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 1, (2007): 225-236.

- Diamond, Sara. *Roads to Dominion: right-wing movements and political power in the United States*. New York; London: The Guildford Press, 1995.
- D'Souza, Dinesh. *The enemy at home: The cultural left and its responsibility for 9/11*. Broadway, 2008.
- D'Souza, Dinesh. *The Roots of Obama's Rage*. Regnery Publishing, 2011.
- D'Souza, Dinesh. *The Big Lie: Exposing the Nazi Roots of the American Left*. Simon and Schuster, 2017.
- Dugin, Aleksandr; Carvalho, Olavo de. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial. Um Debate Entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas: CEDET, 2012.
- Eco, Umberto. “Ur-Fascism”. *New York Review of books*, 22 de junho de 1995.
- Evola, Julius. *Ricognizioni – Uomini e Problemi*. Roma: Edizioni Mediterranee, 1985.
- Evola, Julius. *O fascismo visto da direita*. Edições Kindle, 2020.
- Fukuyama, Francis. “The end of history”. Em: *The national interest*, 1989.
- Gaspar, Carlos. *O Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- Huntington, Samuel P. *The Soldier and the State*. Harvard University Press, 1957.
- Huntington, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. Yale University Press, 1968.
- Huntington, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- Huntington, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- Korstange, Maximiliano. “The Legacy of Samuel Huntington in Terrorist Studies after 9/11”. *Crossroads*, v. 9, n. 2, (2010): 26-66.
- Lipstadt, Deborah E. *Negação, uma história real*. São Paulo: Universo dos Livros: 2017.
- Lora, Ronald; Longton, Williams Henry. *The Conservative Press in Twentieth-Century America*. Westport/Connecticut & London: Greenwood Press, 1999.
- Machado, Raphael. “Julius Evola e o quinto estado contra as desinformações dos pseudo evolianos neoliberais”. *novaresistencia.org*, 2019. <http://novaresistencia.org/2019/12/05/raphael-machado-julius-evola-e-o-quinto-estado-contra-as-desinformacoes-dos-pseudo-evolianos-neoliberais/>. Acessado: 12.08.2021
- Mello, Natália Nóbrega. *Dirigindo o desenvolvimento político: a produção teórica e a política externa dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2012.
- Meysan, Thierry. *Um plano para ampliar a supremacia americana: O “choque de civilizações”*. 2004. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article161066.html>.
- Miguel, Luis Felipe (org.). *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Unesp, 2016.
- Mises, Ludwig von. *Liberalism in the classical tradition*. São Francisco, Cobden Press, 2002.
- Mounk, Yasha. *O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Nash, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*. Willmington: Intercollegiate Studies Institute, 2006.
-

Perrot, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

Regnery. *About Regnary Publishing*. Our Story. 2021. Disponível em: <https://www.regnery.com/our-story/> Acessado em: 15/06/2021.

Rocha, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminho, 2021.

Said, Edward. “The Clash of Ignorance”. *The Nation*. October 4, 2001. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/clash-ignorance>.

Santos, Frederico Rios, “O que se entende por Retórica da Guerra Cultural?”. *Domínios de Língua@gem*. Uberlândia. Vol. 15, n.1, (2021): p.180-227.

<https://doi.org/10.14393/DL45-v15n1a2021-6>

Schumpeter, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper Perennial, 1976[1942].

Sedgwick, Mark. *Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century*. New York: Oxford University Press, 2004. 370 p.

Souza, Bruno Mendelski de. “A construção do conceito de inimigo nos discursos de Osama Bin Laden no período de 1996 a 2004”. Dissertação, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

Teitelbaum, Benjamin R. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas, SP: Unicamp, 2020.

Vaz, João José Rosmaninho Loureiro. “De Alexandria ao identitarismo: presenças gnósticas na direita radical contemporânea”. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa apresentada à Universidade Aberta, Portugal, 2018.

Vidal-Naquet, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.

Recebido: 25 de fevereiro de 2021

Aprovado: 15 de junho de 2021

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33716>

A construção política da guerra global ao terror: para além do 11 de Setembro

The political construction of the global war on terror: beyond September 11th

La construcción política de la guerra global contra el terrorismo: más allá del 11 de septiembre

Mariana Medeiros Bernussi *

<https://orcid.org/0000-0002-2647-2781>

RESUMO: O presente artigo argumenta que a guerra global ao terror, que caracterizou os últimos 20 anos desde o 11 de setembro, não pode ser analisada como um fenômeno único, excepcional e desconectado de um processo histórico mais amplo. Nesse sentido, o estudo procura compreender como se deu historicamente a inserção do terrorismo na agenda de segurança internacional, além de analisar a construção política do terrorismo enquanto uma ameaça e do contraterrorismo como uma resposta urgente, atentando para os atores interessados e embates políticos acerca do tema, em especial desde os anos 1970. Parte-se do entendimento que terrorismo e contraterrorismo não são fenômenos naturais, mas construções simbólicas, e como tal devem ser compreendidas como resultado de forças institucionais, ideias e capacidades materiais em determinado tempo e espaço. Os resultados apontam que a permanente redefinição de limites que caracteriza o terrorismo e o contraterrorismo teria menos ligação com os eventos do 11 de setembro, mas está diretamente relacionada ao processo de construção de ameaças e da prática de criminalização do “outro”, contra o qual se legitima o emprego de todo tipo de violência.

Palavras-chave: Terrorismo. Contraterrorismo. Ameaça.

* Professora de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Anhembi Morumbi. Doutora em Relações Internacionais pelo programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP, PUC-SP) e mestre e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Transnacionais da Segurança (NETS) e do Grupo de Estudos em Conflitos Internacionais (GECI) da PUC-SP. E-mail: mabernussi@gmail.com.

ABSTRACT: The article argues that the global war on terror, which has determined the last 20 years since 9/11, cannot be analyzed as a unique and exceptional phenomenon and cannot be disconnected from a broader historical process. Therefore, the text seeks to historically understand the introduction of terrorism in the international security agenda and to analyze how terrorism was socially constructed as a threat and counterterrorism was socially constructed as an urgent response, highlighting the actors involved and debates regarding the matter, especially since the 1970s. Hence, it is acknowledged that terrorism and counterterrorism are not natural phenomena, but symbolic constructions, and, as such, both shall be recognized as a result of institutional forces, ideas and material capabilities in a given time and space. Thus, the results indicate that the constant redefinition of limits that characterizes terrorism and counterterrorism may be less connected with the 9/11 events, yet it is directly related to the processes of founding threats and criminalizing the “other”, against which the use of all types of violence is legitimated.

Keywords: Terrorism. Counterterrorism. Threat.

RESUMEN: El artículo sostiene que la guerra global contra el terrorismo, que ha caracterizado los últimos 20 años desde el 11 de septiembre, no puede ser analizada como un fenómeno único, excepcional y desconectado de un proceso histórico más amplio. Por lo tanto, se busca comprender la inserción del terrorismo en la agenda internacional de seguridad y analizar cómo se dio históricamente la construcción social del terrorismo como una amenaza y del contraterrorismo como una respuesta urgente, resaltando a los actores involucrados y los debates políticos acerca de la temática, sobre todo desde los años 1970. El terrorismo y la lucha contra el terrorismo no son fenómenos naturales, sino construcciones simbólicas, y como tales, deben ser comprendidas como resultado de fuerzas institucionales, ideas y capacidades materiales en tiempo y espacio determinados. Así, los resultados indican que la redefinición permanente de límites que caracteriza al terrorismo y al contraterrorismo tendría menos conexión con los hechos del 11 de septiembre, aún está directamente relacionada con el proceso de construcción de amenazas y a la práctica de criminalizar al “otro”, contra el cual el uso de todo tipo de violencia acaba por legitimarse.

Palabras clave: Terrorismo. Contraterrorismo. Amenaza.

Como citar este artigo:

Bernussi, Mariana Medeiros. “A construção política da guerra global ao terror: para além do 11 de Setembro”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 98-122.

Introdução

O combate ao terrorismo¹ é uma prática que dominou a agenda global no início do século XXI, sob a liderança dos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados. Estima-se que os EUA já tenham gasto cerca de \$6,4 trilhões de dólares em ações de contraterrorismo até 2020 (Crawford, 2019). Segundo o projeto Costs of War, do Watson Institute, sediado na Brown University, esse valor inclui os gastos do Departamento de Defesa com as guerras travadas no Iraque, Síria, Afeganistão e Paquistão, além de outras operações de combate ao terrorismo no exterior. Ademais, adiciona-se os custos acumulados pelo governo norte-americano como consequência dessas guerras, como assistência aos veteranos de guerra, juros sobre a dívida contraída para o pagamento das mesmas e gastos com prevenção e resposta ao terrorismo do Departamento de Segurança Nacional. A estimativa é que esse valor continue a crescer.

Apesar dos gastos exorbitantes no combate ao terrorismo, o número de ataques perpetrados por agentes considerados terroristas² não decaiu na mesma proporção em relação ao aumento dos investimentos em contraterrorismo. Pelo contrário, a quantidade de ataques aumentou consideravelmente desde a declaração da chamada “guerra ao terror” pelo ex-presidente norte-americano George W. Bush, em 2001, com relação às décadas anteriores. Segundo o Global Terrorism Database, foram contabilizados 934 ataques considerados terroristas em 1998; em 2001 esse número praticamente dobra para 1913 ocorrências. Uma década depois, em 2011, a quantidade de ataques já estava em 5076 ao ano, tendo atingido seu pico em 2014, com 16908 casos (Start 2019). Se ainda somarmos aos números norte-americanos os gastos do resto do mundo com ações de combate ao terrorismo, nos vemos então diante de uma contradição. Assim, a profecia de acabar com o terrorismo e exterminar os grupos terroristas, considerados a grande ameaça internacional, não se realiza. Além dos gastos diretos, a economia movimenta bilhões para a manutenção de um permanente estado de guerra³.

¹ O termo “terrorismo” é controverso, uma vez que não há um consenso acerca de sua definição (esse tema será abordado de forma mais aprofundada no tópico 2.1). Para os efeitos deste trabalho, entende-se “terrorismo” como um fenômeno, como um processo histórico por meio do qual eventos transformam estruturas de pensamento e requerem formas específicas de ação (Stampnitzky, 2013, p. 6). Enquanto tal, seria equivocado substantivar o termo (Saint-Pierre 2015, 9), apesar de observarmos como padrão na literatura a personificação do “terrorismo”, ou seja, sua designação enquanto um sujeito autônomo, que “faz”, que “age”. Logo, a própria declaração de uma “guerra ao terror” é inapropriada, uma vez que não se trata de um ator ou uma entidade, mas de um fenômeno.

² Assim como “terrorismo”, os termos “terrorista” ou “grupo terrorista” também são instrumentalizados para justificar determinadas políticas de combate ou para deslegitimar determinados indivíduos ou grupos políticos. Logo, trata-se de termos cujos significados foram socialmente construídos por líderes governamentais e especialistas em geral (Stampnitzky 2013, 5).

³ Conforme enunciado pelo ex-presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower em seu último discurso como presidente (The National Archives 1961).

Ainda que a “guerra global ao terror” tenha sido declarada após os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, o combate ao terrorismo não se limita aos fatos, atores e circunstâncias desse fatídico dia. O contraterrorismo possui uma história, que se define por meio do processo de qualificação do terrorismo como uma ameaça internacional. Refiro-me aqui aos mecanismos institucionais, arranjos intergovernamentais, redes de difusão de ideias e as racionalidades por trás dos atores que moldam esse processo. Olhar para o fenômeno do contraterrorismo a partir dessa lente de análise nos possibilita identificar os fundamentos da construção “do problema” do terrorismo e conseqüentemente “da resposta” dada a ele. O presente trabalho objetiva então mostrar que a natureza deste problema global reflete lutas pelo poder e batalhas de significado.

Torna-se então relevante a investigação dos processos políticos que tiveram início nos anos 1970 e seguem até o final da primeira década dos anos 2000, em especial nos Estados Unidos, que levaram à construção do terrorismo enquanto uma ameaça que precisava ser endereçada globalmente. Assim, o artigo é orientado pelas seguintes questões: como se deu historicamente a qualificação do terrorismo como uma ameaça de segurança internacional identificada pelos Estados Unidos? Quais foram os principais embates políticos, atores interessados e ações dos governos norte-americanos no combate internacional ao terrorismo? O presente trabalho problematiza ainda a tentativa persistente presente na literatura de elaborar ou escolher uma definição acerca do terrorismo para viabilizar o estudo do combate ao terrorismo.

A partir das questões postas, a hipótese do artigo é de que o conceito de terrorismo é um copo vazio, ou parafraseando Alexander Wendt (1992), “o terrorismo é o que os atores que o combatem fazem dele”. Terrorismo e contraterrorismo são construções sociais simbólicas, e não fenômenos naturais. Assim, ambas se promovem e se sustentam, uma não busca a destruição da outra, apesar dos discursos assim indicarem. Compreende-se que o terrorismo deve ser considerado enquanto uma ação política no sentido weberiano de adequação racional entre os meios e os fins⁴ (Nasser 2014, 75), e assim, as motivações individuais para a execução de atos considerados terroristas deixam de ser relevantes. Soma-se a isso, o fato de que estamos tratando de situações históricas e o contexto social acaba sendo determinante para a redefinição permanente de limites para uma ou outra definição de terrorismo, e conseqüentemente para as políticas de combate.

O texto está organizado de forma a refletir uma retomada histórica e geográfica das ações de combate ao terrorismo. Com isso, será possível observar as transformações sofridas pelo termo

⁴ A violência praticada por um ator considerado terrorista é entendida como um meio e não um fim em si mesma. Isso significa, segundo Raymond Aron, que os atores levam em consideração os meios disponíveis a eles e que viabilizariam seus objetivos políticos e a imposição de suas vontades (Aron 2002, 74).

“terrorismo” ao longo desse período, assim como os principais agentes que lideraram as campanhas contraterroristas. Esse esforço se justifica, pois entende-se que nenhum conceito pode ser separado do contexto em que é criado, dado que é resultado de forças institucionais, ideias e capacidades materiais em determinado tempo e espaço (Cox 1981, 207). Assim, apesar de ser possível encontrar na literatura reflexões essencialmente conceituais do termo (como em Hoffman 2006; Schmid 2011) e esforços, principalmente jurídicos, de se analisar documentos oficiais para o mesmo fim (Brant 2003; Callegari et al. 2016), parte-se do pressuposto de que os termos “terrorismo” e “contraterrorismo” são mais bem compreendidos por meio de uma avaliação histórica e das apropriações analíticas dos mesmos.

Terrorismo como questão de polícia

A permanente redefinição de limites no que concerne o combate ao terrorismo está relacionada com o processo de construção de ameaças. Estamos falando da prática de criminalização do “outro”, daquele exógeno à sociedade, o diferente, o excluído, o pária temível. Trata-se da prática de manipular, por meio dos discursos, os medos e agressividades da população, canalizando-os para um indivíduo, classe, organização ou grupo específico, que é então demonizado e tratado como o inimigo hostil a ser combatido, garantindo, então, “suporte para amplos meios de punição dentro e fora do Estado” (Pereira 2015, 94). Em geral, a criminalização do outro responsabiliza certos grupos nacionalmente, etnicamente ou culturalmente definidos. Essa construção possibilita ainda aos governos que viabilizem “outros interesses políticos que, de outra forma, não seriam viáveis” (Pereira 2015, 94).

O debate acerca da construção do inimigo no mundo ocidental, especialmente nas Américas, está diretamente relacionado à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) originada pelos Estados Unidos. Trata-se de uma orientação estratégica para a contenção do comunismo durante os anos da Guerra Fria, responsável pela criação dos primeiros programas de contra-insurgência na região, cujo conceito-chave é o do “inimigo interno”. Esse inimigo é indefinido e pode se materializar em grupos armados de esquerda, partidos de oposição, trabalhadores e estudantes grevistas, ou seja, é um conceito elástico, justamente para que possa ser constantemente adaptado e enquadrar novos grupos (Comblin 1978). Além disso, a existência desse inimigo sem rosto é um instrumento que mantém uma situação permanente de militarização, repressão e dominação sobre uma sociedade e que também justifica o exercício da hegemonia norte-americana⁵ (Padrós 2007).

⁵ Durante a Guerra Fria, essa perspectiva da DSN se articulava diretamente com os regimes ditatoriais na América Latina. Os EUA forneceram treinamento, armamento e suporte logístico às forças de segurança na região para o combate interno ao comunismo. A construção desse conceito de “inimigo interno” foi fundamental para legitimar as

Dessa forma, até meados dos anos 1970, crimes como sequestros, de aviões ou de pessoas, bombardeios, reféns, eram tratados como questões criminais nacionais e rotineiras, e não como terrorismo. E aqueles que cometiam esses crimes eram considerados bandidos, rebeldes, guerrilheiros, insurgentes, revolucionários, mas raramente terroristas (Stampnitzky 2013). Antes disso, nos anos 1950 e 1960, esses crimes eram classificados e estudados como violência política, em contextos de manifestações, tumultos, motins, em especial atrelados ao processo de descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial na África, Oriente Médio e Ásia. Como tal, os governos da época se contrapunham a essas ações por meio de suas forças de segurança nacionais, em especial, a polícia.

É apenas nos anos 1970 que o terrorismo e o contraterrorismo começaram a se consolidar na literatura enquanto objetos de estudo inseparáveis e como um problema social específico, ainda que não estivessem no centro da agenda internacional. A inauguração simbólica dos estudos sobre terrorismo e contraterrorismo ocorre em 1972, com o episódio das Olimpíadas de Munique, quando oito membros do grupo nacionalista palestino Setembro Negro invadem o dormitório dos atletas israelenses, fazendo nove reféns. Em troca dos reféns, demandavam a soltura de 236 palestinos presos em Israel, além de membros da RAF (*Red Army Faction*, ou grupo *Baader-Meinhof*, organização alemã de extrema esquerda) presos na Alemanha Ocidental. Em uma tentativa fracassada de resgate pela polícia, todos os reféns foram mortos, além de cinco palestinos e um policial. O episódio foi televisionado mundialmente em tempo real para aproximadamente 9 milhões de espectadores e teve ampla repercussão midiática (Stampnitzky 2013, 21-22).

É possível afirmar que na década de 1970 a característica comum atribuída aos grupos considerados terroristas era de que consistiam em organizações de esquerda, de inclinação marxista-leninista e que recebiam o rótulo de anti-imperialistas ou grupos revolucionários. Os grupos ativos mais famosos na época eram a RAF, ativa na Alemanha; as Brigadas Vermelhas, na Itália; o Exército Vermelho Japonês, que, em 1974, invadiu a embaixada francesa em Haia na tentativa de pressionar pela libertação de um de seus membros; e grupos como o *Weather Underground*⁶ e os Panteras Negras, organizações norte-americanas que, apesar de divergências de foco em suas propostas políticas, eram organizações urbanas de esquerda, que se propunham revolucionárias e cujos atos resultavam em confrontos constantes com a polícia. Apesar de ainda

medidas tomadas pelos governos ditatoriais, que podem inclusive ser associadas ao fenômeno do terrorismo de Estado (Comblin 1978; Padrós 2007).

⁶ A organização *Weather Underground* tinha inspiração marxista-leninista e fazia oposição ao governo norte-americano e sua participação na Guerra do Vietnam. Seu modo de ação era por meio de atentados a bomba, quase sempre contra prédios do governo, como o Capitólio e o Pentágono, e bancos. Os ataques, de maneira geral, eram anunciados antes de ocorrerem, como forma de realizar a evacuação dos prédios e evitar mortes.

não serem tratadas, naquele momento, como grupos terroristas, essas organizações eram criminalizadas pelo governo norte-americano, por realizarem atos contra o mesmo, e seus líderes geralmente eram perseguidos e presos. Outro exemplo é o grupo Sendero Luminoso, organização de inspiração maoísta e antifascista fundada no Peru, nos anos 1960, que se opunha ao regime militar que governava o país. Seu objetivo era instaurar um regime revolucionário e comunista de base camponesa.

O foco na época recaiu sobre o *modus operandi* dos grupos terroristas. O que interessava aos analistas era compreender as técnicas, os métodos de ação utilizados, a seleção dos alvos. Era interesse dos pesquisadores também compreender a dimensão internacional desses grupos e como operavam em conjunto (como, por exemplo, a ligação entre o Exército Vermelho Japonês e grupos Palestinos que realizaram ataques conjuntos na Europa). Nessa época a maioria dos atos considerados terroristas consistia em sequestros para fazer reféns, assim, o tratamento dado a esses grupos era o mesmo concedido a outros criminosos. Predominavam as lógicas de punição pelos meios jurídico-legais no âmbito nacional, utilizando-se das práticas de acusações, julgamentos, encarceramento, e no âmbito internacional, das normas e práticas do direito internacional, da diplomacia e extradição. Também foi utilizada a lógica da gestão de crises como política contraterrorista, com a adoção de respostas emergenciais a eventos e incidentes considerados terroristas por meio, especialmente, de policiais e táticas de policiamento.

Os anos 1970 também foram marcados pela criação de cronologias e bases de dados sobre terrorismo, além de um conjunto de conferências⁷, que contavam com especialistas de várias áreas, entre civis e militares, acadêmicos e formuladores de políticas públicas (Ranstorp 2009). Em 1972 o presidente Nixon criou o *Cabinet Committee to Combat Terrorism*⁸, que, por meio de um contrato com a RAND, buscava ampliar o conhecimento do governo norte-americano acerca das origens, teorias, estratégias e táticas do então denominado “terrorismo moderno” (Stampnitzky 2013). Entre os principais projetos desse contrato estava a criação de uma cronologia dos eventos e casos internacionais de terrorismo.

⁷ As primeiras conferências internacionais sobre o tema do “terrorismo” eram promovidas pelo governo norte-americano, mais especialmente o Departamento de Estado (1976), e contaram com a participação de membros do governo e acadêmicos que iniciaram uma comunidade epistêmica influente, dominando as publicações e o financiamento à pesquisa na época (Ranstorp 2009, 21).

⁸ O Cabinet Committee to Combat Terrorism era um comitê que reunia os mais altos funcionários do governo norte-americano (o Secretário de Estado, o Secretário do Tesouro, o Secretário de Defesa, o Secretário de Transportes, o Embaixador dos EUA na ONU, o Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, o Assistente do Presidente para Assuntos Internos e os Diretores da CIA e do FBI) com o objetivo de reunir inteligência e determinar medidas de prevenção e combate ao terrorismo, interna e externamente. Assim, o presidente Nixon se tornou o primeiro a iniciar uma campanha global contra o terrorismo. Todavia, como o tema não era prioridade, o Comitê foi dissolvido durante o governo Carter, que passou a conferir ao National Security Council (NSC) a responsabilidade sobre questões relacionadas ao terrorismo (Barber 2016).

Essas bases de dados e conferências serviam para comunicar aos agentes do governo norte-americano e seus aliados, à população e à toda comunidade acadêmica a amplitude do problema, conferindo legitimidade científica ao estudo do terrorismo. Além disso, demonstrava a necessidade de especialistas no tema, e logo, de financiamento às suas pesquisas. Em sua análise sobre a criação do campo de estudos e do especialista em terrorismo, Lisa Stampnitzky (2013) demonstra como a agenda política daqueles que estabeleciam os comitês de financiamento teve um efeito sobre as agendas de pesquisa desenvolvidas pela comunidade acadêmica, que por sua vez perpetuava a elevada visibilidade da ameaça terrorista, justificando ações contraterroristas governamentais e internacionais e a continuação desse ciclo.

A narrativa do terrorismo soviético

Em 1980, no contexto da Guerra Fria e diante da crise com o Irã⁹, o terrorismo foi tema central na corrida eleitoral para a presidência norte-americana entre Ronald Reagan e Jimmy Carter. A vitória de Reagan trouxe consigo uma mudança de foco da política de combate ao terrorismo, afastando-se das políticas adotadas nos anos 1970 por Nixon e Carter (da diplomacia e gestão de crises, por meio da lógica do risco e da implementação das leis), para um contraterrorismo governado pela lógica da guerra. Isso fica evidente na Diretiva de Segurança Nacional 138 de Reagan, que apelava para uma “mudança de ações de defesa passivas para medidas ativas”. Em julho de 1985, em um discurso na *American Bar Association* (Associação Americana de Advogados), Reagan chamou o terrorismo de um “ato de guerra” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004).

Nessa época, o governo assumiu como prática contraterrorista a técnica de deslegitimação, ou seja, o terrorista era definido de modo a estar fora das leis do crime e da guerra, sendo, portanto, um ator ilegítimo, tanto em seus meios de ação, quanto em seus fins. Além disso, foram adotadas políticas de retaliação militar. Por exemplo, em abril de 1986, os Estados Unidos bombardearam cidades na Líbia em resposta a um ataque em uma discoteca em Berlim que matou um soldado americano. Esse episódio, assim como a invasão do Iraque em 2003, é citado no *The 9/11 Commission Report* como um “símbolo do uso do poder militar como forma efetiva de contraterrorismo – retaliação com emprego limitado do poder aéreo, visando apenas a dissuasão” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004). Essas práticas eram também

⁹ Em 1979, o Irã passa por um processo revolucionário que derruba o então governante, Xá Mohammad Reza Pahlavi, aliado do governo dos EUA, e que tem como uma de suas características o anti-americanismo. Em 1980 é instaurada uma República Islâmica, liderada pelo Ayatollah Khomeini. O episódio também é marcado pela crise dos reféns da embaixada americana em Teerã. Em novembro de 1979, 52 pessoas foram feitas reféns na embaixada americana durante 444 dias por um grupo de militantes iranianos. Essa crise com o Irã gerou impactos significativos na relação dos EUA com o país que perduram até hoje (Hoffman 2006, 279).

acompanhadas de uma nova narrativa: a do terrorismo como luta civilizacional das democracias ocidentais contra uma rede de terroristas apoiados pela União Soviética, que seria então a fornecedora de treinamento, financiamento e equipamento de terroristas internacionais.

Essa narrativa propagada por especialistas, acadêmicos e políticos de que o terrorismo internacional era orquestrado pela União Soviética tem origem em três elementos: a Conferência de Jerusalém sobre terrorismo internacional de 1979, a controvérsia em torno da publicação do livro de Claire Sterling, “The Terror Network: the Secret War of International Terrorism”, de 1981, e as audiências do Subcomitê do Senado dos EUA sobre Segurança e Terrorismo (SST) que ocorreram entre 1981 e 1986. Esses três eventos reproduziam as alegações feitas pelo governo Reagan de que era a URSS que apoiava grupos terroristas ao redor do mundo com o objetivo de desestabilizar governos aliados aos EUA, além de terem, por outro lado, servido para legitimar ideologicamente o envolvimento dos governos ocidentais na repressão dos movimentos de esquerda em partes do mundo em desenvolvimento (Jackson et alii 2009).

Foi na Conferência de Jerusalém de 1979 que as novas narrativas do patrocínio soviético ao terrorismo e do terrorismo como “um ataque à civilização ocidental” e às democracias foram introduzidas a alguns indivíduos que seriam cruciais para a sua disseminação (Stampnitzky 2013). A Conferência foi financiada pelo Jonathan Institute, um *think tank* israelense fundado pelo futuro primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, e contou com a participação de especialistas norte-americanos e figuras políticas notáveis, como o futuro vice-presidente (e presidente) George H. W. Bush, além de ter recebido ampla cobertura da mídia. Já o livro de Claire Sterling foi a pedra angular dessa narrativa, se tornou um *best-seller* em vários países, incluindo nos EUA, onde foi promovido pelo próprio governo Reagan. A autora defendia que os grupos terroristas estavam internacionalmente conectados por uma rede, cujos elos foram propositadamente forjados e mantidos pela União Soviética e também seus dois principais representantes nesse sentido, Cuba e os palestinos (Sterling 1981).

Em contraste, o livro também foi recebido de maneira mais cética por especialistas. Analistas da CIA, por exemplo, avaliaram que o livro foi “mal pesquisado”, tendo utilizado “evidências falhas”, com “citações fora de contexto” e “dados impossíveis de reproduzir” (Schmid e Jongman 1988, 105), uma vez que as acusações feitas no livro, assim como várias de suas fontes, eram originárias de campanhas de desinformação da CIA, que ligavam a Brigada Vermelha italiana à União Soviética. Esse momento foi um ponto de virada crucial na história do contraterrorismo nos EUA, pois a elite política que dominava o governo norte-americano, dominada pela vertente neoconservadora, reforçava essa teoria soviética, o que teve impacto direto sobre os esforços práticos de contraterrorismo (Naftali 2009). Os *think tanks* também foram fundamentais para a

disseminação dessa narrativa do terror soviético, fornecendo uma plataforma institucional para promover e coordenar sua divulgação.

Além disso, os episódios são a evidência de que a possibilidade de geração de conhecimento neutro e imparcial sobre terrorismo e contraterrorismo deve ser questionada. As pesquisas nesse período apresentavam fontes altamente políticas de informação, como os relatórios do Congresso norte-americano. Isso sugere uma aceitação pela comunidade epistêmica dos esforços da administração Reagan para persuadir a opinião pública e a elite nos Estados Unidos com a finalidade de justificar ações de intervenção em países supostamente ameaçados pelo terrorismo, como a Nicarágua (Raphael 2009). Além disso, nesse período, as pesquisas tendiam a focar nos eventos do momento, e não tanto nos elementos históricos do terrorismo (Ranstorp 2009). Logo, a reformulação da política de combate ao terrorismo como uma guerra não representava apenas uma mudança de discurso, mas também deu o tom de como o governo Reagan, e, por conseguinte, os governos de George H. W. Bush (1989-1993) e Bill Clinton (1993-2001), tratariam do problema.

A expansão do contraterrorismo

Nos anos 1990, com a queda do muro de Berlim, a separação da União Soviética e o fim da Guerra Fria, é possível perceber um declínio no número de publicações, no nível de colaboração entre os autores, na demanda e no financiamento das pesquisas que tinham o terrorismo e o contraterrorismo como objeto de estudo. Enquanto campo de estudos, Magnus Ranstorp (2009) fala em um seleto grupo de 24 autores que produzia a maioria das publicações e definia as fronteiras metodológicas e conceituais da área. Assim como em outras épocas, os estudiosos focavam nos grupos ativos, de que forma eles realizavam ataques e como os governos reagiam a eles. Há um boom de publicações sobre grupos nacionalistas e separatistas com a ascensão do IRA (Irish Republican Army), que lutava no Reino Unido, e do ETA, o grupo separatista basco na Espanha, assim como os Tigres da Pátria Tamil, no Sri Lanka e na Índia.

Outro nicho de estudo que ganhou especial atenção foi o “terrorismo suicida”, em especial com a adoção dessa prática pelo Hamas contra alvos militares nos territórios ocupados e alvos civis e militares dentro de Israel. O Hamas não originou o uso dessa tática, que anteriormente havia sido mais fortemente associada ao Hezbollah, devido à prática de atentados suicidas no Líbano nos anos 1980 (Nasser 2014). Também aumentou a preocupação com a possibilidade de que os terroristas adquirissem armas de destruição em massa, como armas nucleares e biológicas, e muito se conspirou em torno disso. Durante o governo Clinton, a administração do governo norte-americano foi composta por um grupo de defensores da tese da ameaça do bioterrorismo (como o microbiologista Frank Young, diretor do Escritório de Preparação para Emergências do Serviço

de Saúde Pública; Richard Clarke, que presidiu o Grupo de Segurança Contra o Terrorismo; e Richard Danzig, subsecretário da Marinha) e US\$ 94 milhões foram destinados para construir um estoque de medicamentos em caso de ataque químico ou biológico (Stampnitzky 2013).

Com isso, começou-se a desenhar uma nova narrativa, que será dominante na década de 1990, mas também na seguinte, de um “novo terrorismo”, islâmico, hostil à civilização ocidental, em que os terroristas estavam ficando mais perigosos e irracionais. Autores como Bruce Hoffman (1998) e Walter Laqueur (1999) contribuíram fortemente para a emergência dessa narrativa e alguns eventos na época reforçaram esses discursos. O ataque de 26 de fevereiro de 1993 ao World Trade Center em Nova Iorque¹⁰, o ataque com gás sarin no metrô de Tóquio em 20 de março de 1995¹¹ e o bombardeio do Edifício Federal Alfred P. Murrah em Oklahoma City em 19 de abril de 1995¹², romperam, segundo esses autores, com o “roteiro” esperado de reivindicações, publicidade e exigências declaradas dos grupos e indivíduos considerados terroristas.

Em 1995, pela primeira vez um *report* da CIA mencionava um fluxo recente de relatórios sobre Osama Bin Laden e uma organização chamada Al-Qaeda¹³ (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004). Alguns anos depois, mais atenção recaiu sobre esse grupo, quando dos ataques a bomba simultâneos às embaixadas dos EUA em 7 de agosto de 1998 em Dar es Salaam, na Tanzânia, e em Nairóbi, no Quênia. Mais de 250 pessoas foram mortas nos ataques e mais de 5 mil ficaram feridas. Os atentados foram atribuídos a Osama bin Laden, reforçando as previsões sobre as crescentes ameaças do terrorismo fundamentalista islâmico. Diante desses ataques, o discurso do combate ao terrorismo passou a defender a necessária e urgente presença oficial dos EUA em todo o mundo. Em resposta, os Estados Unidos bombardearam locais no Sudão e no Afeganistão que supostamente serviam como campos de treinamento de terroristas. Segundo Martha Crenshaw:

¹⁰ Esse ataque, via bombas explodidas na garagem do porão, matou cinco pessoas e feriu mais de mil, e foi considerado na época o maior bombardeio em solo norte-americano na história moderna.

¹¹ A autoria do ataque ao metrô de Tóquio foi concedida a um grupo japonês denominado Aum Shinrikyo. O ataque matou 13 pessoas e feriu 980, segundo dados oficiais. Todavia, há estimativas que chegam a 6 mil pessoas feridas.

¹² Este ataque matou 168 pessoas e feriu mais de 800, no que foi então o mais mortífero ataque terrorista dentro dos Estados Unidos. Comentários iniciais acerca do ataque atribuíram sua autoria a terroristas árabes ou muçulmanos. Todavia, os perpetradores identificados, Timothy McVeigh, Terry Nichols e Michael Fortier, eram americanos, brancos e cristãos, e estavam ligados a milícias de direita anti-governo. O atentado também chamou atenção para o tipo de terrorismo praticado por “lobos solitários”.

¹³ A Al-Qaeda é um movimento que teve início nos anos 1980 no sudeste do Afeganistão como parte da insurgência mujahidin, que estava então lutando para expulsar as forças soviéticas do país. O movimento era apoiado pela Agência de Inteligência Paquistanesa (Pakistani Inter-Service Intelligence) e pela CIA e liderado por Osama bin Laden. Nos anos 1990, bin Laden retorna ao Afeganistão, após passagens pela Arábia Saudita e Sudão, para auxiliar o movimento islâmico do Talibã a unificar o país em torno de um Estado teocrático. Nos anos 2000, a Al-Qaeda tomou a forma de uma rede que se estendia por diversos países e podia ser considerada como um movimento revolucionário determinado a destituir regimes que não eram aceitos.

O governo Clinton reconheceu o ineditismo da Al-Qaeda e compreendeu que a principal ambição de Bin Laden era realizar um ataque em solo norte-americano. Foram então discutidas alternativas para além dos ataques aéreos restritos. As conversações tornaram-se mais intensas entre 1998 e 2000, quando foram autorizadas operações secretas (Crenshaw 2010, 62).

O contraterrorismo na década de 1990 continuou a ser dominado por uma lógica de retaliação. Todavia, soma-se a isso uma nova ênfase em políticas de prevenção, que têm como alicerces o risco e a imaginação. Quanto ao primeiro, apesar do tema do terrorismo ter adquirido centralidade no debate político e nas nossas vidas, o risco estatístico de mortes por ataques terroristas fora de zonas de conflito é baixo. A probabilidade de uma pessoa morrer em um ataque terrorista é de 1 em 80 mil, enquanto a chance de morte por queda é de uma a cada 236 (Booth e Dunne 2012). Apesar disso, as ameaças terroristas contribuíram para romper com um aspecto fundamental da modernidade: a ideia de que os Estados seriam capazes de racionalizar e reduzir a incerteza e o risco, por meio da ciência, do desenvolvimento tecnológico, político e social (Mavelli 2016). Todavia, conforme a ciência foi se mostrando incapaz de calcular e controlar o risco de forma eficaz (por exemplo nos casos do aquecimento global e das crises financeiras), a lógica da incerteza reduzida ao risco “normal” foi substituída pelo risco “catastrófico” (De Goede 2008), uma vez que não sabemos qual é o risco. Assim, ele não pode ser anunciado e antecipado, nós só podemos idealizar, suspeitar, presumir ou temer o risco. A impossibilidade de reduzir a incerteza e calcular o risco do terrorismo, devido à ausência de conhecimento somado à condição de medo e ansiedade, fez com que a ciência fosse substituída pela imaginação. Dessa forma, as políticas de combate ao terrorismo passaram a ser determinadas enquanto formas de prevenção a tragédias e desastres, com base no vislumbre de possíveis cenários futuros de catástrofes, estratégia essa que ficou conhecida como preempção (De Goede 2008). Tais novas formas imaginativas de lidar com a incerteza implantaram a linguagem do risco, enquanto superaram, na prática, as tecnologias estabelecidas para o cálculo do risco (Amoore e De Goede 2008).

O discurso do “novo terrorismo” implicou então tanto em uma lógica de prevenção, que se concentrava no setor doméstico (e que fazia parte das práticas de gestão do terrorismo desde a década de 1970), como também nessa nova lógica de preempção, que é focada em ameaças externas catastróficas, na construção de um “inimigo” exterior, com o objetivo de evitar ataques terroristas antes que eles aconteçam. A ameaça do bioterrorismo, em particular, foi gerenciada através de técnicas associadas à preparação, como, por exemplo, a simulação do cenário do “inverno escuro”, que retratava um ataque de varíola nos Estados Unidos e preparava os participantes para darem respostas de emergência. Também foram adotadas técnicas de precaução, que incluíam práticas como o aumento da regulamentação de materiais biológicos e nucleares, além de tentativas em

laboratório realizadas por especialistas para regular substâncias, como vírus e outras substâncias consideradas perigosas. De acordo com Lisa Stampnitzky:

Apesar de algumas práticas dentro da lógica da preempção, como o assassinato, a guerra preventiva, a tortura e a prisão de indivíduos que poderiam se envolver em atividades terroristas no futuro, terem se concretizado apenas após o 11 de setembro, a lógica subjacente a eles já estava encapsulada no discurso do “novo terrorismo” (Stampnitzky 2013, 164, tradução própria).

O ápice do contraterrorismo

Nos anos 2000, após os atentados do 11 de setembro em Nova Iorque e Washington, os estudos sobre terrorismo e contraterrorismo entraram em uma “era de ouro”, atraindo diversos pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento. Houve um boom na literatura, não apenas acadêmica, mas também na mídia, um novo livro sobre o tema era publicado a cada 6 horas e as publicações de artigos aumentaram 300%. Entre 1971 e 2002, 14.006 artigos foram publicados sobre terrorismo em revistas internacionais, dentre eles, aproximadamente 54% foi publicada entre 2001 e 2002 (Ranstorp 2009). O 11 de setembro significou um alargamento no campo de estudos, com aumento considerável no número de pesquisadores, assim como de centros de pesquisa e a oferta de serviços de treinamento, consultoria e assessoria política. Os governos na época, em especial os EUA e seus aliados europeus, como Espanha, Reino Unido e França, também vítimas de ataques, buscavam respostas para todos os tipos de perguntas (quem os ameaça? Por quê? O que é possível fazer a respeito? Como se assegurar de que o certo será feito?). Já os mencionados acadêmicos, experts, centros de pesquisa e assessorias tentavam fornecer respostas a essas perguntas mediante o fornecimento de seus serviços.

Nesse período, a agenda de pesquisa foi dominada por temas como Al-Qaeda, o terrorismo suicida e a ameaça dos *rogue states*¹⁴. Ademais, também é possível observar um foco maior em estudos de área e uma enorme quantidade de pesquisadores migrando para os estudos de Oriente Médio. Autores como Quintan Wiktorowicz, Muhammed Hafez, Glenn Robinson e Jeroen Gunning tentaram trazer explicações plausíveis para o processo que levou à radicalização violenta de alguns atores. É curioso observar também como nesse período houve uma tendência de se ignorar as experiências históricas relacionadas ao terrorismo, como se o mesmo tivesse iniciado no 11 de setembro de 2001, além da própria literatura prévia existente. Entre 2000 e 2007 apenas seis

¹⁴ O termo *rogue states*, ou “Estados párias”, se refere a “nações que demonstravam, no geral, um intento hostil, oprimiam seus próprios cidadãos, ameaçavam países vizinhos e possuíam, ou estavam em processo de obter armas de destruição em massa, assim como os meios para lançá-las” (Crenshaw 2010). O termo se popularizou em 2002, com a publicação da Estratégia de Segurança Nacional do Governo George W. Bush e se referia a países como Iraque, Irã e Coreia do Norte.

artigos foram publicados a respeito do elemento histórico do terrorismo anterior aos anos 1960 (Ranstorp 2009).

Na manhã de 11 de setembro de 2001, uma equipe de dezenove sequestradores, predominantemente sauditas, liderados por Mohamed Atta, sequestrou quatro companhias aéreas domésticas nos EUA. Dois foram lançados contra as Torres Norte e Sul, respectivamente, do World Trade Center, em Nova Iorque, que colapsaram, um terceiro avião colidiu com o Pentágono, em Washington, enquanto o quarto caiu em um campo perto de Shanksville, na Pensilvânia, quando os passageiros e a tripulação tentavam recuperar o controle do avião. Mais de 3 mil pessoas, além de inúmeros feridos, foram vítimas dos ataques de 11 de setembro, que também tiveram um efeito devastador no sistema político norte-americano, sob a administração republicana de George W. Bush.

Naquela noite, o presidente declarou que os Estados Unidos estavam em guerra, proclamando que “a América foi alvo de ataques porque somos o farol mais brilhante da liberdade e oportunidades do mundo”, e isso não deveria ser apenas uma guerra, mas uma “luta monumental entre o bem e o mal” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004, 326). Essa linguagem do “bem” e do “mal” se tornaria dominante na retórica de Bush, assim como a ideia de que os terroristas eram indivíduos que mantinham um ódio irracional pela própria essência dos valores e práticas americanas, como a democracia e as liberdades de expressão e de religião. Além disso, ao comparar constantemente a Al-Qaeda ao fascismo, ao nazismo e ao totalitarismo, Bush defendia em seus discursos uma luta em defesa da civilização, “de todos que acreditam no progresso e no pluralismo, tolerância e liberdade” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004, 337).

A evolução da discussão sobre o terrorismo desde os anos 1970 nos mostra como o termo passou a ser entendido no início dos anos 2000 como algo enraizado em uma identidade, no “ser terrorista”, e não como uma tática que qualquer grupo poderia adotar. Isso levou à máxima de que os terroristas cometem terrorismo porque são terroristas. A identidade continha sua própria explicação: “terroristas” são indivíduos irracionais e maus cuja ação é movida não por interesses racionais ou motivos políticos, como alegam, mas, pelo contrário, por sua própria natureza inerentemente maligna (Stampnitzky 2013). Além de estar presente nos discursos presidenciais e em boa parte da mídia, essa visão também apareceu na literatura (como em Perle e Frum 2003).

Os ataques do 11 de setembro foram sentidos em diversos campos e esferas. Internamente, “os atentados incitaram fortes sentimentos de unidade na sociedade norte-americana, promovendo um espírito de coesão nacional” (Herz e Amaral 2010). O governo George W. Bush atingiu índices históricos de aprovação popular, segundo o Instituto Gallup, chegando a 90% de aprovação ainda

em setembro de 2001¹⁵ (Gallup s.d.). Internacionalmente, os EUA receberam apoio e solidariedade de diversos líderes, chefes de governo e organismos da sociedade civil, “a reprovção ao ato de terrorismo perpetrado contra os norte-americanos foi das mais amplas e partiu dos mais variados setores da comunidade internacional” (Herz e Amaral 2010).

Em 14 de setembro, o Congresso autorizou formalmente o presidente norte-americano a usar toda a força necessária e apropriada contra nações, organizações ou pessoas que tenham auxiliado, planejado, autorizado ou cometido os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, ou para evitar quaisquer futuros atos de terrorismo internacional contra os Estados Unidos. Em 20 de setembro de 2001, em uma sessão conjunta do Congresso e do povo norte-americano, o presidente George W. Bush declarou a “guerra global ao terror”. Nesse momento, praticamente o mundo todo apoiava uma resposta militar forte dos EUA para acabar com o regime Talibã e destruir a Al-Qaeda. Ainda assim, os EUA ditaram a configuração das relações internacionais, como fica claro na afirmação de Bush: “cada nação, em cada região, agora tem uma decisão a tomar: ou está conosco, ou está com os terroristas” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004, 337).

Em 7 de outubro, os EUA declararam iniciada a invasão do Afeganistão. A estratégia militar adotada foi não apenas de uma grande invasão, mas de uma combinação de intensos ataques aéreos, uso de Forças Especiais e o apoio às milícias locais. O resultado dessa estratégia foi quase imediato: o Talibã caiu em dois meses de ataques, os apoiadores da Al-Qaeda fugiram do Afeganistão, em especial para o norte do Paquistão, apesar de nenhum líder ter sido morto ou capturado, e em dezembro de 2001, a Conferência de Berlim dos Estados Aliados concordou em supervisionar a transição do Afeganistão para uma democracia. Em 20 de dezembro de 2001 a ISAF (*International Security Assistance Force*), uma missão de segurança e estabilização liderada pela OTAN, foi estabelecida no Afeganistão, aprovada pela Resolução 1386 do Conselho de Segurança da ONU, com cerca de 5 mil pessoas (Rogers 2016). O aparente sucesso da guerra ao terror liderada pelos EUA elevou a popularidade do governo Bush.

Ainda em novembro de 2001, funcionários do governo, como o secretário de defesa Donald Rumsfeld, começaram a se manifestar publicamente sobre a possibilidade de terroristas obterem armas de destruição em massa (Stampnitzky 2013). Em 29 de Janeiro de 2002 o presidente proferiu um famoso discurso no Congresso Americano (*State of the Union Adress*), em que estendeu a guerra para abranger um “eixo do mal” mais amplo de Estados que apoiavam o terrorismo e que buscavam armas de destruição em massa (composto por Iraque, Irã e Coreia do Norte, estendendo

¹⁵ O governo George W. Bush também foi o governo com maiores índices de insatisfação, chegando a 25% de aprovação entre outubro e novembro de 2008 (Gallup s.d.).

a ameaça a Síria, Líbia e Cuba). Além disso, o discurso também enfatizava a necessidade de impedir que terroristas e Estados tivessem acesso a esse tipo de armamento.

Diante da acusação de que o Iraque possuía capacidade para produção de armas de destruição em massa, entre março de 2002 e fevereiro de 2003 é formada a coalizão de Estados (composta especialmente por Itália, Espanha, Reino Unido, Austrália, e liderada pelos EUA) que iria agir contra o regime de Saddam Hussein. Como as evidências disso não eram claras (conforme ficou provado posteriormente), um movimento anti-guerra começou a surgir em diversos países do ocidente. Mesmo sem o apoio da ONU e legitimidade internacional, a invasão começou em 20 de março de 2003 com ataques aéreos seguidos de invasão por terra, via Kuwait. As forças de oposição locais não estavam bem organizadas, o que permitiu o rápido avanço da coalizão, mesmo diante do uso de táticas de guerra irregular contra essa força, como ataques suicidas. Mesmo assim, após três semanas as forças americanas chegaram em Bagdad, o regime de Saddam Hussein colapsou e a guerra parecia ganha (Rogers 2016).

A lógica que norteou as políticas de contraterrorismo nessa década foi a da preempção, segundo a qual qualquer possibilidade mínima de que havia uma ameaça iminente ou uma possibilidade de ataque, já poderia justificar algum grau de ação preventiva para impedi-la de se concretizar a qualquer custo. Por isso, essa lógica depende de um imaginário acerca das ameaças extremas, que justifiquem ações outrora inconcebíveis. Em junho de 2002, durante o discurso na cerimônia de graduação da Academia Militar de West Point, Bush afirma que “se esperarmos que as ameaças se concretizem, teremos esperado muito tempo”, por isso, “precisamos levar a batalha até o inimigo, interromper seus planos e enfrentar as piores ameaças antes que elas surjam”(The White House 2002).

Essa lógica não serviria apenas para justificar a guerra preventiva no Iraque em 2003, mas também sustentou uma série de outras práticas no âmbito da “guerra global ao terror”, como outras intervenções militares, sobretudo na Somália, no Iêmen e na Síria, além de assassinatos, tortura e um sistema de detenção que encarcerou jovens de origem árabe e muçulmana, tanto nos Estados Unidos como em prisões ao redor do mundo, incluindo os conhecidos centros de detenção em Guantánamo e Abu Ghraib, bem como “rendições extraordinárias” a terceiros e prisões secretas no exterior, conhecidas como *black sites*. Essas táticas não eram desconhecidas, já haviam sido usadas, por exemplo, durante a Guerra do Vietnam (por meio do programa Phoenix da CIA) e na América Latina nos anos 1980 (por meio do treinamento de militares latino-americanos no uso de tortura), apenas passaram a ser empregadas no contexto da guerra ao terror de maneira regular.

Embora os ataques do 11 de setembro tenham sido chocantes para o mundo inteiro, não é possível reduzir a magnitude das ações subsequentes à simplesmente a força dos eventos daquele

fatídico dia. Logo, é possível compreendermos o contraterrorismo nessa época a partir de três fatores: as práticas que já vinham sendo adotadas nos anos 1990, o neoconservadorismo no governo norte-americano e o papel do Irã para a política externa dos EUA. Quanto ao primeiro, já foi comentado anteriormente que a narrativa do “novo terrorismo” adotada nos anos 1990 foi fundamental para moldar o entendimento sobre o contraterrorismo nos anos 2000.

O neoconservadorismo no governo Bush era representado por um conjunto de líderes políticos que estiveram envolvidos na germinação da guerra ao terror a partir da retórica prévia sobre o terrorismo¹⁶. Esses atores e suas ideias neoconservadoras não surgiram com o 11 de setembro, mas já estavam presentes nas discussões sobre terrorismo nos anos 1980 e 1990 e foram capazes de impulsionar a agenda da guerra preventiva por meio da retórica da administração Bush. Michael Ledeen, por exemplo, um importante assessor do governo Bush e defensor da “teoria soviética” na década de 1980, ressurgiu como defensor da ligação entre Saddam Hussein e o terrorismo internacional, promovendo a ideia de que ele estava por trás não apenas do atentado de 1993 no World Trade Center, mas também de vários outros, incluindo o ataque em Oklahoma e os atentados de 1998 contra as embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia.

Quanto ao terceiro, em 1º de maio de 2003, Bush pronunciou o discurso da “Missão Cumprida”, em que afirmou que a guerra no Iraque estava ganha. O estabelecimento da Coalizão de Autoridade Provisória (CAP) no Iraque marcou um momento de redefinição da política no Oriente Médio pelos EUA. A frase “o caminho para Teheran passa por Bagdad”¹⁷ era comumente dita em Washington para representar que uma mudança de governo bem-sucedida no Iraque era capaz de garantir um Irã complacente (Rogers 2016). Uma vez que o Irã era visto pelo governo Bush como a maior ameaça na região, interessava a configuração de um “cerco” ao Irã, que foi estruturado pelo posicionamento de forças americanas no Afeganistão e no Iraque, pela aliança dos países do Golfo aos EUA e o controle, pela marinha americana, do Mar Árábico e do Golfo Pérsico.

Após os episódios em Nova Iorque e Washington, em 2001, os ataques que foram realizados em grandes centros políticos e econômicos, como em Madrid (2004), Londres (2005), Paris (2015), Bruxelas (2016), Londres, Paris e Barcelona (2017), propulsionaram não apenas novos estudos sobre os grupos terroristas e as táticas utilizadas por eles, mas também elevaram o interesse

¹⁶ Alguns deles são: Paul Wolfowitz, Vice-Secretário de Defesa; Douglas Feith, número três no Pentágono; Lewis “Scooter” Libby, Chefe de Gabinete do Vice-Presidente, Dick Cheney; John R. Bolton, do Departamento de Estado; Elliott Abrams, líder da área de Oriente Médio no Conselho de Segurança Nacional; David Frum, Assistente Especial do Presidente; e Richard Perle, Presidente do Conselho de Política de Defesa, a maioria deles indicada às suas posições pelo Vice-Presidente Dick Cheney (Stampnitzky 2013).

¹⁷ Do inglês: “the road to Tehran runs through Bagdad”.

acadêmico em abranger as ações dos governos, diretamente atingidos ou não, diante do terrorismo internacional. Além disso, consolidou-se entre os autores críticos o entendimento de que o combate ao terrorismo realizado pelos Estados e instituições internacionais constitui um instrumento político. O próprio enquadramento da Guerra do Iraque na guerra global ao terror teve como objetivo demonstrar, em especial ao eleitorado norte-americano, que algo estava sendo feito nessa matéria (Romaniuk 2014).

Apesar da sensação de vitória, a deterioração da segurança na região entre 2004 e 2005 foi responsável por um endurecimento das políticas de contraterrorismo. A situação das forças de segurança que ocupavam o Iraque piorou, devido às ações de insurgência urbana como reação à ocupação norte-americana, no centro da qual estavam alguns grupos da elite iraquiana da Guarda Republicana Especial de Saddam. O treinamento e o equipamento dos norte-americanos não eram apropriados para esse tipo de conflito, o que levou ao aumento de mortes de soldados e uma deterioração em termos morais. Além disso, como essa guerra era vista como uma resposta aos atentados do 11 de setembro e os iraquianos eram vistos como terroristas, um poder de fogo excessivo era frequentemente utilizado contra os mesmos, levando a mortes substanciais de civis, tratados na guerra como “casualidades”. A situação se agravou com a decisão da CAP de desfazer o exército iraquiano, colocando automaticamente 100 mil jovens em situação de desemprego. Soma-se a isso os escândalos de abusos e tortura nas prisões de Abu Ghraib e Guantánamo.

Esse momento também coincide com dois grandes ataques que ocorreram na Europa. Na Espanha, na manhã de 11 de março de 2004, em Madrid, dez bombas explodiram em quatro trens próximos à estação de Atocha, matando 193 pessoas e ferindo mais de 2 mil (Reinares 2014). A investigação do caso levou a identificação de uma “célula terrorista” ligada a Al-Qaeda, composta predominantemente por marroquinos ligados ao *Groupe Islamique Combattant Marocain*. No Reino Unido, na manhã de 7 de julho de 2005, ocorreu um dos ataques mais significativos para o país, quando quatro homens carregando explosivos caseiros em suas mochilas os detonaram na rede de transporte público de Londres (sendo três ataques no metrô e um em um ônibus). As quatro explosões mataram 52 pessoas e feriram cerca de 700. A Al-Qaeda assumiu oficialmente a responsabilidade pelos atentados em um vídeo entregue à rede de televisão Al Jazeera. Os atentados aconteceram no período em que os líderes mundiais, inclusive o primeiro ministro britânico Tony Blair, estavam reunidos na Cúpula do G20 (Tuček e Warnes 2017).

Nesse momento, as políticas contraterroristas empregadas pelos EUA e seus aliados levaram a um aumento substancial do terrorismo global. Entre 2004 e 2005 a quantidade de atentados terroristas realizados no mundo praticamente dobra, de 1.166 para 2.017 ataques, e o número cresce exponencialmente nos anos seguintes, para 2.758 ataques em 2006, 3.242 em 2007

e 4.805 em 2008 (Start 2019). Há algumas explicações para que isso tenha ocorrido. A primeira foi a cobertura da guerra pela mídia local, mostrando com detalhes gráficos as mortes de iraquianos e afegãos pelos ocidentais, o que teve um impacto significativo sobre os civis. O segundo foi que os EUA se voltaram para o seu principal aliado na região, com vasta experiência no combate à insurgência urbana: Israel, o que levou a um grande fluxo de equipamentos, treinamentos militares e consultores israelenses para o Iraque. A mídia local se utilizou disso para construir a narrativa de um ataque sionista ao mundo islâmico. Com isso, novas células da Al-Qaeda se desenvolveram pelo mundo, e assumiram a responsabilidade por diversos ataques na Europa e na Ásia a alvos ocidentais. Além disso, outros movimentos considerados terroristas ascenderam no Iêmen e na Somália, assim como o Talibã reemergiu no Afeganistão, por meio da reconquista de territórios.

Todavia, apesar dos esforços empreendidos no combate ao terrorismo, da mobilização global e dos recursos gastos nessa missão, o mundo, mas em especial os EUA, falhou no cumprimento do objetivo declarado por Bush de acabar com o terrorismo. Essa é a evidência mais contundente de que o contraterrorismo serve a outros objetivos, que não o fim do terrorismo e, como tal, não deve ser analisado como uma resposta a ele.

Por outro lado, os dados de piora também levam, em 2006 e 2007, a uma expansão das forças ISAF da OTAN e a adoção de um novo tipo de combate conhecido como “*shadow war*”, uma guerra extremamente violenta liderada por forças especiais, denominadas *Task Force 145*, e formadas pela JSOC (*Joint Special Operations Command*). O objetivo era utilizar-se de inteligência e reconhecimento para identificar e capturar ou matar insurgentes ou suspeitos. Foram realizadas cerca de 300 invasões a propriedades por mês e os capturados eram submetidos a interrogatórios (com uso intenso de violência física). Não se sabe ao certo a quantidade de mortos nessas operações.

Em 2008, o apoio à ocupação do Iraque já havia diminuído significativamente, tanto que o candidato democrata às eleições, Barak Obama, prometeu durante sua campanha que iria retirar as forças americanas do Iraque¹⁸. Os números da guerra global ao terror, em especial o número de mortos da coalizão, tiveram um grande impacto na opinião pública. Estima-se que pelo menos 225 mil pessoas morreram em conflito, incluindo civis, militares e *contractors*; ao menos 7.8 milhões de pessoas se tornaram refugiados; e a guerra já custava aos EUA US\$ 4 trilhões (Crawford 2018). Isso levou a discussões sobre o fracasso do modelo de intervenção que vinha sendo adotado e

¹⁸ O que só aconteceu em 2011, apesar de terem permanecido no país equipes de treinamento, equipes de apoio e empresas militares privadas. Por outro lado, houve um aumento de tropas no Afeganistão (30 mil pessoas), com o objetivo de ganhar vantagem suficiente para negociar uma saída parcial e garantir que o Talibã tivesse apenas um papel marginal no futuro.

acelerou o movimento de defesa de uma nova abordagem de segurança para lidar com ameaças distantes.

Essa nova fase da “guerra global ao terror” envolvia a manutenção do uso das Forças Especiais e de empresas privadas de segurança, além do emprego de drones armados e não-armados. Soma-se a isso o evento da morte de Bin Laden por uma unidade das Forças Especiais norte-americana. Vale também destacar que em 2009 o Pentágono publicou um novo Manual de Contra-insurgência (intitulado *Field Manual 3-24-2: Tactics in Counterinsurgency*) para orientar as forças armadas norte-americanas em suas incursões externas. O documento reforça a adoção de táticas para lutar guerras urbanas e a orientação de buscar conquistar o apoio da população local, para assim evitar o surgimento ou a intensificação de movimentos de resistência. Entre essas ações, o documento sugere, por exemplo, a realização de obras de saneamento urbano, projetos agrícolas, campanhas de vacinação e ações sociais comunitárias, além do incentivo à delação premiada e o pagamento de famílias das vítimas de ataques militares como forma de reparação (Department of the Army 2009). Como consequência, a presença militar norte-americana em países como Iraque e Afeganistão foi acompanhada de empresas privadas estrangeiras que oferecem os mais variados serviços e contratos bilionários com os governos locais (Nasser e Paoliello 2015).

No momento da segunda eleição de Obama, havia alguma satisfação com a aparente transição à estabilidade no Iraque, uma ilusória contenção da Al-Qaeda e a diminuição do número de ataques contra alvos ocidentais. Assim como em 2002, havia uma sensação de que a “guerra ao terror” havia enfraquecido enquanto um projeto de política externa norte-americano. O termo começou a entrar em desuso à medida em que as tropas da coalizão começaram a retornar e a Al-Qaeda passou a ser vista como efêmera e não um movimento duradouro.

A renovação da “guerra global ao terror” se dará apenas em 2014 com a ascensão do Grupo Estado Islâmico no Iraque e Síria, acompanhado por outros movimentos na Líbia, Iêmen, Somália, Nigéria, Mali e Niger. Se voltarmos aos dados, podemos observar que em 2014 há um pico na quantidade de ataques registrada mundialmente, atingindo a marca inédita de 16.908 casos (Start 2019). É retomada a ideia de que há uma ameaça global e, portanto, que é necessário combatê-la, porém não mais com a estratégia de invasão militar, mas sim por meio do “controle remoto” e do fortalecimento de outras práticas locais, anteriormente tratadas como secundárias, como bloqueios a entrada de migrantes, prisões e práticas de rendição, além do combate ao financiamento de grupos e indivíduos considerados terroristas por meio da constante vigilância dos canais bancários e do congelamento de ativos.

Obama havia anunciado em 2011, ainda em seu primeiro governo, que até o final daquele ano os soldados norte-americanos deixariam o país. Contudo, apesar da redução no número de

militares, nos anos seguintes, e em especial após a ascensão do grupo Estado Islâmico, aumentou a quantidade de ataques aéreos, inclusive por meio de drones. Apenas no ano de 2016, os EUA lançaram 26.172 bombas em sete países: 12.192 na Síria, 12.095 no Iraque, 1.337 no Afeganistão, 496 na Líbia, 35 no Iêmen, 14 na Somália e 3 no Paquistão (Zenko e Wilson 2017). O emprego desses métodos levou à impressão de que essa era uma prática mais apropriada e menos custosa, tanto em termos financeiros quanto humanos. Os dados, porém, revelam que no mesmo ano de 2016, os gastos do Departamento de Segurança Nacional, responsável pelas compras de armamentos e demais bens relacionados à segurança foi de mais de US\$ 41 bilhões (um valor superior em relação aos anos anteriores) (Department of Homeland Security 2016).

Todo esse aparato disciplinador da guerra ao terror não está levando a uma redução substantiva no terrorismo internacional, mas mesmo assim se perpetua e se expande. Após 2014 há de fato uma queda na quantidade geral de ataques registrados, de 14.977 em 2015 para 9.607 em 2018 (Start 2019). Contudo, essa redução ainda é marginal se comparada aos números das décadas anteriores. Além disso, ainda estamos diante de uma tendência elevada na quantidade geral de ataques considerados terroristas. Os números atuais e a continuação da guerra global ao terror têm sido explicados pela lucratividade do complexo industrial de defesa norte-americano, especialmente para a solução imediata de problemas que apareceram no Iraque e Afeganistão, a um custo considerável (Nasser e Paoliello 2015; Neocleous 2007). O fenômeno do rápido crescimento no emprego de Empresas Militares Privadas e de Segurança, e o sofisticado *lobby* que desenvolveram junto ao governo, explica parcialmente o interesse na conservação do discurso da guerra ao terror. Soma-se a isso o aumento do financiamento a *think tanks* e universidades engajadas em análises de segurança, na medida em que aceitam a validade da guerra ao terror e a forma com que ela está sendo combatida.

Considerações finais

Este dossiê pretende, em sua essência, que seus colaboradores respondam à seguinte pergunta: após 20 anos, é possível afirmar que o 11 de setembro foi um dia que mudou o mundo? Com certeza para as vítimas dos ataques em solo norte-americano e suas famílias, para todos que perderam suas vidas nas campanhas internacionais de combate ao terrorismo, civis ou soldados, e os que foram diretamente afetados pela guerra global ao terror, este fatídico dia mudou tudo. Todavia, o 11 de setembro deve também ser analisado a partir de sua inserção em um processo histórico mais amplo: trata-se da construção social de ameaças e da metáfora da guerra.

O artigo argumenta que o terrorismo como uma ameaça de segurança internacional está associado a uma qualificação histórica do mesmo pelos Estados Unidos, que não se inicia apenas

com a declaração da guerra global ao terror em 2001. Desde os anos 1970, ainda que o combate ao terrorismo não ocupasse o centro da agenda interna e internacional norte-americana, e ainda que não houvesse um senso de urgência e prioridade no endereçamento da questão, já havia uma orientação de segurança nacional que envolvia o combate a ameaças externas e legitimava a atuação do país além das suas fronteiras. Nesse momento, os atores responsáveis pelo combate localmente eram as polícias e externamente a questão era enquadrada no contexto da Guerra Fria e associada a um suposto terrorismo soviético e de esquerda.

Desde o 11 de setembro, os EUA têm adotado três eixos de ação no que se refere ao combate ao terrorismo: uma guerra de coalizão no Afeganistão, mas que também envolveu ações militares em outros *rogue states*, como Iraque, Somália e Síria; o investimento na proteção do território norte-americano, evidenciada pelos gastos do Departamento de Segurança Nacional; e a cooperação internacional contra o terrorismo, envolvendo ações além da militarização, como a coordenação de agências de inteligência, o uso de drones e os contratos com empresas privadas de segurança. Na esteira dessa lógica, mesmo que o “inimigo número 1” tenha mudado, desde então, a economia norte-americana movimenta bilhões para a manutenção de um “permanente estado de guerra”, conforme enunciado por Eisenhower. A guerra ao comunismo, a guerra às drogas, a guerra ao terror, são “um conjunto de narrativas complexas e interligadas e estratégias retóricas para reforçar a autoridade do Estado e concretizar suas práticas disciplinares” (Jackson 2005).

Assim, devemos compreender que não há uma lógica intrínseca e pré-determinada aos termos “terrorismo” e “contraterrorismo”, ambos são construções sociais simbólicas promovidas por um conjunto de atores conectados direta ou indiretamente ao governo norte-americano. Por isso, uma avaliação histórica e geográfica, associada às respectivas forças institucionais, ideias e capacidades materiais, é decisiva para apreender a fluidez dos termos.

Talvez o mais importante legado desses últimos vinte anos tenha sido o incremento do arcabouço de combate a ameaças. Os EUA direcionaram sua política externa e militar nesse sentido, adotando estratégias de vigilância mais perversas e instrumentos de guerra não tradicionais. A guerra global ao terror permanece, ainda que sua intensidade na mídia e no noticiário diário tenha diminuído, tendo sido substituída pela securitização da integração das minorias e dos migrantes, especialmente nos últimos quatro anos durante a administração de Donald Trump. Para opositores a essa narrativa de que negros e migrantes seriam o foco da guerra da vez, a ascensão da extrema direita tem sido vista como uma nova forma de ameaça catastrófica. A guerra ao terror, portanto, parece transcender a luta contra o terrorismo e concerne uma lógica mais ampla, que engloba tanto interesses governamentais quanto outras racionalidades, que ainda estão por serem esclarecidas.

Referências bibliográficas

- Amoore, Louise, e Marieke De Goede. *Risk and the War on Terror*. New York: Routledge, 2008. <https://doi.org/10.4324/9780203927700>
- Aron, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora UNB, 2002.
- Barber, Chris. “The Dawn of American Counterterrorism Policy”. *Nixon Foundation*, 6 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.nixonfoundation.org/2016/09/the-dawn-of-american-counterterrorism-policy/>.
- Booth, Ken, e Tim Dunne. *Terror in our Time*. Abingdon: Routledge, 2012. <https://doi.org/10.4324/9780203697252>
- Brant, Leonardo Nemer Caldeira, ed. *Terrorismo e direito: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- Callegari, André Luís et al., ed. *O crime de terrorismo: reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo de acordo com a Lei N.13.260/2016*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.
- Cox, Robert. “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. *Millennium – Journal of International Studies*, 10, n. 2 (1981): 126-155. <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>
- Crawford, Neta. C. “United States Budgetary Costs of the Post-9/11 Wars Through FY2019: \$5.9 Trillion Spent and Obligated”. *Costs of War*, Watson Institute, Brown University, 2018. Disponível em: https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2018/Crawford_Costs of War Estimates Through FY2019.pdf.
- Crawford, Neta C. “United States Budgetary Costs and Obligations of Post-9/11 Wars through FY2020: \$6.4 Trillion”. *Costs of War*, Watson Institute, Brown University, 2019. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2019/US Budgetary Costs of Wars November 2019.pdf>.
- Crenshaw, Martha. “A estratégia contraterrorista nos Estados Unidos”. Em *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*, org. Monica Herz e Arthur Bernardes do Amaral, 49–77. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.
- Comblin, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- De Goede, Marieke. “Beyond Risk: Premediation and the Post-9/11 Security Imagination”. *Security Dialogue*, 39, n. 2–3 (2008): 155-176. <https://doi.org/10.1177/0967010608088773>
- Department of Homeland Security. “FY 2016 Budget-in-Brief”, 2016. Disponível em: <https://www.dhs.gov/publication/fy-2016-budget-brief>.
- Department of the Army. “Field Manual 3-24-2: Tactics in Counterinsurgency”. Washington, DC, 21 de abril de 2009. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=36861>.
- Gallup. “Presidential Approval Ratings - George W. Bush”. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>. Herz, Monica e Arthur Bernardes do Amaral. “Política, violência e terrorismo(s) nas relações internacionais”. Em *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*, org. Monica Herz, e Arthur Bernardes do Amaral, 9–24. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.
- Hoffman, Bruce. *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press, 2006.
-

Jackson, Richard. *Writing the War on Terrorism: Language, Politics, and Counter-Terrorism*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

Jackson, Richard, Marie Breen Smyth, e Jeroen Gunning, org.. *Critical Terrorism Studies: a new research agenda*. New York: Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203880227>

Laqueur, Walter. *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Mavelli, Luca. “The Governmentality of Terrorism: Uncertainty, risk management, and surveillance”. Em *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*, org. Richard Jackson, 506-527. New York: Routledge, 2016.

Naftali, Timoty. *Blind Spot: The Secret History of American Counterterrorism*. New York: Basic Books, 2009.

Nasser, Reginaldo Mattar. “As Falácias do Conceito de “Terrorismo Religioso””. Em *Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*, org. André de Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nassar, e Rodrigo Fracalossi de Moraes, 65-88. Brasília: IPEA, 2014.

Nasser, Reginaldo Mattar, e Tomaz Oliveira Paoliello. “Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque”. *Revista de Sociologia e Política*, 23, n. 53 (2015): 27-46. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235303>

National Commission on Terrorist Attacks upon the United States. “The 9/11 Commission Report”, 2004. Disponível em: <https://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>.

Neocleous, Mark. “Security, Commodity, Fetishism”. *Critique*, 35, n. 3 (2007): 339-355. <https://doi.org/10.1080/03017600701676738>

Padrós, Enrique S. “América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado”. *História e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, 4, n. 4. (2007): 43-49.

Pereira, Paulo. “Os Estados Unidos e a ameaça do crime organizado transnacional nos anos 1990”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58, n. 1 (2015): 84-107. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201500105>

Perle, Richard, e David Frum. *An End to Evil: How to Win the War on Terror*. New York: Ballantine Book, 2003.

Ranstorp, Magnus. “Mapping Terrorism Studies after 9/11: An academic field of old problems and new prospects”. Em *Critical Terrorism Studies: a new research agenda*, org. Richard Jackson, Marie Breen Smyth, e Jeroen Gunning, 13-33. New York: Routledge, 2009.

Sterling, Claire. *The Terror Network: The Secret War of International Terrorism*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1981.

Raphael, Sam. “In the service of power: Terrorism studies and US intervention in the global South”. Em *Critical Terrorism Studies: a new research agenda*, org. Richard Jackson, Marie Breen Smyth, e Jeroen Gunning, 49-65. New York: Routledge, 2009.

Reinares, Fernando. “O atentado de 2004 na Espanha foi tramado em 2001 no Paquistão”, *El País Brasil*, 9 de março de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/07/politica/1394224760_628015.html.

Rogers, Paul. “A Critical Perspective on the Global War on Terror”. Em *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*, org. Richard Jackson, 476-505. New York: Routledge, 2016.

Romaniuk, Peter. “From “Global War” to Global Governance: Counterterrorism cooperation in world politics”. Em *International organization and global governance*, org. Thomas Weiss, e Rorden

Wilkinson, 454-465. New York: Routledge, 2014.

Saint-Pierre, Héctor Luis. “11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado”. *Revista de Sociologia e Política*, 23, n. 53 (2015): 9-26. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235302>

Schmid, Alex. “The Definition of Terrorism”. Em *The Routledge Handbook of Terrorism Research*, org. Alex Schmid, 39-98. London: Routledge, 2011. <https://doi.org/10.4324/9780203828731>

Schmid, Alex, e Albert Jongman. *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, and Literature*. New Brunswick: Transaction Books, 1988.

Stampnitzky, Lisa. *Disciplining Terror: How Experts Invented “Terrorism”*. New York: Cambridge University Press, 2013. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139208161>

Start. “Global Terrorism Database: Data on terrorist attacks between 1970 – 2018”. Disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd>.

The National Archives. “President Dwight D. Eisenhower’s Farewell Address”. 1961. Disponível em: <https://www.eisenhowerlibrary.gov/research/online-documents/farewell-address>. The White House. “President Bush Delivers Graduation Speech at West Point”. 2002. Disponível em:

<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov>.

Tuček, Filip, e Warnes, Richard. “The European Union against Terrorism: Challenges and Future Opportunities”. Em *The Palgrave Handbook of Global Counterterrorism Policy*, org. Francis Grieve et al., 315–336. London: Palgrave Macmillan, 2017. https://doi.org/10.1057/978-1-137-55769-8_13

Wendt, Alexander. “Anarchy is what Sates Make of it”. *International Organization*, 46, n. 2 (1992): 391-425. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027764>

Zenko, Micah e Jennifer Wilson. “How Many Bombs Did the United States Drop in 2016?”. Council on Foreign Relations, Jan. 2017. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/how-many-bombs-did-united-states-drop-2016>

Recebido: 24 de março de 2021

Aprovado: 26 de maio de 2021

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33847>

O Movimento Conservador Norte-Americano e o 11 de Setembro

The Movement Conservatism and the 9/11

El Movimiento Conservador y el 11 de Septiembre

Bruno Garcia*

<https://orcid.org/0000-0002-8776-8535>

RESUMO: O artigo discute de que maneira os ataques de 11 de setembro representam um importante ponto de inflexão na história do movimento conservador norte-americano. A direita americana, que encontrara nos anos 1960 e 1970 pontos de convergência entre suas diferentes correntes, passa a se fragmentar com o fortalecimento dos neoconservadores nos anos 1980. O artigo procura analisar como esse processo, que se ensaiava antes do fim da Guerra Fria, foi acelerado pela resposta de George W. Bush aos ataques terroristas e permitiu que forças políticas como o populismo se deslocassem das margens para o centro do debate político.

Palavras-chave: Conservadorismo. Estados Unidos. História Intelectual. Relações Internacionais.

ABSTRACT: The article discusses how the September 11 attacks represent an important turning point in the history of the American conservative movement. The American right, which in the 1960s and 1970s found points of convergence between its different currents, began to fragment with the strengthening of the neoconservatives in the 1980s. The article seeks to analyze how this process, which was rehearsed before the end of the Cold War, was accelerated by George W. Bush's response to terrorist attacks and allowed political forces such as populism to move from the margins to the center of the political debate.

Keywords: Conservatism. United States. Intellectual History. International Relations.

* Pós-doutorando na Universidade Nova de Lisboa. Doutor em História pelo Programa de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em European Studies pela Masarykova Univerzita (Brno, República Tcheca). Tem experiência na área de História Contemporânea em temas como História Intelectual, Filosofia dos Direitos Humanos e Extrema Direita. E-mail: brnogarcia@gmail.com.

RESUMEN: El artículo analiza cómo los ataques del 11 de septiembre representan un importante punto de inflexión en la historia del movimiento conservador estadounidense. La derecha estadounidense, que en las décadas de 1960 y 1970 encontró puntos de convergencia entre sus distintas corrientes, comenzó a fragmentarse con el fortalecimiento de los neoconservadores en la década de 1980. El artículo busca analizar cómo este proceso, que se ensayó antes del fin del Frío La guerra fue acelerada por la respuesta de George W. Bush a los ataques terroristas y permitió que fuerzas políticas como el populismo pasaran de los márgenes al centro del debate político.

Palabras clave: Conservatismo. Estados Unidos. Historia intelectual. Relaciones Internacionales.

Como citar este artigo:

Garcia, Bruno. “O Movimento Conservador Norte-Americano e o 11 de Setembro”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 123-149.

Na primeira semana de dezembro de 2001, o jornalista Jonah Goldberg foi convidado a falar sobre o futuro do conservadorismo depois dos atentados do 11 de Setembro. Naquela altura, a Guerra do Terror já havia sido declarada. Os Estados Unidos tinham acabado de capturar o último grande reduto dos talibãs, em Kandahar, Saddam Hussein ainda vivia em paz em Bagdad e, curiosamente, a direita americana, sempre sensível aos temas de segurança nacional, parecia mais preocupada com o futuro do conservadorismo do que com o conflito em andamento.

A palestra aconteceu em uma associação reclusa batizada ironicamente de Fabiani Society¹, em Manhattan. Sabemos dela apenas porque Goldberg escreveu a respeito no dia seguinte em sua coluna na *National Review*, a histórica e mais importante publicação da direita americana, onde era um dos editores. Com o título de “Divisions on the Right since September 11”, a fala destacou a possibilidade dos ataques terroristas terem como efeito colateral a progressiva divisão entre os conservadores (Goldberg 2001).

Depois de uma década morna, sem a presença do velho inimigo comunista, que produziu durante quatro décadas relativa coesão ao movimento conservador, os atentados deram nova vida à direita e, ao mesmo tempo, uma razão para ampliar suas disputas internas. A Guerra ao Terror, e seu despertar patriótico, significaram para alguns uma oportunidade para revigorar as instituições americanas e, simultaneamente, um chamado para um certo senso de responsabilidade global dos

¹ Além do movimento social britânico Sociedade Fabiana, nascido no século XIX, o nome também faz referência ao memorando produzido por um assessor de Bill Clinton, em 1995. O documento, comissionado por Mark Fabiani, denunciava uma série de teorias conspiratórias produzidas pela direita e foi popularizado pelo título de “vast right-wing conspiracy”.

Estados Unidos. Para outros, no entanto, esse cenário representava um risco diante da expansão das atribuições do governo federal sobre liberdades individuais e a ameaça do país ingressar em uma aventura imperialista.

No âmbito doméstico, a administração de George W. Bush avançou com medidas como o *Patriot Act* e o estabelecimento de tribunais militares para julgar acusados de terrorismo. Entre congressistas, Bush contou com um raro e coeso apoio bipartidário. O consenso interno entre conservadores, entretanto, não era a regra. Além de chamar essas medidas de absurdas, Goldberg, por exemplo, elogiou todos os seus pares que levantaram a voz em oposição - “because they don’t trust politicians not to become corrupted by the power such commissions afford”. Outros, ele lamentou, não pareciam tão preocupados: “because we tend to be less concerned when the state exercises its authority for morally and constitutionally correct purposes” (Goldberg 2001).

No que diz respeito à política externa, a situação não era muito diferente. Conservadores, que defenderam a restrição das prerrogativas do governo federal e uma atuação internacional mais discreta, abriram uma exceção durante a Guerra Fria, mas se recusavam, em 2001, a apoiar uma cruzada contra o terror. Com isso, entraram em conflito com o que Goldberg chamou de “*national greatness conservatism*” e sua defesa vigorosa dos Estados Unidos enquanto guardião da civilização ocidental (Goldberg 2001).

George W. Bush sempre se esforçou para consolidar sua imagem como produto do movimento conservador. Não bastasse ser filho de um presidente republicano, Bush incluiu no seu gabinete uma série de veteranos do governo Reagan. Porém, nem sua postura de *compassionate conservative* foi suficiente para impedir que a direita se fragmentasse na sua administração (Teles 2009). Não que os atentados tenham, por si só, produzido essa divisão. Como reconhece Goldberg, “most of the trends existed prior to September 11, but the new climate hastened and sharpened them”. A atmosfera política dos Estados Unidos depois dos ataques acabou por acelerar e intensificar divergências existentes entre conservadores que, diante das posições e atitudes do governo federal, passaram cada vez mais a não se reconhecerem necessariamente como aliados. (Goldberg 2001)

Em 2001, a ideia de que o combate ao terrorismo internacional iria se converter em uma guerra infinita ainda não era clara. Tampouco era possível prever que, num futuro próximo, o Partido Republicano e o movimento conservador iriam testemunhar a emergência de figuras tão populares quanto exóticas como Sarah Palin, na chapa de John McCain, em 2008. Hoje é fácil reconhecer que a maré estava mudando, porém naquele momento era difícil imaginar a junção entre um republicano tradicional – o veterano de guerra associado às virtudes patrióticas que o

partido tanto defende – e uma histriônica governadora do Alasca, conhecida pela espontaneidade, pelas gafes, e pelo discurso apelativo direcionado à classe média branca dos subúrbios.

A eleição de 2016 apenas ajudou a tornar esse processo mais visível. Nos últimos 10 anos, a historiografia vem procurando entender essa transição através de estudos sobre momentos-chave na história recente do movimento conservador. Episódios como a Revolução Republicana em 1994, e seu protagonista, Newt Gingrich, bem como o *Tea Party*, em 2009, mostram como alguns aspectos da política norte-americana, hoje atuais, já se encontravam em movimento².

O 11 de Setembro não é propriamente um “momento conservador”, mas certamente produziu um novo capítulo na história dos Estados Unidos e reacendeu um fogo patriótico na direita. Nossa hipótese neste ensaio é que o desafio imposto pelos ataques e pela emergência do terrorismo global colocou a direita numa encruzilhada. Se, por um lado, ela procurou aproveitar a atmosfera de medo e unidade nacional para tentar se reagrupar, por outro, se expôs inevitavelmente ao risco de acelerar seu processo de fragmentação.

Diferente do anticomunismo da Guerra Fria, conservadores de diferentes estirpes discordavam entre si quanto à interpretação dos atentados e o lugar que o país deveria assumir na nova ordem internacional. Esse desacordo no núcleo do movimento permitiu que vozes marginais oportunamente se deslocassem para o centro do debate político. Ao longo dos anos 1990, essas vozes já ameaçavam se levantar. Algumas ousaram se lançar como lideranças alternativas a candidatos tradicionais no Partido Republicano. Outras, ainda mais radicais, contribuíram para inclusão de pautas que anos antes seriam rejeitadas por soarem extremistas.

A proposta do presente artigo é discutir de que maneira os atentados de 11 de setembro representam um pouco de inflexão na história do movimento conservador, embaralhando suas correntes e agentes, reorganizando as forças que o compunham e, com isso, oferecendo espaço para novos arranjos. Fenômenos recentes, como a emergência do *Tea Party* e a eleição de Donald Trump, fizeram com que historiadores reconsiderassem a história recente do pensamento conservador e sua dinâmica no Partido Republicano, em busca das condições que permitiram a emergência do que Kim Phillips-Fein chamou de “dimensão populista do conservadorismo moderno” (Phillips-Fein 2011, 725). É possível que tais fenômenos tenham entre suas causas a redefinição de prioridades e de relações de força na direita americana e que a catarse produzida pelos atentados tenha contribuído, afinal, para essa profunda transformação no movimento conservador.

² Ver Zelizer, Julian. *Burning Down the House: Newt Gingrich, the Fall of a Speaker, and the Rise of the New Republican Party*. New York: Penguin Press, 2020; e Skocpol, Theda e Vanessa Williamson. *The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism*. New York: Oxford University Press, 2012.

O que era o conservadorismo

A historiografia norte-americana, na sua maioria, evita definições estáveis e precisas acerca do fenômeno político do conservadorismo no país. Isso porque ele contém elementos e características contraditórios que podem fazer com que se pareça, num momento uma ideologia política e, em outros, um movimento social de base. Não é raro que sua falta de unidade faça com que represente, para alguns, nada além do que um agregado confuso de vozes de protesto contra políticas de bem-estar social. Seu espectro vai de impulsos de defesa da tradição – incluindo movimentos de rejeição à modernidade, como Robert Penn Warren e os *Southern Agrarians*³ – a figuras como o senador Robert A. Taft e Robert E. Wood, conhecidos nos anos 1930 e 1940 pela liderança de um grupo dentro do Partido Republicano, que defendia uma postura isolacionista. Na tarefa de organizar esses elementos, historiadores têm enfrentado o problema da definição através de um acordo tácito no qual não tornam explícita qualquer definição particular de conservadorismo. Em linhas gerais, ele é entendido como um movimento político e social que ganha força após a Segunda Guerra Mundial com ativistas e intelectuais e que, pouco a pouco, passa a exercer uma influência decisiva sobre o Partido Republicano⁴. Como sugere Kim Phillips-Fein, ideologicamente ele nunca foi sistemático ou logicamente coerente, mas suas preocupações centrais sempre giraram em torno do anticomunismo, da defesa do livre mercado⁵, da oposição ao movimento de direitos civis e do comprometimento com normas sexuais tradicionais (Phillips-Fein 2011, 727).

O conservadorismo moderno norte-americano, de acordo com o historiador George H. Nash, se estrutura como movimento somente após 1945, quando as suas três principais correntes no período – libertarianismo, tradicionalismo e anticomunismo – juntaram forças em uma única coalizão. Nessa interpretação, o historiador deixa de lado uma série de outros atores, como Ayn Rand, mas elabora a primeira e, ainda hoje, principal síntese do movimento (Burns 2004). Nash é particularmente generoso quanto ao papel exercido por William F. Buckley Jr. como *ideological gatekeeper*, por supostamente ter promovido o expurgo de extremistas e adeptos de teorias da

³ Ver Murphy, Paul V. *The Rebuke of History: The Southern Agrarians and American Conservative Thought*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

⁴ A influência fundamental sobre o Partido Republicano cresce, efetivamente, a partir dos anos 1960. Até aquele momento, no entanto, os dois partidos eram compostos por alas conservadores, progressistas e moderadas. A presença de conservadores no Partido Democrata ainda era considerável ao longo dos anos 1970, especialmente nos estados do sul. Para maiores detalhes sobre esse processo, ver Feldman, Glenn. *The Irony of the Solid South: Democrats, Republicans, and Race, 1865-1944*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013; e Lassiter, Matthew D. & Joseph Crespino. *The Myth of Southern Exceptionalism*. New York: Oxford University Press, 2009.

⁵ Essa é uma das características principais que diferenciam o conservadorismo norte-americano de outras matrizes europeias e não faltou quem observasse as possíveis contradições impostas pela fusão entre o dogmatismo do livre mercado e a defesa de imperativos morais tradicionais. Para uma das principais críticas no período em que essa fusão entrou, efetivamente, em vigor, ver Wolin, Sheldon. *Reagan Country*. New York Review of Books, Dec. 18:9. (1980).

conspiração, como a *John Birch Society*. Em torno da *National Review*, fundada por ele em 1955, Buckley teria reunido as principais vozes conservadoras e dado a elas alguma unidade, respaldo e legitimidade intelectual projetando o movimento nacionalmente.

Nash nunca ousou definir o que vinha a ser o “verdadeiro conservadorismo”. Em parte, porque a pergunta sobre a identidade do movimento estava no centro da discussão do próprio movimento. Os primeiros sinais de unidade vieram da oposição aos programas de bem-estar social promovidos por Franklin Delano Roosevelt, a partir de 1933. Porém, a popularidade de Roosevelt e a preocupação do país em torno do seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial impediram que essa resistência ganhasse força antes de meados dos anos 1940.

Em 1945, finalmente, libertários tomaram a frente. Friedrich Hayek publicou nos Estados Unidos “O Caminho da Servidão”, no qual associava o *welfare-state* ao crescente medo do comunismo internacional. No livro, o filósofo austríaco afirmou existir uma afinidade entre todas as formas de coletivismo, seja ele de matriz socialista, fascista ou modelos de bem-estar social, como o *New Deal*. De acordo com esse argumento, em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, o risco de um totalitarismo não viria pelas mãos de revolucionários, mas como resultado não planejado de ingênuos democratas que acreditaram inocentemente na utopia de um Estado promotor do bem-estar geral. Afinal, como afirma Hayek, “fascismo e nacional-socialismo nasceram da experiência de uma sociedade cada vez mais planificada” (Hayek 2010, 125)⁶.

Segundo Bjerre-Poulsen, o que Hayek havia feito pelos libertários, o filósofo Russell Kirk realizou pelo que Nash chamou de corrente tradicionalista. Em 1953, Kirk publicou “The Conservative Mind: From Burke to Eliot”, no qual defendia que a sociedade civilizada demandava ordem e classes (Bjerre-Poulsen 2014, 23). Mais importante do que o livre mercado, ou mesmo a liberdade individual, era a preservação do tecido social e da comunidade. A preocupação dos intelectuais tradicionalistas era com fenômenos como o secularismo e o relativismo, que associavam tanto à esquerda quanto à modernidade. Para reverter esse processo, eles defendiam um retorno às tradições religiosas e sua clareza moral como solução para superar o que julgavam ser um vácuo espiritual. A reação conservadora, nesse sentido, representava um processo de regeneração do espírito e restauração do entendimento ético, o que, para o filósofo, significava o

⁶ O argumento não era particularmente novo nos Estados Unidos. Em 1936, Irénée du Pont, empresário e um dos pioneiros na reação corporativa às medidas de Roosevelt, afirmou que o *New Deal* não passava de socialismo com outro nome (Phillips-Fein 2009, 5). A ideia circulava entre os primeiros opositores de Roosevelt. Antes de Hayek, outras publicações fizeram argumentos análogos, em especial *Our Enemy the State* (1935), de Albert Jay Nock, e *Collectivism: A False Utopia* (1937), de William Henry Chamberlain. Enquanto Nock e Chamberlain tiveram, no momento da publicação, um impacto localizado em sua base, *O Caminho da Servidão* foi bem recebido e o filósofo austríaco foi rapidamente projetado no cenário político-literário norte-americano. Para mais detalhes, ver Richard Cockett. *Thinking the Unthinkable: Think Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-83*. London: Fontana Press, 1995).

solo estável dos absolutos religiosos “sobre os quais está fundamentada qualquer vida que vale a pena ser vivida.” (Kirk 2001, 45)

A ideia de que as duas correntes - libertária e tradicionalista - estavam de alguma forma alinhadas não é natural. Kirk nunca se considerou particularmente aliado de Hayek e seus pares. A própria ideia de um libertário conservador lhe parecia absurda (Bjerre-Poulsen 2014, 25). Filósofos tradicionalistas não priorizavam questões econômicas. O filósofo Richard Weaver, por exemplo, desassociava opulência e conforto à sabedoria e virtude: “não há correlação entre o grau de conforto alcançado e as façanhas de uma civilização. Ao contrário, o interesse excessivo pelo bem-estar material é um dos sinais mais seguros da decadência atual ou iminente” (Weaver 2012, 131). Weaver tampouco acreditava que a liberdade poderia ser um fim em si mesmo. O fundamental para ele era o reconhecimento do valor da virtude e o senso de dever perante o interesse geral da sociedade. Nada poderia ser mais distante da visão racionalista dos libertários, para quem a sabedoria da tradição era pouco decisiva. O fundamento e a força dos Estados Unidos, na visão libertária, não estava no exemplo moral e virtuoso dos pais fundadores, mas na força de uma economia movida pela livre-iniciativa e o papel dos mercados como selecionador de uma aristocracia natural (Bjerre-Poulsen 2014, 24-25).

Não havia, portanto, tantos pontos em comum entre as duas correntes. O que existia, e isso foi suficiente por décadas, era o desprezo e a rejeição por todas as formas de coletivismo. De acordo com Nash, Buckley desempenhou seu papel de unificador do movimento enfatizando exatamente esse ponto. O passo dado por Roosevelt de desenvolver um *Welfare State* nos Estados Unidos foi atacado por libertários por se tratar, na opinião deles, de uma forma mais branda, porém não menos perigosa de socialismo. Tradicionalistas enfatizavam o mesmo ponto chamando atenção, no entanto, para o fato de que, em plena Guerra Fria, a esquerda não era forte o suficiente para enfrentar o inimigo comunista. Faltava a ela, como Richard Weaver destacava, fé e valores transcendentais que lhes permitissem reconhecer o tamanho da ameaça imposta pelo materialismo ateu socialista. Além disso, era comum que questionassem como democratas promotores do *New Deal* poderiam combater um inimigo com o qual, de certa forma, se identificavam?

Além de libertários e tradicionalistas, Nash fala em uma terceira variante, composta por militantes anti-comunistas. Porém, distinta das duas primeiras correntes, essa terceira é muito mais uma argamassa ideológica do que uma entidade com posição política própria (Burns 2004, 448). Trata-se de um grupo pouco coeso de intelectuais que abandonaram a esquerda e, impactados pela emergência do totalitarismo, se viam no pós-guerra convencidos de que o ocidente estava diante de uma disputa titânica contra um inimigo implacável (Nash 2006). James Burnham, um de seus principais nomes junto de Whittaker Chambers, julgava que a Guerra Fria era uma batalha espiritual

na qual a civilização ocidental lutava por sua própria existência. O argumento não era sobre o vácuo espiritual deixado pelo relativismo da esquerda, como no caso dos tradicionalistas, ou da ameaça das liberdades imposta pela planificação econômica do *New Deal*. O anticomunismo desses militantes era sua causa fundamental, seu ponto de partida, não uma consequência ou uma ameaça futura (Burns 2004, 448).

Foi da urgência de enfrentar esse inimigo existencial que Buckley procurou agrupar essas três correntes em um único movimento, proporcionando a ele um mínimo de coesão e respeitabilidade intelectual. A liga fundamental era, portanto, o consenso em torno de que, a despeito de suas diferenças, havia uma prioridade fundamental. Em meados dos anos 1960, esses diferentes grupos parecem ter encontrado um equilíbrio estável em torno do que Frank S. Meyer – que dividia a editoria da *National Review* com Buckley – chamou de fusionismo. Tratava-se, basicamente, da razão operando dentro da tradição, da aliança circunstancial, e consciente, de todos os conservadores em torno de ideias como uma ordem moral clara e objetiva: o valor do indivíduo em detrimento ao Estado, suspeitas sobre o planejamento econômico, o respeito à mensagem original da Constituição e, sobretudo, o anticomunismo (Burns 2004, 449).

Assim, com esse título pomposo criado por Mayer, Nash justificava o fusionismo como a aliança racional e estratégica do conservadorismo norte-americano. O termo serviu como suposto marco histórico do nascimento de uma espécie de conservadorismo responsável, livre das associações com ideias extremistas. Em suma, Buckley e a *National Review* procuraram aferir legitimidade às diferentes vozes da direita incluindo todas em um único movimento.

A direita vitoriosa, e dividida

Em 1976, quando Nash publicou seu clássico, o movimento conservador já tinha colocado de pé uma complexa e sofisticada rede de revistas e *think tanks* muito bem financiados por grandes corporações, como a Koch Industries. A imagem de uma minoria de rebeldes confrontando o consenso liberal – que até hoje é cultivada por muitos conservadores – já não fazia sentido. Naquela altura, duas outras correntes se juntaram à coalizão descrita por Nash: a direita religiosa, chamada também de *Social Conservatives*, e os neoconservadores.

Em linhas gerais, a direita religiosa é resultado de uma mobilização de base religiosa, composta por protestantes, evangélicos e pentecostais, além de alguns católicos e judeus ortodoxos preocupados com temas como aborto e educação sexual nas escolas. Embora tenham contado com figuras que agiam como líderes com alguma ambição política própria, como Pat Robertson, os *social conservatives* se comprometiam quase exclusivamente com suas pautas pontuais sem aspiração a uma visão própria de conservadorismo. Na maioria das vezes, suas ações políticas se limitavam a buscas

por alianças circunstanciais com agentes que podiam ocasionalmente representar seus interesses. Os neocons, por outro lado, representavam, de fato, uma corrente de pensamento particular dentro do movimento. Conhecidos por terem sido, na juventude, democratas defensores do *New Deal*, o grupo de intelectuais – liderados por Irving Kristol e Norman Podhoretz – migrou para a direita por reprovar as posições do Partido Democrata no que diz respeito a política externa, os movimentos de contra-cultura nos anos 1960 e 1970, e – sobretudo – a oposição à Guerra do Vietnã.

Essencialmente compostos por intelectuais com forte ligação com uma elite militar, os neoconservadores foram recebidos com alguma desconfiança pelos demais. Ao contrário do cristianismo militante dos tradicionalistas, os neocons eram, em sua maioria, judeus mais comprometidos com o apoio a Israel do que com qualquer transcendentalismo religioso. Defendiam o livre mercado, como os libertários, mas não eram radicalmente contra todas as políticas de bem-estar social e, diferente da direita religiosa, constituída como um movimento de base, o neoconservadorismo nunca perdeu seu caráter elitista. A semelhança fundamental era (mais uma vez) o anticomunismo radical, do qual derivava um entendimento efusivo sobre as virtudes da civilização americana e a defesa de uma política externa abertamente agressiva.

Assim, no final dos anos 1970, o fusionismo parece ter chegado no seu auge com a coexistência e colaboração entre suas diferentes vozes. Organizados agora em cinco correntes, conservadores de todos os tipos celebraram juntos a vitória de Ronald Reagan em 1980. Tradicionalistas e religiosos viam nele a encarnação do grande defensor dos valores da família tradicional. Libertários se sentiam representados pela retórica contra o *big government*, enquanto os sentimentos anticomunistas se davam por satisfeitos com a gravidade com que Reagan tratava o adversário soviético – a ponto de abandonar, no começo do primeiro mandato, a estratégia da *détente* em nome de uma política externa mais agressiva (Fischer 2000). Em suma, a administração Reagan deu ao movimento conservador a percepção de que havia, finalmente, triunfado.

O problema é que, uma vez unidos e em posição de poder, era natural que discordâncias internas produzissem disputas por espaço na nova administração. Nash costuma valorizar o ano de 1989 como um marco fundamental, quando Reagan deixa o poder e a Guerra Fria termina. Para o historiador, esse seria o começo do fim do fusionismo, o momento em que cada corrente passa a cuidar particularmente de suas próprias causas (Nash 2016). É possível, no entanto, reconhecer já nos anos 1980 os primeiros sinais de ruptura.

A entrada em cena dos neoconservadores e sua ascendência sobre os responsáveis pela política externa norte-americana criou um ambiente abrasivo dentro da direita muito antes da queda do Muro de Berlim. Mais do que anticomunistas, os neocons defendiam um conjunto de crenças

sobre a superioridade moral dos Estados Unidos, a importância de proteger as vidas de seus cidadãos e a obrigação de garantir uma ordem internacional através de sua força militar.

Desde o começo nos anos 1980, vozes dissonantes se levantaram contra essas posições. O opositor imediato mais direto foi Patrick Buchanan, que servira na administração Nixon e seguia fiel à antiga direita isolacionista dos anos 1930 e 1940. Buchanan criticava o que julgava serem aspirações imperialistas dos neocons. Ele não estava sozinho. Libertários, sempre preocupados com o tamanho do Estado e o desequilíbrio do orçamento federal, também eram hostis aos excessos de gastos militares que tais políticas exigiam. A direita religiosa, por sua vez, não era exatamente contra uma política externa agressiva. Mesmo assim, havia a percepção geral de que as questões sociais e morais mais relevantes aos cristãos nunca foram prioridade para os neocons.

Parcialmente dentro do movimento e declarando explicitamente uma agenda própria, os neocons operaram como um elemento perturbador entre as diferentes vozes que disputavam a atenção de Reagan depois de eleito. Talvez seja justo colocá-los, portanto, como grupo-chave nos desdobramentos da direita americana nos anos 1990 e 2000. Como veremos, entre a vitória americana sobre a União Soviética e a Guerra ao Terror, a influência de intelectuais neocons oscilou de acordo com as necessidades do país e os efeitos sobre triunfos e fracassos internacionais. Internamente, no entanto, sua emergência meteórica foi decisiva na fragmentação do fusionismo.

Em 1981, quando a nova administração republicana se preparava para tomar posse, Melvin B. Bradford, professor da Universidade de Dallas, foi sugerido a Reagan para presidir a *National Endowment for the Humanities*. Bradford, conservador associado aos *States Rights Democratic Party*, trabalhou pela eleição de Reagan e era bastante respeitado por muitos no movimento, como Russell Kirk. A indicação, no entanto, sofria forte resistência de neocons, que preferiam o nome de William J. Bennett. Antes que o novo presidente pudesse bater o martelo, escritos de Bradford sobre Abraham Lincoln foram divulgados pelo *New York Times* (supostamente entregues por Irving Kristol e seus pares). Nos artigos, Bradford teria chamado o ex-presidente responsável pela libertação dos escravos de “um homem perigoso” e afirmado que seu legado estava longe da reputação virtuosa que gozava (Clines e Weinraub, 1981). Bennett não só venceu a disputa como se transformou em uma figura importante na nova administração, a ponto de ser nomeado, no segundo mandato de Reagan, para o posto de Secretário de Educação.

O episódio foi o ponto de partida para uma nova rivalidade interna na direita americana. Bradford teria seu nome, posteriormente, associado ao que ficou conhecido como paleoconservadorismo, um termo retrônimo cunhado nos anos 1980 para descrever um tipo de conservadorismo que estava em vias de ser extinto (Fawcett 2020, 368). No intuito de afirmar sua maior autenticidade, a ideia da nomenclatura era, sobretudo, marcar de uma maneira enfática a

diferença fundamental para com os emergentes neocons. A grande maioria dos autores e intelectuais identificados como paleos já estavam há muito na ativa, como Buchanan. O novo selo serviu apenas como um posicionamento estratégico dentro do rearranjo de forças na direita americana, com a crescente influência de seus adversários.

O que se vê nesse período não é exatamente uma diluição das demais correntes, mas um sutil rearranjo no qual o antagonismo entre neocons e paleos se apresenta como dois polos sobre os quais as demais visões orbitam. Do lado dos neocons, podemos identificar o anticomunismo estratégico, caracterizado por preocupações permanentes com questões relacionadas com segurança nacional e o medo do crescimento da influência soviética pelo mundo. Os defensores do livre comércio, sobretudo os que acreditavam na relação congruente entre a promoção da democracia e o livre mercado, como os libertários, não tinham dificuldade em se associar a essa posição. A projeção do poder norte-americano pelo mundo era, afinal, tanto uma estratégia econômica – apoiada na globalização de cadeias produtivas e expansão das empresas multinacionais – quanto militar.

Do outro lado, paleoconservadores procuravam articular uma aliança crítica contra o excessivo engajamento internacional. Associando os interesses de grandes corporações à falta de comprometimento com a nação, Buchanan, articulou um ataque ao que julgava ser o fundamentalismo do livre comércio, sua suposta relação com as elites globais e o deslocamento de empresas manufatureiras norte-americanas para outros países:

In 1950, a third of our labor force was in manufacturing, and ours was the most self-sufficient republic the world have ever seen. Now only 11 percent of U.S. workers are in manufacturing, which is in a death spiral, and it is not a natural death. It is premeditated murder. **Globalists and corporatists plotted the evisceration of American manufacturing with the collusion of free-trade fundamentalists** who cannot see the theories they were fed by economics professors in college are killing the country they profess to love (Buchanan 2004, 154).

Além do nacionalismo econômico, a crítica ao cosmopolitismo dos paleos incluía também um forte discurso contra a imigração e uma defesa incondicional dos valores da família tradicional (Buchanan 2004, 219). Nesse caso, eles eram capazes de atrair parte da direita religiosa e de intelectuais tradicionalistas para seu lado.

A maior, e mais estridente diferença entre os dois polos, no entanto, dizia respeito à política externa. Paleos julgavam descender de uma tradição conservadora anterior aos anos 1950, composta por republicanos isolacionistas responsáveis, entre outras coisas, pela não inclusão dos Estados Unidos na Liga das Nações no entreguerras. O argumento aqui, em parte, gira em torno da alegação de respeito às tradições americanas, encarnadas pelos pais fundadores – em especial a George Washington que, no seu discurso de despedida, recomendara às futuras gerações tirar

proveito da posição geográfica isolada dos Estados Unidos para evitar maiores comprometimentos com os assuntos europeus.

Os neocons, por outro lado, eram deliberadamente associados à tradição internacionalista que remontava ao ex-presidente Woodrow Wilson. Sem base popular, seus membros eram restritos, originalmente, a uma pequena rede de intelectuais profissionais. Na verdade, os neocons nunca produziram, efetivamente, um movimento político próprio. Sua influência dependia do sucesso e patronato de uma elite política. Nos anos 1970, eles galgaram espaço lentamente ao ganharem algum reconhecimento em agências de segurança e órgãos de inteligência. Foi apenas com Reagan que ganharam espaço e passaram a chamar atenção dos demais conservadores (Lyons 2003, 392).

A campanha eleitoral de 1980, em meio às notícias da invasão soviética ao Afeganistão, contribuiu para que Reagan fosse cético à estratégia da *détente*. A exigência de uma postura mais agressiva foi decisiva para uma maior aproximação com neocons (Garthoff 1994). Jeane Kirkpatrick, por exemplo, cientista política e uma das neocons mais publicamente conhecidas, serviu como conselheira para política externa na campanha de Reagan e, posteriormente, foi indicada por ele para o cargo de embaixadora do país nas Nações Unidas. Além de Kirkpatrick, outros intelectuais foram indicados para importantes postos na administração, como Elliott Abrahams, que posteriormente teve um papel central na atuação norte-americana na América Latina.

Como consequência, os Estados Unidos congelaram as negociações sobre o controle de armas com os soviéticos e, em 1983, o país anunciou o programa Iniciativa Estratégica de Defesa, que almejava a construção de um ambicioso sistema de defesa anti-mísseis visando impedir um ataque nuclear contra o território americano. Por outro lado, o alto gasto com sistemas de segurança e armamentos teve um forte impacto sobre o governo federal. Com Reagan, o orçamento militar saiu de U\$ 143 bilhões, em 1980, para mais de U\$300 bilhões em 1985 (Thompson 2017). Esse difícil equilíbrio entre gastos federais e corrida armamentista aumentaram a tensão entre paleos e neocons.

Buchanan, que desde a renúncia de Nixon trabalhara quase exclusivamente como comentarista político, foi convidado em 1985, já no segundo mandato de Reagan, para assumir o cargo de Diretor de Comunicação da Casa Branca. As circunstâncias não eram as mais favoráveis a ele e os dois anos em que ficou no cargo serviram para confirmar suas suspeitas de que os republicanos haviam desperdiçado uma grande oportunidade para adiantarem a “verdadeira” agenda conservadora. Quando deixou o governo, Buchanan saiu convicto de que existia um vácuo político a ser preenchido à direita de Reagan (Blumenthal 1987).

O pós-Guerra Fria

Advogados de uma versão moderna do Destino Manifesto, os neocons teoricamente saíram fortalecidos dos oito anos de administração Reagan e, sobretudo, do fim da Guerra Fria, em 1989. Afinal, os Estados Unidos finalmente celebravam o triunfo sobre os soviéticos e se estabeleciam como a última grande potência do século XX. A direita podia abaixar a guarda e estabelecer novas prioridades agora que o inimigo comunista não mais existia.

A vitória, porém, veio com um sabor agri-doce. Embora os republicanos tenham assegurado sua continuidade na Casa Branca com George H. W. Bush, a divisão interna entre diferentes vozes conservadoras não arrefeceu. Aqueles que orbitavam em torno das ideias defendidas pelos paleos finalmente se sentiam livres para advogar em nome do isolacionismo internacional, enquanto os neocons se mobilizavam em torno de um missionarismo sob a bandeira da promoção da democracia pelo mundo.

O novo presidente, por sua vez, escolheu um caminho independente. Bush ditou uma política externa marcada pela prudência, optando, por exemplo, por um tom conciliatório para com os russos, o que desencorajou movimentos revanchistas em um país em crise. Sua postura estável e moderada também deve ser creditada pelo sucesso nas delicadas negociações que resultaram na reunificação da Alemanha (dentro da OTAN) e na dissolução pacífica do Pacto de Varsóvia. Com a experiência de quem foi vice-presidente e diretor da CIA, Bush não fechou o país para o mundo, nem criou nos seus aliados a desconfiança de que estava disposto a agir unilateralmente. Em outras palavras, o novo presidente procurou garantir que o fim da Guerra Fria efetivamente significasse paz (Powaski 2019).

Curiosamente, a despeito do seu tom conciliador, Bush acabaria atacado tanto por neocons quanto pelos paleos. Os primeiros se queixavam, naturalmente, da timidez e modéstia americana na política externa. Segundo estes, ao se comprometer com o multilateralismo, a nova administração deixava claro que questões de segurança nacional estavam subordinadas à estabilidade – e paz – internacional (Powaski 2019). Quando foi forçado a agir, Bush não hesitou, mas foi fiel ao seu discurso. Foi preciso que Saddam Hussein invadisse e anexasse o Kuwait para que decidisse mobilizar as forças armadas. Ainda assim, a resposta foi organizada seguindo os ritos do Conselho de Segurança das Nações Unidas e através de uma coalizão que, no total, contou com a participação de 39 países.

O imperdoável para os neocons foi assistir o país vencer a guerra e, ainda assim, permitir que Saddam Hussein permanecesse no poder, em 1991. O entendimento na Casa Branca era o de que sua remoção imediata poderia desestabilizar ainda mais a região. Naquela altura, a oposição à decisão foi discreta, mas o episódio criou uma verdadeira obsessão dos neocons pelo Iraque. Por

quase uma década, diversos intelectuais voltavam ao tema sugerindo, sempre com urgência, a mudança de regime no país (McHargue 2005)⁷.

Nos anos 1990, os Estados Unidos davam sinais de que não estavam dispostos a pensar novamente em grandes conflitos internacionais. Isso não impediu que a *intelligentsia* neocon se planejasse para eles. O mais ambicioso dos planos, um documento preparado por Paul Wolfowitz – que, desde os anos 1980, se estabelecera como um dos principais cientistas políticos associados aos neocons – veio a público por conta de um furo do New York Times, em 1992. Conhecido como *The Defense Planning Guidance*, o texto foi comissionado por Dick Cheney e defendia uma série de medidas visando prevenir a emergência de algum rival internacional que, futuramente, pudesse por em risco a condição de única superpotência dos Estados Unidos. Wolfowitz também sugeria que os Estados Unidos poderiam, em breve, se deparar com a possibilidade de agir preventivamente para evitar que um inimigo em potencial possa adquirir armas de destruição em massa. Nesse caso, a recomendação do documento era, de fato, que o país se antecipasse para impedir uma ameaça de tal natureza (Gaddis 2002).

Naquela altura, faltava a eles um inimigo concreto que ajudasse a dar credibilidade para sua visão de mundo. O mais próximo que poderiam encontrar era, de fato, o Iraque. No começo dos anos 1990, no entanto, Saddam Hussein não representava uma ameaça estratégica aos Estados Unidos, e é improvável que isso tenha mudado depois da derrota na Guerra do Golfo. Ainda assim, sua continuidade no poder passou a ser utilizada repetidamente por neocons como símbolo da impotência da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria (Record 2004, 17).

O ataque dos paleos sobre a administração Bush foi ainda mais incisivo. Em 1986, um ano antes de deixar a Casa Branca, rumores sobre Buchanan disputar a presidência foram ventilados pelo próprio irmão do suposto candidato. Naquele momento, a administração Reagan mantinha o conservadorismo norte-americano sob um mesmo teto e Buchanan se limitava a falas protocolares a respeito. Sua percepção, no entanto, era de que o movimento conservador havia sido tomado de assalto por um grupo de impostores que nunca completaram, de fato, sua transição para a direita. Parte do ressentimento criado com os neocons se devia ao fato do grupo ter sido extremamente bem sucedido em assumir o controle de uma série de publicações e instituições conservadoras, como a *Heritage Foundation* e o *American Enterprise Institute*, além de suas devidas – e fundamentais – redes de financiamento.

⁷ A preferência desses intelectuais por escreverem, não livros, mas textos curtos em diversas revistas conservadoras dificulta o trabalho de quem investe sobre alguns debates localizados. Nesse sentido, o trabalho feito por Ryan McHargue em sua dissertação “Neoconservatism and Iraq” é um dos levantamentos mais completos disponíveis sobre editoriais e textos de opinião de intelectuais neocons exigindo com veemência a remoção imediata de Saddam Hussein do poder ao longo dos anos 1990.

Para Paul Gottfried, a quem se atribui a autoria do termo paleoconservadorismo, os neocons, descritos por ele como um grupo de jornalistas que combinavam sentimentos antisoviéticos e fervorosas simpatias sionistas, assumiram uma posição dominante no movimento conservador já nos anos 1980. E, uma vez no poder, removeram todos aqueles que se recusavam a colaborar com seu internacionalismo liberal: “The neconservative model of conservatism became permanent as their ideological and financial influence over the movement proved to be irreversible” (Gottfried 2020, 5).

Há, naturalmente, um certo exagero por parte desse tipo de discurso. É difícil reconhecer essa vitória irreversível dos neocons em 2020, quando Gottfried publicou esse comentário. Porém, essa é a história extra-oficial que os paleoconservadores contam sobre sua suposta marginalização. Como lembra Edmund Fawcett, ela é particularmente oportuna para figuras como Buchanan, que gostam de jogar o jogo do *outsider-insider*, incitando seus seguidores contra elites intelectuais, pouco importando o fato de pertencerem, eles próprios, a uma elite (Fawcett 2020, 370).

Outro ponto importante nessa narrativa é a ideia de que, uma vez tomado pelos neocons, o movimento conservador se encontrava inteiramente sob controle destes. Nesse sentido, restava aos paleos, *the true believers*, a tarefa de defender o legado conservador. E foi precisamente esse o tom que Buchanan assumiu quando anunciou que iria desafiar George H. W. Bush – um presidente republicano buscando a reeleição – nas primárias do partido, em dezembro de 1991: “[Bush] is a globalist and we are nationalists. He believes in some Pax Universalis; we believe in the old Republic. He would put America’s wealth and power at the service of some vague New World Order; we will put America first.” (Toner 1991, 12).

Uma das cenas mais emblemáticas da eleição anterior, em 1988, foi protagonizada por Bush no discurso em que aceitou a nomeação do Partido Republicano. Preocupado com a falta de entusiasmo por parte dos eleitores conservadores, e tendo em pauta a discussão sobre impostos, o então candidato subiu no palco e fez questão de enfatizar: “Read my lips: no new taxes” (Defrank 1994). A promessa, no entanto, foi quebrada e, quatro anos depois, Buchanan aproveitava para lembrar os eleitores distribuindo camisetas com a frase.

A campanha procurou mobilizar a base religiosa conservadora ao incluir no debate temas como aborto, direito dos homossexuais e educação sexual nas escolas. Distante do que Buckley chamaria de conservadorismo responsável, Buchanan fez um pesado discurso anti-imigração atacando políticos tradicionais e sua tolerância ao multiculturalismo. No centro da candidatura, naturalmente, estava sua recorrente defesa da primazia dos assuntos internos, como o desemprego, produzido nos anos 1980 com a globalização e a desindustrialização, em detrimento do ativismo internacional do país. Aproveitando a referência ao AFC (*American First Committee*), um grupo

político da primeira metade do século XX contrário à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Buchanan sintetizava sua candidatura com o slogan *America First*.

No fim, apesar de um bom desempenho em New Hampshire, o desafiante acabou derrotado. Bush também terminaria não sendo reeleito e uma parte do fracasso republicano seria atribuída, posteriormente, a conduta de Buchanan nas primárias. A outra parte da culpa, segundo muitos analistas, recaía sobre Ross Perot, um industrialista do Texas que concorreu como independente nas eleições principais. Se Perot, de fato, dividiu o eleitorado republicano a ponto de determinar o resultado e favorecer Bill Clinton é uma discussão em aberto (Lacy e Burden, 2009). No que diz respeito ao futuro da direita norte-americana, no entanto, a eleição de 1992 é vista hoje por muitos como uma importante sinalização sobre o crescimento do populismo entre conservadores⁸.

De acordo com Geoffrey Kabaservice, o movimento produzido por Perot tinha características em comum ao *Tea Party*, que surgiria em 2009, e a Donald Trump, em 2016: todos são movimentos de base surgidos em momentos de temor com a economia, formados por uma maioria branca, masculina e temerosa sobre o próprio futuro. Além disso, eles representam uma revolta contra a política tradicional e endossam um nacionalismo econômico, além de nutrirem um enorme ressentimento quanto à mídia e o *establishment* - um termo amorfo, segundo Kabaservice, podendo se moldar de acordo com os desgostos dos populistas (Kabaservice 2019). O fato de Perot ter atraído quase 19% dos votos populares na eleição geral sugeria que Buchanan estava certo quanto à existência de um espaço mais à direita a ser ocupado, embora, naquele momento isso não fosse suficiente para eleger um *outsider*.

Os anos 1990 e o triunfo dos Neocons

No verão do ano 2000, o cientista político Corey Robin teve a chance de encontrar e entrevistar William F. Buckley Jr. e Irving Kristol. Naquela altura, dois grandes nomes do campo conservador – Edward Luttwak e John Gray – haviam trocado de lado e Robin queria ouvir a opinião deles a respeito: “Over the course of our conversations, however, it became clear that Buckley and Kristol were less interested in these ex-conservatives than they were in the sorry state of the conservative movement and the uncertain fate of United State as a global empire”. Segundo

⁸ Para uma discussão recente sobre o conceito de populismo e o contexto norte-americano, ver Judis, John B. *The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics*. New York: Columbia Global Reports, 2016; Rahn, Wendy. “Populism in the US: the evolution of the Trump constituency” in Hawkins, K. A., Carlin, R. E., Litvay, L., and Kaltwasser, C. R. (eds.). *The Ideational Approach to Populism: Concept, Theory, and Analysis*. New York: Routledge, 2018.

Robin, o fim do comunismo e o triunfo do livre mercado tinham, para eles, o sabor de uma vitória amarga (Robin 2004, 275).

O país vivia os louros de ser a única superpotência restante. Porém, ao contrário de se deliciarem com as benesses da paz e da prosperidade, Buckley e Kristol lamentavam que o conservadorismo tenha se limitado ao livre mercado: “The trouble with the emphasis in conservatism on the market is that it becomes rather boring”, disse Buckley. Kristol foi ainda mais longe, ao se perguntar que tipo de vantagem teriam os Estados Unidos – ou mesmo o resto do mundo – se a última superpotência abrisse mão de sua missão imperial: “what’s the greatest, most powerful nation in the world and not having an imperial role? It’s unheard of in human history. The most powerful nation always had an imperial role” (Robin 2004, 275).

A verdade é que, com a derrota do comunismo internacional, o país procurou outros caminhos para definir sua nova identidade no mundo. Ao contrário da prescrição imperial de Kristol, Joseph Nye, assistente na Secretaria de Defesa de Bill Clinton, enfatizava, no novo contexto, a eficácia do *soft power*, centrado tanto no dinamismo da economia norte-americana quanto na sua projeção cultural (Nye 1990). Clinton tinha motivos para justificar sua posição. Em 1992, venceu nas urnas o presidente que terminou com a Guerra Fria e que venceu a única guerra que começou, o que o levava a considerar que o eleitorado norte-americano não estava mais tão interessado em política externa. Ao invés disso, o presidente democrata apostava na globalização e o que ela proporcionava como oportunidade para expansão de mercados.

Essa dinâmica foi lembrada quando o país foi atacado, em 2001, especialmente por neocons, que reagiram com uma espécie de alívio trágico. Primeiro porque viam no terrorismo internacional o substituto para o vácuo deixado pela União Soviética como o inimigo externo que colocava em risco a vida de cidadãos americanos. Segundo, e mais importante, porque os eventos pareciam justificar sua visão de mundo centrada na projeção de poder militar pelo globo. Os neocons, afinal, haviam pregado no deserto da prosperidade nos anos Clinton. Com o país inteiro transtornado pelos ataques, eles lembravam que passaram anos avisando que algo do gênero poderia acontecer. David Brooks, um dos seus mais conhecidos autores, se queixava da presunção de harmonia dos anos 1990, como se não existissem mais conflitos fundamentais. Rapidamente uma avalanche de artigos no mesmo tom apareceram nas principais publicações da direita, com denúncias sobre a frivolidade do período:

Looking back, the striking thing about the 1990s zeitgeist was the presumption of harmony. The era was shaped by the idea that there were no fundamental conflicts anymore. The Cold War was over, and while the ensuing wars -- like those in Bosnia and Rwanda -- were nettlesome, they were restricted to global backwater (...) In that age of prosperity, the top sitcom was Seinfeld, a show about nothing (Brooks 2001).

O argumento girava quase sempre em torno da ideia de que, incertos sobre seu propósito, sobretudo sobre seu papel enquanto modelo para civilização ocidental no século XXI, os Estados Unidos se encontravam num estado de torpor quando foram atacados. Imóveis, flácidos, indispostos a acreditar que, enquanto desfrutavam de sua própria versão de *peace in our time*, seus inimigos se mobilizavam livremente. Segundo Robin, para os neocons, que seguiram Reagan em sua cruzada contra o comunismo, tudo que restou do seu legado nos anos 1990 foi seu otimismo com o mercado e a iniciativa privada. E, embora não fossem contra essa visão, eles simplesmente acreditavam que o capitalismo não era, em si, a maior conquista civilizatória. “They aspire to the epic grandeur of Rome, the ethos of the pagan warrior - or moral crusader” (Robin 2004, 274).

Não surpreende que tantos tenham tratado o 11 de setembro não apenas como uma grande tragédia nacional, mas também como o evento chave para o despertar nacional. Segundo Brooks, foi o culto de paz e prosperidade que distraiu Clinton de sua política externa e fez com que *Al Qaeda* concluísse que os Estados Unidos não eram um país sério. O choque causado pelas imagens de destruição no próprio território forçou os americanos a olharem novamente para além de suas fronteiras, dando aos conservadores – sobretudo aos neocons – foco e propósito quanto ao papel do império americano e suas responsabilidades internacionais (Brooks 2001).

George W. Bush, em seu primeiro ano de mandato, respondeu de forma semelhante. Antes dos ataques, poucos eram os sinais de qualquer alinhamento do presidente com as ideias defendidas pelos neoconservadores, mesmo com a presença em seu gabinete de figuras como Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz. Em sua campanha, em 1999, Bush se posicionou contra a intervenção dos Estados Unidos em outros países, afirmando que o uso da força militar não devia ser a resposta para qualquer dificuldade internacional (Haar 2010, 966). Foi justamente essa postura que fez com que muitos neocons apoiassem John McCain ao invés de Bush nas primárias republicanas (Wolfson 2004).

Tudo isso mudou em 2001. O choque e a atmosfera de surpresa e indignação deslocaram o centro da nova administração para a política externa e, por consequência, para os braços dos neoconservadores no governo. Segundo Condoleezza Rice, Conselheira de Segurança Nacional, a dificuldade em encontrar uma definição sobre o papel dos Estados Unidos depois dos atentados acabou: “I think September 11th was one of those great earthquakes that clarify and sharpen” (Lemann 2002). Bush abandonou em definitivo sua posição original e passou a falar em se tornar o presidente que refaria o Oriente Médio, trazendo aos países da região não apenas a paz, mas também democracia (Haar 2010, 966).

Se George W. Bush se converteu ao neoconservadorismo é uma questão discutida à parte⁹. Não existem atributos suficientes que possam atestar de forma definitiva uma transição de tal tipo. Tampouco os neocons se apresentam de forma única e homogênea como um uníssono movimento. O que é possível identificar com alguma clareza é a necessidade circunstancial de um jovem presidente – no seu primeiro ano do seu primeiro mandato – em se afirmar e definir uma resposta enfática ao mais mortal ataque em solo americano, desde Pearl Harbor. E é possível que nenhum outro grupo presente no governo, ou mesmo no Partido Republicano, estivesse tão seguro de si quanto à resposta a ser dada em um momento tão extraordinário.

O neoconservadorismo não defende propriamente um conjunto específico de políticas. Nas palavras de James Quinn Wilson: “there is no such a thing as a neoconservative manifesto, credo, religion, flag, anthem, or secret handshake”. O que existe, afinal, não é uma visão de mundo particular, mas uma filosofia política militantemente pró-Estados Unidos (McHargue 2005, 3-4). Foi essa visão que se tornou dominante para Bush a partir de setembro de 2001.

Poucas semanas depois dos atentados, seu gabinete tinha identificado os agressores, e iniciado uma aventura militar nos rincões do Afeganistão atrás das principais lideranças da *Al Qaeda*. No discurso do *State of Union*, em janeiro de 2002, Bush ampliou o escopo de sua missão e usou pela primeira vez o termo “Eixo do Mal” para descrever Irã, Coreia do Norte e Iraque, países que supostamente apoiavam grupos terroristas e que estariam em busca de armas de destruição em massa.

A expressão foi cunhada por David Frum, autor do discurso e intelectual conservador que teve uma rápida projeção nacional depois de migrar de publicações convencionais, no início dos anos 90, para instituições neocons como o *The Weekly Standard*, fundado por Bill Kristol, filho de Irving Kristol. “Eixo do Mal” toca em duas características fundamentais do neoconservadorismo: (1) a visão de um universo moral com uma divisão clara entre as forças do dia e da noite, entre o bem e o mal (Noon 2007, 78), e (2) a ideia de que era imperativo para segurança dos Estados Unidos agir preventivamente, para além de suas fronteiras, se quisesse evitar um novo ataque em seu território. Porém, diferente da aliança entre Alemanha, Itália e Japão, na Segunda Guerra Mundial, a única ligação entre os países nesse novo eixo era a atribuição de antagonismo feita por figuras como Frum.

⁹ Entre os autores que questionam a preeminência do neoconservadorismo sobre a administração de George W. Bush, o principal é o historiador francês Justin Vaïsse. De acordo com Vaïsse, o papel desses intelectuais tanto precede a presidência de Bush quanto transcende a linha partidária, se fazendo valer, sobretudo, como um ponto de vista sobre política externa que rivaliza com as principais teorias, como o realismo e o internacionalismo liberal. (Vaïsse 2010).

Seja como for, os Estados Unidos estavam novamente em guerra e os neocons tinham em mãos uma série de novos alvos para os próximos anos. Sua visão agressiva sobre política externa contrariava o pragmatismo do *establishment* militar e, em outros momentos, isso seria o suficiente para que moderassem sua posição. As circunstâncias, no entanto, os encorajavam. Os Estados Unidos foram atacados no seu próprio território, tornando possível vender o argumento simplista sobre suposto ódio que os terroristas nutriam pelo país (Lyons 2003, 395). Menos de duas semanas depois dos ataques, falando ao Congresso, Bush assumiu esse discurso ao tentar explicar as razões para os atentados: “They hate what they see right here in this chamber: a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms: our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other.” (Bush 2001).

Em outubro, Max Boot, historiador identificado com os neocons, pedia publicamente a deposição de Saddam Hussein, mesmo que o Iraque não tivesse qualquer envolvimento com o 11 de Setembro. Sua justificativa – a suposta intenção do ditador em adquirir armas de destruição em massa – seria a mesma utilizada pelo governo meses depois. A segurança dos Estados Unidos e de seus aliados, segundo essa visão, dependia de ações preventivas para além de suas fronteiras. As populações oprimidas dos países alvos dessas ações, por sua vez, receberiam tal gesto como um ato de libertação há muito aguardado: “Afghanistan and other trouble lands today cry out for the sort of enlightened foreign administration once provided by self-confident Englishmen in jodhurs and pith helmets” (Boot 2001).

Foi essa crença radical no evangelho da civilização norte-americana que fez com que os Estados Unidos dispensassem o Conselho de Segurança da ONU para invadir o Iraque, em 2003. Diferente da apatia e da suposta ilusão de que os conflitos fundamentais estavam encerrados, como nos anos 1990, a identidade americana estava novamente associada ao seu papel de destaque no mundo. Em parte, porque o orgulho americano havia sido ferido, em parte porque a resposta encontrada pelo governo republicano foi a adesão a um movimento intelectual com forte entrada tanto no partido quanto no movimento conservador. Nenhuma outra corrente conservadora era tão identificada com a política externa como os neocons. Como lembra Boot “this was a movement founded on foreign policy, and it is still here that neoconservatism carries the greatest meaning, even if its original *raison d'être* - opposition to communism - has disappeared” (Boot 2002).

O pós 11 de Setembro

Poucas administrações tiveram tanto impacto na história recente americana quanto a de George W. Bush. Em janeiro de 2001, quando tomou posse, os sinais dados pelo discurso

conservador moderado criaram a expectativa de que sua administração não seria muito diferente da do seu pai. Oito anos depois, Bush deixou para seu sucessor um país comprometido com uma guerra sem fim à vista. A promessa feita anos antes – “America will be so much more powerful than any other state” – estava mais distante do que nunca e sua intervenção no Iraque, proposta não apenas para depor Saddam, mas para demonstrar ao mundo a capacidade de ação dos Estados Unidos em um mundo unipolar, resultou na desconfiança internacional quanto à liderança americana (Rielly 2008, 74).

No centro dessa história está, sem dúvida, o 11 de Setembro. Depois dos ataques, Bush, que antes pedia por uma liderança humilde dos Estados Unidos, reverteu sua posição. O país saiu em busca de terroristas nos estados que teoricamente os abrigavam. Sem o Conselho de Segurança da ONU, sem respaldo internacional, acreditando, talvez, que agindo com determinação e vigor o resto do mundo se alinharia naturalmente. Segundo John Rielly, o contrário aconteceu, e o país passou a ser visto como pária internacional: “influence to be sustained requires not just power, but the absence of resistance. Bush ignored the importance of persuasion”(Rielly 2008, 76).

Em maio de 2003, os Estados Unidos declararam oficialmente vitória sobre o Iraque de Saddam Hussein. As tropas, no entanto, não estavam voltando para casa. Batalhas localizadas se seguiram tanto no Afeganistão quanto no Iraque. Soldados continuavam morrendo e foi revelado, afinal, que as armas de destruição em massa no Iraque não existiam. Os americanos começaram a se perguntar se aquilo tudo teria valido a pena. A união nacional que deu a Bush, quase instantaneamente, um salto de 51% para 90% de aprovação uma semana depois dos atentados foi revertida de tal maneira que seus últimos meses de governo suas médias oscilaram entre modestos 28% e 34% (Eichenberg, Stoll, Lebo 2006).

A percepção de fraqueza do presidente transbordava, naturalmente, sobre o Partido Republicano e o movimento conservador. O governo federal acumulava inúmeras prerrogativas em nome da segurança nacional, o equilíbrio fiscal se encontrava comprometido com investimentos militares e a aposta nas ações preventivas desestabilizou ainda mais o Oriente Médio. Resumidamente, o fracasso da administração Bush deixou desguarnecido o movimento conservador que, na queda de prestígio dos neoconservadores, se viu ainda mais fragmentado.

Em sua coluna de 2001, Goldberg, afinal, tinha razão em se preocupar com o futuro do conservadorismo. Naquela altura ele rascunhou uma divisão entre os *anti-Left* versus *anti-State*, alegando que a direita sempre esteve partida entre esses dois polos. Aqueles, como Buchanan, que se consideravam contra o Estado, aceitaram abrir mão de suas prioridades durante a Guerra Fria, mas, depois de 1989, retornaram para sua posição original. Enquanto os *anti-Left*, segundo Goldberg, endossaram o excepcionalismo americano e a cruzada militarista como forma de

estabilizar a ordem unipolar nos anos 2000. Ao arriscar uma previsão, Goldberg afirmou: “this split between the two flavors of conservative will, I predict, only become more pronounced if the war on terrorism becomes a war between the West and the rest” (Goldberg, 2001). Tinha razão.

É justo afirmar que, em 2008, Bush havia convertido a Guerra ao Terror em uma batalha civilizatória e, com isso, isolado o país. A *intelligentsia* neocon perdeu credibilidade abrindo espaço para outras formas de conservadorismo, nem todas comprometidas com o investimento intelectual dos neocons ou com a moderação e responsabilidade exigidas por Buckley, nos anos 1960. Escrevendo em 2016 para o *New York Times*, Ross Douthart, resumiu esse momento: “Bush-era failures that alienated right-wing populist from their own intelligentsia also discredited conservative ideas within the broader elite”. (Douthart 2016)

Após os atentados, a direita religiosa apoiou a Guerra ao Terror, mas responsabilizou, parcialmente, os Estados Unidos por seus “pecados”¹⁰. Paleoconservadores ampliaram suas críticas, acusando a guerra como pretexto para um expansionismo imperialista. Contrariando o discurso oficial do Partido Republicano, Buchanan atribuiu a motivação dos agressores não a um ódio primordial aos Estados Unidos, mas uma vingança calculada contra os excessos e intervenções americanas pelo mundo.

No final de 2001, as circunstâncias levaram os neocons a acreditarem que tinham encontrado no terrorismo internacional o substituto para o comunismo, isso é, o novo inimigo, um novo princípio organizador. Porém, a medida que a Doutrina Bush perdia credibilidade e a Guerra ao Terror se mostrava sem saída, no lugar da união, a direita se dividiu mais ainda. O governo federal, e suas múltiplas novas prerrogativas garantidas pelos novos dispositivos de segurança, como o *Patriot Act*, vieram para ficar, marginalizando de vez toda a direita *Anti-State*. Ao mesmo tempo a *Anti-Left*, convertida em *national greatness conservatism*, se viu derrotada, junto com Bush, em 2008. Isso significava que toda a direita estruturada, herdeira do fusionismo e do conservadorismo responsável, estava fragmentada e sem grande credibilidade. Era natural, portanto, que ela viesse a se reinventar procurando elementos que, até então, pareciam esquecidos ou abandonados.

Conclusão

O 11 de Setembro, portanto, produziu dois efeitos diretos sobre o movimento conservador. O primeiro, a curto prazo, foi a ilusão de que o terrorismo internacional poderia reagrupar diferentes correntes em torno de um novo inimigo comum. O segundo, e apenas

¹⁰ Lideranças religiosas, como Rev. Jerry Falwell e Pat Robertson sugeriram que, por sua tolerância a temas como aborto e direitos dos homossexuais, os Estados Unidos teriam perdido seu véu de proteção divina.

reconhecido recentemente, diz respeito às consequências da fragmentação do movimento conservador e da matriz do fusionismo na direita americana e o deslocamento de elementos, antes marginais, para o centro do debate político.

Como observa Rick Perlstein, pesquisadores não encontrarão o fundamento desses elementos nos ensaios de Buckley ou no otimismo de Reagan. É preciso ir além. É preciso recuperar os surrealistas políticos, os tribunais de ódio racial e todo subterrâneo desagradável da história americana. Em termos gerais, isso vem sendo tratado pelo uso recorrente – e ainda sem grande rigor – do termo populismo (Perlstein 2017).

No seu artigo *mea culpa* – oportunamente intitulado de “I Thought I Understood the American Right. Trump Proved Me Wrong” – Perlstein reconhece que os historiadores confiaram demais na forma como os próprios conservadores contaram sua história. Talvez Buckley não tenha, de fato, expurgado todos esses fantasmas, como muitos acreditaram. Afinal, o próprio Buckley tem um histórico controverso, como o apoio a Joseph McCarthy e a oposição ao movimento de direitos civis. Talvez, como especula Perlstein, a extrema-direita nunca tenha estado muito distante do *mainstream* americano (Perlstein, 2017).

Seja como for, é muito pouco provável que esse submundo emergisse de forma tão enfática se as principais correntes do conservadorismo responsável já não se encontrassem fragilizadas. George Nash acusou o golpe somente em 2016, quando, poucos meses antes das eleições, denunciou a emergência de um populismo conservador como produto do colapso definitivo do fusionismo. Lamentando o destino do movimento, Nash dizia que não apenas a direita carecia de alguém para cumprir o papel de *gatekeeper*, desempenhado anteriormente por Buckley, como afirmava que “there are no gates” (Nash 2016).

Trump, afinal, foi eleito justamente mobilizando os aspectos brutais do conservadorismo que Buckley supostamente havia expurgado do movimento. Isso só foi possível porque esse discurso já se fazia disponível em 2016. Desde então, a historiografia da direita norte-americana vem em busca dos episódios-chave e dos personagens que contribuíram para esse cenário. Alguns já foram devidamente identificados: Newt Gingrich, Pat Buchanan, Sarah Palin, entre outros, reapareceram como figuras históricas que oferecem pistas nesse sentido.

O outro lado dessa história, a fragmentação do conservadorismo como um movimento intelectual, no entanto, tem sido menos enfatizado. Porém, foi isso que viabilizou o deslocamento dessas ideias das margens para o centro. Naturalmente, esse é um processo recente e há muito ainda a ser compreendido. Porém, é justo afirmar que poucos eventos catalisaram tanto a divisão do movimento conservador quanto o 11 de Setembro e suas consequências imediatas. Qualquer

expição da direita sobre seu passado recente será fadada à ilusão, se não incluir nas suas considerações esse episódio emblemático da história americana.

Referências bibliográficas

- Bjerre-Poulsen, Niels. “Standing Athwart History, Yelling Stop: The Emergence of American Movement Conservatism, 1945-1965”. *American Studies in Scandinavia*, 45, n.1-2 (2014): 15-33. <https://doi.org/10.22439/asca.v45i1-2.4900>
- Blumenthal, Sidney. “Pat Buchanan The Great Right Hope”. *The Washington Post*, 8 de janeiro de 1987. <https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/1987/01/08/pat-buchanan-the-great-right-hope/fa22d906-0c01-4fb8-bd04-7d493f160b01/> Acesso em 12 de novembro de 2020.
- Brooks, David. 2001. “The Age of Conflict”. *Washington Examiner*, 5 de novembro de 2001. <https://www.washingtonexaminer.com/weekly-standard/the-age-of-conflict> Acesso em 13 de março de 2021.
- Boot, Max. “What the Heck Is a ‘Neocon?’”. *The Wall Street Journal*, 30 de dezembro de 2002. <https://www.wsj.com/articles/SB104121045871745553> Acesso em 15 de março de 2021.
- Boot, Max. “The Case for the American Empire”. *The Weekly Standard*, 24 de setembro de 2001. <https://www.washingtonexaminer.com/weekly-standard/the-case-for-american-empire>. Acesso em 19 de março de 2021.
- Buchanan, Patrick J. *Where the Right Went Wrong: How Neoconservatives subverted the Reagan revolution and hijacked the Bush presidency*. New York: St. Martin’s Press, 2004.
- Burns, Jennifer. “What was conservatism”. *The Chronicle of Higher Education*. (November 9, 2016). <https://www.chronicle.com/article/what-was-conservatism> Acesso em 12 de janeiro de 2021.
- Burns, Jennifer. “In Retrospect: George Nash’s the Conservative Intellectual Movement in America Since 1945”. *Reviews in American History*, 32, n. 3 (2004):447-462. <https://doi.org/10.1353/rah.2004.0053>
- Bush, George W. 2001. Address to Joint Session of the 107th Congress. https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf
- Clines, Francis X., e Bernard Weinraub. “Briefing”, *The New York Times*, 22 de outubro de 1981. <https://www.nytimes.com/1981/10/22/us/briefing-060931.html> Acesso em 21 de março de 2021.
- Defrank, Thomas M.; et al. *Quest for the Presidency, 1992*. College Station: Texas A&M University Press, 1994.
- Douhart, Ross. “What the Right’s Intellectuals Did Wrong”, *The New York Times*, 26 de outubro de 2016. <https://www.nytimes.com/2016/10/26/opinion/campaign-stops/what-the-rights-intellectuals-did-wrong.html> Acesso em 19 de fevereiro de 2021.
- Drummond, Nicholas W. “Trump, Neoconservatives, and the Misrepresentation of the American Founding”. Em *The Vanishing Tradition: Perspectives on American Conservatism*, Paul Gottfried, 99–108. Ithaca: Cornell University Press, 2020. <https://doi.org/10.7591/cornell/9781501749858.003.0008>
- Eichenberg, Richard C. e Richard J. Stoll, e Matthew Lebo. “War President: The Approval Ratings of George W. Bush”. *The Journal of Conflict Resolution*, 50, n. 6 (2006): 783-808. Acesso EM 28 de março de 2021. <https://doi.org/10.1177/0022002706293671>
-

Fawcett, Edmund. *Conservatism: The Fight for a Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2020. <https://doi.org/10.1515/9780691207773>

Fischer, Beth A. *The Reagan Reversal: Foreign Policy and the End of the Cold War*. Columbia: University of Missouri Press, 2000.

Gaddis, J. L. “A Grand Strategy of Transformation”. *Foreign Policy*, n. 133, Nov-Dec (2002): 50-57. <https://doi.org/10.2307/3183557>

Garthoff, Raymond L. *Détente and confrontation: American-Soviet relations from Nixon to Reagan*. New York: Brookings Institution Press, 1994.

Goldberg, Jonah. “Conservatism, Post 9/11: Notes toward a new New Right”. *National Review*, 5 de dezembro de 2001. <https://www.nationalreview.com/2001/12/conservatism-post-911-jonah-goldberg/> Acesso em 19 de agosto de 2020.

Gottfried, Paul. *The Vanishing Tradition: Perspectives on American Conservatism: Perspectives on American Conservatism*. Ithaca: Cornell University Press, 2020. <https://doi.org/10.7591/cornell/9781501749858.001.0001>

Haar, Roberta. “Explaining George W. Bush’s Adoption of the Neoconservative Agenda after 9/11”. *Politics & Policy*, 38, n.5, (2019): 965–990. <https://doi.org/10.1111/j.1747-1346.2010.00265.x>

Hayek, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Von Mises Brasil, 2010.

Kabaservice, Geoffrey. “Ross Perot brought us the tea party — and President Trump”. *Washington Post*, 11 de julho de 2019.

Kabaservice, Geoffrey. *The Downfall of Moderation and the Destruction of the Republican Party: From Eisenhower to the Tea Party*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Kirk, Russell. *Conservative Mind: From Burke to Eliot*. Washington: Regnery Publishing, 2001.

Kirk, Russell. “The Neoconservatives: An Endangered Species”. *The Heritage Lectures 178*, 15 de dezembro de 1988.

Lacy, Dean, e Barry C. Burden. “The Vote-Stealing and Turnout Effects of Ross Perot in the 1992 U.S. Presidential Election”. *American Journal of Political Science*, 43, n1, (1992): 233-255. <https://doi.org/10.2307/2991792>

Lemann, Nicholas. “The Next World Order: The Bush Administration may have a brand-new doctrine of power”. *The New Yorker*, 24 de março de 2002. (<https://www.newyorker.com/magazine/2002/04/01/the-next-world-order>) Acesso em 15 de março de 2021.

Lyons, Matthew N. “Fragmented Nationalism: Right-Wing Responses to September 11 in Historical Context”. *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*, 127, n. 4 (2003): 377-418.

McHargue, Ryan Patrick. “Neoconservatism and Iraq”. Dissertação, Tallahassee, Florida State University, 2005.

Nash, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945*. (Thirteenth-Anniversary Edition). Wilmington: Isi Books, 2006.

Nash, George H. “The Conservative Intellectual Movement in America: Then and Now.” *National Review*, 26 de abril de 2016. <https://www.nationalreview.com/2016/04/conservative-intellectuals-george-nash/> Acesso em 11 de dezembro de 2020.

- Nash, George H. "Populism, I: American Conservatism and the Problem of Populism". *New Criterion*, setembro de 2016. <https://newcriterion.com/issues/2016/9/populism-i-american-conservatism-and-the-problem-of-populism> Acesso em 14 de fevereiro de 2021.
- Noon, David Hoogland. "Cold War Revival: Neoconservatives and Historical Memory in the War on Terror". *American Studies*, 48, n.3 (2007): 75-99. <https://doi.org/10.1353/ams.0.0033>
- Nye, Joseph S. "Soft Power." *Foreign Policy*, n. 80, Autumn,(1990): 153–171. <https://doi.org/10.2307/1148580>
- Powaski, Ronald E. *Ideals, Interests, and U.S. Foreign Policy from George H. W. Bush to Donald Trump*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-97295-4>
- Record, Jeffrey. *Dark Victory: America's Second War Against Iraq*. Annapolis: Naval Institute Press, 2004.
- Rielly, John. "The Bush Administration's Foreign Policy". *Politique Américaine*, 12, 3, (2008): 73-86. <https://doi.org/10.3917/polam.012.0073>
- Robin, Corey. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford: Oxford University Press, 2011. <https://doi.org/10.1093/acprof:osobl/9780199793747.001.0001>
- Robin, Corey. "Forget about it. Harpers", *Harpers Magazine*, Abril, (2018): 5-7.
- Robin, Corey. "Endgame: Conservatives after the Cold War." *Boston Review*, Fevereiro, (2004): 26-30.
- Perlstein, Rick. "I Thought I Understood the American Right. Trump Proved Me Wrong". *The New York Times Magazine*, 11 de abril de 2017. (<https://www.nytimes.com/2017/04/11/magazine/i-thought-i-understood-the-american-right-trump-proved-me-wrong.html> Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
- Phillips-Fein, Kim. "Conservatism: A State of the Field". *Journal of American History*, n. 98, v3, (2011): 723-743. <https://doi.org/10.1093/jahist/jar430>
- Saldin, Robert P., e Steven M. Teles. *Never Trump: The Revolt of the Conservative Elites*. New York: Oxford University Press, 2020. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190880446.001.0001>
- Teles, Steven M. "The Eternal Return of Compassionate Conservatism". *National Affairs*, Fall 2009. (<https://www.nationalaffairs.com/publications/detail/the-eternal-return-of-compassionate-conservatism> Acesso em 26 de janeiro de 2021.
- Thompson, Loren. "A Reagan Moment Arrives For America's Military". *Forbes*, 23 de janeiro de 2017. <https://www.forbes.com/sites/lorenthompson/2017/01/23/a-reagan-moment-arrives-for-americas-military/> Acesso em 14 de janeiro de 2021.
- Toner, Robin. "Buchanan, Urging New Nationalism, Joins' 92 Race". *The New York Times*, 11 de dezembro de 1991, Section B, 12.
- Vaïsse, Justin. "Why Neoconservatism Still Matters". *Foreign Policy at Brookings*, n. 20, Maio 2010.
- Vaïsse, Justin. "W. Bush a-t-il trahi, tué ou transfiguré le conservatisme américain?" *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n. 97, janeiro-março (2008): 25-37. <https://doi.org/10.3917/ving.097.0025>
- Weaver, Richard. *As Idéias têm Consequências*. São Paulo: É Realizações, 2012.
- Wolfson, Adam. "Conservatives and Neoconservatives". *Public Interest*, 154, Winter, (2004): 32-48.

Recebido: 31 de março de 2021
Aprovado: 26 de maio de 2021

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33754>

Ocidente, Direitas e Islã: a perspectiva de Olavo de Carvalho*

The west, Right-wings and Islam: Olavo de Carvalho's perspective

El occidente, Derechas y el Islam: la perspectiva de Olavo de Carvalho

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães**

<https://orcid.org/0000-0002-5630-6557>

RESUMO: O sentimento de rechaço ao islã tornou-se algo como um lugar-comum junto à emergência da nova direita populista em vários países e regiões do planeta. Sobretudo após os atentados de 11 de setembro de 2001, o islã ganhou um papel de protagonismo dentro daquilo que essa direita propõe combater. Todavia, os motivos do sentimento anti-islâmico tornam-se turvos, uma vez que antes do 11 de setembro vários setores da direita na Europa e nos EUA já enquadravam o imigrante não europeu, ou de países do chamado terceiro mundo como um grande problema. Quando o sentimento anti-islâmico surge nos discursos da direita em países que não se defrontam com a questão da imigração de forma tão incisiva, como no Brasil, este tema fica ainda mais problemático, tornando-se necessária uma averiguação mais detalhada da questão. Neste artigo analisa-se a abordagem do islã no contexto da nova direita no pensamento de Olavo de Carvalho, um influente formador de opinião da direita brasileira atual. Busca-se compreender de que forma suas ideias de fato convergem com o edifício teórico e ideológico da direita do Hemisfério Norte. Conclui-se que, antes que um equivalente das direitas identitárias euro-americanas, as propostas de Olavo de Carvalho se enquadram mais na Direita Cristã norte-americana, que teve o seu período de maior ativação nos anos 1990. A direita olavista recupera um discurso e um enquadramento de mundo próximos da direita norte-americana da guerra fria, porém, incorporando o tema do islã, tendo pontos de contato com a atual direita norte-americana e europeia, porém não sendo intercambiável com ela.

Palavras-chave: Direita Cristã. Direita Populista. Islã.

* Este artigo faz parte do projeto “A Nova Direita Radical Euro-Americana em Portugal: uma perspectiva comparada”. PTDC / CPO-CPO / 28748/2017.

** Pesquisador do Centro de Estudos Internacionais (CEI), do ISCTE, Lisboa. Doutorado em Sociologia pelo IESP-UERJ e Mestrado em Ciência Política pelo DCP-UFMG. E-mail: Gabriel.Guimaraes@iscte-iul.pt.

ABSTRACT: The feeling of rejection of Islam has become something taken for granted, with the emergence of the new populist right in various countries and regions of the planet. Especially after the attacks of September 11, 2001, Islam gained a leading role within what this right proposes to combat. However, the reasons for anti-Islamic sentiment become blurred, if we think that before 9/11, various sectors of the right in Europe and the USA already framed non-European immigrants, or from countries of the so-called third world, as a major problem. When anti-Islamic sentiment appears in right-wing speeches in countries that do not face the issue of immigration so strongly, as in Brazil, this issue becomes even more problematic, making it necessary to investigate the issue in more detail. In this article, we analyze the approach of Islam in thought Olavo de Carvalho, an influential opinion-maker of the current Brazilian right. We seek to understand how his ideas, actually converge with the theoretical and ideological building of the Northern Hemisphere's Right. We conclude that, rather than an equivalent of the nowadays Euro-American identitarian right, Olavo de Carvalho's proposals fall more closely into the North American Christian Right, which had its period of greatest activation in the 1990s. Olavist right discourses recover a kind of North American right from the cold war, however, incorporating the theme of Islam, having points of contact of the current North American and European right, but not being interchangeable with it.

Keywords: Christian Right. Populist Right. Islam.

RESUMEN: El sentimiento de rechazo al Islam se ha convertido en algo común con el surgimiento de la nueva derecha populista en varios países y regiones del planeta. Especialmente después de los atentados del 11 de septiembre de 2001, el Islam ganó un papel protagónico dentro de lo que esta derecha se propone combatir. Sin embargo, las razones del sentimiento antiislámico se difuminan, si pensamos que antes del 11-S, varios sectores de la derecha en Europa y Estados Unidos ya enmarcaban al inmigrante no europeo, o de países del llamado tercer mundo, como un problema mayor. Cuando el sentimiento antiislámico aparece en los discursos de la derecha en países que no enfrentan con tanta fuerza el tema de la inmigración, como en Brasil, este tema se vuelve aún más problemático, por lo que es necesario investigarlo con más detalle. En este artículo analizamos el enfoque del Islam en el pensamiento de Olavo de Carvalho, influyente formador de opinión de la actual derecha brasileña. Buscamos comprender como sus ideas convergen realmente con el edificio teórico e ideológico de la derecha del hemisferio norte. Concluimos que, ante un equivalente de las actuales derechas identitarias euroamericanas, las propuestas de Olavo de Carvalho se encuadran más en la Derecha Cristiana Norteamericana, que tuvo su período de mayor activación en la década de 1990. La derecha olavista se encuentra más cercana de la derecha norteamericana de la Guerra Fría, incorporándole el tema del Islam, teniendo puntos de contacto con la actual derecha norteamericana y europea, pero no siendo intercambiable con ella.

Palabras clave: Derecha Cristiana. Derecha Populista. Islam.

Como citar este artigo:

Guimarães, Gabriel Fernandes Rocha. “Ocidente, Direitas e Islã: a perspectiva de Olavo de Carvalho”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 150-178.

Introdução

A chegada de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 incluiu o Brasil no conjunto de países impactados significativamente pelos neopopulismos de direita. Contrário às causas LGBT, às organizações supranacionais, como a ONU, aos movimentos de minorias étnicas e raciais, e portando um discurso anti-esquerda para a educação e um apoio quase incondicional a Israel nos conflitos do Médio Oriente, o governo Bolsonaro explicita alguns dos principais traços da direita radical brasileira. Observa-se, no caso, que alguns alicerces dessa direita têm origens que passam ao largo da política convencional, com destaque para influências do escritor e jornalista Olavo de Carvalho.

Neste artigo, pretende-se explorar alguns traços dessa direita expressa no pensamento de Carvalho, os quais parecem ostentar marcas específicas que o distanciam da *far-right* do hemisfério norte¹, conforme tratada pela literatura especializada no tema, pelo menos em alguns importantes aspectos, em especial o da imigração. Desta forma, destoa da direita de traços identitários, que alarga uma ideia de direito à existência dos particularismos etnoculturais aos europeus e seus descendentes. De fato, não obstante uma série de pontos em comum em relação à direita europeia e norte-americana - incluso o tema do islã - a direita de Olavo de Carvalho tem por detrás um conteúdo diferente, de maneira que sua visão das ameaças à civilização ocidental, tema caro à direita em geral do hemisfério norte, diverge dessas outras direitas.

Considera-se que, antes que uma vertente brasileira das atuais direitas do Hemisfério Norte - direitas nativistas -, a direita presente nos discursos de Olavo de Carvalho se aproxima mais da direita cristã norte-americana surgida nos anos 1960. Carvalho, porém, incorpora consideravelmente o tema da islamização do ocidente, que ganha muito destaque após os atentados do 11 de setembro de 2001. Carvalho incorpora o tema do islã, tratando-o, ao lado das agendas LGBT, do aborto e do socialismo em geral, presentes na direita cristã americana gestada na década de 1960, como oponente da civilização judaico-cristã ocidental. Estes são temas influentes na

¹ Não se quer dizer que a direita cristã norte-americana não seja do Hemisfério Norte. Apenas que ela tem uma trajetória diferente da maior parte das correntes da nova direita euro-americana que se desenvolvem no século XXI. A atual literatura que trata do tema da nova direita, tende a tratar mais dessas correntes que da direita cristã.

construção da direita brasileira personificada na eleição de Bolsonaro, embora a questão do islamismo, especificamente, não seja tão relevante para o caso brasileiro.

Formada mais por *born-again christians* do que por protestantes tradicionais, a direita cristã dos EUA tem como principais alicerces a proposição de uma moral absoluta e uma ideia de que política, metafísica, moralidade e costumes mundanos constituem um *continuum*. Essa direita propugna que é dever dos governos cultivar a virtude e não interferir no mundo do trabalho e do mercado e que toda sociedade bem-sucedida precisa operar dentro de um único enquadramento de mundo, no caso os valores judaico-cristãos (Wacker 2000).

Desta forma, a principal proposta teórica deste artigo é a de que o pensamento de Olavo de Carvalho, antes de estar nas vias da atual onda de direita populista, recupera um tipo de conservadorismo do período da Guerra Fria - encontrado tanto nos EUA como na América Latina - incorporando, porém, a temática do islã. Pretende-se, especificamente, analisar esse tipo de direita olavista e sua relação com o islamismo - ainda que se trate de um aspecto menos impactante em termos de influência na direita brasileira, tendo em vista sua relevância em âmbito internacional.

No pós 11 de setembro de 2001, o islã passou a ser visto como uma ameaça no enquadramento de mundo pelas direitas, as quais vão do Canadá à Índia. Porém, as ideologias que sustentam o rechaço do islã mudam de contexto para contexto, de forma que se pretende averiguar como Olavo de Carvalho incorpora o islã ao escopo ideológico oriundo da direita cristã americana, temática que não aparecia como questão central, tanto na altura de seu surgimento como força política, quanto no seu auge, nos anos 1990. Em termos metodológicos, o artigo se vale do debate entre Olavo de Carvalho e Alexander Dugin, como um instrumento de análise das profundas divergências teóricas entre duas correntes intelectuais no campo da direita. Por meio desse debate, podem ser identificadas as manifestações distintas dentro do que é apontado como extrema direita, direita radical ou direita populista. O debate, cujo tema foi o poder global e seus oponentes, ocorreu em 2011 e foi acompanhado por cerca de 200 mil pessoas nas redes sociais (Teitelbaum 2020). Um ano mais tarde transformou-se em livro, chamado “Os EUA e a Nova Ordem Mundial: Um debate entre Alexander Dugin e Olavo de Carvalho”.

O debate-livro foi escolhido como principal peça de análise pela proximidade da ideologia de Alexander Dugin com a *far-right* euro-americana da atualidade, especialmente com a *Nouvelle Droite*² francesa e pelo fato de o islã ter lugar relevante no debate entre os dois autores acerca do que chamam de Nova Ordem Mundial. Tem-se por pressuposto, neste artigo, que o debate explicita

² A *Nouvelle Droite* é uma escola de pensamento fundada por Alain de Benoist nos anos 1960. Seu principal postulado é a extensão da ideia de direito à existência dos nichos culturais europeus, nos mesmos moldes dos povos não europeus (Bar-On 2011).

os principais pontos de divergência entre Olavo de Carvalho e a direita de traços nativistas do hemisfério norte, presente em Dugin. Todavia, serão utilizados também outros escritos do autor brasileiro, assim como algumas de suas falas no *Youtube* e outras redes virtuais.

Olavo de Carvalho é considerado por estudiosos do tema como produto da *Nouvelle Droite* (Sedgwick 2019b) e do Tradicionalismo³ (Sedgwick 2019a, 2019c; Teitelbaum 2020), escolas de pensamento supostamente próximas das ideias de Dugin, e, portanto, como parte do conjunto de intelectuais associados à mais recente onda da direita euroamericana, ideia à qual este artigo pretende se contrapor. Apesar de convergirem em alguns temas, com destaque para o rechaço do islã, e apresentarem traços populistas em seus discursos, defende-se que Dugin está de fato próximo da *Nouvelle Droite*, assim como da extrema direita e direita radical descritas por Piero Ignazi (1995). Olavo de Carvalho está mais próximo da *Christian Right* - direita cristã -norte-americana, o que os coloca em campos consideravelmente diversos.

Considerado como grande pilar intelectual por trás do governo de Jair Bolsonaro (Sedgwick 2019; Teitelbaum 2020) e muito atuante nas redes sociais, Carvalho se notabilizou como um dos mais influentes formadores de opinião dentro da direita brasileira, se não o maior. Estabelecendo-se na Virgínia após trabalhar como jornalista em vários veículos de comunicação brasileiros, criou o Curso Online de Filosofia (COF), inseriu-se no debate público norte-americano e levou este debate ao contexto brasileiro, sobretudo por meio do seu jornal *online*, o *Mídia sem Máscara*. Denunciando o que chamava de hegemonia da esquerda no plano cultural, o que teria ocorrido sobretudo após o Concílio Vaticano II, Carvalho escreveu extensamente acerca do protagonismo dos intelectuais de orientação socialista nas universidades brasileiras, assim como em toda a classe pensante do Brasil, com destaque para “A Nova era e a Revolução cultural”, “O imbecil coletivo” e “O jardim das aflições”.

Conhecido por suas posições polêmicas em relação ao aborto, à pena de morte, aos movimentos LGBT, ao islã e ao que ele chama de “Revolução Globalista” (Carvalho 2012), o autor brasileiro ganhou imensa notoriedade a partir de suas críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), assim como a todo o campo das esquerdas. Ele obteve ainda maior alcance postando vídeos no *Youtube*, onde, da sua casa nos EUA, lançou as críticas mais contundentes aos governos petistas de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

³ Tradicionalismo, ou Perenialismo, é o pensamento que assume que a modernidade não passa de um lapso histórico-temporal, não podendo obliterar certos traços da sociabilidade humana, como vida espiritual e certos tipos de hierarquia. René Guénon, Julius Evola, Fritschof Schuon e Mircea Eliade são considerados dentre os principais autores do Tradicionalismo.

Alexander Dugin, por sua vez, é o principal nome da corrente intelectual neoeurasianista, retomada, em certa medida, do projeto eurasianista das primeiras décadas do século XX (Laruelle 2006; Mathyl 2002; Umland 2013; Zúquete 2018), associado ao governo Putin (Laruelle 2006; Umland 2013). Dugin também se associa à direita populista europeia e seus intelectuais (Bar-On 2011; Laruelle 2006; Sedgwick 2019; Zúquete 2018; Umland e Shekhovtsov 2009; Rushbrook 2015). Filho de um oficial da antiga KGB, foi membro do movimento Pamyat⁴, no fim dos anos 1980; nos anos 1990 atuou em partidos pequenos e radicais como Arctogaia e Partido Nacional Bolchevique (Mathyl 2002), e participou posteriormente de organizações como Clube Floryan Geyer, Comitê Anti-Laranja e Clube Isoborsk (Umland 2013). Ganhou notoriedade pela sua versatilidade e capacidade de influenciar diferentes partidos políticos na Rússia, inclusive o partido governante “Rússia Unida” assim como Vladimir Putin (Laruelle 2006).

Na construção deste artigo, primeiro discorre-se brevemente acerca dos conceitos de *far-right* e de populismo e do papel exercido por seus intelectuais e formadores de opinião atuantes em canais não convencionais de comunicação. Em seguida, é feita uma análise da relação entre a *far-right* e o islã. A partir desse ponto são analisados os fundamentos intelectuais dos dois autores e como se expressam no debate. Em seguida analisa-se sua interpretação do que é o islã dentro do que chamam de *Globalismo* e, por fim, faz-se uma análise voltada especificamente para Olavo de Carvalho e sua relação com a direita cristã dos EUA.

Conclui-se, como será mostrado ao longo do artigo, que na visão de Olavo de Carvalho o islã é um poder global coadunado com as velhas forças do comunismo, em alguma medida oriundas da Guerra Fria. Nesse embate, apenas a civilização judaico-cristã de inspiração não particularista seria uma linha de resistência aos avanços do globalismo e seu eventual aliado islâmico. Neste sentido, Carvalho está mais próximo da direita cristã norte-americana surgida na Guerra Fria do que da direita nativista europeia que exerce influência também na América do Norte.

***Far-right* e direita populista**

Em termos mundiais, uma ascensão da direita, nos últimos anos, foi marcada pelo crescimento e fortalecimento de um variado conjunto de partidos políticos e movimentos sociais em um enorme número de países (Caiani 2017; Castelli Gattinara and Pirró 2018; Zúquete 2018). Essa direita, que é classificada como nova direita radical, ou direita pós-industrial (Ignazi 1995), ou ainda direita nativista (Castelli Gattinara and Pirró 2018), caracteriza-se por propostas isolacionistas, assim como pela interpretação da política em uma perspectiva da luta entre o povo

⁴ Movimento nacionalista russo surgido nos anos 1980. Dugin se afastaria posteriormente do Pamyat, por considerá-lo muito próximo dos monarquistas russos.

como unidade orgânica virtuosa e as elites, em uma perspectiva nacional-populista (Mudde 2000; Mudde and Rovira Kaltwasser 2011). Na concepção de Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2011), o populismo pode ser identificado em uma forma de moralização da política através da tentativa de sanar uma oposição entre um povo puro e as maquinações políticas de elites fechadas e oligarquizadas, que se articulam apenas para o alcance e manutenção do poder, em posições cada vez mais distantes das necessidades supostamente reais da população.

Na discussão proposta por Piero Ignazi (1995) e Herbert Kitschelt (1995), os novos *Extreme Right Parties* dessa nova direita se constituem através dos partidos de direita que surgem em oposição às políticas identitárias oriundas do que ficou conhecido por *New Left* (Katsiaficas 1987) e dos novos partidos de esquerda oriundos dos anos 1970 em diante (Kitschelt 1989). São partidos que defendem uma identidade das majorias nacionais em oposição à crescente ativação política de minorias étnoraciais, enfatizando o risco de uma maior heterogeneidade cultural dentro de suas nações, mas sem trazer consigo o *inprint* fascista dos partidos do entre guerras ou dos partidos neofascistas do pós-guerra (Ignazi 1995). Destaca-se uma diferença entre a velha extrema direita e a nova extrema direita, a primeira se caracterizando-se por se postar como herdeira direta dos regimes totalitários e autoritários de direita do entre-guerras, o nazismo, o fascismo, o franquismo e o salazarismo. A segunda é uma direita que surge, em termos partidários, a partir dos anos 1980 na Europa, e, em termos ideológicos, defende uma extensão do reconhecimento do direito à existência de povos antes alvo da colonização aos próprios europeus (Ignazi 1995; Bar-On 2011). É uma direita que se manifesta por meio de redes de movimentos e dos chamados partidos de direita populista.

Essa nova direita opõe-se aos chamados partidos progressistas e a uma igualdade e liberdades individuais e coletivas vistas como exageradas, mas não confronta as instituições democráticas representativas de forma tão contundente como o fazem os partidos explicitamente neofascistas, embora portem um discurso antissistema (Ignazi 1995; Mudde 2000). Sua incisiva crítica à democracia liberal acomoda-se em uma oposição mais leal à formalidade do sistema democrático.

Cas Mudde (2019) classifica a direita contemporânea como extrema direita ou direita radical. A extrema direita é aquela que atua fora do sistema político convencional, estando ligada mais especificamente a redes de movimentos e subculturas. Já a direita radical é a que existe mais à direita dentro do regime democrático representativo. É caracterizada pelos novos partidos de direita populista. Ressalte-se que tanto os partidos e movimentos da nova direita radical, da nova extrema direita, bem como os da velha extrema direita, estão dentro de um quadro mais abrangente, a *far-right* (Michael 2006; Mudde 2019).

Esse cenário mais abrangente da *far-right* nos planos institucional e extra institucional, no qual há, eventualmente, o enlace entre partidos e movimentos (Zúquete 2020), tomadas as suas relações de proximidade, pode ser caracterizado como direita nativista (Castelli Gattinara and Pirró 2018). Nos casos alemão e austríaco, ela está, ideologicamente, em significativa consonância com o Movimento Identitário (Rauchfleischer e Kaiser 2020), assim como no restante da Europa ocidental (Zúquete 2018). O Movimento Identitário, surgido na França já adentrado o novo século e estabelecido como força considerável em outros países europeus, é uma rede de movimentos que trabalha com uma identidade europeia em perspectiva biológica e cultural (Zúquete 2018). Tem grandes influências dos intelectuais da *Nouvelle Droite* e do neoeurasianismo russo, sendo um dos principais alicerces ideológicos da direita extrainstitucional europeia, conectando-se, todavia, com partidos políticos (Zúquete 2018).

Os partidos populistas de direita da Europa - localizados dentro da *far-right* identitária/nativista - por sua vez, estariam ligados à *ethnic shift* (Eatwell and Goodwin 2018), isto é, mudanças etnodemográficas tão abruptas e repentinas em bairros e municípios que levariam certos setores da população a votar em partidos anti-imigração, pelo risco de tornarem-se minorias em áreas que habitam há um bom tempo. Eles seriam, na maioria das vezes, uma resposta político-institucional a esse tipo de demanda. O fenômeno da *ethnic shift*, segundo Eatwell and Goodwin (2018), ocupa um espaço mais importante no fenômeno partidário e eleitoral de direita europeia que a economia, podendo se localizar no centro do que Castelli Gattinara e Pirró (2018) classificam como nativismo.

Algumas das principais características desse conjunto de agrupamentos de partidos populistas de direita são o isolacionismo, a compreensão da nação em termos de diferencialismo cultural, ou etnocultural, o entendimento da desigualdade entre grupos humanos como algo natural, a crítica à democracia liberal e ao pluralismo, e a compreensão da política como luta entre povo e elites corruptas (Gattinara and Pirró 2018; Ignazi 1995; Mudde 2000; Mudde and Rovira Kaltwasser 2011, Taguieff 2019). As elites corruptas, identificadas dentro das propostas de moralização da política feita pelos partidos populistas, tornam-se peças de enormes esquemas conspiratórios de envergadura transnacional. Em relação a este último ponto, é válido ressaltar a interpretação do populismo elaborada por Mudde e Rovira Kaltwasser (2011) e André Pierre Taguieff (2019), sendo, nos termos desses autores uma característica de todos os grupos que conformam a *far-right*. Isto é, a crítica da democracia liberal como espaço de atuação de elites corruptas e escusas, distanciadas do que enxergam como a população comum.

Além dessas características do fenômeno do populismo e da relação entre a política institucional dos partidos e aquela extrainstitucional das redes de movimentos da *far-right*, há

também a presença marcante de grupos de intelectuais, acadêmicos ou independentes, que ganham destaque na sua fundamentação teórica e ideológica (Lindholm and Zúquete 2010; Zúquete 2018). Neste sentido, intelectuais que obtiveram protagonismo na elaboração de discursos e opiniões associados à ascensão da direita mais recentemente tornam-se bons pontos de referência na averiguação de qual é a proposta de vida social (ideologia) que os diversos populismos adquirem. Na Europa e EUA, tiveram e têm bastante destaque figuras como Alain de Benoist, Guillaume Faye, Éric Zemmour e Rénaud Camus da França, assim como Jared Taylor, Richard Spencer e Greg Johnson no campo da *Alt-right* americana (Zúquete 2018). Uma análise do papel desses intelectuais é tão importante quanto a dos movimentos e partidos por duas razões.

A primeira razão diz respeito à importância de se identificar algumas das ideologias e visões de mundo que perpassam as diversas manifestações de direita e que, eventualmente, tragam novas experiências empíricas para a análise do populismo. Pela sua concepção minimalista e sua simplicidade, pode-se perder elementos chave na identificação de uma série de fenômenos sociais e políticos do populismo, se reduzidos à ideia de uma luta entre elites corruptas e povo puro (Delatorre and Mazzoleni 2019). Como o populismo pode se manifestar como uma ideologia de baixa intensidade, portando um discurso que pode se ligar a um conjunto ilimitado de temas e estilos ideológicos (Delatorre and Mazzoleni 2019), torna-se importante a análise do pensamento dos intelectuais que ganham destaque junto ao fenômeno.

A segunda razão está ligada ao fato desses intelectuais estarem entre os principais atores sociais a trazerem à tona o debate acerca da islamização e da destruição do que interpretam como mundo ocidental, na maioria das vezes por meio de redes sociais. Esses intelectuais são, por vezes, ouvidos por públicos amplos, o que lhes possibilita exercer influência em movimentos sociais organizados e, mesmo, em partidos políticos (Castelli Gattinara e Pirró 2018; Zúquete 2018). Em uma plataforma virtual em especial, o *Youtube*, alguns desses intelectuais se tornam-se verdadeiros jornalistas alternativos para a grande mídia convencional, uma vez que o *Youtube* transformou-se em uma espécie de meio termo entre a TV e as redes virtuais (Rauchfleisch and Kaiser 2020).

O islã e a *far-right*

A questão da islamização é um ponto de alta importância para o que é debatido nesse artigo, pois o que é chamado de islamofobia tornou-se um tema de enquadramento comum nos movimentos e partidos da direita populista radical, ou da chamada *nova direita* em geral. O processo de imigração, em linhas gerais, já é, há algumas décadas, um dos principais pontos de enquadramento da *far-right* europeia (Caiani 2017; Castelli Gattinana e Pirró 2018; Mudde 2000; Mudde e Rovira Kaltwasser 2011; Kaufman 2014). Todavia, após os atentados de 11 de setembro

de 2001, em Nova Iorque (Mudde 2019), e Paris em 2015 (Simpson 2016; Mudde 2019), o islã ganhou uma posição de destaque dentro do fenômeno migratório (Froio e Ghanesh 2018; Mudde 2019). No caso alemão, em particular, ganhou ainda mais relevância depois da crise dos refugiados de 2015 (Rauchfleisch e Kaiser 2020). Islã e migração se tornaram termos que, à primeira vista, soam como intercambiáveis nos discursos da direita, seja dos partidos, seja das redes de movimentos, de forma que um passou a ser associado ao outro.

Ademais, vários partidos e movimentos de direita passaram a defender, ainda que de forma vaga, a civilização judaico-cristã, assim como o Cristianismo, mesmo que em perspectiva cultural (Mudde 2019, Zúquete 2018). O *Freiheit Partei Österreich* austríaco, um partido que surgiu com perspectiva nitidamente anticlerical, passou a fazer elogios ao bispo de St.Pölten, Kurt Krenn, abertamente contrário à imigração islâmica. O líder do *Swedish Democrats*, Jimmie Akersson, disse que a Igreja luterana deveria ser reintroduzida como Igreja de Estado na Suécia, e o *Dansk Folkeparti* afirma em seu programa que a Igreja luterana é a Igreja do povo dinamarquês (Mudde 2019). Nos EUA, é comum nos discursos da *far-right*, a noção de nação cristã e muitas organizações de extrema direita tentaram criar uma forma de identidade cristã ligada a raça, como o *Creativity Movement*, *Aryan Nations*, ou mesmo a *KuKluxKlan* (Mudde 2019).

O partido de direita radical polonês PiS se identifica como católico e defensor da aproximação entre Igreja e Estado, assim como no leste europeu, em geral, há uma tendência de amálgama entre nacionalismo e religiosidade (Mudde 2019). Se analisarmos os partidos da *far-right* europeia até 2001, pode-se perceber que o alvo das críticas era o imigrante não europeu (Mudde 2000). Assim também nos EUA, mesmo autores renomados do *mainstream* acadêmico, como Samuel Huntington, deram atenção àquilo que seria “a questão hispânica”. Com a guinada rumo ao anti-islamismo, as divisões entre imigrantes, aquele não etnicamente europeu e o muçulmano, se tornaram um tanto turvas. O islã passou a ser apontado como o grande elemento disruptivo do mundo ocidental e não poucas vezes é difícil identificar o peso de elementos étnicos ou religiosos na análise da direita. E os estudos que tentam analisar este traço do fenômeno, não apenas em termos etnonacionais, mas também religiosos, ou etnoreligiosos, não são abundantes (Caiani 2017).

Entretanto, o islã ganhou destaque no discurso da direita em contextos nacionais específicos, onde o fenômeno migratório não se faz presente, pelo menos não no mesmo peso que na Europa e na América do Norte. Isto vale para o discurso de Olavo de Carvalho, cujas críticas ao islã, dentre outras coisas, lhe deram enorme notoriedade nos últimos anos. Porém fica a questão de até que ponto as ideias de Olavo de Carvalho, altamente disseminadas em meio ao público brasileiro, estão de fato no mesmo eixo ideológico da *far-right* contemporânea, uma vez que nem imigração, crise de refugiados, ou o islã são questões relevantes no cenário nacional brasileiro.

Neste sentido, é preciso averiguar em que termos a crítica ao islã é tecida dentro da ideologia olavista. Também se torna necessária uma averiguação das análises que colocam Carvalho junto ao círculo de intelectuais da *far-right* do hemisfério norte, uma vez que se analisam os discursos, mas pouco se faz em relação ao modelo teórico utilizado por esses autores, em perspectiva comparada. O que se quer dizer é que, afirma-se que eles são marcados pela islamofobia, mas sem uma pesquisa mais minuciosa de porque o são. Ou o que seria a civilização cristã ocidental nas suas diversas interpretações. Assim, é válida a discussão relacionada não apenas aos discursos e programas de partidos políticos e movimentos, mas de intelectuais independentes formadores de opinião em canais alternativos e redes virtuais, sobretudo aqueles de impacto mais abrangente em seus respectivos países.

A tradição filosófica e intelectual de Alexander Dugin e Olavo de Carvalho

O pensamento de Alexander Dugin

Pode-se dizer que Dugin trabalha com uma carga teórica que perpassa a filosofia tradicionalista, o pensamento conservador-revolucionário alemão, a *Nouvelle Droite* (Laruelle, 2006; Rushbrook, 2015) e o culturalismo filológico e antropológico. Os filósofos tradicionalistas, no caso o francês René Guénon e sua (re)interpretação feita pelo italiano Julius Evola estão no centro do pensamento de Dugin, e na sua crítica à modernidade, vista como uma manifestação efêmera de decadência social (Umland e Sheshkovtsov, 2009), desprovida de qualquer traço de vida espiritual, e fadada ao colapso. Enquanto para Guénon esse colapso viria de forma mais ou menos espontânea, Evola acreditava ser necessário um agente capaz de assumir um papel de liderança durante esse colapso, um ator cujas ações teriam maior grau de reflexividade de timbre eminentemente político. Essa agência seria representada pelo retorno da elite guerreira, cujo grande exemplo ele busca na casta guerreira da civilização Hindu, os Kshatryias. Neste sentido, Evola confere uma ação política ao mundo, voltada para uma atividade prática, com fins de superar a modernidade, algo inexistente em Guénon (Laruelle, 2006, Umland e Sheshkovtsov, 2009).

O filósofo italiano é importante na filosofia política duginiana (Laruelle, 2006), pois, na sua análise do mundo tradicional pré-moderno, três castas/estamentos existiram em praticamente qualquer civilização anterior à modernidade, a dos guerreiros, a dos sacerdotes e a dos comerciantes. Dugin, seguindo Evola, afirma que a modernidade coloca os comerciantes em primeiro plano, os guerreiros servindo aos seus interesses e a classe sacerdotal aos poucos vai desaparecendo. As sociedades eurasiáticas, todavia, manteriam o modelo que dá primazia a guerreiros e sacerdotes (Dugin, 2012).

Considerando essas diferenças entre o mundo pré-moderno e a modernidade, Dugin utiliza os conceitos de talassocracia e telurocracia elaborados por Carl Schmidt. O primeiro estaria ligado às civilizações marítimas, mais voltadas para uma expansão territorial comercial e o segundo às civilizações continentais, mais voltadas para a o fechamento territorial e com mais ênfase nos elementos militares e sacerdotais. Historicamente os dois modelos de civilização tenderiam a se confrontar. Os EUA seriam o grande exemplo de talassocracia moderna e a Rússia, por sua vez, de telurocracia moderna (Dugin, 2012).

A *Nouvelle Droite*, também muito influente em Dugin, merece particular destaque pela influência que exerce nos partidos e movimentos da direita europeia atual (Zúquete, 2018), bem como na mais recente geração de pensadores dessa vertente política (Sedgwick, 2004, 2019, Teitelbaum, 2020). Fundada por Alain de Benoist no fim dos anos 1960 com a formação do *Groupe de Recherche sur la Civilization Européenne* (GRECE), a *Nouvelle Droite* caracteriza-se pelo antiamericanismo, pela estima da Europa pré-cristã e pela crítica ao próprio cristianismo, ou matriz civilizatória judaico-cristã (De Benoist, 2004). A *Nouvelle Droite* é interpretada como o meio caminho entre a filosofia tradicionalista, com sua ênfase na crítica da modernidade, e o escopo teórico e ideológico da nova onda de intelectuais de extrema direita euro-americana, incluída aí a *alt-right* e sua visão bioracialista de mundo (Sedgwick, 2019b; Teitelbaum, 2020), sendo uma das mais influentes escolas de pensamento das últimas décadas no espaço de atuação da direita na Europa.

O eurasionismo dos russos Trubetzkoi, Savitskhi e Alekseev, das primeiras décadas do século XX, com sua carga filológica⁵ e antropológica assim como autores da antropologia ocidental⁶ e também as ideias de raça e etnia, são rotomados por Dugin. Embora não adentre em explicações de ordem explicitamente biológica, Dugin afirma que os fundamentos das civilizações estão assentados na raça e no espírito (Laruelle, 2006). Para Andreas Umland e Anton Shekhovtsov (2009), a doutrina tradicionalista é utilizada por Dugin e pelos intelectuais da nova direita europeia como um mero instrumento para sustentar um novo nacionalismo étnico de traços fascistas, não sendo, eles mesmos, autores do tradicionalismo.

O que pode ser percebido como ponto de convergência entre todos esses eixos teóricos, a partir da interpretação feita pelo próprio Dugin, é o elemento antikantiano e anti-iluminista, na perspectiva da concepção de que cada civilização, núcleo cultural, ou nação, teria sua própria lógica e maneira particular de conceber a realidade, sendo, por consequência, muito difícil a comunicação de seus signos e símbolos a indivíduos de outros núcleos culturais (Dugin, 2012). Em suma, as

⁵ Aqui refere-se ao campo do estudo das línguas.

⁶ Como Claude Lévi-Strauss e Louis Dumont.

tradições filosóficas influentes no pensamento duguiniano terminam por convergir para uma espécie de culturalismo herderiano⁷ marcado pela utilização de metáforas biológicas, que estabelece uma oposição de cunho político entre a sociedade aberta kantiana/popperiana, a *gesellschaft*, e as comunidades fechadas em sua cultura e seu próprio e hermético sentido existencial, a *gemeinschaft*.

O pensamento de Olavo de Carvalho

Olavo de Carvalho também trabalha com um leque variado de autores, mas o eixo de seu pensamento se assenta na filosofia antiga, sobretudo em Platão e Aristóteles, assim como na filosofia cristã de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino (Carvalho, 2019). A fenomenologia de Edmund Husserl e a filosofia católica de *Louis Lavelle* também têm marcante importância em seu pensamento (Carvalho, 2019). Como Dugin, Carvalho dirige uma forte crítica a Kant e a todo o pensamento que supostamente estaria de acordo com as categorias cognitivas *a priori* desenvolvidas pelo filósofo alemão. Todavia, Carvalho critica Dugin, afirmando que este, malgrado todo o seu apelo à tradição, utiliza um conjunto de categorias cognitivas que seriam parte da revolução científica oriunda do iluminismo e necessárias para a formulação do repertório conceitual da ciência moderna, incluindo a Antropologia, valorizada por Dugin no debate.

Para Carvalho, o culturalismo antropológico é somente mais uma forma de racionalidade moderna, e, para o autor aqueles que defendem imagens de mundo não modernas e não ocidentais a partir desse tipo de marco teórico estariam andando em círculos, tentando escapar das categorias cognitivas do iluminismo, sem nunca conseguir. Em suma, para Carvalho, o uso do culturalismo é a tentativa de intelectuais de escapar das categorias *a priori* inauguradas por Kant, ao fim e ao cabo fazendo o uso dessas mesmas categorias. Os estudiosos da cultura, em sentido antropológico, negariam a universalidade da visão de mundo iluminista sem se deslocar realmente do seu arcabouço conceitual, categórico e cognitivo. Essa crítica ao culturalismo vale para as ciências de forma geral, incluindo as biológicas e toda a tradição darwinista. Carvalho acusa Charles Darwin de ter sido parte do que ele chama de “movimento revolucionário”⁸, dizendo também que sua teoria da evolução nada mais é que a retomada das atividades ocultistas de seu avô, Erasmus Darwin (Carvalho, 2011).

Carvalho não aceita a dicotomia entre a sociedade aberta popperiana por um lado - a *offene gesellschaft* e suas categorias cognitivas universais - e as comunidades culturais fechadas, por outro, rechaçando também o culturalismo antropológico por acreditar que o mundo pode ser passível de

⁷ De Johan Gottfried Herder, autor setecentista crítico do universalismo iluminista, sobretudo Kant. Voltava-se para as diferenças culturais e linguísticas no entendimento do transcórrer da História.

⁸ Por “movimento revolucionário”, o autor brasileiro, aparentemente, se refere a tudo que atente contra a visão cristã de mundo.

semelhante inteligibilidade por diferentes povos. Porém, não aceita o liberalismo popperiano por acreditar que ele traz consigo a linha kantiana das categorias *a priori*. Os indivíduos estariam sempre conduzindo-se por essas categorias supostamente ocultas e que estabelecem vias e limites para suas ações no mundo. Carvalho afirma que basicamente todo o pensamento moderno se articula nesses termos, desde Kant, passando pela dialética de classe marxista até a psicanálise de Sigmund Freud e Carl Jung. É algo como uma sociedade aberta, em oposição às *gemeinschafts*, de certa forma, herméticas, mas totalmente fora do modelo kantiano/popperiano de *gesellschaft*⁹. É o que ele chama de “desconscientização” do indivíduo, a perda de sua autonomia e capacidade de maturar sua própria consciência.

O que Carvalho defende é o que considera uma sociedade aberta, mas em termos pré-kantianos e pré-modernos, com seus pilares na teologia filosófica produto da síntese entre o pensamento grego antigo e a filosofia cristã. A discussão acerca da capacidade cognoscível e inteligível do homem apresentada pela filosofia clássica somada à filosofia cristã e sua proposta de relação com o divino, são os verdadeiros alicerces, para Olavo de Carvalho, de uma sociedade aberta. Ele chama de sociedade fechada não apenas as culturas locais em seu sentido antropológico, mas a própria filosofia iluminista e os eventuais desdobramentos políticos no seu arrabalde. Uma trilha filosófico-científico-política que se inicia em Kant, chegando em Darwin e Marx e terminando em personagens, como Lenin, Stalin, Mussolini, Hitler e Pol Pot. Olavo de Carvalho afirma que o fascismo e o comunismo são parte da mesma família política revolucionária e anticristã e acusa o fascismo de ser também de esquerda, assim como acusa o islã político de se coadunar muito facilmente com o fascismo, sendo, até mesmo, uma herança dele. A diferença entre fascistas e comunistas estaria apenas no plano do discurso, segundo o autor brasileiro.

A suposta perda da liberdade de consciência individual em função de categorias cognitivas submersas, coordenando todo tipo de ação no mundo, é o embrião do que Carvalho chama de “húbris revolucionária”, dentro da qual estaria também o eurasianismo, junto com as mais diversas correntes do marxismo e do socialismo, seja ele de ordem econômica ou cultural, e o fascismo (Carvalho, 2012). Desta forma, a teologia e a filosofia cristã são o cerne da visão de mundo olavista. Esses traços de seu pensamento se tornam marcantes ao longo do debate com Dugin, na medida em que o seu tradicionalismo judaico-cristão se diferencia do pensamento guenoniano, e sobretudo evoliano, influentes no autor russo.

⁹ Em Karl Popper o termo correto é *offene gesellschaft*. Já Ernest Gellner utiliza o termo *Gesellschaft* para classificar a ideia de sociedade aberta oriunda do iluminismo, como contraponto ao culturalismo hermético da *Gemeinschaft*.

Globalismo, populismo e o islã no debate

De acordo com Dugin, a grande força motriz por trás de um eventual governo global se encontra na unipolaridade norte-americana em uma era pós-guerra fria. Esta polaridade se alicerça na visão de mundo ocidental, levada à sua escala máxima pela civilização norte-americana de matriz judaico-cristã. Tal modelo, com seus pilares na autonomia do indivíduo e no livre mercado, em uma modernidade mais avançada, se transfigura no moderno modelo de globalização administrado, sobretudo, pelos EUA, pelo seu grande capital que se espalha pelo mundo, as multinacionais geridas por conglomerados empresariais majoritariamente norte-americanos, assim como por sua presença militar em vários pontos do planeta.

Seguindo uma linha analítica weberiana, Dugin acredita que o espírito do capitalismo surgido no caudal da ética protestante calvinista, localizado sobretudo nos EUA, mas reduzido a uma mecânica mercadológica desprovida de seus antigos valores religiosos, é a principal força que ameaça controlar, ou mesmo destruir, povos e nações que se encontrem fora de seu modelo. Povos que, fora do modelo ocidental, são classificados como holistas e comunitários, não tendo o indivíduo a prerrogativa sobre a comunidade e sim o contrário.

Dugin chama de Nova Ordem Mundial não uma situação presente, mas antes um possível desenho de poder global que pode se sedimentar no futuro a partir do atual jogo de forças entre a unipolaridade americana e os nacionalismos e regionalismos locais (Dugin, 2012). Os valores do livre mercado, dos direitos humanos e da democracia liberal, em seu conjunto, carregariam um espírito de mundo e um território original específico, o ocidente em uma dimensão mais ampla, e os EUA, em uma dimensão mais específica. Esse seria o espaço de gestação de valores ultra-individualistas, economicamente centrados no setor financeiro, o que Dugin chama de pós-humanismo. E a democracia liberal representativa, tão consolidada nesse mesmo espaço, seria apenas um mecanismo de desestabilização dos chamados países em desenvolvimento (Dugin, 2012).

A Nova Ordem Mundial americanocêntrica se apresenta, para Dugin, como a principal fonte de oposição às nações não ocidentais e em desenvolvimento, e seus respectivos núcleos culturais, etnoculturais ou etnoreligiosos. É importante lembrar que, segundo Dugin, os países do mundo anglo-saxão norte atlantista não estariam, necessariamente, fechados ao que ele chama de mundo da tradição, sendo seus próprios grupos tradicionais também sufocados pelo crescente pós modernismo homogeneizante. No caso dos EUA, esses grupos se encontrariam na “América profunda”, a América das cidades de interior.

Dugin identifica três conjuntos de forças que fariam frente ao projeto globalizante da América contemporânea:

1 – O primeiro é o projeto islâmico, com a sua utopia de um califado mundial. Aqui trata-se de um composto de organizações transnacionais que defende uma aplicação do código jurídico islâmico em perspectiva transétnica, transcultural e transnacional.

2 – O segundo é o das esquerdas latinoamericanas, representado por países como Venezuela, Cuba, Nicarágua, Bolívia, Equador. Dugin afirma que a América Latina também carrega traços de holismo e coletivismo herdados de suas populações autóctones pré-colombianas e de formas locais de doutrina cristã. Essa tendência coletivista culmina no projeto neossocialista, com núcleo central na América Latina.

3 – O terceiro é o projeto eurasiático, o qual Dugin defende explicitamente durante o debate e do qual se coloca como representante. O eurasiatismo é a doutrina do mundo multipolar, de uma globalização alternativa com grandes espaços civilizacionais constituindo blocos de poder que se equilibram através do globo. Os blocos seriam espaços de cooperação política, militar e econômica, sedimentados em uma identidade etnocultural comum, ou mais ou menos comum dos estados-nação membro (Dugin, 2012).

Vemos a importância de tradições civilizatórias enraizadas em “solo e cultura” na visão de mundo de Dugin, diferentemente de Carvalho, para quem as tradições civilizatórias não estão, obrigatoriamente, fixadas em um solo e uma cultura de origem. O islã, sendo uma religião abraâmica com forte vocação universalista, no sentido dado por Max Weber, tem uma doutrina político-jurídica voltada para uma expansão permanente. Para Dugin, a grande resistência ao avanço do islã politizado está no seu projeto eurasiatista, esboçado em um mundo de grandes blocos culturais, em estreita consonância com o movimento identitário e a pluriétnica da *Nouvelle Droite*, em oposição à multiculturalidade das esquerdas ocidentais, sobretudo do pós-Guerra Fria. Uma eventual tomada do Ocidente pelo islã, na visão identitária próxima de Dugin, é apenas o corolário de uma substituição etnodemográfica, de uma incisiva *ethnic shift*, onde uma população étnica e culturalmente identificável é gradualmente substituída por massas populacionais de origem não europeia. No caudal de tal reconfiguração social, o islã entra como o elemento mais organizado em meio dessa massa, tomando as rédeas da reestruturação daquilo que foram os países ocidentais.

Já Olavo de Carvalho distingue três forças que almejam o domínio global. Essas forças ora se coadunam, criando pontos de fusão, dependendo de eventuais interesses mútuos surgidos conjuntamente, ora se chocam, já que seus projetos apresentam divergências fundamentais e profundas. Estes três projetos são:

1 – O projeto russo-chinês, as elites governantes da Rússia e da China, com ênfase nos seus serviços secretos. Sua composição sociológica estaria na *nomenklatura* comunista oriunda dos

tempos pré-1990. Segundo Carvalho, mesmo com o colapso da URSS, suas elites políticas permaneceram as mesmas, o mesmo tendo ocorrido com a China após a abertura econômica de Deng Xiao Ping.

2 – O projeto das elites financeiras ocidentais, representadas pelo Clube Bilderberg, o *Council of Foreign Relations* (CFR), e a Comissão Trilateral. A essas elites financeiras Carvalho dá o nome de “Consórcio”, a partir do qual desenvolve sua teoria do metacapitalismo. Esse grupo de megapoderes financeiros já teria atingido um grau tão elevado de poder econômico que o clássico liberalismo de mercado não lhes interessa mais, de maneira que defendem estruturas de poder político cujo objetivo seria apenas manter o seu *status* de modernas dinastias financeiras. A composição sociológica desse grupo consiste nos megafinancistas e megabanqueiros.

3 – O projeto islâmico, ou da *Ummah* mundial, a comunidade universal dos muçulmanos, no qual Olavo de Carvalho enxerga, antes que uma retomada de valores religiosos tradicionais, um projeto estritamente político com verniz religioso, para ele uma espécie de versão islâmica da Teologia da Libertação. O projeto islâmico é a cooperação entre organizações atuantes em escala transnacional e também alguns estados nacionais. A composição sociológica aqui seria a das elites jurídico-religiosas de intérpretes da lei corânica (Carvalho, 2012).

Assim, o poder sobre o mundo se dividiria entre militares (nomenklatura russo-chinesa), banqueiros e pregadores. Apesar de muitas vezes se associarem, de acordo com as necessidades conjunturais, cada um desses três projetos globais teria não apenas seus próprios planos de governo global, mas também sua própria classe de opositores. O projeto russo-chinês, que Carvalho associa com o eurasianismo de Dugin, tem como oponente a civilização norte-atlantista liderada pelos EUA. O cerne filosófico, teórico e ideológico dessa civilização é o ideal liberal popperiano de sociedade aberta, a mentalidade racionalista-cientificista, com bases no Iluminismo e contra todo tipo de espiritualidade. O globalismo ocidental – a convergência das elites financeiras e o chamado marxismo cultural - teria como grande opositor o “terrorismo genérico”, ainda que nunca seja definido de forma clara quem são os agentes desse terrorismo. Este seria o resíduo de “crenças bárbaras”, podendo ser tanto o islã quanto o cristianismo, associadas a grupos ainda não absorvidos pelos ideais do iluminismo (Carvalho, 2012).

Já o islã político teria como inimigo o hedonismo e materialismo ocidentais, assim como as interferências militares ocidentais no espaço islâmico seriam tidas como “Novas Cruzadas”. Segundo o autor brasileiro, o islã entenderia que a Rússia e a China são seus potenciais aliados nessa luta. Carvalho afirma que, como o islã político é um tipo de socialismo, e o bloco russo-chinês é a continuidade das forças “orientais” da guerra fria, há uma maior cooperação entre esses dois blocos. Isso se manifesta no apoio armamentista dado por russos e chineses a organizações

islâmicas radicais, assim como a ausência da Rússia e da China quando os islamitas mencionam seus inimigos (Carvalho, 2012).

Embora concorde com Dugin que a matriz teórico-filosófica das elites globalistas ocidentais seja o liberalismo, Carvalho rejeita a ideia disso ser uma manifestação da civilização americana, onde a linha de sociedade aberta liberal seria supostamente um enxerto introduzido por elites intelectuais que pouco teriam a ver com os valores cristãos dos americanos (Carvalho, 2012), uma visão típica da *Christian Right*, como se verá adiante. Assim como Dugin, ele elogia os americanos da “América profunda”, mas por razões diferentes. Enquanto o russo vê nos habitantes da “América profunda” o núcleo cultural, antropológico e mesmo etno-sociológico norte-americano, assim como sua *gemeinschaft* original, o brasileiro os interpreta como aqueles americanos portadores dos valores judaico-cristãos, tanto de matriz católica quanto protestante, que fundaram os EUA, e que ainda não foram corrompidos pela revolução cultural posta em andamento pelas elites intelectuais de seu próprio país (Carvalho, 2012).

Carvalho não acredita, como faz Dugin, que exista um ocidente popperiano escorado nos ideais da sociedade aberta, racionalista, cientificista, não culturalista, e centrado nos EUA, tentando se impor sobre todo um universo restante composto por culturas tradicionais locais mais ou menos incomunicáveis entre si. Ele rejeita essa dicotomia entre sociedade aberta e comunidades fechadas, afirmando que a sociedade americana é, em sua essência, cristã e contrária aos valores identificados no iluminismo e em qualquer forma de culturalismo antropológico (Carvalho, 2012). Os EUA não seriam a força motriz por trás da sociedade moderna em expansão tão ameaçadora na visão de Dugin. Os setores conservadores e cristãos americanos, católicos e protestantes, no entender do autor brasileiro, seriam um ponto de grande resistência ao projeto globalista ocidental que, embora dirigido por elites de banqueiros e financistas que nada têm a ver com qualquer posicionamento de esquerda, absorve um conjunto de propostas enquadradas como marxismo cultural. Para Carvalho, a sociedade pós-moderna e pós-humana apontada por Dugin é produto de um projeto de subversão conduzido pelos soviéticos durante a Guerra Fria, assim como de uma guerra cultural produzida pelas elites intelectuais ocidentais e seus modelos teóricos ligados às identidades de minorias raciais e sexuais, à ecologia, ao ambientalismo, à pedagogia paulofreiriana, tudo com o suposto intuito de destruir os valores cristãos ocidentais.

Portanto, Carvalho entende a crise do ocidente como produto da convergência entre uma classe metacapitalista internacional, o *Consórcio*, a quem o livre mercado não interessa mais, ou seja, interessa, mas apenas como um espaço cada vez maior de controle de seu próprio monopólio, e as elites intelectuais do chamado marxismo cultural. Como o *Consórcio* só trabalha em função do seu poder, ele não se dispõe a defender uma sociedade baseada nos valores judaico-cristãos ocidentais,

com toda a sua defesa do modelo familiar tradicional, da sua normatividade quanto a sexualidade e sua vocação universalista, cenário do surgimento do capitalismo moderno. Ele pode alinhar-se com forças que defendam a revolução cultural destruidora dos valores mais fundamentais do ocidente, sejam essas forças as suas próprias elites intelectuais, defensoras de minorias culturais não-cristãs, defensoras do aborto e da agenda LGBT, sejam as forças políticas externas ao próprio ocidente, incluindo o islã (Carvalho, 2012).

Esse enquadramento de mundo alinha-se quase que completamente com aquele de Jerry Falwell, que na altura do atentado do 11 de setembro, apontava o dedo para o que chamava de pagãos, abortistas, gays, lésbicas, e todos os que querem secularizar os EUA, afirmando que o atentado ocorreu por culpa desses grupos (Winter, 2013). Nesse sentido, o islã entra como uma das principais forças que ocupam os espaços deixados pela doutrina, fé e práticas oriundas do judaico-cristianismo, cada vez mais cerceado por todo tipo de força política e ideológica. O islã, em Olavo de Carvalho, é o elemento político com face religiosa que substitui o mundo cristão a partir dos espaços criados pelas grandes maquinações internacionais, e não o corolário da substituição etnodemográfica, como ocorre na ideologia de tonalidade identitária, presente em boa parte das redes que compõem a *far-right* do hemisfério norte, e onde pode-se localizar Alexander Dugin.

A partir dessa diferenciação, os dois autores divergem ao identificar o que eles consideram os grandes agentes históricos por trás de disputas políticas de cunho internacional. O russo enxerga as culturas locais, as nações e os blocos civilizatórios edificados a partir de proximidades etnoculturais como o grande agente histórico. O brasileiro vê como principal agente histórico as grandes ordens transnacionais e transregionais, estados e nações sendo apenas marionetes nas suas mãos (Carvalho, 2012). Partidos políticos de vocação internacional, grandes dinastias, estruturas supranacionais, ordens religiosas universalistas, e até anjos e demônios (Carvalho, 2012) seriam os verdadeiros agentes históricos, de forma que a história política se desenvolve a partir de sua disputa pelo poder global¹⁰.

Olavo de Carvalho e a direita cristã norte-americana

Pode-se afirmar, a partir do debate, que o modelo de direita olavista destoa, não apenas do eurasianismo de Dugin, mas também da *far-right* contemporânea. De maneira que tanto uma interpretação do islã, como a proposta de resistência a ele divergem entre uma e outra visão. Para Olavo de Carvalho, o islã é uma manifestação a mais do que ele chama de movimento

¹⁰ Não se quer dizer que estas ordens transnacionais não existam para Dugin. O ponto é que ele enxerga os nichos culturais locais e nacionais como tão impactantes quanto estas ordens.

revolucionário, o que inclui, basicamente tudo que vá contra a doutrina cristã. A resistência a esse movimento estaria na supostamente verdadeira fé abraâmica, a civilização judaico-cristã anterior ao Concílio Vaticano II, independentemente de onde seus seguidores se localizem. Para a *far-right* do continente europeu dos dias atuais (nativista e isolacionista), o islã é um bloco civilizatório em particular que se expande rapidamente e o foco de resistência seria a consolidação de um bloco civilizatório próprio, o europeu, alicerçado em termos étnicos e culturais. Já o judaico-cristianismo de Olavo de Carvalho, visualizável no debate, nos seus escritos e nos seus vídeos de *Youtube*, está de acordo com um ativismo cristão específico, aquele da *Christian Right* americana e se oporia ao avanço do islã. Esse tipo de manifestação de direita teve seu berço nos EUA, em especial na Virgínia (Conger, 2009; Larson, Madland and Wilcox, 2005), onde vive o autor brasileiro.

O que ficou conhecido por *Christian Right* (Conger, 2019; Wilcox, Rozell and Gunn, 1996) são grupos de ativistas cristãos que, a partir dos anos 1960, começaram a se organizar perpassando a Igreja em suas várias denominações, incluindo até mesmo organizações judaicas (Wilcox, Rozell and Gunn, 1996; Lugg, 2001). Suas organizações de base podem ser as igrejas, mas não necessariamente, sendo muito importantes outros agrupamentos fazendo o papel de para-igrejas (Conger, 2019). Com o feminismo, a luta pelo direito ao aborto e o ativismo LGBT em ascensão dos anos 1960 em diante, e a retirada das orações nas escolas por decisão da Suprema Corte americana, muitos grupos cristãos abandonam seu antigo quietismo em relação à política. O episódio *Roe vs. Wade*, de 1973, em que a Suprema Corte americana retirou o aborto da ilegalidade foi particularmente marcante na constituição da direita crista como força política.

Frente à politização de interesses supostamente tão contrários a uma visão de mundo cristã conservadora, essa direita cristã é influenciada pelos trabalhos do pastor Francis Schaeffer que defendia - do seu local de trabalho na Suíça, o *l'Abri* - o fim das inimizades entre as denominações cristãs, uma vez que toda a cristandade estaria ameaçada pelos mesmos inimigos, quando se formou uma plataforma de interesse cristão conservador (Dowland, 2009). Sob grande influência de Schaeffer, alguns setores dentre os protestantes tradicionais, evangélicos, episcopais, batistas fundamentalistas, católicos, mórmons e mesmo judeus puseram de lado as suas tradicionais inimizades para atuar de forma explicitamente política (Bendina, Green, Rozell and Wicox, 2002; Dowland, 2009; Lugg, 2001; Wilcox, Rozell and Gunn, 1996).

Na altura da gestação da *Christian Right*, as organizações divergiam na esfera do ativismo e da solidariedade interdenominacional, já que os protestantes de direita, em geral, tendiam a ser mais conservadores em economia e no que se refere ao *welfare state*, e a favor da pena de morte. Os católicos mais à direita eram tradicionalmente favoráveis à intervenção do estado na economia e contra a pena de morte, porém mais ferrenhamente contrários ao aborto que os protestantes, que

o viam como uma questão da vida privada, fora da alçada de influência da vida pública (Bendina, Green, Rozell and Wilcox, 2002; Wilcox, Rozell and Gunn, 1996). Porém, uma certa visão de mundo em comum fazia com que esses grupos convergissem no plano das candidaturas políticas. Entretanto, o fracasso em lançar o pastor Pat Robertson nas eleições de 1988, muito em função da rivalidade entre católicos e protestantes, fez com que as organizações se voltassem mais para a consolidação de redes de solidariedade ecumênica e transdenominacional (Conger, 2019; Bendina, Green, Rozell and Wilcox, 2002).

A partir de um enquadramento de mundo voltado para a recristianização da educação e identificando a tríade inimiga da civilização judaico-cristã, representada pelo aborto, pelo feminismo e pelo ativismo LGBT, a *Christian Right* ecumênica substituiu o indivíduo pela família nuclear tradicional como núcleo mais básico e fundamental da sociedade americana (Dowland, 2009). A recristianização se daria, segundo os membros da *Christian Right*, em uma perspectiva de intercalamento dos valores cristãos com o Estado, sobretudo na educação (Lugg, 2001), assim como o amálgama entre cristianismo e cultura ocidental em geral, uma proposta que já era posta por Francis Schaeffer (Conger, 2019). Uma de suas principais demandas é o direito ao *home schooling* e à estruturação de sistemas educacionais cristãos privados (Conger, 2019; Lugg, 2001). Porém, uma vez que muitos pais não podiam pagar por uma educação privada, ou conduzir uma *home schooling*, a *Christian Right* voltou-se para a recristianização da educação pública, a fim de barrar a agenda da tríade aborto-feminismo-LGBT dentro dela (Dowland, 2009). Para além da tríade aborto-feminismo-LGBT, esse setor da direita defende o fim do ensino da teoria da evolução nas escolas, assim como uma educação sexual voltada exclusivamente para a abstinência (Conger, 2019). Alguns setores também advogam o ensino das passagens dos textos bíblicos em perspectiva literal (Lugg, 2001).

Um dos maiores esforços da *Christian Right* foi imiscuir a cosmologia cristã e a cultura ocidental (Conger, 2019), reduzindo a segunda à primeira e focando no pensamento dos pais fundadores dos EUA, enxergando-o como mais cristão do que liberal. Olavo de Carvalho faz isso, em boa medida, com o pensamento ocidental. Suas críticas a Darwin e Kant, seu ataque a Maquiavel no livro *Maquiavel ou a confusão demoníaca*, dentre outras coisas, mostram a tentativa de amalgamar tudo que se opôs à Igreja como parte da húbri revolucionária e anti-ocidental. A crítica feita no *Youtube* ao Carnaval, pela afirmação de que se trata de uma festa de deuses pagãos, ilustram o seu anticulturalismo e antiparticularismo etnocultural em prol de uma visão cristã politicamente ativada de mundo.

Com uma série de demandas interpretadas como teocráticas (Lugg, 2001), a *Christian Right* teve como algumas de suas organizações mais destacadas a *Moral Majority*, fundada em 1979 por

Jerry Falwell, a *Christian Coalition* do também evangélico Pat Robertson, a *Concerned Women for America*, *Focus on the Family*, *National Council on Bible Curriculum in the Public Schools*, e *Eagle Forum* da ativista católica *Phyllis Schlafly*, caracterizadas como uma articulação de movimentos e grupos de interesse que, malgrado suas diferenças teológicas, se solidarizam junto a um conjunto de objetivos em comum (Lugg, 2001). Alguns autores não classificam o ativismo católico como parte da *Christian Right*, sendo movimentos pró-vida - centrados na luta anti-aborto - que dialogam com ela (Conger, 2009). A própria *Christian Right* seria uma articulação pouco centralizada de várias organizações que mantêm um alto nível de autonomia. Todavia, todos esses grupos estabelecem um enquadramento de mundo mais ou menos comum a ponto de terem conseguido adentrar com bom grau de sucesso o Partido Republicano (Conger, 2019).

Os movimentos pró-vida, para outros autores (Winter, 2013), não são necessariamente exclusivamente católicos. São antes uma rede também transdenominacional, que vai desde a *Christian Right mainstream* republicana, passando pelos ativistas anti-aborto mais voltados para as ações diretas, como *Operation Rescue*, *Pro-life*, *Action Network*, *Lambs of Christ*, até os extremistas que utilizam a violência, como a *American Coalition for Life Activists*, *Missionaries of the Preborn*, o *Army of God*, o website *Nuremberg Files* e os terroristas “lobos solitários” como o reverendo Mike Bray, o reverendo Paul Hill, John Salvi, James “cachorro atômico” Kopp, Eric Rudolph e Scott Roeder (Winter, 2013). Os atentados, que alcançaram seu período mais tenso nos anos 1990, trataram-se de assassinatos de médicos que praticavam aborto, incêndios de clínicas de aborto, sequestros, ameaças por e-mail e ataques a clínicas com uso de anthrax e bombas (Winter, 2013). Os incêndios e ataques a clínicas chegaram às centenas, com os assassinatos e sequestros em números muito mais baixos, segundo a *National Abortion of America* (NAF), sete e quatro, respectivamente (Winter, 2013). Após o 11 de setembro, o terrorismo anti-aborto foi opacizado pelo terrorismo islâmico, passando a ser muito menos tratado nos debates públicos (Winter, 2013).

No período mais violento das *abortion wars*, houve uma certa conciliação de interesses entre a direita cristã e a extrema direita racial nos EUA, visto que ambas tinham inimigos em comum. Alguns extremistas anti-aborto circularam em grupos de ambos marcos ideológicos, de forma que houve uma interface entre as duas ideologias. Todavia, a extrema direita radical é contra o aborto apenas quando se trata de crianças brancas, sendo até mesmo a favor quando se trata de crianças não brancas, vendo-o como um projeto necessário de eugenia (Winter, 2013). Ou seja, apesar dos inimigos comuns e dos pontos de contato, não se pode tratar a direita cristã, os movimentos anti-aborto e a extrema direita mais voltada para o nativismo como intercambiáveis, de maneira que poderia-se criar um conceito próprio para os primeiros, a *Christian Far-right*, na qual Olavo de Carvalho estaria localizado. Esta se estenderia desde a direita cristã dentro do Partido Republicano

até os terroristas anti-aborto, sendo um conjunto de interesses comuns que tem pontos de contato com o restante da *Far-right*, e é majoritariamente branca mas, ao fim e ao cabo, passa ao largo dela.

Esse conjunto de interesses comuns são, basicamente, a cristianização da vida pública e social, cristianização essa que se daria em uma dimensão intranacional e internacional, já que o direito internacional também se daria em consonância com valores cristãos. Hollywood, a música e a cultura em geral teriam ficado muito liberais, segundo seus porta-vozes, contribuindo para a decadência da sociedade americana (Conger, 2019). Todavia, as raízes mais profundas dessa decadência estariam no feminismo, na legalização do aborto e nos direitos LGBT, uma tríade vista como destruidora da família nuclear, produto do *Criador* e elemento básico da civilização americana judaico-cristã (Dowland, 2009).

Considerações finais

O nacionalismo cristão americano elogiado por Olavo de Carvalho no debate ao qual se refere este artigo é, basicamente, coincidente com o conjunto de demandas da *Christian Right*, tratada pelo autor como oposição ao tradicionalismo guenoniano, ao pensamento evoliano e ao etnoculturalismo de Dugin. Os conflitos de Carvalho com os evangélicos brasileiros em muito lembram os conflitos entre católicos e protestantes da *Christian Right* americana, onde há divergências teológicas, mas convergências políticas, visto que, segundo Carvalho, o povo brasileiro é majoritariamente cristão e conservador, incluídos aí os evangélicos, e não haveria um único partido para representá-los nesses termos. Mesmo a sua trajetória lembra a de importantes figuras da *Christian Right*, como o pastor Francis Schaeffer, uma vez que Carvalho se dirigiu para o interior da Virgínia para viver, o estado berço da *Moral Majority* de Jerry Falwell, e de onde pratica sua atuação *online*. Da mesma forma Schaeffer foi para a Suíça, nos anos 1950, por esse país ser supostamente mais conservadora que os EUA de seu tempo, criando o *L'abri*, seu centro de escritos e disseminação de ideias cristãs conservadoras.

Carvalho afirma que o ocidente se assenta no cristianismo e na sua expansão para o mundo por meio dos cavaleiros cruzados e depois dos exploradores ibéricos, que levaram a fé bíblica a todos os cantos do planeta. Para ele não se assenta nas origens indo-arianas dos europeus, como afirma Dugin (Carvalho, 2012). Neste ponto, pode-se notar uma enorme diferença entre a direita cristã olavista e a direita de Dugin, esta última com íntimo vínculo com os movimentos identitários da Europa, em que há um grande interesse pelas origens pré-cristãs e mesmo paleolíticas dos europeus (Zúquete, 2018).

Esse tipo de discurso identitário, que muitas vezes faz uso de estudos oriundos da biologia - como é o caso da etologia de Konrad Lorenz, que trata da agressividade natural entre grupos

diferentes de seres vivos, transfigurando-os em argumentos voltados para a sociobiologia, próximos da paleoantropologia de Robert Ardrey (Zúquete, 2018)- seriam vistos como ocultismo evolucionista e húbri revolucionária por Olavo de Carvalho.

A escola tradicionalista, associada a Dugin e a Olavo de Carvalho por autores como Sedgwick (2004) e Teitelbaum (2020) também está fora do escopo da *Christian Right*. O mesmo pode-se dizer dos intelectuais-chave da extrema direita americana e europeia analisados por Sedgwick (2019). Esse campo de pensamento que se imiscui com movimentos e partidos formando a direita nativista (Castelli Gattinara e Pirró, 2018) representa um tipo ideológico diferente daquele que é defendido por Carvalho. A *far right* euro-americana, que engloba os partidos da direita populista e movimentos extra-institucionais, teria sustentado Trump até sua vitória. Isto representou até mesmo uma derrota para a *Christian Right* dentro do Partido Republicano (Nagle, 2017), já que a *far right* tende a ver a nação em perspectiva antropológica e de diferencialismo etnocultural como principal dimensão de solidariedade e criação de sentido social (Roberts and Ortiguy, 2017). A direita trumpista *online*, assim como a direita nativista da Europa Ocidental, tem influência do pensamento de Dugin (Zúquete, 2018) e num vídeo do *think tank* *Katechon*, em 2016, o russo apoiou Trump explicitamente, afirmando que ele defendia os interesses dos americanos mais genuínos, os “americanos do rancho”.

A direita cristã de Carvalho tem os valores judaico-cristãos em uma perspectiva hiperconservadora e antimodernista como principal eixo de construção de solidariedade social. Tanto Carvalho como Dugin portam discursos próximos do que Cas Mudde chamou de populista, trabalhando com uma ideia de maquinações conspiratórias conduzidas por elites escusas, traço típico do populismo. Uma ideia de “guerra cultural” é verbalizada por ambos os autores, em Dugin como uma estratégia gramsciana com fins não marxistas, e em Carvalho como uma ativação política da judaico-cristandade, em termos muito parecidos com os do *Christian Right*.

Porém o povo puro e moral para o autor russo está nas etnoculturas nacionais locais, no que Anthony Smith (1986) chamou de *core ethnies*, e no seu direito à diferença e para o autor brasileiro está nas populações de matriz religiosa judaico-cristã, não importando quais sejam no que se refere a cultura e etnia. Partindo da ideia de que o populismo pode resultar em diversas combinações com ideologias mais bem estruturadas, pode-se dizer que o populismo identitário e nativista combina-se com o eurasianismo de Dugin, com o tradicionalismo guenoniano e sua interpretação evoliana com a *Nouvelle Droite*, e o populismo de Carvalho combina-se com a filosofia cristã conservadora e com a *Christian Right* americana. Olavo de Carvalho inclina-se a um tipo de direita cristã americana que pode ser vista como um ponto fora da curva daquilo que é

considerada a *far right* euroamericana dos dias atuais. A última segue, em última instância, a tradição culturalista de Johan Gottfried Herder, e a primeira a tradição filosófico-cristã.

Em uma dimensão social, o populismo de Olavo de Carvalho alinha-se com o elogio da condução da vida social em princípios cristãos e não com a manutenção de uma homogeneidade alicerçada em território e populações autóctones. Em uma dimensão jurídica, é a defesa da congruência entre elementos do judaico-cristianismo, Estado e constituição, e não cultura nativa, Estado e constituição. Ela é antes a recuperação de uma direita americana que, apesar de diferenças e cisões internas, converge na politização de elementos bíblicos junto ao anticomunismo, vê a civilização judaico-cristã como reserva moral da humanidade, tendo bases filosófico-intelectuais bastante divergentes da atual direita populista de traços mais nativistas, por mais que esta veja o cristianismo como parte da herança cultural europeia.

Olavo de Carvalho, todavia, manifesta apoio a forças políticas que atuam dentro de uma matriz ideológica mais próxima da de Dugin¹¹ e da *Nouvelle Droite*, voltadas para particularismos etnoculturais europeus ou eurodescendentes. Neste sentido ele se assemelha aos católicos conservadores descritos no livro *Les Volontaires*, de Marc Augier. Este autor neo-pagão muito admirado nos círculos nacionalistas e identitários europeus, descreve a vida dos franceses da *Légion des Volontaires Français*, que lutaram pelos alemães na frente oriental, durante a Segunda Guerra Mundial. É marcante a discussão entre os legionários de inspiração pagã, etnobiológica e os cristãos. Os últimos não acreditavam nos ideais daqueles por quem lutavam mas achavam que a democracia liberal era tão decadente e suscetível aos avanços do comunismo, que era melhor apoiar o nazi-fascismo num momento, para restituir o cristianismo em seguida.

Sem deixar de lado todas as significativas diferenças que existem entre a nova extrema direita populista e a velha extrema direita nazi-fascista, que constituem a *far-right* euro-americana e apenas estabelecendo equivalências comparativas, pode-se dizer que Olavo de Carvalho faz o mesmo. Carvalho manifesta apoio a partidos e personagens políticos que defendem em termos vagos a cultura judaico-cristã, ao mesmo tempo que defendem uma identidade nacional em termos próximos de um etnoculturalismo, sendo o próprio cristianismo parte de seu panteão antropológico local, e não uma instituição e um modelo de vida expansíveis a qualquer local do planeta.

Assim, como o padre Charles Coughlin, que nos EUA dos anos 1930 atraiu milhões de ouvintes ao seu programa de rádio (Paxton, 2007) e se voltou contra a elite da Igreja Católica por considerá-la muito liberal (Ketchaver, 2009), Olavo de Carvalho atraiu milhares e milhares para seu

¹¹ Em geral partidos e regimes de direita populista da Europa, apoiados também por Dugin, e o próprio Trump.

canal de *Youtube*, tecendo pesadas críticas aos membros da elite da Igreja católica, dentro e fora do Brasil, por vê-la como muito conivente, ou até apoiar ideias socialistas. E assim como Coughlin apoiou a velha extrema direita de Hitler e Mussolini e sustentou ideias antissemitas¹², por também considerar o liberalismo ocidental fraco na luta contra o comunismo e ver os judeus como ameaça ao cristianismo (Ketchaver, 2009), Carvalho dá apoio à nova extrema direita populista do hemisfério norte contra o islã, direita que em muitos aspectos está mais em consonância com seu rival Dugin que com ele próprio. Ou seja, são as forças políticas que Carvalho, aparentemente, encara como as mais propensas a lidar com uma ameaça do hiperliberalismo e o socialismo ocidentais e o suposto espaço criado para os avanços do islamismo.

No contexto atual, o islã é visto como parte do *mare magma* que, de forma bem genérica, é chamado de movimento revolucionário, pelo autor brasileiro. Para Carvalho, trata-se não apenas de uma fé abraâmica em expansão e em competição com o cristianismo, mas parte de uma série de movimentos e organizações de ordem transnacional, próximas do comunismo, que almeja a centralização do poder em suas mãos. A resposta a essa crise estaria na consolidação dos valores ocidentais, que na visão de Olavo de Carvalho se encontram antes no ato de fé cristão, do que em populações humanas dotadas de particularismos étnicos ou culturais.

A direita radical cristã de Olavo de Carvalho e sua eventual influência no governo Bolsonaro, mantêm vivo o modelo de direita imperante no hemisfério ocidental durante a Guerra Fria, inclusive na América Latina, onde defendia-se menos a presença das agências estatais na vida social e econômica e maior presença dos valores judaico-cristãos. Com a diferença de que o tema do islã, e o peso que ganhou após o 11 de setembro, foi aí incorporado. Por todos os seus fundamentos teóricos, seu discurso e padrão ideológico, a direita brasileira esboçada por Olavo de Carvalho não pode ser considerada um equivalente da direita populista euroamericana voltada para a questão da imigração, para o *ethnic shift*, e para uma ideia de grande substituição. E certamente, não é o equivalente da direita identitária europeia e da *Alt-right* norte-americana centrada em identidades biológicas, ainda que apoie partidos e governos em sintonia com todos esses grupos, na esperança de que a cristandade triunfe contra o globalismo e o islã.

Referências bibliográficas

Bar-On, Tamir. “Transnationalism and the French Nouvelle Droite”. *Patterns of Prejudice*, 45, 3(2011): 199-223. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2011.585013>

¹² Não se quer dizer que o antisemitismo seja um ponto em comum entre Coughlin e Carvalho. O autor brasileiro, na sua defesa da tradição judaico-cristã e na defesa que faz de Israel, rechaça o antisemitismo.

- Bendina, Mary, John C. Green, Mark J. Rozell, and Clyde Wilcox. Catholics and the Christian Right: A View from 4 States”. *Journal for the Science Study of religion*, 39, 3 (2002): 321-332. <https://doi.org/10.1111/0021-8294.00027>
- Caiani, Manuela. 2017. “Radical right-wing movements: Who, when, how and why?”. *Sociopedi.Isa*. https://www.researchgate.net/publication/323951576_Radical_right-wing_movements_Who_when_how_and_why. <https://doi.org/10.1177/205684601761>
- Carvalho, Olavo de. 2011. *Why I am not a fan of Charles Darwin*. Voegelin View. <https://voegelinview.com/why-i-am-not-a-fan-of-charles-darwin>
- Carvalho, Olavo de. 2012. *Globalist revolutionaries*. Voegelin View. <https://voegelinview.com/globalist-revolutionaries>
- Carvalho, Olavo de. 2019. *Olavo de Carvalho – Notas nas redes sociais reunidas*. <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com>
- Carvalho, Olavo de. *Maquiavel ou a confusão demoníaca*. Campinas: Vide Editorial, 2016.
- Castelli Gattinara, Pietro and Andrea L.P. Pirró. “The far right as a social movement”. *European Societies*, 21, 4 (2019): 447-462. <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1494301>
- Conger, K. H. “The Christian Right in US politics”. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, 2019. <https://oxfordre.com/politics/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-810>. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.810>
- De Benoist, Alain. *On being a pagan*. Atlanta, Georgia: Ultra, 2004.
- De La Torre, Carlos and Oscar Mazzoleni. “Do We Need a Minimum Definition of Populism? An Appraisal of Mudde’s Conceptualization”. *Research Gate*, pre-print, 2019. https://www.google.com/search?q=somersby&rlz=1C1GCEA_enPT952PT952&oq=summerb&aqs=chrome.1.69i57j0i10i433j0i512j0i10i2j46i10i175i199i512j0i10i2j0i10i512j0i512.7865j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8
- Dowland, Seth. *Church History*. “Family Values’ and Formation of the Christian Right Agenda”, 78, 3(2009): 606-631. <https://doi.org/10.1017/S0009640709990448>
- Dugin, Alexander. *La cuarta teoría política*. Barcelona, España: Ediciones Nueva Republica, 2013.
- Dugin, Alexander e Olavo de Carvalho. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: um debate entre Alexander Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas: Vide Editorial, 2012.
- Eatwell, Roger and Goodwin, Mathew. *National-Populism. The revolt against liberal democracy*. London: Pelican Books. 2018.
- Froio, Caterina and Bharat Ghanesh. “The transnationalisation of far-right discourse on Twitter: Issues and actors that cross borders in Western European democracies”. *European Societies*, 21, 4 (2018): 513-539. <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1494295>
- Ignazi, Piero. *The re-emergence of extreme right-wing parties in Europe*. (Reihe Politikwissenschaft / Institut für Höhere Studien, Abt. Politikwissenschaft, 21). Institut für Höhere Studien (IHS), Wien, 1995. <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/26715>
- Katsifacis, G. *The imagination of the New Left. A global analysis of 1968*. Cambridge, Massachusetts: South End Press, 1987.
- Kaufmann, Eric and Gareth Harris. *Changing places: mapping the white British response to ethnic change*. London: Demos. 2014.
-

- Ketchaver, Karen. "Father Charles E. Coughlin: the radio Priest of the 1930's". *Theological librarianship*, 2, 2(2009): 81-88. <https://doi.org/10.31046/tl.v2i2.112>
- Kitschelt, Herbert. *The Logics of Party Formation: Ecological Politics in Belgium and West Germany*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1989. <https://doi.org/10.7591/9781501745959>
- Kitschelt, Herbert. *The radical right in Western Europe. A comparative analysis*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press, 1995. <https://doi.org/10.3998/mpub.14501>
- Larson, Carin, David Madland and Clyde Wilcox. "Religious Lobbying in Virginia: How Institutions Can Quiet Prophetic Voices". In *Representing God in the Statehouse: Religion and Politics in the American States*, E. Cleary and A. Hertzke (orgs), 55-72. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2005. 55-72
- Laruelle, Marlene. "Aleksander Dugin: A Russian Version of the European Radical Right?". *Kennan Institute Occasional Papers*, 294(2006). https://www.researchgate.net/publication/344223913_Aleksandr_Dugin_A_Russian_Version_of_the_European_Radical_Right_Kennan_Institute_Occasional_Papers_No_294
- Lindholm, C. and J.P. Zúquete. *The Struggle for the world. Liberation movements for the 21st Century*. Palo Alto, California: Stanford University Press. 2010. <https://doi.org/10.1515/9780804774222>
- Lugg, Catherine A. "The Christian Right: a cultivated collection of interest groups". *Educational Policy*, 15, 1(2001): 41-57. <https://doi.org/10.1177/0895904801015001003>
- Mathyl, Markus. "The national-bolshevik party and Arctogaia: two neo-fascist groupuscules in the post-soviet political space". *Patterns of Prejudice*, 36, 3(2002): 62-76. <https://doi.org/10.1080/003132202128811493>
- Michael, George. *The enemy of my enemy. The alarming convergence of Militant Islam and the Extreme Right*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2006.
- Mudde, Cas and Cristobal Rovira Kaltwasser. "Voices of the peoples: Populisms in Europe and Latin America compared". *Kellogg Institute for International Studies*, working paper 378, 2011. <https://kellogg.nd.edu/documents/1695>
- Mudde, Cas. *The far-right today*. Cambridge, UK: Polity Press. 2019.
- Mudde, Cas. *The ideology of the extreme right*. Manchester: Manchester University Press. 2000.
- Nagle, Angela. *Kill all normies: online culture wars from 4chan and tumblr to Trump and the alt-right*. United Kingdom: Zero Books. 2017.
- Paxton, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2007.
- Rauchfleisch, Adrian and Kaiser, Jonas. "The German Far-right on Youtube: An Analysis of User Overlap and User Comment". *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 64, 3(2020): 373-396. <https://doi.org/10.1080/08838151.2020.1799690>
- Roberts, Kenneth and Ostiguy, Pierre. *The Brown Journal of World Affairs*. "Putting Trump in Comparative Perspective: Populism and the Politicization of the Sociocultural Low", 33, 2016. <https://bjwa.brown.edu/23-1/putting-trump-in-comparative-perspective-populism-and-the-politicization-of-the-sociocultural-low>
- Rushbrook, Jonathan. *Against Thalassocracy: Sacred Geography, Nationhood and Perennial Traditionalism in Alexander Dugin's Neo-Eurasianist Philosophy*. MA Thesis, Morgantown, West Virginia University, 2015.
-

- Sedgwick, Mark. 2019a. *Limited Guénonian influence in incoming Brazilian government*. Traditionalists: a blog for the study of traditionalism and traditionalists. <https://traditionalistblog.blogspot.com/2018/12/limited-guenonian-influence-in-incoming.html>.
- Sedgwick, Mark. 2019c. *The worrying ideology that helps Trump's new friendship with Brazil*. Oupblog. Oxford University Press's academic insights for the thinking world. <https://blog.oup.com/2019/05/worrying-ideology-that-helps-trumps-new-friendship-brazil/>
- Sedgwick, Mark. *Against the modern world*. Oxford: Oxford University Press. 2004. <https://doi.org/10.1093/0195152972.001.0001>
- Sedgwick, Mark. *Key thinkers of the radical right: behind the new threat to liberal democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2019b. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190877583.001.0001>
- Simpson, Patricia Anne. "Mobilizing Meanings: Translocal Identities of the Far-Right Web". *German Politics and Society*, 34, 4(2016): 34-53. <https://doi.org/10.3167/gps.2016.340403>
- Smith, Anthony D. *The ethnic origins of nations*. Hoboken, New Jersey: Wiley-Blackwell .1986.
- Taguieff, Pierre-André. "Taguieff décortique les théories du complot". *L'Express*, 12/05/2018. https://www.lexpress.fr/actualite/societe/taguieff-les-complots-repondent-a-un-besoin-d-ordre_2007876.html
- Teitelbaum, Benjamin R. *War for eternity: inside Bannon's far-right circle of global power brokers*. New York: Harper Collins. 2020.
- Tönnies, Ferdinand. *Community and Society*. Mineola, New York: Dover Publications. 2011.
- Umland, Andreas and Anton Shevkhovtsov. "Is Alexander Dugin a Traditionalist? "Neo-Eurasianism and Perennial Philosophy". *The Russian Review*. 68, 4 (2009): 662-678. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9434.2009.00544.x>
- Umland, Andreas. "New extremely right-wing intellectual circles in Russia. The Anti-Orange Committee, the Isborsk Club and the Florian Geyer Club". *Russian Analytical Digest*. 135(2013): 2-6. <https://doi.org/10.31205/RA.256.01>
- Wacker, Grant. 2000. "The Christian Right", *National Humanities Center Online*. http://nationalhumanitiescenter.org/tserve/twenty/tkeyinfo/chr_rght.htm
- Wilcox, Clyde, Mark J. Rozell and Roland Gunn. "Religious coalitions in the New Christian Right". *Social Science Quarterly*, 7, 3(1996): 543-558.
- Winter, Aaron. "Anti-abortion extremism and violence in the United States". In: *Extremism in America*, George Michael (otg). Gainesville, Florida: University Press of Florida. 2013: 218-248. <https://doi.org/10.5744/florida/9780813044972.003.0009>
- Zúquete, José Pedro. "Para além do populismo: a defesa da identidade branca na Europa ocidental". In *Populismo: teorias e casos*, António Costa Pinto e Fábio Gentile (org), 57-75. Fortaleza, Ceará: Edmeta Editora, 2020.
- Zúquete, José Pedro. *The Identitarians: the movement against Globalism and Islam in Europe*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press. 2018. <https://doi.org/10.2307/j.ctvpj775n>

Recebido: 27 de março de 2021
Aprovado: 22 de junho de 2021

Dossiê: O dia que mudou o mundo?
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33572>

O cinema estadunidense pós-11 de Setembro: Hollywood na contramão a Doutrina Bush*

American cinema after 9/11: Hollywood against the Bush Doctrine

Cine estadounidense después del 11 de septiembre: Hollywood contra la Doctrina Bush

Daniel Ivori de Matos **

<https://orcid.org/0000-0001-6417-7532>

RESUMO: As imagens da manhã do dia 11 de setembro de 2001 marcaram um dos eventos mais significativos deste século: os atentados às Torres Gêmeas e ao Pentágono, símbolos do poder estadunidense. Completados vinte anos, seus efeitos foram – e ainda são – sentidos em todo o globo. Inicialmente, nota-se a exploração das imagens do acontecimento como um novo marco que abalou a nação; em seguida, o terrorismo assumiu a ordem do dia, muitos discursos políticos do então presidente George W. Bush sobre o novo inimigo, o terrorismo, foram apropriados por vários governantes, tornando-se uma estratégia internacional antiterrorista, que justificaram mudanças legislativas nos EUA, impulsionaram os conflitos no Afeganistão e no Iraque, incorporando, ainda, outras discussões, referentes ao Oriente Médio e ao islamismo. Subentende-se que esse capítulo da história dos EUA é impossível de ser escrito sem as imagens, já que a espetacularização das imagens dos atentados causou grande impacto na sociedade estadunidense. Assim, buscou-se neste artigo compreender através do cinema, algumas das produções que se posicionaram contra a *Doutrina Bush* ainda no primeiro mandato de George Walker Bush.

Palavras-chave: Cinema e História. Terrorismo. Estados Unidos da América.

* Este artigo apresenta alguns dos resultados obtidos através de minha pesquisa de doutoramento intitulada “A Guerra ao Terror e o cinema estadunidense pós-11 de Setembro de 2001”, defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e licenciado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus avançado de Pitanga-Pr. Professor Colaborador da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: danielmattos.historia@gmail.com.

ABSTRACT: The morning images of September 11 marked one of the most significant events of this century: the attacks on the Twin Towers and the Pentagon, symbols of American power. Twenty years later, its effects have been - and still are - felt across the globe. Initially, we note the exploitation of event images as a new milestone that shook the nation; then terrorism became the order of the day, many political speeches of President George W. Bush about the new enemy, terrorism, were appropriated by various rulers, becoming an international counter-terrorism strategy, which justify legislative changes in the US, fueled conflicts in Afghanistan and Iraq, incorporating also other discussions relating to the Middle East and Islam. It was understood that this chapter of US history is impossible to write without the images, since the spectacularization of the images of the attacks had a great impact on American society. Thus, this article sought to understand through cinema, some of the productions that were against the Bush Doctrine even in the first term of George Walker Bush.

Keywords: Cinema and History. Terrorism. USA.

RESUMEN: Las imágenes de la mañana del 11 de septiembre de 2001 marcaron uno de los hechos más significativos de este siglo: los ataques a las Torres Gemelas y al Pentágono, símbolos del poder estadounidense. Con veinte años, sus efectos se han sentido, y todavía se sienten, en todo el mundo. Inicialmente, la exploración de las imágenes del evento se señala como un nuevo hito que estremeció a la nación. Luego, el terrorismo se adueñó de la agenda, muchos de los discursos políticos del entonces presidente George W. Bush sobre el nuevo enemigo, el terrorismo, fueron apropiados por varios funcionarios gubernamentales, convirtiéndose en una estrategia internacional antiterrorista, que justificó cambios legislativos en EE. UU. impulsó los conflictos en Afganistán e Irak, incorporando, aún, otras discusiones, referidas al Medio Oriente y al Islam. Se entendió que este capítulo de la historia de Estados Unidos es imposible de escribir sin las imágenes, ya que la espectacularización de las imágenes de los atentados tuvo un gran impacto en la sociedad estadounidense. Así, este artículo buscó comprender a través del cine, algunas de las producciones que se opusieron a la Doctrina Bush incluso durante el primer mandato de George Walker Bush.

Palabras clave: Cine e Historia. Terrorismo. Estados Unidos de América.

Como citar este artigo:

Matos, Daniel Ivori de. "O cinema estadunidense pós-11 de Setembro: Hollywood na contramão a Doutrina Bush". *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 179-201.

Os atentados de 11 de Setembro de 2001: as imagens e o marco

Pensar em uma escrita fílmica da história¹ não significa, evidentemente, a constatação de uma única interpretação histórica, tal qual os filmes que apenas reforçam a construção/representação de um determinado acontecimento. Assim como os historiadores caem em teias interpretativas e circundam determinados *atos* – usando das fontes e de suas ferramentas como legitimadoras ou significantes de um processo histórico –, o cinema também acaba envolto nos problemas e efeitos de seu contexto histórico e, conseqüentemente, também pode se enveredar por tendências interpretativas. Nos termos acima apresentados, esta pesquisa se propõe a problematizar como o cinema interpretou/incorporou a história recente dos EUA, especificamente os atentados ocorridos no dia 11 de Setembro de 2001.

Assim, para os objetivos aqui propostos, são de suma importância as apreciações teórico-metodológicas presentes no livro *A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*, do historiador Carlos Alberto Vesentini, publicado em 1997². O que se compreende das exposições de Vesentini é que o *fato* é a adjetivação do *acontecimento*: um momento histórico que será preenchido por interpretações. Para o autor não basta apenas recuperar o processo histórico, deve-se descobrir como ele está amarrado ao *fato*. Nesse “Império do Fato”, como aponta Vesentini, existe um *marco* periodizador que define o “pós” e o “pré”. Ele se torna o ponto de transição, definidor e causativo, onde se instaura o *fato*, que seria a *revolução/marco*, ponto de origem da sua construção. A partir disso ocorre o que Vesentini chama de *transsubstanciação*, num movimento em que a memória histórica incide sobre a memória individual. Compreende-se que a partir do *marco* periodiza-se, define-se uma temporalidade, e que, portanto, ele é capaz de refazer a memória (Vesentini 1997, 134).

Tendo em vista estas reflexões, constata-se que os atentados terroristas aos EUA no dia 11 de setembro de 2001 – ou como se convencionou chamar *11 de Setembro* ou *Atentados de 11 de Setembro* – periodizam e mostram-se como *marco* no qual o tema do terrorismo, especificamente o fundamentalista islâmico, assumiu o topo das preocupações internacionais. Na definição dos responsáveis e de seus objetivos, tomou os moldes de uma luta entre o Ocidente versus Oriente. A partir de análises maniqueístas, se tornaram o tom das declarações oficiais do então presidente

¹ Cf.: Ramos 2002; Rosenstone 2010.

² Trata-se de um estudo sobre a memorização da chamada Revolução de 30, com o objetivo de demonstrar como esse acontecimento, 1930, cristalizou-se como *fato* à medida que cresceu como ideia, *revolução*, a fim de evidenciar como a memória histórica (entendida pelo autor como a presença constante da memória do vencedor) orientou as interpretações sobre esse momento histórico. Vesentini mapeia a forma como a construção desse *fato* se tornou um marco, ponto de chegada e partida de inúmeros outros momentos que poderiam indicar outros caminhos e outras interpretações, criando teias interpretativas em torno do *fato*, sendo esse momento a própria história. Cf.: Vesentini 1997.

dos EUA George Walker Bush, fazendo com que a *Guerra ao Terror* percorresse todo o mandato de Bush filho, sendo seus efeitos herdados pelos presidentes subsequentes.

De tal modo, não compreendemos tal acontecimento como um *fato*, mas como um processo histórico em aberto, em andamento, sem uma *memória histórica*. Portanto, apreende-se o *11 de Setembro* como um *marco* no qual ocorreram diversas mudanças políticas, internas e externas, nos EUA, bem como legislativas e diplomáticas em âmbito internacional, acarretando de forma direta nos conflitos no Afeganistão e no Iraque – parte do conjunto de medidas conhecida como *Doutrina Bush*. Sobretudo, compreendendo o terrorismo como o fio condutor do processo histórico no qual se inserem os ataques de 11 de setembro de 2001, não como ponto de chegada ou de partida, e sim como parte de um processo complexo e multifacetado.

O *11 de Setembro* torna-se o *marco* da empreitada dos EUA contra o terrorismo fundamentalista islâmico pela difusão da ideia de uma “nova luta” iniciada nesse fatídico dia. Assim, a *Guerra ao Terror* é algo a ser efetuado, não um ponto de chegada ou transição, mas o seu início. Os ataques centram, se tornam *marco*, porque o efeito das imagens os definem como um momento de união na defesa da nação. *11 de Setembro* é um *marco*, porque todos recorrerão a ele, ou a partir dele, para interpretar movimentos anteriores e posteriores, tornando-o a força de atração do acontecimento.

Nos dias que se seguiram aos atentados as imagens se tornaram indispensáveis para os meios de comunicação de massa – jornais, fotografia, rádio, televisão. Logo se recorreram aos registros históricos dos ataques ao território estadunidense, a fim de buscar um fundamento histórico, uma forma de agir frente ao evento. Tais efeitos foram impulsionados pelo governo estadunidense, intensificando ainda mais o espetáculo elaborado pelos terroristas. Por outro lado, o ataque não foi visto pelos estadunidenses da mesma forma que para o restante do globo, pois houve uma perturbação na memória histórica dos EUA, com referências e mitos da construção da nação e da identidade questionados. A cultura política dos EUA foi profundamente explorada por Bush, característica marcante de seu partido republicano, com a ênfase do mito do país enquanto detentor da cultura Ocidental e do seu “destino manifesto” de levar suas ideias aos povos que “necessitam”.

Todos os discursos de Bush foram transmitidos ao vivo pela TV e encontram-se disponíveis no site da Casa Branca. Os meios de informações, como a TV e os jornais, exploraram cada especificidade de tais eventos, não apenas a estadunidense, mas em todo o globo. Por exemplo, a emissora televisiva de notícias do Catar ganhou projeção internacional por cobrir as guerras do Afeganistão e do Iraque, por exibir manifestações contrárias aos EUA e, principalmente,

por transmitir mensagens de grupos terroristas – sequestros, execuções e pronunciamentos de Osama Bin Laden. Na definição do inimigo, entre seleções e exclusões, o que fica de fora nas eventuais declarações dos EUA pós-atentados? Certa temporalidade é deixada de lado em favor dessa nova empreitada estadunidense, centrando-se em outros momentos históricos nos quais o país foi vencedor; busca-se a unidade nacional e se acentuam as eventuais “contradições” ideológicas com o inimigo. O *11 de Setembro* torna-se, dessa forma, o marco legitimador e definidor da luta contra o terror em âmbito nacional e internacional para os EUA.

De tal modo, este texto se pauta em destacar o papel do cinema na escrita histórica sobre ações posteriores aos atentados de 11 de setembro de 2001, na chamada *Guerra ao Terror*, disseminada pelo governo do ex-presidente George W. Bush, ou seja, que marcou a primeira década deste breve século XXI. Não se trata de seguir o caminho de utilizar os filmes como rememoração e/ou ilustração do peso do *11 de Setembro*, exaltando a sua importância, mas perceber como este acontecimento impõe ao longo de todo o mandato de Bush, quando o terrorismo se mostrou o principal elemento justificador das diversas mudanças na política externa e interna e, conseqüentemente, como com o passar dos anos se tornou o principal ponto para a articulação de críticas ao seus dois mandatos.

Ao analisar os diferentes filmes sobre o *11 de Setembro* e a subsequente luta contra o terrorismo, observou-se que mesmo com as diferentes interpretações sobre as mudanças legislativas, antiterrorismo, Guerra no Afeganistão, Iraque, o atentado é visto como marco profundamente relacionado com o terrorismo. De maneira sucinta, percebe-se que nos primeiros anos pós-*11 de Setembro*, no início da *Guerra ao Terror*, durante o primeiro mandato de George W. Bush, o número de filmes e críticas é relativamente pequeno. Essa realidade se modifica após 2005, com um aumento significativo de produções cinematográficas e, conseqüentemente, das publicações críticas cinematográficas sobre as mesmas.

O cinema *hollywoodiano* na contramão da Doutrina Bush

Após os ataques do dia 11 de setembro de 2001 houve o fortalecimento da política intervencionista no Oriente Médio, tipicamente republicana, que utilizou dos atentados terroristas para constituir uma política externa pautada na luta contra o terror, a *Doutrina Bush*. As constantes imagens televisivas que foram incessantemente exibidas, como também os discursos do governo, pautavam-se nas intenções e ações de grupos terroristas contra os EUA, o que contribuiu para o efeito discursivo na construção do *11 de Setembro* como um marco histórico, ao mesmo tempo em que, inicialmente, minou interpretações diversas das que não compartilhassem o drama recente. Tais fatores justificaram alterações na política interna e externa, como a brusca mudança dos

direitos civis, em um debate interno acerca da repressão dos direitos fundamentais em favor de uma política preventiva e intervencionista contra o terrorismo internacional.

Nesse contexto, o terrorismo se tornou um tema delicado para o cinema. As narrativas que pudessem almejar discussões históricas envolvendo-o não tiveram grande espaço no *mainstream*, ao menos nos primeiros anos pós-atentados. No que se refere ao cinema hollywoodiano, até mesmo referências diretas as Torres Gêmeas não tiveram espaço. Ao contrário, se exaltou a elaboração de enredos sobre guerras com modelos que exaltassem o patriotismo e o dever dos estadunidenses para com seu país. As representações do dia dos atentados foram produzidas, inicialmente, por produções independentes/estrangeiras, bem como as primeiras críticas e reflexões sobre o *11 de Setembro*.

De maneira geral, o cinema pós-atentados, mostra um cenário bastante heterogêneo do ponto de vista de uma escrita fílmica da história recente dos EUA, quando considerada numa reflexão de todo o governo Bush. De imediato, houve certo consenso entre *Hollywood* e a política republicana, mas, aos poucos, esse cenário se alterou e se desgastou após a intervenção dos EUA no Iraque, em 2003. Tais elementos expõem a tensão existente e que permeia muitas produções que surgiram após os ataques de 11 de setembro de 2001. Constata-se que a linha narrativa de produções sobre os conflitos no Afeganistão e Iraque transita entre a exaltação de elementos que interrelacionam a vitória na Segunda Guerra Mundial e o amargor da Guerra do Vietnã – com exceção de alguns dos primeiros filmes jingoístas lançados logo após os atentados.

Segundo Robert Cettl, “[...] assim como o cinema durante a Guerra do Vietnã não abordou a Guerra do Vietnã até mesmo após o conflito, o cinema americano de terrorismo não tinha declaradamente abordado a guerra contra o terror entre 2001-2007” (2009, 14). Nessa associação, o cinema apenas levou ao público tímidas referências – talvez por uma espécie de censura implícita ao acontecimento e seu impacto – dos atentados às Torres Gêmeas e ao Pentágono, bem como dos temas que circundam a *Guerra ao Terror*. Todavia tal cenário se modifica após a intervenção no Iraque e no ano da reeleição de Bush em 2004, com o lançamento de produções críticas aos conflitos recentes, com os *remakes* de filmes anticomunistas e o início das hoje famosas franquias de filmes de super-heróis, como *Homem de Ferro* (*Iron Man*, 2008).

De tal modo, o cinema hollywoodiano foi apenas aos poucos tratando de filmes específicos sobre a atuação das tropas dos EUA no Oriente Médio, pois ao longo dos anos caminhou numa linha tênue entre o distanciamento e os usos políticos da espetacularização do *11 de Setembro*, afinal, o desenrolar dos acontecimentos ainda se encontravam no campo aberto de possibilidades históricas. A exaltação do drama dos atentados pela mídia impactou o cinema, que interrompeu,

alterou e/ou adaptou produções em andamento ou recém finalizadas, e impulsionou produções que exaltavam momentos “grandiosos” da história dos EUA. Tendo em vista as limitações deste texto, buscou-se apresentar os filmes que foram na contramão das políticas antiterroristas pós-11 de Setembro de George W. Bush durante o seu primeiro mandato.

Algumas das produções que destoaram do movimento favorável à *Doutrina Bush* e a *Guerra ao Terror* não constituíram precisamente críticas políticas, estavam preocupadas em mostrar o novo-iorquino de forma mais intimista e suas ações pós-atentados. Ao lado destas, várias outras constituíram críticas ao movimento da luta contra o terrorismo e seus efeitos nos EUA. As produções independentes e/ou estrangeiras foram as primeiras a buscar representar o dia dos atentados. Em grande parte, buscaram a representação “real” da queda das Torres Gêmeas através de compêndios de gravações amadoras, homenageando as vítimas, por vezes mesclando tais elementos a fim de levar ao público outra visão dos ataques, para além da cobertura televisiva, destoando-se dessa forma da “enxurrada” das imagens de escombros e dos “jumpers” em Manhattan, atrelada a retórica antiterrorista. Tais produções tiveram pouco alcance em termos de bilheteria, ou mesmo de espectadores, ganhando espaço em festivais e algumas recebendo elogios da crítica especializada. Nesse ponto, na representação do evento, qualquer reflexão com teor ou questionamento histórico poderia implicar num posicionamento político, ou seja, como antiamericano.

Visões distintas do 11 de setembro

Cerca de um ano após os atentados veio à tona uma das produções com as críticas mais ácidas até aquele momento, *11 de setembro (11'09"01 – September 11, 2002)*. 11 curtas-metragens de 11 diretores de diversos países (Egito, EUA, França, Irã, Japão, México, UK). A produção tem como premissa expor as distintas visões que cada diretor teve dos ataques e o seu impacto em diferentes lugares. Contudo, essas diferentes produções trouxeram à tona críticas ao sentimentalismo e à comoção estadunidense, a ponto da produção ser lançada tardiamente nos EUA, em relação a outros países.

O crítico Michael Wilmington, do *Chicago Tribune*, expôs alguns elogios à produção, de modo geral apresentando-a como um manifesto fílmico, o que eventualmente levou ao atraso de mais de um semestre para o lançamento nos EUA.

Às vezes o mundo do cinema, como o mundo em geral, nos dá algo extraordinário que também é uma lembrança dolorosa de oportunidades perdidas. Um exemplo é “11 de Setembro”, um filme muitas vezes brilhante, revelador, profundamente interessante e abrangente. Nele, 11 grandes cineastas mundiais criaram vinhetas cinematográficas: retratos de suas reações após o 11 de setembro de 2001 e o massacre do World Trade Center. Esses cineastas [...] tiveram controle artístico absoluto e apenas uma exigência. Cada segmento deveria ter exatamente 11 minutos, nove segundos e uma

seqüência, para coincidir poeticamente com o estilo europeu de datação 11-09-01. [...] Alguns dos 11 curtas são brilhantes, mesmo com suas falhas, são provocantes e reveladores. E, em geral, as perspectivas das vinhetas – mesmo entre os diretores profundamente críticos a política externa dos EUA – são humanistas e antiguerra, cheios de raiva pelo massacre e empáticos pelas vítimas. Porque levou tanto tempo para chegar aos nossos cinemas? Depois da estréia norte-americana no *Toronto Film Festival* do ano passado – onde “11 de setembro” teve uma recepção com críticas mistas – alguns dos curtas foram chamados de antiamericanos na imprensa e o lançamento do filme foi adiado. (Wilmington 2003)

O trecho destaca o objetivo geral da obra, como o apelo antiguerra e a crítica à política externa dos EUA, e além disso apresenta a justificativa do atrasado de mais de dez meses para o seu lançamento nos EUA. O receio das grandes produtoras e distribuidoras do país é um dos primeiros aspectos, somado ao esforço do próprio governo em não explorar o evento em si, ao menos no primeiro ano pós-ataques. Mas após a invasão do Iraque em março de 2003, nos meses seguintes surgiram questionamentos, já que grande parte da população não era a favor, um período de queda da popularidade de Bush. Sobretudo, o discurso geral da produção percorre o tratamento de diferentes *11 de Setembro* – como também uma alternativa ao que a mídia estadunidense chamou de marco histórico (uma tragédia sem precedentes) –, ou seja, chama a atenção para que outros eventos tenham também um lugar na história.

Um exemplo disso pode ser observado através de críticos como Stephen Hunter, do *Washington Post*, que em seu artigo “September 11: Towers and Babble”, mostra seu descontentamento com a abordagem histórica feita por alguns dos curtas-metragens. Segundo o crítico:

Dos curtas, dois são ótimos, alguns mais divertidos ou provocantes, mas os demais são muito impertinentes. Eu, faria sem o entusiasmo radical do cineasta britânico Ken Loach, que usa seus 11 minutos para lembrar ao mundo que em outro 11 de setembro, Salvador Allende foi deposto no Chile, um ato que ele atribui aos Estados Unidos [...]. Eu me pergunto, porque os mais de 3.000 americanos mortos nas torres ou no Pentágono seriam responsáveis pela ação da CIA no Chile a 30 e poucos anos atrás? [...] O curta de Israel, dirigido por Amos Gitai, também é desagradável. Tecnicamente, é uma peça cinematográfica virtuosa, uma única tomada de 11 minutos com atores vagando dentro e fora do quadro, numa brilhante coreografia. Mas o impulso do curta é tendencioso. Também se passa em um 11 de setembro, no local de um atentado em Jerusalém, e mostra a dificuldade de uma repórter de TV em relatar o evento ao vivo, em virtude das notícias vindas de Nova York. Seu ponto: “Ei, isso vem acontecendo para nós há muito mais tempo do que a vocês”. Eu não posso descrever todos [os curtas], então vamos diretamente para o mais estranho. A fábula do homem cobra, do grande cineasta japonês, Shohei Imamura. Hmm, o que isso tem a ver com 11 de setembro? Eu só posso suspeitar que Imamura, que dirigiu o grande “Vengeance is Mine” [1979] e “Black Rain” [1989] há muitos anos, pensou que a oferta do produtor francês Alain Brigand era ridícula. Mas ele pegou o dinheiro e fez o filme que queria fazer, e a piada é sobre o pobre Sr. Brigand! O filme de Imamura é ambientado em 1945 (!) e conta a história de um soldado japonês (Tomorrowo Taguchi) que voltou da guerra tão traumatizado que decidiu deixar de ser um homem, e se tornar uma cobra. Então o filme o segue enquanto se desliza pela poeira, perturbando a esposa, os pais e os aldeões. Vou avisar a potenciais espectadores que o filme contém uma cena tão repugnante, que até mesmo um estômago de ferro como o que eu tinha, teve que desviar – pensem em cobras e ratos pessoal. (Hunter 2003)

Apesar dos elogios, como a virtuosidade técnica de alguns curtas, o teor antiamericano destes não foi recepcionado positivamente. Evidentemente, devemos levar em conta que o próprio formato, documentário, somado a uma coletânea de curtas-metragens de culturas e idiomas diversos, também traz dificuldades para sua recepção, em virtude da resistência de parcelas significativas do público estadunidense. Sobretudo, questionar a memória histórica da Segunda Guerra Mundial, com relação ao Japão, é um tema delicado, bem como um curta que se passa em Israel, um *11 de Setembro* para os árabes. Reflexões que não seriam bem vistas num momento em que há um esforço para a luta contra um “novo” inimigo. Tal como vemos na fala do crítico Stephen Hunter de que este é o momento dos EUA. Evidentemente houve diferentes reações ao *11 de Setembro* dos EUA em outros países, como expõem Strobe Talbott e Nayan Chanda no livro *A era do terror: o mundo depois de 11 de setembro*, lançado em 2002:

O segundo choque para muitos americanos em 11 de setembro foi o espetáculo – tão explorado pela cobertura televisiva ocidental – dos jovens palestinos dançando e comemorando nas ruas. Nos dias e semanas seguintes, entre os entrevistados na televisão figuraram intelectuais egípcios que manifestaram sua desaprovação em relação aos ataques, mas cuja mensagem mais sincera parecia ser a de que os Estados Unidos mereciam aquilo. Em outubro, noticiou-se uma nova moda entre as mães paquistanesas: dar aos filhos recém-nascidos o nome de Osama (Talbott; Chanda 2002, 15-16).

Contudo, nos EUA, questionar a importância, impacto e consequências do acontecimento traria críticas negativas, tendo em conta que no imediato pós-ataques, o tratamento oficial foi via de regra, político, e não voltado à reflexão sobre os efeitos causados pelo evento na população nova-iorquina, bem como no restante dos EUA.

O diretor Alejandro González Iñárritu, quando questionado sobre o porquê de seu curta-metragem ser o único que abordou especificamente a queda das *Twin Towers*, respondeu:

Sim, porque eu não senti que poderia fazer qualquer coisa sobre antes ou depois do evento em si. Era muito recente. Eu queria apenas observar o que diretamente me afetou. Eu não queria reduzir meus 11 minutos a alguma declaração política. Mesmo se eu pudesse, é simplesmente impossível nesse tempo expressar a complexidade política desse evento. Eu só quis fazer algo abstrato que teria valor a longo prazo. Se eu fosse realizar esse projeto agora, eu faria um filme completamente diferente, porque tanta coisa aconteceu – Afeganistão, Iraque, e nenhuma arma de destruição em massa. Você começa a dizer: “Espere um minuto. Essa coisa não era tão simples quando os EUA foram atacados”. Mas naquela época eu queria focar as vidas humanas que se perderam e o incrível terror de 3.000 pessoas morrerem daquela maneira. Eu queria que fosse uma cerimônia de luto com gritos de índios como no meu país, orando por eles e suas famílias. Eu queria fazer uma declaração, que é a de que temos nos matado desde Caim e Abel, e como ainda podemos continuar a usar Deus para justificar esse tipo de coisas? Eu tentei ir além da política (Iñárritu 2003).

A declaração de Iñárritu exemplifica perfeitamente tal cenário, no qual pairavam apenas dúvidas, com o qual o governo claramente utilizou para uma mobilização política. A opção de Iñárritu foi a de parcialmente abrir mão das imagens e deixar o espectador às escuras. Nos mais de três minutos iniciais apenas se ouvem sons aleatórios em *off* seguidos do som de um avião e então,

um estrondo... vê-se a primeira imagem de uma série com pessoas saltando das Torres Gêmeas, rapidamente intercalando com a escuridão da tela, em *off* comentários de sobreviventes e noticiários. De repente, não há som, apenas as torres desabando e por fim, a escuridão novamente.

De tal modo, as primeiras produções posteriores aos ataques de setembro de 2001 mostram campos de disputa: de um lado grandes produtoras distanciando-se do evento, modificando, adiando, relançando e criando produções permeando o esquecimento e exaltando o patriotismo para um esforço de guerra, de outro lado algumas produções que não alcançaram o grande público, mas buscaram ir na contramão da mídia televisiva, apesar de haver diferentes posicionamentos também neste segmento. Assim, fica evidente a disputa pela legitimidade das imagens do *11 de Setembro*, como se usou tais imagens e em que sentido, tendo em conta que o público foi exaustivamente exposto a diferentes gravações, quadros, ângulos, sob os quais ponderava-se a favor de um patriotismo exacerbado ou uma reflexão mais madura e ampla sobre o que ocorreu. Esta última bastante impopular nos primeiros meses.

Ressalta-se que nesse momento o governo estadunidense estava lançando a *National Security Strategy*, em 17 de Setembro de 2002 (White House Office 2002), cujo objetivo era aplicar novas estratégias para a defesa da nação e, em linhas gerais, empreender ações preventivas, ao contrário da estratégia adotada no período da Guerra Fria. A dissuasão e contenção somada às críticas do teor antiamericano dos curtas-metragens de *11 de Setembro*, adiou a sua distribuição nos EUA. Portanto, qualquer questionamento ou acusação dos EUA terem cometido ações terroristas não foram vistas com bons olhos em território nacional.

Logo após os ataques terroristas, George W. Bush realizou diversos movimentos a fim da implementação de suas políticas antiterroristas, o que subitamente mexeu na política interna do país. Nesse movimento, muitos filmes buscaram contribuir com o imaginário patriótico de proteção da grande nação, na qual seus cidadãos dessem apoio às diversas reformas, como a retirada de direitos individuais básicos. Muitas produções aliadas ao governo, expostas anteriormente, caminharam lado a lado a essa “cegueira momentânea” dos estadunidenses na luta contra o terrorismo internacional, aspecto que se mostrou extremamente forte, principalmente no que se refere ao Afeganistão e à caçada a Bin Laden, no fim de 2001.

Na contramão ao esforço de guerra

Entretanto, foi inevitável o surgimento de produções que iam na contramão ao patriotismo, algumas produzidas antes mesmo do *11 de Setembro*. Um perfeito exemplo foi *Guerreiros Buffalo* (*Buffalo Soldiers*, 2001), produção teuto-britânica, que teve sua *première* em 08 de setembro de 2001 – depois disso só foi exibida em festivais em 2002, entre agosto e setembro, respectivamente no

Reino Unido e na Alemanha. Nos EUA *Guerreiros Buffalo* foi considerado a-patriótico por retratar a corrupção dentro do exército estadunidense, apresentado como uma instituição repleta de falhas. Sua exibição há três dias dos atentados terroristas apenas o prejudicou e seu efetivo lançamento apenas se deu em junho de 2003, no *Los Angeles Film Festival*, e depois em julho com salas limitadas.

Guerreiros Buffalo é baseado no livro de Robert O'Connor e tem uma trama ambientada durante a Guerra Fria, apresentando o dia a dia entediante de soldados dos EUA na Alemanha Oriental. Na apresentação dessa rotina, tem-se como protagonista o sargento Ray Elwood (Joaquin Phoenix), que age de maneira corrupta, comercializando diversos itens proibidos, produz heroína, e faz uso da simpatia de seu comandante (Ed Harris) para enganá-lo. A chegada de um novo sargento marca o começo das investigações de suas atividades ilícitas no regimento, bem como a presença de sua jovem filha, pela qual Elwood mostra interesse. Além de mostrar as falhas hierárquicas do exército, o ingresso militar é apresentado como uma alternativa a delinquentes, já que o protagonista do filme chegou ao exército para evitar a prisão após ter roubado um carro.

Edward Guthman do *San Francisco Chronicle* assume uma postura favorável a *Guerreiros Buffalo*; ao longo da sua crítica defende a produção e se mostra surpreso com o seu lançamento, tendo em conta as intempéries que assolaram o lançamento do filme:

Dado o clima político atual, quando a ação militar dos EUA no Iraque dividiu o país e drenou o apoio do presidente Bush, é incrível que “Guerreiros Buffalo”, com sua mensagem sobre corrupção e incompetência militar, seja liberado. Ao contrário de “Catch 22” [Ardil 22, 1970] ou “M.A.S.H.” [filme de 1970 e série de TV 1970/1983], que saiu em 1970, quando o sentimento público contra a Guerra do Vietnã estava no limite, “Guerreiros Buffalo” chega quando os atos de dissenso são rapidamente estigmatizados como antipatrióticos. Dito isto, eu espero que as pessoas não assistam “Guerreiros Buffalo” por razões políticas ou pela controvérsia que pode despertar. Em última análise, é um filme frio e sarcástico que não tem um ponto de vista forte, mas parece oferecer as suas inúmeras sequências – um tanque fugitivo, explosões gratuitas – para puro prazer (Guthman 2003).

Praticamente, todas as críticas analisadas sobre *Guerreiros Buffalo* trataram do longo atraso de seu lançamento nos EUA. A produção estreou no *Toronto Film Festival* no dia 08 de setembro de 2001, e, antes de estrear nos EUA, a Miramax recolheu o filme, que havia comprado no dia 10 de setembro (Laine 2003). Neste contexto, houve a investida contra o Afeganistão e, em março de 2003, a invasão do Iraque. O significado atribuído a uma obra, filme, não é estático e se modifica de acordo com o processo histórico. Neste caso, um ano e meio após seu lançamento, apesar de ainda ser considerado por muitos críticos como antipatriótico, houve algumas ressalvas, o que indica uma mudança frente aos filmes patrióticos. Sobretudo, não há apenas um exemplo de filme que foi desqualificado pela nova onda de produções a desenhar o esforço dos soldados no campo de guerra.

Outro exemplo de dissonância ao tom jingoísta do período foi *O Americano Quieto* (*The Quiet American*, 2002). Destaca-se que o diretor Philip Noyce recusou a direção de *A Soma de Todos os Medos* (*The Sum of All Fears*, 2002) (Wilmington 2002), lançada no mês de junho, para dirigir *O Americano Quieto*. O diretor talvez rejeitou o convite pelo teor *blockbuster* que os produtores queriam, já que seu enredo mostrava uma conspiração para dar início à Terceira Guerra Mundial. O filme escolhido por Noyce possui uma linha mais dramática e ele teve mais espaço para transpor para a tela a sua concepção do enredo. Houve, portanto, a opção pela liberdade artística. Pode-se observar isso na crítica de Michael Wilmington (2002), do *Chicago Tribune*:

Profundamente inteligente, visualmente suntuoso e repleto de ironias políticas e históricas, “O Americano Quieto” é um filme que pode ser muito sutil e intelectualmente presunçoso. Você só pode esperar que o público vá por conta própria assisti-lo, e que não serão dissuadidos pela crítica severa ao filme, sobre a política externa americana no Vietnã, uma postura que pode explicar porque a Miramax o deixou na prateleira após o 11/09.

Wilmington segue, ao longo de seu comentário sobre o filme, uma linha favorável à produção, elogiando a atuação de Michael Caine (Thomas Fowler), um britânico conservador, que possui um relacionamento amoroso com uma jovem vietnamita, que é abalado com a chegada de Alden Pyle (Brendan Fraser), um agente disfarçado do governo dos EUA. Sua crítica não é a única que faz um apelo ao filme. Roger Ebert, do *Chicago Sun-Times*, também exaltou o brilhantismo e exclamou: “Seria lamentável se as pessoas fossem ver o filme, ou ficassem longe, em virtude de suas crenças políticas” (2002).

Todos os críticos citados, que comentaram *O Americano Quieto*, enfatizaram o triângulo amor e a atuação dos atores, principalmente de Michael Caine, mas não deram atenção ao aspecto político, a não ser que o contexto não era adequado, devido ao clima patriótico. Stephen Holden seguiu a mesma linha dos críticos, mas expôs que este era o efetivo objetivo do filme, que o diretor voltou-se para o lado artístico em busca de seguir o ambiente proposto pelo livro: “Em último ponto, o filme está mais interessado no relacionamento dos personagens do que em sua política, e faz um excelente trabalho evocando o clima psicológico de Graham Greene em que a verdade de qualquer situação pode estar oculta e cheia de ambiguidades” (Holden 2002). Mesmo com essa exaltação do lado artístico da produção, o clima antiamericano entrevisto pelas distribuidoras minou a recepção do longa-metragem.

Fahrenheit 9/11 e sua crítica a George W. Bush

O documentário *Fahrenheit 11 de Setembro* (*Fahrenheit 9/11*, 2004), ao mesmo tempo que dá fim ao escapismo cinematográfico dos atentados e da exploração do acontecimento por parte do governo estadunidense e da grande mídia, num viés explícito de crítica às ações da administração

republicana. O ataque do diretor Michael Moore recaí, em especial, na desconstrução da figura de George W. Bush, com diversos argumentos que criticam suas políticas após os ataques terroristas de 11 de setembro, todavia é simplista em termos de análise do processo que tais temas demandam. Frente a tal premissa, o documentário foi produzido e distribuído por empresas independentes, teve uma grande bilheteria e foi premiado no Festival de Cannes com a *Palma de Ouro*.

O lançamento de *Fahrenheit 11 de Setembro* ocorreu em meio às eleições presidenciais de 2004, quando Bush buscava a sua reeleição com uma propaganda eleitoral fundamentada, basicamente, nos esforços do antiterrorismo. Numa clara tentativa de desqualificar o governo e influenciar o eleitorado, principalmente os detratores de Bush, Moore relaciona diversos elementos como as mudanças legislativas, bem como as relações da família Bush com pessoas próximas a Osama Bin Laden. Todo esse movimento é feito em meio a filmagens amadoras, arquivos e bastidores, com o uso de um tom cômico que faz parecer que o governo está sendo conduzido por um homem adulto mimado. Sua premissa, sem dúvidas, é gerar dúvidas acerca do comportamento de diversos políticos da Casa Branca, principalmente George W. Bush. Sendo assim, *Fahrenheit* foca-se demasiado na figura de Bush em detrimento do aprofundamento do processo histórico, do terrorismo internacional e como esse se relaciona com os EUA. Dessa forma, há uma concentração no aspecto político.

Desson Thomson, do Washington Post, faz uma reflexão sobre a abordagem e os objetivos de Michael Moore:

Documentários não são artigos jornalísticos, são pontos de vista subjetivos, e é por isso que Moore se diverte tanto as custas do presidente (o procurador-geral John Ashcroft também recebe a sua cota de ridicularização). “Fahrenheit 11 de Setembro” obviamente distorce os fatos a seu favor, mas é disso que se trata o jogo. O que conta é o poder emocional de persuasão de Moore. Com uma combinação de eventos e fatos que já conhecemos, e outros que não, Moore mistura tudo. Você compreende o fio condutor do argumento, mesmo que você discorde. [...] Se houvesse qualquer filme que pudesse afetar o meio político – àqueles raros americanos que chegam à eleição presidencial sem uma opinião formada – seria este. Há cenas surpreendentes da invasão americana ao Iraque, que incluem o terror visceral em uma casa em Bagdá, invadida por jovens soldados americanos em busca de um prisioneiro; e o testemunho sincero das tropas norte-americanas expressando seu descontentamento com a situação. Talvez a mais convincente de todas é a reviravolta dramática vivida por Lila Lipscomb, uma mãe de Michigan que muda de seu apoio patriótico a administração Bush para um inconsolável desespero depois de perder seu filho na guerra. Em um dos momentos mais impressionantes do filme, Lipscomb encontra-se diante de uma mulher iraquiana que está sentada diante de cartazes protestando contra a guerra, na Lafayette Square, em frente à Casa Branca. Duas pessoas em lados opostos, de repente se encontram pelo mesmo interesse. Momentos como este marcam “Fahrenheit” com o potencial de um rolo compressor cultural – um filme para este momento preocupante (2004).

Esta crítica apresenta detalhes pertinentes do período, como por exemplo ao expor que Michael Moore pode ajudar na decisão de alguns indecisos sobre Bush. Dessa forma, vê-se também um sinal de que a popularidade do referido presidente não estava no seu auge, já que os

questionamentos e a fragilidade dos argumentos de sua administração eram inúmeros. Thomson segue uma linha que começou a surgir meses após aparecerem os primeiros documentários em respostas aos resultados da invasão ao Iraque, no qual mesmo não concordando com a linha narrativa e/ou estilo do diretor/produção, reconhece pontos específicos, principalmente a respeito dos argumentos da Casa Branca no movimento para a invasão do Iraque em março de 2003.

Anthony O. Scott, em seu artigo “Unruly Scorn Leaves Room For Restraint, But Not a Lot”, também ressalta o humor e o posicionamento político contundente de Michael Moore em *Fahrenheit*, bem como faz ponderações sobre alguns tópicos políticos abordados por Moore, que poderiam não ser do conhecimento de muitos espectadores e que foram utilizados no enredo para levantar alguns questionamentos para o cidadão comum, principalmente em relação aos efeitos dos *atentados de 11 de Setembro*. Segundo Scott:

Misturando uma sóbria indignação com humor rebelde e despreocupadamente, rompendo a fronteira entre documentário e demagogia, o Sr. Moore mira na administração Bush, cujo mandato se destacou, em sua opinião, pela incomparável e absoluta arrogância, hipocrisia e incompetência. [...] Depois de sair do cinema, algumas questões provavelmente parecerão confusas acerca do posicionamento de Moore sobre a guerra no Afeganistão, se ele considera que o programa de segurança interna tem sido exageradamente intrusivo ou não, e na sua opinião sobre como o governo deveria ter respondido aos assassinos jihadistas que atacaram os Estados Unidos em 11 de setembro. Ao mesmo tempo, porém, pode ser que as confusões que arrastam a narrativa do Sr. Moore são o que fazem “Fahrenheit 11 de Setembro” um documento autêntico e indispensável de seu tempo. O filme pode ser visto como um esforço para trazer luz ao choque, a raiva e ao desespero, mas se partes dele parecem não dar o devido respeito, serem exageradas ou apenas confusas, bem, este é o espírito nacional (Scott 2004).

Anthony Scott vê o estilo de Moore como uma marca registrada que este utiliza para levar informações aos espectadores, tanto que no início de sua resenha sobre *Fahrenheit 11 de Setembro* discute sobre o tradicional respeito dos cidadãos para com o presidente dos EUA, mas que apesar do estilo, grosso modo, desrespeitoso de Moore, seu filme deve ser assistido como um verdadeiro exercício de expressão democrática (Scott 2003). Ademais mostra outro aspecto nebuloso que é o tratamento tanto da filmografia quanto dos críticos frente ao Afeganistão, que muitas vezes parece ser auto justificado. Por conta dos eventos de 11 de setembro de 2001, os questionamentos imperam apenas sobre as ações no Iraque a partir de 2003.

Michael Wilmington, do *Chicago Tribune*, escreveu uma longa crítica sobre *Fahrenheit*, elogiando a postura de Moore e elencando diversos pontos da produção, principalmente no que diz respeito às críticas sobre as políticas antiterroristas, enfatizando os principais elementos da perspectiva de Moore sobre a Guerra no Iraque, desde as motivações e, claro, suas consequências.

Entre os filmes que todos devem ver este ano – independentemente de seu gosto fílmico ou sua inclinação política – o excitante documentário de Michael Moore, “Fahrenheit 11 de Setembro”, encabeça a lista. “Fahrenheit” pode provocar prazer ou dividir seu público, mas ninguém vai reagir com indiferença a este aspecto chocante, triste e engraçado do tratamento dado pela administração

Bush ao terrorismo e a guerra no Iraque. [...] Então Moore implacavelmente apresenta sua própria visão sobre o Iraque, um conflito que em sua perspectiva nasceu do medo, decepção e confusão e resultou em sangue, morte e lágrimas, diminuindo o sonho americano que afirmava defender. Moore questiona enfaticamente as premissas, objetivos e a “venda” da guerra, a sua relevância para 11/09 e, acima de tudo, os seus temíveis custos, tanto em recursos nacionais como em vidas humanas. O filme não é objetivo, mas porque não pretende ser (Wilmington 2004).

Nesta crítica não se nota uma referência ao Afeganistão, mas apenas ao Iraque e de modo geral à política antiterrorista; acentua-se o foco de Michael Moore apenas em Bush, em pontos que pode criticá-lo. Ademais, a exaltação do documentário de Michael Moore como um filme que vai impactar o público, principalmente os indecisos, é presente em grande parte das críticas. *Fahrenheit 11 de Setembro* soube captar o movimento político, mas não o processo histórico, que estava emergindo contra o governo de Bush, e isso feito a partir do estilo narrativo de Michael Moore e seu humor escrachado que foi elogiado pela crítica, no qual mistura elementos constrangedores com situações trágicas, sem desconsiderar o valor dos questionamentos e eventos que são expostos na tela.

Muitos críticos exaltaram a habilidade de Moore em brincar com informações que são de conhecimentos de grande parte dos espectadores, como questões sérias que cercam o contexto histórico para questionar a administração de Bush. Mesmo com a forma descontraída de *Fahrenheit* em apresentar a ação dos EUA, o documentário é uma das primeiras produções a referenciar a *Guerra ao Terror* – mesmo que tratando apenas da guerra no Iraque –, diretamente com os ataques terroristas de 11 de setembro, no âmbito explicitamente político.

Kenneth Turan exaltou a abordagem de *Fahrenheit* frente aos acontecimentos do período:

Este filme não é sobre a relação da família Bush com a Arábia Saudita, os excessos do *Ato Patriótico* ou as armadilhas da invasão do Iraque, embora discuta estes temas. Em vez disso, temos uma história alternativa em pleno desenvolvimento sobre os últimos três anos ou mais. Moore apresenta um argumento persuasivo e implacável de que existe outra maneira de olhar para as coisas além da versão que nos é dada (Turan 2004).

Turan trouxe um aspecto pertinente, as mudanças legislativas, tal como o *Ato Patriótico*, e também ao que se refere a construção dos argumentos pela Casa Branca. O crítico expõe que mesmo tratando de temas pontuais que estão em voga, não se trata propriamente destes especificamente, mas da forma como as pontas soltas são conectadas para os cidadãos. Há uma referência sutil ao *11 de Setembro*, “três anos ou mais”, e um questionamento sobre qual a relação que se dá entre os atentados e a guerra do Iraque. A guerra do Afeganistão poucas vezes entra nessa equação, muitas vezes implicitamente tida como um ato de defesa, mas a partir das declarações iniciais ao Iraque, em setembro de 2002 de Bush na ONU, movimentos antiguerra começaram a emergir nos EUA e em vários países.

Em suma, grande parte dos críticos de *Fahrenheit*, mesmo classificando-o enquanto politicamente incorreto e questionando a veracidade de algumas acusações, apresentam que lado a lado ao humor e a forma tendenciosa de seus argumentos, o documentário de Michael Moore conduz o espectador a refletir sobre assuntos delicados, independentemente de sua posição política. Ou seja, muitos espectadores assistiram *Fahrenheit* esperando as montagens humorísticas, com situações constrangedoras de Moore.

A impopularidade da *Doutrina Bush*

Dois meses após a produção de Michael Moore, foi lançado o filme *Sob o Domínio do Mal*. Trata-se de um *remake* de produção homônima de 1962, baseado no livro de Richard Condon, cujo enredo mostra uma conspiração política, bem como soldados submetidos a uma lavagem cerebral durante a Guerra da Coreia; apenas uma alegoria para a paranoia durante a Guerra Fria. O *remake* de 2004, dirigido por Jonathan Demme, trata da Guerra do Golfo, mas, tal como o filme original, discute o contexto político de seu ano de produção e neste caso com o adicional de ser lançado no ano eleitoral nos EUA. Kenneth Turan do *Los Angeles Times*, construiu uma abordagem favorável ao longa-metragem, segundo o crítico:

A relevância política do filme é estranha porque se trata de um *remake*. O original de 1962 – dirigido por John Frankenheimer e escrito por George Axelrod do romance de Richard Condon – foi protagonizado por Frank Sinatra, Laurence Harvey e Angela Lansbury em um dos filmes mais inquietantes da década. A nova versão foi inteligentemente bem escrita por Daniel Pyne e Dean Georgaris, trabalhando a partir do material original. Baseou-se nos pontos fortes do primeiro filme e reduziu suas fraquezas, enquanto deslocava delicadamente algumas das dinâmicas do enredo. O resultado é um *thriller* político e psicológico que é mais rico em textura e nuance do que seu antecessor, sem sacrificar o impacto. “Sob o domínio do mal” foi produzido no ambiente pós-11 de setembro, e adaptou o medo da ameaça comunista dos anos 60 para os recentes e insuportáveis alertas terroristas e invasões unilaterais. Embora seus personagens e situações sejam fictícios, o mundo de “Sob o domínio do mal” é estranhamente semelhante ao nosso. É um lugar onde uma eleição presidencial iminente vai mudar a maneira como a atual administração se comporta militarmente, onde notícias de fundo transmitem conversas sobre bombardeios e urnas eletrônicas problemáticas (Turan 2004).

Turan exalta a abordagem e a intensificação dos problemas presentes para um futuro próximo, onde a guerra e as polêmicas políticas se tornaram comuns, traços evidentes da crítica do filme à administração de Bush e sua política antiterrorista. No jornal *The Austin Chronicle*, Marjorie Baumgarten também viu lados positivos em *Sob o Domínio do Mal*, afirmando que a produção revitalizou o *thriller* político e não poderia ser mais atual, por sua trama estar tão próxima à eleição presidencial (Baumgarten 2004).

Desson Thonson, do *Washington Post*, em sua crítica destaca que *Sob o Domínio do Mal* tem traços dos *thrillers* paranoicos dos anos de 1970, e que de certo modo faz parte do mesmo gênero que *Fahrenheit 11 de Setembro*, apesar do tom satírico e dos ataques diretos de Michael Moore

(Thomson 2004). Embora mesmo iniciando sua crítica citando o posicionamento político de esquerda do filme, Thomson (2004) se contém em suas reflexões políticas, mesmo elogiando a transposição da Guerra Fria para o contexto em que foi produzido.

Roger Ebert destacou que Jonathan Demme não é nem um pouco contido em *Sob Domínio do Mal*. Apesar de fazer algumas comparações com o filme de 1962, ressalta que é irrelevante comparar os filmes ou mesmo o elenco. Segundo o crítico, o importante é que Demme soube aproveitar os elementos principais e não se intimidou em fazer o público reconhecer personagens do filme na vida real. Ao final, Ebert escreve que Demme, ao tratar de algo que era de conhecimento do público e ao fazer suas adaptações, leva o público ao questionamento sobre se as corporações são de fato uma ameaça aos EUA (Ebert 2004).

Mick LaSalle, do *San Francisco Chronicle*, é ainda mais direto sobre a relação do filme com o seu contexto de lançamento:

O filme é uma das poucas produções de Hollywood que aborda diretamente o fato de que estamos vivendo em um mundo pós-11 de setembro. Se passa em algum futuro próximo ou alternativo em que a América [EUA] está envolvida simultaneamente em várias guerras, e os ataques terroristas são ocorrências comuns em cidades americanas. A próxima campanha presidencial – e a necessidade de um partido político parecer resistente ao terrorismo – permite a ascensão de um jovem congressista, Raymond Shaw (Liev Schreiber), um veterano da Guerra do Golfo com uma Medalha de Honra a seu favor. [...] Demme e os roteiristas Daniel Pyne e Dean Georganis definiram “Sob o Domínio do Mal” dentro de uma paisagem texturizada do século XXI, na qual trechos de conversas, manchetes e trechos de notícias, aparentemente ao acaso, criam a impressão de um mundo louco e frenético. Ouvimos falar de uma controvérsia sobre as urnas eleitorais touch screen, e depois uma eleição em que o candidato vencedor tem 70% dos votos. Coincidência? (LaSalle 2004)

LaSalle assume uma postura favorável ao filme, exaltando os pontos positivos e tal como os outros também fez referência aos filmes anteriores de Demme, como por exemplo *Os Silêncios dos Inocentes* (*The Silence of the Lambs*, 1991). Sobretudo, um ponto interessante do trecho acima citado é sobre a fraude eleitoral – também citado por Kenneth Turan –, que possivelmente é uma referência às polêmicas eleições presidenciais de 2000 entre Al Gore e George W. Bush. Evidentemente, apenas esta cena confirma o posicionamento político de Demme, se aproximando de *Fahrenheit 11 de Setembro*, mas muito mais sutil em sua crítica a Bush, já que outro detalhe da produção é a associação de corporações com a política, tal como Michael Moore fez em seu documentário.

Alguns críticos não foram tão favoráveis à produção e mostraram certo estranhamento sobre a abordagem do filme, principalmente desmerecendo as adaptações feitas pelos roteiristas e pelo diretor. Stephen Hunter, do *Washington Post*, declarou que *Sob o Domínio do Mal* se assemelha à centenas de *thrillers* lançados antes dele, e apontou fragilidades nas adaptações do filme, que para o autor não surtiram os efeitos desejados ou ficaram deslocadas. Um dos exemplos dado pelo crítico

seria a interpretação de Meryl Streep, mesmo com elogios à atuação da atriz, a indução de sua personagem com Hillary Clinton, não teria combinado com a atuação política da estadista. Outro ponto, foi a inserção de elementos do gênero de ficção científica com as cenas sobre a lavagem cerebral e os implantes (Hunter 2004).

Nessa mesma linha, o crítico do *Chicago Reader*, Jonathan Rosenbaum, elencou alguns pontos negativos do filme:

A história foi atualizada para a primeira guerra do golfo (“Manchurian” [título original em inglês] agora é apenas o nome de uma corporação do mal) e privada de seus choques principais (envolvendo a inventividade formal, o diálogo extravagante e o modo como o incesto é apresentado). Estranhamente, ele [o filme] retém parte da obscuridade política do original – a vilã de direita (Meryl Streep) se assemelha a Hillary Clinton –, mas não há recompensa mítica ou cômica. Se você não se importa muito com a primeira versão ou com o que um dia significou o nome de Jonathan Demme, o elenco faz um trabalho ok com um roteiro batido para um *thriller*, escrito por Daniel Pyne e Dean Georganis. Mas falta a marca encontrada nos melhores documentários políticos da atualidade (Rosenbaum 2004).

Rosenbaum não compartilha do mesmo horizonte que os produtores e roteiristas de *Sob o Domínio do Mal*, e é até mesmo curioso questionar qual seria essa “marca” dos documentários recentes, já que o que mais tinha causado um alvoroço foi *Fahrenheit 11 de Setembro*, lançado cerca de um mês antes, como um posicionamento político semelhante. Ademais, levando em conta outras críticas de Rosenbaum, nota-se um posicionamento conservador de sua parte quando determinado filme tem uma crítica mais incisiva, imperando uma espécie de respeito implícito à figura do presidente e suas decisões, e evidentemente esse traço percorre muitos cidadãos estadunidenses. Um exemplo disso se refere aos discursos dos presidentes dos EUA.

Em seu livro *Terrorism In American Cinema - An Analytical Filmography, 1960-2008*, Robert Cettl destacou a importância da longa-metragem:

As reportagens recorrentes de atualizações sobre a Guerra contra o Terror fazem *The Manchurian Candidate* [Sob o Domínio do Mal], um remake do clássico de 1962 da Guerra Fria de John Frankenheimer, o primeiro *thriller* político pós-11 de setembro a apresentar a Guerra ao Terror como um fundo político. A primeira eleição presidencial desde 11 de setembro constitui o pano de fundo para esta oportuna atualização do que foi em 1962 o auge da sátira política americana. Um provável candidato à vice-presidência aqui diz abertamente que o inimigo terrorista foi um gerado pela política externa anterior – uma visão que o governo Bush considerava antipatriótica e irrelevante ao 11/9 –, mas que os verdadeiros inimigos da América [EUA] são aqueles que comprometem os ideais americanos da liberdade civil. Compromissos com os ideais da liberdade civil na sequência do 11/9 viriam à tona de modo incisivo em uma onda de filmes em 2007, abraçando o terreno informado neste *thriller* político (Cettl 2009, 175).

Para Cettl, *Sob o Domínio do Mal* seria o primeiro *thriller* político pós-11 de Setembro, o que em partes pode-se concordar, visto o temor dos grandes estúdios a respeito da recepção. No entanto, o fato de ser um *remake* fez com que mesmo os elementos originais do novo roteiro fossem comparados com o filme original, como a abordagem das grandes corporações e a manipulação

política sobre o presidente – uma possível referência a Bush como um fantoche político de seu vice-presidente, assunto em pauta desde a invasão do Iraque.

Em tom mais explícito que *Sob o Domínio do Mal*, temos a produção *Verdade Revelada: a guerra no Iraque* (Uncovered: the war in Iraq, 2004), dirigida por Robert Greenwald, que se originou a partir de uma versão lançada *online* que mostrava as contradições e os estratagemas dos administradores do país. Com o impacto causado por *Fahrenheit 11 de Setembro*, Greenwald recebeu investimentos para estender seu documentário, que foi lançado em agosto de 2004 (Weissberg 2003), com várias cenas adicionais e, é claro, uma comparação direta à produção de Michael Moore que havia sido lançada meses antes.

Dave Kehr, do *The New York Times*, em sua crítica sobre *Verdade Revelada* fez uma breve comparação deste com *Fahrenheit 11/09*, dando-nos uma ideia geral de ambas as abordagens e também um sucinto panorama do cenário no qual tais documentários foram produzidos e recepcionados:

Além do desdém pelo presidente George W. Bush e suas decisões para a política externa, os dois filmes não poderiam ser mais diferentes. Onde o filme do Sr. Moore [Fahrenheit 11/09] constrói seu caso através de mordanças visuais, justaposições sugestivas e apelos emocionais, o filme de Greenwald [Verdade Revelada] é sóbrio e meticuloso. Ele narra pacientemente as causas para a guerra no Iraque elaboradas pelo presidente [George W. Bush] e seus assessores mais próximos, observando cada passo no caminho das afirmações contundentes de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa, através do longo período de transição (de relacionar as “armas-de-destruição em massa”) até a atual posição da administração – que, mesmo se nunca houve qualquer tipo de armas, Hussein era um homem mau e o mundo está melhor sem ele. O filme de Moore é dominado, é claro, pelo Sr. Moore, um talentoso comediante que criou um personagem atraente com seus bonés de beisebol e camisetas extragrandes. Em “Verdade Revelada”, Greenwald não é visto nem ouvido. Em vez disso, ele trabalha combinando uma seleção astuta de trechos de notícias da TV com declarações de membros dissidentes da comunidade da inteligência dos EUA. Ao invés de tentar uma acusação arrebatadora da administração Bush e tudo o que ela representa, Greenwald enfoca um ponto simples e evidente: que a guerra no Iraque foi vendida ao Congresso e ao público americano através de uma série coordenada de distorções públicas que, na melhor das hipóteses, seriam ilusões, e na pior, engano total. [...] Quando Colin Powell diz às Nações Unidas: “Nossa estimativa conservadora é de que atualmente o Iraque tem um estoque de 100 a 500 toneladas de agentes para armas químicas”, replica [Ray] McGovern [ativista político e veterano da CIA]: “Onde estão? O que aconteceu com eles? ‘Não é nossa estimativa conservadora’, isso soa muito para mim, seria nossa estimativa neoconservadora”. Há uma certa ironia no fato de que “Verdade Revelada” mostra os tipos de partidarismos descarados que Greenwald condenou em seu último documentário, “Outfoxed” [2004], uma análise da Fox News que concluiu, para o espanto de ninguém, que o canal teve uma inclinação conservadora. Talvez seja esse partidarismo exacerbado a razão de filmes como “Fahrenheit 11/09” e programas como “The O’Reilly Report” [*talk show* da Fox News no qual seu apresentador aborda questões políticas] serem tão populares. A disseminação de blogs (à esquerda) e rádio (à direita) fez florescer milhares de pontos de vista, e os antigos modelos de objetividade jornalística estão começando a parecer chatos e antiquados para muitos consumidores. Os americanos estão profundamente interessados em seu jornalismo, assim como nos esportes e no entretenimento. Sr. Moore sabe como dar isso a eles, assim como o Sr. Greenwald – de uma maneira muito mais digna e documentada (Kerh 2004).

Kehr faz questão de distanciar a linguagem utilizada pelo dois cineastas, Michael Moore e Robert Greenwald, no seu tratamento com o público; o primeiro direcionando ao espectador e o

segundo sem interferir pessoalmente nas reflexões, apenas usando as gravações e a edição mais direta. Ademais, tal crítica nos mostra como a intervenção no Iraque e a sua justificativa, fornecida pelo governo Bush, começaram a intensificar as críticas ao governo e até certo ponto às bases da política antiterrorista. Apesar do sucesso de alguns documentários, o *mainstream* não estava com o mesmo potencial, produções com atores, diretores, e produtores famosos estavam ainda começando a ganhar espaço.

Num cenário pós-filmes jingoístas, documentários incisivos, como *Verdade Revelada*, buscavam abalar os alicerces dos discursos antiterroristas e maniqueístas. Sobre esse ponto, o crítico de filmes do *San Francisco Chronicle*, Jonathan Curiel, expôs:

Os partidários de Bush apontarão o dedo para “Verdade Revelada: a guerra no Iraque” e dirão que é um filme partidário que visa constranger o presidente na preparação para as eleições em novembro. Greenwald [...] financiou seu trabalho com a ajuda do [grupo político progressista] MoveOn.org, que está promovendo uma campanha contra a reeleição de Bush, e o Center for American Progress, uma organização liberal liderada pelo ex-chefe de gabinete de Bill Clinton. Além de Greenwald entrevistar muitos críticos conhecidos do governo Bush (incluindo Joseph Wilson, ex-diplomata que desafiou a Casa Branca, que afirma que Saddam Hussein tentou comprar urânio da África), ele também recebe outros que eram antigos aliados de Bush na Casa Branca. A maior jogada de Greenwald: David Kay, o cientista que liderou o esforço do pós-guerra para encontrar armas de destruição em massa no Iraque. Em determinado trecho de “Verdade Revelada”, vemos [Dick] Cheney chamando Kay de “cientista respeitado”, e que este localizaria “as armas da morte” que Bush prometeu encontrar em Bagdá. No minuto seguinte, “Verdade Revelada” mostra Kay admitindo que as suposições da Casa Branca estavam terrivelmente erradas. “Estávamos todos errados”, diz Kay, antes de acrescentar: “Em uma democracia, você tem a obrigação de falar honestamente ao público”. “Verdade Revelada” é uma forte acusação sobre a administração Bush e seu foco no Iraque. O documentário é um complemento importante para outros trabalhos em circulação (incluindo “Fahrenheit 11/09” de Michael Moore) na disputa pela atenção do público durante o ano eleitoral. “Verdade Revelada” vai deixar o público refletindo sobre o que parece ser uma guerra desnecessária e inútil (2004).

O comentário de Curiel sobre *Verdade Revelada* apresenta os principais trechos da obra. De modo geral, o crítico parece compartilhar das exposições do objeto de sua crítica, bem como das demais produções, tomando pra si o que *Verdade Revelada* tentou tratar: não de partidarismos, mas sim da manipulação da opinião pública através de diversos artifícios. Como já destacado anteriormente, deve-se ressaltar que após o 11 de Setembro, não houve um movimento *mainstream* até o momento que trate da tragédia para os EUA, mas um aumento na exaltação patriótica, que já caminhava com filmes de guerra anteriores. A retomada de consciência, que foi amplificada pelas imagens dos atentados, pelo esforço fílmico de guerra, teve um abalo com a intervenção no Iraque.

Certamente, alguns críticos seriam mais maleáveis já que compartilham o teor anti-Bush que a produção causa, já que mesmo os comentaristas que podem apontar o alinhamento do documentário a setores declaradamente contrários ao governo, bem como com produções semelhantes, não desmereceram sua objetividade. Para o crítico Michael O’Sullivan:

O problema é que, como “Outfoxed”, “Fahrenheit 11/09”, “A Corporação”, “The Hunting of the President” e filmes do tipo, “Verdade Revelada” é eficaz para os convertidos, aqueles que já concordam com as suas pautas. E depois de tanto ouvir nos últimos meses as pulsantes críticas a Bush, até mesmo os progressistas mais devotos (entre os quais eu me incluo) sentiram como se já tivessem ouvido esse sermão centenas de vezes. Onde estão as armas de destruição em massa de Saddam? Tudo bem. Fomos enganados e manipulados pelas táticas de intimidação do governo. Você continua com aquela cociceira que nunca vai melhorar. Na verdade, pode começar a ficar um pouco irritante. Obviamente, que com as eleições presidenciais dos EUA tão próximas, este é um assunto delicado que Greenwald e seus colegas [cineastas] não querem deixar passar (2004).

Nota-se que o posicionamento político de Michael O’Sullivan não o limitou a concordar com as exposições do filme, que, segundo ele, vinha do eco de grupos contrários a Bush, assim como outros documentários. E aparentemente *Verdade Revelada* se aproximou das expectativas do público, e num momento de grande efervescência política, a candidatura à reeleição de George W. Bush, fundamentada na política antiterrorista.

Considerações finais

Os conflitos oriundos da *Doutrina Bush*, Guerra do Afeganistão e Guerra do Iraque não tiveram o mesmo peso dentro do cinema. Com grande destaque para a última, bastante controversa, desde o anúncio da intervenção, em março de 2003, e alguns escândalos envolvendo soldados dos EUA, que levaram a um aumento da desaprovação do então presidente Bush. Sobretudo, grande parte dos questionamentos se voltam a *Guerra ao Terror* e seus efeitos, mas principalmente sobre o Iraque, a filmografia e a análise da crítica mostram campos de disputa sobre a forma como Hollywood deve representar e levar tais temas ao espectador.

Destarte, a linguagem cinematográfica tem uma importância significativa em meio à história dos EUA, constantemente estudada como forma de compreender os processos históricos e eventos que envolvem este país. De tal modo, durante todo o governo Bush observar-se-á diferentes momentos e interpretações cinematográficas. Num primeiro momento com as grandes produtoras alterando/modificando vários filmes que fizessem referência direta ao evento, produções independentes e/ou estrangeiras que buscaram representar ou refletir sobre o ocorrido, e ainda os filmes que reforçaram o escapismo e/ou o esforço de guerra.

Aos poucos, tal como exposto neste artigo, os filmes começaram a tratar as consequências e as críticas à política do governo Bush. Tais produções buscaram representar os jogos políticos e econômicos dos EUA em meio a *Doutrina Bush*, bem como retratar os conflitos no Afeganistão. Em menor grau, e principalmente no Iraque, diversas produções com esse viés apareceram ao longo dos anos, mas se tornaram mais evidentes com a queda de popularidade de George W. Bush e sua influência no Congresso, em grande parte no seu segundo mandato.

Referências bibliográficas

- Baumgarten, Marjorie. 2004. "The Manchurian Candidate". <http://www.austinchronicle.com/calendar/film/2004-07-30/221706/>.
- Cettl, Robert. *Terrorism in American Cinema: an analytical filmography, 1960-2008*. Jefferson, N.C.: McFarland & Company, 2009.
- Curiel, Jonathan. 2004. "Uncovered: the war on Iraq". <http://www.sfgate.com/movies/article/FILM-CLIPS-Also-opening-today-2730506.php#iraq>.
- Ebert, Robert. 2004. "Fahrenheit 9/11". <http://www.rogerebert.com/reviews/fahrenheit-911-2004>.
- Ebert, Roger. 2004. "The Manchurian Candidate". <http://www.rogerebert.com/reviews/the-manchurian-candidate-2004>.
- Guthman, Edward. 2003. "Mordant swipe at U.S. military / Supply clerk runs scams in 'Buffalo Soldiers'". <http://www.sfgate.com/movies/article/Mordant-swipe-at-U-S-military-Supply-clerk-2597066.php>.
- Holden, Stephen. 2002. "A Jaded Affair in a Vietnam Already at War". http://www.nytimes.com/movie/review?res=9A06EFDE1539F931A15752C1A9649C8B63_
- Hunter, Stephen. 2003. "'September 11': Towers and Babble". <http://www.washingtonpost.com/wp-yn/content/article/2003/09/05/AR2005040200618.html>
- Hunter, Stephen. 2004. "The Also-Ran Jonathan Demme's 'Manchurian Candidate' Trails the Chilling Original". <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A26007-2004Jul29.html>.
- Iñarritu, Alejandro González. 2003. "Entrevista concedida a Scott Tobias". <http://www.avclub.com/article/alejandrogonzalez-inarritu-13845>.
- Internet Movie Database. 2002. "The Quiet American (2002) – release info". http://www.imdb.com/title/tt0258068/releaseinfo?ref_=tt_dt_dt
- Kehr, Dave. "Revisiting the Road to Iraq War, Step by Step", *The New York Times*, 20 de Agosto de 2004. <http://movies2.nytimes.com/2004/08/20/movies/20UNCO.html>.
- Laine, Anthony. "Brothers and Sisters", *The New Yorker*, 11 de agosto de 2003. <http://www.newyorker.com/magazine/2003/08/11/brothers-and-sisters-2>.
- Lasalle, Mick. 2004. "Terrorist attacks, corporate control, election controversy: Sound familiar? 'The Manchurian Candidate' has it all". <http://www.sfgate.com/movies/article/Terrorist-attacks-corporate-control-election-2737592.php#photo-2183593>
- O'Sullivan, Michael. 2004. "Uncovered": Another Film From Left Field. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A16410-2004Aug19.html>.
- Prince, Stephen. *Firestorm: American film in the age of terrorism*. New York: Columbia University Press, 2009.
- Ramos, Alcides Freire. *Canibalismo dos Fracos: cinema e história do Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- Rosenbaum, Jonathan. "The Manchurian Candidate", *Chicago Reader*, 30 julho de 2004. <http://www.chicagoreader.com/chicago/the-manchurian-candidate/Film?oid=1149643>.
- Rosenstone, Robert A. *A história nos filmes / Os filmes na história*. Tradução: Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
-

Scott, Anthony Oliver. 2004. “Unruly Scorn Leaves Room For Restraint, But Not a Lot”.. <http://www.nytimes.com/2004/06/23/movies/film-review-unruly-scorn-leaves-room-for-restraint-but-not-a-lot.html>.

Talbott, Strobe, e Nayan Chanda, orgs. *A era do terror: o mundo depois de 11 de setembro*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Thomson, Desson. 2004. “On Screen ‘Fahrenheit 9/11’ Turns Up the Heat”. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A2290-2004Jun24.html>

Thomson, Desson. 2004. “On Screen An Electable ‘Manchurian Candidate’”. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A24555-2004Jul29.html>

Turan, Kenneth. 2004. “Ho holds barred”. <http://articles.latimes.com/2004/jun/23/entertainment/et-turan23>

Turan, Kenneth. 2004. “Mere Pawns in the game.” <http://articles.latimes.com/2004/jul/30/entertainment/et-turan30>

Vesentini, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Weissberg, Jay. 2003. “Uncovered: the war in Iraq”. <https://variety.com/2004/film/reviews/uncovered-the-war-on-iraq-1200531724/>

White House Office. 2002. “The national security strategy of the United States of America”. <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>.

White House Office. 2002. “The national security strategy of the United States of America”. <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>

Wilmington, Michael. 2002. “Greene’s novel of dark intrigue soars with Caine”. http://articles.chicagotribune.com/2003-02-07/entertainment/0302070373_1_quiet-american-thi-hai-yen-alden-pyle/2.

Wilmington, Michael. 2004. “Global giants of film tackle a tough subject: ‘September 11’”. http://articles.chicagotribune.com/2003-09-05/entertainment/0309050277_1_youssef-chahine-star-massacre.

Wilmington, Michael. 2004. “Ambush!”. http://articles.chicagotribune.com/2004-06-25/entertainment/0406250385_1_michael-moore-fahrenheit-white-house.

Recebido: 06 de março de 2021
Aprovado: 26 de maio de 2021

Acervos virtuais na web 2.0: Reflexões sobre o acesso aos inventários setecentistas preservados pelo Arquivo Público Casa Borba Gato – Minas Gerais*

Virtual collection on web 2.0: Thoughts about the access of 18th century inventories preserved by Casa Borba Gato Public Archive – Minas Gerais

Colección virtual en la web 2.0: Reflexiones sobre el acceso a los inventarios del siglo XVIII conservados por el Archivo Público Casa Borba Gato – Minas Gerais

Raphael Freitas Santos**

<https://orcid.org/0000-0003-1470-7755>

Elizabeth Duane Santos da Costa***

<https://orcid.org/0000-0002-7489-6108>

RESUMO: O texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada por uma equipe multidisciplinar, cujo objetivo é construir uma plataforma *web* para dar acesso aos dados extraídos de inventários *post-mortem* escritos no século XVIII em Minas Gerais. Para tanto foi construído um banco de dados não-relacional (NoSQL) em substituição a uma base de dados obsoleta elaborada em *software* proprietário e restrito ao *desktop*. Durante esse processo foram realizadas várias reflexões sobre o fazer histórico em um contexto eminentemente digital. O objetivo é ampliar o acesso a documentos raros, bem como contribuir para uma nova relação entre a cultura digital, as ciências da informação e a historiografia.

* Projeto de pesquisa desenvolvido no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFETMG, com recursos da própria instituição e da FAPEMIG – Fundo de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador de Arquivo e Memória Institucional e Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Autor de *O Ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista* (2010); *Dívida e Endividamento* (2003). *Redes Sociais e Atividades Mercantil na América Portuguesa* (2016); *Formação de um corpo de negociantes na Bahia* (2015). E-mail: raphael@cefetmg.br.

*** Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Autora de *Cooperative Robot Exploration and Transport of Unknow Objects* (2012); *Autonomous Navigation in Dynamic Environments with Reinforcement Learning and Heuristic* (2010). Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: duanecosta@gmail.com.

Palavras-chave: História. Humanidades Digitais. Tecnologia da Informação e Comunicação. História Pública. Documentos Históricos.

ABSTRACT: This paper presents some results of a research carried out by a multidisciplinary team whose objective has been to built a Web platform and provide access to extracted data from *postmortem* inventories written in 18th century Minas Gerais. Thereby, a NoSQL database was built based on an obsolete database, created on proprietary and Desktop-restricted software. During this process, we have made several considers about the making of history in an eminently digital context. Thus, we aim to increase the access to rare historical documents, as well as contribute to a new relationship between the digital culture, information sciences and historiography.

Keywords: History. Digital Humanities. Information and Communication Technology. Database. Public History. Historical Documents.

RESUMEN: Este artículo presenta algunos resultados de una investigación realizada por un equipo multidisciplinario cuyo objetivo ha sido construir una plataforma *web* y proporcionar acceso a datos extraídos de inventarios *post mortem* escritos en el siglo XVIII en Minas Gerais. De este modo, se construyó una base de datos NoSQL basada en una base de datos obsoleta, creada en un software patentado y restringido para *desktop*. Durante este proceso, hemos realizado varias consideraciones sobre hacer historia en un contexto eminentemente digital. Por lo tanto, nuestro objetivo es aumentar el acceso a documentos históricos raros, así como contribuir para una nueva relación entre la cultura digital, las ciencias de la información y la historiografía

Palabras clave: Historia. Humanidades digitales. Tecnología de la información y la comunicación. Base de datos. Historia Pública. Documentos históricos.

Como citar este artigo:

Santos, Raphael Freitas; Costa, Elizabeth Duane Santos da. “Acervos virtuais na web 2.0: Reflexões sobre o acesso aos inventários setecentistas preservados pelo Arquivo Público Casa Borba Gato – Minas Gerais”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 202-218.

Introdução

No atual contexto em que nos encontramos consideramos ultrapassado o pressuposto de que a informática deve apenas servir como “disciplina auxiliar” à história. Um dos grandes desafios contemporâneos e um dos pressupostos da pesquisa multidisciplinar que apresentamos nesse artigo passa por reflexões sobre as transformações na construção e divulgação do conhecimento histórico proporcionada pelas novas tecnologias digitais. Nesse sentido, defendemos que a postura dos

historiadores deva ser a de que ambos os conhecimentos possam, de alguma forma, caminhar juntos. Nosso objetivo nesse artigo é justamente refletir sobre as formas e as justificativas para a adoção de tal postura metodológica e epistemológica na produção de pesquisas e narrativas historiográficas.

Um importante intelectual francês, ao argumentar sobre como o próprio gesto fundador do “fazer história” é mediado pela técnica, certa vez afirmou que “cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios” (Certeau 1988, 78). Dessa ideia depreende-se que todo contexto de popularização de adventos tecnológicos implica também em transformações em nossos próprios hábitos, comportamentos e, é claro, nos modelos de trabalhar e escrever a história. No atual contexto tecnológico as operações cotidianas e, portanto, as operações historiográficas, vêm sendo cada vez mais mediadas por recursos informatizados. Nessa perspectiva, do editor de texto, que molda nossa forma de redação, aos suportes para armazenamento e difusão das informações históricas e da produção historiográfica, tudo isso faz parte do processo de interpretação que é inerente ao trabalho dos historiadores. Isso significa que uma reflexão aprofundada sobre as contribuições das tecnologias da informação na produção do conhecimento histórico é uma tarefa fundamental. Afinal, uma das tarefas das ciências humanas e sociais é desnaturalizar as coisas, apresentando a forma como as práticas foram construídas socialmente e como elas interferem nas relações de poder dentro das sociedades

A história na era digital

O uso da informática na pesquisa histórica não é nenhuma novidade e as reflexões sobre a utilização dessa ferramenta foram resultantes das próprias experiências dos historiadores com as Tecnologias de Informática e Comunicação (TICs). A utilização das tecnologias digitais na produção do conhecimento histórico se tornou objeto de reflexão sistemática, com a publicação de artigos, capítulos e livros científicos, já na década de 1960, sendo que no Brasil um dos primeiros esforços nesse sentido pode ser encontrado em Cardoso e Brignoli (1979).

Os historiadores que primeiramente se beneficiaram das tecnologias da informação e que, portanto, também refletiram sobre os impactos dessa experiência, se dedicavam principalmente à História Econômica e Demográfica (Figueiredo 1997; Tavares 2012). É notório que nesse campo de pesquisa, os historiadores se deparavam com dificuldades para encontrar séries suficientemente numerosas, rigorosamente datadas, com os dados homogêneos e comparáveis para construir suas bases de dados. Mas, assim que conseguiam, passavam para uma etapa da pesquisa em que as tecnologias digitais assumiram um papel fundamental, armazenando e processando os dados

acumulados, permitindo assim que as informações pudessem ser utilizadas de forma coerente com as questões formuladas por pesquisadores (Luna 1982; Marcílio 1986; Paiva 1996).

A ampliação desse campo de pesquisa nas décadas de 1980 e a introdução dos primeiros microcomputadores nas instituições de pesquisas no Brasil criaram as condições para a fundação, em 1991, da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC), que promoveu encontros anuais para avanço das discussões sobre essa temática. Outra importante iniciativa, na década 1990, foi o trabalho de identificação, leitura paleográfica, organização e sumarização de conteúdos da documentação avulsa referente a algumas capitâneas brasileiras, depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Tal iniciativa, conhecida como “Projeto Resgate”, digitalizou cerca de 40 mil dossiês, reproduzidos e divulgados por intermédio de CD-ROMs. O resultado desse empreendimento foi um “inequívoco aumento da produção historiográfica respeitante à administração portuguesa” (Boschi 2011, 14).

No entanto, foi no início do século XXI, com a popularização dos microcomputadores, *notebooks* e, posteriormente, de dispositivos móveis e da Internet, que a cultura digital deixou de ser apenas um objeto de reflexão por parte dos historiadores que em seu fazer historiográfico utilizavam as TIC's como valiosas ferramentas de pesquisa, para se tornar um campo de pesquisa autônomo. As questões pensadas por esses novos pesquisadores versam sobre outros problemas como, por exemplo, a capacidade de incorporar a Internet enquanto fonte primária nos métodos da pesquisa histórica (Albieri 2011).

Nesse sentido, surgiu na última virada de século um novo campo denominado *Digital Humanities*, dedicado a pensar exatamente as mudanças metodológicas engendradas pela informatização digital: “à diferença dos anos 1970-1980, este novo momento nas humanidades e na história começa se mostrando muito mais reflexivo sobre o próprio método e suas implicações por toda a pesquisa” (Lucchesi 2014, 47). A partir desse momento, a tecnologia digital foi deixando de ser meramente uma ferramenta de trabalho e passou “a ser interrogada enquanto conjunto de fatores capaz de gerar um completo e novo ambiente de trabalho” (Lucchesi 2014, 47).

Além disso, as transformações geradas pelas novas tecnologias acabaram promovendo para a escrita da história mudanças epistemológicas e ontológicas. Esse movimento, conhecido como *Digital History 2.0* pretende criar uma nova relação entre o historiador e as suas fontes, bem como com seu público, fazendo um uso mais pertinente da tecnologia digital em uma sociedade onde dominam os meios de comunicação via Internet (Noiret e Gallini 2011). Afinal, um novo contexto histórico marcado por transformações tecnológicas severas exige dos historiadores reflexões profundas, capazes de desafiar os métodos tradicionais que fundamentam a história disciplinar.

O acervo da Casa Borba Gato e as primeiras experiências de tratamento digital

O arquivo público Casa Borba Gato está localizado no município de Sabará, na região metropolitana de Belo Horizonte. Atualmente vinculado ao Museu do Ouro – IBRAM. O acervo documental da instituição começou a ser constituído a partir de 1945 e foi fundamentado na documentação cartorial que teve origem nas Ouvidorias e Provedorias e nos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios da antiga Comarca do Rio das Velhas, nos séculos XVIII e XIX (Rosa e Figueiredo 2017).

Muitos pesquisadores frequentam a instituição para acessar seu acervo de documentos setecentista e oitocentista, sobretudo as suas séries de inventários e testamentos, cuja organização e preservação estão mais avançadas em relação ao restante da documentação. Os inventários *post-mortem* são ações processuais produzidas pelas autoridades locais com o objetivo de fazer uma espécie de balanço dos bens e dívidas de uma pessoa após seu falecimento ou declaração de demência, a fim de legalizar a transferência dos bens aos herdeiros. Já os testamentos são documentos produzidos pelo indivíduo ou sob sua autorização com a função de registrar suas últimas vontades relacionadas às espiritualidades e, por vezes, ao destino de seus bens materiais. Segundo Flexor, os

inventários e testamentos constituíam um único processo e não eram indissociáveis. Os inventários eram feitos quando existiam órfãos menores e bens a serem partilhados e podiam, ou não, incluir o testamento. Existiam casos em que o inventariado morria sem deixar testamento. Por outro lado, alguns inventários traziam o traslado do testamento e seu cumprimento e contas, de uns e outros, eram prestadas na tramitação do processo. O testamento era facultativo, o inventário obrigatório quando houvesse bens. (Flexor 2009 1).

Desde a década de 1980 esse *corpus* documental vem sendo muito utilizado por pesquisadores que pretendem analisar documentos a partir de metodologias originárias da chamada História Serial. Uma das vantagens desse tipo de fonte é que seu formato variou muito pouco, seja do ponto de vista temporal (os inventários produzidos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX guardam mais semelhanças do que diferenças), seja do ponto de vista espacial, isto é, entre as diferentes regiões do Brasil. A redação do inventário feita pelo escrivão do Juizado dos Órfãos, da Provedoria ou da Ouvidoria obedecia, frequentemente, a uma sistematicidade quanto à estrutura dos dados que eram agrupados da seguinte forma:

- 1- Termo de abertura: onde eram registrados os dados de identificação do *de cuius*, bem como nomes dos funcionários envolvidos no processo.
- 2- Descrição e avaliação dos bens: onde eram discriminados, item por item, e avaliados com o intuito de obter o somatório de todos os valores e de realizar a partilha entre os herdeiros.

3- Partilha: refere-se à distribuição dos bens entre os herdeiros. A metade, referente à meação, era entregue ao cônjuge. A outra metade dividia-se em três partes: a primeira ficava a critério do inventariado para dispor como melhor lhe aprouvesse (de acordo ou não com seu testamento), e as duas restantes eram repartidas entre os outros herdeiros.

4- Adendos: parte final onde consta uma série de petições, requerimentos, declarações e outros, de variada natureza, referente a assuntos pendentes ao processo.

Portanto, a forma sistemática, a previsibilidade das informações e a seriação das fontes são algumas das vantagens no uso dos inventários como fontes para a história social, econômica e cultural. Elas são capazes de subsidiar tanto uma pesquisa quantitativa, com a análise dos dados em série, quanto qualitativa, a partir do conhecimento de informações contidas em exemplos específicos, capazes de serem conhecidos a partir das informações relativas aos bens acumulados e suas estratégias materiais e imateriais adotadas pelo indivíduo ao longo de sua vida (Magalhães 1989).

O projeto “Vida Cotidiana na Comarca do Rio das Velhas no Século XVIII” foi iniciado, sob a coordenação da professora Beatriz Magalhães,¹ na Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1992, em um momento de ampliação do acesso aos microcomputadores nas instituições brasileiras de ensino superior. A pesquisa consistia em transcrever as informações encontradas nos inventários *post-mortem* e testamentos preservados no arquivo Casa Borba Gato e, em seguida, alimentar um banco de dados construído a partir do *software* Microsoft *Access*.

Como os microcomputadores ainda eram escassos nas instituições públicas ao longo de toda a década de 1990, as informações retiradas de inventários e testamentos alimentavam uma planilha manuscrita, produzida previamente pela equipe do projeto de pesquisa e preenchida posteriormente pelos pesquisadores durante a leitura paleográfica dos documentos preservados no arquivo Casa Borba Gato, em Sabará. De volta à universidade, em Belo Horizonte, os pesquisadores tinham que alimentar a base de dados com as informações manuscritas a partir das planilhas.

Esse processo, que incluía uma parte analógica e outra digital, nem sempre era feito pela mesma pessoa, tampouco realizado imediatamente após a consulta ao documento original. Tais limitações, impostas pelo restrito acesso às tecnologias digitais naquele contexto, geraram

¹ Beatriz Ricardina Magalhães faleceu em 2018. Foi professora do Departamento de História da UFMG entre 1968 e 2001. Formou-se em Geografia e História pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1954. Realizou o mestrado em *Rapports Economiques Internationaux* pela *Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne* em 1975, sob orientação de Celso Furtado, e o doutorado em *Problèmes Et Methodes D'histoire Economique* pela *Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3* em 1977, sob orientação de Ruggiero Romano. Foi autora de inúmeros artigos e capítulos de livro sobre a história do Brasil colonial.

problemas durante a alimentação da base de dados, fato inimaginável atualmente tendo em vista facilidade proporcionada por *notebooks*, *tablets* e *smartphones*. Apesar dos limites tecnológicos, a pesquisa conseguiu construir uma base de dados com informações bastante interessantes, com potencial para o desenvolvimento de pesquisas históricas em diversas áreas do conhecimento (Magalhães 1989; Dantas 1995; Dantas 2016; Daves 1998; Pereira 2004; Santos 2005; Santos 2013). Os resultados alcançados durante o projeto inicial se deveram ao tratamento informatizado dos dados, que possibilitou aos pesquisadores, em seus mais diversos campos de pesquisa, lidar com um enorme *corpus* documental.

Mas diante de um novo cenário tecnológico, uma equipe multidisciplinar vem buscando retomar essa pesquisa iniciada na década de 1990, atualizando-a em consonância com as mais novas tecnologias digitais e com as enormes potencialidades da *Web 2.0*. Essa segunda geração de serviços *online* pode ser caracterizada por ampliar as formas de produção cooperada e de compartilhamento de informações. De acordo com O’Riley, em linhas gerais, a *Web 2.0* está relacionada a uma nova geração de serviços e aplicativos da rede e a recursos, tecnologias e conceitos que permitem um maior grau de interatividade e colaboração na utilização da Internet. O princípio fundamental desse paradigma informacional é, portanto, trabalhar a *web* como plataforma, viabilizando funções online que anteriormente eram realizadas por programas instalados em um computador (O’Riley 2005).

Os novos parâmetros inaugurados pela *Web 2.0* priorizam a facilidade de acesso à informação pelo usuário final, a construção de interfaces mais ricas e interativas, bem como uma atualização contínua e sem emenda de *softwares*. Essas novas ou as vezes potencializadas formas de publicação e circulação de informações que caracterizam a *Web 2.0* são somadas a um crescente processo coletivo de organização e recuperação de documentos eletrônicos por meio da geração de metadados (ou seja, dados sobre dados). Além disso, segundo Primo, outra grande mudança é que “modelo informacional de um grande centro distribuidor de mensagens passa a competir com a lógica sistêmica da conexão de micro-redes. Em outras palavras, enquanto modelo massivo foca-se no centro, a *Web 2.0* fortalece as bordas das redes.” (Primo 2007, 4)

A partir desses parâmetros, nosso objetivo vem sendo produzir uma nova base de dados em sintonia com as mais recentes reflexões sobre a produção historiográfica em um contexto digital, que se relaciona com as TIC’s não apenas como mera ferramenta de pesquisa para os historiadores, mas também como objeto de reflexão sistemática. Dessa maneira, acreditamos que será possível aproveitar muito mais as potencialidades que essa nova cultura digital pode oferecer ao fazer historiográfico.

Desafios da construção de uma nova base de dados nos parâmetros da *Digital Humanities*

Os historiadores, diante das inovações tecnológicas, vêm sendo chamados a assumir uma função mais operativa e funcional no trato das fontes e nas formas de apresentá-las ao público (Ragazzini 2004). Para tal tarefa torna-se fundamental trabalhar em uma equipe multidisciplinar, contando com profissionais como arquivistas, programadores e *web designers*, por exemplo. Dessa maneira, nossa proposta vem sendo a de construir, a partir de uma equipe multidisciplinar que conta com professores e estudantes do curso de Informática do CEFET-MG, as melhores formas para armazenar e dar acesso aos dados retirados dos inventários setecentistas, preservados atualmente no Arquivo Casa Borba Gato, e que foram sistematizadas pela primeira vez durante o projeto “Vida Cotidiana na Comarca do Rio das Velhas no Século XVIII”, na década de 1990.

A base de dados original, a partir da qual estamos construindo os novos recursos, foi o resultado de mais de 20 anos de pesquisa, realizados na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Beatriz Ricardina Magalhães. Diante de sua aposentadoria e, portanto, de sua incapacidade em prosseguir com a difusão das informações coletadas nessa pesquisa, a professora gentilmente nos cedeu os resultados até então alcançados para que déssemos prosseguimento à pesquisa.

No atual estágio de desenvolvimento da pesquisa documental temos disponível as informações coletadas de aproximadamente 1.000 processos de inventários *post-mortem*, redigidos na Comarca do Rio das Velhas durante o século XVIII. Os dados foram armazenados no SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) Microsoft *Access*, em uma versão bastante antiga, datada de 1997. O fato de se tratar de uma base de dados proprietária inviabiliza a utilização desse *software* como SGBD de amplo acesso, aos moldes dos novos parâmetros informacionais da *Web 2.0*.

Por isso, concluímos que transcrever seu conteúdo para uma ferramenta de gerenciamento robusta e *open source* poderia o primeiro passo para o avanço das pesquisas históricas a partir dessa documentação. Nesse sentido, buscamos construir um processo de normalização e padronização a fim de fazer a migração dos dados já armazenados no SGBD *Access* para o MySQL, que é um SGBD livre e amplamente usado para *softwares* de plataformas *web*. Afinal, conforme ressaltado anteriormente, as rápidas mudanças tecnológicas que caracterizam nosso tempo acabaram tornando obsoleta a base de dados utilizada no projeto de pesquisa original.

A equipe multidisciplinar, que conta com um historiador, uma cientista da computação e estudantes de tecnologia da informação, iniciou o processo de reconstrução do banco de dados a partir do acervo de inventários *post-mortem*. A escolha foi embasada, por um lado, na maior

padronização dos dados seriados e, por outro, na maior complexidade dos dados, capazes de subsidiar pesquisas nominais e anônimas. As pesquisas nominais são aquelas que acessam informações sobre as histórias pessoais e trajetórias individuais, enquanto as pesquisas anônimas buscam quantificar os dados para identificar tendências, fluxos e padrões. Portanto, a primeira decisão da pesquisa não foi meramente de ordem tecnológica, mas historiográfica. Conforme indicou Certeau

em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir. (...) Instauradora de signos oferecidos a tratamentos específicos, essa ruptura não é, portanto, nem apenas, nem à primeira vista, o efeito de um “olhar”. É necessariamente uma operação técnica (Certeau 1988, 30)

Em nossa equipe multidisciplinar, o trabalho do historiador não foi o de “cliente”, que solicita à equipe de Tecnologia da Informação um suporte para realizar suas atividades. Em conjunto, nós refletimos sobre a própria noção de técnica, tendo em vista que todas as operações aparentemente neutras trazem consigo visões sobre a ciência e a sociedade que carecem de problematização e interpretação. Por isso, realizamos ao longo da pesquisa um trabalho de leitura e discussão de textos e artigos referentes, por um lado, aos aspectos teóricos sobre ciência, história e historiografia e, por outro, aos aspectos específicos sobre modelagem de banco de dados; sobre o SGBD MySQL e suas tecnologias periféricas, mas também sobre a noção de fontes históricas e exemplos de pesquisas realizadas a partir dos dados trabalhados no projeto.

O segundo passo foi modelar a nova base de forma que os dados tivessem uma melhor e mais coerente ligação entre si, possibilitando também a resolução de alguns problemas encontrados na modelagem anterior, tais como o excesso de campos meramente descritivos, a profusão de dados até então pouco relevantes para as pesquisas históricas realizadas a partir desse *corpus* documental e escolhas conceituais problemáticas para definir dados e tabelas, por exemplo. Nesse sentido, para criação do novo banco de dados, analisamos detalhadamente alguns formulários e tabelas existentes na base em formato *Access* 1997 para identificar as entidades, atributos e as relações existentes no banco de dados original. O formulário Cadastro de Inventário (Figura 1) e o formulário Bens foram os mais analisados nessa etapa por conterem a maior parte da lógica das relações dessa base de dados.

Fig. 1: Projeto Vida Cotidiana na Comarca do Rio das Velhas no Século XVIII, *Formulário de Cadastro de Inventário no banco de dados em Microsoft Access 1997.*

Para criação do novo banco de dados, remodelamos o DER (Diagrama de Entidade e Relacionamento), a fim de tornar possível identificar as entidades selecionadas para a nova base de dados e as relações entre elas. Precisamos realizar uma operação de seleção rigorosa, restringindo ao máximo as entidades, os atributos chaves (chave-primária) e os atributos de relação externa (chave-estrangeira). O objetivo dessa tarefa foi tornar a base de dados mais tangível e inteligível, pois estávamos diante do que o psicólogo e economista Barry Schwartz definiu como “paradoxo da escolha”. De acordo com o autor, a variedade de escolhas e o número quase infinito de possibilidades geram também uma dificuldade na tomada de decisão. Nessa perspectiva, a informação que poderia ser uma fonte de libertação passa a ser uma fonte de fraqueza (Schwartz 2007).

Na versão original tínhamos muitas informações e relações, o que aparentemente é um fator positivo em se tratando de documentos históricos, cuja preservação é frágil devido ao seu suporte e seu armazenamento. Mas em razão da complexidade dos dados, a postura de paralisia foi bastante comum na reelaboração da base de dados (e, porque não, durante as pesquisas anteriores, diante da imensidão de dados). Por isso, o novo DER se propôs a ser o mais enxuto possível, conforme é possível verificar na comparação das figuras 2 e 3.

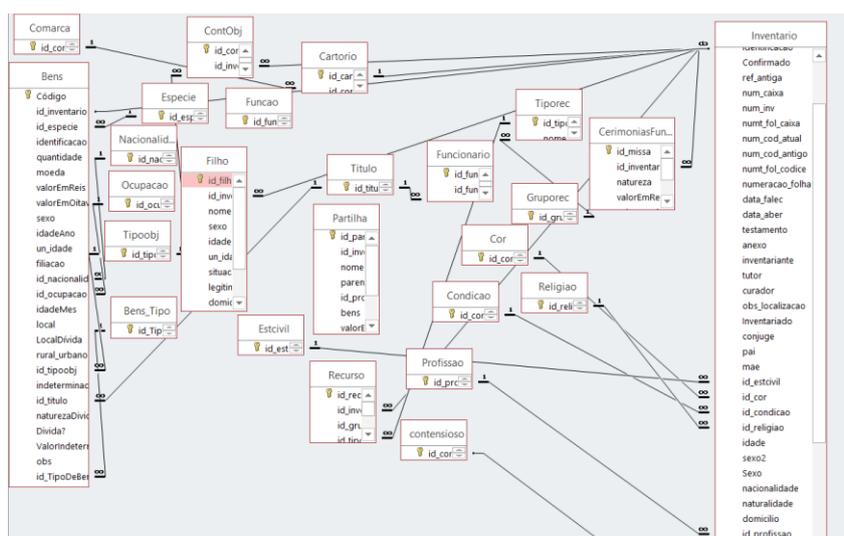


Fig. 2: Projeto Vida Cotidiana na Comarca do Rio das Velhas no Século XVIII, DER do banco de dados em Microsoft Access 1997.

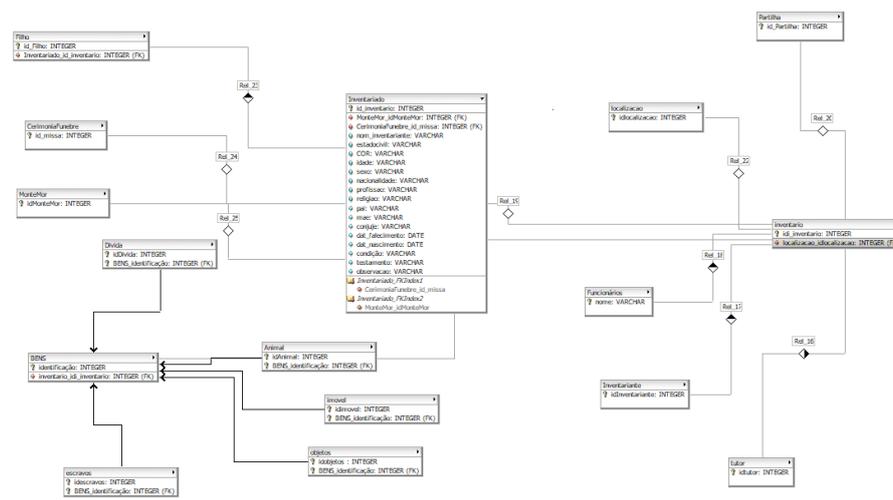


Fig. 3: Projeto de elaboração de uma base de dados em plataforma web a partir de documentos setecentistas, DER da base de dados em MySQL em PHP.

Após a remodelagem do DER foi realizada a criação de um banco de dados por meio do software PhpMyAdmin1, que é um software livre escrito em PHP e suporta várias operações de criação e gerenciamento do SGBD MySQL. Com a base de dados já modelada e a ferramenta de trabalho selecionada, partimos para a extração dos dados contidos na plataforma anterior, em Microsoft Access 1997, efetuando a conversão dos arquivos para o formato de texto sem formatação (.txt) e tabela de Microsoft Excell (.xls). Tal operação teve por objetivo a inserção dos arquivos no novo banco de dados remodelado. Nessa etapa foi fundamental realizar o mapeamento dos dados que estavam nos arquivos exportados do banco anterior para o novo banco de dados MySQL. A migração dos dados foi realizada de maneira automática, utilizando rotinas de código em PHP

juntamente a consultas SQL, permitindo ao mesmo tempo a leitura dos arquivos exportados e a sua incorporação nas novas tabelas, evitando falhas humanas muito comuns nas tarefas de transcrição.

Com o banco de dados virtualmente pronto, seguimos para uma nova reflexão: quais serão nossas escolhas para dar acesso aos dados? Nesse momento, evidenciamos que na elaboração de uma base informatizada de documentos elaborada/utilizada em pesquisa histórica, por exemplo, é preciso ter ciência de que o banco de dados acaba assumindo também uma forma de narrativa histórica, na medida em que “obedece, perfeita ou imperfeitamente, aos preceitos e às concepções de mundo (e, dentro desses, das opiniões sobre o problema de pesquisa) do pesquisador” (Gil 2015, 11).

Dito de outra forma, ao acreditarmos que seja possível recortar, selecionar, reduzir aspectos das complexas relações humanas a uma tabela ou a um conjunto delas, não estamos fazendo nada diferente do que aqueles que sintetizam toda essa complexidade em linhas ou em parágrafos de um texto. Portanto, assim como não existe neutralidade na construção de um texto, essa postura também é incompatível com a construção de uma base de dados. Isso significa que um banco de dados não pode ser encarado apenas como uma ferramenta a ser elaborada para a realização de uma pesquisa. Afinal, como um texto, a base de dados carrega, além de informações, escolhas, questões, problemas frutos do trabalho humano, mediado pela técnica e pela tecnologia.

O que motivou inicialmente a nossa pesquisa foi a superação da obsolescência das tecnologias informatizadas implementadas na década de 1990. Nessa direção, buscamos extrair as informações de *software* proprietário, realocá-los em um *software open-source*, para em seguida aprovisioná-lo em uma plataforma *web* de domínio público, em consonância com os parâmetros da *Web 2.0*. Com essa nova configuração da base de dados digital, esperávamos ser possível para historiadores, estudantes e demais pesquisadores construir novas maneiras de acessar os documentos, bem como novas formas para sua exploração e interpretação. Além disso, com essa iniciativa estaríamos buscando preservar informações presentes em documentos cartoriais registrados há mais 300 anos. Apesar da própria antiguidade e, portanto, da fragilidade de tais documentos, a preservação dessas informações se justificaria na medida em que cada processo de inventário é um testemunho de uma realidade vivida e construída por uma família, por um indivíduo; de suas relações sociais e mercantis, da sua vida material, cotidiana e espiritual.

Contudo, percebemos que essa não seria a única lacuna que precisávamos suprir. A necessidade de selecionar os dados que seriam utilizados na nova base de dados, implicaria em negligenciar informações (sobretudo aquelas de caráter qualitativo, normalmente inserido no

famigerado campo de “observações”) e privilegiar outras. Nesse processo nos indagamos: e se no futuro identificarmos a demanda por informações que estavam presentes no banco de dados original, mas que, por necessidade de ofício, optamos por não incorporar na nova base remodelada? Não seria possível ignorar as demandas do novo presente, mas isso implicaria um retrabalho constante e, portanto, uma ferramenta que nunca estaria pronta para o público em geral.

Para solucionar esse problema novas pesquisas foram realizadas pela equipe multidisciplinar e resultaram na identificação de uma tecnologia capaz de responder a essa nova inquietação de forma mais eficaz. Os bancos de dados não-relacionais fazem parte da categoria NoSQL e são bases de dados que não utilizam os esquemas comuns de tabela e linha, normalmente utilizados pelos modelos relacionais SQL, sendo capazes de armazenar os elementos de diferentes formas, que variam de acordo com o tipo de informações as quais darão suporte.

A principal diferença entre o modelo não relacional e o relacional se dá na forma como os dados são organizados dispondo de vantagens e desvantagens de acordo com o uso que será dado a aplicação que utiliza deste tipo de banco de dados. As vantagens do uso do modelo não relacional podem ser apontadas a partir de quatro características principais: performance, facilidade na busca dos dados devido à baixa complexidade na elaboração de suas consultas, baixo custo operacional e ausência da necessidade da modelagem de um esquema contendo as entidades e relacionamentos (DER) antes de sua implementação. Essa última característica é a que consideramos como a mais importante porque, uma vez finalizado uma versão da base de dados, não será necessário construir uma nova modelagem para incorporar novos dados. Dessa forma a construção de bancos de dados se torna mais dinâmica e flexível, atendendo novas demandas de informação do futuro.

Essa postura reflexiva em relação à epistemologia e à historiografia que vimos adotando em nosso projeto, de acordo com Hartog, busca responder

a uma mudança de nossa relação com o tempo, marcada por um profundo questionamento do regime moderno de historicidade e, talvez, pela emergência de um regime de novo tipo em que predominaria de forma duradora a categoria do presente: um futuro confinado, um futuro imprevisível, um presente onipresente e um passado, incessante e compulsivamente, visitado e revisitado (Hartog 2011, 251).

Assim, à guisa de conclusão, podemos afirmar que o advento dos bancos de dados digitais, bem como subsequente crescimento dos processos de digitalização de informações para alimentá-los, acaba afetando também a percepção que temos das fontes históricas e dos mecanismos de divulgação das mesmas. Nesse sentido, a atual conjuntura das pesquisas empíricas e teóricas em História vem redundando, “pouco a pouco, em indagações referentes ao papel do historiador nos dias de hoje: o historiador e os arquivos, seu lugar em relação à testemunha, ao juiz e, de qualquer modo, sua responsabilidade” (Hartog 2011, 15).

Atualmente, vivemos entre a abundância e escassez. Apesar da enormidade de fontes acessíveis pelo acúmulo gerado pelo tempo, mas também pelas facilidades das tecnologias da informação, torna-se fundamental refletir sobre critérios para filtragem, seleção e avaliação dos documentos históricos, dispersos nesse aparente caótico ciberespaço. Conforme apontou Lucchesi, a

expansão e versatilidade dos tipos de documentos nos dias de hoje, torna urgente a reflexão sobre os métodos de pesquisa que fazem uso deles, de modo que possamos ter o melhor aproveitamento possível do que os aplicativos eletrônicos nos permitem no tratamento dessas informações. (Lucchesi 2014, 49)

O campo da História Pública traz consigo uma noção de história como um direito de todos e todas, tendo como pressuposto a defesa do acesso irrestrito ao conhecimento e fazendo um apelo à reflexão por uma “consciência histórica” ampliada (Albieri 2011). Nessa perspectiva, o trabalho de historiadores deve ser, ao mesmo tempo, o de pensar sobre como pesquisar, escrever e ensinar em um mundo de abundância de informações sobre o passado sem precedentes e como evitar o futuro da escassez de dados, uma discussão feita por cientistas da informação e arquivologistas, mas ignorado, muitas vezes, por historiadores.

Assim, se é notório que a passagem de uma cultura oral para uma cultura alfabética, iniciada com o advento da imprensa por Guttemberg, gerou transformações importantes nas noções de história, a cultura digital impulsionada pelos microcomputadores e a Internet também tem provocado importantes mudanças nas culturas históricas. Nesse novo contexto tecnológico, a produção histórica, a construção de ferramentas de armazenamento e difusão de informações e documentos históricos estão em constante transformação, o que nos exige uma reflexão sobre o fazer histórico numa cultura cada vez menos alfabética e mais digital.

Considerações finais

Nossa preocupação em elaborar novas ferramentas para divulgação científica da história vem sendo sempre acompanhada de reflexões sobre as relações entre conhecimento histórico e suas mediações com as tecnologias disponíveis, criando condições para construirmos novos problemas sobre o ofício dos historiadores e a prática historiográfica. Acreditamos que nesse novo presente, o historiador, preso em uma biblioteca, arquivo ou em um trabalho de campo, está sendo convocado para uma função mais operacional e técnica de tratamento das fontes para apresentá-las ao público, não apenas sob a forma clássica de narrativa, isto é, dentro da cultura historiográfica. A multidisciplinaridade, com áreas ditas técnicas como programação, *web designer* e ciência da informação pode contribuir muito para esse novo contexto de produção e divulgação do

conhecimento histórico, auxiliando a alterar qualitativamente as diferentes culturas históricas profissionais.

Em contrapartida, como em uma via de mão de dupla, o conhecimento histórico e as Ciências Humanas podem também contribuir para aperfeiçoar as técnicas e as tecnologias digitais. Como campo disciplinar que tem como uma de suas tarefas a desnaturalização de processos e técnicas construídos por indivíduos e sociedades, as Ciências Humanas e, especialmente, as Humanidades Digitais tem o poder de realizar e disseminar as reflexões sobre as intencionalidades e a parcialidade de técnicas e de resultados da programação computacional (Berman 2015). Um excelente exemplo disso são formas como vem sendo construídos determinados algoritmos e suas atuais e futuras consequências sociais. Entendemos por algoritmos a programação de uma série determinada de diretrizes para que uma aplicação execute uma tarefa específica. Conforme indicou Striphas, as tarefas de classificação e hierarquização de pessoas, lugares e objetos, que sempre fizeram parte da cultura humana, agora estão sendo realizadas a partir de novos métodos e técnicas (Striphas 2015).

Compreender e refletir sobre os impactos dessa “cultura algorítmica” crescente em nossa sociedade é também uma importante tarefa das Humanidades Digitais. Afinal, as novas tecnologias baseadas em algoritmos vêm fazendo cada vez mais parte de nossa vida privada, mas também da dinâmica das pesquisas acadêmicas, na medida em que rompe com uma cultura pública e com alguns dos pressupostos da *Web 2.0*, estabelecendo novos parâmetros para o acesso à informação, cada vez mais “elitistas” (Striphas 2015). Nesse cenário, a informação pode até estar virtualmente presente, mas dependendo das formas como elas são tratadas ela se torna inacessível para a maioria das pessoas. Com isso programadores e corporações de informação acabam por determinar, de forma extremamente hierárquica, o que se deve lembrar e, portanto, o que estará facilmente acessível, e o que se deve esquecer, haja vista a dificuldade de acesso a determinadas informações na imensidão de dados presentes no ambiente *web*.

Em síntese, acreditamos que ao vislumbrar em seu horizonte metodológico e epistemológico certas reflexões sobre o fazer histórico em uma cultura eminentemente digital, os historiadores têm melhores condições de deixarem de ser apenas organizadores e roteiristas do passado para se tornarem também mediadores cultural entre o passado e o presente. Para tanto torna-se fundamental conhecer e refletir sobre novos suportes, novos saberes e novas tecnologias da informação, nos adequando ao sempre mutante tempo presente.

Referências bibliográficas

- Albieri, Sara. “História pública e consciência história”. Em Almeida, Juniele R. e Marta Gouveia Rovai, O. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Anderson, Steve F. *Technologies of history: visual media and the eccentricity of the past*. Hanover: Dartmouth College Press, 2011.
- Bearman, Peter. “Big Data and historical social science”. Em *Big Data & Society*, n. 2 (2015), p. 1-5. <https://doi.org/10.1177/2053951715579469>
- Boschi, Caio C. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2011.
- Cardoso, Ciro Flamarion e Héctor Pérez Brignoli. “O uso da computação em história”. Em *Os métodos da história*, org. Ciro Flamarion Cardoso e Hector Perez Brignoli, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Certeau, Michel de. “A operação histórica”. Em *História: Novos Problemas*, org. Pierre Nora e Jacques Le Goff. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988.
- Dantas, Mariana L. R. “A infância no século XVIII: os órfãos na Comarca do Rio das Velhas”. Comunicação apresentada na XIV Reunião da SBPH, Curitiba, 1995.
- Dantas, Mariana L. R. “Picturing Families between Black and White: Mixed Descent and Social Mobility in Colonial Minas Gerais, Brazil.” Em *The Americas*, vol. 73, n. 4 (2016), p.405–426. <https://doi.org/10.1017/tam.2016.71>
- Daves, Alexandre. P. “Vaidade das Vaidades: os Homens, a Morte e a Religião nos Testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755)”. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.
- Figueiredo, Luciano. “História e Informática: o uso do computador”. Em *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, org. Cardoso, Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- Flexor, Maria Helena O. “Inventários e testamentos como fontes de pesquisa”. Em *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*, org. Ana P. Bittencourt, José C. Lombardi e Livia D. Rocha, Campinas: Alínea, 2009.
- Gallini, Stefania e Serge Noiret. “La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al dossier historia digital”. Em *História Crítica*, n. 43 (2011), p. 16-37. <https://doi.org/10.7440/histcrit43.2011.03>
- Gil, Tiago. *Como se faz um banco de dados (em história)*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015
- Hartog, François. *Evidência da história. O que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- Luna, Francisco Vidal e Iraci Del Nero da Costa. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: FINE/Pioneira, 1982.
- Lucchesi, Anita. “Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- Magalhães, Beatriz R. “Inventários e Sequestros: Fontes para a História Social”. Em *Revista do Departamento de História da UFMG*. Vol. 9 (1989), p. 31-45.
- Marcílio, Maria L. “A população do Brasil em perspectiva histórica”. Em *Brasil: história econômica e demográfica*, org. Iraci del N. da Costa. São Paulo: IPE/USP, 1986.
-

O'Reilly, Tim. *What is Web 2.0: design patterns and business models for the next generation of software*.

O'Reilly Publishing, 2005.

Paiva, Clotilde A. “População e economia nas Minas Gerais do século XIX”. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

Pereira, Ana Luísa. “O sangue, a palavra e a lei: faces da ilegitimidade na Vila de Sabará (1713-1770)”. Dissertação de Mestrado em História, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

Primo, Alex. “O aspecto relacional das interações na Web 2.0”. Em *E-Compós*, v. 9 (2007), p. 1-21. <https://doi.org/10.30962/ec.v9i0.153>

Rosa, Ricardo A., Isabella C. Menezes e Andreia N. Figueiredo. *Museu do Ouro*. Brasília: IBRAM, 2017.

Santos, Raphael F. “‘Devo que pagarei:’ sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas”. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

Santos, Raphael F. “Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista”. Tese de Doutorado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.

Schwartz, Barry. *O paradoxo da escolha: porque mais é menos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

Striphas, Ted. “Algorithmic culture”. Em *European Journal of Cultural Studies*, vol. 18 (2015), p. 395-412. <https://doi.org/10.1177/1367549415577392>

Tavares, Célia C. da Silva. “História e Informática”. Em *Novos Domínios da História*, org. Cardoso, Ciro F. e Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Recebido: 20 de março de 2021

Aprovado: 13 de junho de 2021

“Futuro da nação ou pequenas sementes do mal”? Olhares direcionados aos internos da Colônia Correcional dos Dois Rios e a gestão infantojuvenil na Primeira República (1910-1920)

“Nation’s future or evil spawn?” Looks directed at the Dois Rios Correctional Colony inmates and youth management in the First Republic (1910-1920)

¿Futuro de la nación o pequeñas semillas del mal? Miradas dirigidas a los internos de la Colonia Correccional Dois Ríos y la gestión juvenil en la Primera República (1910-1920)

Lívia Freitas Pinto Silva Soares*

<http://orcid.org/0000-0002-3659-3384>

RESUMO: Este artigo avalia a gestão infantojuvenil no Distrito Federal por duas instâncias – a Polícia, a quem cabia zelar pela ordem social, e os juízes da Câmara de Apelação, cuja atribuição consistia em analisar as solicitações de *habeas corpus*, impetradas pelos menores internos da Colônia Correcional dos Dois Rios (CCDR) – entre 1910 e 1920. Criada pelo governo republicano, em 1893, a instituição gerida pela polícia deveria corrigir pelo trabalho, adultos condenados e menores infratores na Ilha Grande (RJ). Em vista disso, a ênfase recai sobre o trabalho policial, dado que competia a seus agentes a missão de investigar a vida dos menores e suas famílias, além de produzir representações sobre eles. Assim, indaga-se sobre as diretrizes que guiaram os agentes responsáveis por deliberarem os destinos dos internos em Dois Rios. De igual maneira, investigamos os discursos construídos pelos menores e por suas famílias com o fim de convencer o chefe de polícia de que eram merecedores da liberdade. Por fim, buscamos delinear o perfil das famílias dos menores. Os referenciais teóricos estão centrados nos estudos de Foucault, Bretas, Godelier, entre outros. Acredita-se que ao revisitar a gestão infantojuvenil contribuiu-se para a escrita de uma história social da infância abandonada na Primeira República.

Palavras-chave: Justiça. Polícia. Infância abandonada.

* Professora de História da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). Graduada e mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). Os seus interesses de investigação são a História da infância pobre e/ou abandonada sob os auspícios da República. E-mail: livia_fps@hotmail.com.

ABSTRACT: The present article evaluates the childhood management by the Federal District Police, whose responsibility was to ensure the social order, and the magistracy of the Appeals Chamber, whose responsibility was to analyze the habeas corpus solicitations sent to detained children from the Dois Rios Correctional Colony, – through 1910 to 1920. Created by the republican government in 1893, the institution managed by the police was supposed to correct for work, convicted adults and adolescent offenders in Ilha Grande (RJ). In view of this, the emphasis falls on police work, since it was up to its agents to investigate the lives of detained children and their families, in addition to producing representations about them. Thus, it is asked about the guidelines that guided the agents responsible for deciding the destinations of the inmates in Dois Rios. Likewise, we investigated the speeches made by the adolescent offenders and their families in order to convince the chief of police that they were worthy of freedom. Finally, we seek to outline the profile of the adolescent offenders’ families. The theoretical references are centered on the studies of Foucault, Bretas, Godelier, among others. It is believed that by revisiting the children and adolescents’ management, they contributed to the writing of a social history of abandoned childhood in the First Republic.

Keywords: Justice. Police. Abandoned childhood.

RESUMEN: El presente artículo evalúa la gestión de la niñez por parte de la Policía del Distrito Federal, cuya responsabilidad era velar por el orden social, y los jueces de la Cámara de Apelación, cuya responsabilidad era analizar las solicitudes de hábeas corpus enviadas por menores detenidos del Correccional Dois Ríos, - de 1910 a 1920. Creada por el gobierno republicano en 1893, la institución administrada por la policía debía corregir por trabajo a adultos condenados y adolescentes infractores en Ilha Grande (RJ). Ante esto, el énfasis recae en la labor policial, ya que correspondía a sus agentes investigar la vida de los niños detenidos y sus familias, además de producir representaciones sobre ellos. Así, se pregunta sobre las pautas que guiaron a los agentes encargados de decidir los destinos de los internos en Dois Ríos. Asimismo, investigamos los discursos pronunciados por los adolescentes infractores y sus familiares con el fin de convencer al jefe de policía de que eran dignos de libertad. Finalmente, buscamos definir el perfil de las familias de los adolescentes infractores. Las referencias teóricas se centran en los estudios de Foucault, Bretas, Godelier, entre otros. Se cree que al revisar la gestión de los niños, niñas y adolescentes nosotros contribuimos a la redacción de una historia social de la infancia abandonada en la Primera República.

Palabras clave: Justicia. Policía. Infancia abandonada.

Como citar este artigo:

Soares, Livia Freitas Pinto Silva. “Futuro da nação ou pequenas sementes do mal”? Olhares direcionados aos internos da Colônia Correccional dos Dois Rios e a gestão infantojuvenil na Primeira República (1910-1920)”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 219-244.

Introdução

As rápidas mudanças que se desenrolaram nos últimos anos dos oitocentos e nas primeiras décadas do século XX, notadamente a extinção do regime escravista, a consolidação do capitalismo e o advento da República foram acompanhados do anseio das elites de erigir uma nova sociedade. Assim, progresso e civilização correspondiam às faces vislumbradas por esses grupos e pelas autoridades durante a Primeira República. Por outro lado, a mudança de regime ensejou, ainda, o desejo de consolidação de uma sociedade de proprietários e trabalhadores. Desse modo, era imperioso construir um Brasil moderno e progressista, identificado com os valores da civilização e desconectado do passado colonial. No entanto, no limiar da República, as autoridades logo identificaram diversos “obstáculos” ao seu projeto de nação, a começar pela miscigenação racial do povo, passando pelo grande número de despossuídos que abandonaram suas antigas cidades e países para tentar a sorte na capital federal. Fato é que, na virada do século XIX para o XX, centenas de milhares de pessoas chegaram ao Rio de Janeiro sem emprego e ocupação, muitos dos quais eram egressos do cativo. Portanto, as mazelas engendradas por séculos de escravidão, somadas à imigração e ao êxodo rural, engrossaram a fileira dos desprovidos, cuja sobrevivência, muitas vezes, foi garantida pelo auxílio das instituições de caridade e filantrópicas. Nesta perspectiva, a “questão social” que emergiu no Brasil, no pós-abolição, e, com ela, a infância pobre contrastavam com a atmosfera progressista almejada pelas elites, ameaçando os projetos republicanos.

Tendo em mira a consolidação de um mercado livre de produtores, consumidores e assalariados, as questões sociais em nosso país acabaram inscritas num âmbito claramente repressivo. Ao vislumbrar a consolidação de um mercado de trabalho livre, inserido no rol das nações progressistas, o novo regime adotou gradativamente medidas de controle social e fortaleceu os aparelhos de repressão, com vistas a afastar os elementos indesejados dos centros urbanos. Tais ações interferiram diretamente no cotidiano dos trabalhadores e, sobretudo, dos personagens das ruas, vistos sob o prisma do que era criminalizado. Nesse sentido, durante a Primeira República, aos ditos “menores pobres e/ou abandonados”, termo utilizado à época, não foi imputado um tratamento muito diferente do dispensado aos adultos, na medida em que se constituíram nos alvos da perseguição policial e não foram alcançados pela assistência.

Tratando-se de um contexto em que a capital do país convivía com os problemas advindos de seu processo de urbanização acelerado, a presença de crianças e adolescentes pelas ruas da cidade, com suas estripulias e molecagens, passou a ocupar as páginas da imprensa carioca. Assim, em face da ausência dos pais, que saíam para trabalhar, ou outros adultos e instituições que

pudessem se responsabilizar por essas crianças, essas saíam para os espaços públicos em busca de lazer e sustento. Não raro, envolviam-se em atividades ilícitas e acabavam na mira da polícia. Embora a rua fosse concebida como principal agente de contaminação da infância desamparada desde o período imperial, foi sob os auspícios da República que essas crianças, percebidas como problema social ganharam visibilidade, convertendo-se no objeto das preocupações de juristas, médicos e gestores que capitanearam medidas para “salvá-las”. Isso porque a presença de adolescentes nos espaços públicos e seu envolvimento em crimes mobilizaram a opinião pública, pressionando as autoridades a buscar soluções (Paula 2015, 27).

Coadunando-se às novas perspectivas e projetos instaurados pela República, em 1893, o novo governo adotou uma primeira medida para isolar “os vadios, vagabundos e capoeiras”, promulgando o Decreto N. 145, de 11 de julho de 1893, o qual previa:

Art. 1º O Governo fundará uma colonia correccional no proprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, devendo aproveitar, além daquella fazenda, as colonias militares actuaes que a isso se prestarem, para correcção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na Capital Federal. (Brasil, 1893).

Assim, as colônias correccionais seriam erguidas para corrigir pelo trabalho indivíduos que, “não estando sujeitos ao poder paterno, não tivessem meios de subsistência, a vagarem pela cidade na ociosidade”, independente de sexo e idade, o que incluía menores e mulheres (Rizzini 2011, 227). Construída na Ilha Grande (RJ), a Colônia Correccional dos Dois Rios (CCDR) teve uma trajetória conturbada, enfrentando diversos problemas e sucessivos escândalos administrativos durante suas primeiras décadas de existência. Por esse motivo, o estabelecimento foi fechado em 1897 e reinaugurado em 1903. Todavia, seu funcionamento continuou deixando a desejar, descumprindo boa parte das exigências legais (Barradas 2006, 4).

Visando recolher e regenerar os menores abandonados e “viciosos”, o novo regime estabelece a criação de reformatórios e as escolas premonitórias e correccionais, para onde esse público será encaminhado. O novo vocabulário assistencial, o qual fica notável na substituição do termo asilo por aqueles institutos, evidencia, segundo Irma Rizzini, mudanças na concepção da assistência, destinada, agora, a prevenir as desordens e recuperar os desviantes.¹ Embora o Brasil possuísse uma longa tradição de institucionalização de crianças pobres e/ou abandonadas, foi sob os auspícios da República que teve início uma política especializada de intervenção sobre esse público (Rizzini 2005, 13-14). Portanto, após a Proclamação da República, diversos menores foram

¹ A assistência oficial durante a Primeira República orientava-se pela tradição das práticas caritativas e filantrópicas, constituindo-se a partir da criação de asilos. A República cria reformatórios com o intuito de regenerar o menor (Rizzini 2011, 227).

capturados pela Polícia, cumpriram penas e sofreram com o isolamento imposto pelos estabelecimentos correccionais.

Conforme estava previsto no Código Penal, a prisão de menores deveria se dar em institutos apropriados, onde o menor pudesse ser regenerado por meio da disciplina e da educação profissional e moralizante. Por sua vez, a lei determinava, ainda, que se o contraventor condenado pela Justiça fosse menor de idade (a partir de 14 anos) deveria permanecer na Colônia até completar 21 anos. Apesar dessas determinações legais, a Colônia Correccional dos Dois Rios recebeu, não sem críticas, um contingente expressivo de crianças e adolescentes com idades inferiores aos 14 anos, enviados sem processo, dentre os quais sobressaem crianças de oito anos. Os agentes de polícia, num primeiro momento, procuravam transferi-los para as instituições premonitórias, já que a Colônia se constituía no último estágio da correção de menores capturados pela polícia (Vianna 1999). Todavia, essa iniciativa dificilmente prosseguia em virtude da ausência de vagas em estabelecimentos voltados para a assistência à infância desvalida.

Durante a Primeira República, as atividades de recolhimento, detenção, classificação e a produção de representações sobre os menores e os sujeitos considerados “desviantes” competiam à Polícia. Deste modo, competia a seus agentes recolher e alocar menores em instituições premonitórias ou correccionais. Cabe salientar, por sua vez, que os internamentos dos menores se davam através da sua captura pela Polícia, que realizava o processo de triagem, alocando-os em instituições premonitórias ou correccionais. Outra via possível se dava mediante a solicitação dos responsáveis às autoridades policiais, em virtude do mau comportamento e indisciplina dos filhos. Na maioria das vezes, o internamento se dava via mediação e captura efetuada pela Polícia. Aos Juizes que integravam a Corte de Apelação, órgão que recebeu as solicitações de *habeas corpus* enviadas por menores detidos em Dois Rios, competia à produção de julgamentos e a definição dos seus destinos. Ou seja, eram os juizes que definiam a condição de detido/preso ou de livre, quando reconheciam e deferiam os recursos de *habeas corpus* impetrados pelos menores. No entanto, suas sentenças levavam em conta as informações disponibilizadas pela Polícia. Deste modo, pode-se afirmar que a gestão infantojuvenil dependia majoritariamente das práticas policiais de recolhimento, classificação e vigilância, bem como das sentenças dos juizes, o que gerava tensões entre as duas instâncias, que geriam os destinos dos menores durante a Primeira República. Tais recursos impetrados pelos menores, ainda existentes na experiência jurídica brasileira, servem para salvaguardar a liberdade de locomoção dos indivíduos. Ou seja, serve para cessar ou prevenir qualquer restrição ilegal ao direito de ir e vir livremente. Assim, é usado para soltar pessoas presas ilegalmente ou para prevenir uma possível prisão ilegal.

O envio de solicitações de *habeas corpus* pelos menores a Câmara de Apelação se justifica, não só pelo fato de a maioria deles serem enviados à Colônia sem passarem pela Justiça, mas, principalmente pela possibilidade de a detenção em Dois Rios se prolongar anos a fio. Assim, tais solicitações se acumularam em virtude da recusa policial em conceder previamente a liberdade aos menores. Por outro lado, ao requererem a saída da Colônia ao Judiciário, questionando a legalidade da prisão, esses menores revelam ter laços comunitários minimamente presentes em suas vidas. Ou seja, é provável que eles tenham contado com a ajuda de algum familiar, patrão, amigo ou funcionário da própria Colônia que tenha lhe fornecido informações legais, capazes de ajudá-los a sair da Ilha Grande. Para além do recurso de *habeas corpus*, a elevada taxa de mortalidade e as solicitações de liberdade enviadas pelos responsáveis ao chefe de polícia, ou pelos próprios menores, eram alguns dos caminhos possíveis para romper o ciclo de detenção.

Ao egermos como objeto de estudo um contexto fortemente marcado pela questão social, optou-se por lançar um olhar sobre a gestão infantojuvenil, concebida como um dos desdobramentos do pós-abolição. Se é bem verdade que a grande massa de trabalhadores se constituía em objeto da intervenção do Estado na virada do século XIX para o XX, há a emergência da problemática relativa à infância desvalida. Problema esse concebido, principalmente, pela elevada mortalidade infantil e pelo aumento da delinquência. Deste modo, a infância pobre adquiriu protagonismo nas propostas de reforma da sociedade brasileira, capitaneada pelas elites. Como demonstra Gisele Sanglard, a temática da infância surgiu no debate público como questão ligada à civilidade e à cidadania, mas foi também fruto de disputas em que muitos projetos entraram em choque (Sanglard 2016, 2).

Assim, no decorrer da Primeira República, diversas diretrizes foram inauguradas no sentido de assistir, minimizar e combater os problemas concernentes à infância pobre, ainda que boa parte dessas iniciativas tivesse um viés de controle social. Trata-se, portanto, de um contexto em que se consolida a representação de um problema social que emergia da massa de crianças pobres, cuja anormalidade se evidenciava nas ruas dos centros urbanos da época (Vianna 1999, 42). De igual maneira, este período foi marcado fortemente pela disseminação das ideias eugenistas e da influência exercida pela escola criminológica italiana entre os juristas e gestores brasileiros, dita “Escola Positiva”. Criado por Francis Galton (1822-1911), o termo Eugenia partia da premissa de que a inteligência era predominantemente herdada e não fruto da ação ambiental. Por sua vez, Galton sugeriu que "as forças cegas da seleção natural, como agente propulsor do progresso, deveriam ser substituídas por uma seleção consciente e os homens deveriam usar todos os conhecimentos adquiridos, a fim de promover o progresso físico e moral no futuro". Se, nos

últimos anos, as propostas eugênicas têm sido apontadas como posições racistas, Galton procurou apresentá-la como a ciência que contribuiria para a melhora das características do conjunto populacional (Goldim 1998, 1-2).

Frente ao cenário político da Primeira República, diversos juristas perceberam os modelos institucionais propostos pela Escola Positiva, focada na natureza do crime e do criminoso, como capazes de operacionalizar mudanças, no âmbito jurídico-penal do país. As concepções da criminologia, elaboradas na Europa, sobretudo a partir dos trabalhos de Lombroso no final dos oitocentos, começaram a se constituir como um campo de conhecimento com pretensões científicas (Alvarez 2002, 679). Formado em medicina e influenciado desde cedo por teorias materialistas, positivistas e evolucionistas, Lombroso defendeu a teoria que ficou popularmente conhecida como a do “criminoso nato”.

Ao partir do pressuposto de que os comportamentos são biologicamente determinados, e ao basear suas afirmações em grande quantidade de dados antropométricos, Lombroso construiu uma teoria evolucionista na qual os criminosos aparecem como tipos atávicos, isto é, indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem. Sendo o atavismo tanto físico quanto mental, poder-se-ia identificar, valendo-se de sinais anatômicos, aqueles indivíduos que estariam hereditariamente destinados ao crime. [...] Lombroso incorporou a sua teoria, várias outras categorias referentes às enfermidades e às degenerações congênicas, que ajudariam a explicar o comportamento criminoso, acabando mesmo por considerar igualmente as causas sociais em suas explicações. Mas ele nunca abandonou o pressuposto de que as raízes fundamentais do crime eram biológicas e que poderiam ser identificadas a partir dos estigmas anatômicos dos indivíduos (Alvarez 2002, 681).

Tais concepções, fortemente alicerçadas nos aspectos biológicos, de um lado, influenciaram não só a organização das instituições correccionais, como também as classificações policiais do público sob sua jurisdição. De outro, ao enfatizarem o determinismo e ao defenderem um tratamento científico do criminoso, tendo em vista a proteção da sociedade, essas teorias contribuíram para aumentar ainda mais os estigmas que recaíam sobre infância pobre e/ou abandonada.

No que diz respeito ao referencial teórico-metodológico, a presente análise se alimentou das premissas sustentadas por Foucault acerca do nascimento da prisão, no fim do século XVIII e princípio do XIX. Organizada fora do aparelho judiciário, à prisão buscou dividir os indivíduos, distribuindo-os espacialmente, de modo a vigiá-los e a formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações. Desse modo, segundo o filósofo, a demanda por disciplina organizou um espaço analítico, o qual visava constatar ausências e presenças dos indivíduos. Com isso, eles passaram a ser identificados de forma rápida para vigiar seus comportamentos, apreciá-los e, por vezes, impor a “clausura” (Foucault 2014, 140-142). Segundo

Foucault, a disciplina inaugurou um espaço útil do ponto de vista médico, dividindo-o, de modo a garantir uma vigilância sobre os indivíduos.

Ainda que o pesquisador trate de práticas observadas na Europa, nossos juristas e legisladores estavam conectados com as experiências europeias de regulação dos problemas sociais. Assim, formularam propostas fortemente inspiradas nos modelos europeus de organização dos socorros, das prisões e estabelecimentos correccionais. Como bem demonstrou Foucault (2005), o delinquente era um indivíduo a conhecer, o que justificava o escrutínio sobre sua vida, as circunstâncias e a causa do crime. Assim, diversos juristas brasileiros defenderam a vigilância e o isolamento dos adolescentes em estabelecimentos capazes de aferir sua moralidade, intelecto e aptidões. Portanto, algumas práticas adotadas em prisões europeias logo foram adotadas na rotina de estabelecimentos de assistência e correção da capital federal, após o advento da República. Com a Colônia Correccional dos Dois Rios (CCDR) não foi diferente. Portanto, as formulações de Foucault ajudaram a compreender melhor a natureza das ações do Estado brasileiro direcionadas à gestão da infância pobre e/ou abandonada no Distrito Federal. Inspirados nos modelos europeus, nossos gestores agiram de modo a moralizar o proletariado, bem como seus filhos e a isolar em locais distantes dos centros urbanos, os adultos refratários ao trabalho e os menores destituídos de sorte e de familiares.

Este artigo explora a gestão infantojuvenil no Distrito Federal sob os auspícios da República. Neste sentido, recuperamos a documentação depositada no Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no Arquivo Nacional. Assim, lançaremos luz sobre a dinâmica das relações firmadas entre a polícia e a Justiça, dado que seus agentes eram responsáveis por arbitrar os destinos dos menores detidos em Dois Rios. De igual maneira, descortinaremos o discurso construído por essas crianças e adolescentes em suas solicitações de liberdade enviadas ao Chefe de Polícia. Deste modo, será possível conhecer o repertório de estratégias acionado por eles e por suas famílias com vistas a romper a detenção. Por fim, procuramos delinear o perfil de suas famílias, bem como o julgamento realizado pela Polícia acerca delas, quando definia pareceres favoráveis ou não à liberdade dos seus filhos.

As tensões entre a Justiça e a Polícia no tocante à gestão da menoridade

Ao refletir sobre a luta travada entre a Polícia e a Justiça, Bretas observa em “A guerra das ruas” que uma força policial, em qualquer momento de sua história, possui diversas atribuições, dentre elas a mais reconhecida como inerente àquela é a condução dos criminosos a julgamento (Bretas 1997, 63). Neste sentido, segundo o autor, as condenações consistiriam na medida mais

visível do êxito ou do fracasso do exercício policial. Por outro lado, salienta que as atividades policiais dependem legalmente do poder Executivo, mas o Judiciário também exerceria forte controle, uma vez que os desdobramentos de médio prazo da sua ação repressiva são estabelecidos pela Justiça, bem como a legalidade dessa ação. O cerne da disputa polícia-justiça residiria na capacidade de efetuar prisões e conservar os presos.

Por outro lado, o limiar do século XX, testemunha uma persistente campanha liderada pela polícia e por alguns setores da elite dirigente, que reivindicavam uma maior autonomia da atividade policial no combate às contravenções de modo a evitar a impunidade (Barradas 2006, 91). Antes disso, todavia, entrara em vigor a Lei n. 628, de 28 de outubro de 1899, conhecida como Lei Alfredo Pinto, a qual atribuiu à polícia a competência em produzir e conduzir os autos processuais nos casos de contravenção, dispensando a figura do promotor e destinando ao juiz apenas o julgamento a partir do que constasse nos autos. A lei garantiria agilidade nos processos de vadiagem, bastante expressivos, conferindo à polícia amplos poderes classificatórios.

Muito embora o parecer judicial tivesse caráter decisivo, diversos decretos promulgados no início do século XX ampliaram a autonomia da Polícia, agilizando os processos e as detenções. Exemplo disso foi a promulgação do decreto 4.763, 5 fev. de 1903, que regulamentou o serviço policial do Distrito Federal e autorizou o chefe de polícia a internar os acusados de contravenções nos hospícios e asilos. Essa lei garantiu à Polícia o poder tanto de processar como o de manter em prisões todos os indivíduos considerados ameaçadores à ordem pública. Assim, desde o auto do flagrante até a prisão, todos os caminhos eram conduzidos no interior da esfera policial, restando ao Judiciário apenas determinar a sentença ou requisitar novas investigações, caso fossem consideradas necessárias (Mattos 1991). Tal qual Sepúlveda (2012) e Bretas, Vianna também destaca que a delimitação de poderes entre polícia e Judiciário constituiu-se em um elemento de tensão, dado que competia ao segundo validar ou não os inquéritos realizados pela primeira (Vianna 1999, 46). Nesses termos, o Judiciário detinha poderes de fiscalização sobre o trabalho policial.

Outra fonte deflagradora de atritos entre Justiça e Polícia deriva precisamente da autonomia conquistada pela última instância, que resguardava a ela a interpretação e a redefinição de categorias dos textos legais a partir de sua prática cotidiana. Para além dessa ampla independência conquistada pela polícia, é lícito ressaltar que a administração de Dois Rios estava submetida à Chefatura de Polícia e não diretamente à Justiça. Com isso, aquela instituição gozava de autonomia para converter a captura em condenação, prescindindo de processo. Esse, por sua vez, quando existia era conduzido pela polícia civil, conforme previa a lei de 1899.

No tocante às solicitações de *habeas corpus*, enviadas pelos menores aos juizes, localizamos informações básicas sobre os primeiros, fornecidas pela polícia a Corte de Apelação, bem como os despachos do chefe de polícia e a sentença dos magistrados. Embora as fontes compulsadas não nos permitam enxergar a existência de uma disputa explícita entre a Polícia e o Judiciário, percebem-se certos desencontros de interesses entre seus agentes, no que diz respeito ao destino dos menores. Nesta perspectiva, identificamos nos ofícios mudanças sugeridas pelo chefe de polícia sobre os motivos das detenções dos menores com o fim de escamotear informações sobre a legalidade da prisão, questionada pela Câmara de Apelação. Como essas prisões eram ilegais, dado que ocorriam sem interferência da Justiça, mudanças sugeridas pela autoridade policial foram correntes durante o período avaliado. Ou seja, os menores eram capturados nas ruas e enviados a Dois Rios sem passarem antes pelos juizes. Trata-se dos internos denominados “reservados”. Em 1915, a 3ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal envia um ofício ao Chefe de Polícia, Aurelino Leal. Vejamos como ocorreu a troca de informações:

Terceira Câmara da Corte de Apelação. 7/3/1915. Em conformidade com o acordam da terceira câmara, proferido nos autos de Habeas Corpus, em que são pacientes Euclides Lopes, Arlindo dos Santos, Manoel Arthur e Luiz Motta, convém que ministreis por escrito até o dia 7 de abril próximo às 11h da manhã, todos os esclarecimentos que provém a legalidade da prisão de que se queixam os pacientes, devolvendo os inclusos autos. Exmo. Sr. Dr. Aurelino Leal, M. D. Chefe de Polícia do DF. O presidente da 3ª câmara. Ataulfo Nápoles de Paiva (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 575).

No verso do ofício constam informações manuscritas pela polícia sobre os menores e os motivos da prisão, de forma a auxiliar o chefe de polícia:

Euclides Lopes, menor, pais vivos, 16 anos, natural do Estado do Rio de Janeiro, recolhido à colônia em 5/5/12, procedente do 8º DP. Arlindo José dos Santos, é menor, pais ignorados, pardo, 17 anos, natural do estado de Pernambuco, apresentado nesta repartição pelo 17º DP, cujo menor foi empregado do Dr. Hugo Braga, não constando nos papéis o motivo da prisão. Recolhido em 11/2/1913. Luiz Motta está na colônia com ofício reservado desde 7/5/1914, procedente da 3ª delegacia auxiliar, por ladrão, vigarista e vagabundo, conta 21 anos de idade, vulgo “ratinho”.

A seguir, constam os seguintes dados e o respectivo despacho policial: “Parece-me que pode restituir os autos, informando que foram recolhidos à Colônia e acham-se como livres trabalhadores a pedido dos mesmos”. Ademais, deparamo-nos no mesmo documento com informações complementares e com a sentença do juiz: “Procedentes da Colônia com ofício reservado, datado de 17 do corrente, em virtude de *habeas corpus* os seguintes menores: Euclides Lopes, o qual deseja ir para Barra do Piraí e Arlindo José dos Santos, empregado do Dr. Hugo Braga, diz ter uma tia em Jacarepaguá”. Diante da concessão de *habeas corpus* aos menores, resta ao chefe de polícia endossar a decisão judicial, liberando os internos da Colônia.

Em abril de 1915, a 3ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal envia um ofício ao chefe de polícia:

De conformidade com o Accordam da 3ª Camara d’esta data, proferido nos autos de *Habeas corpus*, em que é paciente Raul Teixeira de Abreu, convém que ministreis por escripto, até o dia 14 do corrente mez, às 11 horas da manhã, todos os esclarecimentos que provem a legalidade da prisão de que se queixa o referido paciente, devolvendo os inclusos autos n. 948 (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 575).

No verso do ofício são incluídas informações pela polícia, informando os motivos da prisão: “Trata-se de um menor, contando 16 annos, preso pelo 1º Dto Pol. por vadio e sem domicilio, acolhido na Colônia em sete de Maio do anno findo”. No entanto, a informação repassada à Corte, sob as ordens do chefe de polícia, é alterada: “A ordem do Sr Dr. Chefe, respondido a Côrte de Appellacão, que se acham na Colonia [sic] como livres trabalhadores (13 de abril de 1915)”.

Tomando como ponto de partida esses documentos, alguns apontamentos se impõem. Se, de um lado, o chefe de polícia manda alterar as informações repassadas aos juizes sobre os menores, na medida em que os fatores que motivaram suas detenções não ficaram claros, de igual maneira fornece dados contraditórios. Ou seja, a informação repassada pela polícia à justiça traz consigo um paradoxo – a solicitação do *habeas corpus* requerida pelo menor – contradiz a sua permanência na Colônia como livre trabalhador por sua vontade. Trata-se de uma estratégia acionada pelo chefe de polícia para prolongar a permanência do interno na Colônia e impedir que a Justiça lhe concedesse o *habeas corpus*. A indicação para permanecerem na Colônia atendia a diversos propósitos das forças de segurança, dentre os quais sobressai o projeto de ordenar a cidade. De igual maneira, poderia garantir a mão de obra para o funcionamento daquela instituição, dado que ela sofreu constantemente com o número reduzido no quadro de funcionários². Sepúlveda, por sua vez, demonstra que a execução de diversos serviços realizados na Colônia competiu a seus internos. Contudo, o primeiro objetivo parece ter sido o mais factível, dado o comprometimento da polícia com o ordenamento social. Dados os limites deste artigo, não nos foi possível investigar o perfil desses menores que deveriam permanecer na Colônia como “livres trabalhadores”. De outro lado, a concessão do *habeas corpus* aos dois menores pelo juiz acaba invalidando completamente o trabalho

² Myriam Sepúlveda observa que o pequeno número de internos era absorvido em serviços internos, como refeitório, cozinha, capina, faxina, reparos, concertos e manutenção da estrada. Neste sentido, o serviço de cozinha e faxina, em alguns decretos, ficava a cargo dos internos, mas em outros não. Assim, os dirigentes se valeram frequentemente dos internos como mão de obra servil nesses tipos de trabalho. A autora afirma que os correccionais trabalhavam nas seções administrativas, tais como farmácia, enfermaria, almoxarifado, portaria, secretaria, cozinha e refeitório. Enquanto isso, os demais eram divididos em turmas que trabalhavam nas oficinas de lavoura, horticultura, criações, pescaria, construções, transporte, indústria, serraria, dentre outras (Santos 2009, 129).

e o esforço policial, no sentido de prorrogar a permanência desses adolescentes na Colônia. Segundo Barradas, práticas como essa foram largamente acionadas pela polícia durante a Primeira República, visando sempre conter e isolar os “desordenados” em Dois Rios. Paralelamente, alteravam-se os dados com vistas a evitar que um número maior de prisões de menores fosse contestado pela Justiça, o que poderia colocar em xeque a ação da Polícia e a sua autonomia sobre Dois Rios (Barradas 2006, 164).

Em que pesem os interesses desencontrados dos agentes da polícia e da justiça durante o período avaliado, as mudanças realizadas na legislação e o próprio Código Civil de 1916, instituído pela Lei n. 3.071, em seu art. 395, previa a perda por ato judicial do pátrio poder o pai, ou mãe que castigassem imoderadamente o filho e que o deixassem em abandono. Tal decreto, por sua vez, motivou ações e pareceres que se alinharam aos objetivos daquela instituição. Deste modo, se no período avaliado as sentenças definidas pelo Judiciário desautorizaram o trabalho policial, reiteradas vezes, é possível que os dispositivos presentes nas leis promulgadas na década de 1920 tenham ido ao encontro dos seus propósitos ordenadores³. Por conseguinte, é possível que esses decretos tenham harmonizado minimamente as deliberações das duas instâncias.

A retórica construída pelos internos da Colônia para alcançar a liberdade e os perfis de suas famílias (1910-1920)

Ao recuperarmos os discursos das crianças e adolescentes detidos em Dois Rios, pretendemos jogar luz sobre as relações existentes entre esses internos, seus representantes no poder público e no âmbito doméstico (pais, parentes e demais responsáveis).

Ao avaliarmos a retórica construída pelos menores para convencer o chefe de polícia de que eram dignos da liberdade, foi possível identificar alguns dos valores compartilhados por eles e se estes estavam em consonância com a sociedade na qual estavam inscritos. Deste modo, conseguimos escapar um pouco dos dados e das avaliações que refletiram exclusivamente a ótica policial. Como já foi dito, uma das alternativas para romper a detenção na CCDR consistia no apelo feito por algum responsável ou pelo próprio interno ao chefe de polícia, que validaria ou não as solicitações encaminhadas a ele. O primeiro ofício foi enviado pelo menor Manoel, em 15 de janeiro de 1915, detido desde 1913, enquanto o outro foi enviado por Jorge Josevelk, em cuja solicitação não é possível localizar a data de ingresso e saída da Colônia. Ambos escreveram ao chefe de polícia

³ Em 1927, foi aprovado o Código de Menores Decreto (17.943-A), o qual trouxe importantes inovações, inserindo o menor na esfera do direito e na tutela do Estado. De igual maneira, consolidou a fórmula Justiça e Assistência para os menores viciosos e delinquentes, os quais seguiriam para instituições especiais, após a sua promulgação (Faleiros 1995, 47).

com fim de clamar por liberdade. Assim, destacaram os efeitos negativos provocados por sua detenção para suas famílias, assim como não constam indicações de suas saídas. Cabe salientar que o motivo da reclusão só aparece no ofício enviado pelo segundo interno.

Venho respeitosamente pedir Sua Excelência que me acho desde março de 1913, preso recolhido a Colônia Correccional Dois Rios a disposição do mesmo senhor. Tenho eu minha mãe e duas irmãs menores que muito tem sentido a falta deste pobre infeliz que entrego a minha alma ao duro trabalho para obter o bem da manutenção. Esta pobre infeliz que muito sente a minha falta, assim como vossa senhoria leva o pensamento nos seus filhos quanto mais a minha pobre infeliz mãe que vive dias e noites chorando a minha falta e até a data presente não sabendo o meu paradeiro. Então, penso digno senhor que de mim tenha compaixão por que uma parede sem segurança não pode ficar em pé. Eu peço a vossa excelência pelo amor que tem aos seus filhos para dar a minha liberdade porque eu tenho a minha família sendo eu o único filho. Peço licença a sua Exma: Manoel Arthur Soares e Geraldo Nunes Vieira (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 667).

Jorge Josevelk, cidadão brasileiro de 20 anos de idade, solteiro, ex-aluno da Escola Premonitória Quinze de Novembro, achando-se recolhido à Colônia Correccional de Dois Rios à vossa disposição, tem a subida honra de se dirigir a V. Exa. com o maior respeito e acatamento a fim de vos pedir humildemente que vos dignéis restitui-lhe a liberdade, atendo o seu sincero arrependimento de não ter procedido bem na escola de onde veio para esta Colônia a fim de ser corrigido; porém já tendo decorrido longos 27 meses que aqui se acha internado, longe, bem longe dos carinhos de sua progenitora, apela para o vosso magnânimo coração e espera ser agraciado por V. Exma. Exmo. Sr., Distrai por um momento a vossa atenção do que acima está mencionado e percorre o vosso pensamento através das pavorosas grades do cárcere e avaliai a dor suprema deste desprotegido da sorte que, no momento em que as portas do cárcere lhe foram cerradas por tempo indeterminado, deixou sua pobre velha progenitora e três irmãos menores na miséria, sendo que só ele pode ser o arrimo destas criaturas sem proteção; desde já confiando na vossa sincera justiça, espera ser atendido (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 667).

Esses documentos são bastante representativos, uma vez que evocam valores comumente presentes nas relações de troca e reciprocidade entre os atores. Fica patente a desigualdade de poderes entre os atores envolvidos nessa relação, os menores estão detidos e, por conseguinte, privados da liberdade, ao passo que o chefe de polícia detém o controle sobre seus destinos. Paralelamente, demonstram, ao interlocutor, que as circunstâncias lhes eram completamente desfavoráveis, a exemplo do isolamento em Dois Rios, o longo período afastado da família e a possibilidade de a detenção se prolongar. Tais circunstâncias os levam a implorar a caridade do chefe de polícia. Deste modo, ao pleitearem a tão sonhada liberdade, as partes mais interessadas em receber enaltecem a magnanimidade e a personalidade do “doador”, elementos simbólicos que evidenciam a disparidade entre os membros da troca e que visam à aquisição de algo⁴. Ou seja, a obtenção do contra dom. Nas solicitações aludidas, o tom de apelo e favor predomina, na medida em que os menores atrelaram a concessão da liberdade a um ato de generosidade do chefe de

⁴ Esta análise se pauta na premissa defendida por Godelier (2001), segundo a qual toda ação de doação se pauta no desejo de obter algo em troca, o contra dom, que pode vir por meio do mero reconhecimento, de um gesto de satisfação do receptor, do enaltecimento da personalidade do doador, entre outros ganhos. Optamos por trabalhar com a última delas, a ligada às teorias da reciprocidade, por acreditarmos que ela seja capaz de nos oferecer um potencial explicativo mais próximo ao que as fontes nos têm apontado.

polícia. Paralelamente, demonstraram humildade, visto que não contestaram formalmente sua detenção. Em alguns casos, admitiam os erros passados, o aprendizado que o cárcere lhes trouxe, demonstrando gratidão caso lhes fosse concedida a liberdade. Ou seja, não contestaram a autoridade policial, tal como se observava nos requerimentos de *habeas corpus* impetrados por diversos menores. Por outro lado, seus discursos procuraram demonstrar, ao chefe de polícia, a importância assumida pelo seu ordenado para a manutenção de suas famílias, dado o vínculo entre a liberdade e a possibilidade de alcançarem um posto de trabalho. Com isso, além de enfatizarem a imagem de potenciais trabalhadores e o valor conferido ao labor como sinônimo de dignidade e sobrevivência, esses menores evocaram os desdobramentos flagelantes da sua detenção. Neste sentido, procuraram mostrar que a sua permanência na Colônia era contraproducente e dolorosa, uma vez que colocava em risco a sobrevivência de suas famílias. No primeiro caso, Manoel usou como estratégia de aproximação do chefe de polícia a sua condição de filho e a possibilidade de ele tê-los no seio de sua família, visando a suscitar a empatia e a compaixão do interlocutor.

Se a ética do trabalho e a construção de um mundo ordenado eram os pilares sobre os quais essa sociedade em vias de modernização buscava se alicerçar, é bem verdade que esses menores demonstraram terem assimilado as “regras do jogo”. Em outras palavras, seus discursos visavam mostrar ao chefe de polícia que não só compreendiam como também dominavam os códigos e os valores que regiam o país no qual viviam. Deste modo, souberam usá-los habilmente a seu favor, associando-os ao caminho que os libertaria do cárcere.

Por outro lado, chama a atenção o fato de eles se referirem a suas famílias, comandadas por mulheres, na maioria das vezes, para evocar o quadro de desproteção no qual elas haviam ficado diante da sua ausência, pois eram seus arrimos. Assim, suas mães aparecem nesses relatos como figuras que sempre prescindem da proteção masculina e do dinheiro trazido pelos filhos. Por fim, mas não menos importante, é sintomático o fato de os discursos construídos por esses menores se coadunarem com a proposta que motivara a criação da Colônia pelo governo republicano, revelando o êxito do trabalho policial, pelo menos no campo teórico. Suas falas permitem-nos entrever que a sua regeneração aconteceu durante o período em que permaneceram em Dois Rios, produzindo representações positivas sobre a Colônia e as práticas capitaneadas pela polícia.

Portanto, esses adolescentes pareciam compreender que a conquista da liberdade passava necessariamente pelo apelo em prol do trabalho, da moral e da disciplina ensejada por ele e pela regeneração viabilizada pela Colônia. Ou seja, demonstravam ao chefe de polícia não serem vadios e refratários às normas impostas pelo capitalismo, usando as regras do jogo a seu favor. Portanto, a concessão da liberdade (doação/dádiva) aos menores que as pleiteava confirmava uma atitude de

subordinação dos mesmos, ao mesmo tempo em que reafirmava o *status* do doador (o chefe de polícia), consolidando a hierarquia existente entre doador e receptor.

Por outro lado, o pleno domínio dos códigos da época e o caráter formal da solicitação enviada ao chefe de polícia nos levam a crer que os internos contaram a orientação de alguém que conhecia os trâmites burocráticos necessários para o alcance da liberdade. Neste sentido, cremos que algum funcionário de Dois Rios possa ter escrito ou orientado os menores a escreverem tais solicitações, dado o elevado grau de analfabetismo entre os internos. É possível, inclusive, que esses funcionários, ao verem a detenção dos menores se prolongarem anos a fio, tenham passado informações a eles sobre a possibilidade do recurso de *habeas corpus*.

Contudo, as súplicas desses menores tiveram pouca ou nenhuma eficácia, se comparados aos ofícios enviados por suas famílias. Por certo, o que realmente importava para a polícia era a presença de responsáveis nas vidas dos internos que lhes garantissem algum controle e educação. Ao que parece, as solicitações encaminhadas pelos responsáveis mereceram uma análise mais acurada da polícia, que legitimaria ou não sua autoridade sobre os filhos. Como bem observou Vianna, o internamento na Colônia implicava a transferência de poderes da família para a instituição policial, assemelhando-se a uma cessão não formalizada do pátrio poder (Vianna 1999, 128).

Isso acontecia mesmo nos casos em que as solicitações de internamento dos menores haviam sido enviadas pela própria família. Fato é que a existência de laços comunitários na vida dos menores constituiu-se na condição *sine qua non* para alcançar a liberdade. Assim, a retórica construída pelos menores bem como seu comportamento não pareceram influenciar as deliberações da polícia.

É importante dizer que, a despeito de a trajetória da Colônia Correccional dos Dois Rios ter sido marcada pela promiscuidade e tentativas malogradas de reforma, dezenas de pais enviaram requerimentos ao chefe de polícia, solicitando o internamento dos seus filhos. Dito isso, interessamos saber quais fatores teriam motivado esses responsáveis a enviar seus filhos para a malfadada Colônia. A princípio, esses pedidos se justificavam pelo comportamento insubordinado dos menores e pelas tentativas malogradas de educá-los, mas é possível que outros fatores tenham motivado tais solicitações. Na contramão da atitude adotada por diversos pais, cujos requerimentos de internamento dos filhos na Colônia foram bem mais expressivos que os enviados pelas mães, elas foram as que mais chamaram para si a responsabilidade pelos filhos. Neste sentido, as fontes avaliadas sugerem que a chefia dos lares desses menores competiu, na maioria das vezes, às

mulheres⁵. Não por acaso, foram elas que mais compareceram às delegacias, exigindo o regresso dos filhos detidos em Dois Rios. Nessas circunstâncias, elas não só reafirmaram ao delegado a responsabilidade sobre os menores, como também ressaltaram as implicações da sua ausência prolongada para a sobrevivência do clã, dada a ausência do dinheiro trazido pelo trabalho dos filhos.

Historicamente, diversos setores da sociedade foram unânimes ao creditarem à família os problemas relacionados ao abandono, negligência ou delinquência dos filhos. De acordo com Irma Rizzini, essa culpabilização foi reforçada pelo corpo técnico das instituições de atendimento ao menor e pela própria literatura especializada, reiteradas vezes, que atribuíram à pobreza a causa da desestruturação familiar em meio a qual elas viviam. Neste sentido, os desfavorecidos foram vistos sob os olhares preconceituosos de diversos atores e agentes públicos, que os consideravam incapazes de educar seus filhos, considerados abandonados moralmente e potenciais delinquentes⁶. Esses foram alguns dos estigmas que recaíam sobre os internos da Colônia e suas famílias. Como demonstra Rizzini (1997), a desorganização familiar foi atrelada à criminalidade infantil. Assim, diversos juristas discutiram as implicações desse problema, apontando possíveis diretrizes a serem adotadas pelo Judiciário, a exemplo da retirada do pátrio poder de pais comprovadamente incapazes⁷. Tal sugestão figurava no discurso jurídico no limiar do século XX, tendo sido implementada na década de 1920, quando o Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923, foi aprovado. Esse, por sua vez, previa a suspensão ou cassação do pátrio poder de pais considerados incapazes ou inadequados para criar seus filhos.

Por sua vez, as solicitações enviadas pelos pais à polícia, nas quais pleitearam o envio dos filhos para Dois Rios, muitas vezes, contribuíram não só para corroborar as representações negativas acerca deles, como também para legitimar a intervenção policial. É certo que a grande maioria dos responsáveis declarava nos requerimentos enviados à polícia o fato de terem perdido a autoridade sobre seus filhos, os quais se recusavam a trabalhar, transformando-se em vadios – a queixa mais recorrente nos ofícios. Outros alegavam que o filho não acatava os conselhos paternos,

⁵ Rizzini observa que, nos estudos relativos às famílias das camadas médias, são feitas algumas considerações preliminares acerca das transformações que ocorreram nas estruturas familiares no Brasil, como por exemplo, o crescimento dos casos em que a mulher é a chefe de família. Conforme tais análises, elas assumiriam um tipo de monogamia sucessiva, ou seja, a mulher teria parceiros sucessivos, mas era o centro da unidade doméstica em relação aos filhos (BRUSCHINI; FUKUI 1981 *apud* Rizzini 1997, 51).

⁶ Segundo Rizzini, a família do menor institucionalizado ou abandonado era avaliada a partir dos paradigmas burgueses da família nuclear, o que inevitavelmente reforçava a visão preconceituosa acerca dela. Assim, a parentela das camadas menos favorecidas era rotulada como desorganizadas ou desestruturadas (Rizzini 1997, 50-51).

⁷ É o que nos revela o jurista Evaristo de Moraes, em 1916, em seu artigo, *Criminalidade da Infância e da Adolescência*, apresentado no Primeiro Congresso Americano da Criança (Moraes 1927).

tornando-se insubordinado e adquirindo maus vícios. Assim, esses discursos, além de reforçarem a tese acerca da desorganização dessas famílias poderiam alimentar hipóteses quanto à fuga da responsabilidade parental. Isso porque, de um lado, o internamento dos menores na Colônia significava que seus pais abriam mão temporariamente das responsabilidades sobre eles. De outro, a sua permanência em Dois Rios poderia se prolongar por anos a fio. Em contrapartida, o recurso ao internamento poderia decorrer de uma situação de penúria dos progenitores, sobretudo quando o filho se recusava a trabalhar, fator que motivou a maioria dos requerimentos enviados à polícia. Neste sentido, aquela malfadada instituição pode ter sido mais uma das artimanhas acionadas pelos setores populares, no afã de sobreviver, já que se constituía em um meio de retirar o filho da fome e a família da penúria. Tais artifícios não foram usados apenas para colocá-los em Dois Rios, mas também foi uma estratégia observada nas Escolas de Aprendizes de Marinheiros e nos Patronatos agrícolas, criados a partir de 1918 fora do Estado do Rio de Janeiro.

Tanto assim que alguns responsáveis se dirigiam a polícia para retirar seus filhos da Colônia, após conseguirem emprego para eles. Inere-se que era preferível para esses pais que seus filhos trabalhassem a mantê-los em Dois Rios. Contudo, quando eles se recusavam a trabalhar, o caminho mais apropriado residiu no apelo para o internamento. Não por acaso, o uso da Colônia para o controle dos filhos insubordinados teve alta incidência. Ou seja, o internamento consistia em uma estratégia para castigá-los e discipliná-los, de tal maneira que, em diversas circunstâncias, o discurso dos pais legitimou a intervenção policial. No requerimento abaixo, é possível identificar o descontentamento de um progenitor com o fato de o filho ser refratário ao trabalho:

Está presente Luiz Antônio Carlos, residente à Rua Bambina, Botafogo, solicita a V. Exca., as necessárias providências a fim de ser recolhido à Escola da Colônia Correccional, o seu filho, Pedro Antônio Carlos, 16 anos, pardo, desta capital, diz o suplicante que o referido menor é vadio incorrigível, não querendo sujeitar-se ao trabalho honesto, razão pela qual foi obrigado a apresentá-lo nesta repartição, para assim ter um corretivo”. 7/3/1918 (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 570).

Contudo, o progenitor acabou solicitando a anulação do pedido, pois arranjava colocação para o filho. Essas desistências eram comuns, quando o responsável encontrava emprego para seus filhos ou vagas em estabelecimentos das Forças Armadas. Parece-nos, num primeiro momento, que, aos olhos dos responsáveis, a negativa do menor ao apelo do trabalho era algo inconcebível, pois se constituía em um obstáculo à manutenção da família popular. Ao que tudo indica esses menores tinham como denominadores comuns à suposta rebeldia, a insubordinação e a rejeição aos hábitos produtivos. Ademais, grande parte era oriunda dos setores médios e populares. Por outro lado, no discurso construído pelos responsáveis, fica patente a esperança de que o isolamento e a disciplina, aos quais os filhos seriam submetidos na Colônia, seriam capazes de corrigi-los.

Contra-pondo-se às expectativas regeneradoras acerca do recolhimento dos filhos na Ilha Grande, outros responsáveis conceberam-na como um recurso extremo, dadas as tentativas malogradas de educá-los. Assim, o argumento se coaduna à representação mais tradicional acerca da Colônia, considerada o último estágio de correção. Não raro, as solicitações diziam respeito a menores que acumulavam passagens pela Polícia ou por outras instituições com viés disciplinador, caso do menor Horácio.

Guilhermina Reis, viúva, residente à Rua sete de setembro, mãe do menor de 18 anos, de nome Horácio Reis, vem pelo presente solicitar de V. Exa., a inclusão do referido menor na Colônia Correccional dos Dois Rios, como medida correccional em virtude de esse menor ser incorrigível, vadio, não querer se sujeitar ao trabalho honesto. A mãe diz que já lançou mão de todos os recursos disponíveis, chegando mesmo a incluí-lo na Escola de Menores Aprendizes de Marinheiros, de onde foi excluído pelo seu comportamento. Diz se sentir constrangida, em virtude desse menor não atendê-la mais. Diz ainda que ele só anda com más cias (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 570).

Em praticamente todos os ofícios avaliados, os responsáveis destacaram a perda de autoridade sobre os filhos e o profundo desgosto dado por eles. Fato é que tanto os casos em que eles são classificados como insubordinados (38,4%), como vadios (52%) revelam sua recusa direta ou indireta ao trabalho, que poderia se converter em renda para a família. Em termos de problemas de natureza econômica, que obstaculizavam a manutenção desses grupos, localizamos apenas três requerimentos, que destacam a pobreza extrema que assolava suas vidas. A despeito disso, determinadas especificidades carregadas por essas famílias, a exemplo da viuvez das mulheres, que dependiam do dinheiro trazido pelo trabalho do filho, levam-nos a crer que esse problema tenha incidido sobre um número maior de pessoas. Um dos pais que enviou requerimento à polícia declarou ter mais de 10 filhos, dos quais dois possuíam o vício de furtar e praticar desordens. Em face da carência de recursos e da falta de tempo para cuidar de todo o clã, esse progenitor solicita o internamento dos dois mais problemáticos.

Fica patente o fato de a maioria dos menores viver sob os cuidados dos progenitores (71,4%), que apresentam ao Chefe de polícia, diferentes motivos para interná-los na Ilha Grande. Assim, enquanto alguns responsáveis alegaram que o internamento de seus filhos evitaria que cometessem crimes mais graves, outros afirmaram não se responsabilizar mais pela conduta dos menores. Na prática, seus discursos traduziram a cessão não formalizada do pátrio poder, contribuindo para a ingerência paulatina do Estado na vida dos filhos das famílias populares. De igual maneira, reforçava a tese defendida por juristas e por diversas autoridades quanto à suposta incapacidade dessas famílias de educar seus filhos. Deste modo, durante a Primeira República, observou-se uma conjuntura favorável à institucionalização da infância pobre. Não por acaso, a legislação menorista, composta pelo Código de Menores de 1927, acabou legitimando o poder

tutelar do Estado sobre a população infanto-juvenil, que se enquadrava nas situações descritas anteriormente.

Se a Colônia foi usada como um recurso de contenção dos filhos rebeldes por dezenas de progenitores, o regresso dos menores nos casos em que eles haviam sido capturados pelo Corpo de Segurança não era tão simples como nas primeiras situações. Isso porque a detenção dos menores encontrados nas ruas da capital pela polícia implicava um julgamento negativo sobre suas famílias, vistas como negligentes e incapazes, pois eles se encontravam em situação de abandono. Ao avaliarmos os discursos construídos pelas progenitoras, a fim de convencer o chefe de polícia a liberar seus filhos da Ilha Grande, deparamo-nos com informações relevantes sobre ambos, o que jogará luz sobre os critérios usados pela polícia para arbitrar o futuro dos internos. O ofício abaixo foi enviado pela mãe do menor José, detido na Colônia por “andar em companhia de vadios”.

Ao Exmo. Senhor Chefe de Polícia do Distrito Federal. José Pereira Linhares, filho de Maria do Rêgo Linhares, viúva, de que trata a carta junta, foi preso por se achar em companhia de indivíduos conhecidos como vadios. Foi apurado que ele trabalha como ajudante de pedreiro e quando mandado a rua costuma perder o tempo em lugares frequentados por vadios. A mãe do menor é pobre e esse filho, segundo ela, é seu arrimo. Penso já ser eficiente o castigo imposto ao menor, que assim evitará, doravante, andar em más cias. Em 29/4/1915 (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 570).

A seguir, constam anotações feitas pelos agentes da polícia na carta da mãe do menor e o relato da mesma sobre a prisão do filho:

Ao Exmo. Senhor Chefe de Polícia do Distrito Federal. Maria do Rêgo Linhares, viúva, mãe do menor José Pereira Linhares, o qual foi preso, sem nota de culpa, por agentes da Polícia na Rua São Leopoldo, quando voltava após executar uma ordem do seu patrão. Meu filho tem 18 anos, tendo sido recolhido ao 9º distrito, ao corpo de segurança e em seguida à Colônia Correccional dos Dois Rios. O delegado do 2º Distrito Policial prometeu mandar soltar meu filho, visto não ter nota de culpa. Em vão, venho esperando o seu regresso. Enferma, sem recursos, pois meu filho José é quem me sustenta, com seu mínguado ordenado de operário, vejo-me às portas da miséria, sem amparo e pão diário. Privada deste filho, sou obrigada a implorar a caridade pública para não morrer de fome. Confiando no coração bondoso e justiceiro de V. Exa. , venho respeitosamente pedir que liberte meu filho, por crer que ele está sendo vítima de uma injustiça. Assina Maria do Rego Linhares.

Nessa solicitação enviada por Maria Linhares, localizamos não só o seu clamor pela liberdade do filho, como também informações sobre o mesmo e o motivo da sua detenção. Esses registros apareceram nos ofícios produzidos pelos órgãos policiais, a fim de dotar o chefe de polícia de informações sobre os menores. Assim, com base nelas, ele seria capaz de arbitrar o seu futuro. Nesse requerimento, além de a mãe alegar miséria e doença diante da ausência do filho operário, o arrimo do lar, sua fala sugere que seu quadro de desproteção social a arrastaria para a mendicância, criando outro problema social, cujo controle competia à polícia. Deste modo, sua fala destaca os desdobramentos flagelantes da detenção do filho. Os aspectos evocados pela retórica dessa mãe se

coadunam com a fala de Vianna (1999), a qual destacou o fato de os pedidos evidenciarem que o indivíduo detido estava imerso em uma rede de compromissos e obrigações, geralmente envolvendo o sustento da família. Logo, sua liberação tinha uma importância que transcendia o delito que pudesse ter cometido. Nesse requerimento, assim como nos demais, fica patente a “etiqueta de submissão” (Vianna 1999) da qual a maioria das progenitoras se valem para conseguir a liberdade do filho. Isso porque o regresso do menor dependia do êxito do acordo com a polícia, que concentrava poderes ao definir a condição de livre/detido dos menores.

De modo análogo, esses requerimentos enfatizaram o caráter salutar atribuído ao trabalho, a pedra angular sobre a qual a sociedade carioca em vias de modernização capitalista se alicerçava. Paralelamente, destaca a atitude dadivosa do chefe de polícia, pois, de um lado, seu gesto libertaria seu filho do cárcere; de outro, permitiria que uma mãe viúva e doente comesse, dada a ausência do filho arrastá-la para as fileiras dos miseráveis. Nesse caso, a concessão da liberdade ao menor contava ao menos com três facilitadores: o fato de ele contar com um responsável, ser trabalhador comprovadamente, além da ausência de processo instaurado contra ele. Ainda que a chefia do lar competisse, na maioria das vezes, a essas mães viúvas e solteiras, seus discursos evocaram a importância da proteção masculina e do dinheiro trazido por seus filhos, reforçando os valores patriarcais e sexistas arraigados na sociedade brasileira. A mesma lógica pode ser observada nos requerimentos enviados por outras duas mães, cujas virtudes dos filhos ganham destaque, assim como o apelo para a “magnanimidade” do chefe de polícia.

Está presente Angelina de Jesus Araújo, residente à Ladeira do Livramento, exibindo a presente petição, solicita do Sr. Chefe de polícia as necessárias providências a fim de ser posto em liberdade o seu filho Geraldino Joaquim Gomes, que se acha recolhido a colônia com ofício reservado, desde 31/3/1915 findo, preso pelo 2º DP e acusado de desordeiro conhecido. A suplicante junta três cartões de diferentes firmas comerciais que abonam a conduta de seu filho, como operário, trabalhador e honesto. 9/4/1915. Parece-me que se pode providenciar o seu regresso na primeira oportunidade. Telegrafado mandando vir em 12/4/1915.

Sr. Chefe de Polícia do DF. Maria Emília da Conceição, mãe do menor Manoel José dos Santos, que se acha preso sem nota de culpa na colônia correccional, vem respeitosamente pedir a V. Exa., que se digne mandar por em liberdade o referido menor. Meu filho é único e morigerado, de bons costumes e trabalhador, não tendo até a presente data me dado o menor desgosto. Confiada no magnânimo coração de V. Exa., espero por em liberdade o meu filho. RJ, 6/4/1915 de 1915 (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 570).

Em todos os casos explicitados, as mães procuraram comprovar o fato de seus filhos serem trabalhadores e honestos, construindo uma representação positiva acerca deles. Tal discurso, ao lado da existência de um responsável clamando pelo retorno do filho, foram condições fundamentais para romper a detenção. Ao proceder deste modo, as três mães conseguiram convencer a polícia de que seus filhos eram dignos da liberdade.

À semelhança dos discursos construídos pelos menores, essas mulheres igualmente se utilizaram dos valores compartilhados pela sociedade na qual estavam inscritas, buscando conseguir o regresso de seus filhos. Neste sentido, a maioria logrou êxito ao enviar ofícios à polícia. Ao que parece das 60 solicitações enviadas pelos responsáveis à polícia e aos juízes, a decisão favorável à liberdade dos seus filhos coube, na maioria das vezes, à primeira instância. Não por acaso, localizamos apenas 11 casos em que os juízes concederam *habeas corpus* aos menores, ao passo que 40 foram liberados pelo chefe de polícia. Dos 60 requerimentos enviados, somente em seis casos não obtivemos conhecimento sobre o futuro dos menores, ao passo que três foram negados pela polícia. Em geral, a tendência adotada pela polícia consistiu em libertar aqueles menores, cujos pais comparecessem às delegacias para responsabilizarem-se sobre eles. Mesmo em casos de reincidência, ou quando o menor recebera classificações pejorativas, como a de vadio ou gatuno, essa disposição parece ter sido mantida. Assim, desde a captura, passando pela produção de registros, representações e informações sobre os menores até o seu regresso da Colônia, a maioria das etapas e o arbítrio sobre seu futuro eram conduzidos pela polícia, ainda que a palavra final competisse ao juiz. A despeito disso, os dados repassados pela polícia ao último poderiam influenciar sua sentença. Fato é que somente uma solicitação foi negada pela polícia e aceita pela Justiça, que concedeu o alvará de soltura ao menor. Ao que tudo indica, nessas circunstâncias, não houve tantos desencontros entre as duas instâncias, na medida em que a tendência observada foi à concessão de liberdade aos menores sob o termo de responsabilidade reafirmado por suas famílias. Ao que parece, as tensões entre esses agentes públicos foram maiores nos casos em que os menores impetraram requerimentos de *habeas corpus*. Neste sentido, os argumentos dos quais eles se valeram, visando a alcançar a liberdade, só foram validados pela polícia diante da presença dos responsáveis considerados capazes de educá-los. No que tange aos juízes, suas decisões pautavam-se nos dados repassados pela Polícia.

Salvo raras exceções, o pátrio poder não foi questionado pela Polícia. Contudo, encontramos ao menos dois casos em que a autoridade dos responsáveis foi colocada em xeque pelas autoridades. O primeiro diz respeito à mãe do menor Domingos Monteiro, considerada incapaz de educar o filho por ser meretriz. Ademais, segundo informações repassadas pelo delegado, Domingos era conhecido pelos agentes por andar em meios viciosos da cidade.

Está presente Theresa Maria Prestes, residente à Rua de São Jorge, número 22, que solicita de V. Exca., as necessárias ordens a fim de regressar da Colônia o seu filho menor: Domingos, “o Monteiro”, com 14 anos, ali recolhido a seu pedido em 20/3/1917. 11/5/17. Parece-me que se pode providenciar sobre o seu regresso, telegrafando-se para a colônia. 11/5/17. Pediu-se informações do 4º distrito em 12 de maio de 1917 (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 646).

Logo a seguir, constam as informações repassadas pelo delegado sobre o menor e sua progenitora:

Delegacia do 4º distrito policial. 17/5/1917. Ao chefe de Polícia do Distrito Federal: Em resposta a vosso memorial de 12 do corrente (2ª seção) conforme informa que o menor Domingos João Monteiro, é filho da meretriz Thereza Maria Prestes, em cuja companhia vivia à Rua de São Jorge, número 22. Esse menor é vadio muito conduzido a esta delegacia, e vivia constantemente nos meios viciosos, não obedecendo a sua mãe, que, na impossibilidade de lhe dar educação, apresentou-se nesta delegacia, razão pela qual julgo inconveniente o regresso deste menor para esta capital. Assina José Pereira Guimarães (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 646).

E o parecer da Secretaria de Polícia foi o seguinte: “À vista da informação do delegado do 4º distrito, parece-me que pode permanecer na Colônia. 18 de maio de 1917”. Percebe-se, portanto, que, num primeiro momento, o agente da polícia seguiu a tendência de liberar os menores, mediante a presença do responsável. Todavia, as avaliações negativas do delegado sobre a responsável e seu filho menor alteraram a deliberação do chefe de polícia sobre o destino de Domingos. Esse, portanto, reunia particularidades que dificultariam seu retorno da Ilha Grande, dado o total distanciamento dos padrões impostos pela sociedade carioca, como o fato de sua mãe ser meretriz, além da pobreza, ausência de trabalho e da presença de ambos em meios condenáveis. Percebe-se a dimensão do poder policial sobre o destino desses menores e de suas famílias. Na outra situação, a avaliação negativa sobre os responsáveis dizia respeito a sua incapacidade ou falta de “energia” para controlar e educar seu filho. Ao repassar informações ao chefe de polícia sobre o menor Dantas Antônio, detido em seis de março de 1917, cujo retorno da Colônia fora reclamado pelos seus pais, o Corpo de Segurança se opõe a sua liberação. No entanto, o chefe de polícia opta por entregar o menor à família.

Cabe-me informa-vos que a permanência desses menores naquele estabelecimento é útil a eles mesmos e à ordem pública, não me parecendo, à vista do abandono em que viviam, que os seus pais tenham energia bastante para corrigi-los e educá-los, como se faz mister. Entretanto, o Exmo. Sr. Dr. Chefe decidirá como for mais acertado de justiça (Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 646).

Por fim, é interessante destacar uma fonte, que explicita um conflito de interesses existente, inicialmente, entre dois agentes da Polícia, os quais possuíram opiniões diversas sobre o futuro de um menor e do último com a Justiça, que acabou concedendo *habeas corpus* a ele:

Anna Domingos de Carvalho, no requerimento junto, solicita do Sr. Chefe de Polícia, as necessárias providências a fim de ser posto em liberdade por ser seu arrimo o seu filho: Júlio Domingos de Carvalho, recolhido a Colônia em 15 de março findo, com ofício reservado por “ladrão conhecido”, procedente do 15 DP. 28/4/1915. Parece-me que se pode regressar na primeira oportunidade. Tendo sido remetido no dia 15 do mês findo para a Colônia, parece-me que ali deve demorar mais, por ser ladrão conhecido. Procedente da colônia em virtude de *habeas corpus*, está presente Júlio Domingos de Carvalho.

Percebe-se que, inicialmente, o delegado manteve a tendência de liberar o menor, mediante a presença de um responsável, que reclamava o seu regresso. Contudo, o chefe de polícia optou por mantê-lo na CCDR, porque o menor possuía diversos agravantes que pesavam contra ele, a começar pela classificação, “ladrão conhecido” e estava internado na instituição havia pouco tempo. Deste modo, mais um pedido de liberdade para o filho engendrado pelo responsável, não foi atendido pela Polícia. Todavia, a Justiça concede o *habeas corpus* a ele, dando um desfecho a essa história. Essa sentença, por sua vez, está em consonância com a nossa hipótese sobre a presença de laços comunitários na vida dos menores ter influenciado as sentenças dos magistrados. Constatase, portanto, que as informações sobre os menores, repassadas pelo Corpo de Investigações e Capturas ao chefe de polícia parecem influenciar seu parecer.

Fato é que a polícia era protagonista no destino dos menores, ao passo que ao judiciário coube o papel de coadjuvante. Tais personagens atuaram como gestores de uma população em particular: os menores. Esse arranjo, por sua vez, está em consonância com a perspectiva foucaultiana relacionada à chamada biopolítica, termo do qual Foucault (2005) se vale para tratar da gestão da população. As práticas disciplinares utilizadas até o final do século XIX, segundo o filósofo, visavam governar o indivíduo. Já a biopolítica passa a ter como objeto o conjunto de indivíduos, ou seja, a população. Nesta perspectiva, ela constitui-se na prática de biopoderes locais, segundo os quais a população é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder. Tratando-se de um contexto no qual o poder deveria se alicerçar em bases racionais, o biopoder enfatiza a proteção à vida, a regulação do corpo, ocupando-se da gestão da saúde, da higiene, dos costumes, entre outras questões que se convertem em preocupações políticas. A biopolítica constitui uma “grande medicina social”, a qual se vale de instrumentos de correção que buscam transformar os indivíduos, e toda uma tecnologia do comportamento do ser humano está ligada a eles. Ao gerir e arbitrar o futuro dos menores, a polícia buscava controlá-los, conhecê-los e identificá-los, de modo a garantir a vida, a propriedade e a ordem social nos centros urbanos. Assim, tal como a “medicina social”, esses atores lançaram mão de toda uma “tecnologia do comportamento do ser humano”, a fim de assegurar seus propósitos ordenadores e “atmosfera civilizada”, tão almejada pelos gestores públicos.

Considerações finais

Durante a Primeira República, o tratamento conferido à infância desvalida, embora incapaz de atender suas demandas básicas, foi considerado prioritário, devido ao perigo que os chamados “menores” poderiam representar para a sociedade. Ou seja, o aumento da delinquência infantil, na

virada do século XIX para o XX, inseriu os menores na agenda republicana. Contudo, as crianças e adolescentes trazidos a lume por esta análise estavam distantes de serem alcançados pela assistência na Colônia Correccional dos Dois Rios. Somado a isso, recaíram sobre eles e seus progenitores inúmeros estigmas decorrentes do seu confinamento em instituições correccionais e das suas compleições familiares. Deste modo, aos menores abandonados, destituídos de sorte, restou o convívio com a constante perseguição policial e com o isolamento em Dois Rios. A despeito disso, era possível a eles romperem o ciclo de detenção quando a autoridade de seus responsáveis era legitimada pelos agentes públicos. Ou seja, para aqueles que conseguiram comprovar a existência de laços comunitários em suas vidas foi possível regressar do cárcere. Por sua vez, tal especificidade parece ter se constituído em um dos critérios usados tanto nas deliberações da polícia como dos juízes. Os agentes de segurança, todavia, promoveram um verdadeiro esquadrinhamento na vida dos setores que estavam sob sua tutela, incluindo suas famílias. Nesta perspectiva, somente aqueles, que possuíam vínculos comunitários considerados sólidos e sadios passaram pelo crivo da polícia. Como competiu à Justiça apenas a deliberação final sobre o destino dos menores, a polícia acabou sendo mais rigorosa em relação à definição do seu futuro, pois, cabia a ela investigar a vida dos acusados e o estilo de vida de suas famílias. Deste modo, o corpo policial detinha informações importantes sobre esses sujeitos, que aos magistrados dificilmente chegariam. O Judiciário, por sua vez, acabou derrubando diversas determinações da polícia, atrapalhando o trabalho ordenador de seus agentes. Embora os laços comunitários tenham correspondido ao denominador comum usado pelas duas instâncias, com o fim de arbitrar o destino dos menores, em geral, a Justiça e a Polícia possuíam objetivos distintos, no tocante à gestão da menoridade. Enquanto os magistrados parecem ter agido no sentido de liberar os menores que possuíam responsáveis, a polícia conduziu um trabalho minucioso de investigação de suas famílias. Isso, por sua vez, acabou contribuindo para prolongar o isolamento em Dois Rios daqueles cujas famílias não atendessem aos padrões de moralidade da época. Procedendo dessa forma, esse órgão zelava pela ordem social na capital da República.

Fato é que os adolescentes detidos na Colônia souberam habilmente usar os códigos que regiam a sociedade na qual viviam a seu favor, da mesma forma que exerceram seus direitos de cidadania, ao recorrerem à Câmara de Apelação, no afã de conquistar a liberdade. No que tange à compleição de suas famílias, constatou-se que muitos lares foram comandados por mulheres, as quais se encarregaram, sem o apoio dos cônjuges, da educação dos filhos. Tal configuração, somada a outras vicissitudes atribuídas a essas famílias, contribuíram, em grande medida, para que lhes fosse

imputada a culpa pelo ingresso dos filhos no mundo do crime e para consolidar a política de institucionalização da infância ao longo do século XX.

Acreditamos ter abordado um tema relevante e complexo, o qual, de maneira alguma, esgota-se com esta análise. Ao contrário, pretendemos abrir novas perspectivas de análise concernente à infância pobre e/ou abandonada.

Referências bibliográficas

- Alvarez, Marcos César. “A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais”. *Dados*, 45, n.4 (2002): 677 -704. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400005>
- Barradas, Virgínia Sena. “Modernos e desordenados: A definição do público da Colônia Correccional de Dois Rios” (1890-1925). Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- Bretas, Marcos L. *A guerra das ruas: Povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- Faleiros, Vicente de Paula. “Infância e processo político no Brasil”. Em *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, org. Francisco Pilotti, e Irene Rizzini, 33-96. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: EDUSU/AMAIS, 1995.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- Foucault, Michel. *Vigiar e punir*. 42 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- Godelier, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Goldim, José Roberto. 1998. “Eugenia”. <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>.
- Mattos, Marcelo Badaró. “Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro no início do século”. Dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1991.
- Moraes, Evaristo de. *Criminalidade da infância e adolescência*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.
- Paula, Liana de. “Da questão do menor à garantia de direitos: Discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana”. *Civitas*, 15, n.1 (2015): 27-43. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.16937>
- Rizzini, Irma. “Principais temas abordados pela Literatura Especializada sobre a Infância e Adolescência”. Em *Olhares sobre a Criança no Brasil – Séculos XIX e XX*, org. Irene Rizzini, 39- 77. Rio de Janeiro: Amais, 1997.
- Rizzini, Irma. “O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes”. Em *Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo*, org. Maria Helena Zamora, 13- 34. São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- Rizzini, Irma. “Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas”. Em *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, org. Francisco Pilotti, e Irene Rizzini, 225- 286. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Sanglard, Gisele. *Amamentação e políticas para a infância no Brasil: A atuação de Fernandes Figueira (1902-1928)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.
-

Santos, Myrian Sepúlveda dos. *Os porões da República: A barbárie nas prisões da Ilha Grande (1894-1945)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Vianna, Adriana Resende B. *O mal que se adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Fontes consultadas

Arquivo Nacional. *Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Série: IJ6

Legislação citada

BRASIL. *Decreto-Lei nº 145, de 11 de julho de 1893*. Coleção de Leis do Brasil, Distrito Federal, v. 1, p. 15, 1893. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html#:~:text=Autorisa%20o%20Governo%20a%20fundar,parecer%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias>. Acesso em: outubro de 2020.

Recebido: 27 de janeiro de 2021
Aprovado: 29 de abril de 2021

Comtismo, Castilhismo, and Varguismo: anatomy of a Brazilian Creed

Comtismo, castilhismo e varguismo: anatomia dum credo brasileiro

Comtismo, castilhismo y varguismo: anatomía de un credo brasileño

Jens R. Hentschke*

<https://orcid.org/0000-0002-5775-4319>

ABSTRACT: The author argues that polity and policies of Getúlio Vargas's Estado Novo cannot be fully understood without exploring the legacy of Rio Grande do Sul. The southern state's first republican governor, Júlio de Castilhos, had taken inspiration in Auguste Comte's multifaceted political philosophy and inculcated its authoritarian traits into political institutions. Yet, he and his followers substantially adapted Comte's positivism to the specific economic and political circumstances in their *republiqueta sui generis*. In contrast to Comte, the State merged temporal and spiritual powers to pursue evolutionary political changes, a balanced socioeconomic modernisation, and the incorporation of the *populus qua* paternalistic public policies, and all this with a strong focus on education. Changing contexts resulted in further adjustments, when Vargas became governor in 1928: an 'orderly' inclusion of the opposition into the polity, a stronger state interventionism in the economy and labor market, and an experimentation with state corporatism. These experiences paved the way for this *comtismo*-turned-*castilhismo*-turning-*varguismo* to enter the national stage two years later. Despite all the compromises with other contenders for power that Vargas had to make thereafter, he and his *gaúcho* and other co-opted protégés remained united in the strong belief in technical solutions to social problems and a quest for rational institutions to carry out transformative policies. For them, the State was to be agent of development, tutor of corporate interest groups, and now also guarantor of national security. While highlighting the significant, and still underestimated, impact of French positivism on Vargas's first 15 years in government, the

* Professor of Latin American History and Politics at Newcastle University, UK, with a *Habilitation* (livre-docência) from Heidelberg University, Germany, and many publications on Brazil and the Southern Cone countries. Former President of the British Society for Latin American Studies (2015-17) and Chair of the Standing Conference of Centres of Latin American Studies in the UK (2017-19). The author wishes to thank the editors of *Locus*; the readers of the manuscript; staff and students at research seminars at King's College London and PUCRS; Joseph Love, who pointed him to the preservation of the journal *A Evolução*; and Tassiana Saccol for providing one key source that would have otherwise been unavailable during the pandemic. E-mail: j.r.hentschke@ncl.ac.uk.

article places emphasis on the pragmatic dimensions of its appropriation, propagation, and reinterpretation by two generations of state-builders.

Keywords: Positivism. Brazil. Auguste Comte. Júlio de Castilhos. Getúlio Vargas.

RESUMO: O autor argumenta que o sistema político e as políticas do Estado Novo de Getúlio Vargas não podem ser completamente compreendidos sem explorar o legado do Rio Grande do Sul. O primeiro governador republicano do estado sulino, Júlio de Castilhos, inspirou-se na filosofia política multifacetada de Auguste Comte e inculcou os seus traços autoritários nas instituições políticas. No entanto, ele e os seus seguidores adaptaram substancialmente o positivismo de Comte às circunstâncias econômicas e políticas específicas na sua república sui generis. Em contraste com Comte, o Estado fundiu poderes temporais e espirituais para prosseguir mudanças políticas evolutivas, uma modernização socioeconômica equilibrada, e a incorporação do povo através de políticas públicas paternalistas, e tudo isso com um forte enfoque na educação. A mudança de contextos resultou em mais ajustes, quando Vargas se tornou governador em 1928: uma inclusão "ordenada" da oposição na política, um intervencionismo estatal mais forte na economia e no mercado de trabalho, e uma experimentação com o corporativismo estatal. Tais experiências abriram o caminho para que este comtismo transformado em castilhismo e transformando-se em varguismo entrasse na cena nacional dois anos depois. Apesar das concessões que, em seguida, Vargas teve de fazer a outros concorrentes ao poder, ele, os seus gaúchos, e outros protegidos cooptados permaneceram unidos na forte crença em soluções técnicas para problemas sociais e na procura de instituições racionais para levar a cabo políticas transformadoras. O Estado deveria ser agente de desenvolvimento, tutor de grupos de interesse corporativos, e, além disso, dirigente da segurança nacional. Ao mesmo tempo em que salienta o impacto significativo, e ainda subestimado, do positivismo francês nos primeiros 15 anos de governo de Vargas, o artigo enfatiza as dimensões pragmáticas da sua apropriação, propagação e reinterpretação por duas gerações de construtores do Estado.

Palavras-chave: Positivism. Brasil. Auguste Comte. Júlio de Castilhos. Getúlio Vargas.

RESUMEN: El autor sostiene que el sistema político y las políticas del Estado Nuevo de Getúlio Vargas no pueden comprenderse plenamente sin explorar el legado de Rio Grande del Sur. El primer gobernador republicano del estado sureño, Júlio de Castilhos, se inspiró en la polifacética filosofía política de Auguste Comte e inculcó sus rasgos autoritarios en las instituciones políticas. Sin embargo, él y sus seguidores adaptaron sustancialmente el positivismo de Comte a las circunstancias económicas y políticas específicas de su república sui generis. A diferencia de Comte, el Estado fusionó los poderes temporales y espirituales para llevar a cabo cambios políticos evolutivos, una modernización socioeconómica equilibrada y la incorporación del pueblo a través de políticas públicas paternalistas, y todo, con un fuerte enfoque en la educación. Los cambios contextuales dieron lugar a nuevos ajustes cuando Vargas se convirtió en gobernador en 1928: una inclusión "ordenada" de la oposición en el sistema político, un mayor intervencionismo estatal en la economía y el mercado de trabajo, y una experimentación con el corporativismo estatal. Estas experiencias allanaron el camino para que este comtismo convertido en castilhismo y

convertiéndose en varguismo entrara en la escena nacional dos años después. A pesar de todas las concesiones que, a partir de entonces, Vargas tuvo que hacer a otros contendientes por el poder, él, sus Sul-Riograndenses y otros protegidos cooptados permanecieron unidos por la fuerte creencia en soluciones técnicas a los problemas sociales y por la búsqueda de instituciones racionales para llevar a cabo políticas transformadoras. Para ellos, el Estado debía ser agente de desarrollo, tutor de los grupos de interés corporativos y, ahora, también garante de la seguridad nacional. Al mismo tiempo que se destaca el significativo, y aún subestimado, impacto del positivismo francés en los primeros 15 años de gobierno de Vargas, el artículo pone énfasis en las dimensiones pragmáticas de su apropiación, propagación y reinterpretación por parte de dos generaciones de constructores de Estado.

Palabras clave: Positivismo. Brasil. Auguste Comte. Júlio de Castilhos. Getúlio Vargas.

How to cite this article:

Hentschke, Jens R. "Comtismo, Castilhismo, and Varguismo: anatomy of a Brazilian Creed". *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 245-287.

Introduction and Argument

Getúlio Vargas remains Brazil's most important statesman of the past century. His 19 years in government (1930-45, 1951-54) profoundly transformed the relationship between economy, the State, and society and provided points of reference for successive governments. The 1937 coup that established the authoritarian-corporatist Estado Novo was for Vargas a revolution "from above,"¹ ratifying his decision to take power in 1930 and allowing him to embark on a comprehensive state-led program of administrative reorganization, economic modernization, national integration, and labor legislation. For Edgard Carone (1976, 12), one of the first historians to investigate this regime, it marked the beginning of "[t]he whole process of social change" that Brazil saw during the subsequent decades. No wonder the Estado Novo, including its normative ideas, began to attract significant attention from academics (Carone 1982; Chacon, 1977; Garcia 1982; Oliveira 1982b; Schwartzman, 1983; Levine 1970). Yet, its widespread depiction as a watershed, explainable primarily by the effects of the Great Depression and the impact of totalitarian ideas, is misjudged,² especially if we compare its polity with that of Rio Grande do Sul, the Old Republic's deviant case.

¹ Getúlio Vargas to Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro 7 Dec. 1937, Fundação Getúlio Vargas [hereafter FGV]/CPDOC, OA 37.11.08/2 cp, folhas 0198-0199.

² The concept of "depression regime" is not applicable to the Estado Novo. The 1929 world recession acted as an intervening variable in an ongoing centralization after World War I (Hentschke 1996).

My argument is that the institution-building and policies of Vargas's interwar dictatorship were influenced by a peculiar brand of French positivism that had guided the patriarch of Rio Grande's *republicueta*, Júlio de Castilhos, and his political heirs but witnessed important adjustments during Vargas's state government (1928-30). While the influence of positivism in central Brazil waned after the military rule from 1889-94 and has usually been overstated,³ it survived on the country's southern border. Here a modernizing and educational dictatorship was to erase frontier backwardness. When *gaúchos* assumed control in Rio de Janeiro in 1930, *comtismo*-turned-*castilhismo*-turning-*varguismo* once again impacted on state formation and policies at national level (Cortés 1974).

It is important to clear up, from the outset, possible misunderstandings. First, I do not argue that the Estado Novo was a mere transplant from Rio Grande. The "1930 Revolution" led to a crisis of hegemony that forced Vargas to bargain with other contenders for power, and, as before in his home state, he demonstrated considerable flexibility. Second, the question of whether the political centre was to shift once more from one region to another, as with Brazil's 1822 Independence and the 1889 transition from monarchy to republic, or whether political centralization and modernization of the State at national level were needed, divided *gaúchos*. Third, the Estado Novo certainly had many fathers, from António de Oliveira Salazar,⁴ Benito Mussolini,⁵ Mihail Manoilescu,⁶ Józef Piłsudski,⁷ and William Willoughby⁸ to homegrown apostles of authoritarian-corporatist nationalism, such as Alberto Torres, Francisco de Oliveira Vianna, Francisco Campos, and Azevedo Amaral (Santos 2011, 9-25; Vélez Rodríguez 1997; Gentile 2016;

³ Together with Teófilo Braga in Portugal and Tomáš Garrigue Masaryk in Czechoslovakia, Brazil's Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) is celebrated as one of three positivist architects of republics. The lieutenant-colonel headed a generation of cadets who, at Rio de Janeiro's Military School, were trained in Comte's doctrine, but after the establishment of a republican regime of force he was neutralized. In 1890, he moved from the war portfolio to a new Ministry for Public Instruction and Postal and Telegraph Services, the power of which did not reach beyond the, then, Federal District of Rio. The positivist-inspired education reform he initiated barely survived him. Many of his young followers quickly rose through the military ranks and gained political posts in the capital city and the states, but their long-term impact remained limited. On the role of the military in the transition from monarchy to republic, see Castro 1995. Antônio Paim (2007, 105-106) points to the myth that positivists had the intellectual leadership in the country's transition from monarchy to republic. On the differences between Portuguese and Brazilian positivism, see (Paredes 2013, 157-74).

⁴ Vargas had studied the corporatism of the Portuguese Estado Novo. See Guy W. Ray to Jefferson Caffrey, Porto Alegre, 3 March 1938, National Archives at College Park, MD, RG 84, U.S. Consulate in Porto Alegre, Classified Records 1937-52, Box 1.

⁵ Vargas and other *gaúchos* had also explored Mussolini's accomplishments, and their labor legislation took inspiration in Italy's Carta del Lavoro (Bak 1983, 264; Fontoura, 1999, 291; Luz 2010, 271).

⁶ The Romanian Manoilescu's plea for state corporatism and protectionism for emerging industries influenced Brazilian elites after his translated works circulated in the country in the early 1930s (Love 1996, 25-98; Viscardi 2016, 218).

⁷ Piłsudski's authoritarian regime, with a strong basis in the military, provided some guidance for the creators of Brazil's 1937 constitution (Porto 1937, 18-19). On the Polish regime, see also (Pinto 2014, 39-41).

⁸ The Estado Novo's civil service reform was strongly influenced by Willoughby's separation between politics and administration (Währlich 1983, 280-91).

Oliveira 1982c, Oliveira 1991), though an article sets limits to the exploration of all the domestic and trans-Atlantic influences on post-1930 Brazil.⁹ All I suggest and wish to foreground is that Castilhos was *one* of the spiritual mentors of the interwar regime, and his tutorship was significant.¹⁰ Yet, in his classic history of ideas, João Cruz Costa (1964, 245) claims that Vargas and his allies came to power “with a very poor, not to say nonexistent, ideological program.” This evaluation, explainable by the author’s adherence to a historicist school in the vein of Leopoldo Zea that focused on ideas in texts and explored the regional and national particularities of intellectual production in Latin America in comparison to European models, both equally simplified, has remained a widely shared assumption. I do not claim that Vargas was intellectually consistent or even an ideologue, but I contest that, despite all his flexibility, he and some of his key *gaúcho* protégés, civilians and military men, no longer adhered to core beliefs of the political philosophy that had been so prominent in their home state and obeyed pragmatic, rather than theoretical, considerations. Fourth and finally, while we cannot deduce the transformations of the Vargas regime from these, or any, ideas, the circumstances and modes of their appropriation, propagation, and reinterpretation are important explanatory factors.

The few studies that recognize *castilhista* influences on the *gaúchos* in central government do not examine how this political philosophy contributed to the shaping of national politics beyond 1937. Notable exceptions are Antonio Paim (1994, 78-85; 2007, 102-16) and his disciple Ricardo Vélez Rodríguez, even though both are still steeped in a traditional ‘history of ideas’ school.¹¹ The latter, author of the monograph *Castilhismo: uma filosofia da República* (2010) has been attacked by orthodox followers of Comte for linking positivism with a (proto-) totalitarian regime.¹² It is therefore also important to state that, for me, the Estado Novo was not fascist, but authoritarian.

Castilhos’s absence from the national pantheon is also explainable by the fact that Brazilian history has usually been interpreted from the perspective of the South East, and, as Paim insinuates, some analysts seem to have had an interest in ignoring the impact of *castilhismo* on Vargas, though

⁹ The various contestatory movements in the transition from the Old Republic to the Estado Novo are dissected in significant detail in (Hentschke 1996, esp. 165-384). Yet, we still know little about how European ideas traveled across the Atlantic, directly or, as the case of Willoughby shows, indirectly, through the United States (Rogers 1998).

¹⁰ Amongst contemporaries who clearly recognized this intellectual luggage were Themístocles Brandão Cavalcanti and Luís Simões Lopes, then leading officials in the judiciary and the administrative apparatus, respectively (Lima 1986, 47, 133).

¹¹ For an excellent synthesis of the historiography on positivism in Brazil, see (Alonso, 1996).

¹² For Vélez Rodríguez (2010, 247-248), ignoring the role of Castilhos for republican Brazil equates to not understanding that of Porfirio Díaz for Mexico, Juan Domingo Perón for Argentina, or Mustafa Kemal Atatürk for Turkey. For a discussion of totalitarianism, which is not without contradictions see, in the same source, pp. 273-74. An orthodox critique is (Lacerda Neto n.d.). After the 1937 coup, *A Noite* journalist Leal de Souza accompanied Vargas on his trips and later published a book, *Getúlio Vargas*, in which he linked his protagonist to Castilhos and yet compared him to Europe’s fascist dictators (Neto 2012-14, v. 2, 326).

without it neither the Estado Novo nor his labor policy could be fully understood (Paim 2002, 24). In contrast, *gaúcho* historians have written extensively about *castilhismo*, but most of their analyses remain regionally confined (Pinto 1986; Soares 1998; Axt 2005). This study aims to explore how Comtism, a political philosophy or worldview, which its founder considered to be universal, was adapted, in an authentic way, to the specific contexts of Rio Grande do Sul during the Old Republic and to Brazil after 1928-30 in order to cater to the new elites' interest in socioeconomic and political modernization.¹³ It investigates neither how Castilhos and Vargas's institutional arrangements worked in practice nor how their declared policies were implemented. However, I am acutely aware of the limited infrastructural power of the State that explains major discrepancies between claims and realities in social policies (French, 2004; Wolfe 1994; Hentschke 2007).

Comtismo: Search for a Viable Reorganization of Society

Visitors to Auguste Comte's grave in Père Lachaise cemetery in Paris (Figura 1) find a plaque with the words "L'église positiviste du Brésil a son père spirituel," reminding us of the significance of positivism for Brazil. Another plaque lists Comte's key works, the 1830-42 *Cours de Philosophie Positive*, 1848-54 *Système de Politique Positive*, and 1856 *Synthèse Subjective*, which mark the creation of a philosophy and history of science, the development of a political philosophy, and an exposition of the interrelated concepts that allow for the functioning and continuous improvement of Humanity: orderly activities, synthetic reasoning, and social sentiments.

Given the composite nature and continuous evolution of Comte's work, which is reflected in its reception in Brazil but usually overlooked in the literature, a brief elucidation is required. The Frenchman's research followed a program he had elaborated as early as 1822, namely the *Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société*. The title indicates what drove him all his life. In his view, the 1789 Revolution, an inevitable event, signaled the definitive end of the organic unity of temporal and spiritual powers, or empire and papacy, which had characterized the Middle Ages but been challenged by the Reformation, the Scientific Revolution of the seventeenth century, and the Enlightenment. As a consequence, France had fallen into anarchy, Comte felt, and he set out to reorganize and unify society. The *Cours*, nowadays recognized as the Frenchman's most, if not only, important work, was meant to be no more than a preliminary study. Influenced by Nicolas de Condorcet and Henri de Saint-Simon, Comte linked the country's political crisis with the current state of the human mind. Convinced that Humanity, like nature, passed through an evolutionary process, he searched for phenomenological laws, asking for the interrelationship of facts, rather

¹³ The adaptation to local conditions is a characteristic of the global spread of this scientific worldview and justifies using the term positivism in the plural (Fillafer 2017).

than the ultimate reason of historical progress. This progress, he argued, would be achieved when philosophical thought leaves behind the theological and metaphysical stages and arrives at the positive, or scientific, stage, characterized not by reliance on supernatural agents or abstract reflection, but by observation, experimentation, and comparison. The “positivization” of knowledge would be gradual, as history showed, and depend on the prerequisites and complexity of each science. It would be attained earliest in math, a foundational and instrumental discipline, followed by astronomy, physics, chemistry, and biology, with all of them being interrelated. The most intricate science, that of society, which Comte eventually called sociology, would be the last to be permeated by positive spirit. Comte’s Law of Three Stages classified the sciences but also unified them, and such “positive” reconstruction was to allow for the rational control of both nature and society.



Fig. 1: Grave of Auguste Comte in Paris. Photo by the author.

In the *Système*, Comte proposed a *sociocratie*, an enlightened republican polity that was based on a new synthesis between temporal and spiritual powers, identified in the industrial-financial capital and altruistic positive philosophers, respectively. The former were to responsibly use their private property and forge material progress, but the latter, equipped with sociological know-how and barred from political offices, would act as a corrective and educate the public, thereby guaranteeing order. In his quest for social, or communitarian, cohesion, Comte replaced Catholicism with a secular religion that worshipped the benefactors of mankind. Positivist morality was to instill love in the family, ancestors, great men, social institutions, the fatherland, and Humanity. It was placed above sociology, because only when the mind served the heart and each individual lived for others would social harmony prevail. With their full development, sociology and morality could recapitulate the other sciences by applying a subjective, rather than objective,

method; they would link the whole edifice of knowledge and its application to deified Humanity, the *Grand-Être*. This was the purpose of the *Synthèse*.

Comte was a contradictory figure, and this is reflected in his *oeuvre* and its interpretations. First, he rejected the Sovereignty of the People as a metaphysical construct and, in order to replace class struggle with solidarity, stressed the need for a Caesarist or Dantonian, rather than Robespierrian, dictatorship during the transition to a positivist regime. The ruler would even be allowed to choose his own successor. Little noticed in the literature is that Comte contemplated political decentralization, or small *pátrias* of civic communities, in the long run, with unifying structures then being restricted to the (supranational) spiritual power. Yet, it was this power in which John Stuart Mill identified the despotic streak in Comtism. Its creator, in spite of defending doctrinal liberty, neglected psychology and aimed at expertly molding an individual's moral conduct to exterior reality. An unchecked positivist clergy would discipline not only the heart, but also body and mind. It was to play a role in medicine, endorsing hygiene and an improvement of the human condition, and allow for freedom of expression, rather than conscience that was conditioned by the philosophical knowledge of Humanity. Second, the indivisibility of the concept of Humanity meant that differences were explained in merely temporal terms, which left little room for cultural and ethnic pluralism, in spite of Comte's stand against slavery, colonialism, imperialism, and militarism and the abandonment of his earlier racist thought for a celebration of Africans' superior affective (read: not mental) capabilities. Third, the association of scientism with Comte is misleading. For him, sciences were a means to an end, namely to understand and serve Humanity, not to gain power, accumulate wealth, or idolize efficiency. Yet, it was precisely what we nowadays call technocrats to whom the idea of social planning would later appeal. Fourth, Comte's distrust of socially ignorant academicians and lawyers made him thunder against meaningless certificates, defend engineering and other practical subjects as the only acceptable specializations, and otherwise plea for more encyclopedic education. The proletariat, which he saw suffering under untamed *laissez-faire* capitalism and wanted to incorporate into modern society, became a natural target group for his positivist teachings and activities. He welcomed the 1848 Revolution and founded a workers' library and a Société Positiviste. This did not mean that he embraced (scientific) socialism; his approach remained paternalistic. Moreover, disappointed with France's parliamentary democracy and proletarians' lack of interest, he eventually accepted Louis Bonaparte's 1851 coup, appealed to moderate conservatives, and even sought an alliance with Jesuits. Finally, for the early Comte women were mentally inferior to men, but, after meeting his platonic love interest Clotilde de Vaux, he emphasized their higher emotional intelligence that made them ideal agents in the harmonization of heart and mind and therefore societal regeneration (though this also meant that

he wished to exclude them from the world of work). Four women, amongst them Brazilian feminist educator and writer Nísia Floresta Brasileira Augusta, were following Comte's funeral procession in 1857. Since 1985, a bronze statue of Humanity, depicting a female figure (Clotilde) with an infant that symbolize order and progress in a loving relationship but also resemble the Virgin Mary with the Jesus child, is placed behind the Master's grave. It is a donation by Brazilian positivist Henrique Batista da Silva Oliveira. For all these reasons, Comte meant different things to different people. Most followers picked those parts and connotations of his *oeuvre*, blended with other ideological tools, that suited their agenda¹⁴.

Faced with severe socio-economic and political problems, Latin America's late nineteenth-century state-builders embraced ideas of methodical social reorganization and spoke of national reconstruction, though the recipes they suggested differed in dependence on contexts and interests.¹⁵ Comte's promise of inevitable material progress and controlled social integration "from above" appealed to the new middle class in Brazil (Nachman 1977). The country seemed to be especially prone to "organic," that is, evolutionary, transitions, as a comparison of its imperial and republican flags evidences, and it did not even shun stressing continuities in change with regard to the Portuguese legacy.¹⁶ Comte's religion proved to be more divisive, both in France and in the New World. His orthodox followers in the Brazilian Positivist Church, or Apostolate, established in 1881 and placed under the leadership of Miguel Lemos and Raimundo Teixeira Mendes, who was given the honor of inaugurating the positivist chapel in Paris, linked to Clotilde (Mendes 1905),¹⁷ played a major role in the creation of a new and enduring republican imaginary (though it did not break with tradition). It included, apart from the national flag, a (white) female allegory of the new form of government and the excavation of Tiradentes, the, then, long-forgotten leader of

¹⁴ On the founder of positivism and the multiple facets of his *oeuvre*, see the monumental biography (Pickering 1993-2009) and (Bourdeau 2021) and, regarding education, (Muglioni 1996). Good readers include (Lenzer 1998) and (Andreski, 1974) For the relationship between Comte and Nísia Floresta, see (Pickering 1993-2009, v. 3, 453-455; 548n148; Lins 1964, 19-26; Duarte 2005).

¹⁵ This was in consonance with the differentiation of positivism itself. We do not yet have an in-depth comparative history of its impact on late nineteenth-century Latin America. Within the limits of this study, it is only possible to point to the existence of several generations of positivists and coinciding strands of this political philosophy. While in Brazil Comte was the predominant authority (Hentschke 2004b), Uruguay followed almost exclusively Herbert Spencer and his disciples (Ardao 2008; Hentschke 2016). In Argentina (Biagini 1985; Terán 1987; Hentschke 2016, 93-134) and Mexico (Zea 1968; Hale 1990; Priego 2016), both French and English positivisms co-existed. Chile, with its relatively stable post-Independence polity, witnessed, in the writings of José Victorino Lastarria, an early embracement of liberal-Idealist *krausismo* and later its unique merger with *comtismo* (Hentschke 2016, 69-87). As a consequence, Bernardo Subercaseaux (1980, 11-12), reversing attribute and noun in Leopoldo Zea's term of "liberal positivism," classifies Lastarria as a "positivist liberal." The resulting *Krauso-positivismo* also impacted on Uruguay (Monreal 1993, 122-30). In Argentina, Spencerian positivism even appealed to first-generation socialists (Adelman 1992, 214-18; Miller 2008, 77).

¹⁶ On the political philosophy and symbolism of the Brazilian flag, see (Paul 1997). In 1880, Brazil also commemorated the 300th anniversary of the death of Portuguese bard Luis de Camões (Costa 1964, 104).

¹⁷ Brazilians had bought the house at 5, Rue Payenne, in 1903, two years before the inauguration, but were unaware that de Vaux's apartment, which no longer existed, was actually in the adjacent building, no. 7. The chapel still exists today (Pickering, 1993-2009, v. 2, 140n28).

the anti-colonial Minas Conspiracy (1789) as a Jesus-like martyr (Carvalho 2012; Jurt 2012).¹⁸ However, the rigidity with which the Apostolate interpreted the Master's later *oeuvre* and employed it to mobilize Brazil's urban middle class led to the break with Comte's French heirs, Émile Littré and Pierre Laffitte, and its isolation within Brazil. After the death of Mendes in 1927, these positivists formed only a small sect. When, in 1954, Brazil's UNESCO minister, and later ambassador, Paulo Estevão de Berreda Carneiro, son of an orthodox positivist from Rio de Janeiro, founded and presided over the Association Internationale La Maison d'Auguste Comte, which took care of the Master's physical and intellectual estate, he clashed repeatedly with the positivist Church's hegemonic ambitions. In contrast to his parents, Carneiro never joined the organization (Fraiz 2000; Carneiro 2005, 4-7, 16-24, 38). Nonetheless, in Brazil active temples of Humanity have survived to the present day, one of them in Porto Alegre, built between 1912 and 1928. Comte's slogan "Love as the Principle, Order for the Base, and Progress for the Goal" is placed over the entrance and a bust of Georges-Jacques Danton in its interior.

Castilhismo: Establishment of a Republican Dictatorship in a Frontier Society

Castilhos, whose father was a typical settler-pioneer from the central plains and whose mother originated from an upper-class family on the southern border, became familiar with Comte and Littré's works during his studies at the University of São Paulo's Law Faculty from 1877-81 (Vélez Rodríguez 1982, 18-19),¹⁹ though positivist ideas also circulated amongst the military and in literary and journalistic circles in his home state at the time (Martins 1979, 88-89). Soon after his arrival in São Paulo, then the cradle of positivism and independent from the Apostolate (Alonso 1996, 111-115), he and his fellow *gaúchos*, amongst them his future brothers-in-law Joaquim Francisco de Assis Brasil and Joaquim Pereira da Costa, and the slightly older José Gomes Pinheiro Machado, joined forces with young *paulistas* with whom they shared a profound dissatisfaction with their political marginalization in the Empire and the conviction that, if in possession of provincial autonomy, they would be able to employ scientific know-how in order to modernise the economy and instigate polity changes. In student journals and associational activities, they pleaded for the abolition of slavery, European immigration, popular education, and a federalist republic (Alonso 2002, 146-57). One of those journals, the so-far little explored *A Evolução*, which had been founded by Castilhos, Assis Brasil, and Pereira da Costa, provides an interesting insight into the positivist

¹⁸ The Apostolate's role was not merely symbolic, though; on its campaigns for the abolition of slavery and labor legislation, see (Bosi 2004, 159-66, 169-71), and on orthodox positivists' prolific intellectual production (Prefeitura 2011).

¹⁹ The French cultural mission to Brazil in the 1930s stressed the influence Comte still had at USP (Skidmore 2003, 348; Goertzel 1999, 11-12). A Positivist Society existed at USP until 1951 (Hilton 1973-74, 542).

formation of the young *gaúchos*. They turned against the providentialist and Natural Law convictions of their teachers and classmates and criticized the dearth of concepts that would characterize the Liberal and Conservative parties (Franco 2003, 19, 21). The journal propagated a republican form of government. Castilhos had no doubt that the monarchy would disappear, because the laws that determine social evolution were infallible.²⁰ Assis Brasil was the first to explicitly refer to positivism. In the second issue of the journal, he traced the gradual emancipation of Humanity to Jesus Christ, Martin Luther, the French Revolution (before its usurpation by Napoleon), and Comte.²¹ Brazil, he deplored in other articles, passed through a critical period of mental anarchy and, to overcome it, republicans had to start exploring the country's political history from a philosophical point of view.²² Then they would understand that the “constitutional and representative monarchy [was] metaphysics translated into politics”²³ and typical of Brazil's transitory state. Castilhos echoed this in a later article, pointing to the correlation between a country's institutions and its state of civilization. This he had learned from Comte,²⁴ whom he now praised as “the immortal creator of sociology.”²⁵ Yet, the editors of *A Evolução* still defended the rule of law, liberty, and justice,²⁶ the Sovereignty of the People,²⁷ and “pure democracy,”²⁸ not a *sociocratie*. In a speech Assis Brasil (1880, 9) delivered in the Republican Academic Club on June 16, 1880, he countered the monarchists' argument that such a republic might be the most rational polity, but Brazil was not prepared for it: it would be undisputed that science penetrates the inorganic, organic, and “supra-organic” worlds gradually, but this only means that political and social institutions need to be given time and scientific guidance to mature. In addition, these young men considered it a priority for the republic to provide compulsory, lay, and free primary schooling in its double finality of literacy training and civic education.²⁹

²⁰ J[úlio de] C[astilhos], “A evolução”. *A Evolução* 1, n. 3 (15 March 1879), 17.

²¹ A[ssis] B[rasil], “Os últimos serão os primeiros”. *A Evolução* 1, n. 2 (30 Apr. 1879), 9-10. Indirect references to Comtism, though still mixed with liberal tenets, can also be found in Joaquim Pereira da Costa's plea for peaceful revolutions of ideas and a civic and political contract. See his “A evolução”. *A evolução* 1, n. 1 (15 Apr. 1879); and “Povos e governos”. *A Evolução* 1, n. 4 (30 May 1879), 30.

²² A[ssis] B[rasil], “A crise dos espíritos”. *A Evolução* 1, n. 4 (30 May 1879), 27-28; and “A evolução”. *A Evolução* 1, n. 5 (15 June 1879), 33-34.

²³ A[ssis] B[rasil], “A evolução”. *A Evolução* 1, n. 6 (30 June 1879), 41.

²⁴ J[úlio de] C[astilhos], “A evolução”. *A Evolução* 1, n. 8 (30 July 1879), 58.

²⁵ J[úlio de] C[astilhos], “A evolução”. *A Evolução* 1, n. 10 (30 Sept. 1879), 73.

²⁶ J[úlio de] C[astilhos], “Leão Gambetta,” *A Evolução* 1, n. 1 (15 Apr. 1879), 3. Interestingly, Castilhos is sympathetic to the socialist movement that allegedly implemented the Christian idea of the equality of man in the social realm. J[úlio de] C[astilhos], “O socialismo,” *A Evolução* 1, n. 2 (30 Apr. 1879), 13.

²⁷ J[úlio de] C[astilhos], “Os últimos reductos,” *A Evolução* 1, n. 9 (15 Aug. 1879), 70.

²⁸ A[ssis] B[rasil], “A evolução,” *A Evolução* 1, n. 9 (15 Aug. 1879), 65.

²⁹ [Pereira da] [C]osta, “Algumas idéas,” *A Evolução* 1, n. 8 (30 July 1879), 60; C[astilhos], “A evolução”. *A Evolução* 1, n. 10 (30 Sept. 1879), 75; A[ssis] B[rasil], “Últimas palavras,” *A Evolução* 1, n. 10 (30 Sept. 1879), 80.

After returning to Porto Alegre, these and other *gaúchos* founded, in 1882, the Rio-Grandense Republican Party (PRR). One year later, Castilhos addressed Porto Alegre's Republican Club to commemorate the martyrdom of Tiradentes (Franco 2003, 33). In 1884, when no less than 20 such clubs existed in the state and the party began to gradually emancipate itself from São Paulo's Republicans, Castilhos propagated Comte's ideas in a more radical form in the PRR's mouthpiece *A Federação* (Castilhos 2003; Castilhos 2006). His articles focused on the immediate abolition of slavery without compensation, though he feared freed slaves' "lack of discipline" (Castilhos 2003, 27), and the critique of monarchical institutions, which prevented "national reorganization" (Castilhos 2003, 25).³⁰

While Castilhos wished for an evolutionary transition to a republican regime, a violent overthrow of the monarchy remained a last resort for PRR grandees, as a manifesto signed on Castilhos's estate "A Reserva" on March 21, 1889, testifies (Vélez Rodríguez 2010, 46-47). In the end, regime change came, on November 15, through military intervention and without Rio Grande's direct involvement. Amongst the *gaúchos* who were elected to the Constituent Assembly in Rio de Janeiro and mostly voted as a unified bloc were Castilhos and Pinheiro Machado. Unable to establish a republican dictatorship at national level, both defended ultra-federalism as the precondition for Rio Grande's self-determined polity formation. *Castilhistas* expressed their dissent with the moderate draft charter that was eventually promulgated in February 1891; wished, in vain, that the Constituent Assembly would be dissolved thereafter; and lent support to the executive power, even though it would remain in the hands of the army for the first five years of the Republic (Vélez Rodríguez 2010, 56, 58-59).

While little successful at national level, Castilhos implemented his ideas in his home state. He single-handedly drafted its constitution. When it was promulgated, on July 14, 1891, "in the name of family, Patria, and Humanity" (Constituição 1891, 1) and not accidentally on Bastille Day, which republicans in Rio Grande had commemorated since 1868 (Pereira 2006, 65, 77), and Castilhos was elected president, or governor, for the first time, he began to emphasize the authoritarian traits of Comtism. These were also characteristic of his personality.³¹ An enlightened republican dictatorship, he believed, provided the tools to pacify the southern frontier and subsequently instigate industrial-technical progress. Since the post-Independence Cisplatina War

³⁰ As Roger A. Kittleson has shown, the PRR, despite its ardent attacks on slavery, was keen to maintain the social order. The party did not focus on the human condition of slaves and ex-slaves, but on "white, skilled, male worker-entrepreneurs" (Kittleson 2006, 157, see also 126-27).

³¹ As one anonymous classmate noted years later, Castilhos was both admired and feared during his student days at São Paulo. He even made his fiancé read Comte's work before marrying her in 1883, so he could live with her in spiritual kinship (Franco 2003, 24, 32-33).

(1825-28), Rio Grande had been involved in conflicts, in which internal and external fronts overlapped and ultra-federalism and eventually separatism found fertile ground. The 1835-45 Farroupilha, or Ragamuffin War, which Castilhos's maternal grandfather had helped finance (Franco 2003, 12), played a major role in republicans' and especially positivists' construction of regional identity, despite the fact (consciously ignored by the state's elites to the present day) that it was led by pro-slavery ranchers who protested against the central government's neglect of the province's economic and political interests (Zalla 2011, 54-58; Oliven 2003, 317; Vogt 2014). The Republic of Rio Grande that the Farrapos declared with the support of Italian refugee Giuseppe Garibaldi was, for the PRR, testimony to the whole population's early republican traditions, and the insurgents' return into the Brazilian family to *gaúchos'* patriotism.³² The Farrapos's motto "Liberty, Equality, and Humanity," used since their brief expansion into Santa Catarina in 1839, had its origins in the French Revolution and freemasonry and could, in its first parts, also be exploited by the ruling Liberal Party, but it could equally be interpreted in positivist fashion. Therefore, it appeared on Rio Grande's 1891-1938 state flag,³³ one of the insignia from the so-called "tricolor pavilion" of the Farroupilha that Castilhos's charter officialized (Constituição 1891, Title VI).

What emerged during Castilhos's 1893-98 administration was a highly centralized regime. It was out of sync with the national Constitution, which stipulated cooperative, not extreme dual, federalism. However, this peculiar course was tolerated.³⁴ This is no wonder, given the strategic importance of securing the southern frontier for the preservation of Brazil's territorial integrity. During the Old Republic (1889-1930), almost one third of the Brazilian army was stationed in Rio Grande do Sul, with most of the personnel being *gaúchos*, and Porto Alegre had the only military academy outside Rio de Janeiro, at times with more cadets than the capital city (Cortés 1974, 3). Together with the Law School, this institution reproduced *castilhismo* and facilitated close civilian-military relations, which Castilhos had already fostered with his support of critical officers in their 1880s dispute with the monarchy over their right to publicly express political opinions.³⁵ He further cultivated these relations by deciding to serve, between 1890 and 1892, as *éminence grise* in various state governments headed by generals, which also secured him the support of the military executive

³² José Francisco Dias da Costa to Lindolfo Collor, Pelotas, 12 July 1937, FGV/CPDOC, LC c 37.07.12, folha 0658.

³³ Even while still students at São Paulo, young *gaúchos* already researched the history of their home state. The year 1882 saw the publication of Alcides Lima's *História popular de Rio Grande do Sul* (with G. Leuzinger & Filhos in Rio de Janeiro) and Francisco de Assis Brasil's *História da República Rio-Grandense* (with Estante Rio-Grandense União de Seguros in Porto Alegre). (Maestri 2008, 62-65) On the freemasonry in the Farroupilha, see (Dullius 2008, 184-85).

³⁴ René E. Gertz (2011) speaks of a *Sonderweg*, with reference to Prussia.

³⁵ During the so-called "military question" (1884-89), Castilhos's articles in *A Federação* defended this right of citizen-soldiers (Castilhos 2003, 57-62, 71-72, 96, 98).

in Rio de Janeiro. Though Comte wanted to convert the army into civic militias and his orthodox followers in Brazil equally despised its politicization,³⁶ Rio Grande created its own Military Brigade in 1892 and used it against the opposition Federalist Party (PF), defenders of a union of federal states and a parliamentary democracy, in the 1893-95 Federalist Revolution. This was a bloody civil war for political control of Rio Grande, but Castilhos justified the employment of the Brigada with the consolidation of the Republic and the defense of the State.³⁷ From 1892 to 1930, the personnel of this force rose from 1,266 to 3,939, and in times of turmoil additional “provisional corps” and funding could be mobilized (Silveira 1989, 175-78). The Brigada, instilled with *castilhista* ideology (Silveira 1989, 180-81), became an integral part of the PRR’s project of state building. This is just one example of the ruling party’s deviation from the French paragon, despite all its positivist professions. Political interests and contexts mattered.

Castilhos’s political doctrine envisaged a conservative modernization that, in the words of the sculptor of the Castilhos monument in Porto Alegre (as well as designer of the blue disc on Brazil’s republican flag), Décio Villares, would reconcile liberty and authority, “according to the aspirations of Danton, Hobbes, and Frederick [of Prussia]” (cited in Vélez Rodríguez 2010, 61). While for liberals the public weal consisted of the reconciliation of individual interests in a representative democracy, for Comte it was an unverifiable metaphysical notion and for Castilhos it resulted from enlightened and ethical republican government that, through a strong tutelary State, reined in egoism (Vélez Rodríguez 2010, 115). This required, first, administrative reorganization on the basis of the principle of “*conservar melhorando*,” that is, continuity in change; second, a polity that was based on a stable economy and finances; and, third, the incorporation of the *populus qua* public policies. It is these three building blocks on which the *castilhista* regime rested.

The principle of “*conservar melhorando*,” or “*conserver en améliorant*,” borrowed from the later Comte (1855, xiii), translated into concentration of power in the state government and the president and “*continuidade administrativa*,” administrative continuity. *Castilhistas* claimed they wanted to overcome Rio Grande’s internal divisions and protect not only the interests of the southern Campanha’s large-scale cattle economy, but also those of the Centre-North’s less privileged ranchers; the Littoral’s trade and industrial capital, service sector, and working class; and the

³⁶ Religious positivists developed an ambivalent relationship to Constant Botelho de Magalhães, who, between 1889 and his death in 1891, acted as their stalwart in the Constituent Assembly but remained critical of a republican dictatorship and preferred a parliamentary regime. Yet, they shared with him the wish to relegate armies and their weapons to museums. Their resistance to militarism became evident, when PRR politicians with influence in national government mobilized support for Marshall Hermes Rodrigues da Fonseca in the contested 1910 presidential elections (Mello 2011, 4-5; Axt 2002c, 44; Carvalho 2012, 41).

³⁷ *Castilhistas* also justified the further militarization of Rio Grande with the fact that the opposition planned an invasion from Uruguay, though the PRR itself had previously used Argentine territory as a zone of deployment (Silveira 1989, 151-52).

northern Serra's small-scale agriculture and craft industries. Thereby it appealed to a wide range of social groups that the ruling Liberal Party had so far neglected (Pinto 1986, 26, 61). The unification of Rio Grande required, in their eyes, Porto Alegre's close control over (nominally autonomous) municipalities and their potentates, for which they employed the party machine. By 1902-3, municipal charters and electoral laws had been streamlined. As Sérgio da Costa Franco's coinage of *coronéis burocráticos* highlights, local power in this frontier region did not result from the socio-economic status of an appointed *intendente*, often an outsider to the community, but his complete subordination to the PRR and the state president, though this does not mean that traditional political clientelism was eradicated (Franco 2003, 206, 215-16; also Franco 1962).³⁸ Rio Grande's centralized polity was complemented by a hierarchy of powers. Authority was concentrated in the executive. Closely following Comte, Castilhos also stipulated that the Legislative Assembly was to convene for only two months a year and act as little more than a chamber of finance, approving budget and taxes. Within these constraints, the president could rule by decree-law. Yet, this *executivismo centralizante* (mirrored at municipal level) was garnished with a plebiscitary element: all draft laws, except those dealing with public administration, were published and, together with a detailed exposition of motives, sent to *intendentes* who had to publicize them and return suggested amendments within three months. Of course, it was unlikely that PRR-dominated municipal councils would challenge the core of the legislation and suggestions could be neglected (Constituição 1891, art. 20-18, 32-33, 46-49, 65-66. 82§1).

The axiom of "*continuidade administrativa*" was no more than a euphemism for Brazil's chronic *situacionismo*, or the perpetuation of government. However, *castilhistas* justified it ideologically: power did not emanate from God or the Sovereignty of the People but from the competence of political leaders, and the preservation of this know-how was considered to be vital for consolidating the State.³⁹ In contrast to other federal units, an opposition party with a different program, the PF, was allowed to operate legally even after the 1893-95 civil war, and direct elections, though with an open ballot, were regularly held.⁴⁰ Yet, Castilhos made clear that "[w]e must always show or prove that, in Rio Grande, the Republican establishment is monolithic and does not accept the least compromise." (cited in Love 1971, 34). Engineering, but also systemic

³⁸ The term *coronel burocrático* term was also used by Love (1971, 79; 1975, 113). Loiva Otero Félix (1987) has criticized Franco's concept because it would imply that the *coronel* was a career official in a bureaucratic organization, when he was just co-opted by Borges. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política* (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987). Franco (2002, 132-34) then defended his argument.

³⁹ One of the most ardent adherents of the *castilhista* polity, journalist and politician Raimundo de Monte Arraes (1980, ch. 2, esp. 41-46) from Ceará, argues this way.

⁴⁰ Gunter Axt (2001, 209-10) identifies three motives for holding elections: the PRR could demonstrate that the regime enjoyed overwhelming support, test the strength of the opposition, and, in cases where an opponent won, counter accusations that Rio Grande was a dictatorship.

fraud and violence,⁴¹ which Comte completely rejected, secured the PRR the three-quarter majority needed for the re-election of the president, who, here in consonance with Comte, chose his successor. Castilhos's pick, Antônio Augusto Borges de Medeiros, governed for about a quarter of a century (1898-1908, 1913-28), and so would loyal ministers and municipal *intendentes*. From 1897-1937, Porto Alegre had only three mayors, while other major capital cities, like Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, and Recife, had 15-27 (Bakos 2013, 48-49). Only the 1923 civil war put an end to the re-election of the president.

While hypertrophy of the executive and centralism had been propagated long before Castilhos, for instance by positivist Luís Pereira Barreto and the Visconde de Uruguay (Paim 1981, 1-2; Rodrigues 2011, 147-48), the (officially denied) move towards authoritarianism represented a new phenomenon. The enshrining of such a regime in the 1891 charter made Assis Brasil, an advocate of presidentialist democracy, not only break with Castilhos and the PRR; it also led to his abandonment of positivism (Costa 2012, 127-35) and, until 1922, of party politics.

At this point, it is opportune to briefly digress and highlight *castilhistas'* attempt to shape institution-building at national level in accordance with their authoritarian *executivismo centralizante*. During Pinheiro Machado's 1895-1915 dominance over Rio's Senate, he wished to consolidate the Republic. In his understanding, liberal constitutionalism, which had guided the 1891 extrapolation of a representative parliamentary system from the U.S. to Brazil and led to inconsistent legal interpretations and unstable politics, undermined the republican form of government, for him the only one that was able to guarantee the public weal, that is, the supreme interests of the nation, personified in the chief executive. As long as Rio Grande was unable to occupy the highest office in the nation, Pinheiro Machado acted as power broker and kingmaker in presidential elections. In 1910, he founded the Conservative Republican Party (PRC) and, similar to Castilhos and Borges's rule over the PRR, placed it under his sole and undisputable leadership. It was to be the instrument to unite the various state parties, each with their respected particularities, behind his, and this means Rio Grande do Sul's, doctrinarian agenda. The PRC would back him, when, from 1912-15, he became the Senate's vice-president for the second time. From this position, he could support and keep in check the President of the Republic, if necessary a military officer, as with Rio Grande-born Marshal Hermes da Fonseca (1910-14), and counterbalance the fluctuations of opinions in the lower chamber of Congress and the interferences by the judiciary, i.e., play the role of *éminence*

⁴¹ The persecution of the *castilhistas'* enemies during the early years of Rio Grande's dictatorship is documented in (Cabeda 2002). The engineering of elections in 1922 caused a civil war the following year. Borges considered himself to be elected by declaring that the required three-quarter majority referred to the number of votes cast (he won 76.7 percent of them), rather than registered voters (then he would have gained 39.7 percent) (Paim 2007, 109-10).

grise that had suited Castilhos in the early years of Rio Grande's *republiqueta* and paved his way to the governorship. Yet, though Pinheiro Machado came close to running for the presidency in 1914, he ultimately failed due to the resistance of rival oligarchies, and one year later he was assassinated and his party began to disintegrate. *Castilhistas'* ultimate control of national politics had failed for the time being (Vélez Rodríguez 2010, 120-24, 144-49; Bello 1966, 223-26, 230-31), but the two states that shared the presidency during most of the Old Republic, São Paulo and Minas Gerais, were well aware that Rio Grande do Sul was needed to guarantee the stability of the fragile decentralized political system. After 1910, *gaúchos* occupied key ministerial posts, such as Finance, Transport, and Justice, which, however, did not prevent them from intervening in the presidential successions in 1919 and 1922 (Love 1975, 117-19).

With regard to the second building block of *castilhismo*, a prosperous economy and sound finances, three priorities have to be emphasized. First, Rio Grande was keen to enhance what Laurence Whitehead (1994, 47) has called the State's "cognitive capacity," a prerequisite for scientific politics and already then associated with sociology (though Comte warned against simply quantifying social phenomena). As early as 1890, when starting to reorganize Rio Grande's public administration, Castilhos reminded his compatriots of the need for accurate statistics, without which "all politics becomes arbitrary; it has no foundations, no criteria, and causes grave harm to the people who will be the victim of the imprudent acts of those who govern without doctrine..." (Vélez Rodríguez 1982, 21). Second, *castilhistas* adhered to financial orthodoxy. Drawing lessons from the Encilhamento, a speculation fever that reached its climax in 1890-91 and severely undermined the stability of Brazil's republican regime,⁴² and tackling the consequences of Rio Grande's devastating Federalist Revolution, the PRR wanted to be the guardian of the treasury by guaranteeing balanced budgets, if not surpluses, and avoiding uncontrollable debts. The gradual move from export to land taxes was to generate steady revenues and reduce dependency. The appropriation of public lands by the latifundium had always blocked the formation of smallholders (Vélez Rodríguez 1982, 34-35; Pinto 1986, 56-58, 75-76; Heinz, 2012, 69-70).⁴³ Third, Rio Grande's elites wanted the State to promote not only livestock farming, but also industry, at this time still considered to be artificial at national level, and produce for the regional market. For expositions

⁴² Orthodox positivists in the Constituent Assembly pleaded against the further issuing of banknotes (Costa 1964, 148, 162-63). This right was also given to private banks, including one in Rio Grande do Sul. For *castilhistas* and their only minister in the national government, Demétrio Ribeiro, who resigned from his portfolio of Agriculture, Commerce, and Public Works over this matter, this was not only a violation of the federalist foundations of the Republic but also their doctrine of not favoring any branch of the economy (Kittleson 2006, 165). On the Encilhamento, see (Triner 2005, 199-225).

⁴³ Though *gaúcho* executives defended financial orthodoxy until the end of the 1920s, budget manipulation became commonplace with the challenges they faced after World War I. (Axt 2002a, 333-35).

with award ceremonies, the PRR liked to use the anniversary of the Farroupilha. Government guaranteed private property and did not embark on building a large-scale state sector. However, it socialized vital public utilities and services, such as ports and railways (Lins 1964, 190-91; Love 2005, 79-80; Bakos 2013, 32).

The third pillar of Castilhos's doctrine, the desired regeneration of society, implied for the regime not only increasing possibilities of social ascent for the civilian and military middle class, but also a paternalistic labor policy. While elites in other states treated the "social question" as a "case for the police" (Lopreato 2000, 209n418), *castilhistas* considered its peaceful solution to be a republican duty. They competed with their adversaries for support from working class activists (Kittleson 2006, 162-175) and crushed social movements only if they refused the State's mediation and raised political demands (in that case, the State did not shun using the Brigade).⁴⁴ Rio Grande's 1891 charter was the first in the Americas to defend the social rights of workers (Hilton 1973-74, 542; Lins 1964, 185). It stipulated: "any distinctions between permanent public servants and simple day laborers [are eliminated], and the benefits the former enjoy are extended to the latter" (Constituição 1891, art. 74). This included the right of disability retirement, with benefits allowing workers to maintain their family, for Comte the basic element of society. Six years later, Castilhos's State Ministry of Public Works regulated the working conditions of manual laborers involved in dredging lagoons, and, in 1919, Borges unified and complemented this legislation for the public sector in his Consolidation of the Organic Laws of the State.⁴⁵ Yet, respecting Comte's plea for the freedom of industry and labor, the State would not impose legislation on private capital, but only lead by example (Costa 2006, 30, 114-16).

As Sandra Jatahy Pesavento (1988, 197-238) has shown, this also influenced the PRR's policy at national level in the decade following World War I, when the "social question" gained the attention of political elites. The *gaúcho* caucus insisted that the State should regulate working conditions for all its employees in public enterprises but refrain from intervening in the free negotiation of contracts in the private sphere. This position prevented or delayed social legislation, like the establishment of a comprehensive Labor Code. *Castilhista* representatives supported only those measures by central government, like the protection of women and minors and an occupational accident insurance scheme, that were in consonance with their doctrine, pitting

⁴⁴ This politicization distinguished the 1918-19 strikes from those that had taken place one year earlier, when government considered the economic demands of workers to be legitimate and tried to arbitrate in the labor conflict (Pesavento 1988, 152-78). On the use of the Brigada in 1919, see (Silveira 1989, 179-80).

⁴⁵ The legislation, which aimed at lagoon laborers, regulated working hours, rest periods, breaks, and sick pay. It also stipulated full pay if work was cancelled because of bad weather or other circumstances, and immediate remuneration in the case of contract termination. Amongst the new laws that Borges promulgated in 1919 was the right to 30 days of vacation for all workers (Costa 2006, 126, 129-41, 147-49).

Comte's focus on social harmony and cooperation against Karl Marx's propagation of economic fatalism and class struggle and using Rio Grande as an example of how the State should focus on the common good of society, rather than individual freedom, and on preventative, rather than remedial, action.

In this respect, education represented another policy field that gained significance in Rio Grande. However, in contrast to Comte, it was not independent philosopher-intellectuals who assumed moralizing functions (Muglioni, 1996, 209-22), but the State; it merged temporal and spiritual powers. As Joseph Love has shown, Rio Grande invested more in education than other federal units; except in periods of turmoil, it ranked first in state expenditures. In 1920, these amounted to 13.6 percent of the budget; by 1930, this proportion had risen to 19.2 percent (Love 1971, 102). In addition, statistics from 1920 reveal that the illiteracy rate of Rio Grande's total population (61.2 percent) was lower than that of any other federal state, including São Paulo that ranked joint second (70.2 percent). If we compared this rate for the population above the age of 14, Rio Grande would also rank first (44.5 percent) and São Paulo joint fourth (58.5 percent) (Ministério 1929, x-xi). *Gaúchos* proudly quoted these figures in the national parliament.⁴⁶ Of course, they had benefited from the immigration of already literate Europeans who then created and funded their own parish and associational schools to provide training to their offspring. Hence, Porto Alegre's government concentrated on primary and normal schooling outside the zones of colonization. Specialized secondary and higher education was largely left to private initiative, especially religious bodies. However, even in this sector, official curricula, subsidies, and grants remained instruments of state control and restricted the proclaimed free competition of doctrines, which Comte wished to permit (Tambara, 1991, 161-62; Louro 1986, 11; Pickering 1993-2009, v. 3, 369). However, *castilhistas* followed their Master in stressing the freedom of profession; according to Rio Grande's charter, everybody could exercise any moral, intellectual, and industrial occupation in the public sector without official diploma, and state authorities were not allowed to prohibit or regulate any type of career (Constituição 1891, art. 71§5-6). Here, however, the government faced continuous resistance from doctors (Neto 2012-14, v. 1, 235).

It is interesting to look more closely at the priorities of educational reforms. Technical-vocational subjects figured prominently in primary school curricula,⁴⁷ and, in 1896, Rio Grande founded a School of Engineering, an important institution in a country with the legacy of slavery

⁴⁶ See Vargas's speech in the national Congress on October 20, 1925 (Câmara 2011, 262-265).

⁴⁷ See questions in Circular no. 2630, Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 27 Oct. 1923, Arquivo Passivo da Escola Estadual do 1º Grau "Silveira Martins," Bagé, Arquivo do Colégio Elementar "Quinze de Novembro" of Bagé (incorporated), "Pasta Portarias-Circulares-Ofícios 1921-1929."

and therefore a depreciation of manual work. Its initial faculty consisted of Republican militants and convinced positivists with origins in, or close links to, the army. None of them had served in pre-1889 administrations but many worked temporarily in the State Ministry of Public Works (Heinz 2009). They also supported the foundation of the Institute “Júlio de Castilhos” and other dependencies that prepared future students, many from humble backgrounds and exempted from fees, for courses of engineering and other practical subjects (Pesavento 1988, 178-84). *Castilhistas* also stressed the unity of body, mind, and heart. Schools were sent the sanitary journal *Hygia*, required to offer physical instruction, and advised to hold weekly sermons to address issues of hygiene.⁴⁸ Intellectual education remained encyclopedic, but we have no indication that it followed Comte’s classification of sciences. The State’s focus was republican civic instruction: it was to re-educate and moralize both elites and plebeians, converting them into progressive conservative classes (Kittleson 2006, 153-54, 186-87). According to Borges de Medeiros, instruction had to aim at forming “upright people, who serve [society] with altruism [...] good citizens who defend it in all emergency situations and love its institutions” (cited in Anais 1935-36, v. 1, 403-4). The government’s *intendentes* pushed this part of the curriculum.⁴⁹ Boy scouts became a vanguard who, according to their code, understood that “discipline is a necessity in the general interest.”⁵⁰ For the non-obedient, school regulations offered a catalogue of penalties (Corsetti 2005, 212). Here the *castilhistas*’ approach was much more interventionist and doctrinarian than that of Comte who believed in persuasion. They also departed from the Master in their collaboration with Rome’s Church as an ally in the moralization of society. While Comte valued the constructive role that Catholicism had played in history, he foresaw a final battle between its adherents and positivists for control over societal reorganization and a possible conversion of the former to the cult of Humanity. To the frustration of the Apostolate, Castilhos, who did not believe in Catholic dogmas, never made this ultimate move. However, already in the national Constituent Assembly he had defended the civil and political rights of Catholics, and some of his followers had studied at the Jesuit Colégio Nossa Senhora da Conceição in São Leopoldo and shared with them an anti-individualist and anti-liberal bias. In addition, this alliance served the wooing of Catholic immigrants in the zones of German and Italian colonization (Lins 1964, 179-81; Franco 2003, 208-

⁴⁸ Circulares nos. 2.389 and 4.389, Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 28 July 1925 and 4 Sept. 1928, resp., Arquivo Passivo da Escola Estadual do 1º Grau “Silveira Martins,” Arquivo do Colégio Elementar “Quinze de Novembro,” Pasta “Portarias – Circulares – Ofícios 1921-1929.”

⁴⁹ Acto no. 303, signed by Intendente Carlos Cavalcante Mangabeira, Bagé 15 July 1925, Museu “Dom Diogo de Souza” of the Fundação “Áttila Taborda – Universidade da Região da Campanha/Sala do Arquivo “Jorge Reis,” Bagé, Livro 469 E 1/P 9, folhas 69-70. See also the questions in Circular no. 2630 (see n.47).

⁵⁰ Ofício no. 4, by Colégio Elementar “Quinze de Novembro,” sent to Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, Dr. Protásio Alves, Bagé 2 March 1923, Arquivo Passivo da Escola Estadual do 1º Grau “Silveira Martins,” Arquivo do Colégio Elementar “Quinze de Novembro,” “Pasta Portarias-Circulares-Ofícios 1921-1929.”

11; Kreutz 1991, 7-10; Tambara 1991, 546-47; Vélez Rodríguez 1982, 19; Vélez Rodríguez 2010, 57-58). However, one of the main functions of the public school consisted in the assimilation of “foreigners,” and therefore officials warned against mass immigration, especially of “biologically and socially more alien” elements. Least suited were blacks, especially from the US where their intrinsically affective qualities, which the later Comte had praised, would have been corrupted in conflicts with the white majority.⁵¹

Finally, *castilhistas* employed a non-oligarchic, quasi-religious discourse (Pinto 1986, 23), always conveying that they were guided by an “immaculate purity of intentions,” i.e., material disinterest, and would guide the people towards a “reign of [republican, civic] virtue” (Vélez Rodríguez 2010, 105-129). It is significant to stress that, for *castilhistas*, power and its perpetuation were indeed instrumental: a government office had to serve the community and aggrandize the State. As far as we know, none of them was corrupt, and this was acknowledged even by democratic Brazilian statesmen.⁵² Rio Grande’s governments did their best to keep the image of both moral and rational politics alive, and this not only at the discursive level. Following the Master from Montpellier, who had preached that the living were governed by the dead whose contributions to Humanity live on in society’s memory, Rio Grande’s government sponsored the construction of a pompous mausoleum and monument to Castilhos, both completed in 1913, and converted them into sites for civic rituals (Bellomo 2008, 20-21; also Silveira 2008, 123-43). The monument is crowned by a female allegory of the Republic, standing on a globe with the slogan “order and progress.” Her regional “patriarch,” with a book in his hands and ready to stand up and act (Comte’s “savoir pour prévoir, prévoir pour pouvoir”), is surrounded by personifications of courage, prudence, firmness, and civism. Inscriptions link Castilhos to the apostles of Brazil’s independence, conspirator Tiradentes, and the first imperial prime minister, José Bonifácio (Figura 2). “Great men” from Comte’s positivist calendar and Brazil’s history also decorate the façade and interior of Porto Alegre’s public library, inaugurated in 1915. It is not by accident that, in this Comtelândia, positivist vocabulary trickled down to the popular sphere, as Nelson Boeira has uncovered: for instance, Porto Alegre had a “Pharmacy of Humanity” and a Laundry “Order and Progress” (Boeira, 1980, 54).

So strong was the *castilhistas*’ hegemony in Rio Grande during the Old Republic and so underrepresented the Federalist opposition in the Assembly (it had its first deputy only in 1913 and increased the number of mandates to just four by 1921) that historians have largely ignored their

⁵¹ Carlos Tôrres Gonçalves, the orthodox-positivist Director for Land and Colonization in the State Ministry of Public Works, in (Lins 1964, 194-96, quote from 195).

⁵² Tancredo Neves, cited in (Lima 1986, 48). See also (McCann 2004, 434).

role in parliamentary debates. Its recent exploration by Eduardo Rouston Júnior (2014) demonstrates that the PFB was not submissive but used budget discussions to defend its economic liberalism against the PRR's costly policies of socialization, land taxation, and investment in the repressive Military Brigade, and to criticize the government's construction of an exclusionary state pantheon. What is particularly interesting are its efforts to reveal doctrinal contradictions between Comte and Herbert Spencer, on the one hand, and *castilhistas*, on the other, and the fact that Getúlio Vargas became a most ardent defender of Rio Grande's policies (Rouston 2014, 121-29, 143-47).

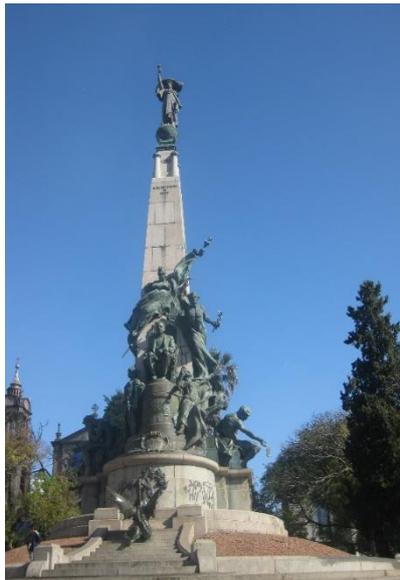


Fig. 2: Castilhos monument in Porto Alegre. Photo by the author.

Varguismo: National Reconstruction of Polity, Economy, and Society

What did Getúlio Vargas retain of *castilhismo*? The grandson of a frontiersman who had fought against the Farrapos, but, according to family legend, saved the life of Garibaldi's wife, and the son of a Republican father and a mother whose family supported the Liberal Party was born in the border town of São Borja in the western Campanha, near the Missões District. He admired the social engagement of Jesuits in the region, though he was sternly anti-Catholic and, after reading the fourth lecture of Thomas Carlyle's *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History*, called one of his sons after Martin Luther: Lutero. The young Getúlio devoured the writings of Saint-Simon, Comte, Spencer, Hippolyte Taine, Émile Zola, and Brazil's military engineer and critical writer Euclides da Cunha, all linked to positivism (at one point, he tried himself as a novelist, penning a few pages of a historical epos on the Farrapos, but he quickly recognized his lack of literary talent) (Neto 2012-14, v. 1, 36-37, 42, 61-62, 85, 119-21; Lima 1986, 38, 41-42; Vargas 2011, 20; Freitas, 1991, 106; Vargas 1988, 34). His brother Protásio became an early affiliate of Rio Grande's chapter of the Brazilian Positivist Church (Love 1971, 103; Lins 1964, 197), though Getúlio later declared

that Comte's paradigm attracted him as a method, not a religion (Bourne 1974, 12). Some of its tenets clearly transpire in his published, yet still largely overlooked, Law and Political Economy dissertations, written during his studies at the Free Law School in Porto Alegre after 1903. In the former, the young Vargas rejected the (metaphysical) Natural Law theory, quoting philosopher and jurist Tobias Barreto (1839-89): "The Law is not a product of heaven, but a historical phenomenon, a cultural product of Humanity" (Vargas 2003, 44); ultimately, Vargas suggested, social and moral laws would be embedded in the evolution of the Universe (Vargas 2003, 17-22).⁵³ In the latter, he distanced himself from doctrinal liberalism, which he blamed for overemphasizing individualism and causing the misery of modern society; socialism, which would bury individual liberty and initiative and fail to understand the natural inequality of man; and both anarchism and Spencer (otherwise an oft-quoted authority) for pitting the individual and the State against each other, instead of seeing them as allies. Vargas, influenced by positivism, already offered a solution for societal improvement: the State might have to intervene in certain circumstances, but primarily it "[m]ust protect, or better facilitate, the associational tendency and workers' cooperative societies so that they can resist capital" (Vargas 2003, 27-30, quote from 30).⁵⁴ Studies at the Military and Law Schools brought him together with other adepts of positivism and admirers of the state president. He spoke for them, when declaring, after the death of Castilhos:

For Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos is a saint. He is a saint because he is pure; he is pure because he is a great man; he is great because he is an erudite; he is an erudite because, while all of Brazil is fighting in a dark night of doubts and uncertainty, ...Rio Grande is the helmsman of the pátria.... (cited in Vélez Rodriguez 2010, 136)

As one analyst stressed, Castilhos resembles Maximilien Robespierre, rather than Danton whom he admired, but with the difference of not having faced a Ninth Thermidor (Franco 2003, 216). Therefore, the image of his purity and competence remained untarnished, and Getúlio called upon the young generation to follow this fighter and organizer and make him a symbol of republican glory (Neto 1912-14, v. 1, 80-81).

In 1907-8, Vargas, together with other students from the Law, Medical, Engineering, and Military Schools, among them the civilians Oswaldo Aranha and Lindolfo Collor and the cadets Pedro Aurélio Góes Monteiro and Eurico Gaspar Dutra (the latter two born outside Rio Grande but, especially in Góes's case, identifying with the state), formed the Castilhista Student Bloc in

⁵³ The quote is from Vargas's Civil Law thesis of Nov. 25, 1904, and the second observation from his earlier Philosophy of Law thesis on March 25, 1904.

⁵⁴ This Political Economy thesis of Nov. 10, 1906, should be read in conjunction with another in Administrative Law of December 11, 1907. Here Vargas defines reasons for subsidiary action by the State: it can and must intervene in the case of major disasters and to support abandoned children and create asylums for the insane, blind, and deaf-mutes (Vargas 2003, 127-32).

order to support the “official” Republican candidate, Carlos Barbosa Gonçalves, in the contested elections that year. This recommended him for a prominent position in the PRR machine. He rose from regional representative in the national Congress in 1909 to federal Finance Minister, one of the portfolios *gaúchos* always aimed to control, in 1926 (Love 1971, 84, 216ff). In Rio de Janeiro, he followed Pinheiro Machado in continuing to highlight Rio Grande’s importance for the nation, defend its fiscal, monetary, and political interests, and praise his idol Castilhos, the “disciple of the genial philosopher from Montpellier,” who had established a polity that reconciled Comte’s scientific doctrine with Brazil’s national charter. While being a regime of force that allowed republican governors to meet violent challenges, it would be democratic in character, enabling liberty within order, true bipartisanship, and a proportional vote (Vélez Rodríguez 2010, 232-33).⁵⁵ Yet, fully aware that Rio Grande did not control the nation, Vargas also reminded deputies in October 1925 that its *republicueta* (well in consonance with Comte’s ideas) dated back to the Farrapos who had already resisted Rio’s centralization of power; hence the preservation of the 1891 federation, i.e., the guarantee of state autonomy and the prevention of central state interventionism, would remain the pledge for Brazil’s economic prosperity, political stability, and territorial integrity (Vélez Rodríguez 2010, 236-37).

In 1928, Vargas and the “Generation of 1907-8,” as Joseph L. Love has called the PRR’s young rebels, replaced the old guard and substantially adjusted *castilhismo* to new economic and international conditions. They abandoned the dogma of balanced budgets without resorting to big spending; pursued a more interventionist policy, though moves in this direction had been noticeable long before⁵⁶; and experimented with state corporatism as a new way, anticipated by Vargas as a student and again suggested in his farewell speech in Rio de Janeiro in 1927, to embed individual rights in collective securities. It was time, Vargas stressed, to promulgate a declaration of the rights of society (Neto 2012-14, v. 1, 265). This policy shift, influenced by the emergence of corporatist policies in Portugal, Italy, and other European countries and aimed at ending untamed competition and price-depressive “overproduction,” resulted in the foundation of a state bank to provide credits for “economic development,” a new term that increasingly complemented “progress”⁵⁷; the creation of cooperatives and cartels, with the State arbitrating between them,

⁵⁵ The quote (p. 232) is taken from a speech Vargas delivered in parliament in December 1925. See also his speeches on October 29, 1924; October 20, 1925; and June 8, 1926, in (Vargas 2003, 155-56, 218-20, 272).

⁵⁶ After World War I, Vargas had criticized untamed *laissez-faire* and pleaded for more state intervention, and in 1926 he supported the reform of the national charter that led to more centralization in financial matters (Vargas 1999, 36, 153-55, 177; Abreu 2001, v. 5, 5000; Garcia 1993, 21-22).

⁵⁷ The reform of monetary and fiscal policies is discussed in (Axt 2002b, 119-40). Vargas refers to “economic development” from the early 1920s, and the term figures prominently in his programmatic speech on January 2, 1930, with which he claimed the presidency of the republic (Vargas 2011, 293-94).

trying to prop up the price of agro-pastoral products (Bak 1983)⁵⁸ and now also intervening in the labor market to mitigate social conflicts (Pesavento 1988, 233-35); and the definition of public schooling as a government priority, leading to the ambitious pre-Depression aim to eradicate illiteracy by the 1935 centenary of the Farrapos (Louro 1986, 13-14). The *castilhista* promise to unite the State was now redeemed; Vargas reached out to the opposition, since 1928 organized in the Liberator Party, which was listened to and guaranteed the mandates they had won in local elections (still a small number) (Araújo 1985, 14-15). In 1929, Vargas also organized a First Congress of Municipalities to foster collaboration between local administrations as well as between them and state government (Bakos 2013, 32). This conciliatory policy enabled the PRR's young men to win back Assis Brasil and to form a Unity Front at state level and a Liberal Alliance, rather a misnomer, at national level. On the eve of the 1930 Revolution, they reiterated their belief in an "authentic republican regime" (Pinto 1986, 100), based on authority, science, and altruism (Fontoura 1999, 283-89, 290), and committed themselves to a course of "conservar melhorando."⁵⁹ However, the reading of sociologist Oliveira Vianna's work on the origins of Brazil's patriarchal organization and the author's plea for a strong modernizing and unifying State made Vargas develop national perspectives.⁶⁰ After all, protective cartelization at regional level also had its limits. When Vargas presented the Liberal Alliance's platform, he committed to the protection of both capital and labor, emphasized technical-vocational education, and praised Rio Grande's recent experience with corporatism (Vargas 2011, 284-85, 300) – for Pesavento evidence that the "Generation of 1907-8" wished to project its political trajectory onto Brazil as a whole ("gauchizar o Brasil") (Pesavento 1988, 235-38, quote from 237). The success of this "revolution" was all but certain, as Góes conveyed, but for him it was a condition *sine qua non* for saving both country and army from further division and decay, an imperative since at least World War I (McCann 2004, 286-87).

When taking over as Provisional President of Brazil, Vargas formulated the objective of "national reconstruction" (Vargas 1938, v. 1, 41) and, only a few days later, he indicated the means to forge such a new relationship between economy, State, and society: administrative reorganization (Vargas 1938, v. 1, 124). It included the elimination of parliament, which just lasted long enough to approve the budget and government accounts, but led, still in 1930, to the almost simultaneous formation of two new ministries, one for Education and Health and the other for Labor and Industry. While the functions of the former had so far been in the jurisdiction of Justice

⁵⁸ Syndicates to control and "valorize" production were created for four commodities: rice, charque, wine, and lard, with only the first being run privately. Bak explores the conflicts between processors and producers.

⁵⁹ "Carta de Lindolfo Collor a Getúlio Vargas (12 Agosto. 1929)" (Bonavides 2002, 62-66 [doc. 174.12]). The citation is from p. 65.

⁶⁰ In 1928, Vargas invited the author from Rio de Janeiro to lecture in Porto Alegre (Vélez Rodríguez 2010, 258-59).

and Home Affairs, which neglected them, the latter resulted from a split in the Ministry of Agriculture, Industry, and Trade, indicating the recognition of the “social question” and its association with industry, rather than the agrarian-export complex. *Castilhista* Collor presided over the Ministry of Labor and Industry, and, when organizing unions by drawing on Rio Grande’s recent corporatist experience, interestingly referred to Comte who, in the words of the minister, would have provided guidance in the replacement of “individualist, messy, and sterile empiricism” with “social cooperation” between interdependent classes and in the subordination of progress to order (cited in Paim 1994, 82-83). Consequently, Vargas declared on May 4, 1931: “[t]his is the time of specialized assemblies, of technical councils linked to the administration,” not of a merely political State, an amorphous and outdated entity (Vargas 2011, 326).

Until São Paulo’s 1932 counter-revolution, *gaúchos* predominated in government. It is true that the build-up to the crisis led to divisions amongst them, with some blaming Vargas for having become dependent on his allies in the 1930 Revolution, national-revolutionary (and in some cases, positivist) *tenentes*, or young officers, who shared his anti-liberal bias and had fought the oligarchies during the past decade, and allowing interventions even in his home state. Yet, while his critics, amongst them positivist Collor, returned to Porto Alegre,⁶¹ Aranha, other *sul-riograndenses*, and the military officers Góes and Dutra served Vargas until 1945. The crisis of hegemony that followed São Paulo’s revolt convinced Vargas and loyal *gaúchos* once more that liberal democracy prevented the country from attaining stability and prosperity. Aranha’s attempts, in 1931-32, to create a network of revolutionary leagues in all states, understood as the prototype of a national party with Rio Grande (and especially the PRR) “as basis and centre,” had failed,⁶² and the *gaúcho* politician now appealed to a civilian “elite of order” to end anarchy and prevent a military regime.⁶³ In March 1934, when the country was being re-constitutionalized and liberal oligarchies were poised to return to power (despite the semi-corporatist character of the draft charter), Góes actually contemplated adopting Rio Grande’s 1891 Constitution at national level, but Vargas (1995, v. 1, 279), as his diary

⁶¹ Collor’s departure from Rio was painful for Vargas. The Labor Minister had a lead role in incorporating the proletariat into the State and thereby provided the regime with legitimacy. In 1937, on the eve of the Estado Novo, Collor founded the Castilhista Republican Party in order to return to the pure doctrine of his Master. By then, Republicans were divided. The post-1930 crisis of Rio Grande’s Unity Front had made the state’s chief magistrate, José Antônio Flores da Cunha, respond with the formation of the Liberal Republican Party in 1932. In contrast to the “old guard” of PRR and Liberator Party, it was to support the President of the Republic. Yet, later Flores fell out with Vargas. (Abreu 2001, v. 4, 4357, 4375-80). See also “Aos republicanos castilhistas e ao povo santiaguense,” manifesto signed by PRR notables, Santiago Boqueirão, 15 March 1937, FGV/CPDOC, LC pi 37.03.15, folha 0588. For Borges, Vargas became the “grave-digger” of the PRR (Araújo, 1985, 202).

⁶² Oswaldo Aranha to Antônio Augusto Borges de Medeiros, Rio de Janeiro 25 March 1931, FGV/CPDOC, OA 31.03.25/3 cp, folhas 0227-0234; see also Antônio Augusto Borges de Medeiros to Oswaldo Aranha, Irapazinho 31 March 1931, FGV/CPDOC, OA 31.03.31/4 cp, folhas 0260-0264; and (Hentschke 1996, 265-311).

⁶³ Oswaldo Aranha to José Antônio Flores da Cunha, Rio de Janeiro 29 Oct. 1932, FGV/CPDOC, OA 32.10.29 cp, folhas 0974-0979.

reveals, discarded this proposal. Yet, the generals, including Góes, moved closer to the idea of a dictatorial and corporatist republic, if necessary with themselves at the helm. For the time being Vargas did not cater to their interests, but, after being elected as constitutional president in July that year, he sensed the tensions between state autonomists, including in his home state, which he visited for the celebration of the centenary of the Farroupilha in 1935 (Bakos 2013, 70-71), and central government. The Soviets' support for Communist barrack revolts in Brazil that same year, with the involvement of *tenentes*, and the Nazis' mobilization of German communities in southern Brazil sent warning signals to government and military. It became clear to Vargas that another coup would be necessary to reconcile order and progress, or national security and economic development. With not only Brazil, but the world, from Abyssinia, China and Spain to the Chaco, being in turmoil, Vargas and the army, led by War Minister Dutra and Army Chief of Staff Góes Monteiro, made a pact, as Frank McCann (2004, 337-43, 420-39) has shown: the president would arm and equip the military, and they would support his regime of force and program of national development. Both were united by the interest in Brazil's industrialization, especially the creation of a metallurgical industry.

Though wavering at times, Vargas once again adjusted to changing circumstances. For him, this did not equate to an abandonment of his core beliefs. According to a diary entry from February 13-14, 1936, he told Lutero, who had immersed himself in the books in his father's library, that since his student days he would have had a desire "to find, in science and philosophy, a formula to explain life and the world." Applying Darwin's theory, he would have learned that winning in politics "does not mean crushing or forcefully reducing all obstacles we find – to win means to adapt." To avoid misunderstanding, Vargas added: "to adapt is not the same as conformism or servility or humiliation; to adapt means to take on the color of the environment in order to fight more effectively" (Vargas 1995, v. 1, 486-87).⁶⁴

No PRC was needed to stabilize the regime. The Estado Novo became a non-party state, and the Constitution, drafted behind closed doors, was to be approved by a plebiscite that Vargas never called, meaning that parliament never convened. Yet, as Walter Costa Porto (2012, 19-22) points out, this charter had many resemblances with Castilhos's, and these have barely been acknowledged so far. Parliament was meant to be in session for only four months, except if the president extended its term (art. 39). Yet, even if a legislature had been constituted, its role would have been restricted to little more than suggesting general laws, but not the regulations for their execution, or delegating their enactment to the executive (art. 11-12). Its budget-setting powers

⁶⁴ On the importance of Darwin for Vargas, see also (Frischauer 1943, 108).

were more limited than in Rio Grande (art. 67-72). With regard to the organization of government, the federal administration, and the supreme command and organization of the armed forces, the charter stipulated that the President could, within the respective budgetary limits, freely rule by decree-law; during periods when parliament was in recess or dissolved, this would also apply to many other matters that were the prerogative of the Union (art. 13-14). Moreover, though modifications of the Constitution by the executive were prohibited (art. 13), Vargas single-handedly changed it eleven times by so-called “constitutional laws.” As with Castilhos’s charter, he enjoyed the right to name his substitute in cases of temporary impediment or official visits abroad (art. 77) (Porto 1995, 55-109).

Just like in Rio Grande, discourses during the dictatorship conveyed the need to recuperate dignity, purity, and altruism in politics, allegedly the true sense of the concept of democracy that liberalism had distorted (Figueiredo 1984, 15-20; Gomes 1982). The official National Institute of Political Science under *gaúcho* Pedro Vergara’s headship propagated that Vargas, like Castilhos, married liberty and order (Velloso 1982, 76, 96, 108n77).⁶⁵ This was also what the few remaining orthodox positivists hoped the Estado Novo could achieve; it would allow for the unleashing of socioeconomic progress.⁶⁶

Vargas co-opted non-*gaúchos* whose ideas were compatible with the *castilhista* ideal: these combined sociological and culturological approaches to reconcile past and present with pleas for national unity, a strong government, and the re-education of elites. Almir Bonfim de Andrade, who was in charge of the dictatorship’s mouthpiece *Cultura Política*, founded in 1941 and linked to the Department of Press and Propaganda, helped shape a consensus amongst intellectuals willing to accept the self-styled “authoritarian democracy,” while excluding opponents. It should be said that such an institution had no place in Comte’s system. Oliveira Vianna, recruited as a consultant to the Labor Court and head of the Audit Office, expressed concern about centrifugal regionalism and the lack of societal cohesion; such cohesion would have developed under the strong and welfare-oriented *castilhista* State at the militarized southern frontier. In order to forge social nationalism and prepare the amorphous masses for democracy, he studied an extensive body of academic writings and pleaded for state corporatism, as already practiced by Vargas during his administration of Rio Grande. However, another proponent of a dictatorial regime, Francisco Campos, Minister of Justice and author of the 1937 charter, went a step too far for *castilhistas* when

⁶⁵ In 1938, Collor also published his *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* with J. Olympio in Rio de Janeiro.

⁶⁶ In 1938, Geonísio Curvello de Mendonça sent Vargas the book *O ideal republicano de Benjamin Constant*, published two years previously. The Bahian added an eight-page dedication to the president that contained a detailed orthodox-positivist program (Museu, n.d.).

he suggested that the nation, through a corporatist National Economic Council and with only assistance by the State, should organically administer the economy and not give preference to any particular sector. This may be one reason why the plebiscite to put the charter in force and thereby establish the Council was never called. Instead, Vargas made the State the agent of industrialization and the tutor of corporate interest groups, organized in vertically structured and unified *sindicatos*, its transmission belts (Vélez Rodríguez 2010, 257-70; Gomes 2008, 93-106; Oliveira 1982a, 50-53).

Vargas's dictatorship at national level did not fundamentally depart from the three building blocks of *castilhismo* in their post-1928 refashioning but further adjusted what Ángela Alonso (2002, 334) calls *gaúcho* positivists' "state paternalism" and "benevolent elitism."⁶⁷ First, we can detect the same *executivismo centralizante* and "*continuidade administrativa*," though Vargas (2011, 384-85) declared in a radio broadcast on September 7, 1938, that these now had to be combined with the control of the nation's economic forces, a correction of class inequalities, and vigilance against subversive ideological influences that could contaminate the political organism. Central government was to unify the country. Yet, this now meant eliminating regionalism and found its symbolic expression in the 1937 *queima das bandeiras*, the public burning of state flags (which were only readmitted under the military regime in 1966, one year before the public display of Castilhos's Constitution in Porto Alegre's state assembly, where it can still be found today), and calling for new *bandeirantes* to open up, capitalize, and incorporate the hinterland.⁶⁸ No president before Vargas had visited so many states in the interior. In addition, power was concentrated in the "*chefe da nação*," portrayed as a morally responsible and supra-partisan father figure who embodied the national community that had organized itself in an authoritative modern State (Freitas 1941, 9-10; Camargo 1999, 17). However, the complete absence of an Assembly and even a regime party required other forms of control than in Rio Grande. Governance continued to be linked to sociological competence; experts in the mushrooming councils, commissions, and institutes were to find technical solutions to social problems, though patrimonialism survived (Chacon 1977, 83-84). In 1938, Vargas created the Administrative Department of Public Service (DASP) that, not without conflicts, was placed above ministries and entrusted to *gaúcho* Luis Simões Lopes. Its regional branches, the "*daspinhos*," were to both support and hold in check appointed *interventores*, and, through their mediation,

⁶⁷ Monte Arraes (1938), the *cearense* who had praised Rio Grande's institutions, now supported the Estado Novo.

⁶⁸ This ambitious project appeared in a document Vargas handed out to journalists. See Hugh Gurney to Anthony Eden, Rio de Janeiro, 6 Jan. 1938, The National Archive, London (hereafter TNA), FO 371/21422, A 223/29/6. The President referred to the seventeenth-century Luso-Brazilian slavers, treasure hunters, and adventurers who, from what would later become the state of São Paulo, penetrated the interior. Brazilians became alert to the backwardness of the hinterland and the misery of the indigenous and mestizo populations. Military positivists Da Cunha, author of *Os sertões*, an empathetic depiction of the 1897 Canudos revolt, and Cândido da Silva Rondón, the constructor of telegraph lines and head of the Service for the Protection of Índios, played a major role in raising awareness (Hecht 2013; Diacon 2004).

incorporate state oligarchies into the polity in a controlled way. In the ensuing system of compromise, the *interventor* acted as an intermediary between central and local powers, a position that was more fragile than that of a traditional *coronel burocrático* (Wahrlich 1983, 233-327; Lambert 1964).⁶⁹ Plebiscitary elements were retained through consultative processes in the organs DASP supervised: legislation, drafted by Weberian *tecnoburocratas*, including on the budget (before it would have been submitted to parliament), had to be discussed with affected parties.⁷⁰

Second, under the conditions of a recent depression and persistent conflicts the State was to reconcile “economic development” and “national security,” the new binom to mark a prosperous and consolidated State (Hentschke 2004a, 227-41). On January 2, 1931, Vargas had already declared at a banquet for the armed forces that the restoration of finances and the economy, while being primarily an administrative problem, depended on “order and internal security” (Vargas 2011, 317). The perceived disorder was tackled on different fronts. Clearly building on his *castilhista* formation, Vargas conveyed that without the knowledge of accurate statistics it would be impossible to exercise power (Senra 2014, 3). *Técnicos*, like Mário Augusto Teixeira de Freitas, worked indefatigably on an enhancement of the State’s cognitive capacity. He built an administrative system that linked statistical institutions and homogenized the processing of data. This process climaxed in the foundation of the Brazilian Institute of Geography and Statistics in 1938 and the 1940 census, the first since 1920 and the most comprehensive undertaken so far (Hentschke 2007, 169-79). For guaranteeing fiscal discipline, Vargas established “efficiency commissions” and “budget sub-commissions” in each ministry (Wahrlich 1983, 58, 104, 136-37), and non-*gaúcho* positivist Ivan Lins played a leading role in the Audit Office of the Federal District. In a speech in 1940, the president praised himself for having ended financial “disorder and dissipation” (A Report 1941, 2-3; see also Vargas 1995, v. 1, 416-17). Yet, he allowed for credits to support interventionist policies. Brazil was to overcome its external dependency by tackling coffee overproduction, diversifying the economy, gaining state control over resources, and especially focusing on transformation industries (Schwartzman 1983, 10 and ch. 6; Ianni 1975, 30). By taking key industries, like the steel plant of Volta Redonda, under direct state control for reasons of national security and as part of his pact with the military (Dinius 2011; Kapstein 1988, 138-41), Vargas broke with *castilhista* doctrine. Since 1934, a Council of National Defense and national

⁶⁹ For the “organic law” on state and municipal administration, see Hugh Gurney to Edward Wood, Rio de Janeiro 23 May 1939, TNA, London, FO 371/222722, A 4017/428/6. For conflicts between ministries, see (Vargas 1995, v. 2, 350, 359). The intricate relationship between *interventor*, *daspinbo*, and regional oligarchies in Rio Grande do Sul is explored in (Abreu 2007).

⁷⁰ For an account of these debates, see Edward Peacock to F. F. Powell, Buenos Aires 25 Nov. 1941 (copy; enclosure to another letter, folio 174 and dated 5 Jan. 1942, which has not been preserved), Archive of the Bank of England, Country Files Brazil, OV 103/4, 3069/3, CBP 426 v 10, folio 174a.

defense divisions (*seções de defesa nacional*) in each ministry addressed the army's concerns with Brazil's unbalanced federation, rural poverty and ignorance, and elite irresponsibility. By the Estado Novo, their name had changed to "national security divisions" (*seções de segurança nacional*) (Wahrlich 1983, 197-98, 594, 598-99, 697).⁷¹

Military, still under the command of Dutra and Góes, played a key role in councils, enterprises, and the school policy (Hentschke 2007, 127, 337, 341-42, 433-34), though their leaders tried to depoliticize, and this also meant "de-positivize," the officer corps. McCann (2004, 364) points out that during the 1930-45 period "the greatest number of generals from a single state came from Rio Grande do Sul (twenty-seven), which had the largest concentration of army posts."⁷² Yet, the Military Brigade, once part of the PRR's political project, had become unreliable and obsolete; like other state forces, it was disbanded. Now the federal armed forces, with many of its officers trained and socialized in the *gaúcho* state but loyal primarily to their institution and increasingly subject to its corporate indoctrination, could be the shield of the national dictatorship or the agent of its downfall, as in 1945.

Finally, *castilhistas'* focus on societal regeneration "from above" was further strengthened. In Brazil's alleged "economic," "social," "functional," or "organic democracy," individual rights and class interests were to be subordinated to the public good (DIP 1942). Vargas reminded workers that the "tutelary and provident action of the State" precluded autonomous political participation and strikes, which undermined the social organism and prevented the country's economic emancipation. Yet, urban labor, pressed into official *sindicatos* and well screened, was (nominally) granted social rights, compiled in the 1942 Consolidation of Labor Laws (the functional equivalent of Borges's pioneering 1919 "consolidation"), and the State created a Labor Court and Social Security regime,⁷³ thereby resisting against a Darwinist battle for the "survival of the fittest." For sociologist Gilberto Freyre, positivist traits in Vargas's *trabalhismo* transpire in his references to ideas and sentiments (Freyre 1959, xxxiv), the aforementioned political and conceptual repertoire, though they were now mixed with corporatism and a good dose of populism. Regarding education, Vargas was successful in co-opting not only Catholic revivalists, but also part of the liberal New School movement. By accepting that "social discipline" was the precondition for an efficient "reform of habits which adjusts individuals to the new conditions and values of life," these *técnicos*

⁷¹ The army's concerns are expressed in a memorandum: Pedro Aurélio Góes Monteiro to Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 29 Jan. 1934, FGV/CPDOC, OA 34.01.29/2 cp, folhas 0692-0710.

⁷² In comparison, during the same period only 16 generals came from the Federal District and state of Rio de Janeiro, and all the North Eastern states together had 26.

⁷³ See the President's speeches on the Labor Days in 1940, 1941, and 1944 (Vargas 2011, 393-96, 434-37, 480-85). The citation is from the 1940 speech (p. 395). Another testimony to this tutelary dirigisme is Vargas's self-congratulatory speech on November 11, 1940, in (Vargas 2011, 420-21).

echoed *castilhista* perspectives.⁷⁴ Vargas certainly built a national education system, but it remained dualist, reserving secondary schools with scientific subjects for future elites and vocational-technical schools for the “less favored” (art. 129 of the 1937 charter) who were needed as a qualified workforce. Primary schools were the last to be regulated, but the organic law of 1946 represented the first federal intervention in this sector since 1827. Vargas also partly re-established Rome’s Church; he attended the festivities to inaugurate the statue to Christ the Redeemer in Rio de Janeiro in 1931, and Catholic religion was reintroduced as a curricular option (in 1925, he had still argued against such a proposal). Moral or civic education, high on both *castilhistas’* and the military’s agenda and closely linked to hygiene and physical instruction, was to homogenize society and prevent cultural and ethnic pluralism. This was the motive for “nationalizing” so-called “foreign” schools in the zones of German and Italian colonization (suddenly perceiving them as a threat), establishing quotas for immigration, and constructing the myth of racial harmony, or democracy (Hentschke 2007, ch. 2-3, esp. 122-33, 159-60).⁷⁵ Positivists’ eagerness to reconcile past and present, as part of a wider “education” of the populace, also influenced the Vargas regime’s preservationist policies, in which the cultivation of the memory of Tiradentes and his conspirators gained special significance.⁷⁶

Conclusion

For Tancredo Neves, the President-Elect in Brazil’s 1985 presidential election, “politicians from Rio Grande do Sul really had what we would now call an ideological concept... Castilhos created a school. Castilhos created a team of public men, acting perfectly in consonance” (cited in Lima 1986, 47). While this is a significant overstatement, giving agency to ideas and neglecting changing contexts that led to both political and ideological shifts, and at times divisions, it is certainly true that the legacy of Rio Grande’s positivism cannot be reduced to dictatorial government or the perpetuation of personal power, as we so often read. *Castilhistas*, civilians and the military, were convinced that only virtuous leaders and a tutelary State could save the nation from destructive liberalism and increase its prosperity. They believed in rational institutions and reforms that followed a grand design, such as Comte’s *Plan*, rather than the Old Republic’s incrementalism or post-war populists’ irresponsibility. Power and its perpetuation were always

⁷⁴ Manoel Bergström Lourenço Filho, director of the National Institute of Pedagogical Studies, cited in (Carvalho 1997, 116). See also Mário Augusto Teixeira de Freitas to Gustavo Capanema, n.p. [Rio de Janeiro?] n.d. [according to a handwritten note, Sept. 1938], Arquivo Nacional do Brasil, AP 48, caixa 14, pasta 36.

⁷⁵ Another important work on various contestatory movements for education is (Horta 1994), but it fails to address the impact of *castilhismo*. On Vargas’s 1925 rebuttal of a proposal to introduce exclusively Catholic religious instruction in public schools, see (Neto 2012-14, v. 1, 235; Lins, 1964, 198-200).

⁷⁶ This ideological background does not figure in (Williams 2001, 92-93, 129-31).

instrumental to the realization of transformative policies, or, as one analyst expresses it, to the “improvement of Brazil” (McCann 2004, 434). Yet, within these limits, Vargas and his protégés were always willing to compromise.

After being removed from office in 1945, Vargas accepted the post of senator for his home state with the words:

[w]hat happened, happened. Let us shape the present and anticipate the future. I wish for my country what is written on its flag: “order and progress.” Regarding Rio Grande do Sul, it has to be, by its sheer wealth, one of the granaries of Brazil and, by the harmony and cooperation of its representative elements, a shield against turmoil and anarchy (Vargas 2011, 510).⁷⁷

His point of reference in this speech of May 31, 1946, had remained intact, and so did much of the institutional and legislative frameworks he had created.⁷⁸ Yet, as journalist Décio Freitas (1991, 102) found out, when interviewing Vargas on his ranch, he denied the influence of Comte and was silent about Castilhos, while emphasizing the inspirations he took in Saint-Simon, a utopian socialist in Marxist orthodoxy (though also one of Comte’s intellectual guides), whom he had not quoted once in his student theses. The selected reference was not accidental, given his successful strategy to return to power with the support of unionized industrial workers and government employees who had most benefited from the Estado Novo. However, once again, domestic and international conditions had changed by 1951. No longer was it possible to govern by decree-law and intervene in economy and society without resistance. Faced with an impending coup, suicide seemed to be the only way for Vargas to preserve his legacy. A few days before his death, he confided in Freyre (1959, 267) that he still admired Castilhos and regretted that his idol had never made it to the presidency of the republic. The carefully crafted note Vargas left stressed again his pure intentions.

In her biography of Comte, Mary Pickering comments on the Frenchman’s system of commemoration:

Positivism guaranteed “immaterial” immortality. If an individual served Humanity well, he or she would be incorporated into this large organism. Death, in fact, “purified” our nature, allowing our “best attributes” to become more salient as the bad ones were forgotten or erased. Our “soul” prevailed only in this idealized, subjective state of existence. We could then live in perpetuity as an organ of the Great Being (Pickering 1993-2009, v. 3, 198-199).

There is no evidence that Vargas conceived of his death as a positivist act (and Comte himself was critical of suicide), but it certainly was to absolve him from all accusations and serenely pave his “road to eternity”: he would give his blood, he told Brazilians, but his “soul” would

⁷⁷ He also continued to defend a “planned democracy” (Neto 2012-14, v. 3, 93).

⁷⁸ In this point, Francisco Palomanes Martinho (2016, 183, 196-97) identifies a difference from Salazar’s Portuguese Estado Novo.

survive, and the people would always feel it “suffering at [their] side” (Rogers 2006, 248). Vargas had spoken at Castilhos’s burial and contemplated taking his life before, and he knew about the power of memory-making. So did his friend Aranha, for whom men, like people, live through their actions based on ideas. In his funeral oration for Vargas, he reminded Brazilians of Castilhos, the “great man of History who fills all *sul-riograndenses* with pride,” linked Brazilian history with that of Rio Grande do Sul, highlighted Vargas’s socialization at the frontier, where progress and solidarity had begun to prosper long before 1930, and praised his idol’s ability to raise awareness of the country’s problems and his philosophy of love and altruism. By linking the self-styled martyr to his creed, Aranha already predicted the longevity of both (Aranha, 2017, 837-45).

Bibliographic references

Archival Sources

Archive of the Bank of England: Country Files Brazil.

Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro: Arquivo Pessoal Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Arquivo Passivo da Escola Estadual do 1º Grau “Silveira Martins,” Bagé: Arquivo do Colégio Elementar “Quinze de Novembro” in Bagé (incorporated).

Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Rio de Janeiro: Arquivos Pessoais Oswaldo Aranha and Lindolfo Collor.

Museu “Dom Diogo de Souza” of the Fundação “Áttila Taborda” – Universidade da Região da Campanha/Sala do Arquivo “Jorge Reis,” Bagé.

The National Archive, London: Foreign and Commonwealth Office.

National Archives [of the United States], College Park: U.S. Consulate in Rio de Janeiro.

Printed Primary Sources

Anais da Assembléia [Constituinte e] Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, vol. 1. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1935-36.

Andreski, Stanislav, org. *The Essential Comte: Selected from the “Cours de Philosophie Positive” by Auguste Comte*. London: Croom Helm, and New York: Barnes and Noble, 1974.

Aranha, Oswaldo. *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*, org. Sérgio Eduardo Moreira Lima, Paulo Roberto de Almeida, and Rogério de Souza Farias, vol. 2. Brasília: FUNAG, 2017.

Assis Brasil, Joaquim Francisco de. *O oportunismo e a revolução*. São Paulo: Garraux, 1880.

Bonavides, Paulo and Roberto Amaral, org. *Textos Políticos da História do Brasil*, vol. 4, 3rd ed. Brasília: Senado Federal, 2002).

Cabeda, Coralio B. P., Ricardo Vaz Seelig, and Gunter Axt, org. *Os crimes da ditadura. A história contada pelo dragão*. Porto Alegre: Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2002.

Carone, Edgard, org. *O Estado Novo (1937-1945)*, 2nd ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

Carone, Edgard, org. *A Terceira República (1937-1945)*, 2nd ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

- Castilhos, Júlio de. *O pensamento político de Júlio de Castilhos*, org. Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- Castilhos, Júlio de. *Positivismo, abolição e república*, org. Margaret Bakos. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro and EdIPUCRS, 2006.
- Comte, Auguste. *Appel aux conservateurs*. Paris: [publ. by Comte and Victor Dalmont] 1855.
- Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: “A Federação,” 1891.
- DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). *Facts and Information about Brazil*. Rio de Janeiro: DIP, 1942.
- A evolução* [Universidade de São Paulo], 1879.
- Figueiredo, Paulo de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo (contribuições às comemorações do centenário de nascimento do presidente Getúlio Vargas)*. Brasília: Senado Federal, 1984.
- Fontoura, João Neves da. *Discursos (1921-1928)*, org. Carmen S. Aragonês Aita and Gunter Axt, 2nd ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.
- Lenzer, Gertrud, org. *Auguste Comte and Positivism: The Essential Writings*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.
- Mendes, Raimundo Teixeira. *Inauguration de la chapelle de l'humanité qui a été installée à Paris dans la maison de la rue Payenne, no. 5...: apostolat positiviste... paroles prononcée à cette occasion par R. Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: Apostolat Positiviste du Brésil, 1905.
- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920*, vol. 4 (4ª parte). Rio de Janeiro: Typ. de Estatística, 1929.
- Porto, Walter Costa, org. *Constituições brasileiras*, vol. 4: 1937, 3rd ed., Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Coordenação da Memória Cultural, and Arquivo Histórico de Porto Alegre, “Moysés Vellinho”, org., *Catálogo da coleção privada da Capela Positivista*, ed. Sílvia Rita de Moraes Vieira (Porto Alegre: AHPAMV, 2011).
<http://www.docplayer.com.br/25974339-Catalogo-da-colecao-privada-capela-positivista.html>
- A Report on Brazil: Ten Years of Achievements (Translation of an Address Delivered by President Getúlio Vargas at the Celebration of His Regime, on November 10, 1940)*. New York: Brazilian Government Trade Bureau, 1941.
- Schwartzman, Simon, org. *Estado Novo: um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983.
- Vargas, Getúlio. *Diário*, intr. Celina Vargas do Amaral Peixoto and org. Leda Soares, 2 vols. São Paulo: Siciliano, and Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- Vargas, Getúlio. *Discursos (1903-29)*, org. Carmen S. Aragonês Aita and Gunter Axt, 2nd ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.
- Vargas, Getúlio, *Getúlio Vargas* [speeches], org. Maria Celina d’Araújo. Brasília: Edições Câmara, 2011.
- Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil*, 8 vols. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938.
- Vargas, Getúlio, *A serpente e o dragão: dissertações acadêmicas*, org. Décio Freitas and Álvaro Nunes Larangeira. Porto Alegre: Sulina, 2003.
-

Secondary Literature

- Abreu, Alcira Alves de, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman, and Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, org. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, 5 vols., 2nd. rev. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- Abreu, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre, EdIPUCRS, 2007.
- Adelman, Jeremy. "Socialism and Democracy in Argentina in the Age of the Second International". *Hispanic American Historical Review* 72, n. 2 (1992): 211-238.
<https://doi.org/10.1215/00182168-72.2.211>
- Alonso Angela. "De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 42, 2º sem. (1996): 109-134.
- Alonso, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Araújo, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1985.
- Ardao, Arturo. *Espiritualismo y positivismo en el Uruguay*. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2008 [1950].
- Arraes, Raimundo de Monte. *Estado Novo e suas diretrizes: estudos políticos e constitucionais*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938.
- Arraes, Raimundo de Monte, *O Rio Grande do Sul e as suas instituições governamentais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980 [1926].
- Axt, Gunter. "Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta Estadual de 1891". *Justiça & História* 2, n. 3 (2002a): 305-344.
- Axt, Gunter. "O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional". *Estudos Históricos*, n. 29 (2002b): 119-40.
- Axt, Gunter. "Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul". *Métis: História & Cultura* 1, n. 2 (2002c): 33-52.
- Axt, Gunter. "Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e justiça". *Justiça & História* 1, n. 1-2 (2001): 175-216.
- Axt, Gunter, Ricardo Vaz Selig, Sirlei Teresinha Gedoz, Omar Luiz de Barros Filho, and Sylvia Bojunga Meneghetti, org. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- Bak, Joan L. "Cartels, Cooperatives and Corporativism: Getúlio Vargas in Rio Grande do Sul on the Eve of Brazil's 1930 Revolution". *Hispanic American Historical Review* 63, n. 2 (1983): 255-75.
<https://doi.org/10.1215/00182168-63.2.255>
- Bakos, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e os seus eternos intendentes*, 2nd ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2013.
- Bello, José María. *A History of Modern Brazil, 1889-1964*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1966.
- Bellomo, Harry Rodrigues. "A arte funerária". In *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*, org. Harry Rodrigues Bellomo, 2nd rev. ed., 13-22. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.
- Biagini, Hugo, org. *El movimiento positivista argentino* Buenos Aires: Belgrano, 1985.
-

- Boeira, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Comte". In *RS: cultura e ideologia*, org. José Hildebrando Dacanal and Sergius Gonzaga, 34-59. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- Bosi, Alfredo. "O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração". In *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*, org. Leyla Perrone-Moysés, 157-181. São Paulo: EdUSP, 2004.
- Bourdeau, Michel. "Auguste Comte". In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2021 ed.) org. Edward N. Zalta. <http://plato.stanford.edu/archives/spr2021/entries/comte>
- Bourne, Richard. *Getúlio Vargas of Brazil, 1883-1954: Sphinx of the Pampas*. London and Tonbridge: C. Knight, 1974.
- Camargo, Aspácia. "Carisma e personalidade política: Vargas da conciliação ao maquiavelismo". In *As instituições brasileiras da era Vargas*, org. Maria Celina d'Araújo, 13-54. Rio de Janeiro: UERJ and FGV, 1999.
- Carneiro, Trajano Bruno de Berredo. *Trajano Carneiro (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2005.
- Carvalho, José Murilo de. *The Formation of Souls: Imaginary of the Republic in Brazil*. Notre Dame, IN: Univ. of Notre Dame Press, 2012.
- Carvalho, Marta Maria Chagas de. "Educação e política nos anos 20: a desilusão com a república e o entusiasmo pela educação". In *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, org. Helena Carvalho de Lorenzo and Wilma Peres da Costa, 115-33. São Paulo: UNESP, 1997.
- Castro, Celso. *Militares e a república: um estudo sobre cultura e ação popular*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
- Chacon, Vamireh. *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e a democracia populista, 1937-1964*. Rio de Janeiro: J. Olympio, in collaboration with Câmara dos Deputados, 1977.
- Corsetti, Berenice. "Política e organização da educação sob o castilhismo". In *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*, org. Gunter Axt, Ricardo Vaz Selig, Sirlei Teresinha Gedoz, Omar Luiz de Barros Filho, and Sylvia Bojunga Meneghetti, 203-16. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- Cortés, Carlos E. *Gaúcho Politics in Brazil: The Politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: Univ. of New Mexico Press, 1974.
- Costa, Ana Maria Machado da. "O Apostolado Positivista e o castilhismo na construção do direito do trabalho no Brasil," Masters thesis, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- Costa, João Cruz. *A History of Ideas in Brazil. The Development of Philosophy in Brazil and the Evolution of National History*. Berkeley and Los Angeles: Univ. of California Press, 1964.
- Costa, Sibeles da Silva, and Roselaine Casanova Corrêa. "Joaquim Francisco de Assis Brasil versus Júlio Prates de Castilhos: Acertos e/ou rupturas (1874-1891)". *Disciplinarium: Série Ciências Humanas* 13, n. 1 (2012), 127-35.
- Diacon, Todd A. *Stringing Together a Nation: Cândido Mariano da Silva Rondon and the Construction of Modern Brazil, 1906-1930*. Durham, NC, and London: Duke Univ. Press, 2004. <https://doi.org/10.1215/9780822385479>
- Dinius, Oliver J. *Brazil's Steel City: Developmentalism, Strategic Power, and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964*. Stanford: Stanford Univ. Press, 2011. <https://doi.org/10.11126/stanford/9780804771689.001.0001>
-

- Duarte, Constância Lima. *Cartas – Nísia Floresta e Auguste Comte*. Florianópolis: Ed. Mulheres and EDUNISC, 2005.
- Dullius, Fábio, and Gustavo Peretti Wagner. “A maçonaria na arte funerária do Rio Grande do Sul”. In *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*, org. Harry Rodrigues Bellomo, 2nd, rev. ed., 169-92. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.
- Félix, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- Fillafer, Franz Leander, Johannes Feichtinger, and Jan Surman, org. *The Worlds of Positivism: A Global Intellectual History, 1770-1830*. New York: Palgrave, 2017.
- Fraiz, Priscila. “O acervo da família Carneiro: fonte para o estudo do pensamento e da prática filosófica, política e científica brasileira nos séculos XIX e XX”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 6, suppl. (2000), 1125-33. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000500016>
- Franco, Sérgio da Costa. “Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era de Borges de Medeiros”. *Métis: história e cultura* 2, n. 2 (2002), 132-38.
- Franco, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*, 5th ed. Porto Alegre: EDIGAL, 2003 [1967].
- Franco, Sérgio da Costa. “O sentido histórico da revolução de 1893”. In *Fundamentos da cultura rio-grandense*, n. org., 191-216, 5th ed. Porto Alegre: UFRGS, 1962.
- Freitas, Décio. “Getúlio Vargas e o Conde de Saint-Simon”. In: *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, org. José Luiz Werneck da Silva, vol. 1, 101-8. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.
- Freitas, Bezerra de, *Fisionomia e estrutura do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.
- French, John D. *Drowning in Laws: Labor Law and Brazilian Political Culture*. Chapel Hill and London: The Univ. of North Carolina Press, 2004.
- Freyre, Gilberto. *Ordem e progresso*, vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- Frischauer Paul. *Presidente Vargas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1943.
- Garcia, Marcia. “A constituição de 1891”. In *As constituições brasileiras: análise histórica e propostas de mudança*, org. Luiz Felipe d’Ávila, 15-23. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- Garcia, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982.
- Gentile, Fábio. “Uma apropriação criativa: fascismo e corporativismo no pensamento de Oliveira Vianna”. In *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*, org. Antônio de Costa Pinto and Francisco Palomanes Martinho, 223-53. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- Gertz, René E. “O Sonderweg do Rio Grande do Sul”. *Estudos Ibero-Americanos* 37, n. 2 (2011), 215-31. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2011.2.9794>
- Goertzel, Ted G. *Fernando Henrique Cardoso: Reinventing Democracy in Brazil*. Boulder, CO, and London: Lynne Rienner, 1999.
- Gomes, Ângela de Castro. “Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas”. In *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, org. Antônio Costa Pinto and Francisco Carlos Palomanes Martinho, 87-113. Lisbon: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008.
- Gomes, Ângela Maria Castro. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. In *Estado Novo: ideologia e poder*, org. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, and Ângela Maria Castro Gomes, 151-66. Rio de Janeiro: Loyola, 1982.
-

Hale, Charles. *The Transformation of Liberalism in Late Nineteenth-Century Mexico*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1990. <https://doi.org/10.1515/9781400863228>

Hecht, Susanna. *The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha*. Chicago and London: The Univ. of Chicago Press, 2013.
<https://doi.org/10.7208/chicago/9780226322834.001.0001>

Heinz, Flávio M. “Driblando escalas: nota sobre a comparação histórica dos regimes *batllista* (Uruguay, 1903-1933) e *castilhista* (Brasil: RS, 1891-1930)”. In *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*, org. Flávio Heinz, 61-90. São Leopoldo: Oikos, 2012.

Heinz, Flávio M. “Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública”. *Revista Brasileira de História* 29, n. 58 (2009): 263-88. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000200002>

Hentschke, Jens R. *Estado Novo: Genesis und Konsolidierung der brasilianischen Diktatur von 1937*. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik, 1996.

Hentschke, Jens R. “From ‘Order and Progress’ to ‘National Security and Economic Development’: The Origins of Brazil’s 1969 National Security State”. *Justiça & História* 4, n. 7 (2004a): 211-58.

Hentschke, Jens R. *Philosophical Polemics, School Reform, and Nation-Building in Uruguay, 1868-1915: Reforma Vareliana and Batllismo from a Transnational Perspective*. Baden-Baden: Nomos, 2016.
<https://doi.org/10.5771/9783845236094>

Hentschke, Jens R. *Positivism gaúcho-Style*. Berlin: VWF, 2004b.

Hentschke, Jens R. *Reconstructing the Brazilian Nation: Public Schooling in the Vargas Era*. Baden-Baden: Nomos, 2007. <https://doi.org/10.5771/9783845204819>

Hilton, Ronald. “Positivism in Latin America”. In *Dictionary of the History of Ideas*, org. Philip P. Wiener, vol. 3, 539-45. New York: Charles Scribner’s Sons, 1973-74.

Horta, José Silvério Baía. *O bino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRGS, 1994.

Ianni, Octavio. *Estado y planificación económica en Brasil (1930-1970)*. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

Jurt, Joseph. “O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República”. *Mana: Estudos de Antropologia Social* 18, n. 3 (2012): 471-509.
<https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000300003>

Kapstein, Ethan B. “Economic Development and National Security”. In *National Security in the Third World*, org. Edward E. Azar and Chung-in Moon, 136-51. Aldershot: Edward Elger, 1988.

Kittleston, Roger A. *The Practice of Politics in Postcolonial Brazil: Porto Alegre, 1845-1895*. Pittsburgh: Pittsburgh Univ. Press, 2006. <https://doi.org/10.2307/j.ctt9qh8qx>

Kreutz, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS, Florianópolis: UFSC, and Caxias do Sul: UCS, 1991.

Lacerda Neto, Arthur Virmond de. “O pseudo-totalitarismo positivista” n.d.
<http://confucius.chez.com/clotilde/contacts/arthur/pseudo.xml>

Lambert, Francis. “Trends in administrative reform in Brazil”. *Journal of Latin American Studies* 1, n. 2 (1964): 167-88. <https://doi.org/10.1017/S0022216X00004466>

- Levine, Robert M. *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938*. New York and London: Columbia Univ. Press, 1970.
- Lima, Valentina da Rocha, org. *Getúlio: uma história oral*, 2nd ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- Lins, Ivan. *História do positivismo no Brasil*, 2nd ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- Lopreato, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- Louro, Guacira Lopes. *História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Educação e Realidade, 1986.
- Love, Joseph L. *Crafting the Third World: Theorizing Underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1996.
- Love, Joseph L. *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1971.
- Love, Joseph L. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. In: *História geral da civilização brasileira*, org. Boris Fausto, vol. III.1, 99-122. São Paulo: DIFEL, 1975.
- Love, Joseph L. “O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparatista”. In *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*, org. Gunter Axt, Ricardo Vaz Selig, Sirlei Teresinha Gedoz, Omar Luiz de Barros Filho, and Sylvia Bojunga Meneghetti, 71-84. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- Luz, Alex Faverezani da, and Janaína Rigo Santin. “As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930”. *História* [São Paulo] 29, n. 2 (2010): 268-78.
<https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200015>
- Maestri, Mário. “História e historiografia do trabalhador escravizado no RS, 1819-2006”. In *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*, org. Diego Buffa and María José Becerra, 53-88. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- Martinho, Francisco Palomanes. “Estado corporativo e organização do trabalho no Brasil e em Portugal (1930-1945)”. In *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*, org. Antônio de Costa Pinto and Francisco Palomanes Martinho, 173-97. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira*, vol. 4. São Paulo: Cultrix, 1979.
- McCann, Frank. *Soldiers of the Patria: A History of the Brazilian Army, 1889-1937*. Stanford: Stanford Univ. Press, 2004.
- Mello, Rafael Reis Pereira Bandeira de. “O Apostolado Positivista e a primeira constituição da república no Brasil”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH, São Paulo, 2011.
<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#R>
- Miller, Nicola. *Reinventing Modernity in Latin America: Intellectuals Imagine the Future, 1900-1930*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. <https://doi.org/10.1057/9780230610101>
- Monreal, Susana. *Krausismo en el Uruguay: algunos fundamentos del Estado tutor*. Montevideo: UCU, 1993.
- Muglioni, Jacques. “Auguste Comte (1798-1857)”. *Prospects: The Quarterly Review of Comparative Education* [UNESCO] 26, n. 1 (1996): 209-22. <https://doi.org/10.1007/BF02195619>
- Museu da República. “Dedicatórias a Getúlio Vargas: fragmentos de uma biblioteca”, n.d.
<http://museudarepublica.museus.gov.br/exposicoes/dedicatorias/paginas/copyRight.htm>
-

- Nachman, Robert G. "Positivism, Modernization and Middle Class in Brazil". *Hispanic American Historical Review* 57, n. 1 (1977): 1-23. <https://doi.org/10.1215/00182168-57.1.1>
- Neto, Lira. *Getúlio*, 3 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 2012-14.
- Oliveira, Itamar de. *Francisco Campos: a inteligência no poder*. Belo Horizonte: Libertas, 1991.
- Oliveira, Lúcia Lippi de. "Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral". *Estado Novo: ideologia e poder*, org. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, and Ângela Maria Castro Gomes, 48-70. Rio de Janeiro: Loyola, 1982a.
- Oliveira, Lúcia Lippi. "Introdução". In *Estado Novo: ideologia e poder*, org. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, and Ângela Maria Castro Gomes, 14-30. Rio de Janeiro: Loyola, 1982b.
- Oliveira, Lúcia Lippi. "Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade". In *Estado Novo: ideologia e poder*, org. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, and Ângela Maria Castro Gomes, 31-47. Rio de Janeiro: Loyola, 1982c.
- Oliven, Ruben George. "Two sides of the Same Coin: Modern Gaúcho Identity in Brazil". In *Perspectives on 'Las Américas': A Reader in Culture, History, and Representation*, org. Matthew C. Gutmann, Félix V. Matos Rodríguez, Lynn Stephen, and Patricia Zavella. Oxford: Blackwell, 2003.
- Paim, Antonio. *A escola cientificista brasileira: Estudos complementares à História das Idéias filosóficas no Brasil*, vol. 6, 2nd ed. Londrina: Ed. CEFIL, 2002.
- Paim, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*, vol. 1., 6th rev. ed. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- Paim, Antônio. "Introdução". In *Plataforma do positivismo ilustrado*, org. Antônio Paim, 3-11. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- Paim, Antônio. *A querela do estatismo*, 2nd rev. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- Paredes, Marçal de Menezes Paredes. *Configurações luso-brasileiras: fronteiras culturais, demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- Paul, Wolf. "Ordem e Progresso. Entstehung und Deutung des brasilianischen Fahnnensymbols". In *Wirtschafts- und Medienrecht in der offenen Demokratie*, org. Heinz-Dieter Assmann, Georgios Gounalaki, Thomas Brinkmann, and Rainer Walz, 111-28. Heidelberg: C. F. Müller Verlag, 1997.
- Pereira, Ledit de Paula Pereira. "O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923". Masters thesis, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- Pesavento, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- Pickering, Mary. *Auguste Comte: An Intellectual Biography*, 3 vols. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993-2009.
v. 1: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511527975>
v. 2: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511596551>
v. 3: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511605352>
- Pinto, Antônio Costa. "O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo". *Vária História* 30, n. 52 (2014): 17-49. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000100002>
- Pinto, Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Ed. L&M, 1986.
-

Priego, Natalia. *Positivism, Science, and 'The Scientists' in Porfirian Mexico: A Reappraisal*. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 2016. <https://doi.org/10.5949/liverpool/9781781382561.001.0001>

Rodrigues, Anna Maria Moog. “Visconde do Uruguay e a ética do estadista”. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 7 (2011): 139-52.

Rogers, Daniel T. *Atlantic Crossings: Social Politics in a Progressive Age*. Cambridge, Mass., and London: The Belknap Press of Harvard Univ. Press, 1998. <https://doi.org/10.4159/9780674042827>

Rogers, Thomas D. “‘I Choose This Means to Be With You Always’: Getúlio Vargas’s Carta Testamento”. In *Vargas and Brazil: New Perspectives*, org. Jens R Hentschke, 227-55. New York: Palgrave Macmillan, 2006). https://doi.org/10.1057/9780230601758_9

Rouston Júnior, Eduardo. *O Rio Grande do Sul republicano sob a ótica parlamentar da oposição federalista, 1913-1924*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

Santos, Lincoln de Araújo. “Reflexões sobre o pensamento social e educacional no Brasil e suas matrizes autoritárias”. *Revista Eletrônica de Educação* 5, n. 2 (2011): 9-25 <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/150/138>

Senra, Nelson de Castro. “A junção do G ao E na formação do IBGE”. *Terra Brasilis* (Nova Série) n. 3 (2014). <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/926>. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.926>

Silveira, Flávio Eduardo. “O positivismo castilhista e o exército: identidade e contradição”. Masters thesis, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

Silveira, Tatiana de Carvalho. “A escultura funerária no Rio Grande do Sul”. In *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*, org. Harry Rodrigues Bellomo, 2nd, rev. ed., 123-43. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

Skidmore, Thomas E. “Lévi Strauss, Braudel and Brazil: A Case of Mutual Influence”. *Bulletin of Latin American Research* 22, n. 3 (2003): 340-49. <https://doi.org/10.1111/1470-9856.00081>

Soares, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Ed. AGE and UFRGS, 1998.

Subercaseau, Bernardo. “Liberalismo positivista y naturalismo en Chile (1865-1875)”. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana* 6, n. 11 (1980): 7-27. <https://doi.org/10.2307/4529945>

Tambara, Elomar. “A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo”, PhD thesis, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

Terán, Oscar. *Positivismismo y nación en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.

Triner, Gail D., and Kirsten Wandschneider. “The Baring Crisis and the Brazilian Encilhamento, 1889-1891: An Early Example of Contagion Among Emerging Capital Markets”. *Financial History Review* 12, n. 2 (2005): 199-225. <https://doi.org/10.1017/S0968565005000107>

Vargas, Lut[h]ero Sarmanho. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro: publ. by author, 1988.

Vélez Rodríguez, Ricardo, *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2010 [1980].

Vélez Rodríguez, Ricardo. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*, vol. VII/VIII: *O castilhismo. O trabalhismo após 30*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

Vélez Rodríguez, Ricardo. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. Londrina: UEL, 1997.

Velloso, Mônica Pimenta. “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In *Estado Novo: ideologia e poder*, org. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, and Ângela Maria Castro Gomes, 71-108. Rio de Janeiro: Loyola, 1982.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. “A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil”. In *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*, org. António de Costa Pinto and Francisco Palomanes Martinho, 199-221. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

Vogt, Olgário Paulo. “O liberalismo Farroupilha e escravidão na República Rio-Grandense”. *Revista do Desenvolvimento Regional* [Santa Cruz do Sul] 19, ed. especial (2014): 153-68.
<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v19i2014.5159>

Wahrlich, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Whitehead, Laurence. “State Organization in Latin America since 1930”. In *The Cambridge History of Latin America*, org. Leslie Bethell, vol. 6.2., 3-95. Cambridge: Cambridge Univ. Press 1994.
<https://doi.org/10.1017/CHOL9780521465564.002>

Williams, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham, NC, and London: Duke Univ. Press, 2001. <https://doi.org/10.2307/j.ctv125jknm>

Wolfe, Joel. “The Faustian Bargain Not Made: Getúlio Vargas and Brazil’s Industrial Workers, 1930-1945”. *Luso-Brazilian Review* 31, n. 2 (1994): 77-95.

Zalla, Jocelito, and Carla Menegat. “History and Memory in the Farroupilha: A Brief Genealogy of the Myth”. *Revista Brasileira de História* 31, n. 62 (2011): 49-70. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000200005>

Zea, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 1968.

Received: January 9, 2021
Approved: March 31, 2021

“O Esperado”: a construção da imagem messiânica de Plínio Salgado como chefe da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

“The Expected”: the construction of the messianic image of Plínio Salgado as leader of the Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

“Lo Esperado”: la construcción de la imagen mesiánica de Plínio Salgado como jefe de la Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

Rodrigo Santos de Oliveira*

<https://orcid.org/0000-0003-1829-1347>

Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento**

<https://orcid.org/0000-0001-9644-8528>

RESUMO: Em todo movimento fascista o culto ao líder é um dos elementos centrais do discurso ideológico, pois neste indivíduo são congregados os valores sociais, políticos e culturais do movimento. Plínio Salgado foi o líder da Ação Integralista Brasileira – movimento de orientação fascista que surgiu no Brasil na década de 1930. E para se apresentar como líder incontestado dos integralistas, valeu-se de todo o imaginário messiânico, que tinha grande impacto na mentalidade social brasileira da época, surgindo quase como um novo Tiradentes, numa espécie de cristianização do herói. No presente texto, discutiremos a utilização do imaginário messiânico, a partir de simbolismos cristãos e da figura de Tiradentes na construção da imagem idealizada de Plínio Salgado como “Chefe Nacional” da Ação Integralista Brasileira.

Palavras-chave: Plínio Salgado. Messianismo. Ação Integralista Brasileira. Integralismo.

ABSTRACT: In every fascist movement the leader worship is one of the ideological discourse central elements, since it is in this subject that the social, political and cultural movement values are

* Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI/FURG). Editor da Revista *Historiæ* (ISSN 1519-8502). E-mail: oliv.rod@hotmail.com.

** Doutora e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Licenciada em Letras pela UFRN. E-mail: michellevasc@hotmail.com.

gathered. Plínio Salgado was the leader of the Ação Integralista Brasileira – a fascist-oriented movement that emerged in Brazil in the 1930s. And to present himself as the integralists undisputed leader, he used all the messianic imaginary that had a great impact on the Brazilian social mentality of the time, emerging almost as a new Tiradentes, in a kind of Christianization of the hero. In the present paper, we will discuss the messianic imaginary use, based on Christian symbolism and the figure of Tiradentes in the Plínio Salgado idealized image construction as “National Boss” of the Ação Integralista Brasileira.

Keywords: Plínio Salgado. Messianism. Ação Integralista Brasileira. Integralism.

RESUMEN: En cada movimiento fascista, el culto al líder es uno de los elementos centrales del discurso ideológico, ya que este individuo reúne los valores sociales, políticos y culturales del movimiento. Plínio Salgado era el líder de la Ação Integralista Brasileira – un movimiento de orientación fascista que surgió en Brasil en la década de 1930. Y para presentarse como un líder indiscutible de los “integralistas”, hizo uso de todo el imaginario mesiánico que tuvo un gran impacto en la mentalidad social brasileña del tiempo, surgiendo casi como un nuevo Tiradentes, en una especie de cristianización del héroe. En el presente texto, discutiremos el uso del imaginario mesiánico, basado en los simbolismos cristianos y la figura de Tiradentes en la construcción de la imagen idealizada de Plínio Salgado como “Jefe Nacional” de la Ação Integralista Brasileira.

Palabras clave: Plínio Salgado. Mesianismo. Ação Integralista Brasileira. Integralismo.

Como citar este artigo:

Oliveira, Rodrigo Santos de; Nascimento, Michelle Vasconcelos Oliveira do. “O Esperado”: a construção da imagem messiânica de Plínio Salgado como chefe da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)” *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 288-306.

A Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento criado após a Revolução Constitucionalista de 1932, a partir do Manifesto de Outubro, elaborado por Plínio Salgado. Caracterizou-se enquanto uma organização de extrema direita, que cultuava a figura do “Chefe Nacional” e pregava a centralização política nas mãos de um Estado com plenos poderes, contrário à pluralidade de partidos políticos. Esse Estado forte, o “Estado Integral”, tinha como lema “Deus, Pátria e Família” – elementos que foram os sustentáculos do fascismo brasileiro.

Embora o Manifesto de Outubro seja reconhecido como o início oficial do movimento, as origens da AIB são anteriores ao seu lançamento. Em 1931, Plínio Salgado já utilizava uma poderosa ferramenta para a difusão da sua ideologia – o jornal *A Razão*: “O próprio Salgado

reconhece o papel instrumental do jornal. Através dele os artigos chamam a atenção dos intelectuais e dos dirigentes dos movimentos que rejeitam o retorno do liberalismo da Constituição de 1891” (Trindade 1974, 124). Em um trecho escrito por Salgado, fica evidente a função de *A Razão* na gênese do futuro movimento:

Em 1931, surgiu em São Paulo um jornal que se tornou, dentro em breve, o instrumento aglutinador de brasileiros orientados por um pensamento cristão e nacionalista [...]. Dentro em pouco, estava registrada, num fichário, apreciável corrente de homens ligados por algumas ideias fundamentais. (Salgado apud Trindade 1974, 124)

O jornal foi o instrumento de difusão das ideias de Plínio Salgado e criou todas as condições para a organização dos seus adeptos, a partir da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que seria o centro de reflexão ideológica para o surgimento do manifesto integralista de 1932 e a futura AIB.

De acordo com Trindade (1974), a primeira reunião realizou-se em 24 de fevereiro de 1932, por iniciativa de Salgado, na sede do jornal *A Razão*, em São Paulo. Nesta reunião, foram apresentados os princípios fundamentais da SEP, que foram aprovados pelos participantes da sessão. A partir deste momento, iniciavam-se as atividades da sociedade.

Com isto, Salgado começou a se articular com outras lideranças de movimentos contestadores do liberalismo e do próprio Estado varguista. Dentre eles, estavam Olbiano de Mello, de Minas Gerais; João Alves dos Santos, da Bahia; Severino Sombra, do Ceará (líder da Legião Cearense do Trabalho); dentre outros representantes de movimentos direitistas regionais. Além disso, como aponta Gilberto Calil:

Da Sociedade de Estudos Políticos provieram lideranças como Madeira de Freitas (Chefe Provincial da AIB na Guanabara), Raymundo Padilha (Chefe Provincial do Rio), e Hélio Viana, tendo aderido posteriormente Gustavo Barroso, que ocupou a chefia do Departamento de Milícias da AIB e Miguel Reale, que assumiu a chefia do Departamento de Doutrina, e Olbiano de Mello ficou com a chefia Provincial em Minas Gerais. (Calil 2001, 53-54)

Salgado e suas lideranças realizaram uma série de conferências cujo público-alvo eram principalmente intelectuais e estudantes. Nessas ocasiões, divulgavam suas ideias em locais como a Faculdade de Direito e a Academia Paulista de Letra, no estado de São Paulo. O movimento em si já estava praticamente estruturado: “A última etapa do processo de formação do integralismo é a redação de um manifesto para divulgar publicamente a AIB” (Trindade 1974, 131).

Contudo, o projeto acabou sendo “engavetado” por alguns meses, pois eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, como explica Trindade: “a eminência do desencadeamento da Revolução ‘Constitucionalista’ em São Paulo obriga Salgado, por prudência ou cálculo político, a retardar a publicação do documento para uma época mais oportuna” (1974, 131).

Após a revolta paulista, Plínio Salgado lançou o manifesto, em sete de outubro de 1932, inaugurando a AIB, e promoveu a rearticulação dos movimentos com os quais havia perdido contato devido à eclosão do conflito. No Ceará, por exemplo, Hélder Câmara e Jeovah Motta associavam-se ao movimento, mesmo sem a autorização de seu líder, Severino Sombra, que estava exilado. A AIB, dessa forma, incorporava para si a Legião Cearense do Trabalho. O líder integralista recebeu ainda apoio em Recife, na Bahia e no sul do Brasil.

Entre outubro de 1932 e o início de 1934, o movimento passou por um período de consolidação. Em fevereiro de 1934, a AIB realizou o Congresso de Vitória, no estado do Espírito Santo, quando os integralistas organizaram a sua estrutura diretiva. Nesta ocasião, aprovaram-se os seus estatutos, estabeleceram-se as diretrizes básicas dos “camisas-verdes”, criou-se a milícia partidária e definiu-se a posição sobre a religião. Foram elaborados, naquele congresso, os departamentos de Doutrina, de Propaganda, de Milícia, de Cultura Artística, de Finanças e de Organização Política. Foi definido, ainda, com maior precisão, o estatuto do “Chefe Nacional”.

Em setembro de 1937, a AIB obteve o registro como partido político junto ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral. Depois de um plebiscito interno, Plínio Salgado foi escolhido candidato do partido à presidência da República nas eleições que deveriam ocorrer naquele ano, frustradas, entretanto, pelo golpe do Estado Novo.

A AIB foi extinta como as demais agremiações políticas em dezembro de 1937. No entanto, para continuar na legalidade devido à nova conjuntura estadonovista, organizou-se novamente como uma sociedade civil (como a antiga SEP), que teve a denominação de Associação Brasileira de Cultura (ABC):

Plínio Salgado assumiu a presidência da ABC, e os demais cargos foram assumidos por membros da antiga cúpula da AIB. A estrutura e a direção da nova associação permitiram que a AIB continuasse, ainda que de forma mais velada, sua campanha doutrinária. Essa campanha continuou até maio do ano seguinte, quando a AIB parece ter mudado de tática, substituindo a tática educativa pela violenta. Abandonou-se a revolução do espírito e adotou-se a revolução violenta para a tomada do poder. (Cavalari 1999, 19)

O atentado a Vargas no palácio da Guanabara, realizado por um pequeno grupo de integralistas em conjunto com alguns liberais, em maio de 1938, parece ter sido resultado dessa nova tática. O levante integralista foi totalmente dominado por Vargas, que, em seguida, desencadeou intensa campanha contra o integralismo, com a prisão e o exílio de alguns de seus líderes. Outros integrantes, por sua vez, foram englobados na máquina estatal do governo Vargas (Oliveira 2019, 31).

A biografia de um líder controverso

Plínio Salgado nasceu na pequena cidade de São Bento do Sapucaí, em São Paulo no ano de 1895. Teve criação conservadora e religiosa. Seu pai era coronel da Guarda Nacional e fora chefe político em São Bento, desde o advento da República. Junto a tal conservadorismo, possuía grande influência do antiliberalismo por parte dos avós. O avô paterno havia emigrado de Portugal para o Brasil por questões políticas, principalmente por oposição ao liberalismo, ao passo que o avô materno tinha sido membro ativo no Partido Conservador na época do Império.

Sua educação inicial ocorreu em casa, ministrada pela mãe, que era professora primária. Posteriormente, já no período secundário, foi para um internato em Minas Gerais. Com a morte do pai, em 1911, quando tinha apenas dezesseis anos, teve de interromper os estudos e retornar à sua cidade natal. No mesmo ano, rumou para a capital São Paulo, onde viveu por conta própria, sem auxílio da família, por dois anos, retornando em 1913 quando passou a fazer trabalhos como agrimensor, dentre outras atividades. Aos vinte e um anos fundou, junto com Joaquim Pereira, o jornal *Correio de São Bento*, iniciando a sua carreira jornalística. Em 1918, aos vinte e três anos, participou da organização e fundação do Partido Municipalista, agremiação de pequenos municípios em oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP). No mesmo ano, casou-se, ficando viúvo no ano seguinte, poucos dias após o nascimento da primeira filha (Gonçalves 2017).

Em 1920, durante um comício do Partido Municipalista, foi preso devido à repressão policial. Após sua libertação, mudou-se novamente para São Paulo. Na capital, por intermédio de um amigo, conseguiu o emprego de revisor do jornal *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP.

Durante a sua função enquanto revisor do jornal *Correio Paulistano*, Plínio Salgado estabeleceu contato com figuras como Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Motta Filho. Trabalhar neste periódico foi fundamental para a formação de Salgado, pois foi neste período que teve contato com o movimento modernista e passou a integrá-lo. Além disso, como membro de um órgão político-partidário, pôde perceber a importância que a imprensa tinha para conquistar “corações e mentes”, ou seja, constituía-se como um poderoso instrumento político, que seria levado a cabo por ele mais adiante na estruturação do seu movimento político.

Como jornalista, seguiu uma estreita relação com a participação dentro do movimento modernista, tanto que seu primeiro livro de crônicas foi uma compilação de textos publicados nas páginas do *Correio Paulistano*. Os temas e as preocupações expressas em seus textos se articulavam entre a ação jornalística e literária, fato que não podia ser diferente considerando a sua participação bastante engajada no movimento modernista. O jornal também se converteu em uma espécie de núcleo, no qual os membros das correntes nacionalistas do modernismo se reuniam.

Junto à atividade jornalística, a literária teve um papel fundamental na formação intelectual e política de Plínio Salgado. O nacionalismo teve um papel de destaque e tornou-se o “pilar central” do seu discurso, a partir da sua fase modernista, acompanhando-o em toda a sua vida: desde a AIB, nos anos de 1930 (tendo uma relação direta com a imprensa do movimento), perpassando o Partido de Representação Popular, nas décadas de 1940 e 1950 e princípio de 1960, até sua participação na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), nos anos 1960 e 1970.¹ Aliás, o nacionalismo pode ser considerado um ponto controverso da própria biografia de Salgado, devido ao caráter que o tema assumiu no seu pensamento e no integralismo. Alguns estudiosos do movimento literário o acusaram de ter desvirtuado o conceito nacionalista do modernismo, outros, por sua vez, simplesmente ignoraram sua participação no movimento literário, devido ao seu ativismo político. À parte deste debate, evidencia-se aqui a importância do nacionalismo no pensamento de Plínio Salgado. Como aponta Hélgio Trindade:

Constata-se que o nacionalismo dos anos 20 não é unidimensional. Partindo de uma atitude profundamente antiportuguesa, exalta as virtudes cívicas e militares e contém, finalmente, uma dimensão econômica e anti-imperialista. O importante é ressaltar que esse nacionalismo se constitui na atmosfera intelectual que vai modelar o pensamento do Chefe integralista. O nacionalismo cívico e econômico tornar-se-á com o integralismo, na década de 30, mais radical e a revolução modernista lhe acrescentará uma nova dimensão: a exaltação nacional pelo retorno às origens do povo brasileiro. (Trindade 1974, 33)

Sem entrar em uma análise profunda sobre as questões concernentes ao Movimento Modernista e, mais especificamente, à década de 1920, destaca-se apenas que a ação literária de Plínio Salgado dentro do modernismo teve um papel de grande destaque na construção do seu pensamento político. Em um primeiro momento, sua produção literária não obteve destaque dentro do cenário artístico brasileiro², mas com o *stablishment* do modernismo entre as artes brasileiras e a posterior divisão em duas correntes opostas – *Movimento Pau-Brasil*, encabeçado por Oswald de Andrade, e *Movimento Verde-Amarelo* ou *Escola da Anta*, liderado por Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia – a disputa entre a “esquerda” *Pau-Brasil* e a “direita” *Verde-Amarela* foi levando Salgado a produzir muito mais em um campo político do que estético-literário, tornando-o também conhecido dentro do cenário cultural e político do país.

Desta forma, o pensamento político de Plínio Salgado foi sendo moldado dentro de um viés nacionalista, ufanista e tendo o caráter religioso da personalidade do autor como uma força motriz. Isso o conduziu à candidatura e à eleição a deputado pelo Partido Republicano Paulista,

¹ Sobre a trajetória política de Plínio Salgado, ver Gonçalves 2017.

² Plínio Salgado inicia em 1919 a sua produção literária, com características de estéticas pré-modernistas, como o Parnasianismo. O seu primeiro livro de poesias, *Thabôr*, possuía um estilo marcadamente parnasiano (Salgado 1919).

em 1928. No entanto, sua intervenção no legislativo paulista não surtiu os “frutos” esperados, fazendo com que abandonasse o mandato e rompesse com o PRP, no início de 1930, por não concordar com o viés liberal-oligárquico do partido, que era contrário às ideias políticas que ele já vinha desenvolvendo.

Plínio Salgado parte para uma viagem para a Europa em 1930. É nesta viagem que tem a oportunidade de conhecer de perto o regime fascista na Itália (Gonçalves e Caldeira Neto 2020). Tal fato pode ser considerado um divisor de águas para sua vida política, visto que, a partir dessa experiência e da proximidade que percebe entre as suas ideias políticas e o regime de Mussolini, resolve fundar um movimento/partido fascista no Brasil no seu retorno. Ao chegar ao Brasil, cria o jornal *A Razão*, que foi o *locus* onde começou a desenvolver seu pensamento político, o qual, na ocasião, unia o nacionalismo ufanista da década de 1920, presente em suas obras literárias e ideias políticas, com a experiência fascista que vislumbrou na Europa. Posteriormente, em 1932 organiza a SEP, que dará origem a AIB. O movimento teve um destacado papel na política brasileira no período de vigência legal até 1937, quando foi extinta, como as demais agremiações políticas, com o Golpe do Estado Novo. Os “camisas-verdes”, como eram chamados os membros da AIB, ainda tentariam um fracassado golpe para derrubar Getúlio Vargas. Diante do fracasso, começaram as perseguições às lideranças do movimento. Plínio Salgado foi obrigado a exilar-se em Portugal, retornando ao Brasil apenas em 1946 (Gonçalves 2017).

A construção da imagem messiânica de Plínio Salgado

Em todo o movimento ou partido de orientação fascista o culto ao líder é um elemento central. É a figura do líder e seu culto que dá nexos ao próprio grupo. O líder é representado como a encarnação do próprio movimento/partido. Isso ocorre, dentre outros fatores, pelo fato de sua imagem garantir a unidade, além de trazer uma imagem de força para o movimento.

Nota-se que em todas as experiências fascistas que existiram no século XX, a morte daquele indivíduo que encarnava invariavelmente o regime levou tais partidos/governos ao enfraquecimento e/ou à dissolução. Pode-se pegar, por exemplo, as experiências da Europa com a Alemanha e a Itália durante a Segunda Guerra Mundial, em que as imagens de Adolf Hitler e Benito Mussolini eram as bases centrais da política fascista.

Outra característica que complementa a construção política do líder carismático no fascismo é o “fator local”. Este fator implica que características autóctones de cada sociedade são elementos centrais da base discursiva, ideologia e da construção da imagem do líder. Este elemento está intrinsecamente relacionado ao caráter nacionalista de cada regime fascista.

Em relação ao integralismo brasileiro, Plínio Salgado, criador da AIB, será esta liderança carismática, apresentada e cultuada pelos “camisas verdes” como o “Chefe Nacional”. A construção ideológica em torno da figura de Salgado centralizava (i) a estrutura patriarcal da sociedade brasileira, (ii) o imaginário cristão e católico e (iii) o “messianismo” vinculado à lógica do “salvador” da pátria³. Em outras palavras, Plínio Salgado construiu para si a imagem do redentor messiânico, imagem que possuía grande apelo na sociedade brasileira nas primeiras décadas da República.

O Brasil entre o início da República e 1940 era um país agrário e com um alto índice de analfabetismo⁴, o que fazia com que fosse uma região propícia para o desenvolvimento de movimentos messiânicos que levaram a conflitos como Canudos (1896-1897), liderado por Antônio Conselheiro (com 20.000 civis mortos); Contestado (1912-1016), liderado por José Maria de Santo Agostinho (com 8.000 civis mortos) e os Monges Barbudos (1935-1938), liderado por André Ferreira França.

O Brasil entre 1889 e 1940 – após o rompimento com um sistema político monárquico, que se estendeu desde a colonização portuguesa, iniciada em 1500, à sua Independência, com a existência de uma família Imperial (1822-1889) –, tinha uma sociedade propícia para um discurso político messiânico, devido a essa configuração política inicial e, sobretudo, à alta taxa de analfabetismo em uma sociedade rural e com uma fervorosa mentalidade cristã. É dentro desse contexto político, social e cultural, que Plínio Salgado e os militantes integralistas estruturam a sua ideologia.

Como católico fervoroso, Salgado vai dispor de sua crença religiosa para estruturar a sua política. O seu ideal de nação era baseada nos preceitos católicos. Além disso, defendia um nacionalismo alicerçado na “pureza” do brasileiro, que era o caboclo, representante da miscigenação entre o europeu, o indígena e o africano. Esse era o tipo ideal de brasileiro, o homem dos “sertões”. Como sertão, Salgado compreendia o interior do Brasil, isto é, os recônditos da cultura nacional, em oposição ao “litoral”, que recebia forte influência estrangeira⁵. A ideia de

³ Luiz Mário Ferreira Costa (2018) desenvolve o messianismo a partir do pensamento intelectual de Plínio Salgado, abordando, mais exatamente o mito de Dom Sebastião na obra *O Rei dos Reis e Mensagem ao Mundo Lusitana*, que data de 1945. Entretanto, pelo nosso recorte ser os anos de existência da Ação Integralista Brasileira (AIB), isto é, entre 1932 e 1937, e as fontes serem a imprensa produzida, a obra de Plínio Salgado em questão se encontra fora do recorte pretendido.

⁴ Em 1900 o Brasil possuía uma população de 17 milhões de habitantes, 91,6% vivendo no campo e com 65% de analfabetismo. Em 1940 o país possuía 41 milhões de habitantes, sendo que 73,1% vivia no campo e uma taxa de analfabetismo de 56,8%. Utilizamos o ano de 1940 como referência pelo fato de ser mais próximo ao nosso recorte e por não existir dados oficiais para a década de 1930 (IBGE 2006).

⁵ Sobre a discussão entre sertão e litoral, cf. Oliveira 2011.

nação, então, é baseada na sua noção de espiritualismo, que, para ele, se opõe ao materialismo. O espiritualismo seria a síntese entre a concepção judaico-cristã de sociedade que alicerçava a cultura brasileira e o caboclo, fruto da união das raças que construíram o Brasil. Já o materialismo representaria ideologias e estruturas econômicas exógenas, que precisavam ser combatidas: como o liberalismo e o comunismo.

Desta maneira, o nacionalismo do líder integralista tem como característica pungente também a xenofobia, com forte defesa não só do cristianismo, mas da cultura brasileira e do tipo brasileiro ideal. A construção de uma nação e uma identidade brasileira passava pela negação das ideias e dos modelos estrangeiros.

Considerando o ideal integralista de nação e o perfil⁶ do brasileiro do período, isto é, a alta taxa de analfabetismo e a incidência de movimentos messiânicos, o cristianismo talvez tenha sido uma das principais formas de aproximação do movimento com o povo em geral. Isto é, o apelo aos ideais cristãos e à construção de uma relação entre o líder do movimento com os símbolos e mitos cristãos foi fortemente veiculada nos discursos e no material de propaganda produzido pela AIB.

Sendo a maior e mais abrangente de seu período, a imprensa integralista⁷ vai investir em recursos gráficos para atingir com mais eficácia uma população pouco letrada. É, inclusive, através das imagens, principalmente, que são exploradas as relações entre os símbolos do movimento e os símbolos cristãos, como se pode ver abaixo nos exemplos retirados das *Anauê!*, principal revista do movimento, e que contava com circulação nacional.

⁶ Aqui nos referimos mais especificamente a um perfil médio de brasileiro: pertencente à cultura judaico-cristã e da baixa escolaridade.

⁷ A Ação Integralista Brasileira construiu uma grande rede de periódicos que se configurou como a “espinha dorsal” da difusão ideológica de seu movimento. A escolha não era ao acaso, pois a imprensa periódica era o principal meio de comunicação por excelência na época. O custo de produção de jornais e revistas era relativamente barato e podia ser “passado de mão em mão”. O rádio começava desde a década de 1920 a crescer, mas ainda não atingia a totalidade da população (Calabre 2002). Já a imprensa atingia a todas as regiões do país. Para se ter uma ideia de sua extensão, os integralistas criaram uma rede de 138 jornais e 5 revistas – sendo dois jornais e duas revistas de circulação nacional – em todas as unidades da Federação, inclusive no Amazonas, que tinha uma população bastante reduzida. A partir da imprensa, difundiam de forma unificada a sua ideologia em todo o país. Sobre a imprensa integralista ver.



Fig. 1: Revista *Anauê*, Rio de Janeiro, n° 9, 04/1936, p. 16.

Fig. 2: Revista *Anauê*, Rio de Janeiro, n° 14, 04/1937, p. 1.

Fig. 3: Revista *Anauê*, Rio de Janeiro, n° 22, 12/1937, p. 1.

As três imagens contêm uma relação entre os símbolos do movimento integralista e os símbolos cristãos. Na primeira, podemos observar a imagem de um integralista uniformizado, tendo a bandeira integralista com o Sigma (Σ)⁸, que tombou em combate em um campo, sendo amparado por uma mulher, possivelmente sua mãe ou esposa que olha para cima, a qual, por sua vez, é tocada/abençoada em sua fronte pela imagem de Jesus Cristo, que “desce” do céu, entre nuvens. Tal imagem sugere o quanto essa mulher e o homem integralistas são abençoados em sua luta e nas suas escolhas, mostrando a forte relação entre o integralismo e o cristianismo. Na ilustração, a imagem de Jesus está menos nítida, fato que permite inferir a figura etérea e sagrada de Cristo em contraposição à imagem mais marcada dos Integralistas, na terra. A partir da imagem, pode-se fazer também uma relação com a Pietá, pela construção da figura masculina, em sofrimento nos braços femininos, que a protege, mas que, em contrapartida não olha para o corpo masculino, as para o céu/Cristo.

A segunda imagem, por sua vez, remete a um anjo anunciador, que traz “as boas novas”: o anjo carrega o Sigma integralista, levando a luz que vem do alto/céu expulsando as trevas, que se encontram no mundo terreno, representado por cores escuras, pedras e objetos que se assemelham a corpos mortos. A partir dela, pode-se inferir como o integralismo é construído enquanto a salvação para os sofrimentos, uma salvação “divina”, visto que é enviado dos céus.

⁸ O Sigma é um símbolo da matemática que significa o somatório. Foi utilizado pelos integralistas como símbolo e representava a união da nação e das raças que compunham a sociedade brasileira (o branco europeu, o negro africano e o indígena autóctone).

Já na terceira imagem, temos a figura de um Papai Noel, que, ao retirar a sua roupa vermelha, encontra-se com uniforme integralista (camisa verde, gravata preta e o Sigma estampado no braço). O Papai Noel, construído dentro do imaginário das festas natalinas como o benfeitor, o que leva presentes às crianças, realiza os desejos, é representado, nela, como um integralista, estabelecendo não apenas a sua relação com o cristianismo, mas também com o sujeito “bom” para adultos e crianças. Esses exemplos mostram como os integralistas promoviam o sincretismo de sua ideologia com os símbolos cristãos (Cristo, anjo e Papai Noel).

Se a construção das relações entre símbolos cristãos e integralistas é uma das ferramentas ideológicas e de comunicação utilizadas pela imprensa, tal construção também se dará entre a vinculação da imagem messiânica de Plínio Salgado e a imagem de Cristo. Entretanto, percebe-se uma intertextualidade mais complexa, vinculando a imagem de Cristo por meio da representação do herói da República brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes⁹.

Como aponta Maria Alice Milliet (2001), a construção heroica de Tiradentes como um símbolo da luta pela Independência do Brasil foi um instrumento da República, objetivando a criação mítica de um herói de passado distante – período colonial – para suprir a necessidade da falta de heróis e atos heroicos durante a Proclamação da República. Essa concepção era necessária para garantir a legitimidade do regime republicano, que surgiu após o 15 de novembro de 1889, em forma de golpe de uma elite agrária, e não de uma revolta ou mobilização popular.

Logicamente, tal construção não se deu a partir de um simples resgate, mas da recriação e representação da imagem de Joaquim da Silva Xavier de forma cristianizada, fundindo-se com a figura de Jesus Cristo, como pode ser observada nas imagens:

⁹ O advento da República no Brasil não surgiu de um movimento popular espontâneo ou de uma revolução para a mudança de regime. Foi um movimento de elites que não viam mais seus interesses serem representados pela Família Real da Casa de Bragança. A “gota d’água” foi a abolição da escravatura. O 15 de Novembro não passou de um golpe de estado que colocava lado a lado os interesses de militares descontentes com as elites oligárquicas. Na ausência de “heróis” na Proclamação da República a “alternativa” foi a criação de um mito republicano. Por essa razão, um movimento visto como anti-monarquista do período colonial, a Inconfidência Mineira, foi “resgatado” e “reconstruído”. A única liderança que sofreu o martírio foi “alçada” à condição de herói nacional: Tiradentes. Sobre a Inconfidência Mineira ver: Furtado (2000); Maxwell (1978); Mota (1979). Sobre a Proclamação da República brasileira ver: Carvalho, (1990); Costa (1999); Mello (2007).



Fig. 4: *Tiradentes* de José Washt Rodrigues (1940), localização: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Fig. 5: *Martírio de Tiradentes* de Francisco Aurélio Melo de Figueiredo (1893), localização: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Fig. 6: *Tiradentes Esquartejado* de Pedro Américo (1893), localização: Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora.

José Washt Figueiredo, na sua obra “Tiradentes”, que data de 1940, retrata uma imagem de forma menos idealizada, apresentando o herói de forma mais “realista”, isto é, trazendo a premissa que Joaquim da Silva Xavier era militar (alferes) do exército colonial português. A obra representa o que seria Tiradentes, trajado em seu uniforme do exército, portando armas e insígnia, em um campo com montanhas, que remete à geografia das Minas Gerais.

Nas duas obras subsequentes, *Martírio de Tiradentes* (1893) e *Tiradentes Esquartejado* (1893), realizadas, respectivamente, por Francisco Aurélio Melo de Figueiredo e Pedro Américo, logo após o advento da República, trazem uma intertextualidade com o martírio de Jesus Cristo. Na obra de Francisco Aurélio de Melo Figueiredo, tem-se a imagem central de Tiradentes estilizado como Jesus Cristo – vestes, cor de pele, cabelo e barbas compridas – como se estivesse sendo crucificado – martírio pelo qual passam os heróis que tentam salvar o povo. Embora haja a figura da forca, sentença de morte de Tiradentes, o clérigo que segura um crucifixo e olha para o alto sugere a imagem da pena – crucificação. Ainda há, na imagem do quadro, à direita e de joelhos, como se estivesse, ao mesmo tempo, prestando reverência e chorando, um homem negro, de vestes mais simples. Tal imagem pode, por sugestão, representar o “povo” que Tiradentes livraria da opressão, caso tivesse conseguido tornar o Brasil independente: os negros escravizados nas Minas Gerais. Povo de que fazia parte. Em tal figura, claro, percebe-se uma construção de Tiradentes e do movimento da Inconfidência mineira diferente do que é analisado na historiografia.

Já na obra de Pedro Américo, há uma apresentação mais dramática do que foi a morte de Tiradentes. O quadro traz a força com seu o corpo esquartejado. No centro da força e no degrau superior, encontra-se a cabeça do herói, com um crucifixo ao lado. O torço de Tiradentes está deitado e sem roupas, com sua perna desmembrada, apenas envoltos em tecido, lembrando o corpo de Cristo. Os tecidos que envolvem a cabeça e o corpo de Tiradentes/Cristo são das cores branco e azul, isto é, das cores da casa de Bragança, o que remete à condenação de Tiradentes pela coroa portuguesa. O martírio de Tiradentes pode ser associado ao martírio de Cristo.

As imagens de Francisco Aurélio de Melo Figueiredo e Pedro Américo tiveram um grande impacto no imaginário social da população. A imagem de Tiradentes cristianizado e a sua repetição pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro conseguiram difundir o mito do herói republicano brasileiro e estabelecer no imaginário brasileiro a relação do herói com a figura cristã do salvador.

A partir de então, grupos distintos passaram a se apropriar dessa imagem ressignificada de Tiradentes. A AIB valeu-se amplamente da figura de Joaquim José da Silva Xavier, vinculando-o à figura do “Chefe Nacional” Plínio Salgado, que pretendia ser esse herói nacional.

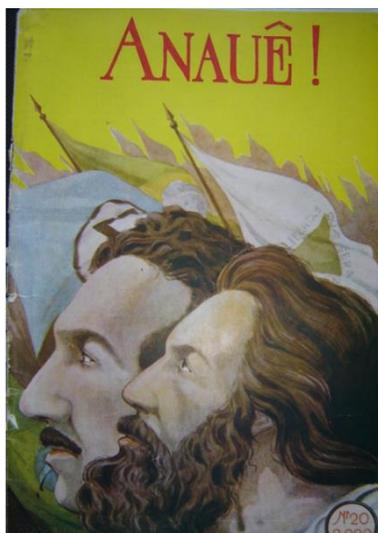


Fig. 7: Revista *Anauê!*, Rio de Janeiro, nº 20, 10/1937, p. 1.

A edição nº 20 da principal revista de propaganda da AIB, *Anauê!* (10/1937) traz estampada na capa uma imagem em que sobrepõe, maior e ao fundo, o rosto de Tiradentes ao de Plínio Salgado. Como fundo encontram-se bandeiras flamejantes, dentre as quais a do Brasil, ao centro, a integralista à esquerda, e a mineira, com o símbolo da Inconfidência, à direita. O quadro sugere, ainda, uma imagem de Tiradentes próxima ao Cristo Ocidental, de tez clara, barba e cabelos longos e castanhos. Tiradentes olha para o céu, consolidando a ideia de algo “divino”, e também de sonho/desejo, e Plínio olha para frente, adiante, numa relação entre o desejo/sonho e a realização

de um objetivo. Ou seja, a partir da imagem, pode-se inferir que Plínio Salgado e o integralismo seriam a continuidade da marcha pela liberdade e soberania nacional que teria sido iniciada por Tiradentes e pela Inconfidência Mineira.

No entanto, Plínio Salgado não se constrói apenas como a continuidade de Tiradentes em seu sonho de liberdade e soberania nacional, mas também como sua “reencarnação”. O *Jornal de Polícia*, órgão não oficial, mas vinculado a AIB, traz como manchete a construção dessa imagem de Plínio Salgado:



Fig. 8: *Jornal de Polícia*, Rio de Janeiro, nº 276, 10/1937, p. 1.

Além da chamada, há duas imagens, a de Plínio, à esquerda, de perfil, que olha para Tiradentes, à direita. Ambos são enquadrados no jornal como se olhassem, cruzando, nestes olhares, presente e passado, deixando clara a visão de Plínio Salgado “transfigurado” em Tiradentes e, no imaginário popular, vinculado à imagem de Jesus Cristo. A AIB seria o “instrumento divino” da “Emancipação Nacional”, ao ponto de Plínio Salgado ser uma reencarnação de Tiradentes para salvar a nação brasileira.

A vinculação da imagem de Salgado com a de Tiradentes não é ao acaso: possui uma função simbólica de criar a conexão entre o “mito fundador” da República no Brasil com o líder do movimento integralista, tratado na chamada como “Chefe do Sigma”. Logicamente, a representação de Tiradentes utilizada pelos integralistas não é a do Tiradentes “histórico” – alferes português como na pintura de José Washt Rodrigues –, mas a releitura cristianizada, que tinha grande impacto na sociedade brasileira da época.

Aqui retoma-se a questão do messianismo: no momento em que a Salgado é apresentado como a continuação e/ou a reencarnação de Tiradentes, percebe-se que os integralistas buscam para o movimento e para o culto ao seu líder máximo uma vinculação messiânica.

Na sociedade idealizada pela AIB, Plínio Salgado era o líder imbuído da providência divina para salvar a nação e seus valores sociais, culturais e morais contra aquilo que consideravam como nocivo e deletério ao Brasil – o comunismo, o liberalismo, as sociedades secretas, o capital especulativo internacional, e, em algumas correntes do movimento, o judaísmo. De acordo com Luiz Mário Ferreira Costa, Plínio Salgado “descrevia sua própria trajetória como uma espécie de missão especial na Terra, sustentada pelo nobre objetivo de reconstruir o homem à imagem de Jesus Cristo” (2018, 76).

Salgado vai se construir e se representar como o “escolhido” para essa grande missão providencial. Para isso, a construção doutrinária do movimento integralista colocava-o como o centro discursivo do movimento: é a imagem, a voz e o pensamento do Chefe Nacional, o “escolhido”, sendo veiculados de forma radical em toda a rede de imprensa organizada pela AIB. Todos os militantes reconheciam Salgado como seu líder. Todos militantes deveriam ter fotos do líder em casa¹⁰, o que se inscreve como a característica de culto ao líder do movimento fascista em questão.

É a partir da relação entre os símbolos cristãos e os símbolos do movimento e da associação entre a imagem de Tiradentes e de Plínio Salgado que foi sendo construída essa representação messiânica, o que se deve, sobretudo, à sua grande repetição e veiculação nos órgãos oficiais e extraoficiais integralistas, cujas estratégias serão vistas mais adiante.



Fig. 9: Jornal *Anauê!*, Belo Horizonte, nº 6, 20/05/1935, p. 1.



Fig. 10: Jornal *Província da Guanabara*, Rio de Janeiro, nº 5, 13/06/1937, p. 1.



Fig. 11: Jornal *Revolução*, Porto Alegre, 29 de maio de 1937, nº 45, p. 1.

¹⁰ *Anauê!*, principal revista de circulação nacional integralista, em seu quarto número, trouxe uma fotografia destacável de Plínio, como encarte, para que os integralistas a emoldurassem e colocassem em suas residências.

Um dos elementos mais explícitos quando se analisa a imprensa integralista é o protagonismo de Plínio Salgado como centro da construção ideológica. Isto não se deu num sentido figurado, mas literal. A imagem do “Chefe Nacional” estava sempre em destaque nas capas de jornais e revistas da AIB, de modo a construir o culto à sua figura como líder, Chefe do movimento, de uma “grande família nacional” e “salvador”, como pode ser conferido abaixo:

A repetição constante da imagem de Plínio Salgado tinha a função de garantir a sua aceitação por parte dos membros da AIB, além de manter a unidade em torno do “Chefe Nacional”. Da mesma forma, era difundida a ideia de que Plínio Salgado e integralismo são indissociáveis. O Chefe sempre aparecia com o uniforme do movimento, com olhar austero e fixo, mostrando a seriedade e firmeza em sua postura e suas atitudes. Embora houvesse outros intelectuais de destaque dentro da AIB, como Gustavo Barroso e Miguel Reale, nos periódicos não costumavam aparecer em edições consecutivas. O único intelectual amplamente difundido e com repetição é Plínio Salgado. Isto denota claramente a estratégia de que Salgado era o centro discursivo e nenhum outro membro poderia fazer frente a ele. Ele era o líder que conectava todos pela sua figura de “Chefe Nacional”, que também pode ser entendida como uma espécie de pai de um projeto nacional, de uma grande família, responsável por todos e todas no movimento. Assim, não só estampava os jornais e revistas, como era o centro das fotografias também em grupo e família:

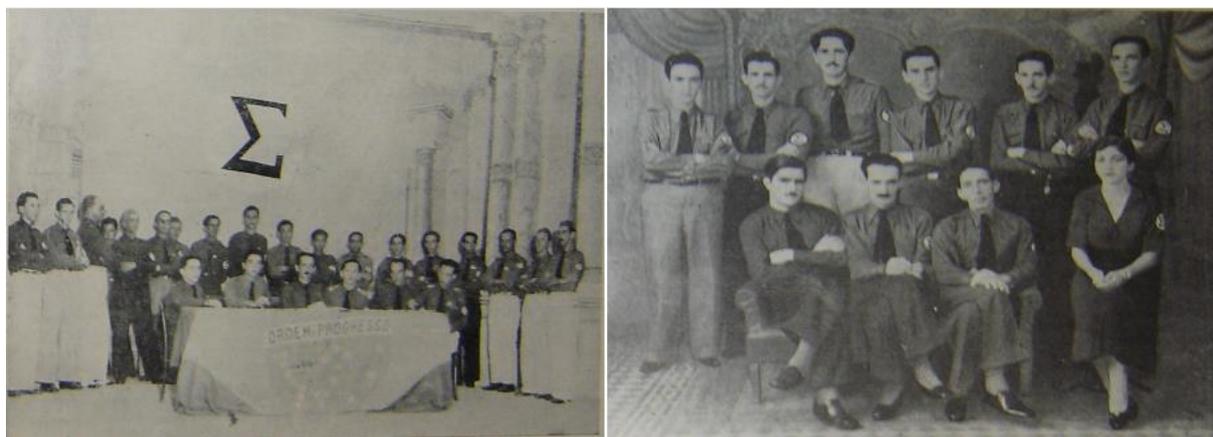


Fig. 12: Revista *Anauê*, Rio de Janeiro, nº 8, 03/1936, p. 11.

Fig. 13: Revista *Anauê*, Rio de Janeiro, nº 10, 05/1936, p. 9.

Ou em ilustrações, as quais chamam a atenção para a representação do Chefe como Cristo:

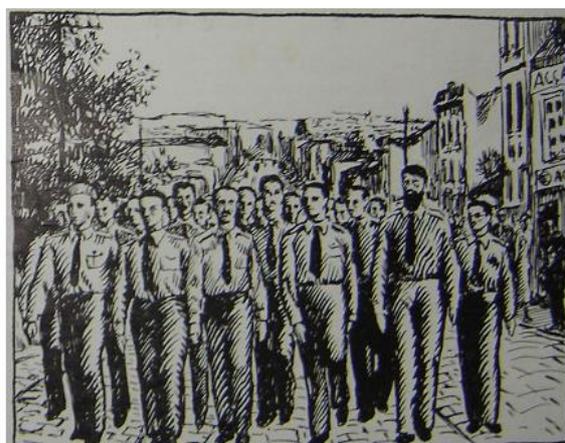


Fig. 14: Revista *Anauê*, Rio de Janeiro, nº 13, 03/1937, p. 4

Fig. 15: Revista *Anauê*, Rio de Janeiro, nº 13, 03/1937, p. 5.

Na primeira ilustração, tem-se Salgado numa mesa, ao centro, como Jesus Cristo na Última Ceia. Ademais, há um pendente que desce do teto, com uma lâmpada, que forma um raio de luz sobre sua cabeça, sugerindo a iluminação – divina do líder. Na mesa, ele é acompanhado por outros integralistas e por uma plateia, de costas para imagem da mesa, que, supostamente, estava ali para ouvi-lo. Na segunda ilustração, o líder é colocado à frente e guia um grupo de homens integralistas por uma rua, representando, no imaginário, este guia/pai/líder, que também pode relacionar-se a uma imagem cristã. A imagem foi amplamente utilizada pela imprensa integralista, visto que as representações pictográficas eram um recurso extremamente eficiente para a conquista de “corações e mentes” em um país com aproximadamente 60% de analfabetismo. Assim, mesmo cidadãos e cidadãs que não sabiam ler, conseguiam visualizar Plínio Salgado como o centro do integralismo.

Apontamentos finais

A Ação Integralista Brasileira foi um dos movimentos políticos mais importantes do Brasil no século XX. Embora seu tempo de existência legal tenha sido curto (1932-1937), a sua matriz se encontra já na produção jornalística e literária de Plínio Salgado, em finais da década de 1910, que se consolida com a sua visão nacionalista, desenvolvida a partir do Movimento Modernista e de sua vertente “Verde-amarelo”. Foi a sua concepção de nacionalismo a partir da valorização do tipo brasileiro do caboclo, da cultura nacional, do “sertão” brasileiro enquanto lócus do homem e da cultura, apartado das influências estrangeiras, contando, ainda, com a sua crença cristã, que faz com que Plínio Salgado se identifique como o “escolhido” para guiar o povo brasileiro rumo à liberdade.

Em um país com predominância cristã, com fortes movimentos messiânicos e com uma alta taxa de analfabetismo, e que ainda passava por crises econômicas e políticas, a imprensa da

AIB, dirigida por Salgado, construiu não só a relação simbólica entre o cristianismo e o integralismo, como a representação messiânica de Plínio Salgado a partir da relação entre a sua imagem e a do herói republicano Tiradentes. Entretanto, o Tiradentes republicano também é representado enquanto um mártir, um “Cristo”, o que permite a construção de uma tríade nessa relação: Cristo – Tiradentes – o “Chefe Nacional” (Plínio).

Desta forma, foi como “reencarnação” de Tiradentes ou enquanto um salvador (da Pátria brasileira e de seu povo de forças obscuras – liberalismo, socialismo, etc.) que Plínio Salgado se apresentou. E, para essa construção, o recurso imagético e a extensão da imprensa integralista tiveram um importante papel, o que pode ser comprovado pelo fato de o movimento ter alcançado milhares¹¹ de seguidores no seu curto período de ação, e ter sido o primeiro partido de massa organizado nacionalmente, com liberdade de ação em todo o país.¹² Foi como o grande “esperado” que Plínio era recebido nos lares integralistas brasileiros, alimentando o imaginário messiânico da população seguidora.

Referências bibliográficas

- Calabre, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Calil, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
- Cavalari, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil(1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
- Costa, Luiz Mário Ferreira. *Os “intelectuais-heróis”: uma história transnacional luso-brasileira*. Curitiba: CRV, 2018. <https://doi.org/10.24824/978854442599.2>
- Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- Furtado, João Pinto. “Inconfidência mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia”. Tese de Doutorado em História, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.
- Gonçalves, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- Gonçalves, Leandro Pereira, e Odilon Caldeira Neto. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

¹¹ Sobre o número de militantes integralistas, conferir Gonçalves e Oliveira 2016.

¹² O primeiro partido com organização nacional foi o Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Contudo, devido à repressão estatal, teve poucos meses de existência legal antes de ser cassado. Entre 1922 e 1945 agiu na clandestinidade. Em 1945, devido aos acordos entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi permitido o registro do partido, sendo caçado novamente em 1947. Depois desse interregno, apenas após o final da ditadura civil militar em 1985 pôde ter registro e agir na legalidade, já em 1985.

Gonçalves, Leandro Pereira, e Alexandre Luís de. Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil: vivendo na ilusão com os verdadeiros números do integralismo. O PRP como resposta à nova realidade do Brasil. *História e Cultura*, 5, (2016): 155-174.
<https://doi.org/10.18223/hiscult.v5i3.2002>

Maxwell, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Mello, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, EDUR, 2007.

Milliet, Maria Alice. *Tiradentes: o Corpo do Herói*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Mota, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

Oliveira, Rodrigo Santos de. *História da imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. São Paulo: LiberArs, 2019.

Oliveira, Rodrigo Santos de. *O inimigo mortal do sigma: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira*. Rio Grande: Pluscom, 2011.

Salgado, Plínio. *O esperado*. 5. ed. São Paulo: Voz do oeste, 1981.

Salgado, Plínio. *Thabôr: poemas*. São Paulo: Seção de obras de “O Estado de S. Paulo”, 1919.

Trindade, Hélió. *Integralismo. O fascismo brasileiro da década de 30*. Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1974.

Recebido: 05 de abril de 2021
Aprovado: 07 de julho de 2021

Prováveis futuros desajustados: a repressão política a oficiais intermediários e subalternos da Marinha do Brasil após o golpe de 1964*

Probable future misfits: the political repression to the intermediate and subordinate officers of the Brazilian Navy after the 1964' coup

Futuros probables inadaptados: represión política de oficiales intermedios y subordinados de la Armada brasileña después del golpe de 1964

*Cláudio Beserra de Vasconcelos***

<https://orcid.org/0000-0002-3907-7158>

RESUMO: O artigo analisa a lógica da política repressiva aplicada a oficiais intermediários e subalternos da Marinha do Brasil após o golpe de 1964. O objetivo é demonstrar que a repressão que atingiu esse grupo que pouco participou dos conflitos políticos do período tem relação com a inserção administrativa num círculo comandado por oficiais nacionalistas partícipes do processo de disputa político-ideológica intensificado desde fins dos anos 1940.

Palavras-chave: Ditadura empresarial-militar. Repressão política. Militares cassados.

ABSTRACT: The paper analyzes the logic of the repressive policy applied to the intermediate and subordinate officers of the Brazilian Navy after the 1964' coup. The objective is to demonstrate that the repression that reached this group that had little participation in the political conflicts of the period is related to the administrative insertion in a circle commanded for nationalist officers participants in the political-ideological dispute intensified since the ends of the 1940s.

Keywords: Entrepreneurial-military dictatorship. Political repression. Banished soldiers.

* A pesquisa da qual resultou o presente artigo contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Doutor em História pelo PPGHIS/UFRJ; autor da obra *Repressão a militares na ditadura pós-1964*, publicada pelo Arquivo Nacional (Prêmio Memórias Reveladas), no ano de 2018; e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEMP/UFRJ) e do Laboratório de Economia e História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEHI/UFRRJ). Atualmente, atua como professor ligado à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). E-mail: cb.vasconcelos@yahoo.com.br.

RESUMEN: El artículo analiza la lógica de la política represiva aplicada a los oficiales intermedios y subordinados de la Armada brasileña después del golpe de estado de 1964. El objetivo es demostrar que la represión que afectó a este grupo, que tuvo poca participación en los conflictos políticos del período, está relacionada con la inserción administrativa en un círculo dirigido por oficiales nacionalistas que participaron en el proceso de disputa político-ideológica intensificado desde finales de la década de 1940.

Palabras clave: Dictadura empresarial-militar. Represión política. Militares inhabilitados.

Como citar este artigo:

Vasconcelos, Cláudio Beserra de. “Prováveis futuros desajustados: a repressão política a oficiais intermediários e subalternos da Marinha do Brasil após o golpe de 1964”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 307-338.

Desde os anos 1990, o número de estudos sobre o golpe de 1964 e a ditadura instaurada logo a seguir cresce. Tal movimento foi ainda mais notável quando dos aniversários de 40 e 50 anos do golpe. Os temas abordados são diversos. Especificamente, pesquisas sobre a repressão tendem a buscar o entendimento sobre o aparato repressivo na caracterização dos acervos, nas conexões internacionais – especialmente com as ditaduras sul-americanas – e nas memórias. As análises quanto aos militares cassados são mais raras e/ou menos detidas, e tendem a focar nos casos dos oficiais gerais e superiores¹ e sobre as praças militares.² Aos oficiais de patentes inferiores, pouca atenção é dada. O objetivo deste artigo é justamente atentar para esse grupo que, hierarquicamente situado na zona média entre as mais altas e as mais baixas patentes, acabou pouco referenciado na historiografia sobre a repressão que atingiu os militares após o golpe. Homens, em muitos casos, com não muito tempo de caserna, nos idos de 1964, e que pouco ou nada participaram dos conflitos políticos dos anos anteriores. A pergunta que guia a análise é: por qual razão eles foram cassados?

Contudo, a comparativamente menor quantidade de dados sobre as frações intermediárias e subalternas do oficialato dificulta a reconstituição dos seus passados políticos. Mas, seguindo o exemplo de Ginzburg (1987, 27), há a crença de que a trajetória de alguns poucos indivíduos

¹ Para obras de perfil mais amplo, mas que fazem referências às cassações de militares, ver: Alves (1984); Carvalho (2005, 102-117); e Figueiredo (1978, 105-202).

² Com relação às praças militares, os trabalhos de Liseane Morosini (1998), Flávio Luís Rodrigues (2004), Paulo Parucker (2009) e Anderson Almeida (2012), ainda que não tenham a repressão como centro da análise, ajudam a cobrir tal lacuna historiográfica.

também pode apresentar um valor metodológico, permitindo e/ou auxiliando na articulação e na compreensão de um quadro mais geral, relativo a questões políticas no seu sentido mais amplo.

Não há a pretensão de contestar a validade das pesquisas quantitativas, apenas frisar que muitas vezes são as análises particularizadas, qualitativas, que nos mostram indícios reveladores de um fenômeno maior, que os números são incapazes de denotar. Permitem generalizar conclusões, denunciam conexões que os dados numéricos, muitas vezes, se não negam, escondem. Como afirmou Ginzburg (1990, 177), a ideia de totalidade não deve ser abandonada, pelo contrário, em meio a uma realidade opaca, sinais, indícios podem nos permitir decifrá-la. Num tal panorama, não busco, com os exemplos em destaque, sintetizar a política repressiva aplicada a toda a oficialidade intermediária e subalterna, até mesmo porque ela teve múltiplas faces. Creio apenas que a especificidade desses casos ajuda a refletir sobre o conjunto da prática repressiva e a revelar o que eles têm de singular e de homogêneo em relação a uma política maior.

Tomando esse raciocínio por pressuposto, a análise partirá de um diálogo constante entre o que há de individual nestas cassações, o quadro mais geral da prática punitiva e o contexto em que ela se desenvolveu. Sua lógica, por mais que se mostre ímpar, não pode ser entendida apenas através do que lhe é específico, mas a partir da percepção de que deslocamentos particulares, na verdade, são fios de uma trama que interliga a política repressiva em seu aspecto mais geral. O suposto afastamento com relação ao padrão se revela, ao fim, um caminho alternativo cujo objetivo é chegar a um mesmo resultado: eliminar todos os obstáculos, reais ou presumíveis, ao projeto político-econômico que começava a ser posto em prática com o golpe e a instauração da ditadura empresarial-militar. Mas, optar por essa conceituação, significa adentrar em um debate historiográfico bastante vivo na atualidade.³

Não existe um consenso quanto às razões do golpe, desenvolvimento e classificação do regime. Alguns analistas, mesmo com particularidades e divergências entre si, comungam da percepção de que o golpe foi uma resposta à crise do período 1961-1964, ao processo em curso sob o governo Goulart e às crescentes pressões produzidas pelos trabalhadores, e sustentam a tese de ausência de um projeto elaborado no pré-1964 com vistas à transformação do sistema político.⁴

³ Vários autores têm se esforçado por apresentar uma panorâmica desse debate. Cabe destaque ao denso quadro crítico elaborado por Demian Melo (2014a, 157-188).

⁴ Não há, no presente artigo, espaço para um desenvolvimento adequado desse quadro. É possível, porém, de modo breve, salientar que Figueiredo (1993) e Ferreira (2003), por exemplo, centram atenção sobre a radicalização dos atores políticos, em especial da esquerda, durante o governo João Goulart, e findam por concluir que o golpe resultou da opção da esquerda pela estratégia do confronto. Villa (2014) opta pela desqualificação pessoal de João Goulart, acusando-o de “incompetente” e “golpista”, e sustenta que o que ocorreu em 1964 foi um “contragolpe preventivo”. Gaspari (2002) sustenta a mesma tese de golpismo de Goulart e, radicalizando as teses de Figueiredo e destacando o papel dos militares, entende o golpe e os caminhos da ditadura como resultado de ações individuais e contingências factuais. D’Araújo, Soares e Castro (1994), contrapondo as análises acadêmicas aos depoimentos dos militares,

Carlos Fico (2000), por sua vez, embora reconheça a existência de planos de ação e de um processo de sistematização de uma doutrina anteriores ao golpe, sustenta que eles tiveram uma importância relativamente pequena quando da implantação de políticas efetivas durante os governos militares. Assim como Marcos Napolitano (2014), em outro texto, Fico (2017) percebe o golpe como resultado de uma ampla coalização “civil-militar”, mas mantém a caracterização como “militar” para a situação construída a partir de 1964, face à proeminência dos militares na efetiva direção do país e no controle das armas. Napolitano, embora enfatize o caráter autoritário desde o primeiro momento, opta por definir como “regime militar”, enquanto Fico usa “ditadura militar”. Contudo, é o termo “civil-militar” que tem sido usado em maior medida, tanto pelos analistas quanto por movimentos sociais, como definidor do golpe de 1964 e da ditadura que seguiu a ele. O principal expoente dessa corrente interpretativa é Daniel Aarão Reis Filho (2014). Para esse autor, a ditadura foi uma construção histórico-social da sociedade brasileira. Embora em vários momentos apareça complementada por expressões como “parte”, via de regra, a menção à sociedade brasileira aparece de forma bastante generalista na análise de Reis Filho. Isto resulta na identificação simplista do elemento “civil” com “toda” a sociedade brasileira. Como resultado, “civil-militar” apresenta-se como um termo muito vago que não define quem foi que ganhou, e a quem a ditadura serviu. Lacuna que a definição do golpe e do regime como “empresarial-militar”, cunhada pioneiramente por René Dreifuss (1981), visa justamente cobrir, ao focar nos elementos definidores do conteúdo social do regime político.

Publicado em 1981, o livro de Dreifuss, originário de sua tese de PhD na Universidade de Glasgow, cujo título original é *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*,⁵ sustenta o papel central do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da coalizão golpista que derrubou João Goulart e assumiu o poder em 1964. De acordo com a visão do autor, o IPES teria organizado os interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado, conformando, após a chegada desse grupo ao poder, a mencionada “ordem empresarial” (“*entrepreneurial order*”). Sobressai da interpretação do autor a existência de um projeto de classe, inerente tanto ao golpe quanto ao regime ditatorial. Por conseguinte, o que teria ocorrido em 1964 e ao longo da ditadura foi a colaboração de uma parcela da sociedade brasileira e não da sociedade de modo genérico e amplo. Como salientam Demian Melo e Rejane Hoeveler,

Os “civis” a que Dreifuss se refere, ao longo de toda obra, têm nome, endereço e interesse concreto: são empresários, tecnoempresários, ou “dublês” de empresários que representavam determinados

percebem o golpe como resultado de ações dispersas e embaladas pelo clima de inquietação e incerteza que havia invadido a corporação e sustentam que não havia um projeto de governo entre os vencedores, e que o golpe teria sido contra algo e não a favor de algo.

⁵ Em tradução livre: *Estado, classe e elite orgânica: a formação da ordem empresarial no Brasil, 1961-1965*.

projetos inscritos numa sociedade dividida em classes, num determinado momento histórico do capitalismo brasileiro, e não entre “militares” e “civis” (entendidos apenas como os indivíduos “não-militares”) tal como na aceção da própria visão militar da sociedade (Melo e Hoeveler 2014, 28).

Nesse sentido, mesmo quando Dreifuss também usa o termo “civil-militar”, ele apresenta uma consistência, pois se refere a um sentido de classe do golpe, identificando socialmente os civis e ressaltando a participação da burguesia na conjuntura de 1964 e na condução da ditadura. Isso não o faz, no entanto, apresentar os militares como instrumentos manipulados por determinada elite civil, mas como parte de uma coligação golpista. Como sintetiza Renato Lemos (2012), seguindo a interpretação de Dreifuss, o golpe e a ditadura podem ser caracterizados como “uma operação política de uma parte da sociedade – que incluía civis e militares – contra outra – que, igualmente, envolvia civis e militares”. Por outro lado, o fato de generais do Exército terem sempre ocupado o cargo de presidente da República durante todo o período ditatorial não pode obliterar o caráter de classe do regime.

O grupo formado pelo IPES em parceria com a Escola Superior de Guerra (ESG) possuía um programa de Estado, e, analisando o governo do general Castello Branco (1964-1967), Dreifuss demonstra, através da composição ministerial e dos projetos aplicados, como a elite orgânica desse grupo atingiu os mais altos postos do regime e como projetos por ela delineados foram implementados durante esse governo. Isso leva Dreifuss a caracterizar o regime ditatorial como exercício de poder de uma fração de classe – a dita conformação da ordem empresarial –, da qual as Forças Armadas eram elemento importante.

Adotada já há algum tempo por um segmento do campo historiográfico,⁶ a conceituação como “empresarial-militar”, ainda que possa ser alvo de críticas – assim como as outras –, nos parece a que mais se aproxima da definição do sentido social e político do golpe e da ditadura. Por entender tanto o golpe como a ditadura como resultado de um processo de disputa político-ideológico intensificado no pós-Segunda Guerra Mundial, período durante o qual, foi gestado um projeto de transformação do Estado brasileiro que, em linhas gerais, sofrendo adaptações em função da dinâmica conjuntural, foi implementado após a tomada de poder, e a repressão política, de forma ampla, com parte integrante e fundamental para a instauração da nova ordem liderada pela fração mais internacionalizada da classe capitalista nacional, o presente artigo seguirá por essa linha interpretativa que assume a conceituação de “empresarial-militar” para o golpe e a ditadura.

⁶ Uma visão geral das perspectivas historiográficas de alguns desses autores pode ser extraída do texto coletivo presente no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. (Melo et al. 2014, 313-340).

O recurso usado é a análise de inquéritos policial-militares (IPMs)⁷ aos quais oficiais intermediários e subalternos responderam para, através de uma comparação da trajetória político-militar desses homens no imediato pré-golpe, e destas com as de outros militares (em geral, oficiais superiores e generais) punidos, apresentar dados que propiciem novas explicações ou reafirmem hipóteses relativas às cassações de militares após o golpe.

Em complemento, saliento que, por buscar elementos comuns nas trajetórias dos militares, adotarei uma abordagem prosopográfica dos dados, pelo que ela permite compreender sobre um grupo de indivíduos a partir do estudo coletivo de suas vidas e sobre os embates entre grupos ideologicamente distintos que lutavam tanto pelo poder institucional quanto pelo poder político. Por conseguinte, confrontando as primeiras ilações com os elementos conjunturais, buscar entender em que essas disputas se relacionam com o processo repressivo desencadeado após o golpe de 1964.⁸

Os “elementos esquerdistas”

O entendimento de que a repressão política foi parte indispensável da instauração da nova ordem e que esta foi liderada pela fração mais internacionalizada da classe capitalista nacional nos remete à perspectiva de que há uma conexão entre o quadro mais geral da prática punitiva e o contexto de inserção do Brasil no processo internacional de desenvolvimento capitalista típico daquele período histórico: a expansão monopolista.⁹

É preciso atentarmos, como observa Florestan Fernandes (2006, 341-343), que, no que se refere às especificidades desse processo em países periféricos, o tipo adotado seria o de manutenção da dependência, da expropriação capitalista externa e de um subdesenvolvimento relativo. Isso não significava ignorar os anseios da burguesia local. Fernandes sustenta que, naquele momento, o mundo não vivia mais uma fase de burguesias conquistadoras, mas de “manutenção” e

⁷ Temos ciência de que os trâmites dos IPMs fugiam às normas processuais do direito e que as narrativas presentes nos depoimentos e nas peças de acusação silenciam, selecionam e reelaboram eventos, ações, como ocorre em qualquer outra construção memorialista. Além disso, percebe-se que as imputações são, muitas vezes, desprovidas de uma base de comprovação. Apesar desses “vícios” e limites, os relatos e as acusações apresentam a exposição detalhada do suposto “crime”, com todas as suas circunstâncias, e as convicções ou presunções da delinquência. Revelam, pois, preocupações significativamente presentes no interior das FFAA, em particular, e do regime ditatorial, de modo geral. Essas questões que causavam inquietações são o foco de nosso interesse.

⁸ Cf. Charle (2006, 41-53) e Stone (2011, 115-137).

⁹ Em face desse entendimento, o presente artigo dialoga com a perspectiva de autores como o já citado René Dreifuss, Florestan Fernandes (2006), Fernando Henrique Cardoso (1977) e Guillermo O'Donnell (1986). Embora existam divergências entre si, as análises desses autores comungam da tese de que a ditadura tem suas raízes na necessidade de inserção do Brasil na fase de desenvolvimento capitalista característica daquela quadra histórica. Tal opção analítica não reflete um desmerecimento com relação às contribuições da literatura mais recente sobre o golpe e a ditadura. Contudo, não necessariamente um trabalho mais novo é melhor ou mais sofisticado que aqueles que o precederam, considerados clássicos. No que se refere ao entendimento do processo político-econômico que culmina com o golpe, julgamos que seja esse o caso.

“fortalecimento” da dominação de classe, que exigia a compatibilização dos interesses do capital internacional com os da burguesia nacional. Por conseguinte, como bem destacou Fernando Henrique Cardoso (1977, 194-197), no novo estágio do processo de expansão, os investimentos capitalistas não abandonaram a tentativa de controle direto sobre determinados setores da economia, no entanto, passaram a aceitar, algumas vezes, a participação do capital local (privado e estatal) em suas empresas. Esse processo, porém, exacerbou os conflitos sociais, o que pôs em risco o poder burguês. Tais ameaças precisaram ser suprimidas.

Esse projeto de “saneamento” político gestado no interior da ESG,¹⁰ aprimorado com os preceitos da doutrina de guerra revolucionária (DGR),¹¹ tinha a pretensão de eliminar da vida política e militar todo e qualquer óbice ou antagonismo real ou potencial ao regime ditatorial e ao projeto de desenvolvimento proposto pela fração burguesa ligada ao capital multinacional e associado. Mas tais atos precisavam estar fundamentados em normas jurídicas democrático-liberais. Isso se justifica primeiro porque as cassações implicavam custos que poderiam levar a um questionamento quanto à legitimidade do próprio regime ditatorial, comprometendo o processo de dominação. Como sustenta o filósofo grego Nicos Poulantzas (1980, 99), nos Estados contemporâneos a legitimidade desloca-se em direção à legalidade, instância impessoal e abstrata. Devido a isso, a lei, graças ao seu caráter abstrato, formal e geral, se torna o dispositivo mais apto a preencher a função ideológica de cimentar a unidade de uma formação social, sob a égide da classe dominante. Em segundo lugar, de acordo com as premissas da DGR, a legislação vigente não estaria adaptada à luta contra as ações subversivas. Para o coronel Augusto Fragoso, ela limitaria a opção de técnicas e de meios legais que as autoridades responsáveis da polícia poderiam aplicar. Como solução, ainda em 1959, na palestra que introduz os estudos sobre a DGR na ESG, Fragoso afirmou:

Urge, pois, que se disponha, para combater a subversão, para enfrentar a guerra revolucionária, desde o seu período clandestino, de uma legislação adequada. Não se pode manter, em relação ao militante da guerra revolucionária, o respeito das liberdades individuais asseguradas aos demais cidadãos e as medidas de proteção que beneficiam, na ação judiciária, os delinquentes do direito comum (Fragoso 1959, 23).

¹⁰ Os estudos elaborados na ESG, ao longo dos anos 1950 e 1960, tomavam por base a premissa de que um alto índice de desenvolvimento era condição necessária à consecução da segurança nacional e que ele não se encontrava estagnado, mas retardado por motivos removíveis. Esses obstáculos poderiam ser de toda ordem, até políticos. Ao longo do tempo, o saneamento das próprias FFAA foi apresentado como tal.

¹¹ Originária das meditações sobre a derrota francesa na Indochina e a eclosão da rebelião na Argélia, a doutrina de guerra revolucionária procurava apresentar soluções para um novo tipo de embate com o comunismo, aquele no qual não haveria distinções entre os meios militares e os meios civis e onde prevaleceria a combinação entre política, ideologia e operações bélicas. De acordo com a DGR, a democracia não possuía os meios necessários para combater essa ameaça. (Martins Filho 2008, 39-50).

Ao atestar a inadequação da legislação vigente, Fragoso demonstrava sua insatisfação com a democracia, vista como incapaz de fornecer as bases para a transformação social, e, com relação ao combate à guerra revolucionária comunista, tentava justificar a necessidade de se preparar uma ação contrarrevolucionária que contemplasse elementos restritivos das liberdades dos indivíduos como meio de viabilização da segurança nacional.

Devido a esse entendimento, a ditadura empresarial-militar instaurada em 1964 procurou embasar seus atos em normas expressas e, ao menos, retoricamente compatíveis com as exigências da sociedade, inclusive os destinados a afastar os “inimigos internos”. E como, de acordo com a DGR, todos eram possíveis “inimigos internos” e poderiam estar em todo lugar (Martins Filho 2008, 42), foi posta em prática uma política de neutralização de todos os óbices, reais ou potenciais, ao sistema que se começava a implantar. Como para os “obstáculos” contra os quais não havia necessariamente uma acusação formal, os meios existentes mostravam-se insuficientes. Era indispensável adaptá-los a essa realidade.

Portanto, havia a crença de que o combate à subversão interna dependia de limitações das normas democráticas e de uma adequação da legislação. Aquela oriunda da situação anterior ao golpe não fornecia o arcabouço jurídico necessário ao desejado processo de saneamento político do país.¹²

O novo regime esmerou-se, então, em criar um conjunto de leis que permitisse executar o processo de limpeza. Entre outros, com esse objetivo, no dia 9 de abril de 1964, o autointitulado Comando Supremo da Revolução, primeiro, editou o ato institucional posteriormente conhecido como AI-1. Esse documento, investido da missão de “drenar o bolsão comunista”, que afirmava ter se infiltrado na cúpula do governo, em seu artigo 7.º, parágrafo 1.º, suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos dos três níveis da federação e permitia, “mediante investigação sumária”, que fossem demitidos, dispensados, aposentados, transferidos para a reserva, reformados ou colocados em disponibilidade.¹³ Em complemento, no dia 14 do mesmo mês, fez publicar o ato n. 9¹⁴ e a portaria n. 1,¹⁵ que procuravam, respectivamente, regulamentar o seguimento dos processos e inquéritos derivados das citadas investigações e determinar a instauração de IPM para apurar as

¹² Traçando um comparativo entre os casos do Brasil, Chile e Argentina, Anthony W. Pereira (2010) busca entender a judicialização da repressão e como essa estratégia foi importante na modelagem das relações Estado-sociedade. O foco é o tratamento dado nos tribunais aos opositores do regime. Embora dialogue com essa questão, o presente artigo tem por objeto não a judicialização da repressão, mas os militares atingidos por ela.

¹³ Brasil. Ato institucional, de 9 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 1964, Seção 1, p. 3.193.

¹⁴ Brasil. Ato do Comando Supremo da Revolução n. 9, de 14 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 abr. 1964, Seção 1, p. 3.314.

¹⁵ Brasil. Portaria n. 1, de 14 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 abr. 1964, Seção 1, p. 3.313.

responsabilidades daqueles suspeitos de desenvolverem crimes militares e crimes contra o Estado e a ordem política e social.

Salientado a proeminência do ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, nos primeiros momentos do novo regime, Carlos Fico (2001, 35-36) afirma que este nascia sobre o influxo da linha-dura. Para o autor, os militares exaltados teriam se unido em torno da liderança de Costa e Silva e defendido a “operação limpeza”, que mirava áreas específicas e sensíveis de possível oposição política, econômica, militar e psicossocial (Alves 1984, 56-71), iniciativa compatível com os preceitos da DGR, segundo a qual, como dito, todos são “inimigos internos” em potencial e, como tal, precisam ser vigiados, controlados e, se for o caso, eliminados. Por essa ótica, as edições do AI-1, do ato n. 9 e da portaria n. 1 visavam “promover as punições desejadas pelos radicais”, criando “condições para que vários coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães exaltados persistissem na ‘caça às bruxas’, mesmo depois da posse de Castelo Branco, pois eles assumiriam a responsabilidade pela condução dos IPMs” (Fico 2001, 36). Para o autor,

Esse *ethos* persecutório [de forma geral e não só com relação aos militares] não se traduzia num programa de ação político-administrativo, fundando-se, tão somente, no anseio de “eliminar o inimigo”, visto como subversivo interessado na implantação de uma “república sindicalista” contrária aos “valores morais da democracia ocidental”. Este jargão – de forte conotação ético-moral, tendente a identificar a origem dos problemas tanto nas pretensões “subversivas” quanto numa difusa “crise moral” – provinha de consolidada cultura política de direita, por isso mesmo anticomunista, inspirada em certa liderança civil (Fico 2001, 37).¹⁶

Em sentido oposto ao que Fico apresenta, creio que existiu um programa que traçou a linha geral das punições, que se sustenta não em uma “cultura política de direita” de “forte conotação ético-moral”, mas em um projeto de dominação que favorecia o modelo de modernização conservadora desejado pela fração burguesa ligada ao capital multinacional e ao nacional associado, e que ganhou corpo ao longo dos anos 1950-1960. Como tal, tem também relação com questões de uma temporalidade mais longa que o imediato pré-golpe. A decifração das motivações presentes nos IPMs abertos para apurar as responsabilidades dos oficiais intermediários e subalternos sugere a conexão das punições com o processo político de uma forma mais ampla e não a associação tão somente aos anseios de uma jovem oficialidade radical, situada em torno do general Costa e Silva.

A começar, constata-se que há portarias que determinavam a instauração de inquéritos para apurar as responsabilidades de militares antes mesmo da publicação do AI-1, do ato n. 9 e da portaria n. 1. Como bem destaca Anthony Pereira (2010, 79-112), elementos importantes do aparato jurídico usado para a repressão a partir de abril de 1964 foram construídos antes do golpe. Segundo esse autor, houve um processo de evolução da legalidade de segurança nacional no Brasil

¹⁶ Fico utiliza uma citação do jornalista Carlos Castello Branco (1978, 99) para afirmar que a mentalidade da corrente militar mais radical foi moldada por Carlos Lacerda, ao longo do período 1954-1964.

e no Cone Sul após a Primeira Guerra Mundial. No caso brasileiro, ressalta uma maior cooperação entre as Forças Armadas e o Judiciário e uma maior preocupação com a legalidade formal no trato com os adversários políticos. Esse padrão é mantido a partir de 1964. Essa anterioridade, no entanto, não compromete a tese de que também esses inquéritos poderiam ter sido abertos atendendo aos anseios da jovem oficialidade exaltada. Mas geraria um problema, visto que quem determinava as instaurações eram, via de regra, os ministros militares. Se assim fosse, isso significaria submeter a oficialidade superior à jovem oficialidade, o que representaria uma inversão hierárquica.

Partindo para uma análise mais específica sobre a Marinha do Brasil, a portaria n. 542, de 3 de abril de 1964, do ministro da pasta, vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, determinava

a instauração do devido inquérito policial militar para, no prazo legal, apurar os fatos e responsabilidades relacionados com a conduta de oficiais da Marinha brasileira que, de qualquer forma, contribuíram para a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26/3, inclusive a participação na passeata levada a efeito quando foram postos em liberdade na tarde do dia 27/3 os marinheiros e fuzileiros amotinados no sindicato de metalúrgicos na cidade do Rio de Janeiro, GB.¹⁷

Tal motivação reforça a constatação de Anthony Pereira (2010, 39) de que a maioria dos processados por crimes políticos durante a ditadura não foram acusados por ações armadas, mas por crimes de associação. Porém, apesar do mote que justifica a instauração do inquérito ser a preocupação com a participação de oficiais em um suposto processo de doutrinação ideológica das praças militares durante o governo João Goulart, é possível observar a existência de outras inquietações por parte dos inquisidores que remetem à hipótese de que tais cassações têm relação com questões de uma temporalidade mais longa.

Nesse IPM, entre outros, foram investigados os tenentes Justino Lopes da Silva, Paulo Albuquerque Carvalheira, Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa e Sérgio José Bentes Lobato; e o capitão-tenente Glauco Antônio Prado Lima.

Com relação ao primeiro-tenente de Intendência de Marinha, Justino Lopes da Silva, o procurador-geral, na sua peça acusatória final, destacou o fato do militar ter desempenhado a função de ajudante-de-ordem do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, quando este exercia o cargo de ministro da Marinha (1962-1963), e ter representado o então ministro na cerimônia da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em 9 de dezembro de 1962, na qual, em discurso, em nome do ministro, teria afirmado que “o almirante Suzano via com simpatia a ascensão da classe naval tão bem representada pelos membros da referida Associação”.

¹⁷ Portaria n. 542, de 3 de abril de 1964. AEL, BNM 28, v. 1.

Acusou-o, ainda, de ter participado ativamente, ao lado do vice-almirante Cândido Aragão, dos acontecimentos do dia 26 de março, no sindicato dos metalúrgicos, e do dia 27, quando Aragão reabriu a sede da AMFNB.¹⁸ Em 24 de setembro daquele ano, aos 28 anos, o tenente Justino Lopes da Silva foi reformado.¹⁹

O primeiro-tenente do Corpo de Fuzileiros Navais Paulo de Albuquerque Carvalheira tinha 26 anos quando do seu depoimento, em 11 de maio de 1964, e servia no Centro de Recrutas do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) como encarregado do material bélico. Com a queda do governo João Goulart, foi licenciado de suas funções e, no dia 7 daquele mês, preso.

A presença no rancho dos sargentos, no dia 31 de março, ocasião em que fez discurso que foi entendido como político por um oficial bombeiro que se encontrava no local, a suposta simpatia pela causa comunista e o declarado apoio aos programas e metas do governo João Goulart foram apresentados no relatório final do IPM como elementos justificativos para a sua cassação. Foi alegado, ainda, que ele, por ordem de seu comandante, o capitão de mar e guerra Sebastião Alves de Souza, estivera no Ministério da Marinha para defender o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues de um levante de oficiais. Diante dessas acusações, o encarregado do IPM propôs a cassação do primeiro-tenente Paulo de Albuquerque Carvalheira, “a fim de que fique a MB [Marinha do Brasil] escoimada de elementos esquerdistas”.²⁰ Em 24 de setembro de 1964, foi demitido.

Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa, segundo-tenente de Intendência de Marinha, foi cassado aos 26 anos de idade, acusado de exercer atividades comunistas na Marinha desde 1962; de manter ligações com a AMFNB, participando de forma ativa a reuniões da entidade; de ser atuante em reuniões de praças da Marinha, incentivando atos atentatórios à disciplina e à ordem militar, de, durante a crise no sindicato dos metalúrgicos, estar em constante contato com os marinheiros e fuzileiros, estimulando a indisciplina, em conivência com o vice-almirante Aragão e

¹⁸ “Auto de perguntas ao indiciado”, de 4 de junho de 1964. AEL, BNM 28, v. 5; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

¹⁹ Não foi possível obtermos uma conclusão sobre razão de alguns militares terem sido punidos com a reforma e outros com a demissão. Uma indicação poderia ser a relação com o fato do militar ter alcançado a estabilidade, visto que, entre os jovens oficiais, os da patente de tenente foram demitidos e os demais reformados, excetuando o caso de Justino Lopes da Silva, que era mais antigo em relação aos demais cassados. Mas, além da discussão jurídica sobre quando um oficial passa a ter estabilidade – no Estatuto dos Militares então vigente (Decreto-Lei 9698/46) não há menção a isso –, o fato de oficiais generais também terem sido punidos com demissão desfaz essa ideia. Outra hipótese seria a aproximação com o comunismo: a “certeza”, ou mesmo a possibilidade, justificaria a demissão. Porém, há entre os oficiais generais e superiores demitidos e reformados trajetórias similares quanto à aproximação com as ideias comunistas. Uma terceira resposta seria o grau de indiciamento: justificação apenas no AI ou acrescida de supostas infrações ao Código Penal Militar. Novamente, não há uma constância: há militares que sequer foram indiciados que acabaram demitidos, e outros, enquadrados em vários artigos e leis que foram apenas reformados. Respostas, pois, dependem do aprofundamento dos estudos.

²⁰ Auto de perguntas ao indiciado. Paulo de Albuquerque Carvalheira. AEL, BNM 28, v. 2; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

o contra-almirante Frazão Braga; de, na mesma fase, por ordem ou sugestão do capitão de fragata Thales Fleury de Godoy, ter percorrido vários navios da esquadra para sentir o ambiente; e de, ao lado do marinheiro de 1º classe José Anselmo dos Santos, buscar armas no Corpo de Fuzileiros Navais para fazer a guarda do Departamento de Correios e Telégrafos.²¹ No dia 19 de agosto de 1964, foi demitido.

O primeiro-tenente fuzileiro naval Sérgio José Bentes Lobato, servindo no Centro de Instruções do Corpo de Fuzileiros Navais (CICFN), também tinha 26 anos quando de seu interrogatório em 12 de maio de 1964. Acusado de defender ideias comunistas no CICFN; de, na crise de 31 de março, manter contatos e transmitir informações para a União Nacional dos Estudantes (UNE) e para o jornal *A Noite* e, destes, para o vice-almirante Cândido da Costa Aragão; de ter comandado a tropa de fuzileiros que foi deslocada para o Ministério da Marinha na noite de 31 de março; e de manter ligações com elementos da esquerda e com os comandantes Paulo Silveira Werneck, Thales Fleury de Godoy e Píndaro Cardim de Alencar Osório, o encarregado do IPM sugeriu o seu afastamento das fileiras da Marinha.²² No dia 24 de setembro de 1964, foi demitido.

Quando da revolta dos marinheiros e fuzileiros navais, o capitão-tenente Glauco Antônio Prado Lima exercia a função de diretor do Presídio Naval. Contra ele, pesou a acusação de, no dia 27 ou 28 de março de 1964, por ordem do subcomandante da guarnição do Quartel Central do CFN, soltar seis marinheiros da AMFNB presos no dia 24, além de todos os outros que estavam cumprindo prisões disciplinares. Também pesou o fato de, cumprindo ordens do capitão-de-mar-e-guerra Ary da Frota Roque, guarnecer as instalações do Lloyd Brasileiro, em 31 de março de 1964. No dia 1º de abril, o mesmo comandante lhe atribuiu a missão de tirar do ar a Rádio Roquete Pinto, o que também executou. Além desses fatos, o encarregado do inquérito afirmou que o capitão se tratava de um “comunista ativo” que “por desídia ou omissão” não controlou os presos do Presídio Naval, tendo ainda os armado e libertado para assassinares um oficial e supostamente estar envolvido na troca de uniformes de marinheiros para fuzileiros navais.²³ Em 24 de setembro de 1964, foi reformado.

Pela justificativa dos interrogatórios ser a preocupação com supostas doutrinações ideológicas das praças militares pelos oficiais investigados, se destacam referências à mobilização

²¹ Auto de perguntas ao indiciado, de 13 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3; Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v.1; ficha do Cenimar com informações do 2º ten. (IM) Paulo Henrique Medeiros Ferro Conta. AEL, BNM 28, v.7; relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

²² Auto de perguntas ao indiciado, de 12 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

²³ Autos de perguntas ao indiciado, de 29 e 30 de abril de 1964. AEL, BNM 28, v. 2; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

dessas frações militares. Sem dúvida, essa é uma das questões-chave do processo de disputa político-ideológica. Em um contexto de crescimento dos movimentos das massas, a união dos mais diversos setores populares (sindicais, estudantis etc.) às praças militares era algo extremamente preocupante. A possibilidade um grande movimento de massas armado era incompatível com um projeto político-econômico que tinha por pressuposto para a sua realização um baixo nível (se possível, nenhum) de contestação política e social. Como explica Guillermo O'Donnell (1986, 32-33), o projeto de desenvolvimento econômico sonhado pressupunha a associação ao capitalismo internacional, que, por sua vez, exige segurança para investir, e o processo político e econômico no Brasil não dava essa garantia. O país tinha que, primeiro, controlar a instabilidade econômica e política, e uma das primeiras tarefas seria desativar os setores populares, se necessário, através da repressão, pois tal ativação era antagônica à estabilidade sonhada pelo capitalismo, e excluir politicamente os opositores. Essa ação permitiria, “(...) eliminar importantes obstáculos políticos à reconstituição dos mecanismos de acumulação de capital (...)” e enfraquecer a classe operária, de modo a garantir a ordem e a paz social necessárias ao ingresso de investimentos externos. Feita essa lição, o capital internacional seria capaz de ingressar de forma regular.

Mas, além de ser parte desse processo mais amplo de mobilizações de setores populares, que vinha desde os anos 1950, a atuação política das praças não era a única preocupação revelada no inquérito. Particularmente, sobressaem outras, relativas às ideias e ligações políticas e ideológicas. De modo geral, esses homens são genericamente tachados de subversivos, comunistas, esquerdistas que, ao lado de políticos, estudantes e oficiais superiores também “esquerdistas”, colaboraram com o processo de subversão e quebra da disciplina no interior das Forças Armadas. Logo, não podiam permanecer servindo à nação.

Com essa visão condicionada, vitoriosa a ação golpista, a iniciativa de eliminar tais obstáculos foi imediata. Não bastava, no entanto, “escoimar” as Forças Armadas daqueles que efetivamente compunham esses movimentos. Era preciso atingir todos que, ainda que supostamente, pudessem vir a contribuir para o processo de subversão. Essa afirmativa ganha mais sustentação quando se analisa a trajetória daqueles para os quais, mesmo não se encontrando razões para o indiciamento, a cassação foi o destino.

Os prováveis futuros subversivos

A prevenção é uma característica intrínseca a todo processo de cassação: cassava-se para evitar a eclosão de um contragolpe militar. Contudo, não bastava afastar as ameaças mais perceptíveis, os adversários de longa data. Qualquer possibilidade, mesmo que remota, de uma ação militar contrária precisava ser evitada. É nesse sentido que o caráter preventivo se torna mais nítido

ao analisar o processo de cassação de oficiais intermediários e subalternos, em especial daqueles cujo inquérito não encontrou subsídios para a condenação, mas foram vistos como subversivos em potencial. Embora não tenha sido aplicado somente sobre esses estratos militares, preferencialmente, tal padrão recaiu sobre eles.

Investigados no mesmo IPM aberto em 3 de abril de 1964 para apurar fatos e responsabilidades da conduta de oficiais da Marinha do Brasil durante a manifestação dos marinheiros e fuzileiros navais, os primeiros-tenentes do Corpo da Armada Carlos Heitor Schueler Reis, Jorge Milton Temer e Luiz Carlos Tettamanzy, companheiros de turma na Escola Naval e, às vésperas do golpe, alunos do curso de especialização em máquinas para oficiais (Cemo), passaram grande parte do interrogatório sendo questionados por fatos ocorridos durante os dias 31 de março e 1º de abril. Novamente, os inquéritos integram a preocupação inicialmente revelada a uma realidade mais ampla e revelam um temor maior.

No relatório final, os tenentes foram acusados de envolvimento nos acontecimentos a que se referia o IPM por terem comparecido ao gabinete do ministro da Marinha em 1.º de abril, quando acesso estava vedado aos oficiais, tendo sido recebidos pelo capitão de fragata Thales Fleury de Godoy e conduzidos para uma sala em que já estavam reunidos vários oficiais. Porém, foi atestado que nada de grave havia sido apurado contra nenhum dos três, apenas o fato de terem se apresentado, “de *motu proprio*”, a colaborar com elementos suspeitos que lideraram a Marinha durante a gestão do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Dos três, somente o tenente Temer, segundo informação do encarregado do Cemo, constante do inquérito, era considerado um oficial “agitador”, pois, pelo linguajar, se supunha que teria “alguma leitura de literatura comunista”. Apesar de desqualificados como indiciados, os tenentes Schueler e Tettamanzy foram demitidos da Marinha, respectivamente em 24 de setembro e 8 de outubro de 1964. Ao tenente Temer, foi sugerido “afastá-lo definitivamente da vida militar, fazendo-se um bem a ele próprio e à própria Marinha, dada a sua reconhecida condição de desajustado no meio naval e o conceito de ‘agitador’ que dele faz o encarregado do Cemo”.²⁴ O tenente Temer foi demitido em 24 de setembro de 1964.

Investigado no mesmo inquérito, o primeiro-tenente de Marinha Ezio Torres servia na Escola de Guerra Naval e foi interrogado sobre suas atividades durante os dias 31 de março e 1.º de abril de 1964. No relatório do IPM, o encarregado reconheceu que não havia “nada de digno”

²⁴ Auto de perguntas ao indiciado, datados de 4 e 7 de maio de 1964, respectivamente. AEL, BNM 28, v. 2; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

a informar sobre o tenente Torres e sugeriu o seu não indiciamento.²⁵ Apesar disso, em 8 de outubro daquele ano, foi demitido dos quadros da Marinha.

Portanto, por mais que a origem do inquérito versasse sobre a doutrinação das praças militares, os interrogatórios revelaram atenção especial com as ações desses homens nos momentos posteriores ao golpe de 31 de março de 1964, preocupação com as ligações militares e com suas orientações ideológicas. Contudo, o que é mais saliente é a ausência de uma acusação concreta que justificasse o indiciamento e a cassação desses militares.

Ser investigado em um IPM não significava necessariamente o indiciamento do militar. Mesmo em um ambiente marcado pela ânsia por uma “purificação” total e impossível das Forças Armadas, os encarregados dos inquéritos não chegavam ao ponto de sugerir o indiciamento de todo e qualquer militar que, inicialmente, fosse considerado suspeito de subversão. Diferentemente dos casos citados no tópico anterior, com relação aos primeiros-tenentes do Corpo da Armada Carlos Heitor Schueler Reis, Jorge Milton Temer, Luiz Carlos Tettamanzy e Ezio Torres, não foi possível sequer supor uma relação próxima ou a tentativa de doutrinação das praças militares. Seus envolvimento em ações “antirrevolucionárias” no pré-golpe também são pouco relevantes. Por esses motivos, não foram sugeridos os seus indiciamentos. A pergunta que emerge então é: se nada de substancial foi apurado, por que foram cassados? Os interrogatórios fornecem indicativos de resposta: de forma idêntica ao padrão de questionamentos feitos ao primeiro grupo de militares destacado, as investigações procuraram identificar as tendências e relações político-ideológicas dos oficiais.

Como forma de confirmar tais conclusões, os casos dos capitães-tenentes Grácio de Aguiar e Fernando de Santa Rosa, e dos tenentes Antônio Arinos Marques da Silva, Luiz Carlos de Souza Moreira e José Ribamar Pereira Torreão da Costa, todos também investigados no IPM aberto em 3 de abril de 1964 para apurar fatos e responsabilidades da conduta de oficiais da Marinha do Brasil na revolta dos marinheiros, parecem significativos.

O segundo-tenente fuzileiro naval Antônio Arinos Marques da Silva, antes do golpe, estava lotado no Comando Geral do CFN. No relatório final do IPM, assim como na denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, datada de 19 de agosto de 1964, constava como alegações que justificavam o seu afastamento dos quadros da Marinha o fato de ter ministrado aulas para sócios da AMFNB, no ano de 1962, e ter exercido, a partir de meados de 1963, a função de ajudante de ordem do vice-almirante Cândido da Costa Aragão, comandante do CFN. Segundo o encarregado

²⁵ Auto de perguntas ao indiciado, de 11 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 2; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

do inquérito, no intuito de satisfazer o seu comandante, o tenente teria praticado atos irregulares, entre os quais: o comparecimento a reuniões com líderes sindicais na residência do comandante do CFN; ter acompanhado Aragão e o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano na caminhada que resultou no encontro com marinheiros e fuzileiros navais que, por fim, carregaram os dois oficiais em seus braços; o cumprimento de ordens visando à interrupção das transmissões da Rádio Jornal do Brasil e a proteção da sede do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), na noite de 31 de março; e o comparecimento à AMFNB por diversas vezes.²⁶ Como resultado, foi demitido da Marinha em 19 de agosto de 1964, aos 28 anos idade.

Luiz Carlos de Souza Moreira, segundo-tenente intendente do Quadro Complementar de Marinha, teve seu afastamento fundamentado no fato de ter sido assessor sindical do contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano, diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro; de ser ligado à AMFNB, de cujos estatutos teria sido um dos autores; de, com ciência de Goyano, ter fornecido uma mesa da Capitania dos Portos à Associação; de manter encontro com líderes sindicais; e de ter participado de uma suposta distribuição de armas a funcionários do Lloyd Brasileiro, em 1º de abril de 1964. Em 9 de abril de 1964, o tenente, então com 28 anos, foi preso. Considerando-o um indivíduo politizado com afinidades acentuadas para a esquerda, o procurador-geral sugeriu no relatório final do IPM a sua cassação.²⁷ Em 24 de setembro de 1964, foi demitido da Marinha.

O capitão-tenente do corpo de intendentes da Marinha, Fernando de Santa Rosa, desde o início de março de 1964, havia sido colocado à disposição da Companhia Nacional de Navegação Costeira. O convite partira do capitão de mar e guerra Oswaldo Newton Pacheco, superintendente da empresa. Na Costeira, o capitão-tenente Santa Rosa assumiu a função de assessor financeiro, mas, temporariamente, foi designado para fazer as vezes de assessor sindical. No dia 2 de abril, após o golpe e a intervenção na Companhia de Navegação Costeira, exonerou-se do cargo e, em 6 de abril, ao apresentar-se, foi preso.

Além da sua participação nos eventos imediatamente anteriores ao golpe, o capitão-tenente Santa Rosa foi questionado se, enquanto exerceu funções como assessor sindical do comandante Pacheco, teria entrado em contato com líderes sindicais; se teria comparecido ao comício de 13 de março; sobre um telefonema que teria dado para a Escola de Marinha Mercante na madrugada de

²⁶ Auto de perguntas ao indiciado, de 12 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3; Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d'Aquino, de 19 de agosto de 1964 AEL, BNM 28, v. 1; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

²⁷ Auto de perguntas ao indiciado, de 4 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 2; ficha do Cenimar com informações do segundo-tenente (IM-CIORM) Luiz Carlos de Souza Moreira. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 3.

1º de abril; e sobre suas relações com o professor Celso Dantas e com o vice-almirante Cândido Aragão. No relatório final do IPM, datado de 15 de julho de 1964, baseando-se na suposta declaração sua de que os marinheiros e fuzileiros navais revoltosos da AMFNB é que tinham razão, na função que exercia como assessor sindical do capitão de mar e guerra Oswaldo Newton Pacheco, numa hipotética demonstração de antigas ligações com o meio sindical e na sua linguagem comunista, o encarregado ponderou: “Em se tratando de um indivíduo politizado e com afinidades acentuadas para a esquerda, julgo não interessar a ele e nem à Marinha brasileira a sua permanência no serviço ativo”.²⁸ No dia 24 de setembro de 1964, aos 30 anos, o capitão-tenente foi reformado.

Grácio de Aguiar tinha 29 anos quando prestou depoimento em 19 de maio de 1964 e servia no Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Interrogado sobre o seu envolvimento nos acontecimentos relativos à revolta dos marinheiros, afirmou que como ajudante de ordem do comandante-geral do CFN, vice-almirante Cândido Aragão, acompanhou-o em todos os acontecimentos ocorridos entre 26 de março e 1º de abril de 1964, inclusive quando os marinheiros e fuzileiros navais carregaram Aragão e o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano nos braços. Dia 7 de abril, foi preso. No relatório final do inquérito, como ajudante de ordens e homem de confiança do vice-almirante Aragão, foi denunciada a participação do capitão-tenente Grácio Aguiar nas atividades político-militares do seu comandante: no dia 31 de março, guarnecer as emissoras de rádio e televisão, tendo ficado mais diretamente envolvido na proteção dos equipamentos relativos à Rádio Mayrink Veiga; no dia 1º de abril, devido à notícia de que o Palácio das Laranjeiras havia sido cercado por tropas da Polícia Militar do Estado da Guanabara, acompanhar Aragão na missão de guarnecer o local; mas também em contatos com o major-brigadeiro Francisco Teixeira, no envolvimento com o capitão de mar e guerra Renê Magarinos Torres na distribuição de armamentos aos “bombeiros optantes” e de ter uma conta corrente em seu nome, na qual eram depositadas e retiradas quantias vultosas.²⁹ Todavia, foi afirmado que,

Em se tratando de um oficial que foi ajudante de ordens, do ponto de vista legal, de fato não se pode enquadrar em nenhum dispositivo de lei regular. Tendo presente as suas ligações, o que viu e fez mercê das suas funções, não poderá inspirar confiança às autoridades navais enquanto este país viver sob o regime democrático e como, praza aos céus, todos nós esperamos que isso seja para sempre, julgo que deva ser enquadrado no artigo 7.º do ato institucional do Comando Supremo da Revolução.³⁰

Ao fim, o capitão-tenente foi reformado em 24 de setembro de 1964.

²⁸ Auto de perguntas ao indiciado, de 22 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

²⁹ Auto de perguntas ao indiciado, de 19 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

³⁰ Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

Nota-se que, para além de supostas relações com as praças militares e/ou a participação em eventos tidos por subversivos no imediato pré-golpe, sobressai das justificativas para a cassação o caráter preventivo da medida. Preservar, na Marinha, oficiais como esses significava manter latente, no próprio corpo militar, uma ameaça a um regime que se esperava fosse duradouro. O caso do tenente Ribamar é ainda mais flagrante nesse aspecto.

Acusado de ter participado da Revolta dos Marinheiros em 25 e 26 de março de 1964, o segundo-tenente de Marinha José Ribamar Pereira Torreão da Costa provou que estava ausente do Rio de Janeiro naqueles dias. Entretanto, a proximidade com um oficial considerado subversivo foi fundamental para selar o destino do oficial. À época com 28 anos, o tenente Ribamar servia na Diretoria Geral de Intendência da Marinha (DIM) sob o comando do capitão de mar e guerra René Magarinos Torres, tendo embarcado para São Paulo em 25 de março com o objetivo de passar o feriado da Semana Santa naquela cidade. No dia seguinte, retornou ao Rio de Janeiro após receber um comunicado de seu pai lhe informando que deveria comparecer à DIM. No dia 30 de março, por ordem de Magarinos Torres, dirigiu-se ao Depósito de Fardamentos do Rio de Janeiro e, de posse de um memorando do ministro da Marinha ao diretor do Depósito, recebeu peças de uniformes que, logo, entregou no Clube dos Suboficiais e Sargentos da Marinha.³¹ No dia 3 de abril, foi preso. Ao fim do inquérito, não tendo sido apurado nada por que o tenente pudesse ser denunciado, o relator sugeriu que

desde que seja possível o seu afastamento da MB [Marinha do Brasil] a pedido, ou mediante qualquer dispositivo de lei, que possa ele retornar ao meio civil, sem nenhuma restrição que o venha prejudicar. Caso a sua situação não permita essa medida, porém não convindo manter na MB *um provável futuro desajustado e que se viu ligado aos que cooperaram com os solapadores da disciplina e da ordem hierárquica*, que a ele se aplique o artigo 7.º do ato institucional do Comando Supremo da Revolução.³²

Como resultado, em 8 de outubro de 1964, o tenente foi demitido.

Portanto, muito embora tenha sido investigado para que se verificasse o papel real que desempenhou na crise envolvendo as praças militares, a ligação funcional do tenente Ribamar tornou-se condição suficiente e fundamental para o seu afastamento dos quadros do serviço ativo da Marinha. Essa conclusão é extensiva aos demais oficiais citados.

Nos depoimentos dos militares, nota-se que as ações praticadas no imediato pré-golpe são justificadas como cumprimento de ordens. As peças de acusação não contestam essa explicação – às vezes reafirmam, como no caso de Grácio Aguiar. As cassações poderiam ser vistas como resultado da ânsia da jovem oficialidade exaltada de purgar o sistema de qualquer possível inimigo interessado na implantação de uma república sindicalista no Brasil, como sustenta Carlos Fico. Mas,

³¹ Auto de perguntas ao indiciado, de 12 de maio de 1964. AEL, BNM 28, v. 3; AEL, BNM 28, v. 3 e v.5.

³² Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8. Grifo meu.

ao identificarem as ações dos oficiais investigados como cumprimento de ordens, é notável como a preocupação volta-se para a questão: cumprindo ordens de quem? Percebe-se, pois, que há um cuidado em determinar as ligações entre os tenentes e capitães e os seus comandantes e outros militares cassados.

Uma análise de breves trajetórias dos comandantes e oficiais próximos, mencionados ao longo dos depoimentos e relatórios, comprova que a ligação com determinados homens e/ou ideais foi a principal razão que levou à cassação desses militares. O objetivo, seguindo o exemplo grego, citado em palestra na ESG do então coronel Augusto Fragoso (1959, 27)³³, era “depurar” as FFAA de membros do partido militar nacionalista, genericamente rotulados de comunistas.

Os membros do partido militar nacionalista

O paralelismo da trajetória dos oficiais gerais citados ao longo dos processos é notável. Até mesmo no que se refere às datas em que foram cassados, as semelhanças emergem.³⁴ Cândido da Costa Aragão, José Luiz de Araújo Goyano, Renê Magarinos Torres, Thales Fleury de Godoy, Washington Frazão Braga, Pedro Paulo de Araújo Suzano, Paulo Silveira Werneck e Francisco Teixeira foram punidos basicamente nas mesmas datas: transferidos para a reserva em 11 de abril de 1964, através do ato n. 3 do Comando Supremo da Revolução, juntamente com mais de cem militares. De modo idêntico, tiveram os seus direitos políticos suspensos por dez anos, em 13 de abril de 1964, exceto Renê Magarinos Torres, Thales Fleury de Godoy e Paulo Silveira Werneck, cuja punição, a mesma, só foi aplicada em 13 de junho. Em complemento, todos receberam uma terceira punição: em 19 de agosto daquele ano, os quatro primeiros foram demitidos, os outros, reformados, com exceção de Francisco Teixeira, demitido no dia 24 do mesmo mês. Paulo Mário da Cunha Rodrigues, outro oficial mencionado nos interrogatórios, tem uma realidade um pouco diversa, mas também recebeu punições em abril e maio de 1964, como detalhado posteriormente. Além deles, Píndaro Cardim de Alencar Osório foi transferido para a reserva em 11 de abril de 1964. Embora não tenha perdido os direitos políticos, foi reformado em 19 de agosto de 1964. Os demais militares citados também foram reformados no segundo semestre de 1964: Ary da Frota Roque, em 19 de agosto; e Oswaldo Newton Pacheco, em 8 de outubro.

³³ Nessa palestra, o coronel Augusto Fragoso saudou o exemplo dado pelo general Alexander Papagos, que, ascendendo ao Comando em Chefe do Exército grego, em 1949, procurou construir os elementos necessários para dotar o exército daquele país, nos termos de Fragoso, de capacidade material e pessoal para o combate ao inimigo. Dentre eles, encontrava-se a depuração do corpo de oficiais dos ditos “politicistas” e “incapazes”.

³⁴ Dos nomes mencionados nos depoimentos e relatórios, não foi cassado apenas o capitão de mar e guerra Sebastião Alves de Souza.

A análise breve de alguns dados das trajetórias políticas destes homens denota uma identidade maior do que simples datas de punições e que não passou despercebida dos “revolucionários”: eram membros do partido militar nacionalista.³⁵

Entre os anos 1940 e 1950, houve uma crescente polarização do processo político brasileiro. De um lado, os defensores do projeto nacionalista que entendiam a emancipação como condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e para a instituição de uma sociedade mais equânime. Tal modelo propunha a autonomia do país no que se refere à política externa e a ampliação do espaço de participação política das massas. Em oposição, havia os que defendiam um projeto de desenvolvimento integrado ao processo de expansão capitalista do pós-Segunda Guerra, marcado pela tese do alinhamento automático e da manutenção de relações exclusivamente com os países do dito “mundo livre”, o que punha os países periféricos sob a dependência e a exploração do imperialismo, principalmente dos EUA.

Dessa polarização fizeram parte, em lados opostos, facções militares. Aqueles homens que defendiam de um projeto de desenvolvimento de tipo nacionalista para o Brasil foram estrategicamente homogeneizados e classificados, por seus opositores, como comunistas. Alguns de fato eram, mas não todos.³⁶ O que os unia era a defesa de um projeto de desenvolvimento político e econômico de viés nacionalista, e que, como dito, propunha a autonomia do país no que se refere à política externa e a ampliação do espaço de participação política das massas. Faziam parte do partido militar nacionalista, que se pretendia hegemônico no interior das Forças Armadas, e de associações que, desde o fim dos anos 1940, se esforçavam por organizar os interesses do movimento nacionalista.

De início, o acirrado debate entre as correntes militares foi centralizado na questão do petróleo, a partir do final dos anos 1940, e personificado nas figuras dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa. Em seguida, ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, as disputas eleitorais no interior do Clube Militar tornaram mais públicas as divergências entre essas duas visões. A história dessa contenda ilustra o processo de constituição de dois grandes blocos, de como

³⁵ Adoto a conceituação de Alain Rouquié (s.d., 13), para quem “os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada.” Rouquié (s.d., 16) explica que há uma permanente tensão entre os partidos militares e o partido militar, entendido como a própria instituição. Para realização de seus objetivos, cada corrente precisa de unidade institucional, o que exige o controle do partido militar. Algo nesses termos ocorreu no Brasil.

³⁶ Como percebe Paulo Ribeiro Cunha (2002, 248), “O setor nacionalista e militar era formado em sua maioria por oficiais progressistas, mas não necessariamente de esquerda, e perfaziam um total – nas melhores estimativas – de 5% a 10% do conjunto das Forças Armadas”. O setor militar considerado especificamente de direita provavelmente também não ultrapassaria esses percentuais. A maioria dos militares figuraria em um grupo “de centro” que era objeto de disputa entre os dois grupos mais extremos.

procuraram agregar partidários e conscientizar a população. Permite, também, perceber a diferença entre as propostas político-ideológicas em choque.

É dentro dessa moldura que se desenvolveu a trajetória política dos oficiais superiores citados ao longo dos inquéritos. Passemos a elas.

Cândido da Costa Aragão³⁷ nasceu na Paraíba, no ano de 1907,³⁸ mudou-se para o Rio de Janeiro e, em 1924, ingressou, como recruta, no Exército Brasileiro, onde permaneceu até 1926. No ano seguinte, entrou, como soldado, para o então Regimento Naval de Fuzileiros Navais. Em função da possibilidade aberta, em 1924, para que soldados chegassem a oficiais, em fins de 1933, Aragão já possuía a patente de segundo-tenente, passando a comandar companhias do, criado em 1932, Corpo Fuzileiros Navais (CFN). A rápida promoção tem relação com a carência de oficiais do recém-nascido e em rápido processo de expansão CFN. Contudo, por não terem passado pelos quatro anos de formação na Escola Naval, os oficiais fuzileiros formados até 1937 eram vistos como sendo de segunda categoria, pelos que passavam pela mencionada escola (Almeida 2017, 82). Aragão não foi isento desse prejulgamento.

Em 1945, foi promovido a capitão-de-coveta e assumiu pela primeira vez o comando de um Batalhão do CFN. Foi reformado administrativamente em 1949, aos 43 anos, por ser considerado “moralmente incapaz de permanecer no serviço ativo”, mas teve sua situação revertida em 1955, retornando à atividade. Em 1963, durante o governo João Goulart, foi promovido a vice-almirante e assumiu o comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Era a primeira vez em que um militar que havia ingressado na marinha como soldado ocupava tal cargo. Embora sua nomeação só tenha ocorrido em dezembro daquele ano, historicamente Aragão era um militar nacionalista.

Sempre atuante politicamente em prol das teses nacionalistas, em 1953, período em que estava na reserva, aderiu à campanha contra o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, e, em 1955, reintegrado ao serviço ativo, participou, ao lado de Pedro Paulo de Araújo Suzano e Henrique Teixeira Lott, dos acontecimentos de novembro, que garantiram a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Em 1962, foi membro da chapa nacionalista que disputou as eleições para a diretoria do Clube Militar e, às vésperas do golpe, participou tanto do comício de 13 de

³⁷ Cf. Abreu (2001. CD-ROM); Almeida (2017); Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978)*: resumo histórico dos 91 anos de existência; Antecedentes do C.A. (FN) Cândido Aragão. AEL, BNM 28, v. 2; ficha do Cenimar com informações do vice-almirante (FN) Cândido Aragão. AEL, BNM 28, v.3; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v.8; Aperj, FPP: Prontuário 22.503 (RJ)-Cândido Aragão; pasta Boletim Reservado n.23, de 4 de fevereiro de 1964, p. 39-48, p.40; pasta Informações n.42, p.100-102; pasta Informações n.47, p.260-265; pasta Informações n.70, p. 169.

³⁸ De acordo com os registros da Marinha, Cândido da Costa Aragão nasceu em 1907, mas, segunda pesquisa de Anderson Almeida (2017, 72-75), ele teria nascido em 1906.

março na Central do Brasil, no qual foi aplaudido, quanto da cerimônia no Automóvel Clube, como convidado de honra.

Próximo aos movimentos estudantis, sindicais e das praças militares, Aragão, em 1961, apoiou a mobilização estudantil em Recife e compareceu, no dia 17 de julho de 1962, ao XXV Congresso Nacional dos Estudantes, patrocinado por Brizola, no Hotel Quitandinha. Nos anos de 1963 e 1964, teria apoiado, respectivamente, as revoltas dos sargentos, em Brasília, e dos marinheiros e fuzileiros navais, no Rio de Janeiro. Suas ligações com as praças da Marinha eram muito fortes, tanto que teve seu nome saudado em assembleia da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, realizada em 1º de fevereiro de 1964, e foi carregado por marinheiros pelas ruas do Rio de Janeiro no dia 27 de março, sendo em seguida homenageado na sede da AMFNB.

Para os órgãos de segurança, Aragão era um homem-chave do “dispositivo militar” de João Goulart. Além disso, era acusado de ser ativo participante de reuniões subversivas, nas quais se faziam presentes outros militares e líderes sindicais, de manter ligações com políticos e personalidades da esquerda, como Leonel Brizola e Francisco Mangabeira, e de procurar corromper a tropa de fuzileiros navais.

Pedro Paulo de Araújo Suzano,³⁹ almirante de esquadra, é outro militar que ocupou um alto posto durante o governo João Goulart. Nomeado ministro da Marinha em 13 de julho de 1962, ainda no gabinete parlamentarista de Brochado da Rocha (13 de julho a 14 de setembro de 1962), foi mantido durante o gabinete Hermes Lima (18 de setembro de 1962 a 23 de janeiro de 1963) e permaneceu no posto durante o governo presidencialista de Jango. Deixou o cargo em 23 de junho de 1963. Além dessa estreita ligação com o governo João Goulart, o almirante tinha um passado de atuação nacionalista. Suzano integrou a corrente nacionalista no Clube Militar a partir de 1956, sendo candidato no pleito daquele ano e no de 1960. Um dos líderes do movimento de 11 de novembro de 1955 na Marinha, o almirante também combateu o levante de Jacareacanga e, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, tornou-se um dos líderes do movimento pela posse de João Goulart, tendo sido preso em função desse posicionamento. Permanecendo ao lado de Jango no decorrer de seu governo, apoiou a maioria de suas propostas nacionalistas e, quando da anistia dos marinheiros e fuzileiros rebelados em março de 1964, foi carregado nos braços juntamente com Aragão. Era acusado de ligação a João Goulart e a Leonel Brizola, de não responsabilizar subordinados, principalmente Cândido Aragão, por atos de favorecimento à indisciplina no interior da Marinha, de prestigiar a AMFNB e de ser um “perigoso elemento vermelho”.

³⁹ Cf. Kornis (2001. CD-ROM); Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v. 1; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978): resumo histórico dos 91 anos de existência, op. cit.*

Tendo respondido a IPM, no ano de 1955, por “tentativa de aliciar elementos para o comunismo”, e, posteriormente, se tornando membro da chapa nacionalista no Clube Militar (eleições dos anos de 1956 e 1960), o capitão de mar e guerra Renê Magarinos Torres é outro militar com um passado de atuação política anterior ao governo João Goulart. Após o golpe, suspeito de ligação com outros militares nacionalistas, foi acusado de concorrer para o incitamento dos marinheiros amotinados no sindicato dos metalúrgicos, distribuindo peças de uniformes e se fazendo presente à manifestação em que Aragão e Suzano foram carregados nos ombros pelas praças.⁴⁰

Membro da chapa nacionalista no Clube Militar nos anos de 1956 e 1962, o contra-almirante fuzileiro naval Washington Frazão Braga, comandante do Quartel Central do CFN em 1964, também era visto como um dos responsáveis pela crise de disciplina na Marinha. Próximo a militares nacionalistas, em especial a Aragão, por solidariedade a este e para que não tivesse que assumir o comando da corporação quando da saída do vice-almirante, em 26 de março de 1964, exonerou-se de suas funções. Constava da denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, de 14 de agosto de 1964, a acusação ao contra-almirante de ter distribuído armas aos fuzileiros navais da guarda do deputado Brizola e aos bombeiros “optantes”.⁴¹

O capitão de mar e guerra Paulo Silveira Werneck foi participante ativo das atividades da facção nacionalista no Clube Militar. Em 1951, quando da crise gerada pela publicação do artigo “Considerações sobre a Guerra na Coreia”, subscreveu a moção de apoio ao Conselho de Administração da agremiação, defendendo a manutenção da linha editorial da publicação.⁴² No ano seguinte, apoiou a tentativa de reeleição da dupla Estilac Leal-Horta Barbosa para a diretoria do Clube, e, em 1956, foi um dos componentes da chapa. Chefe de Gabinete do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, suspeitava-se que ele, em 31 de março de 1964, tivesse ordenado a Aragão que organizasse uma operação militar rumo à Base Aérea Naval de São Pedro de Aldeia (RJ), com

⁴⁰ Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v. 1; ficha do Cenimar com informações do capitão de mar e guerra (IM) Renê Magarinos Torres. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978)*: resumo histórico dos 91 anos de existência, *op. cit.*

⁴¹ Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v. 1; ficha do Cenimar com informações do contra-almirante (CFN) Washington Frazão Braga. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978)*: resumo histórico dos 91 anos de existência, *op. cit.*

⁴² No artigo, publicado no número 107 (julho/1950) da *Revista do Clube Militar*, o primeiro editado após a posse da diretoria nacionalista, havia uma condenação explícita da intervenção norte-americana na Coreia, bem como uma negativa quanto à participação brasileira no conflito. Tal posicionamento gerou forte reação dos grupos favoráveis ao alinhamento com os EUA, principalmente dos militares da facção derrotada nas eleições para a diretoria do clube. Como resultado, em novembro, a *Revista* teve sua circulação suspensa. Retornou em março de 1951, mantendo a linha editorial anterior à suspensão, marcada pela crítica aos EUA e à Guerra da Coreia (Lamarão e Montalvão 2001, 1 CD-ROM).

o fim de atirar no almirante Hasselmann. Tido como comunista desde 1949, foi acusado de frequentar a residência de Brizola e de estar ligado a eventos que culminaram com a revolta dos sargentos, em Brasília.⁴³

O contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano também era um militar nacionalista que mantinha ligações com políticos e militares de esquerda (especialmente Cândido da Costa Aragão e Osmino Ferreira Alves), com sindicalistas e praças militares. Próximo da cúpula do governo João Goulart, foi nomeado diretor do Lloyd Brasileiro, sendo acusado de pôr essa companhia de navegação à disposição dos marinheiros e de permitir que em suas instalações se realizassem reuniões subversivas. Outra imputação que pesava sobre ele era de ter, em 31 de março de 1964, distribuído fuzis do Corpo de Fuzileiros Navais a bombeiros “optantes”.⁴⁴

Tido por “partidário do credo vermelho” e fundador, em 1945, da primeira célula comunista da Escola Naval, o capitão de fragata Thales Fleury de Godoy foi outro militar historicamente envolvido em mobilizações nacionalistas. Partidário da campanha “O petróleo é nosso!” e da chapa de Estilac Leal nas eleições para a diretoria do Clube Militar, respondeu a IPM no início dos anos 1950 por suspeita de exercício de atividades comunistas no interior da Marinha, sendo condenado a dois meses de prisão em 1953. Segundo o encarregado do inquérito aberto para apurar o envolvimento dos oficiais da Marinha com a revolta dos marinheiros, recaía sobre Godoy a acusação de ser ligado a militares e políticos de esquerda, especialmente Miguel Arraes, de ser casado com uma comunista autora de cartilha utilizada na alfabetização de adultos em Recife, de apoiar a AMFNB e ter pertencido ao gabinete de Paulo Mário da Cunha Rodrigues, ministro da Marinha.

Considerado um comunista desde os tempos da Escola Naval, o capitão de fragata Píndaro Cardim de Alencar Osório era acusado de, junto com Godoy, ter fundado, em 1945, a primeira célula comunista daquela escola. Indiciado em IPM aberto, no início dos anos 1950, para apurar atividades comunistas na Marinha do Brasil, participou ativamente das campanhas nacionalistas no Clube Militar, inclusive da eleição de Estilac Leal para a diretoria da agremiação, e das ações do

⁴³ Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v. 1; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Aperj, FPP, Fichas das Polícias Políticas n. 44; pasta Informações n. 38, p. 205-208, p. 208; pasta Militar n. 2; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978)*: resumo histórico dos 91 anos de existência, *op. cit.*

⁴⁴ Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v. 1; ficha do Cenimar com informações do contra-almirante José Luiz de Araújo Goyano. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Aperj, FPP, pasta Boletim Reservado n. 23, de 4 de fevereiro de 1964, p. 39-48, p. 41.

almirante Suzano, nos acontecimentos de novembro de 1955. Exerceu a função de oficial de gabinete do ministro Paulo Mário da Cunha Rodrigues.⁴⁵

Membro da chapa nacionalista que concorreu à direção do Clube Militar em 1958, o capitão de mar e guerra Ary da Frota Roque seria mais um dos militares muito próximos ao vice-almirante Aragão, bem como a outros militares nacionalistas. Suspeito de exercer atividades comunistas desde o início dos anos 1940, também foi acusado de ligação com as praças militares e de ter colaborado com a crise de disciplina na Marinha. Pesava sobre ele a desconfiança de ter distribuído fuzis do Corpo de Fuzileiros Navais a bombeiros “optantes” e de permitir e proteger a atuação dos sargentos da guarda de Leonel Brizola.⁴⁶

O capitão de mar e guerra Oswaldo Newton Pacheco manteve ligações apenas com o governo João Goulart, quando foi nomeado Superintendente da Companhia Nacional de Navegação Costeira nos últimos dias de fevereiro de 1964.⁴⁷

O almirante de esquadra Paulo Mário da Cunha Rodrigues é outro que não tem um passado de forte atuação nacionalista, estando ligado apenas ao governo João Goulart, mas de maneira extremamente simbólica.

Quando da crise em torno da comemoração do aniversário da AMFNB, que culminou com a demissão do ministro da Marinha, almirante Silvio Mota, Paulo Mário Cunha Rodrigues teve seu nome sugerido pelos marinheiros para substituir o ministro demissionário. No dia 27 de fevereiro, assumiu o cargo, mas, em 4 de abril, foi exonerado. Cunha Rodrigues estava na reserva remunerada desde 1959, mas era membro do Tribunal Marítimo. Em maio de 1964, foi demitido desse posto, e, em junho, desligado definitivamente do tribunal e do serviço ativo da Marinha (Abreu 2001, 1 CD-ROM).

Por último, o major-brigadeiro Francisco Teixeira, que teve uma atuação nacionalista intensa desde os anos 1940. Fortemente identificado com Getúlio Vargas, Francisco Teixeira manifestou-se contra sua deposição, em 1945, e apoiou a sua posse, em 1950. Foi diretor do Clube Militar, no biênio 1950-52, como membro da chapa encabeçada por Estilac Leal e Horta Barbosa. Durante essa gestão, defendeu o posicionamento adotado pela *Revista do Clube Militar*, quando da crise sobre a publicação do artigo “Considerações sobre a Guerra na Coreia”. Apoiou a tentativa frustrada de reeleição da mesma chapa. Próximo do coronel Felicíssimo Cardoso, presidente do

⁴⁵ Ficha do Cenimar com informações do capitão de fragata Thales Fleury de Godoy. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8.

⁴⁶ Denúncia do procurador-geral da Justiça Militar, Ivo d’Aquino, de 14 de agosto de 1964. AEL, BNM 28, v. 1; ficha do Cenimar com informações do capitão de mar e guerra (FN) Ary da Frota Roque. AEL, BNM 28, v. 7; Relatório final do IPM, 15 de julho de 1964. AEL, BNM 28, v. 8; Clube Militar. *O Clube Militar de 97 a 78 (1887 a 1978)*: resumo histórico dos 91 anos de existência, *op. cit.*

⁴⁷ Termo de inquirição de testemunha, de 17 de junho de 1964. AEL, BNM 28, v. 6.

Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen), foi atuante na campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo que culminou com a criação da Petrobrás, em 1953. Participou do movimento de 11 de novembro de 1955, que liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, assegurou a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Durante o governo JK, combateu a revolta de Jacareacanga (PA), em fevereiro de 1956, e a de Aragarças (GO), em dezembro de 1959.

Preso durante a crise que resultou da renúncia do presidente Jânio Quadros, foi libertado após a posse do novo governo, em setembro de 1961. Durante o governo João Goulart, foi um dos principais assessores do presidente para assuntos militares. Exerceu a subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) de outubro de 1961 a julho de 1962, quando foi nomeado comandante da III Zona Aérea (III ZA), no Rio de Janeiro. Enviado por Goulart, participou das negociações com os marinheiros rebeldes, em fevereiro de 1964. No dia 1.º de abril, Francisco Teixeira, considerado comunista e líder da ala militar nacionalista na Aeronáutica, foi exonerado de suas funções e preso. Em 11 do mesmo mês, foi transferido para a reserva. No dia 13, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Mantido preso e incomunicável por 50 dias para responder a IPM's. Em 24 de agosto, foi demitido da FAB.⁴⁸

Com relação à repressão aos militares nacionalistas pós-1964, primeiro, é preciso ter consciência de que ela não foi uma novidade implantada naquele momento. Por conta das disputas entre os partidos militares, os membros e partidários da chapa nacionalista já haviam sofrido um violento processo de repressão no início dos anos 1950. Entre 1952, após a saída de Estillac Leal do Ministério da Guerra, e o “11 de novembro de 1955” havia uma supremacia dos defensores da postura liberal conservadora nos postos do Alto Comando Militar, e, acusados de comunismo e subversão, os militares nacionalistas foram violentamente perseguidos, mas com a derrota eleitoral em 1958, a Cruzada Democrática, chapa liberal que concorria à eleição do Clube Militar desde 1952, teria concluído que só um expurgo completo e definitivo da instituição poderia assegurar um predomínio duradouro. Há uma continuidade desse processo de repressão a militares dos anos 1950 e o que foi desencadeado após o golpe de 1964. A maior diferença, como observou Shawn Smallman (2002), é que o primeiro processo punitivo teve um caráter “extralegal”, e, após o golpe de 1964, um aspecto “legal”, via nova legislação e procedimentos “revolucionários” (atos institucionais e IPM's). As semelhanças residem nas constatações de que os vencedores de 1964 são representantes do mesmo grupo que liderou o processo repressivo da década anterior, assim como há elos entre os perseguidos dos dois períodos.

⁴⁸ Cf. Abreu (2001. CD-ROM); Aperj, FPP: Fichas das Polícias Políticas n. 44; pasta Informações n. 70, p. 169.

A rotina de cassações pós-1964 vislumbrava potenciais defensores de um projeto de desenvolvimento nacionalista, autodeterminado e que lutavam pela ampliação da participação política das camadas populares. Ou seja, os que defendiam um projeto antagônico ao adotado após o golpe, precisavam ser alijados do processo político em seu mais amplo sentido.

Em seu aspecto militar, o projeto político sobre o qual se amparava a ditadura pressupunha a existência de uma unidade interna absoluta. Algo irrealizável, como provam os conflitos no interior da caserna entre os grupos vencedores (Martins Filho 1996). Contudo, nesses casos, as divergências eram quanto à forma e à profundidade das medidas a serem tomadas para que se alcançasse o ideal de desenvolvimento conservador e autoritário. O que não se admitia em nenhuma hipótese era a existência de um questionamento a esse projeto no interior das Forças Armadas. A mais vaga suspeita de que um militar representasse ou pudesse vir a representar um foco de contestação no interior da caserna acendia o sinal de alerta entre os golpistas.

É nesse critério que são enquadradas muitas das cassações de capitães e tenentes da Marinha. Homens que, até mesmo por uma questão cronológica, não participaram das disputas políticas dos anos anteriores e, se algo fizeram nos dias próximos ao golpe, foi, em grande parte, por simples cumprimento de ordens de superiores. Investigados em meio a um processo de polarização política, eram mais vítimas do que culpados: caso se recusassem a cumprir as ordens de seus superiores, seriam punidos disciplinarmente, e, ao obedecê-los, foram acusados de colaborar com a suposta marcha de subversão e acabaram cassados.

Independentemente da, até então, pouca ou nula participação política ou definição ideológica de grande parte desses jovens militares, seus comandantes – homens que ordenaram que cumprissem determinadas ações que, em última análise, eram contrárias aos interesses golpistas – e outros militares próximos foram ativos participantes do processo de disputa política dos anos anteriores. Dessa forma, para tais capitães e tenentes, a associação teórica com o partido militar nacionalista se tornou inevitável. Seguindo a lógica presente na doutrina de guerra revolucionária de existência de “inimigos internos” infiltrados em toda a sociedade, para aqueles que assumiram o poder do Estado em 1964, esses jovens oficiais também faziam parte do grupo adversário. Se naquele momento ainda não concretamente, no futuro, provavelmente. Para evitar dissabores, preventivamente foram banidos das FFAA. Essa opção resultou no que Alvaro Abós (s.d., 87) denominou de “violência irradiada” (*violencia radial*), “aquella que expandía el objeto de la punición, alcanzando a otras víctimas, unidas a la primera por algún tipo de relación: familiar, amistosa, profesional, de vecindad, etc.”. Em outras palavras, a violência mirava o objeto de punição e irradiava-se para os círculos de relação próximos. Todos se tornavam alvos potenciais da violência.

Diante do exposto, entendo que as cassações desses homens, que, na prática, não eram necessariamente, nem política e nem ideologicamente, opositores da facção que tomou o poder com o golpe, traduzem a profundidade da política repressiva aplicada a partir de 1964 e a ânsia dos vencedores pela “desinfecção” completa e definitiva da corporação militar. Como afirmou Bilac Pinto, deputado federal e líder da UDN, dias após a tomada de poder,

A queda do governo Goulart marca realmente o início da revolução democrática brasileira. Na realidade, a batalha para desenraizar os esteios profundos do comunismo e da corrupção deverá ser penosa e prolongada. Todavia, sem a purificação da vida nacional, extirpando esses dois carcinomas debilitantes, o fulgor da vitória democrática será apenas um lampejo fugidio. O mal deverá ser atacado em sua profundidade, buscando origens, seccionando tecidos apodrecidos, para que o organismo, que merece a vida e anseia por crescimento, não se estiole e feneça. (...)

É preciso, no entanto, compreender que a verdadeira luta apenas começou. Há uma longa e árdua tarefa a empreender. O soergimento de um país, avassalado pelo desmando de uma direção incompetente e corrompida, não é obra que se realize celeremente.

É necessário, todavia, avançar inflexivelmente sobre os objetos dessa jornada (Pinto 1964, 170-171; 173).

A “longa e árdua tarefa” era a instituição de uma nova ordem e, de fato, apenas começava. Seus objetivos eram claros e representavam muito mais do que purificar a vida nacional do comunismo e da corrupção. A intenção era encerrar o ciclo político anterior no que se refere aos seus aspectos marcadamente ligados à vertente nacionalista de esquerda (defesa das riquezas nacionais, ampliação da participação política das camadas populares e tudo o mais que pudesse atravancar o projeto de inserção do país, de forma dependente, no mundo do capital). Os obstáculos ao sucesso dessa jornada, embora possam ter sido superdimensionados, também eram evidentes: as bases sociais e políticas, reais ou apenas potenciais da situação derrotada. Com o intuito de superá-los e de impedi-los de ressurgir, a operação avançou, e em uma analogia à intervenção cirúrgica para retirada de carcinomas, atingiu tecidos que, embora visualmente saudáveis, poderiam conter células contaminadas nas quais, no futuro, poderiam se desenvolver novos tumores.

Considerações finais

Os destinos dos oficiais intermediários e subalternos citados, jovens militares que serviam em unidades diversas, que não constituíam um grupo coeso, cruzaram-se de maneira determinante às vésperas do golpe de 1964. A análise e o entrecruzamento de um curto período da trajetória desses militares ajudam a desnudar a natureza histórica do processo de repressão política a militares iniciado nos primeiros dias de abril de 1964. Claramente, a inserção administrativa num círculo que estava sob comando de oficiais nacionalistas e ativos partícipes do processo de disputa política interferiu no destino dos capitães e tenentes. Em decorrência, as trajetórias individuais, a princípio desconectadas uma das outras, mostram que, por mais particulares, se vistas pela ótica da ditadura,

tornam-se homogêneas, não só entre si, mas também com relação ao processo de repressão que foi aplicado a outros extratos militares. Contudo, revelam também singularidades, nuances específicas da política de cassações aplicada aos militares.

Mas a realidade das motivações das cassações era bem mais ampla. A intenção nunca foi negar esse fato, mas destacar um dos padrões, a meu ver, mais significativos que nortearam as cassações dessa fração do oficialato e que, em última instância, contribuem para explicar e reforçar o padrão mais geral.

Para compreender essa faceta foi preciso identificar a real caracterização desses grupos de oficiais no universo dos militares cassados, o quantum de oposição e de ameaça que de fato eles representavam e que justificava o seu afastamento dos quadros das FFAA. Se, de fato, significavam uma ameaça menor, se a sua configuração como óbice foi superestimada, a resposta para a questão “por qual razão eles foram cassados?” é: prevenção, temor de que viessem a se transformar em novos demolidores não só da hierarquia e da disciplina, mas de todo um projeto político-econômico que começava a ser posto em prática. Em outras palavras, como teleologicamente sintetizou o relator do IPM no qual foi investigado o segundo-tenente de Marinha José Ribamar Pereira Torreão da Costa, *prováveis futuros desajustados*.

Portanto, a repressão que os atingiu estava inscrita num objetivo maior: evitar que concorressem para reerguer um partido militar e um movimento político cuja base de sustentação era a autodeterminação política e, em função disso, uma proposta de desenvolvimento econômico que garantisse a emancipação nacional. Logo, defensor de princípios diametralmente opostos aos dos que preconizavam um processo de desenvolvimento autoritário, conservador, socialmente excludente e intrinsecamente ligado e dependente do capital internacional. Grupo esse liderado, naquele período histórico, pela fração mais internacionalizada da classe capitalista nacional, da qual fazia parte a facção militar que assume o poder no imediato pós-1964.

Referências bibliográficas

- Abós, Alvaro. *El poder carnívoro*. Buenos Aires: Editorial Legasa, s.d.
- Abreu, Alzira Alves et al. “Cândido Aragão”. Em *Dicionário histórico-biográfico brasileiro - pós 1930*, org. Alzira Alves Abreu et al, CD-ROM, 2. ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- Almeida, Anderson da Silva. *...como se fosse um deles: Almirante Aragão - memórias, silêncios e ressentimento em tempos de ditadura e democracia*. 1. ed. Niterói: Editora da UFF, 2017.
- Almeida, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil – da rebelião de 1964 à anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- Alves, M. Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
-

- Cardoso, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977.
- Carvalho, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. Em *Forças Armadas e Política no Brasil*, José Murilo de Carvalho, 102-117. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- Castello Branco, Carlos. *Os militares no poder: o ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- Charle, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. Em *Por outra história das elites*, org. Flávio M. Heinz, 41-53. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- Cunha, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2002.
- D'Araújo, Maria Celina, Gláucio Ary Dillon Soares, e Celso Castro. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Dreifuss, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.), Petrópolis: Vozes, 1981.
- Fernandes, Florestan. “O modelo autocrático-burguês de dominação capitalista”. Em *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Florestan Fernandes, 337-424, 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- Ferreira, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964”. Em *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, org. Jorge Ferreira, e Lucília de Almeida Neves Delgado, 343-425. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Fico, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Fico, Carlos. “Conservadorismo durante a ditadura militar”. Em *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*, org. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros, e Alexander Martins Vianna, 99-100. Rio de Janeiro: Faperj; Mauad, 2000.
- Fico, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Revista Tempo e Argumento*, 9, n. 20 (2017): 5-74. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>
- Figueiredo, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e terra, 1993.
- Figueiredo, Marcus. “A Política de Coação no Brasil Pós-64”. Em *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*, Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, 105-202. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- Fragoso, Augusto. *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, B-85-59, 1959.
- Gaspari, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad.: M. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Ginzburg, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. Em *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*, Carlo Ginzburg, 143-179. Trad.: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Kornis, Mônica. “Pedro Paulo de Araújo Suzano”. Em *Dicionário histórico-biográfico brasileiro - pós 1930*, coord. Alzira Alves Abreu et al, CD-ROM, 2. ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
-

- Lamarão, Sérgio, e Sérgio Montalvão. “Clube Militar”. Em *Dicionário histórico-biográfico brasileiro - pós 1930*, coord. Alzira Alves Abreu et al, CD-ROM, 2. ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- Lemos, Renato Luís do Couto Neto e. 2012. “A ‘ditadura civil-militar’ e a reinvenção da roda historiográfica”. https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf.
- Martins Filho, João Roberto. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23, n. 67 (2008): 39-50. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200004>
- Martins Filho, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- Melo, Demian Bezerra de, e Rejane Carolina Hoeveler. “Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss”. *Tempos Históricos*, 18 (2014): 13-43.
- Melo, Demian Bezerra de et al. “Civis que colaboraram com a ditadura”. Em *Relatório: textos temáticos*, Comissão Nacional da Verdade, Brasil, 313-340. Vol. II. Brasília: CNV, 2014.
- Melo, Demian Bezerra de. “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. Em *A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, org. Demian Bezerra de Melo, 157-188. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a. <https://doi.org/10.4000/diacronie.2149>
- Morosini, Liseane. “Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada (1930-1960)”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- Napolitano, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- O’Donnell, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice, 1986.
- Parucker, Paulo Eduardo C. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Pereira, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Trad.: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- Pinto, Bilac. “A revolução democrática de 1964”. Em *Guerra revolucionária*, Bilac Pinto, 159-173. Rio de Janeiro: Forense, 1964.
- Poulantzas, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad.: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- Reis Filho, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Rodrigues, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.
- Rouquié, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. Em *Os partidos militares no Brasil*, org. Alain Rouquié, 9-26. Trad.: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, s.d.
- Smallman, Shawn C. *Fear and memory in the Brazilian Army and society, 1889-1954*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.
- Stone, Lawrence. “Prosopografia”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 19, n. 39 (2011): 115-137. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>
- Villa, Marco Antonio. *Ditadura à Brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.
-

Recebido: 02 de abril de 2021
Aprovado: 07 de agosto de 2021

Del nacional al social desarrollismo: un recorrido histórico desde los años treinta hasta el gobierno de Dilma Rousseff*

Do nacional ao social desenvolvimentismo: um panorama histórico dos anos trinta até o governo de Dilma Rousseff

From national to social developmentalism: a historical overview from the thirties to the Dilma Rousseff government

Diego Crescentino**

<https://orcid.org/0000-0002-0780-199X>

RESUMEN: El presente artículo busca formular un análisis macrohistórico en torno a la comprensión de los discursos, las ideas y las claves político-normativas-sociales-económicas a lo largo del periodo 1930-2016, a fin de interpretar las relaciones de poder que posibilitaron la aplicación de diferentes perspectivas de desarrollo. Pretende con ello comprender de qué manera se desplegó el discurso del desarrollo en Brasil a lo largo de un siglo XX por demás conflictivo, y cuáles fueron las condiciones particulares de aplicación de este concepto. Así, el primer epígrafe tiene como objetivo analizar las bases sobre las cuales se asentó la coalición política y económica que dio origen al proyecto nacional-desarrollista, y las particularidades de su aplicación durante los gobiernos desde Vargas hasta Kubitschek. El segundo epígrafe analiza la transformación del modelo a partir de los planes trienales de desarrollo económico de los gobiernos de Quadros y Goulart, las alteraciones generadas de la mano de la dictadura militar y sus programas y planes

* Este trabajo forma parte de la tesis doctoral, “La identidad de Brasil como cooperante del Sur: Apogeo y crisis de un modelo de desarrollo alternativo (2003-2016)”, enmarcada en el Programa de Doctorado en Historia Contemporánea de la Universidad Autónoma de Madrid y financiada por un contrato predoctoral FPI-UAM 2017 del Departamento de Historia Contemporánea. La presente publicación se inserta en el marco del proyecto SI1/PJI/2019-00257 (Las relaciones de las dictaduras europeas y latinoamericanas en clave transnacional: entendimiento, rivalidades y conexiones con los Estados democráticos: 1930-1980), financiado por la Consejería de Ciencia, Universidades e Innovación de la Comunidad de Madrid y la Universidad Autónoma de Madrid.

** Doctor en Historia Contemporánea por la Universidad Autónoma de Madrid (UAM), con estancias de investigación en Columbia University, Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Erfurt Universität, Pontificia Universidad Católica de Rio Grande del Sur y Universidad Federal de Rio Grande del Sur. Máster en Relaciones Internacionales y Estudios Africanos por la Universidad Autónoma de Madrid y Licenciado en Ciencia Política y Administración Pública por la Universidad Nacional de Cuyo. Mis intereses de investigación son la política exterior de Brasil, los mecanismos de cooperación para el desarrollo (en particular la cooperación Sur-Sur), la constitución identitaria del Sur Global y los diversos enfoques en torno a la resistencia en Relaciones Internacionales. E-mail: diego.crescentino@gmail.com.

nacionales de desarrollo, para llegar así al liberal desarrollismo y la constitucionalización de la planificación estatal a través de los planes plurianuales aún vigentes. Por último, el tercer epígrafe tiene como objetivo examinar el surgimiento de la estrategia neodesarrollista durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores, sus limitaciones y contradicciones, su transformación en una estrategia social-desarrollista, y finalmente su crisis. Se entiende que un análisis amplio de los procesos históricos y de los distintos modelos de desarrollo puede ofrecer una mejor comprensión de los aspectos políticos y sociales y los límites y retos presentes y futuros para el modelo de desarrollo proyectado en Brasil.

Palabras-clave: Brasil. Desarrollo. Nacional-desarrollismo. Liberal-desarrollismo. Social-desarrollismo.

RESUMO: O presente artigo pretende formular uma análise macrohistórica em torno à compreensão dos discursos e ideias político-normativas-sociais-econômicas ao longo do período de 1930-2016, com o objetivo de interpretar as relações de poder que possibilitaram a aplicação de diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento. Se pretende, com isso, compreender de que forma se foi construindo o discurso sobre “desenvolvimento” no Brasil ao longo do século XX, e quais foram as condições particulares de aplicação deste conceito. Assim, a primeira seção tem como objetivo analisar as bases sobre as quais se fundou a coalizão política e econômica que deu origem ao projeto de desenvolvimento nacional e as particularidades de sua aplicação durante os governos de Vargas a Kubitschek. A segunda seção analisa a transformação do modelo com base nos planos trienais de desenvolvimento econômico dos governos Quadros e Goulart, as alterações geradas pela ditadura militar e seus programas e planos nacionais de desenvolvimento, para alcançar o desenvolvimentismo liberal e a constitucionalização do planejamento estadual por meio de planos plurianuais ainda em vigor. Finalmente, a terceira seção tem como objetivo examinar o surgimento da estratégia neodesenvolvimentista durante os governos do Partido dos Trabalhadores, suas limitações e contradições, sua transformação em uma estratégia social-desenvolvimentista, e, finalmente, sua crise. Entende-se que uma análise ampla dos processos históricos e dos diferentes modelos de desenvolvimento pode oferecer uma melhor compreensão dos aspectos políticos e sociais e dos limites e desafios atuais e futuros do modelo de desenvolvimento projetado no Brasil.

Palavras-chave: Brasil. Desenvolvimento. Nacional-desenvolvimentismo. Liberal-desenvolvimentismo. Social-desenvolvimentismo.

ABSTRACT: This article seeks to formulate a macrohistorical analysis around the understanding of speeches, ideas and political-normative-social-economic keys throughout the period 1930-2016, to understand the power relations that made possible the application of different development perspectives. It aims to understand how the development discourse was deployed in Brazil throughout the twentieth century, and what were the conditions of application of this concept. Thus, the first section aims to analyze the bases on which the political and economic coalition that gave rise to the national-development project was based, and the particularities of its application during governments from Vargas to Kubitschek. The second section examines the transformation of the model based on the triennial economic development plans of the Quadros and Goulart

governments, the alterations generated by the military dictatorship and its national development programs and plans, to reach liberal developmentalism and the constitutionalization of state planning through multiannual plans still in force. Lastly, the third section observes the emergence of the neo-developmental strategy during the governments of the Workers Party, its limitations and contradictions, its transformation into a social-developmental strategy, and finally its crisis. It is understood that a broad analysis of the historical processes and the different development models can offer a better understanding of the political and social aspects and the present and future limits and challenges for the projected development model in Brazil.

Keywords: Brazil. Development. National-developmentalism. Liberal-developmentalism. Social-developmentalism.

Cómo citar este artículo:

Crescentino, Diego. “Del nacional al social desarrollismo: un recorrido histórico desde los años treinta hasta el gobierno de Dilma Rousseff”. *Locus: Revista de História*, 27, n. 2 (2021): 339-366.

Introducción

Con el advenimiento de la crisis internacional posterior al crac del 29, el modelo agroexportador brasileño halló sus límites, dando paso al surgimiento de un modelo de desarrollo asentado en la industrialización por sustitución de importaciones. La revolución de 1930 trajo consigo múltiples alteraciones políticas, económicas, institucionales y sociales, e inauguró, como consecuencia, una estructura de poder que alteraría, a lo largo de las décadas siguientes, la conformación de las élites gobernantes. A partir de un modelo político paternalista con tintes autoritarios, el régimen varguista defendió un nacionalismo ligado a la modernización y a la industrialización que asignaba un rol central a la incipiente burguesía industrial. A través de ello, se generó una relación directa entre desarrollo e industrialización, que sentó las bases de lo que posteriormente se transformaría en la estrategia nacional desarrollista. Su eje residía en un esfuerzo por transformar el núcleo urbano industrial en el polo dinámico de la economía brasileña. A partir de entonces, este incipiente modelo de desarrollo implicó la generación de un consenso industrialista que se mantendría, en mayor o menor medida, hasta nuestros días.

El presente artículo busca formular un análisis macrohistórico en torno a la comprensión de los discursos, las ideas y las claves político-normativas-sociales-económicas a lo largo del periodo 1930-2016, a fin de interpretar las relaciones de poder que posibilitaron la aplicación de diferentes perspectivas de desarrollo. Con ello, pretende comprender de qué manera se desplegó el discurso del desarrollo en Brasil a lo largo de un siglo XX por demás conflictivo, y cuáles fueron las

condiciones particulares de aplicación de este concepto. Así, el primer epígrafe aborda las bases sobre las cuales se asentó la coalición política y económica que dio origen al proyecto nacional-desarrollista, y las particularidades de su aplicación durante los gobiernos desde Vargas hasta Kubitschek. El segundo epígrafe analiza la transformación del modelo a partir de los planes trienales de desarrollo económico de los gobiernos de Quadros (1961) y Goulart (1961-1964), las alteraciones generadas de la mano de la dictadura militar y sus programas y planes nacionales de desarrollo, para llegar, así, al liberal desarrollismo y la constitucionalización de la planificación estatal, a través de los planes plurianuales aún vigentes. Por último, el tercer epígrafe examina el surgimiento de la estrategia neodesarrollista durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores, sus limitaciones y contradicciones, su transformación en una estrategia social-desarrollista, y, finalmente, su crisis. A través de la presente propuesta, se entiende que una exploración histórica amplia, enfocada en los distintos modelos de desarrollo, permite ofrecer una mejor comprensión de los aspectos político-ideológicos, socio-económicos e institucionales que sirvieron de fundamento para el surgimiento de marcos interpretativos y narrativas en torno al desarrollo.

El proyecto nacional desarrollista: de Vargas a Kubitschek

El centenario del Brasil independiente en 1922 encontró al país en una situación particular. La década de 1920 estuvo marcada por los límites propios de un régimen político en decadencia, integrado en una crisis económica internacional de la cual el modelo agroexportador paulista, limitado a la hora de importar, exportar o hacer frente a los pagos de deuda, no podía escapar. Esta situación se manifestó, a su vez, a través de múltiples y profundas protestas sociales de las fuerzas políticas olvidadas por la Primera República (1889-1930), que abogaban por la apertura de nuevos canales de participación política. Bajo el dominio anarcosindicalista del Comité de Defensa Proletaria, la clase obrera se encontraba en intenso movimiento desde las huelgas paulistas y cariocas de 1917. Esperanzada ante el despertar de las experiencias revolucionarias regionales e internacionales, impulsaba su organización por medio de la fundación de nuevos movimientos políticos, tales como el Partido Comunista (1922). Desde las fuerzas armadas, los Movimientos Tenentistas¹ fueron la cara visible del descontento de los militares de bajo rango con el régimen, generando un mito que llega hasta nuestros días. También en este contexto ocurrieron eventos culturales de gran magnitud, que marcaron un antes y un después en la comprensión de la brasileñidad, tales como la *Semana de Arte Moderna*. Este conjunto de transformaciones —sumados

¹ Tales como la Revuelta del Fuerte de Copacabana en 1922, la Revolución de São Paulo en 1924 o la Columna Prestes entre 1924 y 1927.

al desarrollo industrial y a la diversificación de la agricultura— funcionaron como estímulos para la alteración del escenario político hasta entonces vigente.

Tal crisis de hegemonía condujo, en 1930, a una revolución triunfante liderada por Getulio Vargas. Con el desplazamiento de las oligarquías paulistas y mineras del poder, tanto el gobierno provisional de Vargas como la posterior Segunda República (1930-1937) procuraron incorporar al escenario político a los sectores relegados por la Vieja República. Para ello, resultó central reorganizar el territorio, promoviendo una centralización del poder que redujo profundamente la autonomía de los Estados federales. Tras sofocar la revolución constitucionalista de 1932 y cooptar o contener al tenentismo y a los movimientos sociales, la constitución de 1934 plasmó una nueva estructura de poder, gobernada por una inestable alianza que no tardó en enfrentar nuevos límites (Dabène 1999, 92-93). Profundamente exitosa en este periodo fue, también, la limitación de la creciente influencia de los comunistas en los sindicatos. Ello fue llevado a cabo, principalmente, a través de un proceso tanto regenerativo —canalizado, fundamentalmente, a través del ministerio de Trabajo—, como represivo y de control social.

De la mano de un modelo político paternalista y con tintes autoritarios, Vargas defendió un nacionalismo ligado a la modernización y a la industrialización con integración territorial. En esta estructura, dos agentes resultaron cruciales: “las ciudades, puntas de lanza del progreso en las inmensidades rurales, y el ejército, como institución que podía escapar a los intereses oligárquicos regionales, y tenía una cobertura verdaderamente nacional” (Pérez Brignoli 2018, 349). Por otra parte, conforme a lo que estaba sucediendo en la región, el Estado brasileño estuvo caracterizado, en este periodo, por realizar grandes concesiones a las clases medias y obreras industriales. Por medio del reconocimiento de derechos sociales y la inclusión de las estructuras sindicales como legítimas representantes del proletariado, Vargas sumó el apoyo de amplios sectores en una alianza política gobernante que, además, contaba con el beneplácito del incipiente sector industrial emergente, la Iglesia y gran parte del ejército.

En este sentido, si bien, aún hoy, la producción historiográfica que analiza este fenómeno se debate en torno a la naturaleza del Estado resultante de la revolución de 1930, existen tanto lecturas que lo caracterizan como conservador, como interpretaciones que resaltan su condición de modernizador de la economía brasileña². Más allá de las diferentes interpretaciones que puedan hacerse, la recomposición de las élites políticas condujo a que la estructura de gobierno presentara una característica diferente de la previa: ya no se trataba de una expresión inmediata de la jerarquía social y económica, ni de los intereses de una sola clase. Empero, el incipiente modelo de desarrollo

² Sobre esta cuestión ver: Gertz 1991; Pandolfi 1999; Gomes 2005; Skidmore 1988; Silva 1975; Basbaum 1985; Cancelli 1993.

por sustitución de importaciones implicó la generación de un consenso industrialista, asentado sobre una burguesía que, hasta entonces, había estado ausente en el ejercicio de grandes cuotas de poder en el sistema político brasileño.

De manera coherente con las teorías del desarrollo en auge, los líderes industriales lograron plasmar un discurso que defendía un Estado interventor de la economía, promotor de la integración del mercado interno, y protector de la industria nacional y el bienestar de la Nación. A través de ello, se generó una relación directa entre desarrollo e industrialización, que sentó las bases de lo que en la década del 50 se transformaría en la estrategia *nacional desarrollista*. La acción del Estado se orientó, como consecuencia, hacia tres objetivos: la reglamentación de los factores productivos, la redefinición del papel de la agricultura, y la inversión en emprendimientos productivos de infraestructura. El sentido de ello residía en un esfuerzo por transformar el núcleo urbano industrial en el polo dinámico de la economía brasileña. Por ello, la idea de que el programa industrialista era una precondition para la definición de un proyecto de fortalecimiento nacional cobró fuerza integrando cuatro prioridades fundamentales: a) la superación de la vulnerabilidad externa de la economía brasileña sólo podía lograrse a través de la industria. Frente a ello, b) era necesario condenar la exportación de bienes primarios como sustento exclusivo de la economía. Esto a su vez requería c) el establecimiento de una identidad entre industria y grandeza nacional; y d) el fomento de la industrialización pesada para la infraestructura básica coordinada y sostenida por el Estado. Así, pese a que su acción económica se encontrase aún comprometida con los sectores tradicionales de la economía, la élite industrial brasileña se transformó en la principal beneficiaria de los cambios que se sucedieron (Mendonça 2008, 24-27).

A partir de 1934, las presiones al gobierno de Vargas se hicieron sentir desde dos tendencias. Por un lado, desde un frente de izquierda multisectorial y multclasista, organizado en torno a la Alianza Nacional Libertadora. Unificada en torno a la lucha contra el fascismo, el imperialismo y el latifundio, esta organización intentó llegar al poder a través de un fallido golpe de Estado en 1935, conocido como la *Intentona Comunista*. Por el otro lado, la corriente fascista del integralismo brasileño, que procuró, desde una perspectiva cristiana y ultranacionalista, crear una nueva síntesis de ideas basadas en el carácter pluricultural y multirracial de Brasil, llegando, también, a perpetrar un golpe de estado en 1938. Paradójicamente, hombres de una y otra vertiente formaban parte de diferentes ministerios del gobierno de Vargas, como el Ministerio de Educación y Salud encabezado por Gustavo Capanema (Grecco 2015).

Entre 1937 y 1945, la proclamación de una nueva constitución dio paso a un autogolpe y a la instauración del Estado Novo, el cual determinó el cierre del Congreso Nacional y la centralización del poder en la figura de Vargas. Con carácter autoritario y corporativo, el Estado

Novo fue estructurado en torno a una burocracia profesionalizada, legitimada por el ejército, la iglesia y los sindicatos. A su vez, en continuidad con el periodo previo, el énfasis industrialista se asentó en el intervencionismo estatal de la economía nacional. Este énfasis influyó significativamente en la lectura de la equidistancia pragmática esbozada en política exterior, a través de la cual Brasil arriesgó un doble juego relacional entre los intereses alemanes y los estadounidenses (Moura 1980, 62-63). Con este sentido pragmático, El Ministerio de Relaciones Exteriores explotó el miedo de la colaboración brasileño-alemana en la industria siderúrgica para obtener beneficios en sus relaciones con Washington (Hilton 1975, 772). De hecho, los resultados del ingreso del país a la Segunda Guerra Mundial y el realineamiento de Brasil a los Estados Unidos se plasmaron, inmediatamente, en una serie de créditos destinados a la industria siderúrgica nacional, cristalizados a partir de 1941 a través del proyecto de Volta Redonda (Dinius 2010). Ello representó una oportunidad con grandes consecuencias futuras, pues su inauguración en 1947 permitió a Brasil desarrollar su industria automovilística de manera autónoma.

Con el fin de la guerra, las presiones por una redemocratización se hicieron fuertes. Paralelamente, el liberalismo ricardiano resultante del predominio norteamericano en el sistema internacional fue institucionalizado por medio de los acuerdos de Bretton Woods. A nivel teórico, el triunfo de la lectura de White sobre la de Keynes confiaba en la expansión de las ventajas comparativas como mecanismo de desarrollo. Consecuentemente, iba acompañado de una fuerte crítica, a nivel internacional, hacia el intervencionismo estatal, sobre todo de los regímenes occidentales no democráticos. En este contexto, las presiones internacionales se conjugaron con las internas, con lo cual las demoras para la apertura democrática del Estado Novo provocaron, en 1945, que las fuerzas armadas realizaran un nuevo golpe de Estado. En 1946, una nueva constitución inauguró la República Nova (1946-1964), convocando a unas elecciones que ganaría Gaspar Dutra, un militar participante en el golpe que había sido previamente ministro de Guerra de Vargas.

A partir del gobierno de Dutra, de corte liberal, fue consolidándose un modelo de desarrollo que transformó los principios del intervencionismo estatal, tornándolo compatible con la propuesta estadounidense. Esta lectura se vio traducida en una retracción del nacionalismo proteccionista y una apertura a las inversiones extranjeras, con iniciativas que combinaban la participación público-privada nacional y extranjera, tales como el plan S.A.L.T.E. (salud, alimentación, transporte y energía) de 1948 (Almeida 2004, 161-164). Como consecuencia, se generó un debate que dividió aguas entre dos vertientes en torno al rol del Estado y la industrialización. Por un lado, la postura defendida por la pequeña burguesía nacional desarrollista, que buscaba promover un modelo autónomo de desarrollo industrial, enfocado en la nacionalización de actividades productivas

estratégicas (energía, siderurgia, comunicaciones) y en el control de las remesas al exterior de las empresas extranjeras en territorio nacional. Por el otro lado, la apuesta de la mediana y gran burguesía, que entendía que la asociación con el capital extranjero era la única forma de promover la modernización de la industria brasileña (Wasserman 2010, 197). Este debate se dio en un contexto en el cual el fin del conflicto bélico condujo a que los capitales estadounidenses, europeos y japoneses volvieran a centrarse en los países periféricos.

Con el retorno de Vargas al poder (1951-1954), las tensiones políticas recrudecieron en torno a la retórica dicotómica entre nacionalistas y entreguistas, en un contexto de fuerte inflación y dificultades para el sector industrial. Tales lecturas se tradujeron en dos proyectos opuestos. Por un lado, el pensamiento nacionalista, de inspiración cepalina y catalizado por el Instituto Superior de Estudios Brasileños (ISEB), que abogaba por un proyecto de desarrollo industrial autónomo ligado a una necesaria reforma social. Por el otro lado, el pensamiento liberal, representado por la Escuela Superior de Guerra, promotor de las ventajas comparativas de la agricultura (Vizentini 2005, 13). Al igual que había hecho durante sus periodos de gobierno previos, Vargas se transformó en vocero de la retórica nacionalista. Ello se tradujo en la nacionalización de actividades productivas estratégicas por medio de la creación de empresas estatales, como PETROBRAS o ELECTROBRAS³. Pero también se vislumbró en una promoción de la intervención del Estado en el sector financiero, por medio de medidas como la creación del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social, en 1952, o la instrucción 70 de la Superintendencia de la Moneda y el Crédito (SUMOC), en 1953⁴. Tras el suicidio de Vargas, la apertura paulatina a la inversión extranjera no se hizo esperar. En 1955, el presidente Café Filho (1954-1955) derogó la instrucción 70 de la SUMOC y autorizó, a través de la instrucción 113, la importación de insumos y maquinaria industrial. La apertura facilitada por el nuevo orden normativo se transformó, como consecuencia, en una de las piedras angulares del modelo nacional desarrollista implantado con fuerza por Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Más cercana a la teoría de los cinco estadios de Rostow, la política de desarrollo de los *cinquenta años en cinco* (el eslogan de su Plano de Metas⁵) representó, a la vez, una ruptura y una continuidad con la política varguista. En este sentido, mientras la política económica permanecía respaldada por la industria y por los sectores del empresariado nacional, la aplicación de la

³ En el caso de ELECTROBRAS, si bien la propuesta de creación data de 1954, su propuesta generó gran oposición en el Congreso y fue finalmente fundada en 1962.

⁴ Que protegía la producción industrial a través de una tasa de cambio múltiple y limitaba a un 10% las remesas al exterior de filiales extranjeras en el país.

⁵ Que constaba de treinta y un objetivos resumidos en cinco grandes metas: energía, transporte, alimentación, industrias básicas y educación (capacitación de personal técnico).

instrucción 113 se vio plasmada en una inmediata internacionalización de la economía brasileña, permitiendo atraer capital a través de créditos e inversión extranjera directa. Ello se tradujo en la instalación de empresas extranjeras en sectores industriales que se convertirían en motores del crecimiento económico brasileño hasta 1980 (Arend 2009, 21)⁶. En efecto, entre 1955 y 1961, el PBI per cápita creció un 4% anual, gracias, en gran parte, al aumento del valor de la producción industrial en un 80% (Fausto 2012, 364-365), pero también a un significativo endeudamiento público.

El eje del nacional desarrollismo de Kubitschek giró, así, en torno a la transformación de las funciones del Estado interventor para la modernización de la industria nacional, de la mano de una triangulación entre el capital extranjero, la iniciativa privada nacional, y el control estatal de los recursos básicos. Su propuesta residía en una industrialización capitalista planificada y coordinada por el Estado, como principal tomador de decisiones finales de inversión. Se entendía, por tanto, que el libre mercado no era capaz de generar un proceso de industrialización (Silva 2000, 78). Como resultado de la modernización de la producción, llegaría una distribución más igualitaria de los beneficios del crecimiento, por lo cual, en principio, la noción superaba las lecturas economicistas.

El Estado debía transformarse, pues, en un planificador y orientador de la economía, actuando como banquero del capital privado en aquellas actividades que permitiesen la libre competencia —controladas indirectamente a través de agencias de financiamiento—, y, a la vez, como propietario en los sectores industriales donde la competencia fuese inviable —principalmente el energético o aquellos relativos a la seguridad nacional—. El desarrollo era, en consecuencia, “un proceso de acumulación de capital y de incorporación de tecnología a través del cual los perfiles de la distribución de los recursos disponibles aumentarían la calidad de vida de la sociedad como un todo” (Salas Oroño y Melendi 2017, 43). La intención final de este modelo era librar al país del deterioro de los términos de intercambio y de su dependencia del sector agrario exportador, siendo capaz de financiar el progreso tecnológico. Como resultado, la industrialización permitiría superar los problemas de desigualdades sociales y regionales producto del subdesarrollo.

Por supuesto, tal y como había sucedido durante la “Era Vargas”, la construcción de un discurso legitimador fue esencial durante la puesta en práctica del proyecto nacional desarrollista. La generación de una lógica dicotómica entre nacionalistas y entreguistas explicaba los límites del desarrollo a partir de las grandes divergencias entre ambos sectores antagónicos. Así, por un lado, con el primer concepto se aludía a las fuerzas sociales nacidas de la expansión urbano-industrial del país (proletariado, empresariado industrial y clase media) como símbolo de las fuerzas dinámicas

⁶ Particularmente en el sector energético y siderúrgico, pero también en la industria automovilística y aeroespacial, entre otras.

de la nación y garantía del desarrollo. Por el otro lado, con el segundo se hacía referencia a las oligarquías agrario-exportadoras tradicionales y sus aliados de la burguesía comercial, ligada al capital comercial y financiero internacional. Desde esta cosmovisión, eran tanto los responsables de la inmovilidad social, como el principal obstáculo para la industrialización. Así, la retórica oficial defendía que, mientras el país siguiese ligado al camino trazado por los segundos, no podría superar los límites impuestos por el deterioro de los términos de intercambio ni de su condición de subdesarrollo y desigualdad.

No obstante, tal retórica enfrentó una grave crisis interna sobre el final de la década, cuando, en el seno del ISEB, principal defensor de la teoría del nacional-desarrollismo, Hélio Jaguaribe, publicó el libro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958). En él, Jaguaribe reconocía un redireccionamiento de la inversión extranjera hacia la industria, contradiciendo, con ello, la tesis básica de los nacionalistas hasta ese momento. Al conceder un papel positivo a la inversión extranjera en la industria, Jaguaribe anticipó la fundación de la *nueva teoría de la dependencia*, “que se formularía en São Paulo y Chile en la década de 1960, después del golpe de Estado de 1964 y la reanudación del desarrollo en 1967, y sería dominante en América Latina en la década de 1970” (Bresser-Pereira 2004, 51). Esta crisis se integró al cambio de la retórica liberal, para cuya intelectualidad, el fracaso en su defensa del Brasil agrícola condujo a que también ellos adoptaran un industrialismo ligado al sector privado (Pereyra Doval 2017, 163).

El inmediato despido de Jaguaribe del ISEB no evitó la posterior crisis del pacto nacional desarrollista, que se tradujo, en última instancia, en la derrota electoral del partido de Kubitschek, y en la llegada de Jânio Quadros (1961) a la presidencia. En síntesis, este primer periodo formativo del nacional desarrollismo se vio atravesado por la transformación del modelo de desarrollo brasileño. En el contexto del deterioro de los términos de intercambio sufrido por las economías latinoamericanas en el periodo posterior a la gran depresión, la economía brasileña pasó de estar asentada sobre un modelo agroexportador, regulado por un Estado gendarme dirigido por las oligarquías paulistas y mineras, a la configuración de un consenso industrialista, sostenido por un Estado interventor que favoreció la sustitución de importaciones por industria nacional y la modernización de la economía con integración territorial. Ello contribuyó, a su vez, tanto a una mayor cohesión del mercado interno, como a una incorporación, en el escenario político, de ciertos sectores relegados por la Vieja República.

Del Plan Trienal de Desarrollo Económico y Social al liberal-desarrollismo

Con el fin del gobierno de Kubitschek, las limitaciones del modelo desarrollista⁷ fueron integrándose, paulatinamente, a una coyuntura de recesión de la economía mundial y una creciente crisis política. La aceleración del proceso inflacionario y el deterioro de la balanza externa se convirtió en el problema central de los gobiernos, conduciendo a que el eje de la economía pasase del establecimiento de políticas de desarrollo, a la implementación de estrategias de estabilización (Silva 2000, 77). El costo social de estas políticas condujo, por supuesto, a un periodo de mayor descontento y movilización social. Con constantes amenazas de sufrir un nuevo golpe militar, Quadros (1961) y Goulart (1961-1964) se sucedieron en el poder en el escenario de una creciente inestabilidad política y económica. La conjugación en el poder de dos tradiciones políticas adversas no colaboró con la conformación de una alianza que garantizara una estabilidad al gobierno. Ello fue posible debido a que la elección del presidente y de su vice eran votadas separadamente. Así, de tradición contraria al varguismo, Jânio Quadros llegó al poder acompañado del vicepresidente João Goulart, antiguo ministro de trabajo de Vargas, uno de sus herederos políticos, y exvicepresidente durante el gobierno de Kubitschek.

El corto gobierno de Quadros y la accidentada toma de poder de Goulart ocho meses después representaron, a las claras, la inestabilidad del gobierno constitucional que se mantendría en el poder hasta el golpe de 1964. En el ámbito internacional, la revolución cubana de 1959 visibilizó la posibilidad de que una revolución de izquierda fuese posible. La radicalización de las ideas y una mayor combatividad sindical se vieron traducidas en una mayor polarización social, lo cual encendió las alarmas de la derecha política y del intervencionismo norteamericano. Sin dejar de lado el accionar militar, la Alianza para el Progreso del presidente Kennedy había centrado, hasta entonces, la retórica de la contención de la amenaza comunista en el fomento de la cooperación entre los gobiernos del continente. La defensa de la libertad se veía acompañada, así, de un compromiso por una integración política y económica (es decir, entre democracias liberales) que conducirían, naturalmente, a un bienestar social. Con el asesinato de Kennedy y el ascenso de Johnson al poder (1964), la campaña de desestabilización política de los Estados Unidos contra el gobierno de Goulart quedó articulada en torno a la Operación “Brother Sam” (Fico 2008, 65-66).

En este complejo contexto político y económico, la estrategia de desarrollo de Goulart estuvo sintetizada en torno al objetivo inmediato de frenar la desaceleración del crecimiento y controlar la inflación, sin atenuar la intervención gubernamental en el ámbito social, ni dejar de

⁷ Particularmente, la inflación como fenómeno estructural, y por supuesto, la desnacionalización progresiva de la economía, que se tradujeron en una inestabilidad monetaria interna y un desequilibrio de las cuentas externas insostenible a mediano plazo.

lado el objetivo de la industrialización a largo plazo. A pesar de haber sido ideado por Celso Furtado, uno de los mayores representantes de la CEPAL, el Plan Trienal de Desarrollo Económico y Social estableció instrumentos ortodoxos para estabilizar la economía, tales como el control del déficit público y de las emisiones monetarias. El Plan procuró, así, asegurar tanto el cumplimiento de las obligaciones externas, como la financiación del gobierno por medio del aumento de las exportaciones, la reforma tributaria, y la inversión extranjera. Con todo, no sería el último teórico cepalino con un accionar ambiguo en relación con su pensamiento en la arena política brasileña.

Asediado a nivel político, económico y social, y frente al resquebrajamiento de la alianza que daba legitimidad a su gobierno por el fracaso de su plan de estabilización, Goulart decidió mover fichas y dar un paso a la izquierda a comienzos de 1964. Ello se tradujo en una serie de decretos con fuertes objetivos sociales, tales como la reforma agraria, la nacionalización de las refinerías que no estaban en manos de Petrobras, una reforma urbana que afectaría los alquileres, y una fuerte campaña de sindicalización para movilizar a los campesinos (Marini 2008, 53-54). Poco después, las fuerzas armadas, apoyadas por las oligarquías terratenientes tradicionales, buena parte de los gobernadores provinciales, gran parte de la clase media y la burguesía dieron curso a un nuevo golpe de Estado, con el apoyo económico y militar de los Estados Unidos. Este accionar se convirtió, como consecuencia, en un proceso fundacional para la larga tradición de gobiernos militares que afectaría a la región latinoamericana hasta fines de la década de 1980: la Doctrina de Seguridad Nacional.

De la mano de la supresión de los derechos constitucionales en una lucha constante contra posibles insurrecciones comunistas, el Estado resultante se basó en una alianza entre las fuerzas armadas, empresarios y tecnoburócratas. Como consecuencia, el régimen civil-militar inició una nueva etapa de gobiernos autoritarios concentrados en la consolidación de un modelo periférico de capitalismo dependiente, que buscó legitimarse a través de la estabilización macroeconómica. El objetivo fue lograr la integración de la economía nacional a las condiciones del mercado internacional, gracias al abandono de las políticas redistributivas en pos de un aumento de la producción. Para este fin, el régimen se concentró en la formulación de políticas anticrisis concertadas a partir de dos series de herramientas. Primero, el Plan de Acción Integrado del Gobierno (1964-1967), con énfasis en la industrialización de bienes de consumo durables. Posteriormente, los Programas de Desarrollo Estratégico (1968-1970) y de Acción de Metas y Bases del Gobierno (1970-1973), organizados en torno a la generación de recursos para la expansión económica y la institucionalización de la concentración del capital y las empresas.

Estos objetivos se dieron de la mano de políticas de ahorro fiscal —por medio de la reducción de salarios— y atracción de capitales, con un endeudamiento externo que se transformó

en un problema creciente para la economía brasileña. A pesar de ello, las bases del proceso de industrialización no fueron alteradas en este periodo. Esto se manifestó, particularmente desde 1968, a través de la planificación de grandes proyectos de infraestructura en los sectores energético, de transportes, comunicaciones, siderúrgico y minero, y la profundización del proceso de industrialización pesada en el país. Obras como la central hidroeléctrica binacional de Itaipú (junto a Paraguay), la central hidroeléctrica de Tucuruí, la usina nuclear de Angra dos reis o la autopista transamazónica fueron proyectadas en este periodo, de la mano de la fundación de 231 nuevas empresas estatales (Gremaud, Vasconcellos y Toneto Júnior 2004). Los resultados inmediatos llevaron a que los índices de desempeño de la economía alcanzasen su apogeo con tasas de crecimiento inéditas entre 1968 y 1973, dando lugar a un “milagro brasileño” apoyado sobre una sobreexplotación del trabajo sin redistribución de la riqueza, y generando un aumento sin precedentes de las desigualdades sociales.

Sin embargo, los límites del milagro económico comenzaron a hacerse notar con los cambios de signo de la coyuntura internacional, cuando la crisis del petróleo condujo a serios desequilibrios económicos. Con el alza de los precios del crudo, la matriz energética brasileña, fuertemente sustentada en el petróleo, se vio profundamente afectada. Ello repercutió sobre el sistema productivo nacional, lo cual afectó gravemente a la balanza comercial, que debió acudir progresivamente a tasas de endeudamiento externo cada vez mayores. A fin de paliar estos límites, el gobierno lanzó tres Planes Nacionales de Desarrollo (PND). Por un lado, el I PND “anticipó el periodo de mayor importancia para la planificación estatal de la economía, y (...) supuso la culminación de la estrategia de desarrollo guiada por el Estado” (Bachiller Cabria 2012, 8). Previendo las limitaciones económicas externas, el II PND se concentró en la profundización de una reforma estructural que redujese la dependencia externa, apostando por una industrialización productora de bienes de capital (máquinas y equipamiento), bienes intermedios, e insumos básicos. Sin embargo, la profundización de la crisis económica condujo a una crisis política, que comenzó a deteriorar profundamente la ya erosionada legitimidad del régimen, provocando un lento proceso de retorno a la democracia.

La ruptura de la alianza entre Estado, industria nacional y capital extranjero se encontró en aprietos ante el aumento de los tipos de interés de la deuda externa y la consiguiente suspensión de los flujos crediticios hacia las economías latinoamericanas tras la crisis mexicana de 1982. Ello se sumó a las tensiones sociales, producto de la represión social y de las políticas económicas de los años previos, y condujo a la transformación del paradigma del desarrollo hacia una nueva etapa de ajustes ortodoxos, en la que pasaron a preponderar los factores externos a la economía nacional (Mendonça 2008, 122). Frente a este panorama, tanto el III PND (1980-1985) como el I Plan

Nacional de Desarrollo de la Nueva República (1985-1989) limitaron profundamente el accionar del Estado a aquellos sectores que se consideraban básicos para el desarrollo y el crecimiento económico. Como corolario, entre 1985 y 1990 tuvo lugar la fase final de un largo proceso de transición hacia la apertura democrática, concluyendo en la institucionalización de la sexta república brasileña y el acceso de Fernando Collor de Mello al poder (Linz y Stepan 1999, 205). En el seno de esta trayectoria, la Constitución de 1988 rescató la planificación estatal a través de la implementación de planes plurianuales (PPA) vinculantes para las leyes presupuestarias. Empero, como venía ocurriendo desde el III PND, el PPA de 1991-1995 tuvo una existencia meramente formal, y su elaboración se dio con el objetivo de cumplir con la normativa legal (Lessa, Couto y Farias 2009, 89-90).

Como consecuencia, el retorno del régimen democrático no implicó una alteración de la alianza entre el capital transnacional, el sector financiero externo y ciertos sectores de la burocracia estatal. La política de desarrollo de Collor (1990-1992) se centró, así, en una serie de políticas de desmantelamiento del modelo desarrollista, impulsadas por la ortodoxia económica de la banca internacional y resumidas por el Consenso de Washington (1989). Sus ejes giraron en torno a la liberalización económica para la atracción de la inversión privada extranjera, un ajuste estructural que permitiese la reducción del gasto público, y la privatización de empresas públicas a través del Programa Nacional de Desestatización. Tras dos años en el gobierno, el presidente se vio comprometido en un caso de corrupción que llevó a movimientos sociales y sociedad civil a solicitar su juicio político (*impeachment*), provocando su destitución y la consiguiente asunción del vicepresidente Itamar Franco. Frente a la necesidad de lograr una estabilidad macroeconómica y poner freno a la problemática crónica de la inflación, el gobierno de Itamar (1992-1994) lanzó el Plan Real, que estableció una paridad cambiaria con el dólar, limitando la emisión monetaria al nivel de las reservas internacionales del país. Impulsado por el éxito logrado, el entonces Ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), fue elegido presidente en 1994.

Como el gran articulador del Plan Real, Cardoso asumió su cargo teniendo como objetivos principales devolver al país la estabilidad política y macroeconómica, buscando, a su vez, lograr una modernización productiva gracias al ingreso de tecnología avanzada y a la apertura a la competencia internacional. La continuidad de las políticas aperturistas condujo, de este modo, a nuevos programas de ajuste estructural. Estos pretendieron lograr un equilibrio fiscal a través de una reforma del Estado que perseguía la transferencia de sus funciones empresariales y sociales al ámbito privado, limitando su rol al de regulador, y valiéndose del aporte constante de capitales externos. Los desafíos de este *Estado logístico* quedaron definidos, como consecuencia, en términos de la absorción de las fuerzas nacionales generadas por el Estado desarrollista, y su inserción en el

mundo globalizado. Ello comprendía transformarse en el responsable del proceso privatizador, pero también de la creación de empresas públicas y de capital mixto que resultasen competitivas internacionalmente⁸. Con este fin, la apertura tendría que medirse en materia de la adaptabilidad de los empresarios locales (Cervo 2002, 9-10).

El concepto de desarrollo fue entonces ligado al de mercado, y el de modernización conformó un binomio con la libre competencia. Fue esta concepción, precisamente, la que procuró extender José Serra desde el Ministerio de Planificación, exteriorizando estas ideas a través del Plan Plurianual 1996-1999. Sus directivas giraron, así, en torno a la construcción de un Estado moderno y eficiente, la reducción de los desequilibrios sociales y espaciales del país, y la modernización productiva de la economía brasileña. En este contexto, el concepto de modernización hacía referencia directa a dos procesos paralelos. Por un lado, a una renovación de la estructura productiva industrial, centrada en una racionalización de los procesos de producción, y una integración de nuevas formas de gestión para facilitar la reducción de los costos y aumentar la productividad. Ello se vio traducido en el abandono de aquella producción que no resultase competitiva, la profundización de la subcontratación y tercerización de empleados, y la sustitución de proveedores locales por proveedores externos con menores precios. Por otro lado, una innovación vinculada a la agenda del consumo, facilitada tanto por la apertura del comercio a la importación, como por la entrada de empresas multinacionales que complejizaron la competencia (Machado 2008, 94-95).

No obstante, al interior del bloque dirigente del gobierno de Cardoso existían fuertes divisiones internas vinculadas por el ideario del liberalismo económico imperante. Por un lado y de carácter mayoritario, existía una corriente liberal fundamentalista continuista de las políticas de Collor de Mello, y apoyada por el empuje de los grandes organismos financieros internacionales. Seguidor del texto programático que ofrecía el Consenso de Washington, este grupo estaba orientado por la necesidad de una estabilización monetaria y comprometido con la promoción del libre mercado. Por el otro lado, existía una corriente liberal desarrollista, más inclinada a equilibrar la estabilidad monetaria con un crecimiento competitivo de la economía local, a través de una intervención moderada del Estado (Sallum Jr. 2003, 45).

La existencia de estas dos tendencias acabó dando un carácter híbrido a las acciones del gobierno de Cardoso. Ello se tradujo en una redirección del accionar del Estado a la esfera financiera sobre las actividades productivas y comerciales, lo cual, preso del ingreso de capitales especulativos, generó una constante expansión de la deuda interna y externa. Como resultado, el

⁸ Sobre todo, en los sectores de la industria minera, siderúrgica, aeronáutica y aeroespacial.

Plan Plurianual 1996-1999 mantuvo la premisa básica de consolidar la estabilidad de los precios, principales responsables, según la lectura oficial, de la reanudación de las inversiones productivas y la inauguración de una nueva fase sostenida de desarrollo. Sin embargo, este hecho no impidió que el desarrollismo liberal inspirara algunas políticas que contrarrestaban las consecuencias negativas de la ortodoxia para sectores económicos específicos, fomentando políticas intervencionistas acotadas para promover la competencia.

Con el advenimiento de las crisis económicas de finales del siglo XX se desató en Brasil un nuevo periodo inflacionario y una salida de capitales que desencadenó una devaluación del real. Frente a este escenario, fue inaugurada una nueva gestión macroeconómica, que implicó algunos cambios en las relaciones entre el Estado y los distintos sectores económicos, provocando un fortalecimiento de la corriente liberal desarrollista que seguiría creciendo hasta las elecciones del año 2002. De manera tardía, el Plan Plurianual 2000-2003 se hizo eco de esta crisis, procurando rescatar la cuestión social frente a los efectos de la globalización asimétrica. Sin embargo, frente al advenimiento del estancamiento internacional de principios de la década del 2000, las dificultades para cumplir con los compromisos de deuda interna y externa, la crisis en Argentina y el riesgo político asociado a las elecciones presidenciales, las ya deterioradas y deslegitimadas políticas gubernamentales sufrieron un estrangulamiento.

Como resultado, Lula da Silva ganó las elecciones generales de octubre del 2002, y llegó al poder como la fuerza más votada tras tres derrotas electorales en los comicios de 1989, 1994 y 1998. De esta forma, este proceso electoral puso fin a un periodo de transformación y deterioro del modelo nacional desarrollista, que había comenzado con la implementación de estrategias de estabilización e instrumentos ortodoxos de ajuste, en el seno de la crisis política y la recesión económica de la década de 1960. Sobre esta base se vio configurado el modelo periférico de capitalismo dependiente, asociado a la Doctrina de Seguridad Nacional. A través de él, la dictadura militar promovió una estabilización macroeconómica por medio de una expansión sin precedentes (el 'milagro brasileño'), asociada al fomento de macroproyectos de infraestructura, la concentración del capital y las empresas, la atracción de capital extranjero, y el abandono de las políticas redistributivas. A pesar del aparente éxito del modelo en términos de crecimiento económico, las crisis del petróleo visibilizaron el problema del endeudamiento externo como cuello de botella. Frente a este contexto, el ajuste estructural, la libre competencia y la modernización productiva se convirtieron en los motores del crecimiento económico del ideario neoliberal, conduciendo a un proyecto ligado al mercado, la competencia y la innovación. No obstante, sobre el final de la década de 1990, el limitado éxito de la frágil estabilización macroeconómica devolvió el debate a la escena

política, lo cual se tradujo en un retorno de la necesidad de reajustar el modelo desarrollista frente a la hasta entonces dominante necesidad de superarlo y reemplazarlo.

Neodesarrollismo y social-desarrollismo, políticas sociales y liderazgo internacional

Con el ascenso de gobiernos de la “nueva izquierda” al poder, el giro ideológico que se extendió en la política de Latinoamérica durante los primeros años del siglo XXI fue denominado como “socialismo del siglo XXI”⁹. Más allá de la heterogeneidad de las experiencias sintetizadas bajo el paraguas de este concepto (Dabène 2012; Gaudichaud y Posado 2020), la nueva opción político-ideológica respondió al despliegue del neoliberalismo en la región durante la década previa, adoptando, como respuesta, una retórica que apeló a la necesidad de rehabilitar el rol del Estado democrático en la promoción del desarrollo y en la lucha contra la pobreza y las desigualdades sociales. Este conjunto de ideas se vio encarnado por diversos jefes de Estado, como Michelle Bachelet en Chile (2006; 2014); Tabaré Vázquez (2005; 2015) y José Mujica (2010) en Uruguay; Evo Morales en Bolivia (2006); Hugo Chávez en Venezuela (1999); Rafael Correa en Ecuador (2007) y Néstor Kirchner (2003) y Cristina Fernández (2007) en Argentina. Sin abrazar una ruptura con el neoliberalismo ni renunciar a la ambición de reformas sistémicas, las nuevas corrientes políticas no constituyeron casos aislados, sino que estuvieron mutuamente vinculadas entre sí, adquiriendo una fuerte dimensión inter y transnacional. Fue, precisamente, dentro de este proceso, que el líder sindicalista Luis Inácio Lula da Silva asumió el cargo de presidente de la República brasileña.

Gran parte del éxito del Partido de los Trabajadores (PT) en las elecciones fue producto de su posicionamiento adverso a la propuesta del candidato oficialista, José Serra, continuista de las políticas neoliberales implementadas a lo largo de la década previa. Frente a ello, el eje de campaña del PT pregonaba la profundización de las políticas sociales iniciadas en la última etapa del gobierno de Cardoso, del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB), frente al empeoramiento de las condiciones de vida de las clases populares brasileñas. Esta promesa se integró, a su vez, al cambio de estrategia de Lula da Silva hacia una posición más conciliadora. De la mano de las políticas en materia de inclusión social, el gobierno petista decidió evitar la confrontación con el capital y calmar a los mercados, manteniendo una política económica conservadora y prometiendo dar continuidad al ciclo hegemónico liberal inaugurado por su antecesor (Bresser-Pereira 2007, 216). Para tal fin, planificó su gestión sobre dos pilares centrales articulados entre sí. Por un lado, la Constitución de

⁹ En particular desde el V Foro Social Mundial en 2005 y la utilización del concepto por el expresidente de Venezuela, Hugo Chávez.

1988, punto de partida del renovado compromiso democrático del país y garante de los derechos políticos y sociales. Por el otro lado, el Plan Real de estabilización económica de 1994 que, a través de políticas macroeconómicas ortodoxas, buscaba evitar el fantasma de la inflación.

Con el objetivo de mantener el apoyo popular, la retórica gubernamental concentró su atención en asociar las políticas de estabilización a las ventajas que traería un crecimiento duradero. Ello implicaba la posibilidad de implementar una serie de políticas de democratización del acceso a los recursos y la apertura de canales de ascenso social. Así, el rol activo del Estado en la incorporación de las clases populares y los estratos intermedios al orden competitivo garantizó una profundización de la hegemonía liberal, acompañada por la absorción de líderes populares a la estructura gubernamental. A través de este mecanismo, el gobierno fue artífice de un esquema de convivencia política, articulado en torno a un acuerdo de gobierno con las corrientes liberales hegemónicas del empresariado, y los sectores clientelistas y conservadores de la clase política, atenuando “el potencial transformador del PT y de sus aliados de izquierda” (Sallum Jr. 2008, 167).

Este esquema quedó plasmado a partir del *Plan Brasil de Todos: Participación e inclusión*¹⁰ de 2003 que, integrando las dimensiones social, económica, regional, ambiental y democrática, trazó el objetivo de alcanzar un crecimiento sostenible, duradero, con equidad social y sin dejar de lado la estabilidad institucional y macroeconómica. Como consecuencia, el Estado debía ser capaz de coordinar y articular intereses con el objetivo de generar empleo, atacar la pobreza y las desigualdades sociales y regionales, y aumentar, a su vez, la productividad de la mano del fomento de la inversión pública y privada. Ello fue central en el establecimiento de la prioridad en las dimensiones social, económica e institucional (Brasil 2003) del PPA 2003-2007.

Se entiende, así, por qué, desde el punto de vista productivo, el gobierno impulsó su inserción global como gran oferente de agroalimentos, productos minerales y otros sectores relacionados con la exportación de recursos naturales. Aprovechando el boom de los precios de las materias primas¹¹ posterior al periodo de turbulencia de finales de 1990¹², la administración centró su estrategia de crecimiento económico en el superávit de la balanza comercial. Esto permitió al país salir del estrangulamiento que había presionado a Cardoso en el periodo 1999-2002¹³, dejando de lado el proyecto desarrollista de diversificación de la matriz exportadora y enfrentando, en cambio, un proceso de reprimarización de las exportaciones. Los recursos naturales desempeñaron, de esta manera, un rol creciente a lo largo del periodo 2002-2010,

¹⁰ En portugués, Plano Brasil de Todos. Participação e Inclusão. Orientação Estratégica de Governo: Crescimento Sustentável, Emprego e Inclusão Social. Maio, 2003.

¹¹ Con una valorización media del 89% en el periodo 2002-2006 según la UNCTAD (Libânio en Singer 2012, 175).

¹² Que integró la crisis asiática de 1997, la rusa de 1998, la brasileña de 1999 y la argentina del 2001.

¹³ Ello permitiría, además, cancelar la deuda del país con el FMI en el año 2005.

transformando a Brasil en uno de los mayores exportadores de materias primas del mundo¹⁴. Este proceso se vio acompañado por una exitosa política exterior, como instrumento fundamental para la diversificación de socios comerciales y la atracción de capital extranjero. La estabilidad macroeconómica y la confianza del mercado internacional en el país tuvieron como resultado un fuerte incremento de la inversión extranjera directa (IED), transformando a Brasil en el primer receptor de IED a nivel regional y el cuarto a nivel mundial. Por supuesto, tales factores externos hubieran sido insuficientes sin el “descubrimiento” de un mercado interno de 200 millones de habitantes, que se transformó, durante este periodo, en el motor del modelo productivo.

De la mano de los ingresos extraordinarios generados a partir del superávit de la balanza comercial y la IED, el Estado fue capaz de formular una serie de políticas sociales que, además de generar una redistribución de la riqueza, dieron acceso al círculo económico a grandes contingentes poblacionales. La explosión del consumo produjo un fuerte crecimiento del empleo formal a corto plazo¹⁵, facultando que 29 millones de personas se unieran a las filas de la “nueva clase media” entre 2003 y 2009 (Santos Pinho 2012, 16-18). En esta estructura, el proyecto “Hambre Cero: Una propuesta de política de seguridad alimentaria para el Brasil”¹⁶ fue central a la hora de introducir la lucha contra el hambre y la pobreza, de la mano de los Programas Hambre Cero (FZ), Adquisición de Alimentos (PAA) y Bolsa Familia (BF). Esta lectura fue profundizada a través de la posterior Ley de Seguridad Alimentaria N° 11.346 (2006) y de la refundación del Consejo Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (CONSEA). Tales iniciativas fortalecieron el concepto de soberanía alimentaria, central en una estrategia de desarrollo exteriorizada regional y globalmente¹⁷.

Como fue previamente mencionado, la clave del modelo de desarrollo se asentó en la transmisión de las ganancias del incremento de la productividad a las familias trabajadoras, aumentando la competitividad de la producción nacional gracias a la expansión del mercado interno y modernizando la economía gracias a la inversión pública y privada. Como consecuencia, se generó un circuito interdependiente entre inversiones, ganancias de productividad y familias trabajadoras (Lessa, Couto y Farias 2009, 89-90). En 2006, Guido Mantega pasó a ser Ministro de Hacienda, y se transformó en el principal promotor de un mayor activismo estatal en la economía. En

¹⁴ Primer exportador mundial de café, caña de azúcar, naranjas, carne vacuna y avícola; segundo productor mundial de soja; segundo productor y mayor exportador de etanol; segundo productor mundial de hierro; tercer productor de bauxita; líder mundial en producción de celulosa de eucalipto; tercer mayor exportador de maíz, etc. (Singer 2012, 175-180).

¹⁵ El número total de empleos formales generados en el período 2003-2010 fue de 15.048.311 según datos oficiales.

¹⁶ Parte de la plataforma política del PT desde el año 2001.

¹⁷ Esta estrategia fue uno de los ejes del compromiso del país en los procesos de integración regional. Se tradujo, por ejemplo, en su participación en la Iniciativa América Latina y el Caribe Sin Hambre, el Diálogo Brasil-África sobre Seguridad Alimentaria, la Lucha contra el Hambre y Desarrollo Rural, y la reforma del Comité de Seguridad Alimentaria de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO).

continuidad con las políticas previas, su Plan de Aceleración del Crecimiento (PAC) (2007) sistematizó la figura de la asociación como mecanismo articulador entre sector público y privado. Con ello, se pretendió recuperar la productividad de las empresas estatales no privatizadas de la mano de empresas privadas (sobre todo, nacionales). Así, mientras que el sector público definía las prioridades y realizaba inversiones, el privado gestionaba la obra una vez finalizada, con una rentabilidad mínima garantizada por el Estado. Ello permitía, en principio, mejorar la capacidad de competencia de las empresas brasileñas en relación con las multinacionales en el país, e incluso, en el extranjero.

El PPA 2008-2011 mantuvo las mismas prioridades, al tener como ejes el crecimiento económico, la agenda social y una educación de calidad (Brasil 2007), pero añadió, también, el concepto de autonomía energética. A través de éste, se promocionó la idea de un desarrollo sostenible basado en los biocombustibles que profundizó, a su vez, el compromiso estatal en materia de combustibles fósiles. Esta estrategia se vio instrumentalizada, principalmente, por medio de la expansión de Petrobras y la riqueza del Pré-Sal en la estrategia de desarrollo. Además, las bases del PPA destacaron la centralidad de la integración regional en el desarrollo del país, ofreciendo continuidad a propuestas como la Iniciativa para la Integración de Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA), de gran presencia desde la implicación del BNDES en 2005. La política de desarrollo de Lula mantuvo una relación directa con su política exterior (Pereyra Doval 2017, 175-176).

El liderazgo regional de Brasil, la diversificación de sus intercambios por medio del fomento de relaciones bilaterales y multilaterales, la conformación de bloques comerciales con países del Sur Global de América, Asia y África, y su rol como propulsor de los mecanismos de cooperación Sur-Sur le llevaron a ejercer un protagonismo creciente tanto a nivel latinoamericano como mundial (Crescentino y Caballero, en imprenta). En este sentido, su compromiso con un desarrollo que pretendía ir más allá del ámbito económico se tradujo en constantes intervenciones en los centros tradicionales de toma de decisiones a nivel internacional (como Naciones Unidas, el Fondo Monetario Internacional, o el Banco Mundial). Sumado a ello, su empuje en antiguas alianzas comerciales como el MERCOSUR; y su rol fundamental como miembro de nuevas conformaciones político/económicas, como BRICS, IBSA o UNASUR, lo llevaron a ejercer un poder de influencia sin precedentes.

Así pues, Luiz Carlos Bresser-Pereira caracteriza este modelo de desarrollo bajo el concepto de *neodesarrollismo*. Se trata de un discurso superador del nacional-desarrollismo (populista) y del neoliberalismo (ortodoxia convencional), que combina el pensamiento keynesiano y el neoestructuralista arrojado por la CEPAL. Ello es posible a través de cuatro ideas rectoras: a) no

es factible la existencia de un mercado fuerte sin un Estado fuerte; y por tanto b) el crecimiento sostenido a tasas elevadas está condicionado al fortalecimiento de esas dos instituciones y la adopción de políticas macroeconómicas adecuadas. Por otra parte, c) un mercado y un Estado fuertes sólo pueden existir gracias a un proyecto de desarrollo nacional, que aglutine un crecimiento económico sostenido con equidad social, superando la disyuntiva Estado/mercado. Por último, d) la reducción de la desigualdad social es inconcebible sin el crecimiento a tasas elevadas y continuas. En consecuencia, el presupuesto básico del neodesarrollismo consiste en la capacidad de combinar la trayectoria desarrollista con los fundamentos de la estabilidad y la integración de los países a los circuitos financieros y comerciales globalizados en creciente interconexión (Santos Pinho 2012, 12-13; Siscú, Paula y Michel 2007, 509).

Aplicado al periodo de gobierno de Lula da Silva, el neodesarrollismo se manifestó en la búsqueda de un crecimiento económico que, sin romper con los límites impuestos por el modelo neoliberal, echó mano de políticas económicas y sociales de corte heterodoxo a fin de mitigar las consecuencias de las políticas neoliberales. A diferencia del *nacional-desarrollismo*, este *desarrollismo en tiempos neoliberales*

(i) tiene un crecimiento económico que, si bien es mucho mayor que el de la década de 1990, es mucho más modesto que el que brindaba el viejo desarrollismo; (ii) da menos importancia al mercado interno; (iii) concede menos importancia a la política de desarrollo del parque industrial local; (iv) acepta las limitaciones de la división internacional del trabajo promoviendo, bajo nuevas condiciones históricas, una reactivación de la función exportadora primaria del capitalismo brasileño; (v) tiene una menor capacidad distributiva de ingresos y (vi) (...) es impulsado por una facción burguesa que ha perdido todo interés en actuar como una fuerza antiimperialista (Boito Jr. y Berringer 2013, 32).

Por supuesto, esta estrategia no careció de dificultades y contradicciones, tanto por problemas al interior de la alianza gobernante, como por el contexto internacional. Ello fue palpable a través de las diferentes crisis políticas que atravesó el gobierno petista. A partir del año 2005, Lula tuvo que hacer frente a una crisis institucional derivada del *mensalão*, un escándalo político relacionado a casos de corrupción en la Cámara de Diputados, que dio paso a una serie de procesos judiciales que descabezaron al PT. Así, la necesidad de encontrar una nueva salida a esta crisis condujo a la construcción¹⁸ de Dilma Rousseff como candidata para las elecciones de 2010.

De origen cercano al desarrollismo brizolista¹⁹, la entonces Ministra de Minas y Energía y de la Casa Civil experimentó un rápido ascenso gracias a la labor desplegada por el expresidente, quien buscó darle mayor relevancia pública durante su segundo mandato. Como consecuencia, el

¹⁸ En marzo de 2009, Dilma era desconocida por 47% de la población, según pesquisa del Datafolha. Un año después, 87% de los entrevistados conocían a la futura presidenta (Gadret 2011).

¹⁹ Leonel Brizola fue uno de los líderes políticos más importantes de Río Grande del Sur, discípulo de Getúlio Vargas y asesor de João Goulart.

31 de octubre de 2010 ganó las elecciones presidenciales con cerca de 55,8 millones de votos (56%). El compromiso, exteriorizado en sus discursos de campaña, con la fundación de una nueva matriz económica, parecía dirigir esfuerzos hacia la profundización del modelo de desarrollo vigente, transformándolo en lo que la bibliografía especializada ha denominado *social-desarrollismo* (Bastos 2012; Carneiro 2012; Biancarelli y Rossi 2014). Esta consolidación del modelo lulista se vio plasmada en el mantenimiento de Mantega en el Ministerio de Hacienda, y el nombramiento de Alexandre Tombini en reemplazo del liberal Henrique Meirelles en la presidencia del Banco Central de Brasil.

A pesar de las promesas de campaña, el contexto enfrentado por el nuevo gobierno fue muy diferente al encontrado por su antecesor. El periodo 2011-2014 estuvo enmarcado en una profunda crisis internacional que perduró en el tiempo, producto del descenso los precios de las materias primas. Como consecuencia, a pesar de que la administración de Rousseff posibilitó, en mayor o menor medida, la prolongación del proyecto petista, las medidas tomadas en 2011 presionaron a un empresariado que había gozado de una posición privilegiada durante los años previos, erosionando profundamente la alianza de gobierno. En continuidad con los lineamientos del gobierno de Lula, el Plan Más Brasil 2012-2015 hizo hincapié en la reducción de las desigualdades sociales (pobreza extrema) y regionales (rurales y urbanas), el énfasis en la ciencia, la tecnología y la innovación, la centralidad de la educación, y el desarrollo productivo y ambiental (Brasil 2011). La estrategia de desarrollo se vio traducida, de esta manera, en planes como Brasil Sin Miseria, el Programa Brasil Mayor, el PAC 2 o Ciencia sin Fronteras.

Como explica Singer (2015, 43-45), a lo largo de este periodo, el gobierno adoptó una serie de iniciativas que tenían como objetivo salvaguardar las prioridades del ensayo desarrollista, alterando, parcialmente, el compromiso con la estabilidad macroeconómica a cambio de mantener pleno empleo y elevar la masa salarial. Algunos de los múltiples frentes abiertos por el nuevo gobierno implicaron, así, el uso intensivo del BNDES para potenciar el Programa de Apoyo a la Inversión (PSI) y acompañar el proceso de reindustrialización (a través del mencionado Programa Brasil Mayor), la gestión de exoneraciones fiscales para sectores de uso intensivo de mano de obra, la alta inversión en infraestructura (a través, por ejemplo, del Programa de Inversiones en Logística), la reforma del sector eléctrico, la fuerte devaluación del real (en casi un 20% durante el periodo), el control de capitales para evitar que la entrada de dólares apreciara el real, y la promoción de la producción nacional a través de impuestos a las importaciones y programas de compras gubernamentales.

En este contexto, una de las manifestaciones más determinantes del accionar político de Rousseff quedó expuesta en su discurso del 1º de mayo de 2012, cuando la mandataria centró sus

ataques en las ganancias extraordinarias del sistema financiero brasileño. Ello se tradujo, de facto, en una intervención de la política monetaria entre 2011 y 2012, presionando a las instituciones privadas para que redujeran sus ganancias con el apoyo de los bancos públicos. A lo largo de todo el periodo, se manifestó, así, un juego de fuerza que no concluyó hasta 2013. Fue entonces cuando, a pesar de que el debate parecía ganado, el Banco Central devolvió el control al mercado financiero para controlar la inflación (una política abiertamente neoliberal). Producto de ello se vio resquebrajada la base de sustento del modelo de desarrollo, obstaculizando la posibilidad de reanudar el desarrollo nacional y deteniendo el avance progresista (Singer 2015, 40).

Esta correlación de fuerzas contribuyó a que, paulatinamente, y pese a haber mantenido su buena imagen en los primeros años de gobierno, Rousseff fuese perdiendo su popularidad. A la presencia de brechas y críticas intrapartidarias, se sumaron fuertes reparos al intervencionismo estatal en la arena económica de parte de organismos financieros internacionales, agencias de medición del riesgo, bancos y corporaciones. Acompañado por todas ellas, el constante ataque de los principales medios de comunicación del país fue desgarrando las costuras que mantenían la cohesión política de la alianza. Gradualmente, sus votantes fueron restando apoyos al gobierno, generando movilizaciones populares rápidamente cooptadas por los partidos políticos de oposición. Con ello, lo que comenzó como una protesta frente al aumento del precio del transporte público en la ciudad de San Pablo, terminó generando un efecto bola de nieve que integró reivindicaciones de todo tipo, como mejoras en la educación, en la salud y contra la inseguridad.

En 2014, en el seno de unas elecciones cargadas de una polarización política profunda y transversal (Reis 2017), la candidata retornó al discurso social-desarrollista, destituyendo, sin embargo, a Guido Mantega en medio de la campaña. A través de esta simbólica acción, Rousseff envió una clara señal de la transformación que adoptaría durante su segundo mandato (2015-2016). La implementación de políticas económicas ortodoxas y de austeridad promovidas por el Ministro de Economía, Joaquim Levy, y las políticas conservadoras de un Congreso liderado por Eduardo Cunha (del PMDB, su entonces aliado político), se integraron, rápidamente, a los escándalos de corrupción del *Lava Jato* y el *Petrolão*, provocando una profunda pérdida de apoyo de las bases sociales del gobierno. Más aún, las promesas de un “giro a la izquierda” durante la campaña presidencial de 2014 fueron rotundamente ignoradas: de un pacto por construir una *Patria Educadora*, se pasó a fomentar recortes en varios sectores de la educación. De la mano de estos límites internos, la fuerte ofensiva restaurativa del campo neoliberal ortodoxo consiguió generar una alternativa política en su intento por iniciar una nueva ola de reformas neoliberales (Boito Jr. 2016, 155), y restó grandes apoyos a la coalición política gobernante (particularmente, de las clases medias y la burguesía empresarial). Con todo en su contra, el partido perdió sustancialmente sus

bases de apoyo, y la alianza que había servido de sustento a los modelos neo y social-desarrollista encontró su fin. Desde finales de 2015, de sus propias entrañas fue ganando fuerza el proceso de *impeachment*, que terminó por gestar el golpe institucional a Dilma Rousseff, en mayo de 2016.

Conclusiones

En el presente artículo se pretendió formular un análisis macrohistórico en torno a la comprensión de las ideas, los discursos y las claves político-normativas-sociales-económicas que posibilitaron las diversas lecturas sobre el desarrollo en Brasil, en el periodo comprendido entre la estrategia nacional-desarrollista esbozada desde 1930, y el golpe institucional que dio por concluido el experimento neo y social-desarrollista, en 2016. Se entiende, así que estas múltiples narrativas configuraron tanto los modelos de crecimiento, como las estrategias nacionales de inclusión social durante los siglos XX y XXI. A través de este recorrido genealógico, se pretendieron desentrañar las múltiples formas en que se vieron concertadas las alianzas gobernantes, así como los objetivos, fortalezas y límites de los modelos de desarrollo aplicados. Se entiende, así, que sólo a través de una lectura compleja e integrada de los procesos políticos, económicos y sociales se hace posible apreciar el alcance de las estrategias de desarrollo formuladas por los distintos gobiernos, e intentar esbozar, con ello, sus influencias en escenarios futuros.

En efecto, la situación del Brasil actual resulta espacialmente paradigmática para este análisis. El recorrido trazado permite observar cómo las estrategias de desarrollo concretadas a partir de modelos de crecimiento económico focalizados en el consumo, aunque acompañados de políticas de reducción de la pobreza y redistributivas, no han resultado suficientes para afrontar las problemáticas estructurales del país. En este sentido, tampoco los recientemente aplicados modelos neodesarrollista y social-desarrollista consiguieron ofrecer respuestas al racismo estructural de un país en el cual decenas de jóvenes negros son asesinados diariamente por la policía; a la violencia de género y hacia la comunidad LGTBQ+, cuyas tasas de homicidio se encuentran entre las más altas del mundo; a las tasas de escolarización, sin acompañar, de facto, una mejora sustancial de la educación; a la guerra contra las drogas, que afecta profundamente a los sectores marginados; al precario sistema de transporte; o a la inconclusa reforma política. Más aún, el cambio de era de magnitud sistémica en el cual se ha visto inmerso internacionalmente el país tras la crisis financiera internacional no ha hecho más que abrir nuevos interrogantes en torno a los límites de las estrategias brasileñas de desarrollo nacional.

En este marco, como argumentan Caballero y Crescentino (2020), a pesar de que se torna complejo caracterizar el nuevo paradigma internacional en ciernes, las nuevas tendencias domésticas e internacionales incorporan alteraciones en el seno de una profunda crisis de

globalización, que incluye grandes transformaciones en la economía (digitalización, relocalización y agotamiento capitalista), en las sociedades (desafección social, reinenciones nostálgicas nacionalistas de pasados inexistentes) y en la política internacional (giro geopolítico de Estados Unidos a China, deslegitimación institucional e instrumentalización de los miedos como estrategia política). Frente a tales variables, repensar el rol que han desempeñado las interpretaciones de los diversos intereses nacionales y su puesta en práctica por medio de estrategias de desarrollo nacional se torna una clara prioridad epistémica.

Ello se torna más necesario, aún, si procuramos comprender un escenario político en el cual, de manera diferente a la de los países del Norte Global, muchos de los mayores beneficiarios de las estrategias neo y social-desarrollista, se tornaron sus enérgicos críticos (Pinheiro-Machado y Scalco 2020). Y es que, además de en una profunda crisis institucional, política y económica, Brasil se encuentra inmerso en una crisis de identidad. Como ha reflexionado la periodista brasileña Eliane Brum (2015), “Brasil es hoy una criatura que no se reconoce en el espejo de su imagen simbólica”: el país *verdeamarelo* ya no puede contar más con sus clichés del país de fútbol y del pueblo cordial. Esta idea ya no resiste a la realidad histórica, especialmente, con el ascenso y mantenimiento en el poder de una alianza liberal-conservadora de ultraderecha en el escenario político nacional.

Referencias bibliográficas

- Almeida, Paulo Roberto de. “Planejamento no Brasil: memória histórica”. *Parcerias estratégicas*, 18, 1 (2004): 157-190.
- Arend, Marcelo. “50 Anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária”. Tese, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- Bachiller Cabria, Juan Vicente. “El Estado y las estrategias nacionales de desarrollo en Brasil. Evolución y trayectorias recientes”. *Anuario Americanista Europeo*, 10 (2012): 3-21.
- Basbaum, Leôncio. *História sincera da República. 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa-ômega, 1985.
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth. “A economia política do novodesenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”. *Economia e sociedade*, 21, spe. (2012): 779-810.
<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400004>
- Biancarelli, André M. y Pedro L. Rossi. “A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista”. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, 4, 1 (2014): 21-38.
- Boito Jr., Armando y Tatiana Berringer. “Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma”. *Rev. Sociol. Polít.*, 21, 47 (2013): 31-38.
<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>
- Boito Jr., Armando. “A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia”. *Crítica Marxista*, 42 (2016): 155-162.
- Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2004-2007: projeto de lei*. Brasília: MP, 2003.
-

- Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei*. Brasília: MP, 2007.
- Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei*. Brasília: MP, 2011.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. “La estrategia de crecimiento con ahorro externo y la economía brasileña desde principios de la década del noventa”. Em *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*, orgs. Gregorio Vidal y, Arturo Guillén R., 213-237. Buenos Aires: Clacso, 2007.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. “O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 47, 1 (2004): 49-84. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100002>
- Brum, Eliane. “Por quién gruñe Brasil”. *El País*, Julio 21, 2015. http://internacional.elpais.com/internacional/2015/07/21/actualidad/1437439889_169762.html
- Caballero, Sergio y Diego Crescentino. “From the quest for autonomy to the dual break: structural and agential changes in Brazil’s foreign policy during the 21st century”, *Rev. bras. polít. int.*, 63, 1 (2020): e011. <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000111>
- Cancelli, Elizabeth. *O mundo da violência. A política da era Vargas*. Brasília: UnB, 1993.
- Carneiro, Ricardo de Medeiros. “Velhos e novos desenvolvimentismos”. *Economia e sociedade*, 21, spe. (2012): 749-778. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400003>
- Cervo, Amado Luiz. “Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso”. *Rev. bras. polít. int.*, 45, 1 (2002): 5-35. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000100001>
- Crescentino, Diego y Caballero, Sergio. “Arquitectura de la política exterior brasileña: autonomistas, institucionalistas pragmáticos y americanistas en Itamaraty”, *Araucaria* (en imprenta).
- Dabène, Olivier. *La gauche en Amérique latine, 1992-2012*. Paris: Presses de Sciences Po, 2012. <https://doi.org/10.3917/scpo.daben.2012.01>
- Dabène, Olivier. *América Latina en el siglo XX*. Madrid: Síntesis, 1999.
- Dinius, Oliver. *Brazil's Steel City: Developmentalism, Strategic Power, and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964*. Stanford: Stanford University Press, 2010. <https://doi.org/10.11126/stanford/9780804771689.001.0001>
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2012.
- Fico, Carlos. *O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Gaudichaud, Franck y Thomas Posado. *Gouvernements progressistes en Amérique latine (1998-2018): La fin d'un âge d'or*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2020. <https://doi.org/10.4000/books.pur.142980>
- Gadret, Débora. “Os enquadramentos de Dilma Rousseff no Jornal Nacional: suspeição, humanização e competência”. Dissertação, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- Gertz, René. “Estado Novo: Um inventário historiográfico”. Em *O feixe e o prisma. Uma revisão do Estado Novo*, org. José Luiz Werneck da Silva, 111-131. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- Gomes, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
-

Grecco, Gabriela de Lima. “Redes de poder durante el ‘Estado Novo’ brasileño: los intelectuales autoritarios y la constelación Capanema”. *Revista Páginas*, 7, 15 (2015): 48-62.

<https://doi.org/10.35305/rp.v7i15.169>

Gremaud, Amaury Patrick; Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos y Rudinei Toneto Júnior. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2004.

Hilton, Stanley E. “Vargas and Brazilian Economic Development, 1930–1945: A Reappraisal of his Attitude Toward Industrialization and Planning”. *The Journal of Economic History*, 35, 4 (1975): 754-778. <https://doi.org/10.1017/S0022050700073757>

Lessa, Antônio Carlos; Leandro Freitas Couto y Rogério de Souza Farias. “Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008)”. *Rev. bras. polít. int.*, 52, 1 (2009): 89-109. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000100005>

Linz, Juan J. y Alfred Stepan. *A transição e consolidação da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Machado, Gustavo Viana. “A internacionalização da economia brasileira nos anos 90”. *OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa*, VII, 10 (2008): 79-99.

Marini, Ruy Mauro. “La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil (1966)”. En *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales*. Ruy Mauro Marini. *Antología y presentación*, org. Carlos Eduardo Martins, 25-106. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

Mendonça, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

Moura, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Pandolfi, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Pereyra Doval, María Gisela. “Política exterior y modelos de desarrollo: Argentina y Brasil en perspectiva comparada (1930-2010)”. *Apuntes*, 44, 80 (2017): 159-185. <https://doi.org/10.21678/apuntes.80.908>

Pérez Brignoli, Héctor. *Historia global de América Latina. Del siglo XXI a la independencia*. Madrid: Alianza, 2018.

Pinheiro-Machado, Rosana y Lucia Mury Scalco. “From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil”. *HUA: Journal of Ethnographic Theory*, 10, 1 (2020): 21-31. <https://doi.org/10.1086/708627>

Reis, Fábio Wanderley. “Crise política: a ‘opinião pública’ contra o eleitorado”. Em *Encruzilhadas da democracia*, orgs. Luis Felipe Miguel y Flávia Biroli, 15-44. Porto Alegre: Zouk, 2017.

Salas Oroño, Amílcar y Lucila Melendi. “El desarrollismo en Brasil y Argentina: notas para un estudio comparativo”. *e-I@tina*, 15, 58 (2017): 36-56.

Sallum Jr., Brasílio. “Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 52 (2003): 35-55. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200003>

Sallum Jr., Brasílio. “La especificidad del gobierno de Lula: Hegemonía liberal, desarrollismo y populismo”. *Nueva Sociedad*, 217 (2008): 155-171.

Santos Pinho, Carlos Eduardo. “O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo-Desenvolvimentismo no Brasil: Expansão interna, externa e o discurso social-democrata”. *Revista de Ciência Política achegas.net*, 45 (2012): 3-32.

Silva, Hélio. *O Estado Novo. 1937-38*. São Paulo: Três, 1975.

Silva, Ricardo. “Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização”. *Revista de Sociologia e Política*, 14 (2000): 77-101. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000100005>

Singer, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Singer, André. “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. *Novos Estudos Cebrap*, 102 (2015): 39-67.

Siscú, Joao; Luiz Fernando Paula y Michel Renaut. “Por que novo-desenvolvimentismo?”. *Revista de Economia Política*, 27, 4 (2007): 507-524. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400001>

Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Vizentini, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil. De Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

Wasserman, Claudia. “La perspectiva brasileña del desarrollo y de la integración latinoamericana y regional (1945-1964): intelectuales, políticos y diplomacia”. *Universum*, 12, 25 (2010): 195-213. <https://doi.org/10.4067/S0718-23762010000200013>

Recibido: 29 de junio de 2021
Aprobado: 12 de julio de 2021

**Comida, identidade e xenofobia: um estudo de caso em discursos da nova
direita radical europeia**

*Food, identity and xenophobia: a case study of discourses by the new european radical-
right*

*Comida, identidad y xenofobia: un estudio de caso en discursos de la nueva derecha
radical europea*

*Fábio Chang de Almeida**

<https://orcid.org/0000-0001-5053-6186>

*Camilo Darsie***

<https://orcid.org/0000-0003-4696-000X>

RESUMO: Este texto busca analisar o papel da alimentação como elemento definidor de identidade em discursos da nova direita radical europeia, na primeira década do século XXI. A pesquisa foi centrada no estudo dos eventos de distribuição de sopa para populações carentes, organizados na França no ano de 2006, por grupos de direita radical. Tal sopa era chamada de “sopa identitária”, entre outros nomes, e tinha como ingrediente principal a carne de porco. Tais ações, segundo os seus idealizadores, visavam auxiliar os cidadãos “exclusivamente franceses” que passavam fome naquele país. A ação de distribuição das “sopas identitárias” foi mimetizada por outros grupos de direita radical em países como Inglaterra, Bélgica e Portugal. O caso das “sopas identitárias” ilustra como os discursos da direita radical podem relacionar a comida com uma suposta “defesa das identidades nacionais” diante da “ameaça de invasão” de uma cultura estrangeira.

* Professor da Universidade La Salle (UNILASALLE). Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em História da Alimentação e Patrimônio Cultural pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Especialista em Psicopedagogia e Tecnologias da Informação e Comunicação (UFRGS). Licenciado em História pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Geografia (UFRGS). Bacharel em Nutrição (UFRGS). Foi Investigador Visitante Júnior no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Atualmente realiza estágio de Pós-Doutorado em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: history.chang@gmail.com.

** Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e do Curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutor (UFRGS) e Mestre em Educação (ULBRA). Pós-doutoramento em Saúde Coletiva (UFRGS). Licenciado em Geografia (ULBRA). E-mail: camilodarsie@unisc.br.

Palavras-chave: Direita radical. Alimentação. Identidade. Xenofobia.

ABSTRACT: This text analyzes the importance of food as a defining element of identity in discourses of the new European radical-right, in the first decade of the 21st century. The research was centered on the study of soup distribution events, organized in France in 2006 by radical-right groups. The soup was called “identity soup”, among other names, and had pork as an ingredient. Those actions, according to the groups, were aimed at helping “exclusively french” citizens who were starving in that country. The action of distributing “identity soups” was used by other radical right groups in countries like England, Belgium and Portugal. The case of “identity soups” illustrates how the speeches of the radical right can approximate food to an alleged “defense of national identities” in the face of the “threat of invasion” of a foreign culture.

Keywords: Radical-right Politics. Food. Identity. Xenophobia.

RESUMEN: Este texto analiza la importancia de la comida como elemento definitivo de identidad en los discursos de la nueva política europea de la derecha radical, en la primera década del siglo XXI. La investigación se centró en el estudio de eventos de distribución de sopas, organizados en Francia en 2006, por grupos de derecha radical. La sopa se llamaba “sopa identitaria”, entre otros nombres, y tenía carne de cerdo como ingrediente. Según los grupos, esas acciones tenían como objetivo ayudar a los ciudadanos “exclusivamente franceses” que se estaban muriendo de hambre en ese país. La acción de distribuir “sopas identitarias” fue utilizada por otros grupos de derecha radical en países como Inglaterra, Bélgica y Portugal. El caso de las “sopas identitarias” ilustra cómo los discursos de la derecha radical pueden usar los alimentos a una supuesta “defensa de las identidades nacionales” frente a la “amenaza de invasión” de una cultura extranjera.

Palabras clave: Derecha radical. Comida. Identidad. Xenofobia.

Como citar este artigo:

Almeida, Fábio Chang de; Darsie, Camilo. “Comida, identidade e xenofobia: um estudo de caso em discursos da nova direita radical europeia”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 367-384.

Introdução

“Diz-me o que comes e te direi quem és.”

Jean Anthelme Brillat-Savarin, 1825

Especialmente a partir da década de 1980, grupos de direita radical¹ encontraram contexto favorável para crescimento em diversos países. Na Europa, o viés ideológico que predominava em tais organizações apontava – com variações de intensidade – para a xenofobia e o racismo. O fortalecimento, mutação e multiplicação de tais grupos teve continuidade nas duas primeiras décadas do Século XXI e a popularização da internet cumpriu papel fundamental nesse processo. O conjunto desses movimentos é heterogêneo e abarca uma diversidade de organizações, desde partidos políticos, grupos ultranacionalistas, militantes separatistas, defensores da “supremacia branca”, *skinheads* de inspiração nazista, grupos islamofóbicos, homofóbicos, organizações “identitárias”, entre outros (Almeida 2014; Marchi e Silva 2019).

No plano político, a direita radical cresceu nas últimas décadas. Buscando alcançar melhores desempenhos eleitorais, muitos partidos, que antes possuíam clara vinculação ideológica com o fascismo, buscaram renovação estética e discursiva. Novos partidos emergiram e os antigos atualizaram seus discursos, formando uma “nova direita radical”.² Com forte presença na internet, apelo ao público jovem e resultados significativos nas urnas, a direita radical voltou a constituir-se em ator político relevante.

Existem diversas pesquisas acadêmicas dedicadas a estudar a conexão entre a expansão da nova direita radical com o surgimento e popularização de novas tecnologias da informação, como a internet. São exemplos: (Caiani e Kröll 2015) e (Bartlett et al. 2011). Contudo, tais estudos geralmente não focam nas relações entre “comida e identidade” ou “culinária nacional e estrangeira”. Algumas investigações abordam a questão da comida e da identidade cultural, porém sob o ponto de vista do imigrante, e não do “nativo”. Ver: (Koc e Welsh 2001); (Parasecoli 2014). Também as relações entre “comida e nacionalismo” e “comida e identidade nacional” não têm sido

¹ Neste texto, considera-se direita radical como uma ideologia política ultranacionalista, cujo elemento central é o mito de uma nação homogênea (Minkenberg 2011).

² Conforme Piero Ignazi, tais partidos, apesar de renovados, continuam ocupando a posição mais à direita no espectro político-partidário. Eles possuem um discurso que ataca a ideia de pluralismo, enquanto valoriza elementos como raça, língua e etnicidade. Consideram a autoridade coletiva - Estado, Nação, comunidade - como mais importante que a autoridade individual (Ignazi, 2003). O fenômeno é complexo e as múltiplas variações do radicalismo/extremismo de direita, visíveis nas últimas décadas, desafiam sua classificação em um conceito mínimo consensual. Definições como “nova extrema direita”, “nova direita radical”, “nova direita populista”, “extrema-direita pós-industrial”, “direita radical pós-industrial” e “direita alternativa”, entre outros, vêm sendo amplamente discutidas na literatura especializada. As diferenças e semelhanças entre partidos políticos e grupos/movimentos também são objeto de análise em publicações acadêmicas relativamente recentes. Não é objetivo deste artigo aprofundar tais questões teórico-conceituais. Para tanto, ver: (Carter 2018); (Gattinara 2020); (Griffin 2008); (Ignazi 2003); (Minkenberg 2011); (Minkenberg 2019); (Mudde 2007).

sistematicamente enfocadas nas pesquisas (Ichijo e Ranta 2016). Sendo assim, este estudo se propõe a contribuir para o entendimento do fenômeno da recente expansão da direita radical na Europa, reconhecendo sua complexidade e seu caráter multifacetado, porém direcionando a análise para a dimensão da alimentação a partir de discursos ultranacionalistas.

Neste trabalho, baseado no estudo de um caso específico, buscou-se analisar a utilização da alimentação como elemento definidor de identidade cultural em discursos e práticas xenofóbicas da nova direita radical europeia. A análise foi centrada no caso das “sopas identitárias”, relacionado a uma sequência de episódios que recebeu significativa repercussão midiática na época. Tais eventos estavam associados a grupos como o *Solidarité des Français* (SDF) - ideologicamente alinhado ao chamado *Bloc Identitaire* - organização francesa de direita radical que promoveu uma série de “ações de caridade” no ano de 2006, onde era realizada distribuição de sopa para moradores de rua.³ Tal sopa era chamada de “sopa identitária”, “sopa nacional”, “sopa patriótica” ou “sopa gala” e tinha como ingrediente principal a carne de porco. Conforme os identitários, tais ações visavam auxiliar os cidadãos “exclusivamente franceses” que passavam fome nas ruas de Paris e de outras cidades francesas. Logicamente, os eventos visavam atrair a atenção da mídia para sua pauta política e influenciar de alguma maneira a opinião pública (Zúquete 2018, 48-49).

Embora os organizadores das ações tenham utilizado discursos que procuravam relativizar o caráter discriminatório da sopa, um conjunto de evidências (exemplificado adiante) indica que a receita foi escolhida justamente para afastar judeus e principalmente imigrantes islâmicos, pois, em função de restrições alimentares religiosas, tais grupos não consomem carne de porco. O caso das “sopas identitárias” ilustra a dimensão xenofóbica de um renovado discurso europeu de direita radical, que relaciona a comida com a suposta “defesa das identidades nacionais” diante da “ameaça de invasão” de uma cultura estrangeira, particularmente a cultura islâmica.

Assim, um questionamento interessante a ser respondido é: de que forma o papel da comida como formadora de identidades foi utilizado pela nova direita radical para construir um argumento de “defesa” de suas comunidades? Para compreender tal fenômeno, foram analisados discursos e identificados seus principais argumentos, a partir do estudo da controversa sopa de porco identitária.

³ Neste artigo, convencionou-se classificar o Bloco Identitário como representante da nova direita radical europeia. Todavia, cabe salientar que – via de regra – os próprios identitários não se definem a partir de conceitos rígidos de esquerda e direita. Antes disso, podem considerar-se como “patriotas”; representantes da “verdadeira direita”; superiores à esquerda e à direita; ou, simplesmente, “identitários”. Eles rejeitam tanto a esquerda progressista quanto a direita neoliberal, que consideram cúmplices no processo de profanação das identidades europeias. Ver: (Zúquete 2018, 4-5).

Metodologia

A documentação utilizada neste estudo foi oriunda, essencialmente, de três categorias de fontes: a) Fontes da imprensa, disponíveis em formato digital; b) *Sites* de grupos ou indivíduos que publicaram discursos associados à nova direita radical europeia; c) Revisão bibliográfica sobre o tema. Quando publicados originalmente em outro idioma, a tradução dos documentos para a língua portuguesa foi realizada pelos autores do estudo. Foram adotadas técnicas de revisão narrativa, visando uma metodologia que não implicasse na obrigatoriedade de utilização de critérios sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, ao mesmo tempo em que a seleção dos documentos não precisasse esgotar as fontes de informações. De maneira geral, a revisão narrativa é construída a partir de uma leitura ampla da documentação e análise crítica pessoal do autor (Rother 2007). Ela não necessita estabelecer respostas quantitativas para questões específicas, mas é “fundamental para a aquisição e atualização do conhecimento sobre uma temática específica, evidenciando novas ideias, métodos e subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (Toledo e Rodrigues 2017).

Dessa forma, este estudo se propôs a realizar uma reflexão qualitativa sobre os discursos selecionados. Estes foram produzidos enquanto tentativas de atribuir sentido ao real (Pinto 2006). Todavia, eles também podem ser usados para adulterar o real. A análise do discurso deve perceber eventuais transformações ocorridas na trajetória desde o contexto original de uma asserção, até os textos que as utilizam na outra ponta (Courtine 1999). No discurso, é possível visualizar as relações entre língua e ideologia. A língua só faz sentido se for historicamente contextualizada, relacionada com sua exterioridade. Por isso, a análise de discurso deve atentar para as interações entre a linguagem, os personagens que dela se utilizam, as particularidades e circunstâncias de produção do dizer (Orlandi 2003). Buscando essa perspectiva, este estudo procurou dar ênfase na perspectiva social dos discursos, e não em seu caráter abstrato.

A nova direita radical e a “ameaça de islamização da Europa”

Os grupos associados à nova direita radical não objetivam mimetizar a doutrina clássica da direita, mas fornecer respostas ideológicas para questões da sociedade contemporânea. Tais questões giram em torno de uma pauta radical de defesa dos “interesses nacionais”. Um dos pontos mais frequentes nos discursos dessa nova direita radical aproxima-se do pensamento mítico e relaciona-se com a defesa de uma suposta “comunidade natural”, étnica e culturalmente homogênea, ameaçada pela interferência poluidora de indesejados elementos estrangeiros (Ignazi 2003; Almeida 2014; Almeida 2015).

Na construção desses argumentos, são utilizadas estratégias que geralmente convergem para ideias discriminatórias. O nível de intensidade, bem como os alvos dos axiomáticos argumentos racistas e xenofóbicos, variam conforme a fonte e o momento histórico de produção. De uma maneira geral, é possível perceber nos discursos da nova direita radical o desejo de uma guinada autoritária, onde seria possível construir uma sociedade menos individualista, menos multicultural, menos globalizada, com mais “lei e ordem”, onde um líder carismático resolveria os problemas relacionados com a segurança pública e conduziria a volta para padrões morais tradicionais (Ignazi 2003).

Até alguns anos atrás, pensadores da direita radical como Guillaume Faye condenavam a “americanização” da cultura e das práticas alimentares do continente. Os EUA eram considerados os principais responsáveis pela erosão das identidades e soberanias europeias (François 2019). Todavia, atualmente, dentre todas as “prejudiciais influências estrangeiras”, a mais presente nos discursos da direita radical europeia é a muçulmana. De fato, os novos grupos radicais de direita notabilizam-se mais pela “islamofobia” do que pelo antiamericanismo ou antissemitismo. O combate à mítica conspiração sionista internacional, pauta recorrente da direita radical em diversos momentos do século XX, cedeu espaço para a luta contra a “ameaça islâmica” (Almeida 2014, 94-95). Esta ganhou protagonismo no discurso da direita radical na última década e a cruzada contra a “*islamiização*” da Europa tornou-se elemento de destaque do seu ideário político (Zúquete 2011, 654).

Atentados terroristas ocorridos nas primeiras décadas do século XXI e o medo gerado por grupos radicais como a *Al Qaeda* e o Estado Islâmico, ajudam a formar o contexto do discurso de direita radical que denuncia uma ameaça de invasão islâmica da Europa. O texto “De Londres a Israel passando pelo Iraque”, publicado no *blog* “Batalha Final”⁴, comenta os atentados terroristas de julho de 2005 em Londres, e fornece mais elementos desse discurso:

A Europa está indefesa perante esta gente, não há que ter ilusões, é apenas uma questão de vontade e oportunidade para que se repita nova tragédia numa qualquer outra cidade europeia (...) É preciso apontar claramente as causas e os responsáveis por tudo isto, é preciso dizer a verdade, não fosse a política de imigração irresponsável dos governantes europeus desde o pós-guerra e não teríamos dentro das nossas fronteiras milhões de possíveis soldados do Islão com um ressentimento visceral ao Ocidente. Falar em política de imigração não é sequer correcto, não há qualquer política, uma política exigiria a existência de critérios, por mínimos que fossem, na permissão de entrada de cidadãos de fora da Europa. A verdade é que as nossas nações estão de “portas escancaradas”, qualquer pessoa consegue entrar na Europa, a situação é de tal modo caricata que os serviços de fronteiras não expulsam sequer uma grande parte dos imigrantes ilegais que apanham (...) A única solução (...) que poderia de facto devolver alguma segurança à Europa seria a expulsão massiva de imigrantes islâmicos do Velho Continente... (Batalha 2015).

⁴ Página na internet que publicou material relacionado à direita radical e ao movimento identitário entre fevereiro de 2005 e dezembro de 2006. Disponível em <http://batalhafinal.blogspot.com>, consultado em 01/02/2021.

Há diversas tendências, correntes de pensamento e rivalidades dentro daquilo que convencionamos classificar como “nova direita radical”. Mesmo assim, é possível perceber que alguns temas centrais são recorrentes em discursos oriundos de fontes diversas. A questão da imigração islâmica é, talvez, a principal dessas convergências temáticas. A nova direita radical assume o papel de defensora dos países europeus contra a “invasão” estrangeira que estaria “contaminando” e “destruindo” as culturas nacionais. Nesse contexto, o *Bloc Identitaire*, e outros grupos de direita radical, se apropriaram do tema da alimentação em suas práticas e discursos, como ocorreu no caso das sopas identitárias.

As “sopas identitárias”

O termo “identitário” refere-se a uma corrente da direita radical que organizou-se na França no ano de 2003, através do movimento *Bloc Identitaire*. Suas origens remontam ao grupo *Unité Radicale*, fundado em 1998 e extinto em 2002. Contudo, as ideias centrais dos identitários já circulavam na França desde o final dos anos 1960 (Cahuzac e François 2013) e (Zúquete 2018). Os referenciais teóricos do *Bloc Identitaire* são figuras como Alain de Benoist, Pierre Vial, Jean Haudry, Jean Mabire, Fabrice Robert, Guillaume Luyt e Philippe Vardon. Em torno destes, orbitam personagens e agrupamentos variados, como Guillaume Faye, o partido político regionalista *Alsace d'abord*⁵ (Alsácia primeiro), a fundação *Polemia*⁶ de Jean-Yves Le Gallou, os grupos *Thucydide* e *Sparte*, etc. Além desses, há também as chamadas “casas de identidade”, como a agência de notícias *Novopress*⁷, as revistas *Réfléchir & Agir*⁸, *Terre & Peuple*⁹, entre outras (Cahuzac e François 2013)¹⁰.

O símbolo do movimento identitário é um javali, usado para representar força, liberdade, solidariedade familiar, companheirismo, apego às raízes e a um determinado território (Zúquete 2018, 122). Em 2016, a organização mudou o nome de *Bloc Identitaire* para *Les Identitaires*. Eles têm posições radicais em relação à imigração e posicionam-se como defensores da civilização europeia e dos europeus contra as culturas invasoras. O grupo rejeita a globalização, considerada a causadora da destruição de suas identidades. Defendem a expulsão imediata dos imigrantes ilegais e, a longo prazo, o retorno de todos os imigrantes (mesmo os regularizados) a seus países de origem. O mosaico de seus referenciais teóricos resulta em um ativismo anti-imigração que busca alegadamente evitar uma “guerra racial”, que ameaçaria as “fundações da civilização europeia”.

⁵ Website oficial da organização disponível em <http://www.alsacedabord.org>, consultado em 28/06/2020.

⁶ Website oficial da organização disponível em <https://www.polemia.com>, consultado em 28/06/2020.

⁷ Website oficial da organização disponível em <http://fr.novopress.info>, consultado em 28/06/2020.

⁸ Website oficial da organização disponível em <http://reflechiretagir.com>, consultado em 28/06/2020.

⁹ Website oficial da organização disponível em <http://www.terreetpeuple.com>, consultado em 28/06/2020.

¹⁰ Para uma análise detalhada das raízes teóricas do movimento identitário, ver: Zúquete 2018.

Embora não tenha um número de seguidores muito expressivo, o movimento desenvolveu estratégias de comunicação eficazes, especialmente utilizando a internet como ferramenta de pressão política, promoção e mobilização (Cahuzac e François 2013).

É nesse cenário que o discurso da nova direita radical europeia apropria-se da comida. Ela torna-se um elemento definidor de identidades culturais e adquire *status* de um bem que necessita ser protegido. Realmente, a comida é muito mais do que fonte de energia e nutrientes indispensáveis para a sobrevivência. A comida possui dimensões históricas, sociais e culturais que compõem um sistema complexo. Essas múltiplas dimensões que envolvem o ato de comer articulam representações e significados que ajudam a construir identidades. Quando as pessoas aprendem o que comer, como comer e quando comer, estão aprendendo sua história, cultura, normas e valores e, dessa forma, estão aprendendo quem são (Koc e Welsh 2001). Portanto, pode-se afirmar que a comida é um componente na formação de identidades individuais e coletivas. Para os identitários, tais características podem transformar a comida em um instrumento de defesa da cultura europeia contra a “ameaça de destruição” por elementos considerados contaminantes, trazidos pela imigração.

No inverno de 2006, o grupo SDF instalou em Paris um centro de distribuição de sopa para as populações carentes da cidade.¹¹ Tal sopa era chamada de “sopa identitária”, “sopa nacional”, “sopa patriótica”, “sopa gala” ou ainda “sopa gaulesa” e tinha como ingrediente principal a carne de porco. Tal ação, segundo o grupo, visava auxiliar os cidadãos “exclusivamente franceses” que passavam fome nas ruas de Paris. A ação de distribuição das “sopas identitárias” foi realizada também em outras cidades da França e copiadas por outros grupos de direita radical, em países como Bélgica, Portugal e Inglaterra. Em uma entrevista, Dominique Lescure, líder do *Solidarieta*, grupo responsável pelas ações de distribuição da sopa na cidade de Nice, utilizou a ironia para aconselhar as “entidades filantrópicas tradicionais”:

Os sem-teto nos disseram que a única sopa que continha carne era a nossa. Todo indivíduo, especialmente quando está em situação precária de alimentação e saúde, precisa comer carne regularmente. (...) Mas o que servem as outras associações? Sopa liofilizada e “A Vaca que Ri” (...) nem os mais famintos conseguem ver pintada essa vaca que ri! (...) Entre uma sopa liofilizada, pó diluído em vinte litros de água, e uma sopa patriótica cozida à moda antiga, não há comparação! (Yanndarc 2006).

Lescure considerava que a sopa de porco identitária simbolizava a cozinha francesa tradicional (Sandford 2005). Ele afirmava ainda que, ao contrário das organizações filantrópicas

¹¹ Há registros de distribuição da sopa desde 2003, porém sem a ampla cobertura midiática que houve em 2006. Ver: (Yanndarc 2006) e (Sandford 2005).

tradicionais, seu grupo não estava apenas distribuindo comida para os moradores de rua, mas estabelecendo momentos de socialização e resgatando um vínculo identitário:

Conosco, havia calor humano, escuta, reuniões que eram feitas. E isso as grandes associações não têm tempo para dar, porque não encaram sua missão dessa maneira, mas se contentam em distribuir refeições. (...) é necessário melhorar suas vidas do ponto de vista humano, não apenas para servir as refeições. (...) Antes da sopa começar a ser distribuída, trabalhamos durante quase um mês e meio, conhecendo os sem-teto de Nice. Explicamos quem éramos e o que íamos fazer. Quando você diz a alguém que mora na rua, que haverá uma distribuição de sopa, a recepção geralmente é favorável, especialmente quando a sopa contém carne. Antes mesmo de saber se a sopa seria boa, eles sabiam que havia uma parte do seu povo que levava em consideração sua angústia (...). Eles sabiam que, além de distribuir sopa, queríamos recriar um tipo de vínculo social por pertencer à identidade (Yanndarc 2006).

Em Bruxelas, G. H., advogado aposentado de 77 anos, um dos líderes da iniciativa na Bélgica, tinha um discurso parecido. Ele defendia a sopa não apenas como instrumento de combate à fome, mas como representação de uma tradição culinária:

Fazemos isso em nome de nossa própria tradição, não machucamos ninguém e ajudamos aqueles que têm fome, algo que as autoridades não fazem. As organizações muçulmanas também não se queixaram, porque não forçamos ninguém a vir ou comer uma refeição que, para nós, é muito familiar (Serbeto 2006).

Em comunicado de 16 de janeiro de 2006, intitulado “Não toquem na nossa sopa de porco”, (traduzido e republicado pela Causa Identitária portuguesa), os identitários franceses convocaram seus correligionários para defender a “liberdade dos povos europeus de viverem na sua terra prosseguindo os seus costumes ancestrais”. Tais costumes são associados a “tradições culinárias francesas e europeias”, que eles relacionam com míticas “tradições culinárias gaulesas”, inclusive citando as histórias em quadrinhos do personagem Asterix, criado por Albert Uderzo e René Goscinny, para tentar referendar tal relação. Ao mesmo tempo, defendiam-se das acusações de discriminação e racismo:

As sopas identitárias foram acusadas de serem racistas porque são feitas à base de porco, excluindo os judeus e os muçulmanos. No entanto, a carne de porco faz parte das tradições culinárias gaulesas (veja-se as aventuras de Astérix). É também a carne mais barata para as Associações que não recebem nenhum tipo de subvenção. Enfim... quando as associações judaicas e muçulmanas decidem prestar ajuda aos seus correligionários com sopas “Kosher” ou “Chorba”, isso não nos choca e ninguém fica perturbado. Mas quando os Europeus desejam ajudar os seus que se encontram em dificuldades, isto é racismo (...) se hoje não reagirmos, amanhã os croissants serão proibidos sob o pretexto de que são racistas, porque simbolizam a vitória Europeia sobre os exércitos muçulmanos que cercavam Viena em 1663 (Batalha 2006)¹².

Em Nice, Dominique Lescure também afirmava que os identitários não estavam apenas combatendo o problema da fome, mas lutando para preservar suas tradições. Por isso, além da

¹² O *blog* Batalha Final publicou o texto em 18 de janeiro de 2006 com a seguinte nota: “A Causa Identitária traduziu o comunicado de *Les Identitaires*, a pedido dos mesmos. A solidariedade e a colaboração europeia manifestam-se em pequenos gestos” (Batalha 2006).

sopa, outros pratos por eles considerados típicos da culinária do Sul da França também eram distribuídos:

Pudemos ver que os sem-teto que saboreavam nossa sopa não apenas festejavam em termos de sabor, mas principalmente que se deliciavam com a aparência, o aperto de mão, a atenção que recebiam daqueles que vinham nos apoiar. Porque nossos voluntários, ao contrário do que a imprensa do sistema escreveu, não eram uma horda de bandidos. Todas as gerações estavam lá. (...) eles puderam ver que os idosos de 60, 70, 80 anos, os traziam chocolate, *pissaladière*, *socca*, *tourte de blette*, (...). Esses bens de identidade que também foram distribuídos eram uma maneira de dizer: “aqui estamos na terra de Nice!” Há sopa de porco (adaptada da nossa sopa com pesto), mas também há pratos tradicionais. Porque eles são nossos pratos e lutamos para preservar nossas tradições (Yanndarc 2006).

Nos comentários dos leitores das páginas que formavam a rede de *blogs* da direita radical europeia na época, é possível acompanhar longas discussões sobre as sopas identitárias. Um simpatizante do movimento afirmou, em comentário ao texto “Liberdade para... comer e dar de comer”, publicado no *blog* Gladius¹³:

São feitas do que se quiser, porque são feitas por franceses para franceses, e, em França, come-se carne de porco, como de resto noutros países da Europa Ocidental. Os nacionais têm todo o direito de alimentar a sua própria gente em exclusivo e ninguém tem nada com isso (Gladius 2006-b).

O slogan da SDF, “*les nôtres avant les autres*” (“os nossos antes dos outros”), evidencia que a receita da sopa foi escolhida como instrumento de segregação, não de união. Na prática, ela servia para excluir judeus e islâmicos que, em função de proibições religiosas, não consomem carne de porco. Um episódio ocorrido na Bélgica pode exemplificar isso de maneira ilustrativa. Junto com a sopa, normalmente era distribuído pão. Entretanto, para ter acesso ao pão, era necessário também consumir a sopa. Como revela o depoimento de um marroquino que tentou receber apenas o pão em uma das ações identitárias em Bruxelas: “Este é um gesto muito grande de racismo. Eles querem que eu coma carne de porco à força. Só peço pão, mas, para me dar pão, eles me dizem que tenho que comer porco. No que eles acreditam?” (Serbeto 2006).

O porco foi de fato adotado como símbolo das campanhas. Foram registradas ações onde os identitários usaram máscaras de porco em um restaurante de comida islâmica ou tentaram promover “festas de linguiça de porco” em ruas utilizadas por muçulmanos para oração (Zúquete 2018, 48-49). A enciclopédia *online* Metapédia¹⁴, define a sopa identitária e relaciona a sua proibição na França com o fato de não poder ser consumida por judeus e muçulmanos:

A sopa identitária ou sopa de gala é uma preparação culinária feita a partir de carne de porco. É um prato que as organizações de identidade francesas costumam distribuir em cozinhas de sopa para

¹³ Página na internet que publica material relacionado à direita radical e ao movimento identitário desde janeiro de 2003. Disponível em <http://gladio.blogspot.com>, consultado em 01/02/2021.

¹⁴ Enciclopédia eletrônica com clara orientação ideológica voltada à direita radical. Usa formato semelhante ao inaugurado pela Wikipedia, onde os usuários podem editar os verbetes. Disponível em: <<http://es.metapedia.org>>. Acesso em agosto de 2020.

alimentar pessoas de baixa renda ou sem-teto. O governo da França proibiu servir sopa de identidade a pessoas que precisam de assistência social, uma vez que, sendo feita com carne de porco, é inacessível para judeus e muçulmanos, pois seus preceitos religiosos impedem que eles consumam esse animal (Metapedia 2016).

O verbete na enciclopédia discorre sobre uma suposta perseguição realizada contra os identitários pelos meios de comunicação e por determinados políticos na França e na Bélgica no ano de 2006. São citados o prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, e o então ministro do interior, Nicolas Sarkozy. Conforme a enciclopédia, ambos “uniram forças para apresentar a sopa identitária como uma violação dos direitos humanos” (Metapedia, 2016). Ao mesmo tempo, a imprensa é acusada de “armar uma polêmica” em função da sopa não estar em sintonia com os preceitos *halal*¹⁵ e *kosher*¹⁶:

Os meios de comunicação de massa criaram uma controvérsia em torno da sopa de identidade por ser um prato que não está em conformidade com as leis que emanam do *halal* e do *kosher* (isto é, por não estar em sintonia com os regulamentos muçulmanos e judeus projetados para aqueles que professam esses cultos podem alimentar-se sem contradizer suas crenças religiosas). Por esse motivo, a polícia parisiense fechou uma popular sala de jantar em 28 de dezembro de 2006 para evitar servir sopa de gala, provocando polêmica em todo o país (Metapedia 2016).

Dessa forma, as medidas adotadas contra as ações midiáticas do *Bloc Identitaire* assumem, para seus seguidores, *status* de perseguição. De acordo com a Metapedia, apesar das proibições, os grupos continuavam ativos e a sopa identitária ainda seguiu sendo distribuída em ações pontuais:

A sopa identitária continuou a ser distribuída na França depois de 2007, apesar das disposições legais que a proibiam. As instituições de caridade de identidade continuavam ativas, patrulhando as cidades francesas em determinadas épocas do ano (principalmente nas noites de inverno) para alimentar as pessoas necessitadas com sopa identitária ou outros alimentos que contenham presunto, bacon e fornecer abrigo e companhia. A única diferença é que, após a proibição, ações de caridade são realizadas de maneira semi-clandestina (Metapedia 2016).

Os identitários argumentavam que seu “trabalho social” não estava obrigado a atender todos os indivíduos necessitados. De maneira clara, eles definiram que as sopas identitárias eram destinadas a um público específico. Este era formado por pessoas chamadas nos discursos simplesmente de “franceses”, ou ainda: “europeus”; “compatriotas”; “sua própria gente”, “seu próprio povo”, “de raiz europeia”, etc.

Para os identitários, a possibilidade de “degradação” da cultura vista como “tradicional” pode ser comparada a um pesadelo. O medo da religião islâmica pode adquirir contornos dramáticos em alguns discursos. Philippe Vardon, referência importante para os identitários, assim descreve um cenário onde os franceses seriam acordados por preces muçulmanas:

¹⁵ Um “alimento *halal*” significa um alimento permitido pela lei islâmica. Ver: (FAO 1997).

¹⁶ As leis dietéticas *kosher* determinam quais alimentos são adequados ou inadequados para os consumidores judeus que observam essas leis. Ver: (Regenstein et. al. 2003).

São cinco da manhã quando você é gradualmente despertado pelo que pensava ser um pesadelo horrível... Mas você não está sonhando, é um chamado à oração muçulmana que você ouve ecoando na rua (Vardon apud Zúquete 2018, 184).

A metáfora da contaminação cultural associada ao som das orações muçulmanas ecoando nas ruas foi diretamente explorada pelos identitários em uma ação realizada em outubro de 2006 na cidade de Montfermeil. O perigo da “islamização” ameaçava até mesmo o café da manhã dos franceses. Fabrice Robert, presidente do *Bloc Identitaire*, explica o ato, do qual tem orgulho:

O dia nasce em Montfermeil, uma cidade em processo de islamização nos subúrbios parisienses. De repente, os habitantes dos conjuntos habitacionais são acordados por uivos assustadores. É a chamada à oração lançada por um megafone colocado em um veículo que cruza as ruas. Não... Os *Barbus* ainda não tornaram obrigatória a chamada do *muezzim* na França! Esta é uma equipe do *Bloc Identitaire* que, com este meio simples e educativo, pretende alertar os habitantes nativos para o que os espera a médio prazo. Ao mesmo tempo, outra equipe distribui nas caixas de correio folhetos explicando a ação. *Allah Akbar*, o amigo do café da manhã... (Robert apud Cassen 2010).

A preservação de um modo de vida, representado por uma refeição assombrada por uma oração, exemplifica um dos pilares do movimento identitário e da nova direita radical europeia de maneira geral: o discurso baseado no mito de uma comunidade culturalmente “pura”, ameaçada pela imigração e pela globalização. Nos discursos, tal ameaça aparece diretamente relacionada com as “políticas mundialistas” e a globalização. O texto “O que é ser identitário?”, publicado no *blog* Rede Identitária Europeia¹⁷, define seus seguidores como defensores da comunidade europeia contra essas “políticas mundialistas”:

...identitário é (...) alguém que defende a sua identidade nas suas variadas formas (...). Para um identitário, a forma de organização do estado é secundário. O primordial do seu combate é a preservação da sua identidade. (...) O projecto identitário tenta pela Europa fora, proteger a comunidade europeia que tem sofrido os dissabores das políticas mundialistas que hoje vigoram e dominam o mundo ocidental através do seu regime apelidado de democracia (Rede 2016-c).

O texto “O que é a globalização e porque a combatem os identitários?”, publicado no mesmo *blog*, expõe de maneira direta os argumentos identitários sobre a globalização. Esta é considerada uma ameaça às identidades europeias, sendo associada às palavras “homogeneização”, “morte”, “destruição”, “desaparecimento”, “nivelamento”, “etnocídio”, “totalitarismo” e outras de significado simbólico semelhante:

A globalização traduz-se numa vontade totalitária de unificar e homogeneizar todas as formas de civilização, ameaçando de morte a especificidade dos povos; A globalização significa a destruição das tradições europeias e a sua substituição pelo americanismo, africanização e islamização cultural; A globalização conduz ao desaparecimento de toda a função soberana, enquanto autoridade que determina e assegura o destino de um povo; (...) A globalização é a imposição do mito igualitário, o que afirma que todos os homens são por essência iguais, procurando nivelar povos, culturas e

¹⁷ Página na internet que publicou material relacionado à direita radical e ao movimento identitário entre abril e junho de 2006. O *website* se define como “um blogue que pretende divulgar o movimento identitário”. Disponível em <https://redeidentitaria.blogspot.com>, consultado em 01/02/2021.

civilizações, desprezando a diversidade étnica, cultural, moral e social existente entre os povos; A globalização é um projecto civilizacional uniformizador que nega o direito de cada povo, etnia, cultura, nação, de viver segundo as suas próprias normas e tradições, particularmente a nós, europeus; (...) A globalização leva inevitavelmente ao etnocídio pela transformação das populações europeias numa massa mestiça sem identidade (Rede 2006-b).

O excerto acima evidencia uma motivação xenofóbica no discurso dos grupos de direita radical. A suposta “defesa das identidades nacionais” diante da “ameaça de invasão” da cultura islâmica é justificada pelo medo. Como consequência da globalização, a presença de islâmicos e/ou africanos em solo europeu é associada com palavras assustadoras, dotadas de forte carga simbólica negativa.

Em alguns casos, o discurso de defesa das sopas identitárias utiliza expressões que indicam certo nível de apologia da violência como um meio legítimo de defesa da identidade europeia supostamente ameaçada. A proibição das ações de distribuição das sopas é atribuída aos “donos do regime”. Estes, mais do que adversários, são considerados inimigos, que não merecem nenhum respeito. Um exemplo disso pode ser observado no texto “Liberdade para... comer e dar de comer”, publicado no *blog* Gladius:

Até onde chega o aviltamento ideológico da condição humana no Ocidente? De momento, já vai a tal nível de baixeza que até já se quer impedir os Europeus de alimentarem a sua própria gente mais desfavorecida - é que, por acaso, nem sequer há muita gente das ditas «minorias» étnicas a chegar ao ponto de miséria de ter de viver na rua, apesar de se choramingarem diariamente... na verdade, quase todos os sem-abrigo são de raiz europeia... Quer isto dizer que o regime pseudo-democrático vigente não admite sequer que qualquer grupo de Europeus pretenda auxiliar o seu próprio povo na sua própria terra. Quer isto dizer o que muitos de nós já sabíamos - que os donos do regime não merecem qualquer espécie de respeito humano. Não são adversários, são inimigos (Gladius 2006-a).

Em outro discurso, observado no espaço para comentários ao texto acima, a violência fica mais evidente, podendo-se intuir alguma conexão (mesmo que apenas ideológica) com grupos mais radicais, os chamados “neonazistas”, *skinheads* de extrema direita, ou simplesmente “nazis”:

Querer impedir um europeu de alimentar outro europeu em solo europeu, é o cúmulo do nojo e só pode ser, ou um acto de gentalha tão infinitamente degradada que não merece sequer um tratamento humano, ou então uma provocação para que algum «nazi» perca as estribeiras e comece aos tiros, para depois a ralé infra-humana da vossa laia ter «argumentos» para meter as organizações «nazis» todas na cadeia. É por isso que entre nós urge manter a calma para não vos dar aquilo que vocês querem. Além do mais, a vingança saboreia-se a frio. Um dia, hão-de pagar bem caro pela vossa pulhice (Gladius 2006-b).

Para além da retórica ultranacionalista - relativamente moderada no componente “violência” - da média dos textos identitários, orbitam diversos argumentos mais ou menos “fora da curva”, que apelam para a violência de maneira mais direta. Tais discursos estão associados a uma concepção binária de identidade - dividem a sociedade entre “nós e eles”, “aliados e inimigos” (Fangen 1998). Tais manifestações são carregadas com elementos explícitos de ódio e elaboram

ameaças genéricas (“a vingança saboreia-se a frio”; “um dia, hão-de pagar bem caro”), podendo representar um perigoso incentivo para ações violentas.

Considerações finais

A comida pode ser vista como uma narrativa de memória social porque ela carrega consigo uma história. Ela possui uma dimensão comunicativa e assim pode contar histórias e narrar as vivências de uma comunidade, suas visões de mundo, lembranças, valores, construindo e mantendo a memória social de um grupo e sua(s) identidade(s). Membros de um determinado grupo podem pertencer a gerações diferentes, mas vivenciam o pertencimento ao grupo através do fato de comerem a mesma comida, que carrega consigo uma variedade de significados (Amon e Menasche 2008).

A comida é definida cultural e historicamente, dependendo de pequenos detalhes, particularidades na preparação, na apresentação e no consumo. A comida depende da estética, da história e da cultura. Por isso tem papel importante na delimitação de identidades individuais e coletivas. Esse fenômeno é conhecido e tem sido bastante estudado em diversas áreas, como na sociologia, antropologia e história.

A sopa é considerada o prato mais universal. É também conhecido como o mais antigo. Os métodos de fazer sopa evoluíram de forma similar de uma cultura para outra. Eles começaram com o mais básico mingau feito de grãos e ervas e progrediram para incluir ervilhas ou feijões, massas, carne, peixe, especiarias e outros ingredientes. A qualidade da sopa melhorou em sincronia com o avanço das práticas agrícolas, melhoria na qualidade de vegetais e ervas, e na disponibilidade de recipientes duráveis. Sem dúvida, a sopa pode funcionar como um elemento definidor de identidade social e cultural. Todas as culturas desenvolveram alguma versão de uma sopa (Rumble 2009, 3).

Durante séculos, a sopa foi o centro da culinária mediterrânea. Cada país desenvolveu algum, (ou alguns), caldos particulares. Por exemplo, durante a Idade Média, o *goulash* húngaro, feito com carne e temperado com páprica e cebola, foi criado por pastores que precisavam de uma refeição simples que fornecesse a alimentação básica. No fim do século XVIII, começou a transformar-se de um mero alimento de pastores, em algo que acabaria definindo a identidade de uma nação (Rumble 2009, 36). Outro exemplo é a “sopa seca” portuguesa, semelhante às outras sopas secas encontradas em várias culturas, porém com características peculiares. Feita de pão de trigo, carne, repolho e hortelã, é considerada quase o prato nacional de Portugal (Rumble 2009, 82).

Todavia, a comida une e divide. Ela conecta aqueles que a compartilham, confirmando suas identidades como indivíduos e como parte de uma coletividade. Ao mesmo tempo, a comida exclui aqueles que não a compartilham, marcando-os como forasteiros. Os participantes de uma mesma cultura culinária se reconhecem pela maneira como comem, pelo que comem e pelo que suas dietas excluem. A noção de comunidade é construída sobre camadas de exclusão. As identidades comuns são criadas estigmatizando segmentos de populações com base em classe, raça e procedência (Parasecoli 2014). Sendo assim, ao analisar o caso da sopa identitária, é possível afirmar que de prato universal, acolhedor, que espanta o frio e renova as energias, a sopa foi transformada em instrumento de xenofobia. A comida como definidora de identidades, foi transformada em elemento de segregação. O porco foi adotado como arma cultural (Zúquete 2018, 183).

Os identitários alicerçam o seu discurso no mito de uma comunidade pura, homogênea e estável. Por consequência, as culturas de cada país europeu - que podem ser representadas por suas comidas “tradicionais” - estariam em perigo iminente de contaminação através da imigração. Sem dúvida, as tradições culinárias envolvem ingredientes, técnicas, receitas, objetos, práticas, comportamentos, normas e valores que são pontos de referência para a formação de um senso de comunidade e pertencimento (Parasecoli 2014). Contudo, as comunidades não são absolutamente estáveis, nem formadas por características essenciais eternas. Uma cultura idealizada dessa maneira existe mais no discurso ideológico do que na realidade prática. O mesmo vale para as tradições culinárias.

O próprio mitema identitário da sopa de porco é questionável. Seria ela realmente uma tradicional sopa francesa? Esse *status* de fato encontra correspondência histórico-cultural ou foi construído/amplificado no discurso? A questão não é trivial e seria necessária uma pesquisa específica para responder tais questões. Entretanto, certamente não é possível afirmar que a carne de porco seja um ingrediente extremamente comum nas sopas francesas. Por exemplo, fresca, a carne de porco não aparece em nenhuma das receitas compiladas por Adelaide Keen em seu clássico livro de receitas *With A Saucepan Over The Sea*. Em forma de presunto, aparece em apenas 16,7% das preparações. Se utilizassem o livro de Keen como referência, no capítulo sobre as tradicionais sopas francesas, os identitários teriam 83,3% de receitas sem porco (Keen 1910). Existem outras sopas que são consideradas a sopa “nacional” do país, como a sopa de cebola (Ichijo e Ranta 2016, 142) e a *Petite Marmite*, feita com carne de gado, galinha e legumes.

Portanto, é verdade que a inclusão ou exclusão de determinados ingredientes na tradição culinária de um país pode ajudar na criação de um senso de experiência compartilhada e funcionar como um dos elementos que definem o sentimento de pertencimento a uma comunidade

(Parasecoli 2014). Todavia, é fundamental ter a noção de que tal comunidade é uma construção em parte real, em parte imaginada. Além disso, toda identidade é construída historicamente de maneira dinâmica, recebendo contribuições de diversas culturas, em um processo que tende a enriquecê-la, e não destruí-la. É uma falácia pensar em identidades culturais “puras” e construídas de forma isolada. Imaginar a cultura como uma ilha, que deve ser “protegida”, é negar um processo histórico complexo e repleto de conexões.

Referências bibliográficas

- Almeida, Fábio Chang de. “A direita radical no Portugal democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974 - 2012)”. Tese de doutoramento, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- Almeida, Fábio Chang de. “A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet”. *Estudos Ibero-Americanos*, 41, n.1 (2015): 98-125. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20463>.
- Amon, Denise, e Renata Menasche. “Comida como narrativa da memória social”. *Sociedade e Cultura*, 11, n.1 (2008): 13-21. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i1.4467>.
- Bartlett, Jamie, Jonathan Birdwell, e Mark Littler. 2011. “The New Face of Digital Populism”. <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/new-face-digital-populism>.
- Cahuzac, Yannick, e Stéphane François. “Les stratégies de communication de la mouvance identitaire: le cas du Bloc Identitaire”. *Questions de communication*, n. 23 (2013): 275-292. <https://doi.org/10.4000/questionsdecommunication.8455>.
- Caiani, Manuela, e Patricia Kröll. “The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet”. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*: 39, n.4 (2015): 331-351. <https://doi.org/10.1080/01924036.2014.973050>.
- Carter, Elisabeth. “Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept”. *Journal of Political Ideologies*, 23, n.2 (2018): 157-182. <https://doi.org/10.1080/13569317.2018.1451227>.
- Courtine, Jean-Jacques. “O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”. Em *Os múltiplos territórios da análise de discurso*, orgs. Maria Cristina L. Ferreira, e Freda Indurssky, 15-22. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- Fangen, Katrine. “Right-wing skinheads - Nostalgia and binary oppositions”. *Young – Nordic Journal of Youth Research*, 6, n. 9 (1998): 33-49. <https://doi.org/10.1177/110330889800600304>.
- FAO. 1997. “General Guidelines for the Use of the Term Halal”. http://www.fao.org/input/download/standards/352/CXG_024e.pdf.
- François, Stéphane. “Guillaume Faye and archeofuturism”. Em *Key thinkers of the radical right: behind the new threat to liberal democracy*, org. Mark Sedgwick, 91-101. New York: Oxford University Press, 2019. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190877583.003.0006>
- Gattinara, Pietro Castelli. “The study of the far right and its three E’s: why scholarship must go beyond Eurocentrism, Electoralism and Externalism”. *French Politics*, 18, n. 3 (2020): 314–333. <https://doi.org/10.1057/s41253-020-00124-8>.
-

- Griffin, Roger. "Fascism's new faces (and new facelessness) in the 'post-fascist' epoch". Em *A Fascist Century*, org. Matthew Feldman, 181-202. Londres: Palgrave Macmillan, 2008. https://doi.org/10.1057/9780230594135_8.
- Ichijo, Atsuko, e Ronald Ranta. *Food, national identity and nationalism: from everyday to global politics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. <https://doi.org/10.1057/9781137483133>
- Ignazi, Piero. *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003. <https://doi.org/10.1093/0198293259.001.0001>
- Keen, Adelaide. *With A Saucepan Over The Sea: quaint and delicious recipes from the kitchens of foreign countries*. Boston: Little, Brown and Company, 1910.
- Koc, Mustafa, e Jennifer Welsh. "Food, Foodways and Immigrant Experience". Paper apresentado na 16ª Biennial Conference of the Canadian Ethnic Studies Association, Halifax, Canadá, novembro de 2001.
- Marchi, Riccardo, e Raquel da Silva. "Political Violence from the Extreme Right in Contemporary Portugal". *Perspectives on Terrorism*, 13, n.6 (2019): 27-42.
- Minkenberg, Michael. "Between party and movement: conceptual and empirical considerations of the radical right's organizational boundaries and mobilization processes". *European Societies*, 21, n.4 (2019): 463-486. <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1494296>
- Minkenberg, Michael. "The radical right in Europe today: trends and patterns in East and West". Em *Is Europe on the "right" path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe*, orgs. Nora Langenbacher, e Britta Schellenberg, 37-55, Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011.
- Mudde, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511492037>
- Orlandi, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- Parasecoli, Fabio. "Food, Identity, and Cultural Reproduction in Immigrant Communities". *Social Research: An International Quarterly*, 81, n.2 (2014): 415-439.
- Pinto, Céli Regina Jardim. "Elementos para uma análise de discurso político". *Barbaroi – Revista do Departamento de Ciências Humanas da Unisc*, n.24 (2006): 78-109.
- Regenstein, Joe M. "The Kosher and Halal Food Laws." *Comprehensive Reviews in Food Science and Food Safety*, 2, n.3 (2003): 111-127. <https://doi.org/10.1111/j.1541-4337.2003.tb00018.x>
- Rother, Edna Terezinha. "Revisão sistemática x revisão narrativa". *Acta Paul*, 20, n.2 (2007): v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Rumble, Victoria R. *Soup through the ages: a culinary history with period recipes*. Jefferson: McFarland & Company, 2009.
- Serbeto, Enrique. 2006. "La sopa de la discordia". https://www.abc.es/internacional/abci-sopa-discordia-200603050300-142614014546_noticia.html
- Toledo, Juliane Alvarez de, e Marisa Consenza Rodrigues. "Teoria da mente em adultos: uma revisão narrativa da literatura". *Bol. Acad. Paul. Psicol.* 37, n.92 (2017): 139-156.
- Zúquete, José Pedro. "Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão". *Análise Social*. XLVI, 201 (2011): 653-677.
- Zúquete, José Pedro. *The identitarians: the movement against globalism and Islam in Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2018. <https://doi.org/10.2307/j.ctvpj775n>

Fontes primárias relacionadas à direita radical

- Batalha. 2005. “De Londres a Israel passando pelo Iraque”.
<http://batalhafinal.blogspot.com/2005/07/de-londres-israel-passando-pelo-iraque.html>.
- Batalha. 2006. “Uma questão de solidariedade europeia ou crônicas da colonização”.
<http://batalhafinal.blogspot.com/2006/01/uma-questo-de-solidariedade-europeia.html>.
- Cassen, Pierre. 2010. “Fabrice Robert, président du Bloc Identitaire: Etre populiste, c’est défendre son people”. <https://ripostelaique.com/Fabrice-Robert-president-du-Bloc.html>.
- Gladius. 2006-a. “Liberdade para... comer e dar de comer”.
<http://gladio.blogspot.com/2006/01/liberdade-para-comer-e-dar-de-comer.html>.
- Gladius. 2006-b. “Liberdade para... comer e dar de comer”. (Comentários).
<http://gladio.blogspot.com/2006/01/liberdade-para-comer-e-dar-de-comer.html>.
- Identitaires. 2016. “Bloc Identitaire becomes Les identitaires”. <https://www.les-identitaires.com/2016/08/09/bloc-identitaire-becomes-identitaires>.
- Lescure, Dominique. 2006. “Interview de Dominique Lescure (Soulidarietà)”.
<http://yanndarc.over-blog.com/article-2529233.html>
- Metapedia. 2016. “Sopa Identitária”. https://es.metapedia.org/wiki/Sopa_identitaria.
- Rede. 2016-a. “O corte radical”. <http://redeidentitaria.blogspot.com/2006/06/o-corte-radical.html>.
- Rede. 2016-b. “O que é a Globalização e porque a combatem os Identitários?”.
<http://redeidentitaria.blogspot.com/2006/05/o-que-globalizao-e-porque-combatem-os.html>.
- Rede. 2016-c. “O que é ser identitário?”. <http://redeidentitaria.blogspot.com/2006/04/o-que-ser-identitrio.html>.
- Rede. 2016-d. “Os sete pecados mortais da Iminvasão”.
<http://redeidentitaria.blogspot.com/2006/05/os-sete-pecados-mortais-da-iminvaso.html>.
- Rede. 2016-e. “Porque combato”. <http://redeidentitaria.blogspot.com/2006/06/porque-combato.html>

Recebido: 12 de março de 2021
Aprovado: 08 de julho de 2021

Neoliberalismo e luta social na América Latina no tempo presente: a Bolívia entre 2000 e 2005

Neoliberalism and social struggle in Latin America in the Present Time: Bolivia between 2000 and 2005

Neoliberalismo y lucha social en América Latina en el Tiempo Presente: Bolivia entre 2000 y 2005

Rafael Pinheiro de Araújo*

<https://orcid.org/0000-0001-7551-6448>

RESUMO: Em 10 de novembro de 2019, Evo Morales foi levado a renunciar ao seu mandato presidencial pelo então comandante das Forças Armadas, general Williams Kaliman. A instabilidade política após a eleição presidencial em 20 de outubro contribuiu para esse desfecho. Esses acontecimentos fomentaram inúmeros debates nos meios universitário e jornalístico sobre as razões que possibilitaram o governo do primeiro presidente indígena da história boliviana. Da mesma forma, análises foram feitas com o intuito de avaliar a sua gestão presidencial. Almejamos contribuir com tais debates neste artigo. Assim, refletiremos sobre as razões que levaram Evo Morales à presidência boliviana. Exploraremos os impactos do neoliberalismo na Bolívia e América Latina e faremos uma breve teorização sobre essa doutrina em sua primeira parte. Em um segundo momento, observaremos a história boliviana entre 2000 e 2005 e examinaremos as causas para a chegada de Morales à presidência.

Palavras-chave: Bolívia. Neoliberalismo. Rebeliões.

ABSTRACT: On November 10th, 2019, Evo Morales was prompted to resign his presidential term by the commander of the Armed Forces, General Williams Kaliman. The political instability after the presidential election, on October 20, contributed to this outcome. These events fostered

* Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)/UFRJ (2013). Participa como historiador convidado do projeto "1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War" organizado pela Freie Universität e pelo Friedrich-Meinecke-Institut. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de História e Fontes da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Imigração (LABIMI)/UERJ e ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: rafa.ara@gmail.com.

countless debates in the university and journalistic circles about the reasons that made possible the government of the first indigenous president in Bolivian history. Likewise, analysis were carried out in order to assess his presidential administration. In this article we aim to contribute to such debates. Thus, we will reflect on the reasons that led Evo Morales to the Bolivian presidency. We will explore the impacts of neoliberalism in Bolivia and Latin America, also make a brief theorization regarding this doctrine in its first part. In a second moment, we will look at Bolivian history between 2000 and 2005 and evaluate the causes for the arrival of Morales to the presidency.

Keywords: Bolivia. Neoliberalism. Insurgency.

RESUMEN: El 10 de noviembre de 2019, Evo Morales fue llevado a renunciar a su mandato presidencial por el entonces comandante de las Fuerzas Armadas, general Williams Kaliman. La inestabilidad política tras las elecciones presidenciales del 20 de octubre contribuyó a este resultado. Estos hechos propiciaron innumerables debates en el ámbito universitario y periodístico sobre las razones que llevarán al gobierno del primer presidente indígena de la historia de Bolivia. Fueron realizadas análisis que valoraran su gestión presidencial. Nuestro objetivo es contribuir a tales debates en este artículo. Así, reflexionaremos sobre los motivos que llevaron a Evo Morales a la presidencia boliviana. Exploraremos los impactos del neoliberalismo en Bolivia y América Latina y haremos una breve teorización sobre esta doctrina en su primera parte. En segunda parte, analizaremos la historia de Bolivia entre 2000 y 2005 y examinaremos las causas de la llegada de Morales a la presidencia.

Palabras-clave: Bolívia. Neoliberalismo. Insurgencia.

Como citar este artigo:

Araújo, Rafael Pinheiro de. "Neoliberalismo e luta social na América Latina no tempo presente: a Bolívia entre 2000 e 2005". *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 385-408.

Introdução

O último trimestre de 2019 foi marcado por um conjunto de rebeliões populares na América Latina. Ondas de indignação e rebeldia sacudiram as estruturas políticas de nações como Colômbia, Equador, Haiti e, especialmente, Chile¹. O inócuo crescimento econômico nos últimos seis anos contribuiu para o desencadeamento dessas insurreições, segundo nossa avaliação

¹ Para um aprofundamento da análise sobre as rebeliões latino-americanas no último trimestre de 2019, consultar Wasserman (2020)

preliminar. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), entre 2014 e 2019, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) regional girou em torno dos 0,3%².

Esse cenário contribuiu para o aumento do desemprego e para a precarização do mercado de trabalho, cuja informalidade abarca em torno de 54% (aproximadamente 140 milhões) da sua População Economicamente Ativa (PEA) no início de 2020³. A frágil expansão das economias locais colaborou para o aumento dos índices de pobreza e de desemprego, conforme pode ser visto na tabela abaixo. Cerca de 191 milhões de pessoas, 30,8% dos latino-americanos, encontravam-se em situação de miséria em 2019, segundo estimativa cepalina. Em 2014, o número girava em torno de 164 milhões de habitantes⁴.

Ano	Desemprego	Pobreza	Crescimento do PIB
2014	6,1	27,8	1,2
2015	6,6	29,1	-0,2
2016	7,9	30,0	-1,0
2017	8,1	30,1	1,2
2018	8,1	30,1	1,0
2019	8,0	30,8	0,1

Fig.1: Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019) e Panorama Social de América Latina (2019). *Percentuais de desemprego, pobreza e crescimento do PIB da América Latina entre 2014 e 2019.*⁵

O aumento das desigualdades sociais contribuiu para a ampliação do descrédito em relação à democracia e suas instituições, como foi demonstrado pela Organização Latinobarômetro em seu último relatório, em 2018⁶. Nesse estudo, a entidade asseverou que naquele ano tivemos a pior avaliação das democracias latino-americanas na série histórica iniciada em 1995. Cerca de 71% dos entrevistados repudiaram os sistemas políticos da região.

De maneira análoga ao ocorrido no fim da década de 1990, quando as esquerdas ganharam protagonismo político na América Latina, a recente desconfiança em relação às democracias possibilitou a ocorrência de rebeliões populares, aos quais adicionaram-se os golpes de Estado e a ascensão do autoritarismo. A corrupção do sistema político; a incapacidade de atendimento do “horizonte de expectativas dos cidadãos”, como emprego e habitação; e a oferta de péssimos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transportes e infraestrutura tornaram-se

² Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe*. 2019. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balancepreliminar-economias-america-latina-caribe-2019>>. Acesso: 10 mar. 2020.

³ Figueiredo, Janaina. *Informais vivem drama na América Latina*. O Globo, 09/04/2020. p. 11.

⁴ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Panorama Social de América Latina 2019*. Santiago: CEPAL, 2020a.

⁵ Os percentuais de índice de pobreza referem-se ao total da população boliviana e de desemprego tem correlação com o total da População Economicamente Ativa (PEA).

⁶ *Informe Latino Barometro*, 2018. P. 35.

exponencialmente explosivos em razão dos já assinalados baixos índices de crescimento econômico e suas imponderáveis sequelas sociais.

A junção de tais elementos compôs um mosaico que estimulou as mobilizações populares do fim de 2019 e, diante dos imprevisíveis os efeitos da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, retrações do PIB, elevação da pobreza, do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho deverão ocorrer nos países da região. Em relatórios preliminares sobre esses temas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a CEPAL já projetaram perspectivas sombrias. O número de desempregados formais pode alcançar a cifra de 38 milhões de indivíduos e cerca de 20 milhões de cidadãos serão inseridos na condição de pobreza, segundo estimativas das duas entidades⁷.

No caso da Bolívia, as tensões políticas do fim de 2019 atingiram de uma maneira diferenciada em relação aos vizinhos supracitados. A forte instabilidade política entre o primeiro turno da eleição presidencial de 20 de outubro e o dia 10 de novembro, ocasião da renúncia forçada de Evo Morales, foi surpreendente. Até aqueles tortuosos dias, havia uma tendência de nova vitória eleitoral do primeiro mandatário indígena da história boliviana.

Colaboravam para essa expectativa fatores como: a estabilidade política; o reconhecimento da importância da cultura e dos valores indígenas para o Estado boliviano; o crescimento econômico de 5%, em média, na última década; e o vitorioso combate à pobreza, que diminuiu de 60% para 33,2%⁸ entre 2006 e 2019. Esses elementos, até o dia da eleição de 2019, auxiliaram para que o país atravessasse incólume o período de rebeliões populares daquele ano.

Não será objeto desse artigo avaliar a gestão de Evo Morales e as razões para a sua forçada renúncia. Deixaremos essa abordagem para outra ocasião. Todavia, em razão dos recentes acontecimentos da história boliviana, avaliamos a pertinência da abordagem desses temas em nossas notas introdutórias.

A autointitulada *revolução democrática e cultural* possuía respaldo popular. As investigações sobre os acontecimentos sucedidos na nação andino-amazônica entre 2000 e 2019 demonstram a veracidade dessa caracterização. Existiram modificações substantivas na estrutura social, nas instituições políticas e na elite dirigente boliviana. Além disso, o reconhecimento da plurinacionalidade pela Carta Magna de 2009 marcou a história desse processo, pois incorporaram-

⁷ *Observatorio de la OIT: El Covid-19 y el mundo del trabajo. Tercera Edición.* Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_743154.pdf Acesso 07 de maio de 2020 e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *América Latina y el Caribe ante la pandemia del Covid.* Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales> Acesso: 09 de abril de 2020.

⁸ Cepal (2019) e *O que está por trás do sucesso econômico da Bolívia na era Evo Morales?* Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50088340> acesso: 12 de novembro de 2019.

se reivindicações históricas dos indígenas. Embora a dependência econômica, decorrente da exportação de matérias-primas, tenha se mantido, e a estrutura de classes não tenha se alterado, coadunamos com a definição feita pela gestão Morales e organizações sociopolíticas que o apoiaram.

Nas páginas que se seguem, refletiremos acerca das razões para a eleição de Evo Morales, em dezembro de 2005. Construímos nossa abordagem a partir de dois eixos. Debateremos a aplicação das práticas políticas e econômicas neoliberais na América Latina com o intuito de compreender os seus efeitos socioeconômicos para a região, especialmente, para os bolivianos. Na segunda parte, refletiremos sobre a história do nosso vizinho entre 2000 e 2005. Almejaremos, com isso, apresentar algumas motivações para a *revolução democrática e cultural* ocorrida entre 2006 e 2019 naquele país.

O neoliberalismo e a América Latina: um breve debate teórico e apontamentos históricos

Virtudes do livre comércio e do livre mercado; conquista do sucesso com as atividades empreendedoras; ganhos financeiros consideráveis na bolsa de valores e no mercado de trabalho; aquisição de esplêndida condição material de vida, possibilitando o acesso aos bens de consumo propagandeados pela mídia e que são bombardeados ao acessarmos à internet pelos *smartphones* e *tablets*; e obtenção de *status* social. Algumas dessas imagens, construídas em nosso cotidiano, simbolizam um mundo radicalmente transformado nas últimas quatro décadas em razão da revolução tecnológica, da globalização⁹ e do neoliberalismo.

O encantamento produzido pelas promessas de consecuições materiais com o trabalho e pelo acesso a bens de consumo nas sociedades da informação e do conhecimento mascara um outro lado nada sedutor. Individualização do fracasso, distanciamento da vida em comunidade, austeridade fiscal, concentração de renda, elevação da pobreza e fome. Tais elementos caracterizam

⁹ O debate teórico sobre a globalização não é objeto desse artigo. Contudo, ressaltamos a difícil precisão conceitual do termo, que foi amplamente difundido pelos ideólogos liberais a partir da década de 1970. Como afirmou Bauman (1999), a expressão tornou-se a recorrente nos meios de comunicação e foi alastrada na academia e nas sociedades contemporâneas. Uma explicação perspicaz sobre os aspectos econômicos desse processo foi feita pelo sociólogo Manuel Castells, a quem recorremos. Segundo ele: “(...) surgiu uma economia global nos últimos anos do século XX. Resultou da reestruturação das empresas e dos mercados financeiros em consequência da crise da década de 1970. Expandiu-se utilizando novas tecnologias da informação e da comunicação. Tornou-se possível e, em grande parte, foi induzida por políticas governamentais deliberadas. A economia global não foi criada pelos mercados, mas pela interação entre mercados e governos e instituições financeiras agindo em nome dos mercados – ou de sua ideia do que devem ser os mercados” (Castells 2007, 176). Os críticos do fenômeno observaram, entre outros aspectos, que a globalização contribuiu para a acentuação das desigualdades socioeconômicas mundiais; para o surgimento de movimentos locais, alguns deles fundamentalistas e de extrema-direita, que reivindicaram a valorização cultural, religiosa e identitária em contraposição à padronização e uniformização possibilitadas pela globalização; e o esfacelamento da soberania no Estado-Nação (Bauman 1999, 2008; Wallerstein 2003; Hobsbawm 2007).

o mundo real, em nada arrebatador, que se distancia dos cânones divulgados pelos apologistas do neoliberalismo.

Tais contradições, extremamente visíveis na América Latina, fazem com que criamos na pertinência da elaboração de uma definição do neoliberalismo antes de examinarmos a história boliviana entre 2000 e 2005, pois acreditamos na existência de uma direta relação entre o repúdio a essa doutrina econômica e os acontecimentos históricos das últimas duas décadas em nosso vizinho.

Entre 1976 e 1980 ocorreu uma significativa ruptura na história econômica mundial. Na China, Deng Xiaoping inaugurou a transformação econômica daquele país por meio da política das quatro modernizações (indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas) e da liberalização econômica. No Ocidente, respondendo ao choque econômico da década de 1970, fustigados pelas duas crises do petróleo (1973 e 1979), Margareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente primeira-ministra britânica e presidente dos Estados Unidos, guinaram as políticas econômicas dos seus governos para a direção impulsionada pelos chineses.

A crise de sobreacumulação do capital daquela década desencadeou alterações contundentes na administração econômica e na formulação teórica sobre os rumos do capitalismo contemporâneo. A doutrina neoliberal, dessa forma, expressou o retorno a formas primitivas ou originais de acumulação de capital por meio da espoliação. Esta define-se pela apropriação de recursos naturais e da força de trabalho pelos detentores do capital, que utilizaram as privatizações como um meio para potencializá-la (Harvey 2004, 120-124).

Wallerstein possui uma avaliação análoga à de Harvey sobre o caráter lesivo das práticas liberais. Segundo ele: “(...) Margaret Thatcher lançou as pedras do que se convencionou chamar ‘neoliberalismo’, que compreendia, antes, um conservadorismo tão agressivo como não se via desde 1848, e uma tentativa de inversão da redistribuição social, redirecionada das classes inferiores para as classes superiores” (Wallerstein 2003, 81).

O neoliberalismo é uma doutrina política e econômica que defende a conquista do bem-estar humano por meio da liberação das atividades empreendedoras individuais em um ambiente institucional marcado pela garantia dos direitos de propriedade privada, do livre mercado e do livre comércio. Ao contrário do imaginado, a ação estatal tem, aqui, um papel importante. Suas instituições devem garantir tais práticas mediante o pleno exercício das suas funções militares, policiais e legais, assegurando a inviolabilidade da propriedade privada. Ao mesmo tempo, o funcionamento do mercado e a integridade do capital também devem ser preservadas pelo Estado, embora, isso não signifique a apologia do intervencionismo estatal na economia, que é refutado

pelos apoiadores dessa doutrina. As suas instituições devem, apenas, regular e garantir o pleno funcionamento das atividades econômicas, segundo os economistas liberais (Harvey 2011, 11-12).

O novo liberalismo exprimiu um projeto de classe decorrente dos impactos das duas crises econômicas da década de 1970, conforme anteriormente afirmado. Sua encantadora retórica, que consolidou no imaginário de diversos grupos sociais as virtudes da liberdade individual, do empreendedorismo e do consumismo, mascarou algo central, em nossa opinião. Como afirmaram David Harvey (2012) e Wallerstein (2003), seus preceitos possibilitaram a restauração e a consolidação do poder das classes capitalistas em razão da maior centralização da riqueza decorrente das suas práticas econômicas. Privatizações, livre mercado e austeridade fiscal, por exemplo, possibilitaram a apropriação do excedente pelo grande capital, a destruição da capacidade redistributiva estatal e o aumento das desigualdades sociais.

Na América Latina, a aplicação dessa doutrina econômica foi experienciada em alguns regimes de exceção do Cone Sul, entre as décadas de 1970 e 1980, como a boliviana. No Chile, na ditadura de Augusto Pinochet, entre 1973-1990, tivemos a aplicação mais radical dessa teoria. A sua efetuação foi tutelada por jovens economistas pós-graduados na Universidade de Chicago sob a orientação do ultraliberal Milton Friedman (1912-2006) e que foram conhecidos pelo epíteto de *Chicago Boys*.

Os *Meninos de Chicago* ocuparam postos relevantes na equipe do ditador chileno e alicerçaram a implementação de um ultraliberalismo econômico. Austeridade fiscal; irrestrita abertura econômica; reforma tributária; privatizações; cortes dos gastos sociais; redução do setor público; supressão dos direitos trabalhistas; capitalização previdenciária e ampla liberalização dos fluxos internacionais consistiram em medidas aplicadas em nosso vizinho durante o estado de exceção (Davis 2003, 2)¹⁰.

A recessão econômica da década de 1980, decorrente da explosão das dívidas externas e da alta inflação, criou as condições para a inserção da América Latina na revolução neoliberal. O Plano Brady (1989) – no qual os Estados Unidos negociaram, naquela ocasião, o perdão de parte das dívidas externas dos países periféricos e a reestruturação do seu pagamento com a concessão de novos empréstimos e prazos alargados de quitação – e os ajustes econômicos recomendados

¹⁰ A onda de manifestações iniciadas no Chile, em outubro de 2019, decorreu da reação popular às quatro décadas de ultraliberalismo aplicadas no país. Sobre as recentes mobilizações chilenas, consultar: Corrêa, Bernardo. Chile: *O Paraíso neoliberal em chamas*. Disponível em: https://portaldelaizquierda.com/pt_br/2019/10/chile-o-paraiso-neoliberal-em-chamas/ Acesso: 16 de novembro de 2019 e Vergara, Gabriel Salazar. *El «reventón social» en Chile - Una mirada histórica*. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/protestas-Chile-estudiantes-neoliberalismo/> Acesso: 05 de Março de 2020.

pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) inseriram as sociedades latinas nos novos paradigmas econômicos (Williamson 2016, 584).

O Consenso de Washington norteou a sua aplicação. Ele fundamentou-se nos seguintes eixos:

I – política fiscal: cortes nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos públicos e investimentos/subsídios estatais);

II – política monetária: contenção da expansão dos meios de pagamento e do crédito interno, elevação das taxas de juros praticadas pelos Bancos Centrais e controle da inflação;

III – política salarial: controle dos reajustes e achatamento;

IV - política cambial e de comércio exterior: implantação de taxas de câmbio competitivas e abertura do mercado à concorrência estrangeira, por meio da redução de tarifas aduaneiras e dos subsídios aos produtos nacionais;

V - privatizações;

VI - canalização das despesas sociais para os mais pobres a partir da implementação de políticas assistencialistas (Cano 2000, 34; Martins 2011, 318).

As práticas neoliberais não levaram as sociedades latino-americanas para o eldorado do sustentável e contínuo crescimento econômico, da aquisição de empregos formais, da distribuição de renda e do acesso contínuo a bens de consumo, como prometido pelos seus enaltecedores. Ao contrário disso, predominaram o baixo crescimento econômico, o privatismo da produção do excedente, a precarização do trabalho, a concentração de renda, as agressões sistemáticas ao meio ambiente, o aumento da violência urbana e as profundas desigualdades sociais, que fizeram da pobreza e da indignação as suas marcas centrais em nossa região (Boron, 2004; Martins, 2011).

Nessa parte do hemisfério, a prosperidade material que deveria ser propiciada pelo livre mercado, conforme dito por um dos mais destacados propagandistas dessa doutrina, Francis Fukuyama (1992, 14), não se realizou. Pelo contrário. As contradições socioeconômicas elevaram-se e contribuíram para que a América Latina fosse o epicentro das lutas antineoliberais entre o final da década de 1990 e a primeira década do século XXI.

As ruas, naquele período, consistiram nos espaços para o agir político de ativistas sociais exauridos pela inóxia e pelo descolamento do sistema político da vida real da população. A ocupação dos espaços públicos simbolizou a exteriorização da indignação e da resistência. Observamos, com isso, o protagonismo dos movimentos sociais de “novo tipo”¹¹, dos partidos

¹¹ Não é objeto de discussão desse artigo a teoria dos movimentos sociais. Porém, julgamos ser relevante uma breve definição da perspectiva teórica utilizada sobre as organizações de “novo tipo”. Compreendemos-as como agentes que

políticos de esquerda e de líderes antissistêmicos, como Hugo Chávez. As sociedades latinas, assim, apresentaram múltiplas formas de enfrentamento ao neoliberalismo que devem ser consideradas pela historiografia que aborda essa temática.

Assim, defendemos que a eleição de Hugo Chávez para a presidência venezuelana, em dezembro de 1998, inaugurou um ciclo político na história latino-americana que foi marcado pelo protagonismo dos governos de distintos matizes de esquerda. Batizado de “onda rosa”¹², essa fase perdurou até 2014. A partir de então, emergiram forças políticas conservadoras, fascizantes e golpistas que descontinuaram a fase de predomínio daquelas experiências plurais e heterogêneas de governos de esquerda¹³.

Em nossa avaliação, o caso boliviano foi uma das mais significativas expressões antissistêmicas latino-americanas. Entre 2000 e 2005, o país andino-amazônico experienciou um

realizam ações coletivas em reação à deterioração das condições materiais de vida e por conta do descrédito das instituições políticas que gerem as sociedades. A sua organicidade e a sua atuação pública derivam da conjugação dos aspectos econômicos, sóciopolíticos e culturais. Elas exprimem as suas reivindicações, por exemplo, através de denúncias, mobilizações, atos de desobediência civil e pressões indiretas. No século XXI, elas atuam por meio das redes sociais, como Facebook, Whatsapp, Twitter e Instagram. Essas ferramentas foram disponibilizadas pelos novos meios de comunicação e informação difundidos pelo uso da *internet*. Os movimentos sociais do início do século XXI apresentam algumas características consideráveis, tais como: a articulação das lutas locais com as globais; a defesa da cultura local contra a padronização propiciada pela globalização; a ética na política; a vigilância sobre as atuações estatal e governamental; a cobertura das áreas sociais do cotidiano que são de difícil penetração para entidades civis ou instituições governamentais; o espontaneísmo; a “ação viral” por meio da difusão de imagens; a autonomia em relação aos partidos e governos; e a horizontalidade na organicidade e na ação dos militantes (Castells 2013, 157-166; Gohn 2003, 13-17).

¹² A expressão “onda rosa” refere-se ao momento político da história latino-americana ocorrido no início do século XXI. A partir da eleição de Hugo Chávez, assistimos a uma sucessão de vitórias em diversos escrutínios de lideranças políticas de esquerda. Embora apresentassem perspectivas políticas e programáticas diferenciadas, consistiram em experiências plurais e anti-sistêmicas que marcaram um novo período da nossa história. Em razão disso, presenciamos o predomínio político da esquerda na região. Para um aprofundamento deste debate, ver: Silva (2018).

¹³ A partir de 2012, presenciamos o fortalecimento político dos grupos conservadores, fascizantes e golpistas na região. O robustecimento das direitas regionais fez com que as melancólicas páginas do passado de golpes de Estado fossem reavivadas. No entanto, diferentemente das experiências transcorridas entre as décadas de 1950 e 1970, dessa vez, as Forças Armadas não assumiram o protagonismo com o bombardeio de sedes de governo, como no Chile em setembro de 1973, ou com a ocupação das ruas com tropas. Elas cancelaram os golpes, o que não as torna menos relevantes para os infelizes desfechos. Os sujeitos sociais a liderarem as descontinuidades governamentais foram os poderes legislativo e judiciário, que os avalizaram com o intuito de criar uma auréola de legitimidade. Em comum a esses dois momentos: o apoio de organizações da sociedade civil, da grande mídia e de parcelas da sociedade civil, sobretudo, frações abonadas da classe média. No Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019) a solução para as crises políticas e para as disputas entre elites tradicionais e os governos de esquerda se deu com a ruptura institucional. Alguns elementos contribuíram para isso, tais como: (i) a crise socioeconômica decorrente do esgotamento da alta dos preços internacionais das *commodities* após 2013; (ii) o desgaste político em virtude das práticas historicamente criticadas pela esquerda em seus governos, como o clientelismo, a corrupção, a conciliação de classes e o patrimonialismo; (iii) a burocratização e cooptação dos movimentos sociais. Essas práticas potencializaram a desmobilização dos sujeitos históricos transformadores e das suas bases eleitorais, sobretudo de classe média, e permitiram que as forças opositoras ganhassem apoiadores e as “batalhas” nas ruas; (iv) a hábil utilização das redes sociais pelos grupos da direita radical, que difundiram *fake news* contra indivíduos ou organizações político-sociais identificadas com a esquerda. Eles utilizaram uma linguagem repleta de símbolos e expressões facilmente apropriados por grupos sociais, que se reconheceram no discurso moralista carregado de insígnias cristãs, autoritárias, racistas, misóginas e anacronicamente anticomunistas, como apontamos anteriormente. Para um aprofundamento desse debate, consultar: Silva (2018) e Teixeira da Silva (2019).

período de acentuado descrédito em relação às instituições democráticas e fortes mobilizações populares. A conjunção desses aspectos possibilitou a eleição do primeiro presidente indígena da sua história e o início da *revolução democrática e cultural*, que a modificou profundamente, principalmente, em termos políticos, sociais e culturais.

A Bolívia entre 2000 e 2005: rebeliões, antineoliberalismo e protagonismo do bloco histórico nacional-popular indígena e camponês

O ano 2000 iniciou uma fase política na história boliviana marcada por levantes populares. O descontentamento com o doutrinarismo neoliberal e com o sistema político derivado da redemocratização de 1982¹⁴ propiciou contínuas insurreições populares, entre abril daquele ano e dezembro de 2005. O governo de Evo Morales, transcorrido entre janeiro de 2006 e novembro de 2019, foi consequência direta desse ciclo rebelde.

A partir de abril do ano 2000, a Bolívia vivenciou uma crise revolucionária. Esta decorreu da conjugação do colapso da representação política – expressa na perda de legitimidade da democracia, das suas instituições e dos tradicionais partidos políticos – com os reflexos da crise socioeconômica alavancada ao final da década de 1990. Esta motivou a repulsa de setores expressivos da sociedade civil em relação às práticas neoliberais. Em razão disso, presumimos que a vitória eleitoral de Evo Morales resultou da crise de hegemonia dos grupos dominantes¹⁵.

A heterogênea frente política por ele liderada, composta pelo *Movimiento Al Socialismo* (MAS)¹⁶, diversas entidades sociais (indígenas, camponesas e operárias), grupos da classe média e intelectuais, como o vice-presidente Álvaro García Linares, aproveitou-se da deslegitimação do sistema político e da crise revolucionária ocorrida entre 2000 e 2005. Os dados aferidos pela

¹⁴ A estabilidade política boliviana decorreu da articulação da “democracia por consenso”. Ela foi estabelecida pelas principais agremiações e prévias articulações políticas com o objetivo de formação de maioria parlamentar no Congresso. Em nome da governabilidade, as diferenças programáticas entre as agremiações foram amainadas. Além disso, presenciamos a divisão de cargos na burocracia estatal para a constituição de uma unidade entre os distintos grupos políticos e a corrupção tornou-se uma prática regular em seguidos governos (Pittari 1996).

¹⁵ A hegemonia de um grupo social vincula-se a sua capacidade de construção da direção política, ideológica e moral de uma sociedade e, também, do seu controle militar sobre ela. A crise de hegemonia deriva da perda da autoridade moral e ideológica das classes dominantes que, ao serem repudiadas a sua concepção de mundo, mantêm a prevalência na sociedade por meio da coerção militar. Nesse contexto, observamos uma crise revolucionária, que decorre da ruptura entre representantes e representados, e a construção de uma nova hegemonia pelos grupos subalternos (Gruppi 1978, 78-80). Como analisaremos posteriormente, o bloco liderado pelos indígenas e camponeses apresentou a solução para os problemas socioeconômicos e políticos bolivianos após o ano 2000, por isso, tornou-se hegemônico politicamente.

¹⁶ A proposta de criação de um partido político que reunisse as entidades camponesas e indígenas, além de setores sociais que mantinham relações políticas com essas organizações, surgiu em 1995, durante o congresso da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) denominado *Tierra, Territorio e Instrumento Político*. No encontro, os delegados decidiram pela criação da *Asamblea por la Soberanía de los Pueblos* (ASP), posteriormente convertida em *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* (IPSP). A ASP elegeu quatro deputados federais em 1997, entre eles Evo Morales. Em 1998, foi criado o IPSP, que posteriormente agregou o MAS ao seu nome. Assim, para fins desse artigo, optamos por utilizar esta sigla (Pinto, Darwin e Navia 2007).

Corporação Latinobarômetro ilustram o cenário de esgarçamento institucional, conforme pode ser observado a seguir.

Apoio	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Democracia	55	60	54	52	50	45	49	62
Autoritarismo	22	12	17	16	22	19	19	18
Indiferente	16	17	17	14	24	19	19	14
Não responderam	6	11	12	17	4	17	13	6

Fig.2: Fundação Latinobarômetro. Informe 2013. *Percentual de apoio à democracia na Bolívia entre 1998 e 2006*¹⁷, p. 5-13. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/documentos/LATBD_INFORME_LB_2013.pdf.

Os paradigmas neoliberais predominaram em seguidos governos bolivianos a partir de 1985. Sua implementação iniciou-se no governo de Victor Paz Estenssoro (1985-1989), com a promulgação do Decreto Supremo 21.060¹⁸. A já mencionada crise econômica daquela década levou a esse processo, que foi guiado pelos eixos da estabilização econômica e do ajuste estrutural proposto pelos novos preceitos adotados pelos gestores do capital. Com isso, seguidos governos bolivianos entre 1985 e 2005 tiveram como norteadores os princípios de austeridade fiscal, abertura externa, liberalização comercial e financeira, desregulação do mercado de trabalho, privatizações e extração interna de renda para o pagamento da dívida externa (Simarro e Antolín 2013, 169).

As medidas de severidade fiscal impactaram imediatamente o mercado de trabalho boliviano. Verificou-se uma forte deterioração salarial - que girou em torno de 40% no primeiro mês das medidas do ajuste estrutural -, destruição de postos de trabalho e crescimento da informalidade (Simarro e Antolín 2013, 169-170).

Ao mesmo tempo, a privatização da estatal *Corporación Minera de Bolívia* (Comibol), em 1985, modificou os instrumentos de organização sindical e transformou a zona rural boliviana. Vinte mil mineiros perderam seus empregos no primeiro ano de privatização da antiga estatal e se dispersaram pelo interior, voltando-se para atividades agrícolas (Ostria, 2001).

Duas regiões centralizaram a absorção dos mineiros desempregados: El Alto e o Chapare Cochabambino. Esta foi uma relevante zona de absorção de mão de obra em decorrência da expansão da produção cocaleira durante a década de 1980. Já a cidade de El Alto, vizinha a La Paz, proporcionou, naquele momento, esperança de trabalho formal e/ou informal, pois era próxima da capital (Conzelman 2006; Stefanoni e Alto 2006).

¹⁷ A pergunta realizada pela Fundação Latinobarômetro para o seu relatório de 2013, utilizado para a elaboração da tabela, foi a seguinte: Com qual das seguintes frases você está de acordo? A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Fonte: *Informe 2013*. P. 5-13. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/documentos/LATBD_INFORME_LB_2013.pdf Acesso: 10 de dezembro de 2013.

¹⁸ *Bolívia: Decreto Supremo N° 21060, 29 de agosto de 1985*. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-21060.html> Acesso: 20 de fevereiro de 2020.

As demissões dos laboradores da Comibol e as privatizações de empresas públicas impactaram o sindicalismo boliviano. A *Central Obrera Boliviana (COB)* fragilizou-se e perdeu a centralidade tida até aquela década na luta de classes. Ao mesmo tempo, presenciamos o fortalecimento do sindicalismo camponês, em especial, dos cocaleiros. As organizações do Chapare assumiram o protagonismo na nova realidade sindical. Como já afirmamos, a região vivia uma fase de ascensão na produção da erva em virtude da ampliação produtiva e do aumento do consumo interno (Urquidí 2007, 169).

A ascensão do cultivo da coca no Chapare coincidiu com a intensificação da repressão. Em 1988, o governo Estenssoro promulgou a *Ley del Régimen de la Coca y Sustancias Controladas* (Lei 1008)¹⁹. Com a medida, houve um alinhamento à política externa norte-americana, que voltou-se para o combate ao tráfico internacional de entorpecentes.

Baseado em relatórios técnicos da década de 1970, o decreto governamental limitou o plantio de coca a 12.000 hectares, quantidade supostamente suficiente para abastecer o mercado nacional. As áreas excedentes ao estabelecido pela legislação seriam erradicadas por meio de duas ações: desenvolvimento produtivo alternativo e erradicação por meio da utilização da força militar, se necessário. A demanda interna, todavia, voltava-se para uma série de atividades, como a produção de medicamentos, tecidos ou de chá industrializado, além do hábito cotidiano de mascar a folha. Por isso, a resistência à erradicação foi contundente, pois os cocaleiros argumentaram que o consumo interno direcionado a atividades lícitas era maior do que o considerado pelo governo (Conzelman 2006, 62).

Tivemos, ainda, outra pertinente questão. A região de Yungas, composta por altos vales subtropicais em torno de La Paz, consistia em um tradicional sítio produtivo. Por isso, a lavoura autorizada pela lei 1008 ficou praticamente circunscrita àquela localidade. O Chapare²⁰ foi identificada enquanto uma área fortemente voltada para o abastecimento do tráfico de cocaína e centralizou parte considerável da repressão governamental. Esta, como sublinhamos anteriormente, esteve alinhada aos paradigmas de segurança nacional apregoados pelos norte-americanos (Conzelman 2006, 62; Urquidí 2007, 168-170).

Ao mesmo tempo em que as entidades sindicais cocaleiras assumiam o protagonismo da luta social, a nova configuração do mundo do trabalho boliviano, no qual a informalidade

¹⁹ *Reglamento a la Ley 1008 Sobre Régimen de las Coca y Sustancias Controladas DS N° 22099 de 28 de Diciembre de 1988*. Disponível em: <http://www.dgsc.gob.bo/normativa/decretos/DS22099-88.html> Acesso: 20 de fevereiro de 2020.

²⁰ Na década de 1960, foi estabelecida a abertura de fronteiras agrícolas na Bolívia. O Chapare foi um dos centros mais importantes a sofrer os impactos daquela política governamental e se tornou um relevante centro de recepção de camponeses. A região, novata no desenvolvimento da atividade, voltou-se para o cultivo da folha de coca, consolidando-se como um polo produtivo relevante.

predominava²¹ em virtude das privatizações e da não absorção de mão de obra pelas empresas privadas, possibilitou o enfraquecimento da COB. Em razão disso, as organizações indígenas, camponesas e as associações de vizinhos, embriões da *Federación de Juntas Vecinales* (FEJUVE), como a de El Alto, que se fortaleceram enquanto agremiações reivindicativas do atendimento das mais variadas demandas dos núcleos urbanos, assumiram a liderança das mobilizações sociais transcorridas ao longo da década de 1990 (Cabezas 2007, 197-198).

Dentre as várias entidades sociais indígena-camponesas, como a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) e a *Confederación Indígena del Oriente Boliviano* (CIDOB), ressaltamos a *Federación Especial de Trabajadores Campesinos del Trópico Cochabambino* (FETCTC). Surgida em 1986, essa organização unificou distintos sindicatos cocaleiros e, sob a liderança de Evo Morales, conduziu as lutas sócio-políticas bolivianas entre 1986 e 2005. A FETCTC conjugou a resistência às políticas de erradicação da produção de coca; as críticas ao neoliberalismo, assumindo um discurso social que possibilitou a incorporação das necessidades de variados segmentos sociais rurais e urbanos; e a defesa do anti-imperialismo e da autonomia boliviana, consubstanciada na transformação da folha de coca em símbolo da resistência nacional (Urquidí 2007, 171-176).

As gestões de Estenssoro, Jaime Paz Zamora (1989-1993), Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) e Hugo Banzer (1997-2001) geraram impactos socioeconômicos que auxiliam a compreensão do ciclo insurrecional detonado no ano 2000. Dentre eles, destacamos os seguintes: baixo crescimento econômico, concentrado em setores intensivos do capital e não em mão de obra; ampliação da informalidade no mercado de trabalho; frágeis políticas redistributivas de renda; aumento da pobreza e das desigualdades sociais; e corte nos gastos públicos para pagamento da dívida externa (Simarro e Antolín 2013, 171; Cabezas 2007, 193).

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Pobreza	46	---	---	44 ²²	63,12	63,47	66,38	63,12	63,33
Variación do PIB	4,4	4,7	4,5	4,9	5,4	0,8	2,5	1,7	2,4
Desemprego	3,1	3,6	3,8	4,4	4,1	6,1	7,5	8,5	8,7

Fig.3: Elaboração do autor, Cepal 1999, 64; 2000, 68. e 2005, 66, *Variaciones do PIB, pobreza e desemprego na Bolívia (1994-2002) em percentuais*²³.

²¹ Em 2001, cerca de 62% da PEA boliviana encontrava-se na informalidade. Para um aprofundamento da análise, ver Pacheco 2010.

²² Após consultarmos os anuários estatísticos disponíveis no site da CEPAL, constatamos que os índices de pobreza disponibilizados entre 1994 e 1997 não se referem ao percentual de indivíduos, mas sim às residências. Pesquisamos também essas informações no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estadísticas (INE) da Bolívia e não as encontramos. Por isso, utilizamos as referências habitacionais dos únicos anos aferidos pela CEPAL em nossa tabela.

²³ Os percentuais de índice de pobreza referem-se ao total da população boliviana e de desemprego tem correlação com o total da População Economicamente Ativa (PEA).

Em um país socialmente afetado pelas consequências das políticas neoliberais, a fagulha explosiva para o início do período de rebeliões populares supracitado desenrolou-se entre janeiro e abril de 2000, quando ocorreu a Guerra da Água no convulsionado departamento de Cochabamba. Esse episódio derivou do descontentamento de setores da sociedade civil com a privatização da água para o consórcio Águas de Turani.

A reação cidadã à capitalização motivou a constituição da *Coordinadora de Defensa del Agua y de la Vida*, ente que reuniu um coletivo composto por cocaleiros, operários, professores, estudantes, profissionais liberais, ambientalistas e outros segmentos civis. A insurreição, todavia, não ficou circunscrita àquele departamento, pois nacionalizou-se. Camponeses e indígenas fecharam diversas rodovias pelo país, ao mesmo tempo em que docentes e trabalhadores mineiros de outros departamentos mobilizaram-se por questões salariais e melhores condições laborais. Em La Paz, aproveitando-se das sublevações, sucederam-se motins da polícia por demandas da sua categoria e os camponeses *aymarás* pertencentes à CSUTCB bloquearam os acessos à capital boliviana (Andrade 2007, 174; Vargas e Córdova 2004, 94-95).

Entre a Guerra da Água e a eleição presidencial de junho de 2002, a primeira na qual Evo Morales foi candidato, a Bolívia viveu um forte ativismo político. O descrédito em relação às instituições democráticas, combinado com a insurgência civil a partir da Guerra da Água, ensejaram o desejo de satisfação das demandas sociais e de descoberta de novas lideranças políticas variados grupos da sociedade civil boliviana.

Em razão disso, em distintos departamentos, foram observadas mobilizações organizadas, principalmente, por camponeses, indígenas, professores, mineiros e setores da classe média. As críticas ao neoliberalismo, o imaginário anti-imperialista²⁴ e a postulação da refundação nacional, por meio de uma Assembleia Constituinte, unificaram os heterogêneos segmentos civis e entidades sociais, como CSUTCB, COB e, principalmente, a FETCTC, presidida por Evo Morales (Stefanoni e Alto 2006, 71-72; Vargas e Córdova 2004, 95-96).

Os levantes das classes subalternas nos primeiros anos do século XXI contribuíram para o fortalecimento político do MAS e de Morales. Por isso, ambos lideraram a esquerda boliviana

²⁴ O anti-imperialismo consiste em uma modalidade de resistência política e cultural que é articulada por meio de símbolos, gestos e de um discurso mobilizador. Como destacou Ana Maria Vara (2013), o anti-imperialismo consistiu em um contra discurso articulado nas décadas iniciais do século XX. Vivenciávamos, naquele momento, o primeiro ciclo de insurreições populares e ações coletivas que marcaram a história latino-americana do século XX. Essa forma de reação política e cultural também se destacou em outras fases, como no ciclo de lutas populares entre as décadas de 1960 e 1970. Ao refletir sobre a pertinência do anti-imperialismo no ciclo de governos de esquerda das duas primeiras décadas do século XXI, Luis Wainer (2015) sublinhou que a crise dos paradigmas neoliberais possibilitou a apropriação dessa modalidade das signas anti-imperialistas. Os discursos e as ações feitas pelas lideranças políticas e pelas entidades sociais fundamentaram-se em tradições de embates de classe da nossa história, nas críticas ao neoliberalismo e na defesa da integração latino-americana e caribenha, que encarnou o internacionalismo revolucionário.

durante o auge da conflagração social, entre fevereiro de 2003 e junho de 2005. O segundo lugar conquistado por Evo no escrutínio presidencial de 2002 confirma isso. Naquela ocasião, ele angariou 20,94% dos votos. A partir de então, ele tornou-se um político com expressão nacional e tornou-se a mais destacada figura pública da esquerda boliviana. A inexistência de segundo turno, em razão de um mecanismo constitucional que estabelecia a decisão do pleito pelo parlamento, caso um candidato não obtivesse mais de 50% dos votos, fez com que Gonzalo Sánchez de Lozada, que obteve em torno de 23% dos votos, fosse o indicado à presidência pela entidade. Por outro lado, o MAS engrandeceu-se, pois elegeu oito senadores e 27 deputados, consolidando-se como expressiva força política nacional (Oep, 2002)²⁵.

Entre fevereiro e outubro de 2003, a gestão de Sánchez de Lozada foi alvo de um intenso combate por parte de diversos movimentos sociais e agremiações de esquerda. Duas foram as causas centrais: I - o rechaço à implementação de um pacote de medidas fiscais recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual se destacava a taxa de 12,5% dos salários; e II - o repúdio à privatização do gás natural e sua exportação para os Estados Unidos e México por meio do porto chileno de Arica, que foi perdido pelos bolivianos na Guerra do Pacífico (1879-1883)²⁶. Essa última iniciativa foi elaborada pelo consórcio Pacific LNG, composto pela Repsol YPF, pela British Gas, Enron e outras transnacionais do ramo, e foi amplamente atacada pelos setores mobilizados da sociedade civil (Camargo 2006, 190-191; Gómez 2004, 24-25).

A “síndrome de Potosí”, uma referência aos séculos de exploração da prata do Cerro Rico de Potosí pelo Império Espanhol, e o nacionalismo antichileno, oriundo da perda do acesso ao mar na supracitada guerra, propiciaram a repulsa popular àquela proposta, que tinha o apoio da gestão de Sánchez de Lozada.

Assim, em 20 de setembro de 2003, 500 mil pessoas rebelaram-se contra o projeto de capitalização, iniciando a Guerra do Gás. As principais entidades sociais e sindicais, como a COB, a CSUTCB e a FEJUVE, uniram-se ao MAS com o intuito de conquistar a nacionalização de todas as fontes de hidrocarbonetos e impedir a sua exportação nos moldes almejados pelo governo (Andrade, 2007).

Entre aquele dia e a renúncia de Lozada, em 17 de outubro de 2003, observamos intensos protestos advindos da rejeição à privatização do gás natural. Os acessos a La Paz foram bloqueados e a morte de 60 pessoas, em razão da repressão policial, isolaram o então presidente.

²⁵ *Elecciones Generales 2002*. Disponível em: https://ataselectoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/58/1/1/graficos. Acesso: 20 de março de 2020.

²⁶ Um pertinente debate sobre a Guerra do Pacífico foi feito por Hosiasson (2011).

Por isso, ele foi obrigado a declinar do mandato e acabou fugindo para os Estados Unidos (Gomez, 2004).

O vice-presidente Carlos Mesa assumiu o mandato e o MAS consolidou-se enquanto principal força política de oposição ao projeto neoliberal e ao tradicional sistema político boliviano. Na ocasião, o partido articulou um acordo com o novo mandatário em torno do atendimento das reivindicações sociais, que foram sintetizadas na Agenda de Outubro. Ela previu, entre outros, as seguintes diretrizes:

- I - convocação de uma Assembleia Constituinte;
- II - nacionalização dos hidrocarbonetos;
- III - realização de um referendo para que a população decidisse pela venda ou não de gás natural para os Estados Unidos e o México;
- IV- reforma agrária (Suarez, 2010).

Em julho de 2004, o referendo foi realizado, conforme acordado. As cinco perguntas da consulta giraram em torno do apoio dos bolivianos à nacionalização dos hidrocarbonetos, como podemos constatar no seguinte excerto:

1. Está de acordo com a revogação da Lei de Hidrocarbonetos nº 1.689 promulgada por Sánchez de Lozada?
2. Está de acordo com a recuperação da propriedade de todos os hidrocarbonetos pelo Estado Boliviano?
3. Está de acordo com a refundação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), recuperando a propriedade estatal das empresas petrolíferas capitalizadas, de maneira que o Estado possa participar em toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos?
4. Está de acordo com a política do presidente Carlos Mesa em utilizar o gás como um recurso estratégico para a conquista de uma saída útil e soberana ao Oceano Pacífico?
5. Está de acordo com que a Bolívia exporte gás no marco de uma política nacional que cubra o consumo de gás de bolivianos e bolivianas, fomenta a industrialização de gás em território nacional, cobre impostos ou regalias de empresas estrangeiras, chegando ao valor de 50% da produção de gás e de petróleo a favor do país, e destine os recursos da exportação e industrialização de gás, principalmente para a educação, a saúde, estradas e o emprego? (Oep 2004). (Tradução nossa.)²⁷

Nas três primeiras perguntas, mais de 80% dos bolivianos votaram “sim”; já nas duas últimas, o apoio ocorreu com 60% dos votos. Apesar da maior parte dos eleitores reivindicarem o intervencionismo estatal no setor dos hidrocarbonetos, Carlos Mesa não atendeu a essa exigência, pois vinculava-se aos paradigmas neoliberais, dos quais foi um dos principais propagandistas.

Dessa forma, ocorreu, entre maio e junho de 2005, mais uma forte onda de protestos. O cenário político boliviano assemelhou-se ao do segundo semestre de 2003. A nacionalização dos

²⁷ *Referéndum Vinculante Sobre La Política Energética Del País 2004*. Disponível em: https://atlasectoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/74/1/1/graficos Acesso: 20 de março de 2020.

hidrocarbonetos e o pleito de uma Assembleia Constituinte tornaram-se bandeiras políticas centrais propagandeadas pelas entidades sociais e pelo MAS. A intensidade das manifestações fez com que Mesa também fosse obrigado a renunciar. As eleições presidenciais foram antecipadas do final de 2006 para dezembro daquele ano e Eduardo Rodrigues, presidente da Suprema Corte, assumiu temporariamente o mais alto cargo executivo (Andrade 2007, 176-177).

O programa eleitoral do MAS para o pleito de dezembro de 2005 concentrou-se nas demandas surgidas durante o ciclo de protestos, a saber: nacionalização dos recursos naturais, realização da reforma agrária, convocação da Assembleia Constituinte, respeito ao cultivo da folha de coca, às tradições indígenas e defesa da soberania nacional (Stefanoni e Alto, 2006).

No escrutínio, Evo Morales obteve 53,7% dos votos (Oep 2005). No decurso da etapa democrática estabelecida em 1982, nenhum candidato conquistou essa votação. Pela via eleitoral, o MAS conseguiu reconfigurar o sistema político boliviano e chegar ao governo.

Ao assumir, simbolicamente, o mandato na Porta do Sol de Tiwanaku, em 21 de janeiro de 2005, véspera da posse oficial, Morales comprometeu-se com a realização de profundas mudanças sociopolíticas, culturais e econômicas na Bolívia. Dentre elas, destacamos as seguintes: a valorização da cultura indígena, a nacionalização dos recursos naturais e de empresas públicas capitalizadas, o intervencionismo estatal na economia, a reforma agrária e a realização da Assembleia Constituinte. Essas medidas consistiram nas principais reivindicações das entidades sociais entre 2000 e 2005 e a implementação delas foi buscada no período de gestão de Morales, embora nem todas tenham contemplado plenamente as exigências sociais.

Ressaltamos, ainda, que o ciclo insurgente analisado não pode ser descolado das suas conexões históricas. Conforme averiguado por Cabezas (2007) e López (2007), as insurreições e as múltiplas formas de resistência dos indígenas e camponeses, entre as décadas de 1980 e 2000, articularam as memórias longa e curta das lutas sociais ocorridas no país. A primeira vincula-se à construção identitária erigida no decurso da reação ao colonialismo espanhol. Já a segunda conecta-se às identidades nacionais e também de classes ensejadas, sobretudo, no século XX. A conjugação das “duas memórias” impulsionou o agir político de sujeitos sociais que se basearam em uma cultura política insurrecional e se reconheceram nas identidades construídas pelas consignas antineoliberal, anti-imperialista, pró-nacionalização dos recursos naturais e pleiteantes de uma Assembleia Constituinte que erigisse uma nova nação (Cabezas 2007, 194-195; López 2007, 292-293).

A posse presidencial em Tiwanaku foi uma maneira figurativa de iniciar a intitulada *revolução democrática e cultural*. Apesar de concordarmos com a definição usada pelo MAS, não acreditamos

que houve alterações das bases econômicas e da estrutura de classes na gestão de Morales. Reivindicamos, sim, a ocorrência de uma revolução política e cultural entre 2006 e 2019, que ocorreu em paralelo à realização do projeto capitalista andino-amazônico²⁸, conforme formulado e defendido pelo vice-presidente e principal ideólogo do projeto masista, Álvaro García Linera (Linera 2010).

Acreditamos que o governo do primeiro mandatário indígena da história boliviana alinhou-se à cultura política nacional-estatista presente em distintas experiências históricas latino-americanas²⁹. Neste sentido, possuiu uma vinculação econômica mais próxima dos paradigmas da revolução nacionalista de 1952³⁰ do que do socialismo do século XXI, proposto por Hugo Chávez em 2005 e reivindicado em várias ocasiões por Morales³¹.

Apesar disso, inegavelmente, os quase 14 anos de gestão de Morales alteraram substancialmente a Bolívia. E, justamente por isso, despertou o ódio nos segmentos mais abastados da sociedade civil. A plurinacionalidade estatal avalizada pela Constituição de 2009; o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à distribuição de renda e o combate sistemático à pobreza³²; a ocupação de instituições democráticas por indígenas e camponeses, historicamente excluídos dos espaços de poder; e a divulgação das consignas da cosmovisão indígena, que

²⁸ Como afirmou Stefanoni (2010, 21-22), García Linera, mentor intelectual da revolução, defendeu, em razão das discussões sobre socialismo do século XXI promovidas por Hugo Chávez, que um projeto pós-neoliberal na Bolívia teria que se limitar à consolidação do capitalismo andino-amazônico. Neste sentido, as formas modernas capitalistas deveriam ser articuladas com as economias comunitárias e com os microempresários. Estes deveriam contar com a proteção estatal em virtude do objetivo de promoção da “modernização pluralista” da economia boliviana.

²⁹ Para um aprofundamento desse debate, ver: Ansaldi e Giordano (2006), Araújo (2019), Reis Filho (2014) e Williamson (2016).

³⁰ Acreditamos que esse evento foi um dos principais da história latino-americana na segunda metade do século XX. Em abril de 1952, os sindicatos operários das minas e das zonas urbanas iniciaram a revolução em aliança com os setores médios urbanos, indígenas e camponeses. A plataforma política dos grupos revolucionários fundamentou-se na defesa da democracia e da soberania nacional, sintetizadas na proposta de nacionalização da mineração. A arena política era disputada, centralmente, por dois partidos: o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) e o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR). Este advogava por medidas reformistas nacionalistas, nos marcos do capitalismo, e aquele possuía orientações socialistas. O êxito operário em abril derivou na formação da *Central Obrera Boliviana* (COB) pelos diversos sindicatos existentes no país. As consignas da revolução começaram a ser efetivadas no primeiro governo de Victor Paz Estenssoro (1952-1956). Reivindicações operárias e camponesas, como a nacionalização das minas e a realização da reforma agrária, foram atendidas por esse governo e pelo seu sucessor, Hernán Siles Zuazo (1956-1960), contribuindo para a relevância dessa revolução para a história latino-americana (Andrade 2007).

³¹ Araújo (2013), Bruce (2020), Walmrath e Moraes (2019) e Scheidt (2019).

³² Quando Evo Morales assumiu a presidência, aproximadamente 60% da população encontrava-se na situação de pobreza. Em 2019, de acordo com o último Panorama Social da CEPAL, esse índice girava em torno de 33,2% (CEPAL 2019, P. 100). A distribuição de renda para as parcelas mais pobres da população foi impulsionada pela criação de diversos programas sociais, tais como: Renta Dignidad, Renta Solidaria, Bono Juana Azurduy, Bono Juancito Pinto, Complemento Nutricional “Carmelo” y Subsídio Universal Prenatal “Por la Vida”. Somados, eles atenderam em torno de 4,8 milhões de pessoas (de um total de 11,3 milhões), em 2018. Dois destes programas destacaram-se: o Bono Juancito Pinto, que beneficiou naquele ano em torno de 2,2 milhões de crianças e a Renta Dignidad, que contemplou aproximadamente 1,1 milhão de idosos. Ver: *Informe Nacional Bolívia - Vigésimoquinto aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995)*. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/informe_beijing25_bolivia_final.pdf Acesso: 03 de março de 2019. P. 19.

propunham novas relações sociais e um trato radicalmente distinto com o meio ambiente, como o *suma qamaña*, *sumak kawsay* ou *ñande reko*, bem-viver nas línguas aymará, quéchua e guaranis (Albó 2011, 137-141), se mostraram inadmissíveis para a elite boliviana.

Ela herdou do passado colonial traços culturais e identitários que moldaram o seu agir político, a sua relação com os grupos sociais subalternos e com as instituições estatais durante os quase dois séculos de independência. Patrimonialismo, poder de mando, relações sociais hierárquicas, discriminação racial, preconceito de gênero, machismo e violência na relação com os considerados socialmente inferiores consistiram em alguns desses aspectos, que se perpetuaram na república boliviana, assim como nas nações hispano-americanas e no Brasil, após as emancipações. No objeto desse nosso estudo, até a década de 1950, por exemplo, a exclusão dos indígenas esteve institucionalizada, pois eles não tinham estatuto de cidadão, algo que foi reconhecido somente após a revolução de 1952 (Cabezas 2007, 191-192).

Embora possamos tecer críticas à gestão de Morales, que não foram aprofundadas nesse artigo, mas que faremos em trabalhos posteriores que já estão em andamento, não negamos o simbolismo do seu governo. Julgamos que ocorreram na nação andino-amazônica contundentes mudanças políticas e culturais, além de inegáveis avanços sociais. Seu governo foi expressão política do repúdio ao neoliberalismo e de um ciclo de intensas lutas sociais, que foi iniciado na Guerra da Água, em 2000. Não havia como não ser transformador, apesar das contradições decorrentes das estruturas econômicas e sociais ligadas ao capitalismo periférico latino-americano.

Considerações Finais

Em razão dos acontecimentos ocorridos no último trimestre de 2019, que ampliaram a demanda acerca do conhecimento histórico de nosso vizinho, julgamos a importância de examinarmos a história do tempo presente boliviana para compreendermos as causas que viabilizaram a eleição de Evo Morales em 2005 e a intitulada *revolução democrática e cultural*.

Por isso, optamos pela apreciação da teoria neoliberal, pela verificação dos seus efeitos na América Latina e na Bolívia e pelo estudo do ciclo rebelde entre 2000 e 2005 que levou o primeiro indígena para o mais alto cargo do executivo do politicamente pujante país andino-amazônico.

Consideramos, a partir de uma análise preliminar, que os tradicionais partidos políticos, empresários e setores da sociedade civil, sobretudo as frações mais abastadas da classe média, que historicamente se opuseram a pluracionalidade do estado boliviano implementada em 2009 e ao governo Morales, foram os protagonistas e articuladores da instabilidade política após o 20 de outubro que desencadeou a ruptura institucional.

O incêndio da *Whipala* pelos opositores a Morales materializou o radical descontentamento desses grupos com a sua gestão e com as bases sociais indígenas-camponesas que compõem o seu campo político. A bandeira, símbolo dos povos indígenas bolivianos, foi incorporada como emblema nacional pela plurinacional constituição de 2009. Ao abrasá-las nas ruas naqueles tortuosos dias, radicais grupos golpistas expressaram não apenas o histórico racismo contra os autóctones, mas também, um odioso revanchismo contra o MAS e uma intolerante visão cristã de mundo. A forçada renúncia de Morales e as imagens dos confrontos transcorridas naqueles dias ampliaram o interesse midiático, da sociedade brasileira e da academia pela história do tempo presente boliviana.

Referências bibliográficas

- Albo, Xavier. “*Suma qamaña = convivir bien. Como medirlo?*”. Em *Vivir bien: Paradigma no capitalista?*, Farah, H. Ivonne, e Luciano Vaspollo. Madrid/Roma: Universidad Mayor de San Andrés (CIDES-UMSA) y Departamento de Economía de la Universidad de Roma La Sapienza, 2011.
- Ansaldi, Waldo, e Veronica Giordano. *História de América Latina*. Madrid: Editora Dastin, 2006.
- América Latina y el Caribe ante la pandemia del Covid. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales> Acesso: 09 de abril de 2020.
- Andrade, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Unesp, 2007.
- Añez chama Evo de 'covarde' e diz que 'Bíblia volta ao palácio' na Bolívia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/11/13/anez-chama-evo-de-covarde-e-diz-que-biblia-volta-ao-palacio-na-bolivia.htm?cmpid=copiaecola> Acesso: 13 de novembro de 2019.
- Araujo, Rafael Pinheiro. “A História do Tempo Presente na América Latina e no Brasil: recortes cronológicos e possíveis periodizações”. Em *Tempo Presente: uma história em debate*, Elíbio, Antonio, Karl Schurster, e Rafael Pinheiro, 19-40. Rio de Janeiro/Recife: Autografia/Editora EDUPE, 2019.
- Bauman, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- Bolívia: Decreto Supremo N° 21060, 29 de agosto de 1985. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-21060.html> Acesso: 20 de fevereiro de 2020.
- Boron, Atilio A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- Bruce, Mariana. Ñaupax Manpuni [Olhar o Passando Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia (da Comunidade ao Estado). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 20, n. 28 (2020): 364-401. <https://doi.org/10.46752/anphlac.28.2020.3851>
- Cabezas, Marta. “Caracterización del “ciclo rebelde” 2000-2005”. Em *Bolívia en Movimiento - Acción colectiva y poder político*, López, Jesús Espasandín, e Pablo Iglesias Turrión. Madri: El Viejo Topo, 2007.
- Camargo, Alfredo José Cavalcanti Jordão. *Bolívia – A criação de um novo país*. Brasília: FUNAG, 2006.
-

- Cano, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- Castells, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Chaves, Daniel. *Autonomias: Bolívia no Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe (1999)*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/913-anuario-estadistico-america-latina-caribe-1999-statistical-yearbook-latin-america>. Acesso: 20 de março de 2020.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe (2000)*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/914-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2000-statistical-yearbook-latin-america>. Acesso: 20 de março de 2020.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe. 2019*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balancepreliminar-economias-america-latina-caribe-2019>. Acesso: 10 mar. 2020.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Panorama Social de América Latina (2019)*. P. 97. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/45090-panorama-social-america-latina-2019-resumo-executivo>. Acesso: 15 de março de 2020.
- Correa, Bernardo. Chile: O Paraíso neoliberal em chamas. Disponível em: https://portaldelaizquierda.com/pt_br/2019/10/chile-o-paraiso-neoliberal-em-chamas/. Acesso: 16 de novembro de 2019.
- Conzelman, Caroline S. “El movimiento cocalero en los Yungas de Bolívia: diferenciación ideológica, económica y política”. Em *Conflictos políticos y movimientos sociales en Bolívia*, Robins, Nicholas A. La Paz: Plural Editores, 2006.
- Davis, Ricardo French. Chile, entre el Neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista Nueva Sociedad (Nuso)*, nº 183 (2003): 70-90.
- Elecciones Generales 2002*. Disponível em: https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/58/1/1/graficos. Acesso: 20 de março de 2020.
- Elecciones 2020: el MAS le saca un 15% de ventaja a Carlos Mesa*. Disponível em: https://eldeber.com.bo/169559_encuesta-elecciones-2020-el-mas-le-saca-un-15-de-ventaja-a-carlos-mesa. Acesso: 10 de maio de 2020.
- Fukuyama, Francis. *O fim da História e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992.
- Gohn, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- Gruppi, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- Harvey, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2012. 1ª reimpressão.
- Harvey, David. *O neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 2ª Edição.
- Harvey, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- Hobsbawm, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Hosiasson, Laura Janina. *Nação e Imaginação na Guerra do Pacífico*. São Paulo: Edusp, 2011.
- Figueiredo, Janaína. “Informais vivem drama na América Latina”. *O Globo*, 09/04/2020. p. 11.
-

Informe Corporación LatinoBarómetro, 2018. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso: 10 de dezembro de 2018.

Informe Corporación LatinoBarómetro, 2013, 5-13. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/documentos/LATBD_INFORME_LB_2013.pdf. Acesso: 10 de dezembro de 2013.

Informe Nacional Bolívia - Vigésimoquinto aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995). Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/informe_beijing25_bolivia_final.pdf. Acesso: 03 de março de 2019.

Línera, Álvaro García. *A potência plebeia: Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

López, Jesús Espasandín. “El laberinto de la subalternidad. Colonialidad del poder, estructuras de exclusión y movimientos indígenas en Bolívia”. Em *Bolívia en Movimiento - Acción colectiva y poder político*, López, Jesús Espasandín, e Pablo Iglesias Turrión. Madri: El Viejo Topo, 2007.

Martins, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

O que está por trás do sucesso econômico da Bolívia na era Evo Morales? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50088340> acesso: 12 de novembro de 2019.

Observatorio de la OIT: El Covid-19 y el mundo del trabajo. Tercera Edición. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_743154.pdf. Acesso 07 de maio de 2020

Ostria, Gustavo Rodríguez. *Los Mineros de Bolívia en una perspectiva histórica*. Disponível em: <http://convergencia.uaemex.mx/rev24/Rodriguez.pdf>. Acesso 15. Jul. 2007.

Pacheco, José Luis Evia Napoleón. *Una perspectiva económica sobre la informalidad en Bolívia*. La Paz: Fundación Milenio, 2010.

Pinto, Darwin e Roberto Navia. *...Um tal Evo*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2007.

Pittari, Salvador Romero. “Bolívia: Democracia, ajuste econômico e nueva orden internacional”. Em *Democracia y reestructuración económica en América Latina*, Gaitan, Pilar, Ricardo Peñaranda, e Eduardo Pizarro. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1996.

Quem é Luis Fernando Camacho, o 'Bolsonaro boliviano' que despontou em meio à renúncia de Evo. Disponível em: [bbc.com/portuguese/internacional-50354666](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666) Acesso: 15 de novembro de 2019.

Referéndum Vinculante Sobre La Política Energética Del País 2004. Disponível em: https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/74/1/1/graficos. Acesso: 20 de março de 2020.

Reglamento a la Ley 1008 Sobre Régimen de las Coca y Sustancias Controladas DS N° 22099 de 28 de Diciembre de 1988. Disponível em: <http://www.dgsc.gob.bo/normativa/decretos/DS22099-88.html>. Acesso: 20 de fevereiro de 2020.

Reis Filho, Daniel Aarão. “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista”. Em *A ditadura que mudou o Brasil*, Reis Filho, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Scheidt, Eduardo. “Da Democracia Participativa e Protagônica ao Estado Comunal: as transformações do Estado na Venezuela durante o governo Chávez (1999-2012)”. Em *Projetos de Estado na América Latina Contemporânea: de 1960 até os dias atuais*, Scheidt, Eduardo e Tatyana de Amaral Maia, 65-100. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

Silva, Fabrício Pereira da. “O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2 (2018): 165-170.

Simarro, Ricardo Molero e Antolín, María José Paz. “Entre la recuperación de la soberanía y la reproducción de los modelos productivo y distributivo. Las políticas del MAS en Bolívia, 2006-2011”. Em *¿Alternativas al neoliberalismo en América Latina?*, García, Luís Buendía e outros. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.

Stefanoni, Pablo e Alto, Hervé do. *Evo Morales de la Coca al Palacio*. La Paz: Editora Malatesta, 1ª Edição, 2006.

Stefanoni, Pablo. “Prefácio”. Em *A potência plebeia - Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*, Linera, Álvaro García. São Paulo: Boitempo, 2010.

Teixeira da Silva, Francisco Carlos. “Corpo e Negacionismo: a Novilingua do Fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019”. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, 25, n. 2 (2019): 307-332, Jul/Dez, 2019. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28162>

Urquidí, Vivian. *Movimento Cocaleiro da Bolívia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

Vara, Ana María. *Sangre que se nos va. Naturaleza, literatura y protesta social en América Latina*. Sevilla: CSIC, 2013.

Vargas, H e Córdova, E. *Bolívia: um país de re-configuraciones por una cultura de pactos políticos y de conflictos*. IN: Seoane, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

Vergara, Gabriel Salazar. *El «reventón social» en Chile - Una mirada histórica*. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/protestas-Chile-estudiantes-neoliberalismo/>. Acesso: 05 de Março de 2020.

Wainer, Luis. “Posneoliberalismo y antiimperialismo en la primera etapa de proceso chavista”. Em *El imaginario antiimperialista en América Latina*, Kozel, Andrés, Florencia Grossi y Delfina Moroni. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini/CLACSO, 2015.

Walmrath, Lucas Lemos e Moraes, Wallace de. “O Chavismo implantou o socialismo na Venezuela? um estudo de caso sobre como conceituar economias contemporâneas”. *Revista Cadernos do Tempo Presente*. 10, n. 02 (2019): 72-93. Jul - Dez 2019. <https://doi.org/10.33662/ctp.v10i02.13105>

Wallerstein, Immanuel. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. Em *Uma nova fase do capitalismo?*, Chesnais, François, Gérard Duménil, Dominique Lévy, e Immanuel Wallerstein. Xamã, 2003.

Wasserman, Cláudia. “Outubro rebelde: eleições e protestos na América Latina”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 20, n. 28 (2020): 402-419. Jan./Jul., 2020. <https://doi.org/10.46752/anphlac.28.2020.3862>

Williamson, Edwin. *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2016. 2ª Edição.

Recebido: 22 de janeiro de 2021
Aprovado: 29 de abril de 2021

Resenha

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.34649>

A memória das nações e a dimensão do trauma cultural do 11 de setembro

The memory of nations and the cultural trauma dimension of September 11th

La memoria de las naciones y la dimensión del trauma cultural del 11 de septiembre

David Pimenta*

<https://orcid.org/0000-0001-8520-3058>

Resenha dos livros:

Muller, Christine. *September 11, 2001 as a Cultural Trauma*. New Haven, USA: Palgrave Macmillan, 2017.

Wertsch, James V. *How Nations Remember: a narrative approach*. New York, USA: Oxford University Press, 2021.

Como citar essa resenha:

Pimenta, David. “Resenha dos livros *September 11, 2001 as a Cultural Trauma*, de Christine Muller; e *How Nations Remember: a narrative approach*, de James Wertsch”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 409-413.

Os livros *September 11, 2001 as a Cultural Trauma* (2017), de Christine Muller, e *How Nations Remember: a narrative approach* (2021), de James V. Wertsch, são obras desenvolvidas a partir duma sólida base interdisciplinar (com contribuições vindas da Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Ciência Política, entre outras) que abordam os temas da memória das nações e a

* Doutorando em Política Comparada no ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Mestre em Gestão de Empresas pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e Licenciado em Relações Internacionais, com *minor* em Ciência Política, pela Universidade Católica Portuguesa. Pesquisas e interesse nas áreas de nacionalismos, identitarismos, independentismos, geopolítica e história. E-mail: davidjdpimenta@gmail.com.

importância de eventos traumáticos na respetiva memória. A presente resenha aos dois livros surge num momento oportuno da História Contemporânea, em que várias nações do mundo usam a memória para visitar o seu passado, impulsionadas por derivas nacionalistas identitárias, por tentações revisionistas, ou por movimentos de contestação como o *Black Lives Matter*.

Passados vinte anos sobre o atentado terrorista do 11 de setembro, e depois de inúmeros artigos e livros sobre o trauma cultural associado à infame data, foi com muito interesse que analisei a obra de Christine Muller, que aborda o ataque terrorista como um *case study* de trauma cultural. O livro lançado em 2017 apresenta exemplos de produções culturais populares norte-americanas, em que a típica narrativa otimista e recompensadora do “sonho americano” é substituída por narrativas dominadas por crises existenciais, ambivalência moral e fins trágicos inevitáveis.

A cativante obra inicia-se com a descrição dum cenário inédito de caos, terror e mediatismo no coração do Ocidente: pessoas a saltarem das, até então, invencíveis torres nova-iorquinas para fugir da morte pelo fogo e pelo fumo; políticos, como Rudolph Giuliani, impotentes na resposta imediata aos acontecimentos; e a transmissão *live* pelos *media* que, instantaneamente, disseminam as imagens do terror por todo o mundo, escalando o trauma especialmente no Ocidente.

Muller direciona o seu trabalho para o modo como o indivíduo e o coletivo percebem o que estão a viver e não necessariamente para a complexidade histórico-política que contextualiza o acontecimento. A análise foca-se no impacto duradouro do 11 de setembro enquanto acontecimento traumático ao nível cultural com manifestações diversas, nomeadamente nos *media*, literatura, televisão e cinema. São abordadas as estruturas afetivas a partir das quais são construídas narrativas de um mundo pós-11 de setembro, centrado na compreensão do evento traumático e na contrarreacção ao terror. É neste mundo onde nascem as produções culturais “filhas do seu tempo”.

Primeiramente Muller apresenta três livros, que compilam vários relatos de testemunhas que viveram o ataque terrorista de perto, dos seguintes autores: Dean E. Murphy, jornalista do New York Times; Mitchell Fink, colunista do New York Daily News, e sua esposa Lois Matthias; e Damon DiMarco, escritor e ator. Muller enaltece o mérito dos relatos pelo facto de não serem contaminados por interpretações posteriores, considerando que a sua instantaneidade e subjetividade são elementos que ajudam a compreender a essência do momento vivido. Os casos apresentados por Muller são exemplificativos de obras populares dirigidas ao grande público, contendo memórias traumáticas individuais facilmente extrapoladas para a memória coletiva dum qualquer nação da mesma matriz civilizacional, no sentido em que os indivíduos que visualizam as imagens, partilham da experiência de quem o vivenciou. “... Le Monde, editor Jean-Marie Colombani declared, ‘We are all Americans.’” (Muller 2017, 39).

Seguidamente, Muller analisa duas obras do escritor Don DeLillo: o ensaio *In the Ruins of the Future: Reflections on Terror and Loss in the Shadow of September* e o famoso romance *Falling Man*. Como observa Muller, o trabalho de DeLillo revela a omnipresença da arbitrariedade e do risco na vida humana, perpetuando o evento traumático na memória coletiva da nação norte-americana.

A autora argumenta que após o 11 de setembro os enredos de diversas produções culturais derivaram para a incerteza, insegurança e perda, como o caso das populares séries de televisão *Lost*, *Battlestar Galactica* e *FlashForward* – casos típicos de narrativas num momento pós-crise, que funcionam como objetos fetiche da tragédia ao manterem vivo o trauma do atentado.

Na mesma senda são apresentadas produções cinematográficas influenciadas pelo 11 de setembro. Segundo a autora, o *Batman* do pós-11 de setembro é uma personagem afetada pelo trauma e ambivalência moral, apesar de obediente a um código de conduta, cujo principal desígnio é o combate a um terrorista de seu nome *The Joker* que, tal como um membro da *Al-Qaeda*, não teme a morte. A ação decorre na ficcionada *Gotham City* – uma espécie de Nova Iorque que vive e revive o terror provocado pelas ações subversivas do mundo do crime, onde a atuação de *Batman* remete o espectador para a guerra ao terror protagonizada pela Administração Bush. Por fim, é evidenciado o papel de *Zero Dark Thirty* como ferramenta de reflexão para o espectador sobre o ataque terrorista e ações consequentes. O filme não dá respostas, ao invés coloca questões morais sobre os meios usados no combate ao terrorismo, a dignidade da vida de quem pratica o terror e a identidade moral do Ocidente em situações extremas.

A produção cultural do pós-11 de setembro foi claramente influenciada pelo ataque terrorista. Os exemplos apresentados pela autora são paradigmáticos e existem muitos outros em áreas não abordadas no livro, como na música ou nas belas-artes. Não obstante, o entretenimento negro, povoado por anti-heróis de mundos que padecem duma crise existencial e impotência face à tragédia não é um exclusivo da cultura do pós-11 de setembro; antes de 2001 podem ser encontrados todos estes elementos, designadamente em produções relativas ao Holocausto.

O livro *How Nations Remember: a narrative approach* é a mais recente obra de James V. Wertsch – académico prestigiado, que tem dedicado grande parte da sua pesquisa e produção científica ao estudo da memória e de narrativas nacionais. O livro, publicado no presente ano, analisa de forma clara o papel da memória na construção da identidade das nações e, simultaneamente, no conflito entre nações, a partir de narrativas dominantes sobre a interpretação do passado. O autor apresenta também estratégias e ferramentas para a melhor gestão dos conflitos decorrentes das diferentes narrativas sobre a memória. À semelhança de Yuval Noah Harari (2011), Wertsch usa um enquadramento conceptual esquemático com base na mediação simbólica, que permite aceder ao passado através da narrativa e hábitos mentais, para estudar a memória das nações.

Wertsch inicia o seu argumento considerando que a memória, constituída por uma narrativa interpretativa que enquadra e dá sentido ao passado, é um ponto fulcral de concórdia e discórdia entre indivíduos e comunidades (nomeadamente nações). Neste sentido, a memória, representativa da “verdade”, é defendida e promovida pelos Estados com meios próprios para tal.

O argumento de Wertsch revela-se particularmente relevante a partir do surgimento dos Estados-Nação, sobretudo nos séculos XIX e XX – período em que a criação das novas entidades foi enquadrada em mitos fundacionais e em narrativas que deram *raison d'être* às respetivas identidades coletivas. Este mecanismo da abordagem narrativa é aplicado à perceção que as nações da atualidade têm do mundo. São apresentados casos de como diferentes memórias coletivas originam diferentes (e, por vezes, opostas) visões do mundo relativamente aos mesmo factos. Um exemplo paradigmático é a diferente memória de russos e a norte-americanos sobre eventos mais ou menos decisivos da Segunda Guerra Mundial. “The opening of the Second Front in June 1944 is what Americans typically know as D-Day, a term that has no direct translation in Russian. For Russians the Second Front means a secondary front...” (Wertsch 2021, 24).

A construção e consolidação das narrativas dá-se também nas produções culturais, tal como mencionado por Christine Muller. A Batalha de Estalinegrado, durante a Segunda Guerra Mundial, é exemplificativa dum acontecimento com enorme destaque na memória coletiva russa e que, graças ao filme *Enemy at the Gates* e à obra do historiador britânico Antony Beevor, passou também a ocupar o lugar de batalha épica na memória do Ocidente.

Wertsch aborda diretamente a temática das narrativas das memórias nacionais apresentando diversos exemplos de como este tipo de narrativas pode inflamar conflitos entre nações, grupos étnicos ou religiosos, como observado na narrativa da *Al-Qaeda* face ao Ocidente no caso do 11 de setembro. Neste seguimento, o autor distingue a memória nacional da História (analítica): a memória nacional não procura a análise histórica através de evidências, mas sim mobilizar os povos, considerando *templates* narrativos próprios facilmente e exclusivamente perceptíveis pela comunidade nacional em questão (Wertsch 2021, 85). Um dos exemplos apresentado é o *template* narrativo russo presente na memória nacional, relativo à necessidade de expulsão de inimigos externos decorrente das ameaças passadas de invasões do território (por parte de mongóis, franceses, alemães, etc.), ou de influências externas negativas (e.g. capitalismo ocidental), com representação nas produções culturais russas (como nas obras de Dostoievski).

O autor analisa também o conceito de seletividade na memória nacional e relaciona-o com as narrativas de eventos privilegiados – acontecimentos caracterizados por uma narrativa específica e enquadrados por um *template* narrativo presente na memória nacional, que impactam os indivíduos

quer tenham vivido ou não esse acontecimento no espaço e no tempo (e.g. o modo como toda a população norte-americana foi impactada pelo 11 de setembro).

Para Wertsch, a memória nacional deverá ser abordada como um “processo”, mais concretamente como um dialogismo narrativo, em que a linguagem da narrativa vigente herda significados das narrativas que a constituem. Neste âmbito o autor apresenta várias as categorias de dialogismo, destacando-se os projetos narrativos nacionais, que se configuram como uma biografia da comunidade nacional que serve de guia para uma compreensão própria.

Na parte final da sua obra, Wertsch apresenta uma posição realista sobre a impossibilidade de serem ultrapassados todos os diferendos relativos às diferentes narrativas nacionais, apresentando estratégias de como gerir os inevitáveis diferendos em questão. Para além do estudo da História (de um ponto de vista analítico), o autor advoga que a análise da memória é fundamental para a compreensão do mundo presente e futuro, nomeadamente eventos traumáticos como 11 de setembro (Wertsch 2021, 189). Wertsch demonstra como memória nacional e os seus *templates* narrativos têm um papel cimeiro no modo como as nações lembram o passado, compreendem o presente e perspetivam o futuro. As histórias que as nações contam sobre si mesmas sobrepõem-se não só às histórias de outras nações, mas ganham também mais importância que os factos e evidências históricas, tal como descrito nos inúmeros exemplos apresentados no seu livro.

O trauma do terrorismo islâmico tornou-se parte integrante da identidade dos EUA e de todo o Ocidente, à semelhança do impacto do Holocausto na identidade judaica do pós-Segunda Guerra Mundial. A dimensão traumática está expressa na narrativa das memórias nacionais, como James V. Wertsch nos ajuda a compreender e tem uma tradução na produção cultural como demonstra Christine Muller. A reflexão sugerida pelas duas obras e a análise da atualidade, permite-me concluir que a catarse ainda não foi concluída; o trauma do 11 de setembro mantém-se com uma posição de destaque nas narrativas nacionais do Ocidente, que volta à “cena do crime” incontáveis vezes através de produções culturais.

Referências bibliográficas

- Harari, Yuval Noah. *Sapiens: A brief history of humankind*. New York, USA: HarperCollins, 2011.
- Muller, Christine. *September 11, 2001 as a Cultural Trauma*. New Haven, USA: Palgrave Macmillan, 2017. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-50155-0>
- Wertsch, James V. *How Nations Remember: a narrative approach*. New York, USA: Oxford University Press, 2021. <https://doi.org/10.1093/oso/9780197551462.001.0001>

Recebida: 24 de junho de 2021
Aprovada: 28 de junho de 2021

O neoconservadorismo norte-americano bate às portas do Brasil

The new North American conservatism knocking on Brazil's doors

El nuevo conservadurismo norteamericano llama a las puertas de Brasil

Artur Duarte Peixoto *

<https://orcid.org/0000-0002-6951-9834>

Resenha do livro: Lacerda, Marina Basso. *O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

Como citar essa resenha:

Peixoto, Artur Duarte. “Resenha do livro *O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*, de Marina Basso Lacerda”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 414-419.

Em outubro de 2018, um número considerável de jornalistas, cientistas políticos e historiadores ficou atônito diante do resultado das eleições no Brasil: o país havia elegido, pela primeira vez, um presidente da República de extrema-direita: Jair Messias Bolsonaro. Integrante do chamado “baixo clero” da Câmara dos Deputados – ala composta por políticos inexpressivos e com pequena capacidade de influenciar decisões importantes –, Bolsonaro notabilizara-se por pronunciamentos sobre temas, no mínimo, polêmicos, como os elogios à ditadura civil-militar e ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, a defesa de milícias e, mais recentemente, a popularização do que seria um “kit gay” a ser utilizado nas escolas de educação básica. Antes uma figura caricata, hoje ele foi alçado ao cargo mais importante do país.

* Doutorando e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Autor da dissertação “Jogar com a História: Concepções de tempo e História em dois jogos digitais baseados na temática da Revolução Francesa.” Temas de pesquisa: ensino de história e teorias da história. E-mail: clio.ardupe@gmail.com.

Neste momento, portanto, o livro *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*, de Marina Basso Lacerda, adquire uma relevância ainda maior. Mesmo que a obra tenha sido escrita durante uma parte considerável do período analisado, isso não parece ter sido um problema para a investigação com a qual a autora nos brinda. No livro – originalmente uma tese de doutorado em Ciência Política, desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) –, a advogada e analista legislativa da Câmara dos Deputados identifica o fenômeno com perspicácia e ilumina esse cenário ainda um tanto nebuloso. Em resumo, a autora nos ajuda a compreender as razões do recente crescimento neoconservador, que culminou com a eleição de Bolsonaro à Presidência.

O trabalho mostra (e é esta a tese principal do livro) que o conjunto de pautas conservadoras defendidas na Câmara dos Deputados nos últimos anos integra o novo conservadorismo brasileiro. Ele constitui uma reelaboração do neoconservadorismo norte-americano, o qual atuava em uma coalizão formada pela direita cristã, por intelectuais conservadores e por republicanos ortodoxos, reagindo ao avanço de movimentos feministas, LGBTQIA+ e dos movimentos que atuam em defesa dos direitos civis e das políticas de bem-estar social. Os neoconservadores agem no parlamento brasileiro por meio de uma sólida coalizão formada pela bancada da segurança pública e pela bancada cristã – dividida entre católicos e evangélicos, mas com esses últimos assumindo um maior protagonismo.

Lacerda analisa a atuação parlamentar dos deputados ligados à bancada neoconservadora. A escolha da Câmara dos Deputados como locus de pesquisa possibilita que a autora se aprofunde na dinâmica interna do Legislativo Federal e nos ofereça um panorama sólido da atuação dos neoconservadores em Brasília. A autora também leva em consideração o entendimento de que a Câmara expressa anseios sociais. E justamente um dos méritos do trabalho é revelar mais do que apenas a visão dos parlamentares.

Na *Apresentação*, a autora indica os diferenciais do neoconservadorismo em relação a outros movimentos conservadores. São dois os aspectos elencados: a lógica de reação às transformações vistas como perigosas e a ideia de a família representar “a resposta para toda ordem de disfunções sociais” (Basso 2019, 18).

No capítulo inicial, *Neoconservadorismo nos Estados Unidos: histórico e conceito*, as escolhas e as definições conceituais são indicadas, e o surgimento do neoconservadorismo nos Estados Unidos é contextualizado. Assim, Lacerda oferece ao leitor os parâmetros necessários para perceber as equivalências entre o movimento neoconservador brasileiro e o norte-americano. O surgimento do novo conservadorismo nos Estados Unidos ocorreu nos anos 1950, em pleno contexto de Guerra Fria, e se consolidou nos anos 1980, o que contribuiu, de modo decisivo, para a eleição de Ronald Reagan à Presidência e, também, para a expansão internacional do movimento. O ideário político

neoconservador é centrado na defesa da família patriarcal, no sionismo, no militarismo anticomunista, no punitivismo e no absolutismo do livre mercado.

Nesse mesmo capítulo, além desse histórico, Lacerda esclarece suas definições teóricas. Em diálogo com Samuel Huntington, ela define o movimento como conservador situacional, ou seja, um movimento de reação surgido em um contexto específico de mudanças sociais importantes, cujo objetivo é conservar o antigo cenário, que está sendo alterado. Pode soar redundante definir o movimento neoconservador como conservador; no entanto, aqui, a autora mostra mais uma vez a qualidade de sua análise e o domínio sobre os conceitos utilizados. Para Huntington, em declaração de 1957, haveria incertezas programáticas no movimento e, portanto, ele não poderia ser visto como conservador, ao passo que Lacerda, discordando do uso do conceito proposto pelo próprio criador, argumenta que, a partir de 1980, eles sabiam por que atuavam. Por isso, esse movimento deve ser considerado conservador, podendo ser enquadrado nos critérios estabelecidos pelo intelectual americano. Além disso, o movimento é politicamente de direita, pois privilegia pautas que, direta ou indiretamente, penalizam os mais pobres, como defender as políticas de austeridade e não buscar promover a igualdade socioeconômica.

Nos capítulos subsequentes, com exceção do último – que trata de Bolsonaro em particular e apresenta um caráter mais ensaístico –, Lacerda aborda os elementos que compõem o ideário neoconservador brasileiro: a defesa da família patriarcal, o punitivismo, o sionismo, o antibolivarianismo e o neoliberalismo, aspectos semelhantes aos do equivalente norte-americano. Em *Defesa da família patriarcal: atuação parlamentar em combate ao feminismo e às demandas do movimento LGBT*, a lógica de reação do neoconservadorismo fica bastante evidente, o que é ressaltado nos capítulos posteriores. A partir do começo dos anos 2000, com o início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vislumbrava-se um cenário com importantes modificações no país. Os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) abriram espaço para políticas públicas consideradas progressistas, ao mesmo tempo em que movimentos feministas e LGBTQIA+ avançavam, o que indicava mudanças no horizonte político nacional.

Suscitaram forte reação evangélica na Câmara alguns pronunciamentos, vindos do Executivo, favoráveis ao aborto; o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da constitucionalidade do casamento homoafetivo; e, ao fim, a preparação, por parte do governo federal, de um material didático-pedagógico contra a homofobia, para ser distribuído em escolas de educação básica, o qual ganhou de Bolsonaro a alcunha de “*kit gay*”. É importante assinalar que a reação iniciou antes do crescimento da bancada conservadora, crescimento esse que ocorreu nas eleições de 2014. Ou seja, não é o aumento da bancada evangélica que explica o maior ativismo neoconservador, mas o contrário. A reação evangélica a pautas mais progressistas antecedeu a

ampliação neoconservadora na Câmara. O que aconteceu com Bolsonaro é uma clara demonstração disso: quando o capitão deslocou a sua atuação, incluindo em seus pronunciamentos, pautas conservadoras ligadas à proteção da família patriarcal, a sua votação quintuplicou.

Em *Idealismo punitivo: atuação parlamentar pelo rigor criminal*, Lacerda demonstra a atuação da coalizão neoconservadora na Câmara (entre as bancadas evangélica e da segurança pública), no que se refere às pautas punitivistas, como a redução da maioria penal e a manutenção dos autos da resistência para policiais. A autora chega aos resultados mediante o cruzamento de informações sobre como os membros dessas bancadas se posicionaram nas votações desses projetos. Com esse procedimento metodológico, ela percebe a afinidade de pensamento e a ação articulada entre esses grupos. A articulação entre as duas bancadas não deve ser explicada somente em virtude do seu pragmatismo – já que, isoladas, ambas são minoritárias –, mas também como uma aliança de valores.

A contrariedade dos neoconservadores ao regime político da Venezuela e o apoio a Israel são os temas desenvolvidos em *Bolivarianismo e sionismo: inserção internacional religiosa e anticomunista*. O regime bolivariano é encarnado como sendo o socialismo do século XXI, o que levaria a um equivalente brasileiro da luta travada pelos conservadores norte-americanos contra o comunismo da antiga União Soviética.

Porém, há uma diferença importante destacada por Lacerda: enquanto os americanos defendiam ações militaristas para derrotar os soviéticos pela disputa da hegemonia mundial, os brasileiros, diferentemente, defendem a inserção subalterna do Brasil na arena internacional, sob a liderança dos Estados Unidos. A aproximação com Israel é explicada por motivos estratégicos, ideológicos e religiosos. A autora destaca a teoria do dispensacionalismo, segundo a qual a criação do Estado de Israel é um sinal das previsões bíblicas sobre o fim do mundo.

Ajudam a explicar a aproximação evangélica com o neoliberalismo, a Teologia da Prosperidade – doutrina segundo a qual a reciprocidade e a fé serão recompensadas nesta vida – e a ideia de valorizar a família e o âmbito privado, a fim de se eliminarem os problemas sociais. A forte convergência entre as agendas neoconservadoras e neoliberais é o tema tratado em *Neoliberalismo: atuação parlamentar por desnacionalização, desregulamentação, privatização e valores de mercado*. Nesse capítulo, Lacerda mostra como a coalização neoconservadora age para aprovar projetos de acordo com os princípios do livre mercado. Apoiadores desse receituário costumam não admitir que as políticas de Estado mínimo trazem prejuízos para os trabalhadores mais precarizados; pelo contrário, eles afirmam que elas trarão benefícios para todos.

Lacerda apresenta um dado curioso sobre a atuação evangélica em relação à reforma trabalhista aprovada em 2017, durante o governo de Michel Temer: o engajamento da bancada

evangélica foi sensivelmente menor, quando comparado ao ocorrido com outras pautas neoliberais. Esse dado sugere que, provavelmente, devido ao fato de a base evangélica ser consideravelmente mais pobre, ela sentiria imediatamente os efeitos prejudiciais da reforma, o que tornaria mais difícil defendê-la. Isso indica um receio dos deputados com possíveis reflexos negativos dessa reforma na própria base de sustentação eleitoral.

A autora dedica o derradeiro e ensaístico capítulo, *Jair Bolsonaro e neoconservadorismo quarenta anos depois*, para oferecer possíveis explicações para a ascensão do novo conservadorismo. Lacerda analisa os pronunciamentos de Bolsonaro na Câmara e identifica que, no passado, os assuntos mais abordados por ele foram os militares e – por meio de críticas – o Partido dos Trabalhadores (PT), Lula e Dilma Rousseff, não havendo propriamente manifestações sobre pautas conservadoras. Foi apenas no primeiro mandato de Dilma, entre 2011 e 2014, que a atuação dele sofreu uma mudança, ao incorporar temáticas neoconservadoras em seus discursos. Nas eleições seguintes, sua votação aumentou cinco vezes. Dessa maneira, ele abriu caminho para se lançar como candidato à Presidência da República, em uma campanha que, como sabemos, foi vitoriosa.

Marina Lacerda nos oferece um texto fluido e de leitura agradável; a sua escrita segura torna possível percebermos o desenvolvimento de seu raciocínio a cada capítulo. Contribui para isso a estrutura do trabalho, construída com coerência à sua problemática. Além da qualidade textual, o livro é sólido empiricamente. A cada questionamento, a autora apresenta inúmeros documentos legislativos, que corroboram com as suas asserções. Ela revela um vasto conhecimento sobre as fontes documentais com as quais trabalha e, também, a respeito dos processos legislativos da Câmara (o fato de ela ser funcionária da casa seguramente contribuiu para isso).

Embora Lacerda se restrinja à Câmara dos Deputados, essa escolha demonstrou ser sensata, pois possibilitou um domínio sobre a documentação. A pesquisadora trouxe informações importantes, como, por exemplo, o fato de Jair Bolsonaro ser um dos deputados neoconservadores mais ativos em termos de pronunciamentos, ao contrário do amplamente divulgado: pertencente ao “baixo clero”, ele praticamente não havia proposto nada. De fato, ele propôs poucos projetos de lei; porém, proferiu uma grande quantidade de discursos. Isso ajuda a explicar como ele se tornou a principal referência neoconservadora do Congresso e também o fenômeno eleitoral que viria a ocupar o Palácio do Planalto. Certamente, o livro de Marina Basso Lacerda representa uma luz para ajudar a explicar estes nossos tempos sombrios.

Referências bibliográficas

Lacerda, Marina Basso. *O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

Recebida: 04 de agosto de 2021
Aprovada: 11 de agosto de 2021

Resenha

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.34623>

A pátria amada verde, amarela e cinzenta: os festejos do Sesquicentenário da Independência e o consenso autoritário na ditadura militar brasileira

The beloved green, yellow and gray homeland: the celebrations of the 150th anniversary of Independence and the authoritarian consensus in the Brazilian military dictatorship

La amada patria verde, amarilla y gris: las celebraciones del 150 aniversario de la Independencia y el consenso autoritario en la dictadura militar brasileña

Renato Soares Coutinho*

<https://orcid.org/0000-0002-1040-7061>

Resenha do livro: Rei, Bruno Duarte. *Celebrando a Pátria Amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. Rio de Janeiro: 7letras, 2020.

Como citar essa resenha:

Coutinho, Renato Soares. “Resenha do livro *Celebrando a Pátria Amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*, de Bruno Duarte Rei”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 420-424.

Entender como governos autoritários construíram bases de apoio social capazes de legitimar e estabilizar o funcionamento das instituições políticas mobilizou a atenção dos pesquisadores das ditaduras militares da América do Sul nos últimos anos. Especialmente no Brasil, com o ressurgimento recente de narrativas laudatórias sobre os “anos de chumbo”, o interesse sobre o assunto se tornou ainda mais patente. Afinal, como é possível que partes expressivas da

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História do Brasil Republicano do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rscoutinho@id.uff.br.

sociedade possam apoiar, ou mesmo, não se rebelar contra governos que exaltam a tortura, a perseguição política e a censura?

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando a ditadura brasileira começou a ter que lidar com um descontentamento social que ia além das esquerdas e abarcava amplos setores da esfera pública brasileira, a resposta para essa pergunta ganhou contornos redentores: as pessoas que apoiaram regimes autoritários foram manipuladas ou coagidas pelas políticas repressoras do Estado. Por isso apoiaram, pelo engano ou pelo medo. Dessa forma, a sociedade, vista como vítima, se redimia da convivência com os absurdos autoritários. Os filhos dessa pátria, que por anos levaram pedras feito penitentes¹, viam passar a página infeliz da nossa história convictos da culpa estatal. O jardim da democracia que florescia sem pedir licença consagrava a memória binária da sociedade *versus* o estado; dos civis contra os militares.

Com o avanço dos estudos sobre os regimes autoritários no século XXI, novas análises sobre a construção das memórias coletivas na redemocratização brasileira apontaram para os limites dessa resposta baseada na ideia da luta do bem contra o mal. Para além de uma relação maniqueísta, as novas pesquisas passaram a investigar as pontes e as cumplicidades tecidas entre agentes sociais e o governo militar (Aarão Reis 2000, 71). A memória social que configurou a ditadura como um “corpo estranho” e indesejado pela sociedade brasileira passou a ser confrontada pelas pesquisas históricas alicerçadas no conceito de zona cinzenta, definido pelo historiador Pierre Laborie como o enorme espaço entre dois polos e lugar de ambivalência no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo (Rollemberg 2010, 102).

Além dos casos extremos de adesão ou resistência, a relação entre sociedade e Estado autoritário passou a ser entendida a partir de uma complexa rede de apoios tácitos, simpatia, neutralidade, indiferença ou mesmo sensação de impotência (Aarão Reis 2010, 387). A partir desses comportamentos sociais complexos e multifacetados, que expressam as estratégias e as experiências cotidianas dos sujeitos históricos, regimes autoritários construíram consensos sociais capazes de conferir legitimidade e estabilidade aos sistemas políticos, sem a necessidade de recorrer exclusivamente aos aparatos repressores a fim de garantir a sua legitimidade social.

Filiado a essa nova proposta de abordagem, o jovem historiador Bruno Rei logrou êxito aos analisar os festejos do Sesquicentenário da Independência organizados pela ditadura militar brasileira em 1972. Em livro intitulado *Celebrando a Pátria Amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência no Brasil (1972)*, resultado de uma consistente pesquisa

¹ Referência à canção “Vai passar”, composta pelo músico Chico Buarque e lançada no álbum “Chico Buarque”, em 1984.

documental realizada durante o doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, o autor mostrou como os diversos eventos organizados pela ditadura em 1972 buscaram reforçar o sentimento de otimismo e grandeza do Brasil acessando símbolos e códigos presentes no imaginário social brasileiro. Se o “milagre econômico” e a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol de 1970 criavam o ambiente propício para a exaltação à grandeza do país, a propaganda veiculada através dos festejos visava reforçar o passado de harmonia social, marcado pelos feitos de grandes homens como Pedro I e Tiradentes, que lutaram pela libertação do Brasil e pela integração nacional (Fico 1997).

Ao término da leitura, ficamos certos de que o autor cumpriu o seu objetivo principal: mostrar os festejos como espaços de reconhecimento e diálogos entre as representações otimistas da nação e os sujeitos sociais que participaram direta ou indiretamente dos eventos. A interação entre o governo, organizadores, os artistas e o público revela ao leitor como os compartimentos sociais são repletos de ambiguidades, e não expressam ações cristalinas de adesão ao governo, ou resistência ao autoritarismo. Ao contrário, o texto de Bruno Rei contribui para compreendermos essas relações entre Estado e sociedade a partir dos campos de possibilidade dos sujeitos que fazem escolhas cotidianas, sem que isso signifique a elaboração de planos de enfrentamento ao autoritarismo.

Destaco as análises dos comportamentos de dois importantes personagens da História do Brasil contemporâneo feitas pelo autor: Pelé e Elis Regina. Não há dúvidas que são dois expoentes nas suas respectivas carreiras de jogador e cantora. O primeiro ficou marcado na memória das esquerdas brasileiras como homem simpático ao governo militar. A segunda, por sua vez, tem lugar de destaque na memória social da redemocratização brasileira como a intérprete do hino da anistia – O bêbado e a equilibrista². Bruno Rei nos mostra como os dois apresentaram comportamentos ambíguos em 1972. Afinal de contas, se fossemos considerar de forma rígida a validade da memória binária, não conseguiríamos entender o que aconteceu com os dois ídolos nacionais. Pois então, Pelé, o homem do regime, recusou o convite para participar da Taça Independência, torneio de futebol que contou com várias seleções do futebol mundial e que fazia parte de uma estratégia de fortalecimento da candidatura de João Havelange à presidência da FIFA. Já a gaúcha Elis, aceitou o convite para cantar no ginásio do Grêmio de Football Porto-alegrense na ocasião da abertura da olimpíada do exército. Pode parecer estranho, mas os motivos foram semelhantes para a recusa e para o aceite. Pelé queria ganhar um cachê maior que os outros jogadores. O “Rei do futebol”

² A canção “O bêbado e a equilibrista”, composta por João Bosco e Aldir Blanc, se tornou um símbolo da luta pela anistia.

alegou que a oferta inicial para que ele jogasse pela seleção era menor do que o montante que ganhava nas excursões com o Santos Futebol Clube. Os dirigentes brasileiros ficaram insatisfeitos, não fecharam acordo com o jogador, e a seleção canarinho não contou com o seu maior ídolo. Já Elis Regina, assim como muitos artistas renomados que até hoje inspiram a intelectualidade de esquerda como Os Mutantes, Beth Carvalho, Elza Soares e Taiguara, aceitou participar do show porque foi contratada e recebeu a quantia desejada para cantar. Ora, ela era uma cantora profissional, assim como Pelé. E os dois decidiram as suas participações nos eventos do sesquicentenário a partir da mesma questão: o dinheiro.

Na memória gestada na redemocratização brasileira, esses dois eventos foram redefinidos e ganharam novos significados. No caso do Pelé, a sua ausência foi explicada pelo fato de que um ano antes, em 1971, ele fizera a sua despedida da seleção, e isso inviabilizou a sua convocação para a seleção na Taça Independência. No caso da Elis, a memória do medo foi acionada e a versão da cantora dada em entrevista anos depois se tornou a vitoriosa: a intérprete da anistia só aceitou participar do evento porque estava sendo coagida. Mérito do autor que, atento aos limites dessas memórias maniqueístas, trouxe para o leitor a percepção de que sujeitos sociais, famosos ou não, conduziam as suas vidas sem pautar, necessariamente, suas ações em esforços de resistência à ditadura. Esse tipo de comportamento é o que demonstra o sucesso da criação dos consensos sociais em regimes autoritários.

Dividida em quatro capítulos, o autor analisa no primeiro a abertura das comemorações em 1972 e mostra ao leitor que o projeto dos festejos remontava aos tempos do Governo Costa e Silva. No segundo capítulo, Bruno Rei destaca como a Olimpíada do Exército foi bem mais do que um evento desportivo e militar. A programação com shows de música e ampla participação dos civis transformaram o evento em uma bem-sucedida manifestação de uma ditadura que, apesar de ser lembrada pelas esquerdas como “os anos de chumbo”, conseguiu propagandear com sucesso as imagens de um Brasil que vivia os seus “anos de ouro” (Cordeiro 2009).

O terceiro capítulo é dedicado ao torneio de futebol Taça da Independência. Bruno Rei nos mostra como os organizadores enfrentaram problemas que iam desde o boicote das seleções dos países democráticos europeus, passando pelo preço do ingresso, e chegando até aos estádios vazios em jogos desinteressantes. Mesmo assim, uma final dos sonhos para o governo entre Brasil e Portugal foi realizada no Maracanã para mais de cem mil espectadores, que assistiriam à vitória da seleção por um a zero, gol anotado pelo ponta-direita Jairzinho.

Por fim, no quarto e último capítulo o autor investiga a 35ª edição da Corrida do Fogo simbólico da Pátria, evento cívico realizado desde 1938. Mais uma vez, acionando símbolos

referentes à grandeza territorial e à fé do povo brasileiro, organizadores e os participantes da corrida levaram por mais de 20 mil quilômetros do território nacional mensagens patrióticas e religiosas, e realizaram solenidades cívicas a fim de reforçar o otimismo sobre o futuro de paz e grandiosidade da nação brasileira nas cidades mais distantes dos grandes centros urbanos.

Ao final da leitura, podemos também ter certeza que, ao trazer à tona as expressões dos grupos que apoiaram ou negligenciaram o autoritarismo estatal durante a ditadura, Bruno Rei cumpriu a missão mais complexa dessa pesquisa. O autor nos fez olhar para dilemas e feridas ainda abertas na sociedade brasileira. Nos fez enxergar como muitos viveram as suas vidas e foram felizes, mesmo com brasileiros sendo perseguidos, torturados e exilados. No fim das contas, livros como o do Bruno Rei nos fazem entender como a cultura política autoritária está presente de maneira relevante no imaginário social brasileiro. Entre o preto e o branco da adesão ou resistência, milhões viveram na zona cinzenta de um consenso que legitimou e perpetuou o autoritarismo. Por tudo isso que Bruno Rei nos mostra em seu livro, não nos deveria surpreender que o discurso antidemocrático dos dias atuais fosse capaz de mobilizar de maneira tão apaixonada os saudos dos tempos em que a nossa gente falava de lado e olhava para o chão³, ao mesmo tempo em que muitos silenciam diante da escalada autoritária que vivemos.

Referências bibliográficas

Aarão Reis, Daniel. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Aarão Reis, Daniel. “Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. Em *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*, org. Denise Rollemberg, Samantha Quadrat, 363-392. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Cordeiro, Janaina Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o Governo Médici”. *Revista Estudos Históricos*, 22, n. 43 (2009): 85-104.
<https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>

Fico, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Rollemberg, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura. (1964-1974)”. Em *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*, org. Denise Rollemberg, Samantha Quadrat, 97-144. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Recebida: 22 de junho de 2021
Aprovada: 26 de junho de 2021

³ Referência à canção “Apesar de você”, composta pelo músico Chico Buarque.

La influencia externa en el cambio de España

Influência externa na mudança em Espanha

External influence on change in Spain

María del Pilar Fernández Gallego*

<https://orcid.org/0000-0002-1536-5016>

Reseña del libro: Fernández Amador, Mónica, y Rafael Quirosa-Cheyrouze y Muñoz, eds. *La Transición española y sus relaciones con el exterior*. Madrid: Sílex, 2020.

Cómo citar esta reseña:

Gallego, María del Pilar Fernández. “Reseña del libro *La Transición española y sus relaciones con el exterior*, de Mónica Fernández Amador y Rafael Quirosa-Cheyrouze y Muñoz (eds)”. *Locus: Revista de História*, 27, n. 2 (2021): 425-429.

Si tuviera que definirse este trabajo con sólo una palabra, esta sería necesario. Se trata de un estudio que muestra la realidad del periodo histórico denominado transición a la democracia española, y que además presenta la realidad de esta etapa vista desde la perspectiva internacional,

* Posee una Diplomatura en Magisterio de Educación Primaria, es Licenciada en Humanidades y Máster en Comunicación Social todo ello en la Universidad de Almería. Actualmente cursa estudios de Doctorado en Ciencias Humanas y Sociales de esta misma universidad. Además, ha publicado textos sobre la Transición a la Democracia en la Historia Local, así como estudios sobre Memoria Histórica. Entre sus publicaciones se encuentran “Deficiencias sanitarias de la provincia de Almería (1976-1983): el caso del Levante” en *Legado de una dictadura. Problemas sociales desde una perspectiva local*, Emilia Martos Contreras (ed.), 148-170. Madrid, Sílex, 2021 y Sánchez Muñoz, Carlos y la autora, “Memoria Histórica e Historia Democrática” en *Las huellas del franquismo: pasado y presente.*, Jara Cuadrado Bolaños (ed.), 1.437-1.453, Granada, Comares, 2019. Es miembro del Grupo de Investigación “Estudios del Tiempo Presente” (PAI HUM-756) y del Centro de Investigación “Comunicación y Sociedad” de la Universidad de Almería (CySOC). Esta reseña forma parte del proyecto I+D “Políticas sociales e instituciones locales en el Tardofranquismo y la Transición. La lucha por la democracia en municipios de Andalucía (1963-1986)” (Ref. HAR2017-83744-C3-3-P). E-mail: mfg254@inlumine.ual.es.

analizando para ello diferentes aspectos que permiten extrapolar a un contexto más amplio del habitual lo acaecido entre 1976-1983 en España.

La obra coordinada por Mónica Fernández Amador y Rafael Quirosa-Cheyrouze y Muñoz reúne, tras el texto escrito por ambos y utilizado como investigación introductoria, doce capítulos firmados por investigadores, historiadores de prestigio y personalidades reconocidas vinculadas por su profesión con el proceso democratizador en España. La mayor parte de los investigadores pertenecen a universidades españolas, pero a sus aportaciones se unen los trabajos de miembros de instituciones homólogas de países como Alemania, Francia o Portugal. Todos ellos con amplia y especializada trayectoria en publicaciones históricas y en el campo de la Historia del Tiempo Presente.

Como bien indican en el capítulo inicial los coordinadores, este libro tiene “El objetivo fundamental es acercarse a la dimensión internacional de la democratización vivida en España en las décadas de los setenta y ochenta del siglo pasado” (Fernández Amador y Quirosa-Cheyrouze y Muñoz 2020, 23). Una realidad que magistralmente queda descrita desde ámbitos tan dispares como el de defensa, prensa internacional, a la propia historiografía de este periodo.

En ese contexto hay que situar la estructura a través de la que se desarrolla el libro. Comienza por un capítulo introductorio, como ya decíamos, firmado por los coordinadores donde queda de manifiesto la influencia de esta etapa en la situación política actual, así como la lucha por la reivindicación de los movimientos sociales como motor de cambio y protagonistas de este. Tras esta introducción se diferencian claramente cuatro partes distintas pero absolutamente complementarias en las que se organizan, por su temática más afín, las investigaciones realizadas y que, a grandes rasgos, podemos clasificar como una primera parte donde se determina un balance historiográfico y propuestas de investigación sobre el proceso democratizador en España, la segunda parte, que atiende a los protagonistas directos de la transición, la tercera a modo de visión del proceso desde el exterior y la última referente a la influencia internacional en este proceso.

Pasemos ahora a establecer, de manera más detallada, la composición de las distintas secciones de esta obra. La primera parte se inicia con el capítulo de Juan Carlos Pereira Castañares que se ocupa de “La dimensión internacional de la transición y la consolidación democrática. Una revisión historiográfica” al que se une el trabajo de Antonio Moreno Juste “La transición a la democracia en España desde el proceso de integración europea: apuntes para una agenda de investigación”. Ambos trabajos sientan las bases sobre los aspectos más estudiados de la Transición, estableciendo el primero de ellos los relatos existentes acerca de lo acaecido, así como los problemas a solventar, mientras que el segundo deja patente la participación de las potencias

europas en el proceso y los nexos de unión entre las instituciones europeas existentes y lo acaecido en España.

La segunda parte la conforman los estudios de Francisco Villar Ortiz de Urbina y Carlos Sanz Díaz, “La transición exterior: del aislamiento a la influencia” y “Diplomacia en Transición. El Ministerio de Asuntos Exteriores entre el posfranquismo y la consolidación democrática” respectivamente a los que se unen el trabajo de Misael Arturo López Zapico y Ferran Martínez Lliso sobre “La transformación de las políticas de seguridad y defensa de España durante el proceso democratizador: una mirada en clave exterior” y “La incorporación de España al Consejo de Europa testimonios de aquellos que hicieron posible el proceso” de Pilar Folguera Crespo. En este conjunto de investigaciones se abordan temáticas como la Política de Normalización de Adolfo Suárez y las etapas de continuación de esta normalización tras la victoria del PSOE en las elecciones generales de 1982, la reforma necesaria del Ministerio de Asuntos Exteriores para la europeización, la creación de las políticas de defensa y seguridad, inexistentes en el franquismo, la cuestión Atlántica o el uso de los testimonios orales para la reconstrucción histórica del proceso de construcción europea.

Es la tercera parte de este libro la que se ocupa de la visión desde el proceso exterior a través de las investigaciones de Bruno Vargas Azemat, Maria Inácia Rezola y Walther L. Bernecker tituladas “Final del franquismo y transición: miradas desde la opinión pública francesa y el exilio en Francia”, “A través de la frontera: imágenes de la democratización española en la prensa portuguesa (1977-1982)” y “La visión de la sociedad alemana sobre la transición española” respectivamente. Tres estudios que desarrollan la visión del proceso español a través de la prensa como método de información, pero también como reflejo de la opinión social de cada uno de estos países respecto a la situación española y los hitos que se fueron dando en ella, como las elecciones generales o el golpe de Estado ocurrido el 23 de febrero de 1981 (23F). Son pues, una reconstrucción del tratamiento mediático dado al proceso español y el retrato exterior que los medios de comunicación hicieron sobre la democratización del país.

La cuarta y última parte trata de la influencia internacional componiéndose para ello de “La posición francesa ante la transición española: «la route de l’Europe passe par Paris»” de Lorenzo Delgado Gómez y Esther M. Sánchez Sánchez; “Estados Unidos y la transición ibérica. Entre la intervención y la supervisión” escrito por Encarnación Lemus López y el texto de Antonio Muñoz Sánchez “¿Pero, hubo influencia externa en la transición? Mapeando el apoyo alemán al PSOE”. Presentan estas tres últimas investigaciones de la obra temáticas de corte análogo, pero que añaden a la reflexión importantes factores como las dificultades impuestas por Francia para la entrada de productos españoles en el mercado común; los paralelismos entre las dos transiciones de la

península ibérica, coincidentes en parte por su cronología e interdependientes por la intervención exterior y el análisis acerca del apoyo del SPD alemán al PSOE y la evolución de este desde su escasa relevancia inicial hasta su llegada al Gobierno.

Nos hallamos, en definitiva, ante un conjunto de trabajos que componen una obra afín y completa que muestra aspectos globales y controvertidos sobre el proceso democratizador acaecido en España estableciendo una visión amplia y contrastada analizada desde un punto de vista exterior, es decir, desde el contexto internacional del momento. Además de ello, perfila de una manera excelente los campos de estudio existentes y el camino que aún queda por recorrer sobre el estudio e investigación de estos hechos históricos, haciendo un análisis pormenorizado de todo ello en esta publicación colectiva.

Es necesario destacar que las contribuciones de esta obra huyen de proposiciones utópicas, y que, por el contrario, suponen una esclarecedora visión de los elementos estudiados y presentados en cada uno de los capítulos. A ello se une el análisis detallado y su fundamentación en una bibliografía y fuentes contrastadas que aseguran el rigor científico además de en los propios proyectos de investigación de los autores; sin duda cuestiones que posibilitan la excelencia de esta obra.

Asimismo, son decenas los conceptos y planteamientos que se pueden enfatizar en ella, de los cuales enumeraremos sólo tres de ellos: la aproximación al tratamiento internacional dado al proceso democratizador en España (1976-1983), las acciones de instituciones internacionales y la influencia de estas en el desarrollo del cambio político español y la visión social y genérica internacional sobre la Transición española a la democracia.

Se corrobora así en este libro *La Transición española y sus relaciones con el exterior* que existen conceptos importantes -democratización o europeización son algunos de ellos- que han adquirido un significado determinante en la investigación sobre la historia más reciente de España. Se rompe, por tanto, con la idea del proceso modélico llevado a cabo por unas élites políticas y, por el contrario, se refuerza el papel de las movilizaciones sociales, así como las dificultades e inconvenientes acaecidos en este proceso. Con ellos se completa la visión, desde distintos ámbitos, y se analizan las acciones y hechos ocurrido en esta etapa donde se presentan como clave las acciones para la integración europea y el tratamiento de la democratización a través de la visión internacional.

Referencias bibliográficas

Fernández Amador, Mónica, y Rafael Quirosa-Cheyrouze y Muñoz, eds. *La Transición española y sus relaciones con el exterior*. Madrid: Sílex, 2020.

Recibido: 29 de julio de 2021
Aprobado: 3 de agosto de 2021

Cartografias de História Pública em Tempos Presentes*

Cartographies of Public History in Present Times

Cartografías de Historia Pública en la Historia Reciente

Igor Lemos Moreira**

<https://orcid.org/0000-0001-6353-7540>

Resenha do livro: Rodrigues, Rogério Rosa, e Viviane Borges, ed. *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

Como citar essa resenha:

Moreira, Igor Lemos. “Resenha do livro *História pública e história do tempo presente*, de Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges Rosa (ed.)”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 430-436.

A segunda década do século XXI marcou a consolidação do movimento da História Pública no Brasil. Apesar de sua emergência e seu estabelecimento através da formação da Rede Brasileira de História Pública, de publicações especializadas e eventos internacionais e nacionais, a História Pública ainda permanece permeada de dúvidas, críticas e estranhamentos por parte da comunidade de historiadores(as). É possível considerar que a maioria destas questões estão associadas à imagem

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

** Doutorando em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre e Graduado em História (Licenciatura) pela mesma instituição. Bolsista CAPES-DS, integrante do Laboratório de Imagem e Som (LIS/UEDESC). Associado a ANPUH-SC, ANPHLAC e IASPM-AL. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Américas, Teoria da História, História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: Relações e trânsitos entre Estados Unidos e Caribe; Biografias e Trajetórias Artísticas; Exílios; Representações; História de Cuba e identidades cubanas: Música Pop; Música Latino-americana; Audiovisual e Canção; História Pública e História do Tempo Presente. E-mail: igorlemoreira@gmail.com.

de “novidade” em torno de uma prática que, para alguns, remonta a projetos anteriores que já existiam no âmbito universitário. Publicações como *Que História Pública Queremos (2018)* e *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários (2016)* procuraram responder a algumas destas problemáticas que emergiram após a realização do curso de *Introdução a História Pública* na USP (2011). Em meio a tais esforços, verificou-se a expansão do interesse da comunidade por esta discussão em paralelo as possíveis críticas que emergiam. Cursos de graduação e pós-graduação foram revisados e/ou criados, projetos em diferentes níveis passaram a pensar a dimensão pública de suas produções e, acima de tudo, historiadoras(es) repensaram seu próprio ofício.

O que se percebe é um processo de construção de um movimento, mais que a fundação de um campo da História Pública (Santhiago 2016), que tem defendido a centralidade do público na prática historiográfica. Seja como uma história *com, para, pelo ou através* dos públicos, a História Pública tem revisitado as regras estruturais do campo disciplinar. Atenta a este processo, a editora Letra e Voz publica, desde 2019, a coleção “*História pública e...*” que mapeia as relações entre a prática da história pública na interface com outros campos, como a divulgação histórica (2019) e o ensino de história (2021). Em sua proposta, os livros da coleção reúnem artigos que possibilitam a reflexão epistêmica da História Pública e entrevistas com historiadores nacionais e internacionais de referência.

Lançada em 2021, a coletânea *História Pública e História do Tempo Presente*, editada por Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Trindade Borges, mapeia reflexões brasileiras, italianas, chilenas, colombianas e mexicanas que, através da História Pública, atentam para as margens de tempos passados que não passam, “do presente que ora parece estacionar, ora parece escapar rumo ao futuro incerto, ora, por fim, se vê invadido por correntezas provindas de águas remotas estacionadas em outros afluentes.” (Rodrigues e Borges 2021, 8). Os artigos articulam relatos de experiência (pesquisa ou prática) no campo da História Pública com reflexões teórico-metodológicas na interface com a História do Tempo Presente, visando refletir sobre a relação existente entre prática e teoria. A segunda seção da obra conta com entrevistas de especialistas em História Pública que, ao longo de sua carreira, se inseriram na História do Tempo Presente.

O primeiro capítulo, *A memorialização da morte do marechal Castelo Branco*, de Caroline Silveira Bauer, analisa a construção da memória *post mortem* de Castelo Branco como elaboração performática. Afirmando que parte das construções das memórias da ditadura civil-militar brasileira ainda existem como forma de homenagens ao governo ditatorial, Bauer demonstra a necessidade de revisitação de um passado-presente latente pela intervenção pública que vise contestar um discurso oficial. O ápice da estudo está na análise do Museu Histórico Jacinto de Sousa, em especial no “Quarto de Castelo Branco”, no qual percebe-se uma série de atos performativos que envolvem

desde a escolha do mobiliário até a disposição do espaço. Bauer afirma que a construção cênica da memória foi permeada por disputas e discordâncias locais até sua efetivação na década de 1980, o que se estendeu não somente para o Museu, mas para demais espaços, convertidos em lugares de memórias sobre o ditador que “através da intervenção de sujeitos que pretendiam com isso recuperar e transmitir certa narrativa sobre o passado” (Bauer 2021, 33).

Viviane Trindade Borges, autora do capítulo *Para Além da beleza e do terror: notas sobre os desafios de tornar públicas trajetórias infames*, discute os potenciais do uso de documentos ligados a instituições marginais em fomentar o debate público sobre temas sensíveis. A partir da organização de três exposições em instituições de isolamento, integrantes do Projeto Arquivos Marginais, Borges reflete sobre a potencialidade de pensar a História Pública por meio da escuta e interação entre públicos e pesquisadores(as) em experiências com instituições que fogem ao perfil mais conhecido da operação historiográfica: sendo estes um hospital psiquiátrico, uma penitenciária e um leprosário. Sua autorreflexão, promove a discussão sobre os desafios de interação que se estabelece entre públicos diferentes e heterogêneos (pacientes, presos, administração da instituição), destacando a necessidade de se posicionar, enfrentar questões que escapam à formação básica das graduações em história e, principalmente, repensar constantemente o ofício e o papel dos(as) historiadores(as) na sociedade.

No terceiro capítulo, Letícia Bauer analisa as experimentações com processos participativos no Museu Joaquim Felizardo, em Porto Alegre. Seu texto, *História recente e processos participativos: experimentações em museus*, parte de sua experiência de atuação, com ênfase nos desafios enfrentados pelo museu desde 2015, quando adotou a perspectiva da instituição enquanto: espaço de observação, como local de escuta e lugar de fala sobre a cidade. Partindo de iniciativas que buscaram trazer a participação de setores sociais como movimentos LGBT’s e grupos carnavalescos, Bauer reflete sobre a ampliação do conceito de patrimônio necessário quando se procura trazer o “público” para o centro dos debates, o que envolve uma mudança de perspectiva que se concentra em uma experimentação compartilhada. Pensar a relação historiador(a)-museu-público, desta forma, é pensar o papel das próprias instituições e o diálogo que existe não somente como mecanismo atrativo para que o museu seja visitado, mas como posicionamento prático que guia o entendimento desse espaço como um local compartilhado e de identificação coletiva no espaço urbano.

O quarto capítulo da obra, *Genealogias da história pública na Colômbia: fragmentos de uma prática intelectual*, de Sebastián Vargas Álvarez, discute o exercício da história pública na Colômbia como campo de produção de narrativas sobre o passado, sejam estas elaboradas por historiadores ou não, em diálogo com as demandas públicas existentes no presente. O autor privilegia iniciativas que

estabelecem diálogos entre Artes e Ciências Humanas como forma de tratar de questões ligadas à realidade colombiana, a exemplo de pesquisas participativas, cartilhas, documentários e da coprodução de histórias indígenas. Álvarez defende especialmente que, apesar da História Pública ser um campo relativamente recente no país, sua emergência não significa a ausência de iniciativas. Neste processo, aponta não somente para a dimensão coletiva e colaborativa, mas, principalmente, para o papel de uma História Pública crítica e democrática para a construção de narrativas nacionais alternativas à oficial que possibilitem uma visão mais plural das “colombianidades” no tempo presente.

O capítulo *De São Paulo a Charlottesville: derrubada e questionamento de monumentos como casos de iconoclastia política da história pública*, de Francisco das C. F. Santiago Júnior, parte dos *protestos iconoclasticos*, ocorridos em São Paulo (2016) e Charlottesville (2017), para entender as modificações de significados de monumentos no tempo presente a partir das relações sociais estabelecidas com diferentes públicos tendo em vista que ambas ocorreram em “contextos não revolucionários, ou seja, constituem debates ou ações sobre o passado de sociedades nas quais ocorre o funcionamento de instituições vigentes.” (Santiago Jr. 2021, 94). O historiador defende a hipótese de que ser um pesquisador preocupado com a dimensão pública da história é procurar não apenas construir projetos colaborativos, mas entender as relações sociais estabelecidas entre presente e o passado público. Tal proposta, que parece ser a mais recorrente na operação historiográfica, todavia, tem uma especificidade fundamental defendida por Santiago Jr: a necessidade da observação e da escuta do “público” como agente fundamental.

O penúltimo capítulo da seção de artigos analisa a História Recente Chilena a partir dos processos que visaram atender as demandas públicas na sociedade chilena. De autoria de Danny Gonzalo Monsálvez Araneda, *Estudar a história recente do Chile (1970-2019): Perspectiva historiográfica e alguns temas para sua problematização* elabora um panorama geral da História do Tempo Presente no Chile, destacando a centralidade do contexto pós-década de 1970. Araneda afirma que a construção das narrativas ligadas à história chilena tem se orientado especialmente por um processo que relaciona as demandas populares de investigações e divulgações sobre o passado recente do país com os projetos de reconfiguração do ensino de história em seus diversos espaços, em especial aqueles não escolares como museus, memoriais e produções culturais. A partir de um levantamento bibliográfico vasto, Araneda demonstra a consolidação desse processo no país, apresentando os principais campos já estabelecidos, mas indica a existência de uma série de desafios ainda urgentes por superação.

A solidão das testemunhas: Trauma, memória e história do Contestado, de Rogério Rosa Rodrigues, encerra a seção de artigos. A partir do processo de autorreflexão enquanto pesquisador com carreira

consolidada na História da região do contestado, Rodrigues propõe a análise de diferentes propostas de História Pública a respeito da Guerra do Contestado. São analisados casos de docentes do ensino básico, produções audiovisuais e o papel de memorialistas como “guardiões da memória local”. Certamente, um processo central na análise deste capítulo é o papel das emoções e da sensibilidade em potencializar as relações entre História Pública e História do Tempo Presente, lembrando as diferentes formas como o(a) historiador(a), ao se aproximar do público e se despir de uma projeção de “voz autorizada”, é moldado e sensibilizado por estar frente a frente com formas de passados presentes na sociedade contemporânea.

A segunda seção do livro, reúne três entrevistas com historiadores(as) de referência na História Pública que, através de suas trajetórias e reflexões, defenderam a aproximação com a História do Tempo Presente. A primeira entrevista, realizada com a historiadora Ana Maria Mauad, aborda a História Pública no Brasil a partir da experiência como uma das participantes da consolidação do movimento no país. Mauad discute como se aproximou da História Pública, o papel de espaços institucionais anteriores à emergência do movimento no país e o histórico de construção da Rede Brasileira de História Pública. Para a historiadora, trabalhar com História Pública, mais que pensar um subcampo disciplinar ou uma área profissional específica, é integrar um movimento que assume uma “atitude historiadora” de estímulo, em diferentes espaços e com diferentes públicos, ao estranhar o familiar visando aproximar a sociedade de seu passado e das múltiplas temporalidades. Este seria, em sua visão, a principal aproximação da História Pública com a História do Tempo Presente pois possibilita “a nos colocarmos diante do tempo, num movimento em que o tempo passado se calibra em relação ao presente pela continuidade das práticas compartilhadas entre os grupos sociais, como pelas lentes da distância” (Mauad 2021, 161).

A segunda entrevista aborda a História do Tempo Presente na América Latina a partir das relações com a História Pública. Eugenia Allier-Montaño, historiadora mexicana, desenvolve um balanço historiográfico do desenvolvimento da História do Tempo Presente latino-americana, em especial suas interfaces e divergências com relação à historiografia francesa, defendendo que, no caso de nosso continente, um dos principais impulsionadores foram os golpes militares e autoritários ocorridos no século passado, enquanto na Europa a eclosão da II Guerra Mundial estaria no cerne. Reconhecendo que a História Pública ainda não é um termo em voga no México, assim como em outras regiões da América Latina, Allier-Montaño destaca que isso não significa a falta de abordagens e iniciativas que estejam diretamente ligadas as demandas públicas e sociais. Neste momento, a autora cita especialmente o papel dos historiadores que têm atuado no campo da História Oral e da memória das vítimas de violência de estado no século passado.

Por fim, o historiador belga Serge Noiret retoma as discussões que partem da História Pública para dialogar com o Tempo Presente na Europa. A entrevista de Noiret sistematiza as primeiras experiências de História Pública globalmente, em especial nos Estados Unidos e no continente europeu, apresentando os bastidores que envolveram a construção do campo, através da Federação Internacional de História Pública. Além desse panorama geral, Noiret demonstra o papel que o Brasil ocupou neste processo, manifestando que diferente de outros casos nos quais o país passou a receber teorias da história e práticas externas e desenvolver olhares específicos, no caso da História Pública, talvez pela consolidação do Tempo Presente no mesmo período, o país tem desenvolvido metodologias próprias que vem alterando os entendimentos globais nessa área. Em especial, percebe-se que a principal especificidade do Brasil, seria que a História Pública no Brasil é pensada enquanto não somente um campo profissional, mas um movimento que repensa o ofício de Clio, ou seja, trata-se de uma nova postura e proposta de encarar o campo disciplinar da história.

Em linhas gerais, *História Pública e História do Tempo Presente* reúne autores que a partir de diferentes lugares de fala e atuações profissionais permitem um grande mapeamento de abordagens no campo da História Pública que dialogam e/ou tratam de temas de passados contemporâneos. Desta forma, a coletânea não realiza, por exemplo, uma discussão teórica exaustiva a respeito das bases epistemológicas da História do Tempo Presente, campo consolidado e em expansão no Brasil, mas parte da ideia de que a cotemporalidade, ou a existência de múltiplas camadas temporais que constituem o vivido, pode e deve ser analisadas a partir da relação com diferentes grupos sociais. É possível perceber que, para além desse exercício de uma cartografia da História Pública, a obra organizada por Rodrigues e Borges demonstra um movimento coletivo e global de repensar as formas como, na contemporaneidade, lidamos com desafios de nosso próprio presente em sua relação com o passado. Os desafios de problematizar as memórias, em especial as dominantes, de repensar a disciplina, de desconstruir o status do historiador como aquele que analisa a sociedade, mas não se aproxima dela, são levados a cabo pelos autores e autoras que demonstram a urgência em não apenas tornar pública a produção historiográfica, mas entender que os “públicos” são a base de nosso ofício.

Referências bibliográficas

Carvalho, Bruno Leal Pastor de, e Ana Paula Tavares Teixeira, org. *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra & Voz, 2019.

Hermeto, Miriam, e Rodrigo Ferreira, org. *História Pública e Ensino de História*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

Rodrigues, Rogério Rosa, e Viviane Borges, ed. *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

Santhiago, Ricardo. “Duas Palavras, Muitos Significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. Em *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*, org. Ana Maria Mauad, Janiele Rabêlo de Almeida, e Ricardo Santiago, 23-36, São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Santhiago, Ricardo, Ana Maria Mauad, e Juniele Rabelo de Almeida, org. *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Santhiago, Ricardo, Ana Maria Mauad, e Viviane Trindade Borges, org. *Que história pública queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

Recebida: 26 de maio de 2021
Aprovada: 25 de junho de 2021

Entrevista

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.35481>

Entrevista com Lorne Dawson (Universidade de Waterloo)

Interview with Lorne Dawson (Waterloo University)

Entrevista con Lorne Dawson (Universidad de Waterloo)

José Pedro Zúquete*

<https://orcid.org/0000-0001-6209-6931>

Como citar esta entrevista:

Zúquete, José Pedro. “Entrevista com Lorne Dawson (Universidade de Waterloo)”. *Locus: Revista de História*, 27, n. 2 (2021): 437-444.

Lorne Dawson é professor de sociologia na universidade de Waterloo, na província de Ontário no Canadá, e um dos maiores especialistas atuais sobre terrorismo, radicalização, e violência religiosa. Tem inúmeras publicações sobre estes temas. Publicou 3 livros, editou 5 livros, e mais de 85 artigos e capítulos de livros. Em Fevereiro de 2021 publicou um relatório para o *Centro Internacional de Contra-Terrorismo (ICCT)*, sobre os jihadistas Ocidentais que pode ser consultado aqui: <https://icct.nl/app/uploads/2021/02/Dawson-Comparative-Analysis-FINAL-1.pdf>.

Falámos, em Julho de 2021, com o Professor Dawson sobre o 11 de Setembro, as motivações religiosas e outras por detrás do ataque, e sobre as dinâmicas atuais da radicalização e terrorismo.

- **Qual foi o papel da religião nos ataques de 11 de setembro? Frequentemente, os estudiosos falam sobre queixas, fatores socioeconômicos, razões**

* Investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pós-doc na universidade de Harvard, Zúquete é o autor de *The Identitarians* (2018, Notre Dame University Press), o editor do *Routledge International Handbook of Charisma* (2021, Routledge) e o autor de *Populismo: Lá Fora e Cá Dentro* (no prelo, FFMS). E-mail: jpuquete@gmail.com.

geopolíticas. Estou particularmente interessado em ouvir mais sobre a religião em si.

Determinar o papel preciso da religião na motivação do terrorismo jihadista em geral tem sido controverso.

No início, e em relação aos ataques de 11 de setembro de 2001, era comum que os comentaristas considerassem as afirmações dos próprios terroristas de que haviam sido motivados por uma ideologia religiosa (a saber *salafi-jihadismo*) tomada à letra. Uma ligação muito simplista foi feita entre ideias ruins e ações ruins, e a radicalização dos terroristas foi atribuída à sua exposição a uma ideologia extremista violenta.

Os cientistas sociais logo começaram a se opor a essa visão simplista, desenvolvendo teorias mais complexas de radicalização que eram multifatoriais e abordavam as condições micro (individuais), meso (grupo) e macro (sociais). Não há uma visão consensual, entretanto, e diferentes pesquisadores colocam ênfase em coisas diferentes, queixas políticas, marginalização socioeconômica ou questões psicológicas como a busca por significado ou crises de identidade.

No desejo de se opor ao enfoque simplista apenas na ideologia, o campo de estudo reagiu exageradamente e, como documentei em uma série de publicações, *muitos dos estudiosos mais influentes descartaram injustificadamente o papel da ideologia religiosa*. Eles negam que ele desempenhe qualquer papel significativo na motivação do terrorismo.

No caso dos atacantes do 11 de setembro, o especialista americano Marc Sageman (em 2004) mostrou que os principais membros da Al-Qaeda vinham predominantemente de famílias bastante religiosas, muitos eram muito religiosos quando crianças e todos eram muito mais fervorosamente religiosos na preparação para o ataque. Ele observou, no entanto, que membros europeus posteriores da rede Al-Qaeda vieram de famílias em grande parte seculares, não eram religiosos quando crianças e pareciam experimentar um aumento na religiosidade meses antes de se envolverem no terrorismo. À medida que o fenômeno do chamado “terrorismo local” se tornou a ameaça dominante, com jovens muçulmanos criados no Ocidente atacando seus concidadãos, tornou-se comum notar que eles não eram verdadeiramente religiosos em suas motivações, já que a maioria só havia se tornado fanática em sua prática à medida que se radicalizavam. Isso, combinado com o histórico socioeconômico amplamente pobre da maioria dos jovens radicais, levou os estudiosos a enfatizar que mesmo esse tipo de terrorismo religioso era na verdade uma forma de protesto político e a ideologia jihadista apenas forneceu uma justificativa *post-hoc* culturalmente apropriada para o comportamento extremo.

Isso foi afirmado de muitas maneiras diferentes, mas quando os argumentos são examinados de perto, fica claro que há pouca evidência direta para apoiar tal afirmação, como

demonstrei. Em vez disso, é uma inferência prontamente aceita pelos estudiosos ocidentais por causa de um viés secular em sua abordagem do assunto.

Antes de especificar o que quero dizer, deixe-me observar *dois problemas básicos enfrentados pela maioria das tentativas que desconsideram o papel das motivações religiosas*. O primeiro (I) é o problema da especificidade, que atormenta a maioria das teorias de radicalização. Na maioria dos casos, os fatores associados à radicalização são simplesmente muito difundidos para explicar por que apenas um punhado de indivíduos radicaliza. *As condições de marginalização social, econômica e política vinculadas a se tornar um jihadista na Europa, por exemplo, são vividas por muitos milhares de jovens muçulmanos, mas apenas uma pequena fração apóia uma resposta radical, quanto mais violenta*. Precisamos de uma explicação com maior especificidade. Em segundo lugar (II), *descontar as motivações religiosas implica rejeitar as afirmações motivacionais fervorosas e generalizadas feitas pelos próprios jihadistas, e há boas razões para contestar a validade metodológica de fazê-lo*. Não seria aceito tão prontamente em outros contextos de investigação científica social. Temos a obrigação de evitar substituir as razões que fazem mais sentido para nós, como observadores externos, por aquelas declaradas de forma tão forte e consistente por pessoas de dentro, por aquelas que estão sendo estudadas.

Existem três aspectos relacionados ao *preconceito secular exibido por muitos dos estudiosos mais proeminentes dos jihadistas ocidentais*, tanto terroristas locais quanto combatentes estrangeiros que partiram aos milhares para lutar na Síria e no Iraque. Em primeiro lugar (I), é comum confundir níveis de conhecimento religioso com evidências de religiosidade - do grau de compromisso pessoal com uma cosmovisão religiosa e a relevância da religião para a vida e identidade de alguém. É comumente argumentado que a maioria dos recrutas jihadistas no Ocidente não tem formação religiosa e exibe uma compreensão limitada da teologia islâmica, embora as evidências apresentadas para apoiar essa afirmação sejam muitas vezes escassas. No entanto, sociólogos e psicólogos demonstraram há muito que há pouca correlação entre os níveis de conhecimento religioso por se e o grau de religiosidade. “Religião vivida” é um assunto muito mais confuso e inconsistente do que a maioria das organizações religiosas, tradições e líderes gostariam que fosse o caso. *Religiosidade é mais sobre experimentar um grau satisfatório de certeza afetiva ou segurança ontológica*, enquanto deixa os pontos mais delicados da doutrina para os especialistas religiosos. Os ideólogos jihadistas salafistas parecem ter fornecido uma interpretação muito clara, concisa e pragmaticamente atraente de como ser um “verdadeiro muçulmano” em um mundo aparentemente hostil e pecaminoso. Isso é verdade, não importa o quão heterodoxos seus pontos de vista sejam declarados por outros muçulmanos, que parecem ter alcançado um compromisso com o mundo secular ocidental. Em segundo lugar (II), como resultado da história única da evolução da religião no contexto ocidental moderno, a religião e a religiosidade foram “privatizadas”. Este é um aspecto fundamental da

secularização de muitas nações e culturas ocidentais. Por razões políticas e sociais, a prática da religião se diferenciou e perdeu sua autoridade sobre outros aspectos da sociedade, como economia, Estado, educação, medicina e até sexualidade. Normativamente, a religião continua a ser valorizada e protegida, mas como um assunto privado sem jurisdição real sobre os assuntos públicos. Consequentemente, mesmo quando estudiosos confrontam repetidas afirmações de jihadistas de que suas ações violentas refletem seu desejo de ser “verdadeiros muçulmanos”, as alegações são frequentemente tratadas, incorretamente, como meramente “motivações pessoais”, e não políticas. Isso envolve *a aplicação irrefletida de uma postura normativa ocidental moderna sobre a religião e seu papel na sociedade*. Para os jihadistas, entretanto, e muitas outras sociedades ao redor do mundo, não há separação estrita das esferas pública e privada quando se trata de religião, e todas as verdadeiras expressões de religiosidade têm um aspecto decididamente político. Terceiro (III), como isso indica, a separação ocidental moderna entre religião e política, que foi essencial para o surgimento das democracias liberais, não é normativa em todos os contextos, mesmo no mundo ocidental. *Os estudiosos ocidentais presumem repetidamente, sem fornecer muitos argumentos, que as motivações políticas são mais primárias e consequentes e, portanto, entendem as ideologias religiosas como meramente fornecendo camuflagem para razões mais seculares para o terrorismo*. Para os “fundamentalistas muçulmanos” de todos os matizes, entretanto, e particularmente os jihadistas salafistas, a religião é subordinada à política em todos os aspectos, de acordo com uma concepção mais tradicional da ordem social ideal. O rebaixamento da religião é parte do que os jihadistas estão se esforçando para reverter, e precisamos reconhecer que as pessoas continuam dispostas a sacrificar suas vidas para servir ao que consideram uma concepção mais legítima e transcendente do significado da vida. Podemos achar este ponto de vista fundamentalmente antitético à nossa visão e compromissos e, portanto, perigoso, mas como estudiosos que procuram entender o que está acontecendo, *não podemos negar a validade das afirmações sobre a motivação religiosa porque elas entram em conflito com nossa leitura necessariamente historicamente condicionada daquilo que mais interessa*. As motivações religiosas estão entrelaçadas com outras, de maneiras que as pessoas entendem e não entendem totalmente, mas na ausência de evidências convincentes (que é o caso nos estudos de radicalização), *há pouca razão metodológica sólida para descartar as afirmações motivacionais professadas de “religiosos terroristas” - que são de natureza esmagadoramente religiosa*. Fazer isso é contraproducente, pois tende a agravar, ao invés de melhorar, o problema da especificidade, quando se trata de explicar a radicalização dos jovens muçulmanos nas sociedades ocidentais.

- **Você acha que, vinte anos após 11 de setembro, o extremismo jihadista está se tornando menos intenso? Parece que sim, especialmente após a queda do Estado Islâmico e o declínio da Al Qaeda.**

A resposta correta é sim e não. Pesquisas que rastreiam incidentes terroristas em geral e conspirações e ataques jihadistas em particular na Europa, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e Austrália demonstram de forma esmagadora que houve um pico de atividade correspondente à ascensão do Estado Islâmico (EI) e a declaração de seu Califado em 2014 (ver, por exemplo, os estudos de Petter Nesser). Mais ataques aconteceram com maior letalidade durante o auge da popularidade do IS do que em qualquer outro período. O Estado Islâmico teve um sucesso notável com sua propaganda e apelos à ação. Isso é compreensível, dados os recursos sem precedentes que o EI dedicou a este trabalho. Minha própria pesquisa abrangente, com Shandon Harris-Hogan (especialista Australiano sobre terrorismo), sobre a atividade jihadista no Canadá e na Austrália revela que a grande maioria dos incidentes de terrorismo, sejam conspirações bem-sucedidas ou interrompidas, seguiram os apelos explícitos de Muhammad al-Adnani (um porta-voz importante do EI, morto na Síria em 2016) para atacar pessoas na América, Europa, Canadá e Austrália por todos os meios possíveis (ou seja, usando armas, facas, carros, etc.). Com a derrota militar do IS em 2016-2018, houve um declínio acentuado nos incidentes. No entanto, apesar da mudança acentuada no foco de atenção para o extremismo de extrema-direita após os acontecimentos nos Estados Unidos (especialmente o ataque ao Capitólio em Washington, DC em 6 de janeiro de 2021), *a maioria dos incidentes reais de violência terrorista, na Europa, pelo menos, continuam a ser jihadistas e influenciados pelo califado virtual em curso do Estado Islâmico.*

Pouco depois do declínio do IS, pediram-me para falar sobre as consequências para analistas do Serviço de Inteligência de Segurança Canadense. Entre outras coisas, observei que a pesquisa sobre o fracasso da profecia, no caso dos movimentos religiosos, demonstrou que grupos como o IS provavelmente permanecerão resilientes diante da aparente refutação de sua visão do futuro. Também perguntei se algum aspecto das condições sociais, econômicas, políticas e ideológicas gerais que deram origem ao EI na Síria e no Iraque, e aos jihadistas na Europa, realmente mudou. Lamentavelmente, acho que podemos recorrer às palavras de Jean-Baptiste Alphonse Karr: “plus ça change, plus c'est la même chose” - quanto mais as coisas mudam, mais permanecem as mesmas.

Conseqüentemente, o EI voltou a ser um grupo insurgente e lançou centenas de ataques na Síria e no Iraque nos últimos dois anos (embora muito disso não seja relatado no Ocidente). *Se os Taliban voltarem a triunfar no Afeganistão, como parece provável, não acho que haja muitos motivos para pensar que o*

extremista jihadista vai desaparecer - e sua força em outros lugares se traduzirá em terrorismo “homegrown” interno ao Ocidente.

O terrorismo acontece aos arrancos e solavancos e, durante décadas, a tendência tem sido longos períodos de relativa inatividade seguidos por picos de atividade mais breves. Portanto, a vigilância constante é necessária, e há uma necessidade significativa de pesquisas mais avançadas sobre questões primárias como a suposta relação entre a marginalização socioeconômica e o extremismo violento. Meu estudo recente resumindo criticamente os dados empíricos disponíveis sobre combatentes estrangeiros ocidentais (veja o Centro Internacional de Contra-Terrorismo), documentou as evidências fragmentárias e inconclusivas disponíveis. A maioria dos pesquisadores europeus assume a primazia desses fatores na radicalização, mas o registro é inconclusivo. Em todos os lugares dos estudos de radicalização, encontramos a necessidade de dados mais primários, especialmente entrevistas em profundidade com aqueles que se radicalizaram ou iniciaram esse caminho. Somente por meio de tais entrevistas podemos esperar determinar se as conexões postuladas com fatores causais, mesmo os bastante simples, são realmente relevantes. Os alunos com fraco desempenho escolar têm maior probabilidade de radicalizar, por exemplo, ou a correlação estatística observada (pelo menos no contexto europeu) reflete o fato de que muitos dos que radicalizam abandonam a escola? Ambos podem ser verdadeiros, mas a natureza do *link* precisa ser desenvolvida e medida com mais precisão.

- **Quais são as descobertas principais de sua pesquisa sobre combatentes jihadistas estrangeiros? Quais são os principais fatores por trás da radicalização dos jovens muçulmanos no Ocidente?**

Há maior heterogeneidade entre aqueles que se radicalizam do que muitas vezes se imagina, e não há duas pessoas que se radicalizem exatamente da mesma maneira. No entanto, existem fatores e padrões comuns.

Muito mais jovens muçulmanos no Ocidente saíram para lutar na Síria e no Iraque, e em outros lugares, do que se voltaram para a violência em casa, porque (como o acadêmico norueguês Thomas Hegghammer argumentou), o limite moral é menor e o apelo à aventura é maior. É mais fácil se envolver em uma ação militar contra um regime infiel que está “matando crianças muçulmanas e estuprando mulheres muçulmanas” do que desencadear violência contra seus “vizinhos” - não importa o quão alienado você se sinta.

Os dados para combatentes estrangeiros ocidentais, embora incompletos e inconsistentes, sugerem de forma geral que:

- grande maioria eram jovens de famílias de imigrantes muçulmanos e a idade média era de 26 anos;
- cerca de 18 por cento eram mulheres e eram em média muito mais jovens (21 anos);
- cerca de 15 por cento foram convertidos ao Islã;
- cerca de 80% eram cidadãos dos países em que viviam;
- na Europa, a maioria vinha das camadas socioeconômicas mais baixas da sociedade e tinha níveis mais baixos de realização educacional e níveis mais altos de desemprego; mas na América do Norte, e em parte no Reino Unido, muitos mais eram mais bem-educados e vinham das classes médias;
- existe uma espécie denexo entre a atividade criminosa anterior e o envolvimento com o terrorismo, já que um número desproporcional de combatentes estrangeiros tem antecedentes criminais, mas isso varia de país para país e a maioria dos combatentes estrangeiros não tem envolvimento anterior na criminalidade
- os dados sobre a saúde mental dos combatentes estrangeiros ocidentais são altamente inconsistentes e inadequados; alguns estudos sugerem uma ligação forte, mas no geral é a relativa “normalidade” dos combatentes que se destaca;
- finalmente, muito do trabalho sobre o significado da ideologia na motivação dos lutadores é inconclusivo - tanto os estudos que atribuem significado à religiosidade quanto aqueles que a negam; existem sérios problemas com os pressupostos teóricos, métodos e tamanhos de amostra da maioria desses estudos.

Ao explicar por que eles se radicalizaram, sou a favor de uma abordagem socioecológica, multifatorial, multidisciplinar e flexível. *Argumentei a este respeito que devemos considerar os diferentes aspectos da interação dos indivíduos com uma série de condições ambientais relevantes, começando no nível macro com certas realidades estruturais sociais da modernidade tardia, e movendo-se através de aspectos da experiência do imigrante, o cultura da rebelião juvenil e a influência específica da comunidade jihadista e sua ideologia, e terminando com os efeitos psicológicos sociais da dinâmica de pequenos grupos de grupos de amigos e pares com os quais se radicalizam. O processo geral é complexo e não linear, e há muitas oportunidades para alguém desistir.*

Muitos combatentes persistem, entretanto, porque beneficiam da nova certeza e do senso de propósito final transmitido a suas vidas. Nesse sentido, eles não são muito diferentes de outros jovens que optam por seguir outros caminhos não ortodoxos e desafiadores na vida, exceto que as circunstâncias direcionaram sua atenção e desejos para uma direção problemática.

Muito pode ser aprendido com análises comparativas com situações análogas, como ingressar em gangues de rua ou novos movimentos religiosos. Emprestando os termos do psicólogo social Arie Kruglanski e seus

colegas, eles têm uma “necessidade” que encontra expressão e satisfação em uma “narrativa” ativamente apoiada por uma “rede” de companheiros de busca. No entanto, a ausência de queixas reais - tanto no exterior quanto em casa - reduziria os números atraídos por essa narrativa e rede. Na sociedade globalizada de hoje, a solidariedade com um grupo escolhido, uma identidade significativa, continua a ter grande importância, mas em uma escala global e não apenas local.

Avaliadores

Appraisers

Evaluadores

(v. 27, n. 1-2, 2021)

A Equipe Editorial agradece a todos os avaliadores que emitiram pareceres sobre as submissões enviadas à revista Locus para os dois números do volume 27 (2021):

- Alessandra Tavares de Souza Pessanha Barbosa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior
Universidade Federal do Amapá
- Allen Isaacman
University of Minnesota
- Allisson Gomes dos Santos Goes
Universidade Federal de Sergipe
- Ana Margarida Alves
Universidade Nova de Lisboa
- André Bueno
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Antonio José Bezerra de Menezes Jr
Universidade de São Paulo
- Barbara Maria de Albuquerque Mitchell
Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
- Bony Schachter
Academia Yuelu, Universidade de Hunan

- Bruno Feitler
Universidade Federal de São Paulo
 - Bruno Frederico Müller
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 - Caio da Silva Batista
Universidade Salgado de Oliveira
 - Carlos Freire
Universidade de São Paulo
 - Carlos Roberto Sanchez Milani
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)
 - Cássio Alan Abreu Albernaz
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Catarina Rosendo
Universidade Nova de Lisboa
 - Christine Rufino Dabat
Universidade Federal de Pernambuco
 - Cláudia Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora
 - Daniel Alves Boeira
Universidade do Estado de Santa Catarina
 - Daniel Lopes Saraiva
Universidade Federal de São Paulo
 - Daniele Prozczinski
Universidade Federal de Santa Catarina
 - Deivy Carneiro
Universidade Federal de Uberlândia
 - Demian Bezerra de Melo
Universidade Federal Fluminense
 - Everaldo de Oliveira Andrade
Universidade de São Paulo
 - Éverton Fernando Pimenta
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
 - Fábio Chang de Almeida
Universidade Federal de Juiz de Fora
-

- Fábio Dal Gallo
Universidade Federal da Bahia
 - Felipe Victor Lima
Universidade de São Paulo
 - Felipe Yera Barchi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 - Flávio Madureira Heinz
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 - Gabriela de Lima Grecco
Universidad Autónoma de Madrid
 - Gerson Wasen Fraga
Universidade Federal da Fronteira Sul
 - Gilberto Tedéia
Universidade de Brasília
 - Helyom Rogerio Reis Viana da Silva Teles
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
 - Igor Lapsky da Costa Francisco
Universidade de Pernambuco
 - Izabel Priscila Pimentel da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 - Jacques Depelchin
Ota Benga Alliance
 - João Fábio Bertonha
Universidade Estadual de Maringá
 - João Júlio Gomes dos Santos Júnior
Universidade Estadual do Ceará
 - José Antonio Miranda Sepulveda
Universidade Federal Fluminense
 - José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina
 - José Pedro Zúquete
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
 - Leonardo de Oliveira Conedera
Universidade do Estado de Santa Catarina
-

- Lucas Samuel Quadros
Universidade Federal de Ouro Preto
 - Luciana Murari
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Luís Carlos dos Passos Martins
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Luiza Rodrigues Mateo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 - Marçal de Menezes Paredes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Marcelo Barbosa Miranda Borel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 - Marcelo Henrique Dias
Universidade Estadual de Santa Cruz
 - Márcia Eliane Alves de Souza Mello
Universidade Federal do Amazonas
 - Marcos Luã Almeida de Freitas
Universidade Federal de Santa Catarina
 - Marcos Paulo dos Reis Quadros
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Marcos Vinicius Ribeiro
Universidade Estadual de Goiás
 - Maria Leônia Chaves de Resende
Universidade Federal de São João Del-Rei
 - Maria Raquel Nunes de Almeida e Casal Pelayo
Universidade do Porto
 - Mariana Amabile Boscariol
Universidade Nova de Lisboa
 - Marina Denise Cardoso
Universidade Federal de São Carlos
 - Mario Fernando Bolognesi
Universidade Federal da Bahia
 - Marta Rosa Borin
Universidade Federal de Santa Maria
-

- Mateus Rezende de Andrade
Universidade Federal de Juiz de Fora
 - Mauricio Santoro Rocha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 - Mauro Marcos Farias da Conceição
Instituto Benjamin Constant
 - Mônica Caldas Ehrenberg
Universidade de São Paulo
 - Pamela de Almeida Resende
Universidade de São Paulo
 - Paulo César Gomes Bezerra
Universidade Federal Fluminense
 - Pedro Henrique Belchior Rodrigues
Instituto Brasileiro de Museus
 - Pedro Ivo Tanagino
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 - Renata Cabral Bernabé
Tohoku University
 - Renata Duarte Simões
Universidade do Espírito Santo
 - Renato José da Costa
Universidade Federal do Pampa
 - René Gertz
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 - Ricardo Neumann
Universidade do Sul de Santa Catarina
 - Rodrigo Aparecido de Araujo Pedroso
Universidade de São Paulo
 - Rodrigo Fampa Negreiros Lima
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
 - Saly da Silva Wellausen
Universidade de São Paulo
 - Sheila Schvarzman
Universidade Anhembi Morumbi
-

- Shu Changsheng
Universidade de São Paulo
- Silvania de Queiroz
Universidade de Passo Fundo
- Victor Andrade de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Wallace Andrioli Guedes
Universidade Federal de Juiz de Fora
- Wanilton Dudek
Centro Universitário da Cidade de União da Vitória
- Yussef Daibert Salomão de Campos
Universidade Federal de Goiás

Gerentes Editoriais

Dalila Varela Singulane  
Diego Sebastián Crescentino  
Fernanda Gallinari Sathler Mussi  
Gabriela Santi Ramos Pacheco  
Pedro Vieira Fellet  
Renata Venise Vargas Pereira  

Assistentes Editoriais

Allony R. de Carvalho Macedo  	Kathia Espinoza Maurtua  
Ana Amélia Gimenez Dias  	Lara Elissa Andrade Cardoso  
Bárbara Ferreira Fernandes  	Lucas Eduardo de Souza Ferreira  
Brendo Filipe Costa Diniz  	Nilciana Alves Martins  
Carolina Munck Schaeffer  	Rosali Maria Nunes Henriques  
Gabriel Ícaro da Silva  	Rosali Maria Nunes Henriques  
Guilherme Gravina Pereira  	Taís Daiele Alves  
Hygor Mesquita Faria  	Tania Gerbi Veiga  
Jeremy Dioses Campaña  	

Bolsistas de Treinamento Profissional

Gabriel Benedito Machado  

